UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ENTRE A EXCLUSÃO E A UTOPIA

Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais

(Região Sudoeste/Oeste do Paraná)

DAVI FELIX SCHREINER

SÃO PAULO

2002

DAVI FELIX SCHREINER

ENTRE A EXCLUSÃO E A UTOPIA

Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais

(Região Sudoeste/Oeste do Paraná)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, na linha de pesquisa História dos Movimentos e Relações Sociais, para a obtenção do título de doutor. Orientadora: Profª Drª Zilda Márcia Grícoli Iokoi.

SÃO PAULO

2002

Seu kiko ofereceu-nos chimarrão. O almoço estava quase pronto. Houve ainda tempo para um gole de aguardente, guardada para visitas. Um pouco de feijão, arroz requentado e leite. Neste pouco a partilha se fez. Eram dias difíceis e de incertezas para aquela família com quatro filhos, três crianças, uma adolescente feita adulta. A casa ainda não havia sido construída, a moradia era o barraco. Dava-se preferência à preparação da terra para o primeiro plantio no chão conquistado. Três anos se passaram. Kiko e sua família vivem numa casa de alvenaria. As dificuldades continuam. A luta não menos. Mas a vida brota na terra lavrada e no alimento nela produzido (Assentamento Ireno Alves dos Santos, julho de 2001).

A todos os trabalhadores sem-terra. Sua luta, para além da democratização da terra, dimensiona ações para a construção de uma sociedade humanista e liberta.

AGRADECIMENTOS

Não obstante um trabalho desta natureza tenha fortes marcas do individual, a dimensão do coletivo, sob diversas formas, faz-se presente. Durante a trajetória de realização desta pesquisa contei com uma polissemia de contribuições, tanto de instituições quanto de amigos. A todos sou grato.

Agradeço, de modo especial, à Professora Drª Zilda Márcia Grícoli Iokoi, pelo empenho e dedicação na orientação deste trabalho. Seus questionamentos constituíram-se em estímulo e desafio para novas incursões na pesquisa, ao mesmo tempo, seu incentivo proporcionou autonomia e liberdade para que tecesse meu próprio caminho.

Ao Gabriel e à Victória, meus filhos, pela alegria reanimadora depois das inúmeras viagens e longas horas de estudo. À Janete, minha esposa, pela sua paciente e estimuladora presença, em diversas formas e em múltiplos gestos, mesmo quando estive ausente.

Aos colegas do grupo de estudos, coordenado pela professora Zilda, aos quais devo muito pelas discussões em inúmeras tardes de sextas-feiras.

Aos professores Doutores Margarida Maria Moura e Fernando Haddad, pelos comentários e orientações quando do exame de qualificação.

Ao Célio Escher, pela paciência e cuidado na revisão do texto.

À Marinelva, pelo estímulo e apoio num momento no qual travávamos uma intensa luta política pela reposição salarial com uma greve que durou seis meses.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e aos amigos do Departamento de História, pelo apoio recebido.

À Capes (PICD), pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou realizar o Curso de Pós-Graduação em História Social.

Aos trabalhadores rurais (acampados, assentados, lideranças) que me permitiram entrar no chão onde lavram terras, partilhar, em suas mesas, do alimento produzido, e ocupar parte do seu tempo para buscar evidências em falas felizes e fervorosas, outras vezes, cansadas, nostálgicas, mas sempre carregadas de fortes sentimentos e nobres valores

LISTA DE SIGLAS

ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANGO – Colônia Agrícola General Osório
CCA – Cooperativa Central do Assentados
CCPS – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CMB – Comissão Mundial de Barragens
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
COAGRI – Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do PR
COARA – Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná
COPCAF – Cooperativa de Produção, Comercialização e Transformação
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRESOL – Cooperativa de Crédito de Interação Solidária
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEP – Federação da Agricultura do Paraná
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MPFDA – Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária
PFL – Partido da Frente Liberal
MJT – Movimento Justiça e Terra
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
UDR – União Democrático Ruralista
TFP – Tradição, Família e Propriedade

RESUMO

Este estudo trata das experiências contemporâneas de trabalhadores rurais em movimentos de resistência organizada, no Sudoeste e Oeste do Paraná, na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, entre 1985 e 2001. Analisar as experiências de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais constitui o objetivo central. A investigação centrou-se nas contradições evidenciadas nos processos de organização das diferentes formas cooperativas e ou associativas e de como foram vividas pelos assentados, no fazer-se das experiências da vida cotidiana. Para a pesquisa optou-se pela escolha do Assentamento Vitória, localizado no município de Lindoeste, com 152 famílias assentadas, pelo Assentamento Terra Livre, localizado no município de Nova Laranjeiras, com 30 famílias assentadas, ambos vinculados ao MST, e pelo reassentamentos rurais dos expropriados da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, em vários municípios da região Oeste, com 612 famílias, vinculadas à Crabi/MAB. Na medida em que os assentamentos não constituem espaços sociais isolados, sua organização interna e formas de solidariedade e cooperação foram analisadas, de um lado, a partir do exame dos nexos entre as transformações da estrutura agrária no espaço regional, a articulação da resistência dos sem-terra e o surgimento dos assentamentos rurais, suas formas de organização da terra e do trabalho, no espaço regional em foco. E, de outro lado, como mediações produzidas nas relações sociais e como processos que integram a dinâmica de movimentos sociais, foram investigadas na relação com o fazer-se da luta pela terra a partir das múltiplas representações que os próprios assentados elaboram como memória de suas trajetórias de vida. Neste contexto, os assentamentos configuram ambiências: espaços sociais e de produção material da vida onde afloram pluralidade e heterogeneidade permeadas pelas relações de poder, por teias de contradições e de conflitos em torno de hábitos, valores e tradições. Neles evidenciam-se tanto as contradições de classe como as inerentes à formação da categoria social de assentados. Uma das principais materializa-se na possibilidade de os assentados retecerem o modo de vida de colono e a *práxis* em torno de um novo projeto de organização social da produção e de vida comunitária dos seus mediadores. As propostas de cooperação, sobretudo as formas coletivas da terra e do trabalho, são vistas pela maioria dos assentados como um limite à realização da liberdade e autonomia. O estudo mostra que, no esforço de implantar a cooperação nos assentamentos, a concepção dualista do MST, do coletivismo *versus* individualismo, levou à discriminação dos assentados "individuais" e revelou-se redutora da pluralidade de experiências de cooperação vivenciadas. A coletivização é estranha à sua cultura e constitui-se numa forma redutora do seu modo de vida e utopias. Tal desencontro evidencia a necessidade de valorizar a cultura dos assentados e de considerar suas tradições e valores na formulação de uma política de cooperação na luta. Revela também que é preciso superar práticas autoritárias e de subordinação política na relação entre mediadores e assentados, como uma das condições para uma nova qualidade de vida individual e coletiva, alicerçada nas diferentes formas de reciprocidade horizontal, na democracia e na cooperação.

Palavras-Chave: sem-terra, reforma agrária, assentamentos, vida cotidiana, formas de cooperação, sistema cooperativista.

SUMMARY

This study concerns contemporary experiences lived by rural workers in organized resistance movements in southwestern and western Paraná State, along the Brazilian border with Paraguay and Argentina, between 1985 and 2001. Its main objective is to analyze the organization of settlers' day-to-day living in rural settlements. The investigation focused the evidenced contradictions in the processes of organizing different cooperative and/or associative efforts, and how these efforts influenced day-to-day living among the settlers. The sites picked for survey were Vitória Settlement, in the town of Lindoeste, and Terra Livre Settlement, in the town of Nova Laranjeiras, both linked to the MST and with 30 families settled in all; and the new settlements formed by settlers that were moved from Salto Caxias Waterpower Station to various towns in the west region, comprising 612 families linked to the Crabi/MAB. Considering that settlements are not socially isolated areas, their internal organization and forms of solidarity and cooperation were analyzed in two ways: on the one hand, from the review of links between changes in the agrarian structure in the region, the organization of the resistance carried out by the landless, and the formation of rural settlements and their ways of organizing land and work in the region; on the other hand, the investigation of the mediation in the social relations and of the dynamics of social movements, and the multiple ways the settlers elaborate to represent the memory of their fights for land and their path through life. In these contexts, the settlements are seen as social and production environments where diversity and difference generate relationships guided by power, intertwined with contradictions and conflicts of habits, values and tradition. Visible in the settlements are the class contradictions, like the one pertaining to the very formation of the social rank of settler. One of the main contradictions materialize in the settlers' possibility of returning to the colony way of life and the *praxis* around a new project of social, productive and communitarian organization by their mediators. The proposals of cooperation, especially the collective ways of using the land and dividing the work, are seen by most of the settlers as restraining their freedom and autonomy. The study shows that the dualistic conception of MST (collectivism against individualism) in the effort to implement cooperation in the settlements led to the discrimination of individual settlers and proved to cause reduction of cooperation experiences among them. Collectiveness is something strange to their culture and constitutes a restraint to their lifestyle and utopias. Such incompatibilities evidence the need to value the settlers' cultures and to consider their traditions and values when formulating a cooperation policy in the fight. It also reveals the need to forget old authoritative and subordinative practices in the political relationship between mediators and settlers, as one prerequisite to a new individual and coletive life qualitx, based in the different kinos of horizontal reciprolity, in the democracy and in co-operation.

Key-words: landless, agrarian reform, settlements, day-to-day living, cooperation ways, cooperation system.

SUMÁRIO

À GUISA DE INTRODUÇÃO. Assentamentos Rurais: Complexidades do Presente 10

PARTE I: TERRA E CONFLITOS 37

Cap. I - NA ESTEIRA DAS FRONTEIRAS. Da Exclusão Social à Resistência ..... Transformadora 38

1. Fragmentos 38

2. Camponeses em Movimento 55

3. Resistir para não Migrar 62

4. "O Arcaico e o Moderno": Desencontros da Modernização Desigual 71

4.1. No Tempo da Colonização 71

4.2. Caboclos, Colonos e Companhias Colonizadoras 78

4.3. O Estado e a Modernização do Espaço Regional: Mito e Geopolítica 88

5. Trabalhadores e Mediadores: Experiências de Luta pela Terra no Paraná Contemporâneo..... 104

Cap. II - RETECENDO A POLÍTICA. Territorialidades, Direitos e Valores 118

1. O Direito à Terra: Ocupações e Conflitos 120

1.1. Os Sem-Terra, a UDR e a Violência no Campo 129

1.2. O Estado e a Reforma Agrária de Mercado 148

2. O Encantamento na Luta 156

2.1. Recriando a Noção de Direitos 156

2.2. Mística e Práticas de Cooperação na Luta: Acampamentos 173

3. Os Assentamentos Rurais na Reinvenção da Reforma Agrária 185

3.1. Formas Comunitárias e Coletivas: Historicidade e Recorrências 185

3.2. O PNRA e os Assentamentos Rurais no Paraná 195

PARTE II: LAVRANDO A VIDA. 205

Cap. III – HISTÓRIA E MEMÓRIA. Experiências da Vida Cotidiana 213

1. ASSENTAMENTO VITÓRIA. Entre Permanências e Mudanças 215

1.1. Um Primeiro Olhar 215

1.2. E a Ocupação Foi Festa 219

1.3. Espaços Comunitários e Práticas Socioculturais 224

1.4. Tensões entre "Individuais" e "Coletivos" 233

1.5. Organizar Associações 240
1.6. A Formação da Cooperativa (Coara) 242
1.7. Os Coletivos 248
1.8. Os Semicoletivos 252

2. ASSENTAMENTO TERRA LIVRE. O Vivido numa Forma Social Coletiva 257

2.1. Uma Aproximação 257
2.2. "Da Luta pela Terra Brota a Vida" 260
2.3. O Sem-Terra e a Visão do "Outro" 263
2.4. O Acampamento e as Ocupações 265
2.5. Uma Experiência de Cooperação Coletiva 267
2.6. Outras Dimensões da Vida Cotidiana 274

3. REASSENTADOS DE SALTO CAXIAS. Vida Comunitária e Organização da Produção 277

3.1. No Tempo da Mudança 277
3.2. Deu no Rádio, a Usina Vem Aí! 281
3.3. Terra e Cultura: a Organização do Espaço e do Produtivo 295
3.4. Das Associações à Criação da Cooperativa 298
3.5. Na Busca de um Lugar: A Reinvenção do Comunitário 302

Cap. VI – RECIPROCIDADES, VALORES E CONFLITOS. Os Desencontros nas Experiências de Cooperação 305

1. Formas de Solidariedade e Resistência 309

1.1. Para Além dos Lotes e Títulos Individuais da Terra 325

2. "Quando a Utopia se Transforma em Mito" 332

2.1. A Cooperação nos Assentamentos 334
2.2. A Organização do Cooperativismo no MST 338
2.3. Um Sistema de Cooperação Nacional 349
2.4. A Educação na Cooperação 355
2.5. A "Imposição" do Coletivo: Práticas e Representações 361

3. A Inserção Econômica dos Assentados 381

4. A Cooperação em Movimento 395

RUMO AO DEVIR. O Vivido e os Possíveis 406

BIBLIOGRAFIA 428

FONTES 437

ANEXOS 444

LISTA DE MAPAS, FIGURAS E TABELAS

Figura 01 – Localização dos Assentamentos Pesquisados 27

Figura 02 –Comunidades de Emigrantes Brasileiros no Paraguai 101

Figura 03 – Concretizando nossa Luta 190

Figura 04 – Área de Influência da UHE de Salto Caxias 278

Tabela 01 – Estabelecimentos/Paraná (1950-1996) 92

Tabela 02 – Área/Paraná (1950-1996) 92

Tabela 03 – Estabelecimentos/Brasil (1950-1996) 94

Tabela 04 – Área/Brasil (1950-1986) 94

Tabela 05 – População Residente, por Situação do Domicílio – Brasil (1940 –1996) 98

Tabela 06 – Público Potencial para a Reforma Agrária, Vários Estudos 103

Tabela 07 – Ocupações de Terras - Brasil 1987-2000 127

Tabela 08 – Violência no Campo Contra a Pessoa - 1985/2000 131

Tabela 09 – Conflitos no Campo 1985-2001 132

Tabela 10 – Violência no Campo/Brasil – Violência Contra a Posse/Propriedade 145

Tabela 11 – Renda Gerada por Hectare 391

Tabela 12 – Custos da Produção Agroquímica e da Orgânica. 391

Tabela 13 – Projetos de Colonização 445

Tabela 14 – Projetos de Reassentamentos da Eletrosul – Copel 445

Tabela 15 – Projetos de Assentamentos do Governo do Estado 445

Tabela 16 – Projetos de Assentamentos do Governo Federal 446

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Assentamentos Rurais: Complexidades do Presente

> E então num sítio qualquer, a história lembrar-se-á de dizer qual, os trabalhadores ocuparam uma terra. Para terem trabalho, nada mais, cubra-se de lepra a minha mão direita se não é verdade. E depois numa outra herdade os trabalhadores entraram e disseram, Vimos trabalhar. E isto que aconteceu aqui, aconteceu além, é como a Primavera, abre-se um malmequer do campo, e não vai logo Maria Adelaide colhê-lo, milhares de seus iguais nascem em um dia só, onde estará o primeiro, todos brancos e voltados para o sol, é assim como o noivado desta terra (José Saramago, *Levantado do chão*).

De tempos em tempos há recorrências que anunciam a crise no campo. Elas evidenciam, em diversas épocas, mudanças complexas nas relações sociais e na economia rural, cujos reflexos diretos podemos ver de diversas formas. O fato fundamental é que, com todas essas experiências transformadoras, ainda persistem práticas e formas de antigas idéias e valores, como ensina Raymond Willians[1]. No passado recente de nosso País, este quadro esboça-se de múltiplos modos, como na percepção do crescimento dos conflitos agrários, das ocupações de terra e à reação a elas, a exemplo do que se lia, em notícia estampada na imprensa escrita, em agosto de 1997. Em nome dos "produtores rurais", o latifundiário e deputado federal do Partido da Frente Liberal (PFL-PR), Abelardo Lupion[2], sentenciava: "A reação vai começar e será violenta. Quem invadir nossas propriedades vai ser recebido à bala".[3]

---

1 - WILLIANS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

2 - O latifundiário e deputado federal Abelardo Lupion, do PFL, mesmo partido do governador Jaime Lerner, é filho de Moysés Willie Lupion de Troya (ex-governador do Estado do Paraná - 1947-1951; 1956-1961, empresário vinculado a atividade da extração, beneficiamento e exportação da madeira e a grilagens de terras no estado). Abelardo elegeu-se, pela terceira vez, em 1998, com apoio maciço da Polícia Militar. Na campanha realizou seminários nos batalhões da Polícia Militar do Paraná, sob a fachada de serem seminários sobre a ação da PM e a reforma agrária. Foi reeleito como o segundo deputado federal mais votado. Logo após a reeleição, a União Democrática Ruralista (UDR) realizou uma assembléia em Terra Rica no dia 25 de outubro de 1998 e divulgou documento no qual exige providências do governador como uma resposta à "expressiva votação na região". Em seguida foi criada a Bancada Ruralista no Estado. Abelardo é um dos representantes da Frente Parlamentar da Agricultura no Congresso Nacional. (Cf. Revista Caros Amigos. *Como age a polícia de capuz.;* nº 27. São Paulo, junho de 1999. p. 18-19.; CPT. *Engajamento ideológico e partidário da PM/Pr às forças do latifúndio no estado.* Curitiba, 01 de outubro de 1998.).

3 - MUNHOZ, Aurélio. Proprietários rurais vão reagir ao MST. In: *Jornal o Estado do Paraná.* Curitiba, 26 de agosto de 1997. p. 3.

Naquele ano de 1997, ocorreram 53 ocupações no Paraná, envolvendo 3.972 famílias. Em todo o País foram 463 ocupações, envolvendo 58.266 famílias. No ínterim de 1987 a 1998, foram feitas 2.225 ocupações de terra, sendo 80, no ano de 1998, apenas no Estado do Paraná. Em abril de 1998, mais de 60 mil trabalhadores sem-terra estavam acampados no País. Os dados mostram que o número de acampamentos aumentou: eram 125 acampamentos no País em 1994, 512 em 1999, dos quais 103 no Estado do Paraná. Segundo o latifundiário, feito deputado, a reação violenta seria a única alternativa diante da incapacidade do estado de executar a reintegração de posse de propriedades ocupadas pelo Movimento Sem-Terra: "Não existe uma solução política para o problema. Se não temos a proteção do Estado, devemos nos proteger por nossa própria conta."[4] A reação se fez às ocupações nos meses que se seguiram à declaração do deputado. Durante o ano de 1997, no Paraná, foram assassinados quatro trabalhadores em conflitos de terra, oito em 1998, dois em 1999 e dois em 2000. Neste último ano, também ocorreram 39 despejos, somando 130 desde 1997.[5]

Estes números são indicativos de fissuras nas relações sociais no campo. Mostram que os trabalhadores sem-terra se têm insubordinado diante das práticas de domínio exercidas pelos fazendeiros. Denotam, pois, mudanças nas expectativas, nos valores e significados, que estes trabalhadores atribuem às formas possíveis de inserção social. O consenso em torno do objetivo de conquistar terra parece ser tão forte a ponto de levá-los a passar por cima do medo e da deferência às leis. As recorrências dos acampados e assentados, nas entrevistas orais, às suas trajetórias de vida e experiências de luta, reforçam esta evidência.

> O pessoal do sindicato e da CPT acabaram juntando nós agricultores, devido a muita gente sem terra. O banco tomando a terra porque não conseguiam pagar e aí se viu que alguma coisa estava errada. Começaram a se questionar. Quando eu estava em Curitiba, eu brigava com meu pai pra retornar pro interior. Lá nós não conseguimos sobreviver, passamos sempre apertados. "Nós temos que voltar pro interior porque lá pelo menos o que a gente come vai ter com mais facilidade". Voltamos pro interior trabalhar de rendeiro, mas também não sobrava. Tinha o que comer porque a gente trabalhava. Alguma coisa estava errada. Você via que alguém roubava de nós, alguém estava metendo a mão no nosso bolso. E com isso nós começamos discutir como fazer. A gente trabalhava e pagava a metade de renda pro patrão, então como nós íamos chegar à terra. Aí um grupo, de início não mais do que doze ou treze pessoas, no Sudoeste, ligadas aos sindicatos mais autênticos, à CPT, começou puxar a

---

[4] - Id. ibid.

[5] - Cf. Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. *Seis anos de governo Lerner*. Mimeo. p. 2-3.; www.cptnac.com.br.

> discussão. Até que a um ponto chegamos, temos que fazer alguma coisa, temos que ocupar.[6]

Um senso do que moralmente é justo e injusto permeia a narrativa do entrevistado sobre a desigualdade nas relações de trabalho vividas. Os valores morais, engendrados nas experiências de vida e trabalho, permitiram que a igualdade formal de sujeitos diferentes expressa na reciprocidade contratual do trabalho, fosse questionada na vida cotidiana pelo narrador sem-terra, a exemplo de muitos outros na mesma condição, desnudando a desigualdade real de tal relação de troca. Na explicitação da contradição entre igualdade formal e desigualdade real, inerente à forma contratual[7], engendra-se a resistência individual e coletiva. O excerto revela, pois, um fazer-se da história que consubstancia um processo complexo de formação dos sem-terra brasileiros e de sua luta política, com temporalidades diversas e desencontradas, no contexto da reprodução e expansão capitalista.

Nesta expansão, a constante intervenção do Estado, ao articular em suas ações a eficácia prática e política das formas, tem sido um poderoso aliado da acumulação do capital. Sua presença no espaço se dá, sobretudo, através de políticas que visam à modernização agrícola, beneficiando certas frações do capital. Tal ação interveniente, orientada por um modelo de desenvolvimento desigual para o campo, afirma a integração estrutural seletiva do camponês e é excludente do seu modo de vida. Engendra, pois, contraditoriamente, a expropriação/exclusão social[8] e a resistência organizada do campesinato como forma de recriar seu modo de vida.

---

6 - RIBAS, Antônio. *Entrevista*. Lindoeste, 20 de fevereiro de 1999. Ribas, desde 1978, atuava junto à Igreja, na CPT e como ministro de eucaristia e catequista. Sindicalizado, tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São João do Oeste, em 1982.

7 - As *formas* são mediações produzidas nas relações sociais como também, ao mesmo tempo, as produzem. Não há forma sem conteúdo: as formas contêm a existência social. Como também, não há conteúdo sem forma. A cada forma corresponde um conteúdo e uma função. Uma mesma forma pode receber conteúdos diversos conservando sua identidade. Passado e presente estão amalgamados numa mesma forma de conteúdos diversos. A título de exemplo, a forma contratual possui múltiplos conteúdos evidenciados no contrato de casamento, de venda ou compra, de trabalho, etc., mas a forma em todas as situações é a mesma: o contrato é sempre definido pela reciprocidade. Observa-se, no entanto, a reciprocidade não significa, na maioria dos casos, igualdade. O Estado articula através de suas ações a eficácia prática e política das formas. Ou seja, é a forma política que estabelece a coesão social. "*As formas, simultaneamente, organizam o cotidiano e se projetam sobre a cotidianidade. Todas juntas não chegam a reduzi-la. A cotidianidade resiste, residual e irredutível. Apesar dos esforços para institucionalizá-lo, o cotidiano foge; sua base se furta, ele escapa ao assalto das formas.*" (LEFEBVRE, 1991: 193). Assim, ao mesmo tempo em que a modernidade busca a homogeneização do tempo e do espaço, engendram-se contradições (LEFEBVRE, Henri. A teoria das formas. In: *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p. 186-199.; _____ . *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura, 1983. p. 97; 235.).

8 - A categoria *exclusão social* tornou-se central nos estudos sobre movimentos sociais nos anos 90, permitindo, ao mesmo tempo, a análise dos processos engendradores da exclusão como às formas de resistência elaboradas pelos excluídos (Cf. GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. p. 265-266.). O processo de

Subordinados nos processos de expropriação, fragmentação e apropriação do território, pelo capital, os camponeses historicamente se têm insurgido numa rebeldia tenaz contra este modelo de desenvolvimento, o que os colocou em confronto com outros segmentos sociais cujos interesses diferem dos seus, dentre os quais o dos grandes proprietários de terras. No passado recente, os camponeses, orientados por referenciais político-religiosos da Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), traduziram seus próprios valores em movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento Justiça e Terra – MJT, Comissões Regionais de Atingidos por Barragens - Crabs, compondo o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, entre outros), teceram uma resistência transformadora para além do espaço local.

No fazer-se da resistência organizada, os trabalhadores rurais têm procurado permanecer no campo articulando, com seus mediadores, estratégias de ação política e experiências coletivas e individuais de vivência comunitária, de apropriação do espaço e de organização da produção. Disputam recursos do fundo público e, nos assentamentos, (re)criaram diversas experiências de cooperação e agroindustrialização, desde formas mais simples de trabalho, como o mutirão, até formas de cooperação mais complexas, como as cooperativas de produção agropecuária, onde a terra e o trabalho são coletivos. Buscam, através delas, inserção no mercado, como forma de agregar valor e melhorar a qualidade de vida.

O presente trabalho trata dessas experiências a partir do tecer-se da vida cotidiana[9] nos assentamentos rurais nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná,

---

exclusão social vem acompanhado da *expropriação*, não redutível à expropriação dos bens materiais, dos instrumentos e meios de produção. A exclusão social no Brasil ocorre através da pobreza e a ela estão associadas outras formas: o analfabetismo, o desemprego e o trabalho infantil. Assim, utilizo o termo para referir, em seu sentido mais geral, a expropriação das condições de produção da vida, o que inclui a expropriação da terra. Sobre desigualdade e exclusão social no Brasil ver, SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

9 - A noção de *cotidiano* designa o espaço do social: espaço que compreende a produção do ser humano de seu próprio modo de ser e existir; *locus* onde se processam práticas de dominação, o exercício de mecanismos de controle e as estratégias de sobrevivência. O cotidiano engendra a contradição e, por isso, nele se constroem as dimensões da luta de classe, da resistência espontânea e organizada, do confronto com o sistema, da cultura das classes trabalhadoras, da constituição das redes de solidariedade e de conflitos. Em suma, o cotidiano é produto e resíduo, é resultado das formas, pois elas *"organizam o cotidiano e se projetam sobre a cotidianidade"* (LEFEBVRE, p. 193), mas não conseguem reduzi-la (ver nota 7). O cotidiano é tempo da extinção e da criação, nele se processam as condições das atividades criadoras e da reprodução da vida social, de objetos e de obras, em sentido amplo. Destarte, as dimensões do local, do tempo presente, do passado e os *possíveis,* revelam-se no cotidiano vivido (LEFEBVRE, Henri. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Op. cit. Ver também PETERSEN, Silvia R. Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá et. al. (Org.*). Territórios do cotidiano*. Porto Alegre Editora da UFRGS & UNISC, 1995. p. 57-73.; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na "belle epoque". São Paulo: Brasiliense, 1986.).

entre 1985 e 2001. Analisar as experiências de organização social e da produção dos assentamentos constitui o objetivo central. A investigação centrou-se nas contradições evidenciadas nos processos de organização das diferentes formas de cooperação e de associativismo[10] e de como foram vividas pelos assentados no fazer-se das experiências cotidianas.

A cooperação, sobretudo a forma coletiva da terra e do trabalho, é proposta pelo MST como forma de superar o modo tradicional de produzir do camponês. Segundo o movimento, trata-se de uma forma conservadora de produção ("produção artesanal") praticada em unidades familiares individuais. Esta representação[11], divulgada nos cadernos de formação e de cooperação agrícola, afirma que aceitar a terra dividida em lotes individuais e ou não participar de alguma forma de cooperação agrícola, significa submeter-se a lógica do mercado, ao processo de exclusão que os tornaram sem-terra. A cooperação é vista como uma alternativa a essa lógica. Através de diversas formas de cooperação, o MST e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (Crabi), vinculada ao MAB, inspirada nas experiências, pretendem viabilizar economicamente os assentamentos e ampliar a luta política pela reforma agrária, contrapondo-se à lógica da ação interveniente do Estado na questão agrária.

Fundada historicamente na oposição entre o moderno e o arcaico, a ação do Estado articula-se na perspectiva do mercado, confrontando-se aos valores da economia moral camponesa[12] e à proposta de reforma agrária do MST, ambos vistos

---

10 - Utilizo a noção *formas de cooperação e associativismo* para designar, de modo geral, os múltiplos modos de cooperação organizada (com existência legalizada ou não, próprios da cultura camponesa e ou induzidos pelos mediadores), entre diferentes sujeitos sociais para a realização de determinados objetivos. Elas engendram relações sociais que denotam vínculos de reciprocidade permeados por valores morais e interesses comuns.

11 - As *representações* são mediações entre o ser e o conhecer, entre o vivido e o concebido, entre o representado e o representante. São produtos de processos sociais, estando, portanto, referidas ao problema da dominação e exploração. Na análise dialética da relação entre o vivido e o concebido (a teoria e "também as "ideologias" trabalhadas em função de um objetivo estratégico") a representação é o percebido (o terceiro termo que interpreta as experiências sociais). Os termos que foram separados pela teoria do conhecimento (pelo idealismo e marxismo) se encontram no vivido que informa os possíveis da ruptura. Ou seja, entre o conhecimento e o vivido existe uma tensão: o conhecimento do mundo moderno não apreende tudo, revelando um desconhecimento. Destarte, o movimento dialético entre o vivido e o concebido nunca cessa. Para uma superação entre o vivido e o concebido, é preciso auscultar as presenças e ausências das representações, relacionando-as com quem as produz, estabelecendo a crítica analítica do pensamento produzido e a crítica da vida cotidiana. Portanto, a representação e a crítica das representações não se definem unicamente pelo concebido e pela sua crítica, mas através da relação com uma vivência (presença) (Cf. LEFEBVRE, *La presencia y la ausencia*. Op. cit., p. 69-70).

12 - Por noção de *economia moral* pretende-se expressar o senso de justiça que norteia a concepção de relação de troca dos camponeses. Mesmo com inserção no mercado, os camponeses orientam-se por referenciais morais, em confronto com a desigualdade da relação de troca na economia capitalista. O

como anacronias no tempo presente. Moderno e arcaico são díades do capitalismo e seu desenvolvimento desigual. Todavia, o Estado promove uma manipulação ao afirmar o tempo do moderno como o único móvel da sociedade. Trata-se de uma visão dual da dinâmica social: o arcaico e o moderno são vistos como alternativas excludentes. Criam-se, aí, na conjugação entre as elites e um Estado de baixa intensidade democrática, as condições para um padrão de dominação (hegemonia).[13] As elites, habituadas a apropriar-se da riqueza nacional, e o Estado propagam a idéia de que se faz necessário, para um crescimento econômico-social mais substantivo, eliminar os resquícios do passado. Ao mesmo tempo elaboram representações desqualificadoras do camponês, entre as quais: de atrasado, indolente e incapaz. Estas representações dissimulam as relações concretas, os mecanismos de concentração da renda, poder e capitais, ao reforçar um olhar disseminado pela teia social sobre o camponês e sua produção em unidades familiares, como resíduo do passado a ser superado. Entre inúmeros exemplos que podem ser evocados, uma das reportagens publicadas pela "Revista Veja" sobre a marcha organizada pelo MST, em 1997, para chamar atenção ao primeiro ano da morte de 19 trabalhadores em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, serve para dar tom às tintas deste quadro:

> Maiores que ele mesmo, os sem-terra servem de símbolo para o Brasil pobre e atrasado.(...). É difícil ficar contra eles, mesmo sabendo que seus métodos políticos têm um cerne antidemocrático. Afinal, são gente honesta, que quer trabalhar a terra, educar os filhos. E, com tanta terra sobrando, eles vagam, como assombrações, desde o tempo de Antônio Conselheiro.[14]

Como se pode observar, a citação remete à representação dual da sociedade brasileira, uma sociedade marcada pelo contraste do arcaico e do moderno, do atraso *versus* o progresso. Em poucas frases, a reportagem deixa transparecer uma visão conservadora da política, ao realçar um suposto caráter antidemocrático nos métodos de intervenção dos camponeses que se organizam e lutam pelo acesso à

---

sentido da noção é tributário de Thompson, que, ao estudar as revoltas populares no século XVIII, na Inglaterra, escreve: "*... estes agravos operavam num consenso popular quanto a que práticas eram legítimas e quais ilegítimas na comercialização, na preparação do pão, etc. Isto estava por sua vez baseado em uma idéia tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas próprias dos distintos setores da comunidade que, tomadas em seu conjunto, pode-se dizer que constituíam a ´economia moral´ dos pobres.*" (THOMPSON, E. P. La economia " moral" de la multidud en la Inglaterra del siglo XVIII. In.: _____ . *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. p. 63-134. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 65-66. Também publicado em _____ . *Costumes em comum.* Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202. Nesta obra, ver também *Economia moral revisitada*, p. 203-266.).

13 - Noção desenvolvida por SANTOS, Boaventura de Souza. As lições do penúltimo tango. In: Folha de São Paulo. *Tendências/debates*. São Paulo, 06 de fevereiro de 2002.

14 - Revista Veja n. 1492, 23 de abril de 1997. p. 26.

terra e pela reforma agrária. Reatualiza representações que a sociedade litorânea nutria em relação à população do interior do país, no final do século passado e início deste. A recorrência sinaliza uma continuidade entre Canudos com a tragédia que não raras vezes marca os conflitos pela terra na atualidade. O conteúdo da representação revela estratégias homogeinizadoras que fazem parte do espaço de conflitos e violência no campo brasileiro, "de um Brasil que se atualiza sem alterar as estruturas de dominação, que promove a modernização sem mudança"[15], que moderniza o campo sem alterar a estrutura fundiária.

Foi desse modo que, no processo de expansão do capitalismo, os mecanismos de exclusão instaurados no século XIX foram reatualizados, permitindo a concentração das terras e do poder político nas mãos dos grandes proprietários, e, assim, continuaram impedindo o acesso de milhares de famílias à terra e viabilizaram a utilização de enormes áreas para a especulação e como reserva de valor. A Lei de Terras de 1850 criou mecanismos de eliminação de formas camponesas mais antigas de apropriação da terra e recriou outras, e contribuiu para o surgimento de um novo campesinato moderno, formado por pequenos proprietários, cuja existência é mediatizada pela mercadoria terra e dependência ao mercado. Durante o século XX a expansão capitalista teceu a expropriação do lavrador pelo capitalista, sob os incentivos financeiros do Estado. A apropriação privada da terra expandiu-se, eliminando e, simultaneamente, recriando formas de produção camponesa.[16] O

---

[15] - IOKOI, Zilda Grícoli. Violência e barbárie na era da globalização. p. 596. In: *Simpósio Nacional de História* (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras / Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999. p. 591-608. A autora tece essa interpretação a partir de EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[16] - Cf. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 43. A reprodução ampliada do capital é um processo que, na sua complexidade, engendra a preservação e a criação de formas sociais não-capitalistas: o desenvolvimento desigual e contraditório da formação econômico-social capitalista no campo é responsável pela persistência do campesinato e até pela sua expansão: "*A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital*" (OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 67). Portanto, a permanência de maior duração de determinadas formas sociais em nossa sociedade, como também em outros países, não é anacronismo *"incompatível com a racionalidade do capital. Muito ao contrário. Sem ele, provavelmente, a reprodução capitalista entraria em crise. É a mediação e expressão de contradições específicas do processo do capital"* (MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 92-93). Martins e Oliveira operam metodologicamente com a noção de formação econômico-social segundo a acepção dada a ela por Henri Lefebvre. Esta noção "*designa tanto um segmento do processo histórico - a formação econômico-social capitalista - quanto o conjunto do processo histórico."* Essa duplicidade estabelece "*o princípio explicativo de totalidade e, ao mesmo tempo, de unidade do diverso. (...). ... as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas*" (MARTINS, José

Estado não articulou mecanismos de alteração da tendência de concentração fundiária, reinserindo a população do campo que demanda terra. Assim, persiste a concentração da terra, o autoritarismo, o clientelismo, bases do antigo poder oligárquico reatualizado.

Com efeito, a problemática abordada neste estudo remete a um processo de luta política pela terra de longa duração histórica, no interior do qual se evidenciam experiências de pessoas comuns vividas em movimentos sociais que transformam trabalhadores expropriados em uma coletividade em luta, num fazer-se tenso e conflituoso. Há práticas dos assentados que pretendem restabelecer o modo conhecido de vida camponês e há *práxis* em torno de projetos de nova organização comunitária e cooperativa propostos pelos mediadores. Esta contradição explicita-se no próprio processo da resistência organizada: nos significados e objetivos que os trabalhadores e seus mediadores conferem às diversas formas de solidariedade, de ação política, na luta pela terra e pela reforma agrária.

O acampamento e a ocupação são evidências neste sentido. O que mobiliza os trabalhadores a entrar em acampamentos? O que os leva a romper com a mentalidade de respeito à propriedade e ocupar terras? Limitar-se à afirmação de que "lutam pela terra" e ou "lutam pela reforma agrária", como se tem feito, é reduzir a complexidade da questão. Na utilização da expressão "luta pela terra" e "reforma agrária", evidenciam-se múltiplos e diversos significados.[17] São, pois, expressões que explicam pouco. Trata-se de uma espécie de reducionismo. Como se verá neste trabalho, para além das motivações materiais, há outras motivações que movem os sem-terra, relacionadas aos seus valores morais e tradições.

Entre os diversos sentidos que as diferentes formas de resistência coletiva ganham na luta pela reforma agrária, elas são estratégias adotadas pelos trabalhadores rurais contra a migração e como meio de conquistar a terra e projetar a utopia de liberdade e autonomia. Tal utopia defronta-se com as formas modelares de organização da produção do MST nos assentamentos, especialmente quando apresentadas sem uma discussão mais consistente nas bases. Elas são vistas pelos assentados como limites à realização da liberdade e autonomia.

---

de Souza. (Org.). As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 14-17).

17 - Paráfrase de SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. p. 74. In: *Novos estudos Cebrap*, n. 58, novembro 2000. p. 73-93.

Nestes termos, os conflitos vivenciados nas experiências de cooperação nos assentamentos rurais indicam que, para os assentados, na terra conquistada trata-se de recriar seu modo conhecido de vida. Já para os mediadores, o assentamento representa a continuidade do "mundo encantado da luta", tecido no fazer-se dos acampamentos ou nas ocupações de terra. Desse modo, orientados por uma utopia igualitarista e informados por uma concepção de mundo moderno, os mediadores têm dialogado a partir de uma visão do urbano e de teorias estranhas ao meio rural. A coletivização da terra e do trabalho é externa as culturas do caboclo e do colono, principais formadores do campesinato do sul do País. Ao mesmo tempo, tanto o projeto dos assentados como o do MST, colidem com a política agrária do Estado que, orientada pela ótica do mercado e valores da modernidade, afirma a territorialidade capitalista.[18]

A própria expressão *sem-terra* é uma evidência deste desencontro. A representação *sem-terra* revela e oculta ao mesmo tempo. Se, de um lado, a expressão possibilitou a articulação de uma identidade política de diferentes categorias sociais, de outro lado, homogeneíza a diversidade de seus projetos sociais. O MST considera como trabalhador rural sem-terra os que demandam terra (arrendatários, meeiros e parceiros, assalariados rurais, posseiros, agricultores familiares proprietários de menos de 5 hectares, filhos de agricultores familiares com propriedades de até 50 hectares, que não têm condições de se reproduzir como pequenos proprietários e acampados[19]). Do sentido político da luta dos *sem-terra,* pode-se depreender que a

---

18 - Sobre o embate entre a territorialidade camponesa e a territorialidade capitalista no Brasil, a partir do conflito entre valores da modernidade e valores camponeses, ver MARQUES, Marta Inez Medeiros. *De sem-terra a "posseiros"*. A luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas retiro e velha (GO). São Paulo: USP, 2000. Tese. A autora emprega o termo territorialidade para referir "*um conjunto de relações associadas à organização do espaço em áreas distintas e exclusivas, ao menos parcialmente, para seus ocupantes ou aqueles que as definem*". (p. 12). Sua acepção apóia-se na de Raffestin, que designa por *territorialidade "a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade*" (RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. p. 158. Apud: MARQUES, op. cit., p. 21).

19 - (i) Parceiro: relação de trabalho na qual o agricultor familiar e o proprietário da terra dividem entre si os custos da produção. O parceiro entrega parte da produção, em geral, 30% do que colheu. O agricultor entra com trabalho, ferramentas e, algumas vezes, também com sementes. O proprietário entra com a terra, às vezes também com sementes e ou adubo. Quando a produção é dividida em partes iguais, o agricultor é conhecido como meeiro. Em suma, a divisão do resultado e as condições de produção são diversas. (ii) Posseiro: agricultor familiar que cultiva uma determinada área como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra. (iii) Assalariado rural: agricultor que vende seus dias de serviço a um fazendeiro qualquer. Pequeno agricultor: proprietário de pequena parcela de terra (módulo rural que varia segundo as regiões) e trabalha com sua família. A terra é insuficiente para a produção das condições materiais da existência, assim, para reproduzir-se precisa de mais terra. (iv) Arrendatário: agricultor familiar que arrenda terra por um preço fixo previamente acertado. Tal preço pode ser pago em dinheiro ou em produto, independentemente do volume da produção obtida na colheita. Há também grandes arrendatários que não são sem-terra. Trata-se dos arrendatários-capitalistas. (Cf. STÉDILE, João Pedro & GORGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no*

representação, ao designar tanto o *sem-terra acampado* como o *sem-terra assentado*, para além da condição de vida destes sujeitos sociais, afirma uma identidade política. E, ainda, na existência de diferentes categorias sociais, sob um mesmo termo, modos de vida, temporalidades distintas e coexistentes no tempo presente, revelam tradição e valores da modernidade a todo instante na organização social dos assentamentos rurais. A constituição destes modos e a alteração das condições de vida dos trabalhadores sem-terra remetem ao processo histórico de apropriação da terra pelo capital e a expropriação e subordinação destas categorias sociais.

Com efeito, estamos lidando com um problema complexo que não se restringe ao tempo presente. Ele se consubstancia na simultaneidade e no desencontro de diferentes temporalidades constitutivas de processos históricos e sociais de longa duração. O entendimento de tal problemática impõe uma abordagem tecida sob o ângulo das contradições da experiência social. Para tal, cabe ao historiador, no seu ofício, partir de uma descrição que problematiza a complexidade das relações e representações sociais do tempo presente, apontando as diferentes dimensões inter-relacionadas do seu problema, para, em seguida, deslindá-las numa análise histórica e, desse modo, compreender como o passado engendra o presente[20].

Nesta perspectiva, os números acerca dos assentamentos revelam elementos significativos. Segundo o Incra, entre 1995 e 2000, foram assentadas 481.962 mil famílias. Para o MST, o número é bem menor. No período apenas 280 mil famílias teriam sido assentadas. Segundo o MST, o Incra inclui inúmeros projetos de colonização em terras públicas, desapropriações em glebas virgens e legalização de posses, como assentamentos de reforma agrária, e, até mesmo, projetos que, efetivamente, ainda não foram implantados.[21] O que se constata num primeiro olhar,

---

Brasil. São Paulo: Scritta, 1993. p. 25-29.). Muitas vezes, o arrendatário, o pequeno agricultor e seus filhos, assumem também a condição de bóia-fria ou *trabalhador volante*. Mas, em geral, esse trabalhador mora nas periferias das cidades, vende sua força de trabalho aqui e acolá para os proprietários de terra sem contrair direitos trabalhistas.

20 - Ver Henri Lefebvre. LEFEBVRE, Henri. Perspectivas de la sociologia rural. In: *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. p. 61-84.; MARTINS, *Henri Lefebvre ...*, op. cit.).

21 - ABRA. *Relatório dirigido a FAO*, em setembro de 2001. Apud: Jornal dos trabalhadores rurais sem terra. Ano XX, n. 215. São Paulo, outubro de 2001. p. 8. Sobre os números da reforma agrária no Brasil, convém observar: a) Para além das disparidades, o que é preciso salientar é que, se os números do governo não são de todo confiáveis, também os do MST - que ao sabor da luta política para fazer avançar a reforma agrária são maiores ou menores - não são de todo confiáveis. Além disso, há de fato uma dificuldade em estabelecer precisamente os números da reforma agrária, e, sobretudo, em relação aos conflitos e à violência no campo. b) A ausência de números mais precisos contribui para ocultar a barbárie, a violência e a exclusão social no campo, ao mesmo tempo que estimativas superiores às reais servem para afirmar uma reforma agrária que não reforma a estrutura fundiária. c) A imprecisão dos números é maior naqueles que se referem aos conflitos, ocupações e violências praticadas contra os trabalhadores rurais e camponeses. A coleta destes números é precária e

na controvérsia acerca de números, são sujeitos sociais com distintas concepções e interesses em luta. O governo utiliza-se de números para mostrar que está fazendo reforma agrária. O MST, objetivando a necessidade desta, contesta os números do governo e segue com os acampamentos e ocupações de terra. No Paraná, a exemplo do que ocorre na maioria dos estados, na medida em que a reforma agrária está sendo proposta e exigida de baixo para cima, e não o contrário, a polícia militar é mobilizada para os despejos e ou atuam as milícias dos fazendeiros. O governo federal move-se mediado pela impactação social do conflito decorrente das ações dos sem-terra. Ao acionar os assentados e os que demandam terra, o MST e outros movimentos sociais acirram o conflito, forçando o governo a ver a questão da terra como um problema. Neste terreno tenso e movediço, conquistam-se novas desapropriações e recursos do fundo público, que, embora não suficientes, são aplicados, pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), na criação dos assentamentos e, pelos assentados, na compra de sementes, infra-estrutura e formação de cooperativas.

Entre os estudiosos que examinam a questão, do ponto de vista das elites dirigentes do país, não há no Brasil propriamente uma questão agrária a resolver e, portanto, a reforma agrária é desnecessária. Para estes analistas, o capitalismo brasileiro está transformando rapidamente a estrutura da propriedade da terra, a economia agrícola e a sociedade rural. A expropriação da terra, o êxodo rural, a drástica redução da população rural para cerca de 22%, conforme constatou o censo do IBGE 1995/96, a miséria no campo, constituem problemas que o próprio dinamismo da modernização capitalista eliminará. Assim, a modernização agrícola passa a ser estabelecida como estratégia para aumentar a produtividade bem como a produção agrícola de exportação e as desapropriações de terra são abandonadas.

Para Francisco Graziano Neto, como não há grande quantidade de terra improdutiva e o número de beneficiários de reforma agrária declinou, dever-se-ia adotar uma política integrada de desenvolvimento rural.[22] Já que a agricultura não

---

limitada, já que é feita em jornais e através das denúncias feitas à CPT. Possivelmente nem todos os conflitos e violências, quer físicas ou contra a propriedade, sejam registradas na medida em que não foram noticiadas pelos jornais, como também nem todas as violências físicas, por exemplo, sejam comunicadas à CPT por aqueles que as sofreram ou por terceiros. Também é possível que um mesmo caso seja registrado mais de uma vez. Não obstante isto, os dados disponíveis fornecem evidências seguras para a compreensão e elucidação das contradições engendradas no processo de desenvolvimento do campo brasileiro e das políticas formuladas para este espaço. Assim, neste trabalho, utilizaremos dados tanto da CPT e do MST, quanto do Incra e do IBGE, privilegiando os dados que entendermos serem os mais confiáveis para cada tema abordado. Quando possível, cruzaremos os dados entre si.

22 -"*Mas o fato concreto é que isso não aconteceu naquela época. Pior, não existe fórmula para fazê-lo agora! Aplicar a receita antiga, distribuindo um pedaço de terra para o trabalhador e, em seguida, proporcionar*

teria mais o mesmo peso no desenvolvimento econômico do País, tornar-se-ia necessário investir tecnológica e financeiramente nas propriedades existentes, aumentando a produtividade e o número de empregos. A reforma agrária seria apenas necessária para eliminar conflitos localizados, devendo vir acompanhada de alternativas modernizantes e de uma rearticulação do rural com o urbano, inserindo-o no mercado global.

Movendo-se nesta direção, o governo FHC, diante da dificuldade de derrotar politicamente o MST, passou a definir os assentados como uma nova clientela dependente do Estado[23] e passou a centrar sua ação na alteração das regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, de modo a minar as duas fontes fundamentais de sustentação do movimento: a concretização da desapropriação das terras ocupadas e o bom desempenho de alguns assentamentos diante da situação de crise da agricultura familiar. Nesta perspectiva, a reforma agrária deve ser adotada apenas como uma política de compensação social e, para tal, ser deslocada da esfera do Estado para a do mercado e descentralizada para os estados da federação. Evidências concretas destas idéias são o programa Cédula da Terra, criado em 1997, e seu desdobramento, o Banco da Terra – ambos contando com recursos do Banco Mundial.

Desde sua criação, utilizando-se do marketing político, o governo federal tem propagado a idéia de que, disponibilizados os recursos para a compra de propriedades, estaria solucionando o problema dos conflitos agrários e as unidades familiares (dos assentados e outros pequenos agricultores beneficiados pelo programa) poderiam ser inseridos competitivamente no mercado agrícola global.[24] Nas entrelinhas deste discurso, anuncia-se uma integração seletiva dos pequenos

---

ajuda ao felizardo, não é mais garantia de sucesso. Primeiro porque a economia é agora extremamente competitiva. O mercado seleciona produto, determina tipos, impõe qualidade, tudo muito diferente de outrora, quando se produzia feijão e abóbora e se vendia na feira. Antes, bastava uma enxada e muito suor para progredir. Agora, sem capital e tecnologia nada adianta. Segundo porque os latifundiários se modernizaram e, ademais, o grosso da população reside nas cidades. (...).Transformar os pequenos agricultores pobres em produtores competitivos é o maior desafio da reforma agrária dos anos 90. (...) importa é democratizar a terra e modernizar o campo, fazendo uma reforma agrária da produção, criando empregos e renda. Pelo processo democrático (NETO, Francisco Graziano. Entrevista. In: *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 5 de janeiro de 1997. Ver também _____ . *A tragédia da terra*: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/UNESP, 1990.).

[23] - Declarou Fernando Henrique Cardoso: "*Os sem-terra são funcionários públicos do campo. Não adianta dar acesso à terra para criar uma clientela dependente do Estado (...) o que foi feito no Brasil, em nome da reforma agrária, foi ampliar a quantidade de pessoas que dependem do governo federal, sem resolver, portanto, a vida das pessoas e agravando a situação do caixa do governo federal.*" (Apud: Folha de São Paulo. *FHC muda forma de desapropriação*. São Paulo, 14 de agosto de 1999.).

agricultores na agroindústria, a extinção da agricultura familiar de subsistência, a redução do emprego agrícola e a redução da população rural, a qual se estima que venha a ser apenas de cerca de 8% na próxima década.[25] Esboça-se aí uma rearticulação da histórica integração estrutural seletiva e excludente da população rural que demanda terra, com a criação de um número de assentamentos insuficientes para alterar a estrutura agrária concentradora e os incentivos limitados à agricultura familiar, paralelamente à proteção e incentivo à produção nas grandes propriedades.

No Oeste/Sudoeste do Paraná, este quadro de traços paradoxais explicita-se de forma contundente. A ocupação do território e a expansão do capitalismo, nesta região, engendraram processos de exclusão e exploração. Os dramas sociais ali vividos foram tecidos pelas profundas modificações que o mundo rural brasileiro sofreu, sobretudo, durante a segunda metade do século XX, e que culminaram, no passado recente, com a construção de várias usinas hidrelétricas, a "modernização da agricultura" e o intenso êxodo rural.

A região caracteriza-se pelo plantio da soja, do milho e do trigo, como principais culturas desenvolvidas. Denominada, entre as décadas de 1940 e 1960, de "fronteira agrícola" [26], em função da fertilidade de suas terras, atraiu milhares de colonos, em sua maioria, vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através da ação de companhias colonizadoras privadas e através das políticas de colonização do próprio Estado. Ocorreu, assim, paulatinamente a privatização das

---

24 - Sobre reforma agrária de mercado, ver CARVALHO, Horácio Martins. Banco da Terra: o banco para os donos da terra. In: *Revista Sem Terra*, fev./mar., n. 34. São Paulo: ANCA, 1999.

25 - Características do modelo de desenvolvimento para o campo do governo FHC e das elites, apontadas por STÉDILE, João Pedro. O projeto das classes dominantes para a agricultura. In: CÂNDIDO, Geraldo. *Situação e perspectivas da agricultura brasileira.* Brasília: Senado Federal, 2000. p. 51-52.

26 - A noção de *fronteira* não é redutível ao seu sentido geográfico, expresso pela legislação pertinente como uma faixa que compreende uma área de 150 Km de largura, paralela à linha divisória do território nacional. Considerada área de segurança nacional, nela é vedada, sem prévia autorização do órgão federal competente, a concessão de terras, abertura de vias de transportes e instalação de meios de comunicação, construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; estabelecimentos ou exploração de indústrias que interessem a segurança nacional. (Cf. Lei nº 6634, de 02/05/79 e Decreto nº 85.064, de 26/08/80, que dispõem sobre a Faixa de Fronteira.). Também não é redutível à expansão e aos limites territoriais. Ela designa situação de extremos socioespaciais e de complexidades do humano: do cultural, das diferenças étnicas, socioeconômicas e de classe, fortemente inscritas e denunciadas pelo vivido. "*À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como índios de um lado e civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História*" (MARTINS, José de Souza. *Fronteira:* A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 150-151).

terras. O modo de vida do colono, o do fazendeiro, e a ação das companhias colonizadoras, interagiu com a do caboclo, sobrepondo-se a ele e ao modo de vida dos indígenas. Neste processo, surgiram múltiplas formas de resistência em contraposição à lógica capitalista, entre as quais a Revolta dos Colonos do Sudoeste, em 1957.

Os conflitos vieram junto com a expansão da economia de mercado na região, com valorização das terras e sua transformação em mercadoria. Tal modelo de desenvolvimento resultou, entre outras inovações, na construção de cinco usinas hidrelétricas (no Rio Iguaçu: as Usinas de Salto Caxias, Salto Segredo, Salto Osório, Salto Santiago; no Rio Paraná: a Usina Hidrelétrica de Itaipu). Também engendrou contraditoriamente um processo de "desenraizamento", cujos ingredientes mais visíveis são a expropriação (só a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu levou à desapropriação de 38.445 hectares da área rural), o aumento da concentração fundiária, o êxodo rural, desigualdades e resistências sociais.

Com o apoio da CPT e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, os colonos atingidos pela Itaipu criaram o Movimento Justiça e Terra, em 1978. O conhecimento acumulado nas experiências de luta dos atingidos levou, três anos mais tarde, em 1981, à criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). Nos dois anos subseqüentes, o movimento dos sem-terra foi organizado regionalmente em todo o estado. Em 1984, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mais recentemente, em 1991, foi criada a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (Crabi). Com os desdobramentos das lutas dos atingidos, desde fins da década de 70, foi articulado o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), em Curitiba, em 1991.

No primeiro semestre de 1999, o MST registrava 80 acampamentos no Paraná, com cerca de 9.000 famílias, montados nas margens das rodovias ou em áreas ocupadas. Essas famílias estavam instaladas em barracos de lonas pretas e, às vezes, amarelas, sustentadas por varras de bambu e galhos de árvores. Famílias de trabalhadores que reivindicavam reforma agrária, identificavam-se como arrendatários, bóias-frias, filhos de pequenos agricultores, posseiros, desempregados da cidade. Despejos, num total de 35 (cento e trinta desde o início do governo Jaime Lerner, em 1995) se seguiram naquele semestre, 173 trabalhadores foram presos, dois foram assassinados, 20 foram ameaçados de morte.[27] Ao mesmo tempo,

---

[27] - Cf. MST. *Revista sem-terra*. São Paulo, abr./mai./jun., ano III, n. 12. 2001. p. 10-14.

manifestações públicas foram realizadas nas cidades, entre as quais, Curitiba, a capital do estado. Para lá se deslocaram grupos de acampados de todo o estado. Um acampamento foi montado no dia 06 de junho de 1999, na Praça do Centro Cívico, em frente ao Palácio Iguaçu, sede do governo estadual, ladeado pela Assembléia Legislativa e Palácio da Justiça. Este acampamento foi uma resposta à violência desencadeada, durante os primeiros meses de 1999, pela polícia militar e milícias dos grandes proprietários. O acampamento resistiu até a madrugada de 27 de novembro de 1999, quando os acampados foram violentamente despejados.

A existência de acampamentos de trabalhadores rurais no Paraná não é fato recente. Os colonos e posseiros na Revolta do Sudoeste acamparam, em 1957, em frente à sede da empresa ferroviária. Os pequenos proprietários, posseiros e arrendatários, ameaçados de expulsão pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, acamparam em frente ao escritório da empresa, no município de Santa Helena, em 1980, e, no ano seguinte, no município de Foz do Iguaçu, no trevo que dá acesso à cidade. Com a organização do movimento dos sem-terra, os acampamentos e as ocupações de propriedades improdutivas multiplicaram. Em dezembro de 2000 existiam cerca de 500 acampamentos no País.[28] Estes números indicam que está em curso um processo de fratura nas relações sociais no campo. Da estratégia do acampamento para fazer pressão com a posterior dispersão, dos anos 60 e 70, passou-se à ocupação e à resistência no solo ocupado, montando ali os trabalhadores seus acampamentos. No Paraná, os acampamentos à margem das rodovias passaram a ser, via de regra, um espaço e tempo de organização da ocupação. Os acampamentos são montados nas propriedades ocupadas sem o consentimento dos seus supostos donos ou legais, já que alguns, que se dizem proprietários, não passam de grileiros.[29]

Confrontando os dados do MST e do Incra, o Estado do Paraná possuía, em junho de 2000, um total geral de 13.465 famílias assentadas em 253 projetos, dentre os quais, 14 são reassentamentos de Usinas Hidrelétricas e 225 projetos são de reforma agrária. Dos assentamentos vinculados ao MST, no Paraná, quando iniciei a pesquisa, em 1998, três possuíam uma organização totalmente coletiva na forma de agrovilas (CPAs). Atualmente existem 14 cooperativas dos assentados do MST no Paraná: sete de prestação de serviços regionais (CPSR), cinco

---

[28] - MST. *Jornal dos trabalhadores rurais sem terra*, Ano XIX, n. 26. São Paulo, dez./jan. 2001. p. 9.

[29] - Cf. observou SIGAUD, *A forma acampamento...*, op. cit., p. 74-75.

de produção agropecuária (CPAs), uma de produção e prestação de serviços (CPPS), uma de crédito (CRED). Em todo o Brasil, existem 86 cooperativas vinculadas ao Sistema Cooperativista do MST (SCA).

Se, de um lado, o número de projetos de assentamentos e de famílias assentadas não tenha revertido a tendência da concentração fundiária, de outro lado, reforçam a tese de que a expropriação dos camponeses não leva necessariamente à proletarização. Ao mesmo tempo, os assentamentos existentes possuem um valor estratégico, tanto do ponto de vista sociocultural e político, quanto aos elementos que fornecem para uma avaliação das ações governamentais de reforma agrária.[30] Com a implantação dos primeiros projetos de assentamentos rurais do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), o debate acerca dos limites e das possibilidades históricas da reforma agrária ganhou novos contornos e resultou num grande número de estudos.

Nesta direção, os dados disponíveis circunstanciados pela observação direta, informam uma diversidade de projetos sendo desenvolvidos. Esta constatação contrapõe-se ao termo *assentamento*, formulado pelo estado, revelando ocultamentos. O termo aglutina distintas concepções e ações da política governamental, para reinserir populações rurais no campo: assentamentos rurais de reforma agrária, de colonização, de transferência de populações de áreas inundadas por usinas hidrelétricas, assentamentos extrativistas, de regularização fundiária de terras ocupadas por posseiros. A intervenção de órgãos públicos, instituições e sujeitos sociais, com objetivos e motivações de origem diversa (solidariedade, concepções político-partidárias, investigação acadêmica, entre outras), é grande.[31]

---

[30] - Cf. ESTERCI, Neide (et. al.). Assentamentos rurais: um convite para o debate. In: *Revista Reforma Agrária* (ABRA), n. 03 vol. 22. Campinas, set./dez. 1992. p. 4-45.

[31] - Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo de & LEITE, Sérgio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. p. 151-176. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (et. al.) Orgs. *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. A literatura informa que o termo "assentamento" surgiu provavelmente em fins da década de 50 e início dos anos 60. No Brasil, surgiu no processo de expropriação de grandes contingentes do campo, sobretudo para referir a transferência e instalação pelo Estado de um determinado grupo de famílias em propriedades rurais privadas ou públicas. O termo é utilizado pela primeira vez, como neologismo, no Estatuto da Terra (1964). Tanto o termo "assentamento", quanto o termo "reassentamento" foram incorporados pelos trabalhadores do campo e seus mediadores, durante a década de 80, na luta que desencadearam pela terra e pela reforma agrária, opondo-se à política de colonização (Ver ESTERCI, *Assentamentos rurais: um convite...*, op. cit.; LEITE, Sérgio. O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: ROMEIRO, *Reforma agrária...*, op. cit.). Não obstante as implicações de ambos os termos, na medida em que denotam situações e experiências diversas e, ao mesmo tempo, apresentam dimensões convergentes, utilizarei as expressões assentado(s)/assentamento(s) para referir, genericamente, os três casos estudados. Quando a distinção se fizer necessária, utilizarei as expressões reassentado(s)/reassentamento(s) para designar a população atingida pela UHE de Salto Caxias tranferidos para novas áreas.

Além disso, como assinalam Leonilde Medeiros e Neide Esterci, "se as políticas públicas tendem a tratar os assentados como beneficiários e objetos de intervenção mais do que como sujeitos de ações e demandas"[32], elas também configuram identidades políticas para grupos diferenciados. A criação de assentamentos é orientada por uma visão técnica, racional, e pressupõe os assentamentos como homogêneos, apesar da heterogeneidade que caracteriza os diferentes projetos e sujeitos sociais ali reinseridos. Na prática, elas criam diferenciações entre os assentamentos através da liberação de recursos e execução das etapas, previstos nos projetos de criação, apenas parcial.[33]

A moldura da complexidade das representações e relações sociais do tempo presente, envolvendo as experiências dos assentados no movimento da luta pela terra e pela reforma agrária, impõe a questão do que há de novo nas experiências de cooperação vividas nos assentamentos rurais. Essa questão central desdobra-se em várias que formulo como questões centrais inter-relacionadas norteadoras do presente estudo: (i) Como se apresenta estruturada a organização interna dos assentamentos rurais? (ii) Quais os processos históricos que levaram ao surgimento da forma assentamento? (iii) Como as práticas e representações dos trabalhadores rurais e dos seus mediadores foram sendo intercambiadas na luta pela terra e na organização interna dos assentamentos, engendrando múltiplas formas associativas e de cooperação? (iv) Como e por que certas formas de solidariedade e cooperação (re)correm nesse ou naquele momento da luta? (vi) Como foram recriadas as formas de cooperação no fazer-se das experiências da vida cotidiana a partir do conflito de valores, entre a concepção e prática política do MST e os valores morais, tradições e costumes agrários, dos assentados? (vii) Quais os limites para a prática política horizontal nos assentamentos, surgidos no fazer-se das experiências de cooperação?

Estas questões foram abordadas a partir da pesquisa empírica das experiências de agricultores de três assentamentos rurais (dois de reforma agrária - Assentamento Vitória e Assentamento Terra Livre) e um reassentamento (Reassentamento São Francisco de Assis, onde vive parte da população rural atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Caxias), que possuem um número de famílias assentadas, experiências organizativas e tempo de existência diverso. Todos se localizam na faixa de fronteira Oeste/Sudoeste do Paraná.

---

[32] - MEDEIROS, Leonilde et. al. (Orgs.). *Assentamentos rurais*. Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 13-14.

Figura 01 – Localização da Faixa de Fronteira Oeste/Sudoeste

O Assentamento Vitória localiza-se em Lindoeste, município com 7.100 habitantes. Foi escolhido porque, tendo sido o primeiro assentamento a ser instalado na região Oeste, possui uma trajetória histórica de 15 anos de existência. Criado no contexto das primeiras ações do 1º PNRA, este assentamento possibilita visualizar as mudanças sociais desencadeadas pela política de reforma agrária. A trajetória deste assentamento confunde-se com a própria história do MST, favorecendo a apreensão de suas lutas, sobretudo do processo de implantação da cooperação como possibilidade econômica e estratégia política. As 152 famílias assentadas, desde a criação do projeto, desenvolveram diferentes experiências de organização produtiva, estando hoje organizadas em 16 núcleos de produção vinculados à cooperativa de comercialização e prestação de serviços (Coara).

---

33 - Cf. id., ibid.

O Assentamento Terra Livre, onde estão assentadas 22 famílias e quatro trabalhadores solteiros, localizado no Município de Nova Laranjeiras, Sudoeste do estado, foi escolhido porque os assentados estão organizados numa cooperativa de produção agropecuária (CPA), onde a terra e o trabalho são coletivos e a renda é revertida para os cooperados segundo a quantidade de horas trabalhadas. A CPA é considerada pelo MST como a forma mais complexa de cooperação e que mais se aproxima de uma forma socialista de produção.

Já o Reassentamento São Francisco de Assis, com 244 famílias, localiza-se no município de Cascavel. É um dos 10 reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, localizados no Oeste e Sudoeste do estado, com 612 famílias. Este projeto foi escolhido porque, a exemplo dos outros nove reassentamentos vinculados à Crabi/MAB, consubstancia-se em experiência de luta pela terra diversa daquela dos assentados rurais vinculados ao MST, o que amplia a análise comparativa. Convém observar, no entanto, esta experiência de resistência organizada se fez articulada à luta do MST através da troca de experiências, que com esse movimento os atingidos desenvolveram. Essa interação surge na organização interna dos reassentamentos, nas associações e na cooperativa de crédito e da cooperativa de produção, comercialização e transformação. Se a resistência dos atingidos da Usina de Itaipu, entre 1978 e 1982, forneceu as bases para o surgimento do movimento sem-terra no Paraná, as experiências deste forneceram substrato para a resistência dos atingidos de Salto Caxias, que também se valeram das lutas dos atingidos da Itaipu e das lutas de expropriados de outras usinas hidrelétricas.

São três experiências diversas que se inter-relacionarem. Não há homogeneidade de situações entre os assentamentos e tampouco no interior destes, mas complexidades. Na vida cotidiana dos assentados processam-se tensões e contradições. Articulados às práticas políticas de mediadores e imbricados em uma formação econômico-social, os assentamentos revelam complexidades, espaços e tempos diversos e diferenciados, simultâneos convergentes ou desencontrados, tanto nas experiências do tempo presente, como nas situações do passado. Como conquista da luta política, foram engendrados na resistência à migração/emigração e à expropriação. Constituem espaços sociais vividos, material como de valores em formação, de transformação da produção material-cultural da vida, onde afloram múltiplas formas de cooperação e solidariedade, a pluralidade e a heterogeneidade, permeadas pelas relações de poder e por conflitos entre assentados e mediadores em

torno de modos de vida, tradições e novos valores políticos. Esta configuração dos assentamentos projeta-os para além de si mesmos, histórica e espacialmente.

Os assentamentos não constituem espaços sociais isolados, mas em processos sociais. Os próprios assentados criam formas de organização da vida cotidiana e da produção, recriando a noção de assentamento. Por conseguinte, há que se explicar, em termos relacionados, tanto a persistência como a historicidade das formas no seu interior. De um lado, isto remete ao exame dos nexos entre as transformações da estrutura agrária no espaço regional em foco e o surgimento dos assentamentos rurais, suas formas de organização da terra e do trabalho. De outro lado, como processos que integram a dinâmica de movimentos sociais, a organização social e da produção dos assentamentos se relacionam às ações coletivas que os geraram. Desse modo, suas formas organizacionais internas precisam ser investigadas na relação com o fazer-se da luta pela terra, a partir das múltiplas representações que os próprios assentados elaboram como memória de suas trajetórias de vida e experiências de resistência.

Portanto, as complexidades dos processos de formação dos assentamentos e das diferentes experiências de cooperação somente podem ser compreendidas em sua dimensão histórica e se relacionadas ao processo de luta pela terra e pela reforma agrária. Nestes termos, será preciso percorrer analiticamente o caminho das complexidades do presente apontadas em direção ao passado, para depois reencontrar o presente e explicá-lo. Ou seja, proceder a um retorno ao presente para explicitar as formas de cooperação.

No que se refere à organização da estrutura do trabalho, esta se orientou pela recorrência dos assentados às suas trajetórias de vida passadas. Nas entrevistas orais, três experiências apareceram fortemente: a experiência da migração/emigração, a experiência do acampamento e da ocupação de terras ociosas, e a experiência de organizar o assentamento para viabilizarem-se economicamente e permanecerem no campo. Tendo como referência tais experiências, a tese foi organizada em duas partes. A Parte I, formada por dois capítulos, trata das experiências de luta *pela* terra e dos conflitos agrários. Procura explicitar historicamente como surgiram os assentamentos rurais no fazer-se da resistência transformadora dos sem-terra e como ação de uma política governamental. A parte II, formada por dois capítulos, seguidos pelas considerações finais, volta-se para a luta *na* terra, para o plano interno dos assentamentos (representações e tensões

engendradas na organização do trabalho, as múltiplas formas de cooperação e os desencontros entre assentados e mediadores ao experimentarem na prática essas formas).

No primeiro capítulo, examino as transformações da estrutura agrária e vida camponesa no Oeste e Sudoeste do Paraná. Veremos que, neste espaço, com a participação do Estado, engendra-se um desenvolvimento desigual no campo cuja lógica excludente (da apropriação privada da terra, do moderno *versus* o arcaico), levou à interação e ao confronto de diferentes modos de vida e alterou as condições de produção da vida dos trabalhadores rurais. Com o chamado processo de "modernização da agricultura" e a construção de usinas hidrelétricas pelo Estado, milhares de camponeses foram expropriados e excluídos do campo, levando à reconcentração fundiária, à resistência à migração e à organização de diversos movimentos sociais no campo. Os movimentos, articulados com a participação de outros atores sociais entre os quais a CPT e sindicatos de trabalhadores rurais, têm em comum a luta pela terra como alternativa à expulsão do campo. Um dos seus desdobramentos foi à luta pela reforma agrária e a elaboração do I PNRA, durante a "Nova República". Neste contexto, engendra-se o assentamento rural como ação política de reforma agrária do Estado. Todavia, os sem-terra e assentados compreenderam que a luta não se esgota com a conquista do assentamento, pois crédito para a produção e infra-estrutura para os assentamentos fazem parte das novas reivindicações. Além disso, entendiam que a reforma agrária só avançaria se continuassem com os acampamentos e ocupações de propriedades improdutivas.

O segundo capítulo centra sua análise nestas formas de luta. Parte-se do pressuposto de que os processos de organização interna dos assentamentos (os conflitos em torno da cooperação) só podem ser entendidos ao se perguntar sobre as condições sociais e interesses que levam os trabalhadores aos acampamentos e ocupações, e sobre os significados que atribuem a essas experiências. É nos acampamentos que se produz a *noção de legitimação* articulada à luta pela terra como luta coletiva. Também nestes espaços surgem as primeiras discussões acerca das formas de organização do assentamento. Assim, trata-se de deslindar o nexo entre ocupação/acampamento e a desapropriação de propriedades para a reforma agrária; os conflitos de territorialidades no processo de luta pela terra; as representações político-religiosas construídas pela CPT e intercambiadas junto aos sem-terra na articulação da identidade de seus interesses entre si contra outros sujeitos sociais,

cujos interesses diferem ou se opõem aos dos seus[34]. E, em seguida, situar a política de assentamentos rurais do Estado no contexto da reinvenção da reforma agrária.

O terceiro capítulo (*Lavrando a Vida. Experiências Cotidianas nos Assentamentos Rurais*) aborda os processos de organização e relações internas dos três assentamentos pesquisados, a partir das representações dos assentados acerca da nova realidade em que se inserem e das suas experiências do passado. *Como rememoram o passado a partir do presente? Como eles explicam o presente a partir do passado?* Veremos que os assentados, enraizando no passado suas experiências atuais, procuram restabelecer formas organizacionais e relações de poder, de sociabilidade, de produção econômica, vivificadas em suas trajetórias passadas. Não são poucos os conflitos que se explicitam nos processos sociais de organização dos assentamentos, sobretudo diante das formas modelares propostas pelos mediadores.

Os assentamentos rurais são importantes conquistas dos sem-terra, mas, por si só, não garantem a permanência dos trabalhadores no campo, tampouco a realização da reforma agrária. Assim, a cooperação é articulada pelos mediadores (CPT, MST, Crabi) como forma de viabilizar economicamente os assentamentos e de luta política. Os próprios assentamentos são concebidos como espaços de luta política no plano interno, bem como forma de potencializar a territorialização da luta pela reforma agrária. Essa configuração dos assentamentos indica um outro momento na luta, diferente daquele que antecede à criação dos projetos. Neste contexto, as propostas dos mediadores e dos trabalhadores nem sempre coincidem. Disputas, coerção, convencimento dos assentados acerca de determinadas formas de organização da terra e do trabalho pelas lideranças, fazem parte das suas relações cotidianas.

Destarte, no quarto capítulo, o olhar volta-se para a diversidade e complexidade das formas de cooperação e associativas que (re)correm nos assentamentos. O objetivo central é examinar as diferentes formas de reciprocidade na produção e os desencontros nas experiências de cooperação, surgidos entre os assentados, movidos por valores morais, tradições e costumes agrários, e os mediadores, entre os quais o MST, orientado por uma utopia igualitarista e propositor de formas organizativas coletivas estranhas à maioria dos assentados. Neste contexto

---

[34] - Paráfrase de THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

é que se busca compreender os conflitos surgidos nas relações cotidianas nos assentamentos rurais e o que há de novo nas formas de cooperação.

A reflexão foi conduzida no sentido de compreender as dimensões que envolvem o mundo do trabalho rural-urbano não como realidades estanques. Isso nos remete a Raymond Willians que, ao empreender uma discussão em torno da produção da cultura no campo e na cidade, mostra que as relações e tradições nestes espaços não se constituem de forma isolada. Campo e cidade se imbricam e se constituem mutuamente.[35] Refiro-me, portanto, à cultura com todo um modo de vida, que se processa em espaços sociais (acampamentos e assentamentos) onde se articulam equilíbrios particulares, instáveis e contraditórios, de relações perpassadas por dimensões da cultura rural-urbana. Espaços onde "homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais." [36]

Neste sentido, o processo de luta pela terra e pela reforma agrária, tecido nos acampamentos, ocupações e nas diversas formas de cooperação nos assentamentos rurais, indica a existência de uma cultura política de resistência em formação. Cultura de cooperação em movimento que se faz na resistência aos processos de expropriação e na luta pela terra, sendo, portanto, constituída nas relações de poder. Isto inclui as relações conflituosas entre assentados e o MST, advindas da imposição de conteúdos programáticos e formas de cooperação que se confrontam à tradição familiar dos primeiros. Desse modo, na vida cotidiana nos assentamentos se processam a ressocialização, as contradições e os conflitos de valores e tempos históricos, onde a cultura camponesa é reencontrada e reinventada, engendrando a recriação do modo de vida dos assentados.[37]

---

35 - WILLIANS, *O campo e a cidade ...*, op. cit. O tema do rural e do urbano também foi desenvolvido por Henri Lefebvre, em intensos e profundos estudos, como realidades dinâmicas e mutuamente integradas e determinantes: "*Se há urbanização da sociedade e, conseqüentemente, absorção do campo pela cidade, há simultaneamente ruralização da cidade. (...). Nenhuma das ultrapassagens visadas no projeto marxista se realizou, nem da oposição "cidade-campo", nem da divisão do trabalho, nem da oposição, a menos fortemente sublinhada, "obra/produto". O que se segue? Uma deteriorização recíproca dos termos não superados, degradação particularmente perceptível e significante no que concerne à cidade e ao campo*" (LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital.* Trad. Maria H. R. Ramos & Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 178.).

36 - THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 194.

37 - A abordagem da recriação das experiências dos assentados a partir do conflito de valores incorpora a noção de cultura thompsoniana. Situada numa tradição do materialismo dialético e inspirada na antropologia, esta noção é rica para o oficio do historiador, pois procura captar as diferentes dimensões da experiência humana nos conflitos, no terreno contraditório das relações sociais. O método de Thompson enfatiza a necessidade de superar a dicotomia entre o cultural e o econômico, a

Na busca de evidências que pudessem elucidar as questões que a pesquisa suscitava, travei diálogo com diversas fontes, tanto em forma de entrevistas orais como de documentos escritos. Integra o *corpus* analisado (a) o material por meio de entrevistas e observação direta nos assentamentos estudados, (b) entrevistas e observação colhidas em pesquisa de campo no Acampamento Dorcelina Folador (Fazenda Cajati, no município de Cascavel, em junho de 1999 e agosto de 2001), Acampamento na Escola Cenecista (no município de São Miguel do Iguaçu, em julho de 1998), Acampamento da Praça Nossa Senhora Salete (Centro Cívico, em Curitiba, em julho e agosto de 1999), Acampamento da Bacia (Fazenda Giacomet-Marodin, no município de Rio Bonito do Iguaçu, em julho de 1998), Acampamento BR 277 (município de Ibema, em julho de 1998), (c) documentos disponíveis no Incra (em Cascavel, Curitiba e Francisco Beltrão), do MST (na Secretaria Estadual em Curitiba e na Secretaria Nacional em São Paulo), da Crabi (em Cascavel), do MAB (em São Paulo), da CPT (em Curitiba) e do IBGE (em São Paulo). Entre a documentação escrita estão atas de assembléias e reuniões, cadernos de formação, relatórios de encontros dos (re)assentados, encontros estaduais e nacionais, boletins, ofícios, dossiês, artigos de jornais, cadernos de cooperação agrícola da Concrab, estatutos e regimentos de cooperativas, jornal do MST, projetos de assentamentos do Incra, decretos, processos de desapropriação, fichas de cadastramento de parceleiros.

O trabalho com esta documentação exigiu inúmeros deslocamentos a Curitiba, Cascavel e São Paulo, onde se encontra a maior parte dos registros escritos. No que se refere à documentação da Secretaria Estadual do MST e da Crabi/MAB, esta não se encontra organizada. Está guardada desordenadamente em arquivos-mortos. Há que se observar que muitos documentos se encontram dispersos, em mãos de ex-militantes, razão pela qual parte da documentação coligida (atas das assembléias e reuniões, relatórios de encontros), deve-se ao trabalho de campo.

---

cultura e a política, o social e o econômico. A realidade é percebida enquanto "totalidade", construída a partir da junção dos diferentes aspectos da experiência humana e a produção da cultura é tomada como elemento fundamental para compreender a experiência social constituindo sujeitos coletivos. Nesta perspectiva, estudando a cultura popular no século XVIII, mostra, com extrema habilidade, como, nesta cultura, estão imbricados rebeldia e tradição. Uma cultura que se esforça em manter normas e valores estruturados, mas que também os questiona e exige mudanças, quer no sentido do próprio processo de modernização das relações produtivas, quer como retorno ou como reforma à tradição, ou ainda, como forma de resolver conflitos sociais (THOMPSON, *Costumes em comum.* Op. cit.). Neste sentido, "*os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradições, de luta, entre outros valores e visões-de-vida alternativos. (...) Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. (...). Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre*" (THOMPSON, *A miséria da teoria ...*, op. cit., p. 194).

Não obstante a documentação escrita fosse extremamente rica e variada, com o objetivo de tecer uma análise histórica das experiências dos camponeses a partir da leitura que estes fazem de suas experiências cotidianas, utilizei a entrevista oral. A entrevista oral não está utilizada como um mero complemento à documentação escrita, mas como um instrumento que possibilita, pelo entendimento das falas dos seus atores, apreender os significados atribuídos por eles ao vivido. Além disso, na medida em que a existência de documentação escrita dos próprios assentados é rara, as entrevistas constituem um rico meio para elucidar a complexidade do presente através da leitura do passado mediatizada pela memória.

Entendo que é nas falas dos entrevistados que podemos interpretar os vários encontros/desencontros de temporalidades distintas e suas tendências, engendradas no terreno das contradições da cultura e das práticas sociais. A exemplo de Alessandro Portelli, concebo que "entrevistas (...) sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida das classes não hegemônicas. (...). Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez"[38]. Assim sendo, a memória como *locus* em que as experiências vividas, de certa forma e não na totalidade dos seus múltiplos aspectos, encontram-se "registradas", é seletiva. Ao mesmo tempo, revela um processo ativo de criação de significações para as experiências passadas e o esforço dos narradores em buscar sentido e forma às suas vidas[39]. Não há entrevistas neutras, nem da parte do entrevistador, tampouco da do entrevistado.

Realizei 68 entrevistas, entre 1998 e 2001. Em cada um dos casos estudados procurou-se garantir uma amostragem aproximada de 10% sobre o total das famílias residentes no assentamento. Na medida em que informações adicionais se fizeram necessárias, algumas outras foram realizadas, perfazendo 22 entrevistas no Reassentamento São Francisco de Assis, 24 no Assentamento Vitória e 11 nos Assentamentos Terra Livre e Estrela. Além destas, realizei algumas entrevistas complementares: 06 com acampados e 05 com ex-lideranças da CPT, STRs. Antes de iniciá-las mantive contatos com as lideranças do MST e da Crabi, e com coordenadores dos assentamentos. O contato prévio serviu para a apresentação dos objetivos da pesquisa de forma que a minha presença e possíveis entrevistas fossem

---

[38] - PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Cultura e representação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, nº 14. São Paulo, 1997. p. 31.

comunicadas às famílias. Os primeiros entrevistados foram indicados por eles. Feitas algumas entrevistas em cada um dos assentamentos, conflitos internos começaram a explicitar-se. Passei, então, a escolher novos depoentes a partir das indicações dos próprios entrevistados. Essas entrevistas também foram marcadas pelo próprio pesquisador com antecedência. O procedimento foi desenvolvido de forma articulada com o primeiro.

A condição de vida e trabalho anterior dos assentados e a atual (se participam da associação, da cooperativa, ou não; se desenvolvem trabalho coletivo, ou individual) foram levadas em conta para definir os entrevistados. A preocupação foi a de captar distintas trajetórias, visualizar as relações dos assentados com os mediadores, as complexidades dos projetos organizacionais e as perspectivas dos assentados. Para a realização das entrevistas, elaborei um roteiro com temas/questões que nem sempre foram seguidos na totalidade ou de forma rígida. Algumas vezes, ao final das entrevistas, pedia permissão para tirar algumas fotografias (da casa, da família no interior de sua residência, do acampamento, do entrevistado em suas atividades cotidianas, entre outras). A análise dos conteúdos das entrevistas foi desenvolvida articulada à leitura da documentação escrita e à reflexão. Para a análise, todas as entrevistas foram transcritas na íntegra.

Naquele período, inúmeras vezes, munido de gravador, fitas, máquina fotográfica, e de um caderno de campo, desloquei-me aos assentamentos estudados, bem como a outros assentamentos e acampamentos. Hospedei-me nas casas dos assentados. Com eles travei longas conversas, compartilhei de suas angústias e alegrias. Partilhei do alimento que produzem e aquele que levava quando por lá permanecia mais de um dia. Também tive oportunidade de participar de algumas de suas festividades, entre as quais: Festa na Capela Santa Luzia, no Assentamento Vitória, em 20 de maio de 2001,confraternização com “arrasta-pé” no Acampamento da Fazenda Cajati, em 04 de agosto de 2000, Mostra Cultural seguida de apresentações culturais e baile no Reassentamento São Francisco de Assis em 26 e 27 de outubro de 2001.

O tema central da mostra foi “Movimentos Sociais no Campo”. Cada comunidade participou através da confecção de cartazes, produção de poesias, de

---

39 - Para uma discussão acerca da memória, ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In: *Revista de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo, 1992. p. 9-24.

músicas e teatros, sobre o tema central. A participação nesta atividade foi de grande importância à pesquisa. Atuei a convite da Crabi na formação dos reassentados, desenvolvendo oficinas nas comunidades sobre o tema. Este trabalho possibilitou contato direto com um grande número de famílias. Nas discussões, durante as oficinas, e nas conversas, após seu término, questões do cotidiano presente dos reassentados e como o olham a partir de seu passado recente de luta pela terra, eram contadas de forma descontraída e, em geral, referidas a uma luta considerada vitoriosa. Três outras atividades merecem menção. Uma delas foi desenvolvida com lideranças dos jovens de todos os reassentamentos e uma outra com 120 alunos do 2º Grau do Colégio do Reassentamento São Francisco de Assis. Também participei da IV Assembléia da Crabi, de 09 a 11 de julho de 2000, e de dois Encontros Regionais do MST. O primeiro, em 1999 (de 14 a 16 de janeiro), realizado no município de Ramilândia, e, o segundo, em 2001 (de 22 a 24 de novembro), realizado na Escola de Formação José Gomes da Silva, Assentamento José Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu.

PARTE I

TERRA E CONFLITOS

Capítulo I

NA ESTEIRA DAS FRONTEIRAS

Da Exclusão Social à Resistência Transformadora[40]

1. Fragmentos ...

A cada entrevista que realizei com (re)assentados no Oeste e Sudoeste do Paraná, um conjunto de evidências sobre o engendramento de relações e práticas históricas de exclusão social e de resistência transformadora foi se delineando. De temporalidades diversas, falas carregadas de significados sobre expectativas, noções de direitos, valores e tradições culturais, representações de vidas marcadas pela dramaticidade dos processos de expropriação e experiências de luta pela terra e permanência nela, emergem ao oficio do historiador nas rememorações dos trabalhadores.

Num relato, Ondina Rodrigues, do Assentamento Vitória, narrou uma experiência de despejo ocorrida em uma das manhãs de julho de 1985: o despejo de um acampamento no Rio da Ilha, no município de Catanduvas, no Oeste do Paraná, devido à liminar concedida para a reintegração da posse da propriedade da terra. Nas palavras da narradora, a desocupação foi mais difícil do que a ocupação. Aquelas(es) trabalhadoras(es) rurais despediam-se da terra, um elemento central na (re)produção do seu modo de vida. A ocupação, uma experiência nova na vida daquele grupo, constituiu a estratégia de acesso à terra. Nela pretendiam desenvolver o trabalho familiar para produzir cotidianamente as condições materiais da existência. O despejo interrompeu, momentaneamente, esta perspectiva. Na fala da narradora, os ocupantes eram despejados, em sentido pleno, de seu meio de produzir a vida, lugar de trabalho, morada e lazer.

---

40 - Noção desenvolvida por IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e camponeses.* Teologia da libertação e movimentos sociais no campo - Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.

> ... daí as polícias pularam ali. Estavam todos armados, mas abaixaram as armas e ficaram ali. (...). Deus o livre, o povo, aquela criançada que tinha era tudo chorando, não tinha mãe que não chorava desesperada. Mas tinha aqueles que sempre têm coragem, que são da luta, têm até hoje. Uma vez uma polícia me perguntou, por que eu fui acampar. Eu disse: fui acampar pra ganhar terra pros meus filhos, pra trabalhar e sustentar eles. Como vocês têm o trabalho de vocês, que é o pão de cada dia que ganham, nós também queremos a nossa terra pra ganhar o nosso pão de cada dia, pro sustento de nossos filhos, porque não temos outras condições". Daí até eles concordaram comigo. Brutalidade não adianta, acho que tudo depende de oração e reunião pra poder chegar lá.[41]

Para os trabalhadores rurais sem-terra do Rio da Ilha, a despedida da terra ocupada, em 1985, seria apenas temporária. A sua luta somava-se ao conjunto da resistência de 3.100 famílias, em 13 acampamentos existentes naquele momento no Paraná. Em todo o Brasil havia 10.213 famílias acampadas.[42] Em 1986, dois anos após o surgimento do MST, os acampados de Rio da Ilha juntaram-se a outros e ocuparam a Fazenda Vitória, com 2.372,26 hectares, localizada no município de Lindoeste, à época distrito do município de Cascavel. A fazenda foi transformada em assentamento (criado pela Portaria Presidencial nº 0147, de 18 de fevereiro de 1987) e a imissão de posse foi expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, permitindo o assentamento de 152 famílias. Desde então, as famílias experimentaram diferentes formas de cooperação extra-familiares e de vizinhança. Ao mesmo tempo, práticas de solidariedade e reciprocidade nas relações sociais, no interior das quatro comunidades existentes, reforçaram redes de sociabilidade, recriando valores tradicionais como o da família e da vizinhança. Neste contexto, numa intrincada teia de relações, teceu-se uma comunidade de interesses convergentes e contraditórios.

Como no fragmento da entrevista de Ondina, outras falas de entrevistados convergem no sentido de a religiosidade também ser elemento central na vida do camponês. Nos casos estudados, o processo de luta pela terra e organização dos assentamentos é permeado por práticas e símbolos do catolicismo oficial mesclado com signos e referências do catolicismo rústico. O assentado Jesus de Souza, rememorando a luta pela terra, revela representações religiosas constitutivas de imaginários que mobilizaram os ocupantes da Fazenda Estrela, com 1.011,16 hectares, a persistirem na luta pela "terra prometida". Em sua fala, valores religiosos se imbricam com a ética camponesa.

---

41 - RODRIGUES, Ondina. *Entrevista.* Lindoeste, 21 de junho de 1999.

42 - No Rio Grande do Sul: 2.000; Santa Catarina: 1.000; São Paulo: 1.819; Mato Grosso do Sul: 1.247; Rio de Janeiro: 357; Espírito Santo: 400; Minas gerais: 90. (Cf. MST. *Relatório do V Encontro Estadual dos Assentados do Paraná,* 15 de novembro de 1985).

> O cheiro do chão chorava a cruz. 'A cruz. Este é o símbolo que nós vamos fazer e carregar até a igreja matriz pra formar consciência de que o povo precisa da terra'.[43]

A cruz, mencionada pelo assentado, foi confeccionada para a 2ª Romaria da Terra, que teve como tema "Acampamentos", e foi realizada em 1986, no município de Laranjeiras do Sul, Sudoeste do Paraná. A cruz, desde a Encruzilhada do Natalino, no Rio Grande do Sul, tornou-se um símbolo raramente ausente nos acampamentos e demais manifestações públicas dos trabalhadores rurais sem-terra. Na citada encruzilhada, à margem da Rodovia RS-324, que liga Passo Fundo a Ronda Alta, foi erguido um acampamento batizado de Natalino. Os primeiros barracos de lonas de plástico, de capim e madeira, surgiram em dezembro de 1980. As famílias foram assentadas no ano 1983. No centro do acampamento os sem-terra fixaram uma cruz de madeira em torno da qual se reuniam para refletir sobre suas experiências cotidianas de luta pela terra à luz do evangelho, para fazerem assembléias e para as rezas na "Hora da Ave Maria". O apoio de diferentes entidades e comunidades cristãs cresceu, a cruz foi arrancada da terra e recebeu escoras, significando materialmente o apoio que tornava a cruz mais leve. A cada criança que nascia, um pano branco era amarrado à cruz, a cada novo mártir, um pano preto. Foram dez os mártires. Segundo Leandro Hoffmann, um grupo de acampados na Fazenda Anoni, em dezembro de 1985, em procissão dirigiu-se à Natalino e de lá trouxeram uma cruz para o acampamento. Nesta prática, a memória da luta vitoriosa dos acampados da Encruzilhada Natalino foi evocada, consubstanciando para os acampados da Anoni e seus mediadores o sentido de continuidade da luta e a possibilidade de êxito da sua resistência. A condição assumida, de herdeiros de todo um capital político e simbólico elaborado no Acampamento da Encruzilhada Natalino, visava legitimar a nova ocupação. Esta mesma cruz foi utilizada em outras manifestações públicas, como na Romaria Conquistadora da Terra Prometida, realizada naquele estado, em junho de 1986. Até 1987, ano em que foi adotada a bandeira dos sem-terra, a cruz foi considerada o símbolo nacional da luta pela terra.[44]

As famílias que ocuparam a Fazenda Estrela foram despejadas. Passados 35 dias do despejo, ocuparam-na novamente. Pretendiam permanecer definitivamente. A persistência na luta resultou no Assentamento Recanto Estrela e

---

43 - SOUZA, Jesus Batista. *Entrevista*. Nova Laranjeiras, 04 de março de 2000.

44 - Cf. HOFFMANN, Leandro Nunes. *Da cruz à bandeira*: a construção do imaginário do movimento sem terra. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Sobre a Encruzilhada Natalino, ver MARCON, Telmo. *Acampamento natalino*. Passo Fundo: EDUPF, 1997. Mimeo. Sobre a presença da cruz de cedro, seus significados e

no Assentamento Terra Livre. No primeiro, 30 famílias ocupam lotes individuais. No segundo, 26 famílias (embora a previsão do projeto fosse de 30 famílias) estão organizadas em uma cooperativa de produção agropecuária (CPA), na qual a terra e o trabalho são coletivos.

As experiências vividas, nos assentamentos acima referidos, parecem indicar um movimento de reinvenção social. As evidências indicam que o movimento se processa em dois sentidos e antes mesmo do assentamento (na fase da luta pela terra). No tempo e espaço do acampamento, as famílias ressocializam-se no convívio da vida cotidiana e nos enfrentamentos políticos, fortalecendo laços de solidariedade e vizinhança. Ampliam sua compreensão política ao discutirem problemas do acampamento, da economia do País, estratégias políticas e de produção da sobrevivência no campo. A vida cotidiana vem marcada por uma luta que ultrapassa a luta pela terra. Trata-se da luta das famílias pela manutenção do seu modo de vida camponês para o qual o acesso à terra é fundamental. Nos assentamentos, a sociabilidade se enriquece com a teia de relações para além deste espaço (lidar com bancos, comércios, técnicos e mercado agrícola) e novas experiências de cooperação, passam a fazer parte do seu cotidiano. Ao mesmo tempo, há, na maioria dos casos, um retorno ao modo de vida anterior: à tradição da agricultura em unidades familiares e às relações de vizinhança rurais.

Neste sentido, a fala do reassentado Severino Della Libera é plena de significado. Ela referencia o processo de expropriação de uma população rural atingida pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no trecho final do Rio Iguaçu, nos municípios de Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques. A Usina começou a ser construída em 1995 e desalojou 1.322 famílias.

> Olha, não foi fácil viu, porque a pessoa que nem eu morava 24 anos ali, pra nós aqui mudou muito. A terra é a minha vida, porque dependo dela, me criei na terra e eu sem a terra não sei, eu não tenho outra profissão. (...). Criei meus filhos na pouca terra que eu tinha lá. Olha, não foi fácil pra pessoa acostumar aqui, não foi fácil Deus o livre. Nos primeiros dias, nos primeiros meses aqui, parecia que nós estávamos se acabando. Aqui mudou tudo, desde o jeito do comércio, pra nós é muita dificuldade, ...[45]

Para ele, a luta pela terra ultrapassa o sentido da terra como principal meio de produção, abarcando a própria vida, ao trazer à superfície o apego e a

---

importância nos acampamentos, ver, no capítulo II, o item 2.2, "Mística e Práticas de Cooperação na Luta: Acampamentos".

45 - DELLA LIBERA, Severino. *Entrevista*. Cascavel, 12 de janeiro de 1999.

identificação com a terra, a propriedade e com o trabalho na terra. A terra é lugar de trabalho e produção da vida e, mais do que isto, reprodução de um *modo* de vida. Por isso, o sentimento de perda (da terra, do local de trabalho, da rede de relações comunitárias e de vizinhança) e as dificuldades iniciais para reconstruir o modo de vida na nova situação, são intensamente realçadas na fala. A migração forçada aparece como ameaça à sua própria reprodução social. E, a partir do discurso de *perdas*, tece-se a formação da identidade política de um novo sujeito social: os atingidos por barragens, observa, com propriedade, Neusa Bloemer[46].

Severino e seus vizinhos (pequenos agricultores, posseiros, arrendatários), diante da iminente situação de expropriação com a construção da usina pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, estimulados pela CPT e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata do Iguaçu, começaram a se reunir em 1989, ora em alguma de suas casas, outras vezes no sindicato, na igreja, organizando a luta. Os confrontos entre os camponeses e a Copel desencadearam, para 612 famílias, um processo de reinclusão social e política, cujo marco mais visível foi a conquista de dez reassentamentos, organizados a partir de 1997. Outras 425 famílias, com direito à transferência para outro local, optaram em receber cartas de crédito num valor equivalente ao do benefício. Na organização da vida cotidiana prevalecem as relações comunitárias tradicionais, a produção em unidades familiares em lotes individuais, acompanhada de modernas técnicas.

As trajetórias de luta destes camponeses relacionam-se à expropriação e aos conflitos agrários na faixa de fronteira do Paraná, sobretudo a partir de fins da década de 30, à penetração de empresas capitalistas modernas, aos negócios da terra das companhias colonizadoras, à exploração de madeira, à *grilagem*[47] e às diferentes formas de violência contra os posseiros e os agregados das

---

46 - BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira.* Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p. 266-267.

47 - O termo g*rilagem* desgina a ação de apropriação e registro ilegal de terras através de escrituras de transferências de propriedades, recibos e outros, falsos. Ela conta, não raras vezes, com a conivência de órgãos e pessoas responsáveis pela gestão do patrimônio público, de Cartórios de Registro Imobiliário e de órgãos governamentais. Depois de obter o registro no cartório de título de imóveis, o fraudador utiliza-se do mesmo expediente no Instituto de Terras do Estado, no cadastro do Incra e junto à receita federal. A obtenção destes registros torna a aparente legalidade mais consistente. A prática antiga de colocar os papéis falsificados em gavetas com grilos, para "envelhecerem", deu origem à utilização do termo. O Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e o Incra estão desenvolvendo um trabalho de levantamento da estrutura fundiária do país com o objetivo de identificar a falsificação de títulos de propriedade. Um primeiro resultado mostrou que a grilagem envolve 93.620.587 hectares. (Cf. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário/Incra. *O livro branco da grilagem de terras no Brasil.* Brasília, 2000).

fazendas[48] praticadas por jagunços e pistoleiros de ofício. No passado recente, a ação de pistoleiros, contratados pelos latifundiários contra os sem-terra, a modernização do campo sem alterar a estrutura agrária, a construção de usinas hidrelétricas, constituem interfaces das múltiplas experiências históricas individuais e coletivas de luta pela terra e pela reforma agrária no Estado do Paraná. Essas interfaces revelam-se nas trajetórias de vida e nos fragmentos da memória.

> Eu vou começar pelas raízes. O meu pai era descendente de italiano, e a história de vida dele nasceu no Rio Grande do Sul. Perdeu sua mãe, muito pequeno ainda, e, depois, veio pro Paraná e sempre trabalhou de peão. Ele dependia exclusivamente da venda da mão-de-obra pra poder sobreviver. A minha mãe já é descendente de uma família de alemães. A minha avô, por parte de mãe, era cabocla e meu avô alemão. Então é uma mistura bem complexa Eles vieram pro Paraná, pra região , cheia de pinheiros. Mas minha mãe não conseguiu se adaptar aqui e voltaram pra Santa Catarina, pra região Serrana, em Campos Novos. O meu pai era agricultor, a terra era muito pouca e ele não tinham condições de comprar mais. Acabaram vindo pro Paraná, pra Três Barras, em 1973/74. A maioria das famílias da região era posseira. Teve muito conflito na época, teve morte, o pessoal apanhou, sofreu muito. A maioria das famílias atingidas pela construção da barragem era de posseiros.[49]

Nas entrevistas, via de regra, a falta de trabalho, a expulsão devido à construção de usinas hidrelétricas e o desejo de conquistar terra para a sobrevivência, aparecem como fatores que impulsionaram os trabalhadores lutar. No movimento de suas práticas e nos referenciais político-religiosos, que lhes dão substrato, evidenciam-se valores morais amalgamados a um forte senso de justiça*: o povo precisa da terra* como lugar de trabalho para extrair o *pão do sustento* da *família*, asseveram Jesus de Souza e Ondina Rodrigues. Imbuídos destes valores, estavam determinados a continuar lutando pela conquista da terra e permanência nela. A luta se fortaleceu nas experiências da vida cotidiana.

Neste contexto, a palavra *sem-terra* passou a designar múltiplas categorias sociais que se integraram na *práxis* cotidiana da luta, assumindo uma

---

48 - Na definição de Antonio Cândido, o posseiro, como o agregado, trata-se de morador transitório: aquele que vive e trabalha em uma terra como se fosse sua, embora não tenha o título legal de propriedade e, assim, pode perder a terra a qualquer momento. O posseiro, diferentemente do agregado, não tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra e, em geral, ignora a situação legal da terra que ocupa, que pode não ter proprietário, ter proprietário, ou ainda, pode vir a ter proprietário (CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito*. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982. p. 59). Margarida Moura, em estudo junto a camponeses no Vale do Jequitinhonha, em Minas, identificou o agregado como aquele que morava e trabalhava na fazenda. Sua relação de morada na fazenda lhe implica desempenhar tarefas para o fazendeiro e, ao mesmo tempo, produzir os seus próprios meios de vida. *Estar à disposição* do fazendeiro constitui o nexo fundamental que liga o agregado à dominação daquele. Trata-se de uma dominação que se estende sobre todo o tempo do agregado e sobre toda a sua família. "*Trabalha-se para o fazendeiro para que se torne possível trabalhar para si próprio.*" (MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 84.).

49 - NUNES, Margaret Maran. *Entrevista*. Cascavel, 26 de fevereiro de 2000.

identidade política comum, embora não tenham o mesmo projeto social. Como mostram os casos estudados, a base social é heterogênea do ponto de vista das categorias e das distintas trajetórias de vida das famílias assentadas, mas elas possuem experiências semelhantes, entre as quais a migração e situações de trabalho muito difíceis. A própria expressão *sem-terra* têm uma história e precisa ser compreendida na sua historicidade[50].

Concorda-se com Roseli Caldart: "Ser Sem Terra hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que ser trabalhado rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade Sem Terra sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo".[51] Indaguei um assentado, em uma de minhas incursões no Assentamento Vitória, como ele se via hoje, como um colono/pequeno agricultor[52], sem-terra, ou assentado. Sua resposta foi a de que ele é um pouco de cada um.[53] Evidencia-se nesta auto-representação uma dupla referência. De um lado, um modo de vida camponês em recriação cuja centralidade articula-se na posse ou propriedade da terra e no trabalho familiar. De outro lado, a identificação com o conjunto dos trabalhadores que lutam pela terra e permanência nela. Como frisa a assentada Sirlene,

---

50 - Sobre a origem e a resignificação da expressão Roseli Caldart assinala: "*A condição (individual) de **sem (a) terra**, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo que não possui terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural. No Brasil, a luta pela terra e mais recentemente a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo sem-terra, com hífen, e com o uso do **s** na flexão do número (os "sem-terras"), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o **s,** o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje consagrada a expressão **os sem-terra**. Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e o Movimento que a transformou em nome próprio, e a projeta para além de si mesma".* (CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem terra*: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 17). Utilizarei nas páginas que se seguem, a expressão *Sem Terra*, com as iniciais em maiúsculo e sem hífen, quando estiver referindo o nome do MST e a expressão o(s) *sem-terra* como designação sociopolítica de trabalhadores que ficaram sem propriedade e sem trabalho no espaço rural, no processo da longa duração histórica de apropriação privada da terra e da expansão do capitalismo no campo.

51 - Id., ibid., p. 24.

52 - A utilização da noção de *pequeno* agricultor tem sido geradora de controvérsias. (Ver a respeito MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar*. Processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: MAUAD; UFRRJ, 1999. p. 162-163.). A noção, quando empregada neste trabalho, não deve ser lida como automaticamente designando pequena produção agropecuária. Uma pequena propriedade pode atingir altos índices de produção, bem como uma grande propriedade pode atingir baixos níveis de produção. A expressão de *pequeno agricultor* deve ser lida como sinônimo de *camponês*, entendendo que as categorias sociais assim designadas têm em comum não só o caráter do trabalho familiar, como também especificidades na sua organização social e modos de vida próprios, conforme sugere a literatura referida nas páginas seguintes.

53 - SPEROTO, Neuri. *Entrevista.* Lindoeste, 20 de maio de 2001.

> ... sem-terra é aquele que está em cima do lote, mas que participa de uma organização, porque teve um Movimento que trouxe ele até aqui. Mas tem muitas pessoas que, se você chega na casa e pede pra colocar um cartaz, uma bandeira, do Movimento Sem Terra, não deixam de jeito nenhum.[54]

A dupla referência, apontada na fala, não é reconhecida por um grande número de famílias assentadas como representação de si próprios. No que se refere aos reassentados, nas suas recorrências à condição anterior da conquista da terra, não leva a crer que se reconheçam como *sem-terra*, embora a maioria não fosse proprietários de terra. Esta não auto-representação dá-se por não quererem ser chamados de os *sem-terra*, em razão da carga negativa que a expressão adquiriu nos meios de comunicação, reforçada pela discriminação sofrida nos anos iniciais na nova terra: "A gente não tinha crédito, pra nada. O pessoal chamava a gente de sem-terra", afirma Adelmo[55]. Muitos reassentados também não apóiam a luta do MST, outros apóiam mas não querem ser confundidos com os *Sem Terra* (do MST). Como também muitos não reconhecem-se na própria Crabi. Contudo, é possível observar que há um crescimento significativo no apoio dos reassentados ao MST em função do trabalho de formação política desenvolvido pela Crabi. Ela tem realizado manifestações conjuntas com este movimento. As lideranças também têm participado dos encontros e cursos do movimento. Ao mesmo tempo, ela apóia materialmente acampamentos com alimentos. Há três anos acolheu os filhos de acampados em uma das suas escolas.

A população dos assentamentos estudados pratica a policultura de subsistência associada à produção orientada para o mercado, em maior ou menor grau. A policultura e a criação de animais para consumo próprio persiste não obstante as pressões no sentido de uma agricultura comercial e da monocultura. O trabalho é realizado pelos membros da família. Mas, em determinados períodos, como o da preparação da terra para a semeadura e da colheita de determinados produtos, é comum a recorrência à ajuda de vizinhos na forma da troca de dia de serviço ou mediante pagamento em espécie ou produtos para a prestação de serviços com uso de máquinas agrícolas (como do trator e da colheitadeira).

No Assentamento Vitória e nos Reassentamentos da Crabi a agricultura é praticada em espaços contíguos ("lotes" ou "propriedades") – áreas ao mesmo tempo de moradia e de produção familiar. No primeiro, as famílias vivem em cinco comunidades, 122 famílias estão organizadas em associações, em núcleos de

---

[54] - ANDRADE, Sirlene. *Entrevista*. Lindoeste, 05 de abril de 1999.
[55] - SOUZA, Adelmo de. *Entrevista*. Cascavel, 11 de janeiro de 1999.

produção ou semicoletivos, e estão associadas à Cooperativa de Comércio e Reforma Agrária do Oeste do Paraná - Coara, criada em 1993. Vinte e seis famílias não participam de nenhuma destas formas. No segundo, as famílias também vivem em comunidades e estão organizadas em 19 associações e, parte das famílias, numa cooperativa de produção e comercialização agrícola. Em ambos os assentamentos, verificou-se a prática de formas de solidariedade simples como a troca de dias de serviço e o mutirão, embora hoje menos freqüentes do que nos primeiros anos de assentamento. Já no Assentamento Terra Livre, as relações cotidianas tecem-se numa comunidade organizada espacialmente na forma de uma agrovila. A produção agrícola é desenvolvida em uma cooperativa de produção agropecuária (CPA), na qual a terra e o trabalho são coletivos.

Esse esboço rápido dos assentamentos estudados evidencia uma simultaneidade de formas diversas de diferentes temporalidades: relações comunitárias e de vizinhança[56], formas de solidariedade, próprias do caboclo e colono do sul do País, ao mesmo tempo, outras formas sociais induzidas pelos mediadores. Entendendo que as formas são historicamente constituídas nas relações sociais, elas devem ser referidas à formação econômico-social da região na qual os assentamentos estão inseridos. A título de exemplo, como se verá ao longo deste capítulo, no Paraná, na primeira metade do século XIX, surgiu o sistema de produção conhecido como *faxinal*. Este sistema assentava-se essencialmente sobre a pequena produção agrícola policultural, o extrativismo do mate e o uso comum da terra na produção animal. Os *criadouros comuns* de suínos aparecem nos assentamentos estudados. Assim sendo, é indispensável incorporar aqui uma discussão sobre os diversos modos de vida e formas de posse e uso da terra do camponês.

Na extensa literatura sobre o campesinato de cunho marxista, com freqüência, o modo de vida camponês é referido a partir de sua especificidade econômica. A economia camponesa é designada como um sistema de significado

---

56 - As expressões "comunidade" e "vizinhança" podem levar à dissimulação das desigualdades nas relações entre os sujeitos sociais, contribuindo na prática da vida cotidiana para abafar as tensões e os confrontos. Desse modo, utilizarei a noção de comunidade e de relações de vizinhança que nela se processam, para exprimir a idéia de espaço social onde se dá o exercício tanto da socialização e prática política, quanto das relações interpessoais cotidianas, da vivência religiosa e do lazer, e dos interesses compartilhados de um grupo de sujeitos sociais, porém não harmônicas. Adoto a perspectiva de Raphael Samuel: ao invés de pressupor a existência de equilíbrio, deve-se atentar tanto para os aspectos determinantes da comunidade, quanto para os interesses nela contraditórios e conflitantes (SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista brasileira de história*, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. p. 219-243.). Desse modo, para reunir estes aspectos numa única expressão, talvez seja preferível utilizar a noção *comunidade de interesses*.

próprio, cuja unidade básica é a propriedade familiar vista em sua totalidade. A unidade camponesa caracteriza-se pela produção e consumo, moradia e trabalho familiar. Privilegia, pois, as relações de trabalho e a forma de produção na unidade familiar.[57] Teodor Shanin nos ensina, porém, que não se deve reduzir o conceito de camponês ao econômico. O camponês deve ser entendido não apenas em relação ao seu sistema produtivo, mas também em suas relações sociais, culturais e políticas. Assim, o conceito permite identificar uma estrutura social, uma classe social subordinada e um modo de vida próprio. A unidade doméstica campesina é uma "unidade de família e produção, altamente integrada".[58]

O sociólogo José de Souza Martins chama atenção de que a palavra *camponês* foi introduzida em nosso País pela importação das esquerdas, não obstante existissem nomes específicos nas diversas regiões como *caipira*, *caboclo*, *colono*, *sitiante*. A agricultura familiar no Sul, associada à noção de colônias de povoamento, se distingue da agricultura que se constituiu em São Paulo e no Nordeste açucareiro, relacionadas à noção de colônias de exploração.[59]

Antônio Cândido, em seu estudo clássico sobre os caipiras em São Paulo, preferiu não usar a palavra caboclo. Optou pelo termo caipira, porque "exprime um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial"[60]. Por isso opta pelo termo

---

57 - Nesta direção, Chayanov foi o primeiro a propor uma teoria específica da economia familiar camponesa. Para ele, a forma de organização da unidade doméstica camponesa trata-se de uma unidade de produção e consumo orientada para a satisfação das necessidades da família com o menor nível possível de auto-exploração de sua força de trabalho (CHAYANOV, Alexander V. *La organizacion de la unidade econômica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.). Inspirado em Chayanov, Tavares dos Santos, ao analisar o trabalho de colonos do sul do Brasil, apontou os elementos estruturais da produção camponesa, designando-a como uma economia de subsistência com pequena inserção no mercado. A família camponesa é ao mesmo tempo a unidade de produção e de consumo. Toda a produção se destina a suprir as necessidades do grupo doméstico. Mesmo quando alguns produtos são destinados ao mercado é para convertê-los na aquisição de bens necessários não produzidos pelo grupo. O trabalho é de base familiar, sendo a contratação de mão-de-obra externa à família esporádica e temporária. Na unidade familiar camponesa, o trabalho acessório, como bóia-fria, diarista, assume caráter marginal, apenas complementa o esforço de manutenção e reprodução (SANTOS, José V. Tavares dos. *Colonos do vinho.* Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.).

58 - SHANIN, Teodor. *La clase incómoda*. Sociologia política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 161. Mais adiante assevera: "*El dualismo fundamental de la posición de los campesinos em la sociedad se deriva de su condición de clase social, por una parte (una clase poco poderosa y dominada, por lo general, por los demás), y de " un mundo diferente" , por la outra – una " sociedad en sí misma" de gran autosuficiencia, llevando congigo los elementos de um modelo separado, diferenciado y cerrado, de relaciones sociales*." (p. 291. Cf. também _____ . A definição de camponês: conceituações e o velho e o novo em uma discussão marxista. In: *Trabalho e dominação*. Estudos Cebrap n. 26. São Paulo: Vozes, 1980.).

59 - Cf. MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil*. Op. cit., p. 16.

60 - O caboclo tem sentido racial, designa "o mestiço próximo ou remoto de branco e índio". (CANDIDO, *Os parceiros do rio bonito*. Op. cit. p. 22). Na literatura antropológica e sociológica recente, a palavra "caboclo" tem sido utilizada para designar uma condição social, genericamente o lavrador nacional

caipira para designar os aspectos culturais do grupo estudado. A organização socioespacial dos caipiras é o bairro rural, base territorial a que têm consciência de pertencer. A sociabilidade entre os moradores do bairro decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação. Formam, assim, um grupo de vizinhança, com formas e práticas de solidariedade próprias tanto na esfera da produção das condições materiais de sobrevivência, como na esfera das manifestações religiosas e de lazer. Na produção agrícola, a "ajuda" ou "ajutório", praticada sob diversas formas de cooperação (retribuição em trabalho, retribuição em espécie, troca de serviço, trabalho coletivo e mutirão), produzia uma rede ampla de relações entre os habitantes do bairro fundadas em valores morais de grande importância à reprodução social do caipira.[61]

A exemplo de Antonio Cândido, diversos estudiosos ressematizaram em novos termos, mais ricos e promissores, os diversos modos de vida do campesinato, definindo-o não mais negativamente, mas positivamente. Martins desenvolve uma rigorosa crítica aos trabalhos que se apóiam numa interpretação dualista, que separam o arcaico do moderno, o rural do urbano, e examinam as transformações sociais no campo a partir de um referencial economicista e evolucionista. Entende que não existe contradição insuperável entre as velhas estruturas agrárias existentes e o moderno capitalismo dos grandes centros industriais do País. Para ampliar seus lucros, a própria dinâmica de expansão do

---

pobre, com um sentido mais sociocultural do que étnico, tanto que a expressão também é empregada para referir imigrantes alemães e seus descendentes empobrecidos (Cf. ZARTH, Paulo Afonso. Os esquecidos da história. In: _____ (et. al.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 43-79). Ou, para referir um modo de vida ou cultura específica, a "cultura cabocla" (Cf. BLOEMER, *Brava gente brasileira*. Op. cit. p. 23). O caboclo é um "*tipo social resultante étnico, social, econômico e cultural do processo colonizatório. A identidade cabocla constrói-se pela sua experiência histórica e plasma um modo de vida particular, que caracteriza sua relação com o meio social e o ambiente social e cultural*" (GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída. p. 123. In.: _____ (et. al.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 121-141.). Sua presença nas lutas sociais agrárias é marcante (Contestado – 1912-1916; Revolta do Sudoeste do Paraná, de 1957, entre outras). Atualmente, além da sua presença numérica, constata-se, sobretudo, a presença cultural (ritos, símbolos e suas trajetórias de lutas sendo recuperadas no processo da luta, em romarias e outras manifestações públicas políticas), como se verá no próximo capítulo. Mas, o caboclo já foi visto como grupo isolado, de "raça inferior", o que justificaria seu baixo nível de vida e sua suposta incapacidade para o trabalho. O próprio atraso do País chegou a ser explicado em função da mestiçagem do povo brasileiro. Essa interpretação, baseada no determinismo biológico, há muito foi superada (Cf. QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 7.). Uma outra interpretação, seguindo de certo modo as teses que defendem o "branqueamento da raça", define o caboclo como vadio e vagabundo. Oliveira Viana afirma que a vagabundagem e ociosidade eram comuns no "baixo povo rural" (VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Niterói: UFF: Itatiaia, 1987. 2. Vol.).

61 - CANDIDO, *Os parceiros ...*, op. cit., p. 64-65.

capital, recriaria relações sociais de trabalho historicamente anteriores à sua hegemonia. [62]

Élio Duarte, em seu estudo sobre os movimentos camponeses recentes em Goiás - *Do mutirão à ocupação de terras*[63] -, considera o campesinato uma classe constituída por trabalhadores que, de posse de seus meios de produção, cultivam a terra com base no trabalho familiar, mantendo um vínculo parcial com o mercado e que possuem um modo próprio de ser diretamente ligado à vida rural. Nas últimas três décadas, afirma, os camponeses, embora articulados aos mediadores, procuraram organizar-se a partir de seus valores culturais. Os movimentos camponeses passaram a questionar a dominação capitalista e, através das ocupações, começaram a retornar à terra e resgatar o sentido de coletividade e solidariedade nos assentamentos. Até então, os movimentos camponeses eram orientados por ideologias estranhas ao meio rural.

Nas acepções formuladas pelos autores acima mencionados, o campesinato constitui-se como classe subalterna no engendramento das contradições da expansão capitalista e manifesta um modo de vida particular. Na utilização do termo, fica implícita a diversidade de categorias que o mesmo engloba (arrendatários, meeiros, posseiros, pequenos proprietários familiares), ao mesmo tempo em que oculta uma diversidade de formas de posse e uso da terra. A questão camponesa surge engendrada numa formação econômico-social, que se desenvolve desigual e contraditoriamente. Formas sociais não-capitalistas são criadas, sofrem rupturas ou são rearticuladas, revelando uma simultaneidade de tempos históricos diversos.

Nesta linha de interpretação, uma historiografia influenciada pelas mudanças no interior do debate marxista[64] deu importantes passos, nas últimas duas décadas, modificando substancialmente o enfoque sobre a questão agrária e

---

62 - Para a crítica aos estudos dualistas, ver MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

63 - DUARTE, Élio G. *Do mutirão à ocupação de terras:* manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. São Paulo: USP, 1998. Tese.

64 - Na Inglaterra, essa renovação vem dos historiadores ligados ao *Comunist Party Historians' Group*, entre os quais, Eric Hobsbawn, Edward P. Thompson, Raphael Samuel e Georges Rude. Extremamente inconformados com os estruturalismos e os dogmatismos de conceitos aos quais o pensamento marxista havia sido reduzido, empenharam-se em retornar às fontes e a uma releitura da obra de Karl Marx e Friedrich Engels, em construir uma história que explorasse a consciência, os valores, a cultura, os processos e as ações coletivas. Os desdobramentos dessa postura historiográfica, no Brasil, permitiu importantes estudos sobre o banditismo social e o messianismo (entre os quais, QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.), e, mais recentemente, estudos sobre os trabalhadores urbanos. No que se refere aos estudos da questão agrária e camponesa, a influência do pensamento do francês Henri Lefebvre tem

inserindo o camponês no processo político. Trabalhos têm dado voz aos trabalhadores do campo e movimento às suas práticas. O campesinato emerge como classe social e não mais como passivo, como alguém que não faz e não participa da história, como resíduo de um passado a ser superado, mas como sujeito, cujo modo de ser porta os possíveis de um novo tempo de organização social. Esta historiografia revela, na formação econômico-social capitalista,

> ... a desigualdade de tempos históricos simultâneos, ou seja, o tempo da economia camponesa subsumido pelo capital em seu tempo linear, fabril. Essa simultaneidade de tempos faz com que o camponês tenha de resistir à sua transformação em proletário ou "lúmpen", fato que ocorre quando ele perde sua terra. A resistência, que se realiza com a ocupação de áreas de latifúndios ou de terras devolutas, permite ao camponês, em sua ação, transformar-se em elemento questionador da desigualdade produzida nas economias de tipo capitalista.[65]

O mundo rural evidencia, pois, uma complexidade "horizontal" e outra "vertical", como ensina Henri Lefebvre. A primeira consubstancia-se nas formações sociais e estruturas agrárias de uma mesma época histórica que revelam diferenças que chegam ao antagonismo. A complexidade vertical ou histórica revela-se "na coexistência de formações de *épocas* e datas *diferentes*" - o mais arcaico ao lado do ultra-moderno. As duas complexidades, que são tanto socioeconômicas como culturais e políticas, "entrecruzam-se, recortam-se e agem uma sobre a outra", revelando temporalidades diversas constituindo uma mesma realidade.[66]

Com efeito, aceitando esta perspectiva, pode-se afirmar que o mundo rural apresenta contradições extremas. Evidenciam-se nele diferentes modos de ser, formas sociais de produção e culturas. Convivem, num mesmo espaço, tanto o regime da propriedade capitalista, que se baseia no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador, como a propriedade e produção familiar do camponês. Quando o capital se apropria da terra ela é transformada em terra de negócio, de exploração do trabalho alheio; quando o camponês ocupa e lavra a terra, ela torna-se espaço de trabalho. A terra é necessária para a produção material da vida e condição de afirmação da identidade. Essas formas de apropriação e uso da terra não representam uma dualidade, estão imbricadas. Com esta dimensão, o mundo rural de desenvolvimento desigual está inserido no mercado globalizado.

---

fornecido instrumental teórico e metodológico para variados e ricos estudos no âmbito da história, geografia e, sobretudo, da sociologia. Alguns de seus trabalhos estão referidos ao longo deste estudo.

65 - IOKOI, *Igreja e camponeses.* Op. cit., p 14.

66 - LEFEBVRE, *De lo rural a lo urbano.* Op. cit., p. 63-64.

Em sendo assim, estas constatações remetem à explicitação dos processos históricos que engendraram a privatização da terra, a expropriação dos camponeses e a concentração fundiária. A Lei de Terras, de 1850, ao unir o direito de posse e de domínio nas mãos dos que tinham terra e poder, estabeleceu as condições da existência de uma mão-de-obra livre. Esta lei proibiu a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse o da compra. Mas, ao mesmo tempo em que a mudança do regime fundiário criou mecanismos de eliminação de formas camponesas mais antigas de apropriação da terra, como a da posse, e recriou outras, abriu caminho para um novo campesinato moderno, formado por pequenos proprietários, cuja existência é mediatizada pela mercadoria terra.[67]

Desse modo, o direito agrário, ao definir a terra como mercadoria, deu substrato para o surgimento de duas formas contraditórias de apropriação da terra: a familiar camponesa, inicialmente, sobretudo a partir da criação de núcleos coloniais pelo Estado (no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, e, em menor escala, em São Paulo), e a forma capitalista da terra. Durante o século XX, a expansão da lógica da economia de mercado, ao mesmo tempo em que recriou formas de produção camponesa, simultaneamente eliminou outras, expandindo a apropriação privada da terra ou expandiu a apropriação privada da terra e as relações capitalistas de produção na agricultura.[68] Tomemos o espaço geográfico em foco no presente estudo para exemplificar.

No sul do Brasil, o caboclo e o colono são os principais formadores do campesinato regional. Nos assentamentos estudados, verificou-se descendência ética cabocla[69] e descendências européias, sobretudo do italiano, mas também do teuto e, em menor número, do polonês (com variações diversas entre estas). Como se verá neste capítulo, caboclos e colonos[70], desenvolveram formas de solidariedade familiar e

---

67 - Cf. MARTINS, *Os camponeses* ..., op. cit., p. 43.

68 - Id., ibid.

69 - Parte dos entrevistados, que se autodenominaram de caboclos, aparentemente também têm cruzamento genético com negros. Sobre a palavra "caboclo" ver nota 21.

70 - Sobre a origem etimológica das palavras *colono/colônia*, ver BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Na Região Sul, o termo *colono* designa agricultores com pouca terra que organizam a produção agropecuária com base no trabalho familiar. As palavras *colono* e *colônia* possuem origem histórica bem definida. Segundo Seyferth o termo *colônia* refere uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas. Nela imigrantes alemães e italianos e seus descendentes adquiriram pequenas propriedades em projetos oficiais ou privados de colonização, nas quais desenvolveram a produção agrícola tanto para a subsistência das suas famílias como para o mercado. A pequena propriedade agrícola também é referida como *colônia*, designando sempre trabalho familiar num patrimônio. Esta "*é concebida como um microcosmo auto-suficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Na realidade trata-se de uma auto-suficiência aparente, pois desde o início estes camponeses estão submetidos às leis do mercado e dependem de atividades*

de vizinhança. Através delas, trabalhos coletivos na comunidade e de cooperação agrícola na unidade de produção eram realizados (o mutirão, a troca de dias de serviço, entre outras). Também desenvolveram distintas formas de uso e posse da terra. Por ora, cabe destacar que o caboclo é um campesinato que se forma como frente de expansão. No Sudoeste e Oeste do Paraná, a partir de meados do século XX, ocupa terras devolutas e avança sobre terras indígenas. Mas, sobretudo a partir dos anos 40, defrontou-se com a privatização da terra pela frente colonizadora.

No processo da modernização conservadora da agricultura, uma pequena parte dos proprietários familiares capitalizaram-se e incorporaram tecnologia, mecanizaram a terra e combinaram a produção para o mercado com a subsistência familiar. Muitos daqueles expulsos pelos *grileiros,* ou que perderam a terra para as instituições bancárias, a exemplo dos migrantes que nunca se tornaram proprietários no Oeste e Sudoeste do Paraná, ou dos filhos dos proprietários com pouca terra, insuficiente para a herança, foram reinseridos nas fazendas ou tornaram-se arrendatários. A inserção subalterna nas relações de trabalho faz parte da trajetória de vida dos sem-terra. Para sua reprodução social, desenvolveram diversas formas de solidariedade, como a troca de dias de serviço. A esse respeito, Adelmo rememora:

> Em Alto Pinheirinho, município de Boa Vista da Aparecida. Lá era arrendatário, meu pai que tinha doze alqueires, mas eu não morava em cima da terra dele. Morava num vizinho do lado, um sitio lá de 16 alqueires. Eu tinha um gadinho, pagava uma renda de 25% do bruto, da planta e da criação. Plantava mais ou menos três alqueires de milho e feijão. Era pro consumo e pra vender também. Nós produzíamos uns cem sacos de milho por alqueire, o feijão trinta, quarenta sacos no máximo. Na época da colheita trocava dia de serviço com os vizinhos e com a família, com o irmão ou o pai. Morava tudo meio perto. Pagar dias era pouco, um ajudava o outro. Eles ajudavam por exemplo na minha lavoura e eu ajudava na lavoura deles. Às vezes nem contava dia, ajudava terminar a lavoura. Pagava por dia, por exemplo, quando era pra roçar o pasto, ou coisa assim.[71]

---

externas à comunidade, sejam elas econômicas ou não. A propriedade do colono é para ele a área colonial em ponto menor. (...). Os espaços dentro do lote colonial são bem demarcados e refletem a atividade múltipla da família camponesa". (p. 25). A casa fica junto à estrada, e, próximo dela, o estábulo e um paiol – rancho para guardar ferramentas e depósito de grãos. Segundo a autora, não obstante as pressões no sentido de uma agricultura comercial, da substituição das carroças por veículos automotores, dos arados por tratores, os povoados e as pequenas propriedades subsistem e a policultura, associada à criação de animais domésticos, ainda prevalece. A colônia continua sendo a unidade básica do sistema econômico camponês nas áreas povoadas por imigrantes italianos, alemães e poloneses ou seus descendentes, na Região Sul do país. (SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1990.). É comum, ainda hoje, no Oeste e Sudoeste do Paraná, o emprego de *colônia* como sinônimo de área rural de um município. E, em algum momento durante a década de 70 e 80, o termo *colono* passou a ser utilizado pelos citadinos com conotação pejorativa (homem de costumes atrasados que podia ser reconhecido na sua vestimenta: camisa *voltamundo* e calça *brim-coringa*, protótipo da calça *jeans*, e calçava chinelo de dedo), em contraposição ao agricultor modernizado, que incorporou tecnologia na produção e estava diferenciando-se economicamente com o *boom* da soja.

71 - SOUZA, *Entrevista*. Citada.

Expulsos da terra ou ameaçados de perdê-la em conseqüência da expansão da grande agricultura empresarial, como a da soja, e em conseqüência das expropriações decorrentes da construção da barragem e formação do lago da usina hidrelétrica de Itaipu, milhares de arrendatários, meeiros e famílias com pouca terra, migraram para outras regiões como forma de reproduzir seu modo de vida, ou foram para a urbe. Muitos passaram a organizar a resistência e lutar pela terra e conquistaram o assentamento. Em tais espaços, têm recriado laços de solidariedade e formas de cooperação agrícola cuja origem remete aos tradicionais mutirões e à organização comunitária dos caboclos e dos colonos. Na organização do produtivo, incorporam modernas técnicas no cultivo agroecológico, desenvolvem parcerias com universidades, têm acesso a créditos governamentais, precisam elaborar projetos, transacionam com instituições financeiras e o comércio local. O assentado já não é mais o camponês da "frente de expansão" ou da "frente pioneira", e não é mais destituído da terra.

Mesmo assim, como bem observa Marta Marques, tanto no processo da luta pela terra como na dimensão de assentados rurais, o tipo de relação que os trabalhadores mantêm com a terra se constitui referência central na formação de sua identidade. Baseada em Klaas Woortmann, afirma:

> Os sem-terra apresentam maior ou menor grau de campesinidade segundo a trajetória de vida de cada um e a forma anterior de integração à sociedade moderna capitalista. A campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. A ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionadas entre si e tem como princípios organizativos centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade ...[72]

Nesta direção, a meu ver, devem-se estudar os assentados, como uma nova categoria social. Todavia, não se pode dizer no que se consubstancia tal categoria se não se investigarem as experiências que a engendraram. Formam a base social do MST pequenos agricultores, filhos de pequenos proprietários, trabalhadores urbanos e rurais de uma até duas gerações, a maioria dos quais nunca chegou a ser proprietário de terra. São identidades diversas que se imbricam na formação de identidades sociais mais amplas como a de *Sem Terra* do MST[73] e de Atingidos por Barragens. Os sem-terra

---

72 - MARQUES, *De sem-terra a "posseiros"*. Op. cit. p. 25; WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguceia. O* campesinato como ordem moral. Série Antropologia n. 69. Brasília: UNB, 1990. Mimeo.

73 - Cf. CALDART, *Pedagogia do movimento sem terra...*, op. cit., p. 26.

recriam sua identidade em movimentos organizados, como novos sujeitos coletivos[74], e passam a desenvolver a luta como classe, evidenciando outras condições e expectativas, tanto no processo da luta pela terra como na dimensão de (re)assentados rurais.

Esta configuração impõe a necessidade de explicitar o modo de vida dos assentados, sua luta pela terra e formas de solidariedade e cooperação, como estratégias de permanência no campo, bem como os significados que atribuem a essas experiências, no contexto de formação do sem-terra brasileiro como identidade política coletiva. Desse modo, na medida em que as ações coletivas de resistência organizada são engendradas nas experiências humanas, os movimentos sociais devem ser compreendidos para além de sua atuação no tempo presente, devem ser vistos como sujeitos coletivos que participam de mudanças de longa duração. Tal tarefa deve partir de uma noção de classe na qual a experiência e a cultura dos assentados sejam apreendidas no engendramento das relações históricas e nas questões do campo.

Valendo-me das reflexões de Thompson, penso ser plausível afirmar que os sem-terra não surgiram na cena como sujeitos prontos, como categoria sociopolítica dada, através da criação do MST, em 1984. A própria expressão *os sem-terra* é anterior ao movimento. Como o termo *formação* sugere a constituição *dos sem-terra* é um processo cuja gênese é anterior ao MST e que continua se fazendo. Esse processo produz uma identidade política que não é única nem homogênea, se constitui no entrecruzamento de identidades diversas e na afirmação de interesses coletivos. A experiência de homens e mulheres "adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas" [75]. Com efeito,

---

74 - É na elaboração das experiências que os sujeitos sociais identificam interesses comuns, constituindo coletividades políticas, movimentos sociais. Utilizo, pois, a noção de sujeito coletivo "... *no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.*" (SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 55).

75 - Thompson vê as classes como formação social e cultural. Como tal, a classe é situada como um sujeito que se constrói no *seu fazer-se.* Ela surge quando homens e mulheres, se reconhecem numa mesma situação de exploração e expropriação e articulam objetivos comuns contra outros grupos que se opõem aos seus interesses. Surge em diferentes lugares e momentos, mas nunca exatamente da mesma maneira. Não como algo pronto, mas constitui-se nos processos históricos, nas experiências vividas. Homens e mulheres experimentam relações produtivas e de classe, indissociáveis da cultura, tornando-se sujeitos. Portanto, a classe só adquire existência ao longo do processo de luta, no qual se engendra a identidade cultural e política. *"Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro desta idéia do termo – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação*

sua formação só pode ser compreendida no *seu fazer-se*, situando os sem-terra acampados e os assentados, no campo da luta das classes subalternas como um processo ativo e dinâmico, permeado por relações conflituosas e contraditórias, movidas por interesses antagônicos.

2. Camponeses em Movimento

Durante os anos 80, cresceu entre arrendatários, filhos de pequenos agricultores, bóias-frias, meeiros, posseiros, a consciência de que necessitavam lutar e correr riscos em defesa dos seus direitos. No Paraná, as eleições estaduais de 1982 possibilitaram uma nova composição de forças políticas. Com apoio de segmentos ligados à luta pela terra e manifestando em campanha compromissos com a reforma agrária (pressionar o governo federal para a aplicação do Estatuto da Terra, apontar áreas passíveis de reforma agrária e realizar, com recursos próprios do Estado, assentamentos de agricultores sem-terra), José Richa, candidato da oposição, elegeu-se governador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ao assumir o governo, nomeou Claus Germer (agrônomo engajado na luta pela terra), para a secretaria da agricultura. Estabelecia-se, de certo modo, uma conjuntura política favorável à luta pela terra. Todavia, a conquista dos primeiros projetos de assentamento demandou muita luta.

Em 05 de novembro de 1985, as autoridades e a população (uma comissão das 40 famílias), representando os sem-terra do Paraná, acampados no Centro Cívico, em Curitiba, em frente à Assembléia Legislativa e ao Palácio Iguaçu, enviaram uma carta, dizendo que a esperança que estava inscrita no I Plano Nacional de Reforma Agrária da "Nova República" se tinha esvaído.

> Esta esperança acabou. O plano não nos vai ajudar porque atende aos interesses dos latifundiários e não os interesses dos sem terra. Outra esperança era o PLANO DE EMERGÊNCIA para os acampados. Este também acabou com a assinatura do PNRA.[76]

---

determinada. (THOMPSON, *A miséria da teoria ...*, op. cit., p. 182.; Cf. _____ . *Tradición, revuelta y ...*, op. cit.; _____ . Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (orgs.). *As pecularied*ades *dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 260-261).

[76] - MST. Comissão dos acampados. *Carta às autoridades e à população*. Curitiba, 05/11/1985.

Cansados das promessas do governo, reivindicavam a desapropriação de terras e o assentamento imediato dos 3.100 trabalhadores em 13 acampamentos naquele momento existentes no Paraná.[77] O assentamento deveria ocorrer preferencialmente nas regiões de origem dos camponeses. Também exigiam alimentação e atendimento à saúde e a participação do MST no levantamento de áreas, desapropriação e assentamento. O Plano Nacional de Reforma Agrária previa a participação de representantes dos trabalhadores rurais em todas as fases de execução dos projetos de assentamento. Os acampados exigiam uma posição por escrito do governador José Richa ante as reivindicações e, se a resposta não fosse emitida em cinco dias ou se negativa, tomariam suas próprias medidas. Finalizavam:

> Somos sem terra do Paraná organizados. Sabemos quem somos. Sabemos o que queremos e sabemos onde queremos chegar. Esperar pelos governantes, que não querem resolver os nossos problemas, ou pela boa vontade dos latifundiários, não é mais possível.[78]

Leopoldo Ribeiro rememora o acampamento em frente ao Palácio Iguaçu e a ocupação da Fazenda Vitória, como as duas experiências que mais o marcaram na sua trajetória de luta. Do acampamento relembra:

> ... estávamos chegando no palácio, a três quilômetros a gente já tinha uma visão de muita polícia. A polícia militar estava lá em peso, porque nós já estávamos há vários dias na caminhada. Eles já estavam sabendo que íamos acampar em frente ao palácio. Quando nós chegamos fomos repreendidos, mas demos a volta por cima e conseguimos acampar em frente ao palácio. Em frente ao palácio nós driblamos a polícia, ela não conseguiu nos segurar. O Arcebispo de Curitiba foi nos receber pra rezar uma missa. Quando estava rezando a missa nós dois companheiros fomos pegar o rolo de lona na Kombi pick-up. A polícia percebeu que nós íamos armar os barracos. Daí eles avançaram e pegaram numa ponta da lona e nós na outra, e puxa daqui e puxa dali. Foi um momento de muita emoção, a gente vendo aquela multidão de polícia com arma pesada. Parecia que nós, sem-terra, éramos um bando de bandidos. Era mulher, homem, criança, todos gritando "vamos pegar e vamos lá", e conseguimos tomar o rolo de lona da polícia e dentro de vinte minutos os barracos estavam montados.[79]

Os dias que se seguiram foram tensos, mas também de solidariedade. No dia 06 de novembro, os acampados receberam a visita de mais de 200 pessoas de comunidades, igrejas, partidos políticos, sindicatos. Também cerca de 2.500 professores de todo o Paraná, em passeata por melhores salários, ao chegarem em

---

77 - Segundo o governo do Paraná, durante o ano de 1985, foram 16 os acampamentos formados pelo MST, com um total de 2.317 famílias e oito acampamentos não eram deste movimento, com 690 famílias (Cf. SECRA. Secretaria de Coordenação da Reforma Agrária do Governo do Paraná. Apud: BONIM, Anamaria Aimoré (et. al.). *Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida*. Curitiba: UFPR/SEAG, 1986. Mimeo.

78 - MST. Comissão dos acampados. *Carta às autoridades* ... Citada.

79 - RIBEIRO, Leopoldo. *Entrevista*. Lindoeste, 20 de março de 1999.

frente ao Palácio Iguaçu, solidarizaram-se com as famílias sem-terra. No mesmo dia, os representantes dos acampados foram falar com o presidente da Assembléia Legislativa, o deputado do PMDB, Nilso Sguarezzi, que havia proibido os sem-terra de erguerem barracos para protegerem mulheres e crianças do vento, do frio e da chuva.

Resolveram então se reunir com o governador interino, João Elísio Ferraz de Campos. Fizeram-se presentes o bispo D. Ladislau, de Curitiba, o bispo D. Olívio Fasa, de Foz do Iguaçu (presidente da CPT no Paraná), e quatro representantes do legislativo estadual.[80] Com a promessa de que o governador daria uma resposta até o dia 10 de dezembro, os sem-terra retiraram-se e montaram acampamento na Praça Rui Barbosa. A resposta não veio por escrito, mas as negociações continuaram. Alimentos, embora não suficientes, começaram a ser distribuídos para os acampados. O acampamento permaneceu durante sete meses. Somente a partir de junho de 1986, novas terras começariam a ser desapropriadas, entre as quais, a Fazenda Vitória. No biênio 1985-1986, apenas 904 famílias foram assentadas. A meta de assentamentos fixada pelo PRRA/PR, para o período, era de 8.300 famílias.

À incipiente ação prática na implantação de assentamentos rurais e aos parcos recursos liberados para a sua viabilização, o governo conjugou o esforço de criar uma imagem pública de atuação na execução da reforma agrária e, ao mesmo tempo, procurou desmantelar o MST no estado.[81] Nestas circunstâncias, no intuito de exigir o cumprimento do compromisso assumido pelo governo do estado, Incra e Mirad, de assentar 4.500 famílias até o final de 1986, em julho daquele ano, 300 trabalhadores acamparam em frente ao Palácio Iguaçu. Depois de um mês, os sem-terra também ocuparam a sede do Incra e o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), onde permaneceram por duas semanas.

Neste terreno movediço da luta pela terra e pela reforma agrária, nos anos subseqüentes, novos acampamentos foram organizados em frente ao palácio do governo estadual pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sem pretender esgotar os desdobramentos desse processo, mas de verticalizá-lo numa análise histórica que explicite suas contradições, o enredo do episódio acima relatado indica três evidências. A primeira, que dificilmente o I PRRA seria executado. Havia uma séria desconfiança dos sem-terra em relação à política oficial, à esfera formal e

---

80 - Cf. CPT. *Boletim Poeira*, ano VII, nº 41. Curitiba, 15 de novembro de 1985.

81 - Ver FERREIRA, Angela Damasceno (et. al.). A luta pela terra no Paraná recente. In: PAZ, Francisco. *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991. p. 119-140.

institucional, como caminho para a reforma agrária. Os camponeses chegaram a ver no Incra "um Instituto Nacional *contra* Reforma Agrária". A derrota na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária reforçou a compreensão de que as mudanças, tanto políticas quanto econômicas, não caminhavam a seu favor. Continuava em curso, naquele momento, uma opção conservadora no trato da questão agrária, que resultou no retrocesso da reforma agrária na Constituição de 1988. O direito agrário, mais uma vez, não permitiria o enfrentamento direto da questão e sua superação.

Diante deste quadro, os sem-terra em movimento perceberam que, para o acesso à terra, necessário seria redescobrir a política no social por outros meios e estratégias (o social como *locus* da luta política). O caminho não seria outro senão o da resistência organizada, através de acampamentos e ocupações de latifúndios improdutivos. Além disso, era preciso criar uma nova dimensão da luta pela terra e pela reforma agrária, consubstanciando-a no deslocamento da luta para a urbe. Mulheres e crianças passaram a participar ativamente nos acampamentos, fortalecendo as reivindicações. Sua presença no acampamento em Curitiba sensibilizou a opinião pública. Em julho de 1986, mês de intenso frio, o secretário da Reforma Agrária, Walter Pécoits, tentando minimizar a repercussão pública, enviou um ofício aos acampados oferecendo a garagem da Prefeitura de Curitiba para abrigar as 66 crianças do acampamento. Prontificava-se a adaptá-la para este fim. No dia seguinte, 25 de julho, recebeu uma resposta assinada pelas mães.

> Somos mães agricultoras que só sabemos cuidar de nossos filhos e trabalhar na terra. Mas temos consciência de uma luta de igualdade, por este motivo e muitos outros, não aceitamos sua proposta. Por quê? Porque estamos aqui para que o Governo Federal e Estadual libere o mais rápido possível as desapropriações de terras improdutivas. Quanto às 66 crianças que estão aqui, estão muito mais seguras lutando junto conosco, pois são nossos filhos. E mais de 5.000 crianças que estão nos acampamentos no Estado do Paraná, que não têm alimento, estão passado fome, o que resolve mesmo é um pedaço de terra para tirar o sustento para os nossos filhos. Portanto, antes de ficar quebrando galho na proteção de nossas crianças, o senhor deveria assentar o mais rápido possível todas as famílias sem terra que existem no Paraná.[82]

A segunda evidência é a de que os camponeses manifestam uma identidade política comum e se reconhecem nela: *"somos sem-terra do Paraná organizados"*. Esta identidade de *sem-terra* consubstancia-se no reconhecimento de uma mesma situação de vida e de trabalho e de que possuíam objetivos comuns, entre os quais, o da conquista da terra. A legitimação dessa luta vem inspirada em uma noção de direitos (a luta pela igualdade) no reconhecimento da desigualdade

social. A igualdade só é possível na realização da desapropriação da terra para convertê-la em lugar de trabalho, de produção da vida.

Neste sentido, as experiências dos assentados, como se verá no capítulo II e III, apontam para um conjunto de expectativas de direitos como elementos centrais fundantes para a mobilização e organização da resistência e a disputa pela terra, o que os contrapõem aos interesses dos latifúndiários, de grupos políticos e dirigentes no Estado, contrários à reforma agrária. Convém observar, entretanto, que o Estado não é monolítico no exercício do poder e, portanto, nem todas as ações e políticas por ele executadas são desfavoráveis aos camponeses e, em conseqüência, no interior da estrutura executiva do Estado, criam-se conflitos.

Para além disso, embora exista uma identidade unificadora comum que move a luta dos trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, diferentes condições e motivações os levaram à resistência organizada. A decisão dos trabalhadores de lutar pela terra e pela reforma agrária, as opções dos assentados de construírem determinadas relações de trabalho, de expressão política e de cultura, estão relacionadas às suas trajetórias de vida anteriores, às condições em que foram engendradas a negação do acesso à terra e a articulação da resistência, e às dimensões subjetivas. Não obstante sejam pressionadas pelas condições objetivas, são experiências que implicam certas escolhas morais.[83] As narrativas dos assentados, sobre o que os levou ao MST ou a aderir às mobilizações da Crabi, revelam a complexidade do problema: as experiências de vida não seguem simetria e são vários os processos nos quais foram engendradas as diferentes formas de luta, como indicam as fala dos assentados entrevistados. Neste sentido, entre outras entrevistas, a de Antônio Ribas, citada na introdução, é exemplar. Ela evidencia experiências da história do campesinato no Brasil. Convêm, pois, retomá-la.

Recorde-se, a trajetória de vida de Ribas envolve a migração rural, a migração rural-urbana-rural, a condição subalterna vivida em situações transitórias e difíceis de trabalho em diferentes categorias sociais, a articulação da luta coletiva pela terra e por direitos outros como forma de reinserção social no campo. Também revela a vivência de diferentes problemas socioeconômicos, processos de expropriação e exploração, bem como a articulação de práticas políticas na tessitura da resistência.

---

82 - MST. *Ofício ao Secretário da Reforma Agrária, Walter Pécoits*. Curitiba, 25/07/1986.

Para ele e seus companheiros, organizar e ocupar a terra foi vislumbrado como a única saída para a reinserção no campo. Muitos pagavam renda para o patrão. De outros, o banco estava "tomando a terra porque não conseguiam pagar", devido aos altos juros sobre os financiamentos agrícolas, no contexto da modernização conservadora da agricultura, que expulsou milhares de pessoas do campo e reforçou a arcaica estrutura agrária: a concentração fundiária e o poder das oligarquias. A migração para a cidade, também motivada pela industrialização acelerada da década de 70, cujos reflexos de crise apareceriam em fins desta década e se aprofundariam durante a década seguinte, ou a migração para as chamadas fronteiras agrícolas, tornaram-se, via de regra, as únicas alternativas. Muitos retornaram dos projetos de colonização, a exemplo dos posseiros da Fazenda Brilhante, que, após o retorno, ocuparam a Fazenda Vitória, hoje assentamento.

Desde 1978, os sem-terra discutiam, orientados pela CPT e pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município de São João do Oeste, Sudoeste do estado, as condições de vida e trabalho, a situação política e econômica do país, e os encaminhamentos que dariam nos dias que se seguiriam. Para os camponeses, tornou-se claro que o moderno não era necessariamente positivo, pois estava gerando a sua expropriação e expulsão do campo. Neste contexto, caminhos se cruzaram. São vidas, visões de mundo, realidades distintas que se encontraram, com ou sem a mediação da CPT e dos sindicatos de trabalhadores rurais locais. Essa dinâmica gerou a noção de direito à terra, a resistência às propostas de colonização, o enfrentamento à repressão do regime militar, e diferentes formas de luta pela terra. Perguntavam-se os trabalhadores sem-terra e com pouca terra sobre suas condições de vida, sobre a injusta concentração fundiária e concluíram que tinham direito à terra. Mas como conquistá-la? Se havia terra ociosa, *grilada* e tinham direito à terra, deveriam ocupá-la. O "pessoal do sindicato, o pessoal da CPT que acabou clareando: "*a terra está aí, nós temos direito, mas como que vamos chegar? Vamos chegar através da ocupação*".[84] E a ocuparam.

> Até que a um ponto chegamos: "temos que fazer alguma coisa, temos que ocupar". No início falava ocupar, mas onde a gente vai chegar? O que vai acontecer conosco? Era a coisa mais esquisita porque era o primeiro passo que a gente iria dar, não sabia no final, se iria morrer todo mundo, se iria conseguir chegar na terra. Até que chegamos

---

[83] - Ver THOMPSON, *Tradicón, revuelta y ...*, op. cit., p. 62-139. Este trabalho foi publicado originalmente em *Past and Present*, nº 50, 1971. Também encontra-se publicado em _____ . *Costumes em comum*. Op. cit., p. 150-202.

[84] - RIBAS, *Entrevista*. Citada.

> na primeira ocupação que foi lá em Marília. A gente participou dela, ajudou no encaminhamento. Como eu era da direção do sindicato na época pediram que a gente ficasse, pelo menos na primeira ocupação pra não ser pego, na época ainda era ditadura. Então a gente acabou indo pra lá influenciado, quer dizer, ajudado pelo pessoal do sindicato, da CPT, que acabou clareando. "A terra está aí, nós temos direito, mas, como vamos chegar? Vamos chegar através da ocupação." Foi ocupada a área, mas fomos despejados. Ficamos acampados um ano na beira da estrada. Durante este tempo, o pessoal discutiu como iria trabalhar depois que fosse pra cima da área, se ia trabalhar sozinho, em associação, em grupo coletivo, e que tipo de cultura ia plantar. Foram feitos vários debates, dentro do acampamento. A discussão era importante e o pessoal estava sempre disposto a ocupar. E, foi ocupada a área e foi conseguido.[85]

Depois de uma ocupação frustrada, em 1983, e após um ano de acampamento na beira de uma BR, a família de Antônio, junto com outras 645 famílias ocupou, em junho de 1984, no município de Mangueirinha, a Fazenda Imaribo. Através de decreto, de 17 de dezembro de 1986, 10.060,76 hectares dos 17.000 hectares da área foram transformados no Assentamento Vitória da União, com 375 famílias assentadas. Este episódio, bem como a luta dos "ilhéus do Rio Paraná" e a ocupação da Fazenda Anoni, foram lutas de grande repercussão e significado para a articulação do Movimento Sem Terra no Paraná.[86]

Hoje, a ocupação é a principal forma de luta dos trabalhadores sem-terra. Mas, ela não encerra o movimento da luta. O que nos leva a uma terceira evidência. No processo das primeiras ocupações já havia propostas em discussão acerca de como organizar a terra a ser conquistada. A CPT e alguns sindicatos de trabalhadores rurais parecem ter desempenhando um papel importante na discussão dessas propostas junto aos trabalhadores sem-terra. Com a conquista das primeiras áreas para projetos de assentamentos, as dificuldades iniciais, como a insuficiência de alimentos, a falta de estradas e sementes para o plantio, a precariedade das moradias, agravadas pela não-liberação de recursos pelo poder público federal e estadual, tudo

---

85 - RIBAS, *Entrevista*. Citada.

86 - Além da ocupação da Fazenda Imaribo, ocorreram as seguintes ocupações em 1983-1984: em julho de 1983, cerca de 200 pessoas ocuparam a Fazenda Giacomet-Marodin (municípios de Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu), no mês de setembro, as ocupações da Fazenda Anoni, de 4.334 hectares, ocupada por 660 famílias, no município de Marmeleiro; Cavernoso, no município de Guarapuava, por 30 famílias e Quinhão 11, no município de Sertaneja, por 50 pessoas. (Cf. MST. Ocupações de terra no ano de 1983. Anexo 4: *Conquistar a terra. Encontro nacional dos sem terra.* Cascavel, janeiro de 1984. p. 22). Em 1984, Fazenda Cavernoso, no município de Guarapuava, de 397 hectares, ocupada por 34 famílias; Fazenda Rio das Cobras, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu, de 6.651 hectares, ocupada por 260 famílias; Reserva Indígena Pic Ocoi, no município de São Miguel do Iguaçu, com 197 hectares, ocupada por 60 pessoas; Fazenda Brilhante, no município de Cascavel, ocupada por 50 famílias; Fazenda Serra Igreja, no município de Morretes, de 2 mil hectares, ocupada por 50 famílias e Fazenda Mineira, nos municípios de São Miguel do Iguaçu e Medianeira, de 1.032 hectares, ocupada por 80 famílias. (Cf. Revista do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Assentamentos Rurais no Paraná*. Curitiba: Ipardes, 1992. p. 43-57.).

demandou um maior esforço do MST no sentido de garantir o sucesso dos projetos de assentamentos. Neste contexto, a racionalização da organização produtiva passou a ser uma das estratégias. Os assentados começaram a desenvolver, não sem conflitos e fraturas, novas estratégias de organização sociocultural e produtiva, para agregar renda através da inserção dos assentados no mercado. Ao mesmo tempo, o MST passou a disputar recursos do fundo público (créditos especiais de fomento à produção, financiamentos para a construção de casas, entre outros).

Destarte, no seu conjunto, o quadro de evidências nos leva às seguintes questões: (A) Como, no fazer-se das experiências, os caminhos dos trabalhadores rurais se cruzaram, engendrando uma identidade unificadora comum em torno da luta pela terra e pela reforma agrária e por mudanças mais profundas na sociedade brasileira. Uma resistência tenaz que os posicionou contra os interesses dos grandes proprietários e contra a opção conservadora no enfrentamento da questão agrária. (B) Como neste processo foram elaboradas diversas formas de solidariedade e cooperação na luta. A resposta parece estar na elucidação de diferentes relações e processos históricos inter-relacionados: (i) na modernização da agricultura; (ii) na resistência à migração para projetos de colonização oficial e na ação do Estado através da construção de diferentes obras, (in)diretamente responsáveis pela expropriação de milhares de pequenos agricultores, arrendatários, posseiros e meeiros; (iii) na atuação dos mediadores e nas relações que com eles os assentados têm estabelecido no campo das disputas políticas: a ação contra a opção conservadora adotada historicamente pelos governos brasileiros, pautada pelo não-enfrentamento direto e superação da questão agrária mediante a execução da reforma agrária; a organização da resistência transformadora nos acampamentos e assentamentos.

3. Resistir para não Migrar!

Os historiadores Brasil Pinheiro, Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhama, em setembro de 1968, publicaram um estudo sobre a ocupação do Paraná. Nele afirmavam que o Paraná, na década de 60, “estava com seu território ocupado,

desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras". Concluem estes autores:

> No plano social-econômico, a ocupação colonizadora da terra resultou, verdadeiramente, na implantação de uma reforma agrária, fundamentada na pequena propriedade, que domina o quadro rural paranaense, o qual apresenta certos aspectos característicos, como densidade demográfica elevada e a existência de classe média rural. Reforma agrária presente, até certo ponto, na mentalidade e na ação de grandes companhias colonizadoras que colonizaram o Paraná moderno, e de alguns dos seus governantes, concretizada, porém, pela numerosa presença de posseiros e pequenos proprietários lavradores que, às duras penas, defenderam sua oportunidade e o seu direito de acesso à terra.[87]

Do estudo não é só questionável a idéia de que a colonização realizou a reforma agrária no Paraná, ela não se sustenta como se verá mais adiante através da análise dos dados do Incra sobre a estrutura agrária. Conforme se observou nos anos que se seguiram à publicação do referido estudo, no "Paraná moderno" as contradições no campo tornar-se-iam ainda mais intensas dos que as verificadas até então, engendrando a resistência dos trabalhadores sem-terra. A reportagem *A grande fuga dos sem-terra,* do jornalista Paulo Pegoraro, publicada no *Jornal Folha de Londrina*, em 18 de agosto de 1983, aponta para essa situação vivida no campo. Esta reportagem faz parte de uma série de artigos sobre conflitos de terra, reforma agrária e colonização empreendida pelo governo federal e estadual e o deslocamento de trabalhadores sem-terra e pequenos agricultores para o Norte e Centro-Oeste do País. O conjunto das reportagens dá tom ao debate que se travou nos meios de comunicação sobre a política de colonização. Esta se chocava com as reivindicações dos sem-terra.

> Aos sem-terra paranaenses, ao que parece, são estas as opções: invadir fazendas ou migrar para a região amazônica. Os que optam pela primeira sofrem os rigores da lei que protege a propriedade – e, às vezes, injustamente, os latifúndios improdutivos – e sofrem ou perdem a vida nas mãos de vigilantes, capatazes ou jagunços, armados pelos fazendeiros. A todos, os que optam pela primeira ou pela segunda opção, move o desejo de ser proprietário de um pedaço de terra, de trabalhar para comer, mesmo arriscando a vida ao invadir uma fazenda, aqui, ou submeter-se às dificuldades naturais de regiões em desenvolvimento, como a Amazônia. Só que, no último caso, é possível o sonho da terra própria, sem o risco direto da vida.[88]

O campesinato brasileiro é migrante. Tanto o deslocamento dos caboclos como dos colonos do sul resultaram, sobretudo, da expansão da propriedade capitalista sobre a terra. Expropriados, os camponeses migraram por conta própria e ou com incentivos de programas do Estado, para novas áreas, onde, via de regra,

---

87 - WESTPHALEN, Cecília Maria. (et. al.). Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná,* v. 7, p. 1-52, 1968.

retornaram à terra. Porém, sua permanência nela, por diversas razões, nem sempre foi duradoura.

> Do lado do meu pai polonês, meus avós eram europeus, vieram da Polônia. Minha mãe era cabocla mesmo, bem mais pra índio. Vieram do Rio Grande do Sul morar na divisa do Paraná com Santa Catarina, em Porto União. Foram pra São Paulo. Meu avó faleceu lá, de malária. Depois meu pai veio morar de novo no Paraná, isso nos anos 50. Estrada não tinha, a estrada era o Rio Iguaçu. A família trabalhava como pequeno proprietário. Em 1986 fui pro Mato Grosso. Em 1993 eu voltei trabalhar de arrendatário com meu pai.[89]

A migração de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o Paraná (entre 1940 e 1960), e recentes levas de famílias migrantes (sobretudo a partir dos anos 80), destes estados para o Centro-Oeste e Norte do País, permite concluir que a migração foi adotada pelos agricultores com pouca terra porque viram nela a condição de reprodução social em melhores condições. As pessoas se deslocam, segundo as possibilidades abertas pelo contexto socioeconômico de seu tempo. Se há melhores condições no campo, mesmo que em outras regiões, então se deslocam para lá. O MST tem mostrado que a progressão do campo para a cidade não é inevitável. Pessoas têm-se deslocado da cidade para o campo, somando-se a milhares de outras do campo, buscam nos movimentos sociais concretizar a permanência num pedaço de chão para plantar. Esse movimento ganha sentido pleno nas falas dos acampados.

> Nós vamos continuar a nossa luta. O governo e os latifundiários não gostam. Mas é a nossa solução. A necessidade da cidade é tão grande, que manda o antigo camponês pro campo de novo. E eles estão vindo, procuram o campo como resistência.[90].

A migração para projetos de colonização oficial figurava como possibilidade para os sem-terra no início dos anos 80. Entretanto, entenderam que não era a única condição de reprodução social. Durante o ano de 1983, em confronto com a política de colonização, os agricultores sem-terra realizaram as primeiras ocupações coletivas de grandes propriedades rurais no estado, nas regiões Oeste e Sudoeste, como forma de acesso à terra. Enquanto isso, centenas de famílias com pouca-terra ou sem-terra rumaram para projetos de colonização no Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul, como denunciam as inúmeras recorrências de artigos e reportagens de jornais, daquele período, sobre o êxodo do Paraná:

---

88 - PEGORARO, Paulo Roberto. A grande fuga dos sem-terra. In: *Jornal Folha de Londrina*. Londrina, 18/08/1983. p. 23.

89 - SVIFTALSKI, Lucindo. *Entrevista*. Cascavel, Sede da Crabi, 21 de dezembro de 2000.

90 - CHAVES, Darci José. *Entrevista*. Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 07 de agosto de 2001.

> Nos últimos dias, mais de 40 famílias da região de Cascavel foram para as terras amazônicas. Um contingente de mais de 250 pessoas; de Francisco Beltrão, Sudoeste do Estado, seguiram outras 400; nos próximos dias, seguirão mais 150 de Cascavel e outras 500 de Francisco Beltrão, 300 de Enéas Marques e 300 de Pranchita – também do Sudoeste do Paraná. Todo este pessoal está indo para o Projeto Juma, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Estado de Amazonas.[91]

No Projeto Juma, ao largo do Rio Juma, a 430 km da cidade de Humaitá, com capacidade para 7.000 famílias, receberam lotes de 40 a 60 hectares. A titulação definitiva dos lotes seria feita em cinco anos, após efetiva ocupação. O Incra se comprometia, para a acomodação inicial, até serem feitas as casas de madeira, a fornecer barracas; a implantar a infra-estrutura básica: a construção de estradas, escolas, ambulatórios; a conceder, durante seis meses, um salário-mínimo para cada família assentada e custear o transporte até o local do projeto. Sementes não precisariam levar, pois as encontrariam no local. Os colonos empobrecidos, com algumas ferramentas, roupas em sacolas e bolsas, que levavam no pouco espaço que sobrava nos ônibus fretados pelo Incra, e com 10 mil cruzeiros ou com os alimentos que recebiam daquele instituto, partiam para a longa viagem. Na esteira desta política foram encaminhadas milhares de pessoas para o Norte e Centro-Oeste do País, como as 238 famílias que partiram, em agosto de 1983, do Sudoeste do Paraná.

> Em meio às sacolas de comida e outros pertences, os migrantes levaram um violão, para animar um pouco a longa viagem de seis dias até a cidade de Apuí, a uma distância de 4.200 Km de Francisco Beltrão. Cada família recebeu uma certa quantia de alimentos básicos para serem consumidos durante a viagem.[92]

Também as colonizadoras particulares e cooperativas, entre as quais a Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. - Cotriguaçu, sediada no município de Cascavel, através de propaganda no rádio, televisão, jornais e projeções de filmes no interior dos municípios, ofereciam vantagens bem maiores do que as que os colonos em geral encontravam, e induziram milhares de famílias a saíram do Paraná em direção aos projetos de colonização. O discurso produzido articulava uma eficácia simbólica através do amálgama de duas representações: uma certa representação da natureza (“terras vazias”, “terras livres”, “terras férteis”) e uma representação do tipo humano que deveria ocupar essas terras: os “colonos modelos”, “colonos de boa conduta”, “os agricultores afeitos ao trabalho”. As famílias vendiam suas terras, animais de criação, e empreendiam mudança em caminhões rumo ao que

---

91 - PEGORARO, *A grande fuga ...*, doc. cit.

92 - Jornal Folha de Londrina. *Sem-terra vão para a Amazônia*. Londrina, 05 de agosto de 1983. p. 7

consideravam ser "um novo eldorado". Processava-se assim a frente pioneira na Amazônia, dependente da iniciativa do próprio Estado. São marcos desta ação a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central (década de 1940); a construção da Rodovia Belém-Brasília (anos 50) e a política de incentivos fiscais da ditadura militar (a partir dos anos 70).[93]

A política de colonização do Incra partia do pressuposto de que os problemas agrários no Paraná estavam relacionados à sua formação histórica e que a sua solução se daria através de mecanismos técnicos. Esta visão do Incra parte de uma interpretação histórica da formação do Paraná, corrente na historiografia paranaense. Segundo ela, a ocupação e colonização do Paraná teriam ocorrido a partir da conjugação de três frentes pioneiras, que teriam condicionado sua configuração geográfica em três regiões: o Paraná Tradicional, o Norte e o Oeste/Sudoeste.[94]

Deste modo, no litoral, na região central e região Sul (Paraná Tradicional), a formação histórica deve-se aos ciclos do ouro, da madeira e do mate. Aí os problemas agrários estariam relacionados ao predomínio de documentos baseados, desde as sesmarias antigas até as primeiras justificações, com o advento da Lei de 1850, em uma imprecisão documental, principalmente no que se refere à questão dos limites contidos nestes documentos. Esta situação teria facilitado *grilos* e imprecisões quanto às terras devolutas. No norte Paraná (Pioneiro, Novíssimo e Novo), região ocupada especialmente pelas migrações de Minas Gerais e São Paulo, a partir do ciclo do café, predominariam as concessões de áreas a particulares que fizeram a subdivisão das terras a novos migrantes. Já o Sudoeste e o Oeste, a partir dos anos 40, regiões predominantemente ocupadas por migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inauguram um novo ciclo agropecuário.

Nas regiões Oeste e Sudoeste os problemas estariam relacionados à delimitação das terras, imprecisão e sobreposição de títulos, pulverização de títulos em razão da posse da terra mal situada em decorrência das discussões entre governo

---

93 - Cf. MARTINS, *Fronteira...,* op. cit. p. 181). Sobre as representações construídas para a transferência dos colonos, ver SANTOS, José Vicente Tavares dos. Depois da Constituinte, a colonização agrícola, uma solução para a crise agrária brasileira? In: ABRA. *Reforma Agrária*, ano 18, n. 2. Campinas, ago/nov. 1988. p. 36-51.

94 - Este modelo explicativo da histórica do Paraná foi alinhavado por MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paranaense*. Curitiba, 1951. Ver também PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica:* o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981. Este trabalho, inspirado em Brasil Pinheiro Machado, analisa a economia paranaense, particularmente a cafeicultura, concluindo que o Paraná é periférico e

estadual e governo federal e devido à criação da faixa de fronteira. Deste modo, para o Incra, órgão oficial responsável pela execução do Estatuto da Terra, os problemas agrários no Paraná eram reduzidos ao problema da regularização fundiária. Esta postura contribuiu para que este órgão, até o ano de 1982, tivesse implantado apenas um assentamento no Paraná - o projeto de Pic-Ocoy, criado em 1973, no município de São Miguel do Iguaçu. O assentamento foi fruto da pressão da Organização das Nações Unidas (ONU), para transferir as famílias que se encontravam em área do Parque Nacional do Iguaçu.[95] Para o Incra, resolvidos os problemas fundiários, restariam poucas propriedades ociosas, áreas devolutas e terras públicas. Não haveria, salvo exceções, possibilidades de desapropriações por interesse social. Assim, via de regra, as portas do acesso à terra para os trabalhadores rurais no Paraná, a exemplo dos outros estados do Sul, estariam fechadas.

> Não há mais praticamente o que ser invadido, porque no Paraná quando muito existem alguns lotes residuais devolutos, e ainda assim ocupados por posseiros, enquanto que as propriedades particulares, em sua absoluta maioria, estão mecanizadas e em produção.[96]

Na medida em que não haveria mais terra disponível no Paraná para o assentamento de contigentes de sem-terra, o programa de colonização dirigida do Incra, na Amazônia, é apresentado como "a solução adequada, e certamente é a solução possível" pelo executor do Projeto Fundiário Pioneiro do Incra no estado, Shigeru Hiroki.[97] A colonização é identificada como a única solução para a questão agrária no Paraná, o que estava sintonizado com a perspectiva adotada pelos sucessivos governos militares. Cabe observar que, embora a regularização fundiária fosse (e ainda é) necessária no estado e mesmo sendo a quantidade de terras devolutas e terras públicas pequena, a proposta do Incra desconsiderava: (i) a dimensão social do problema agrário surgido em decorrência da modernização da agricultura, da concentração fundiária e de outros fatores, e não questionava efetivamente a intensa grilagem de terras; (ii) a grande quantidade de propriedades ociosas existentes, utilizadas tão somente para a especulação; (iii) as dimensões sociais e culturais dos colonos e o desenraizamento que a transferência provocava.

---

dependente em relação ao estado de São Paulo, bem como está dividido em três regiões. Os dois autores influenciaram substancialmente a produção historiográfica posterior.

95 - Cf. Revista do Ipardes. A*ssentamentos rurais*. Op. cit., p. 27-28.

96 - HIROKI, Shigeru. Apud: Folha de Londrina. *INCRA acha que invasões não se multiplicam no PR*. Londrina, 11/08/1983. p. 7.

97 - Id., ibid.

Luiz Chabat, ex-posseiro da Fazenda Brilhante, no município de Cascavel, hoje assentado no Projeto Vitória, no município de Lindoeste, ao narrar a experiência de migração para o projeto de colonização do Incra, no Mato Grosso do Sul, revela dimensões complexas deste processo:

> Disseram que era pra levar motosserra, quando chegamos lá era só campo seco, só se via seriema cantar, não dava nada. (...). Sem colher feijão, milho, fiquei com medo. Aquele areião, nós não tínhamos costume, aqui o que se plantava dava, lá não dava nada.[98]

Note-se que o colono do Sul viu-se diante de ciclos climáticos diferentes, não conhecia as culturas mais adequadas para a região na qual foi assentado. Segundo o *Relatório do Encontro sobre Colonizadoras,* organizado pela CPT e Centro de Estudos Migratórios (CEM), em 1984, em São Paulo, com a chegada dos colonos (o maior número vinha dos estados do Sul), choques culturais com os moradores locais ocorreram que, não raras vezes, resultou em conflitos, especialmente com os indígenas, provocando seu deslocamento e ou morte. Para a CPT, os projetos anunciados pelo governo eram uma forma de esvaziar a luta pela reforma agrária, deslocando os sem-terra de áreas de tensão social; de manter a concentração da terra; de eliminar a pequena agricultura no Sul; de abrir caminho para os grandes projetos agropecuários e "criar viveiros de mão-de-obra para futuros projetos agroindustriais de exportação." [99]. Além disso, estes projetos desenraizavam os agricultores do Sul de seu modo de vida.

O Mastro e o Mastes contrapuseram-se à afirmação de que não haveria propriedades ociosas no Paraná e manifestaram-se contrários à ida de colonos para projetos de colonização no Norte e Centro-Oeste do País, reafirmando a reivindicação ao governador José Richa, de assentamento das famílias no próprio Paraná.[100] A reforma agrária fazia parte do programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do governador, e foi uma das propostas que este defendeu em campanha em 1982. Como já assinalado anteriormente, eleito, nomeou, para Secretario de Estado da Agricultura, Claus Germer, que se colocou contra o despejo de fazendas ocupadas. A Secretaria da Agricultura atuava, no sentido de aumentar a pressão junto ao Incra, para que desapropriações fossem realizadas e os trabalhadores rurais organizados fossem assentados. Além disso, procurava catalisar recursos estaduais para a infra-estrutura a

---

98 - CHABAT, Luiz. *Entrevista.* Lindoeste, 08 de março de 1999.

99 - Cf. CPT/RS. *Declaração sobre a colonização.* Porto Alegre, 7 de junho de 1983.; CPT/CEM. *Relatório do encontro sobre colonizadoras.* São Paulo, 16 a 19 de janeiro de 1984.

ser criada nos assentamentos. Os técnicos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), uma vez executados os trabalhos de vistoria nas áreas, elaboravam os processos de desapropriação, que eram encaminhados a Brasília. Este trabalho resultou em 80 processos de desapropriação formalizados.[101]

No que se refere à transferência de trabalhadores rurais para projetos de colonização, a Secretaria da Agricultura manifestou-se contrária. O secretário, Claus Germer, em 1983, visitou o Projeto Dirigido Pedro Aleixo, próximo a Rio Branco, no Acre, e constatou "uma ausência quase total de infra-estrutura social e econômica para a sobrevivência em condições mínimas e à produção economicamente necessária." A assistência técnica era falha. Os colonos ficavam sujeitos à malária e não tinham assistência médica. As escolas eram precárias. Faltavam meios de transporte à época da colheita, estrutura de armazenagem da produção e distribuição de insumos. Os colonos não conheciam o clima e o solo da Amazônia. "Não creio que seja possível estimular a ida de colonos do Paraná para a Amazônia, enquanto os projetos de assentamento apresentem tantas dificuldades, insuficiências e sofrimentos", conclui Germer[102].

Mas, o estado não é monolítico. Suas estratégias e ações não são homogêneas. Os interesses das frações de classes presentes no bloco do poder, de certa forma, são resguardados através da manutenção de uma autonomia relativa que assumem os interesses desses grupos. Há momentos em que interesses diversos levam a confrontos. O compromisso da Secretaria da Agricultura com a reforma agrária confrontou-se com a posição conservadora das outras secretarias de estado, como a da Administração e a da Justiça. As pressões da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) sobre estas secretarias tornou insustentável a postura assumida na Secretaria da Agricultura, culminando com o pedido de demissão do secretário em agosto de 1986.[103]

É importante destacar que a posição assumida, até então, pela Secretaria da Agricultura, alinhou-se com a do MST. No I Congresso Nacional, realizado em 1985, em Curitiba, com a participação de 1.500 trabalhadores, foi

---

100 - Jornal Folha de Londrina. *Agricultores sem terra pedem apoio ao governador*. Londrina, 01 de julho de 1983. p. 4. A reivindicação de assentamento em terras no Paraná vinha sendo feita desde 1979 pelo MJT dos expropriados da usina hidrelétrica de Itaipu.

101 - Cf. Revista do Ipardes. *Assentamentos rurais*. Op. cit., p. 43-57.

102 - Jornal Folha de Londrina. *Germer contra ida de colonos para a Amazônia*. Londrina, 1983. p. 8.

103 - Cf. Revista do Ipardes. Op. cit., p. 34.

aprovada a exigência do "fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativas", além de "assistência adequada, em todos os níveis, nos projetos de colonização já existentes."[104] Com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, a implantação de assentamentos rurais foi priorizada pelo Incra. Os projetos de colonização oficiais passaram a ser considerados como ação complementar na ocupação de terras públicas federais e estaduais.[105] Isto marcou uma mudança significativa em relação às formas recorrentes da ação do Estado, durante o regime militar em relação à questão fundiária.

Durante o governo Médici (1969-1973), a colonização foi colocada em prática com a instituição do Plano de Integração Nacional (PIN) e com a criação do Incra, em 1970, que reunificou a política de colonização e da reforma agrária. Até então, a reforma agrária estava a cargo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e a colonização, extensão rural e o cooperativismo eram de responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda). A partir do Geisel (1974-1978), com a criação dos Programas de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e através de incentivos à colonização privada e subsídios para os grandes projetos agropecuários, houve uma alteração na clientela das agências de colonização. Se nos governos militares anteriores o público alvo era o dos pobres e desempregados do Nordeste, a partir de então passou-se a selecionar produtores minifundiários, entre os quais os pequenos proprietários expropriados de usinas hidrelétricas e posseiros da região Sul do País, no intuito de formar pequenos proprietários familiares, "com condições produtivas modernas e um comportamento político conservador".[106] A modernização foi adotada pelo governo como forma de eliminar o arcaico no campo e para despolitizar a questão agrária. Os camponeses (e suas alternativas para o desenvolvimento econômico do campo) são excluídos do processo de discussão e decisão política. Diante da expansão das lutas sociais no campo, a colonização surge como forma de minimizar as tensões sociais estruturais da agricultura brasileira e, de preservar a ocupação de terras devolutas.

Com o deslocamento de populações das áreas de conflito para as chamadas fronteiras agrícolas, também se estava resolvendo o problema da falta de

---

104 - MST. *Documento Final do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Curitiba, 29-31 de Janeiro de 1985.

105 - PNRA. I Plano Nacional de Reforma Agrária. Anexo ao Decreto n. 911.766, de 10 de outubro de 1985. p. 803. In: *Coletânea de legislação e jurisprudência*. São Paulo: Lex, out./nov. 1985. p. 793-833.

106 - SANTOS, José Tavares dos. A política de colonização no Brasil contemporâneo. p. 26. In: ABRA. *Reforma agrária*. Campinas, jan./abr. 1985. p. 19-29.

mão-de-obra nas áreas dos grandes grupos econômicos.[107] Deste modo, com a ínfima aplicação do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 1964), a concentração fundiária continuou aumentando, como também os conflitos agrários, quer nas áreas de fronteira agrícola, quer nos estados de onde saíram os maiores contingentes. A política de colonização, de cima para baixo, permitiu a criação de mecanismos que contribuíram para a modernização conservadora ao deslocar populações de áreas de conflito que demandavam terra. Não raras vezes o colono abriu caminho para grandes empresas mineradoras e fazendeiros. No Oeste e Sudoeste do Paraná, onde mais intensamente ocorreu à expropriação da terra, saíram milhares de agricultores para projetos de colonização, devido à mecanização da agricultura, à perda da terra para os bancos e cooperativas, e devido à construção de usinas hidrelétricas pelo Estado.

Há que se observar que as ações do Estado na região em foco não se limitam ao passado recente. Tal ação interveniente, orientada por um modelo de desenvolvimento desigual, na longa duração histórica, revela estreitos vínculos com a acumulação do capital e à exclusão social. A presença do Estado no espaço se fez, primeiro, através da política de colonização, impulsionando a expansão da apropriação privada da terra. Depois, através de crédito subsidiado, propugnou a modernização agrícola, beneficiando, sobretudo, os grandes proprietários rurais. Também atuou no sentido da modernização do espaço regional através da construção de uma infra-estrutura, entre as quais a viária e energética (usinas hidroelétricas). Neste âmbito, a modernidade foi utilizada pelo Estado como um recurso retórico, mas que também se encontra disseminado por todas as dimensões e determinações do social, nas relações e ações concretas. O discurso da modernidade, cujo *locus* de ação se dá no cotidiano, articula uma única explicação do nosso tempo, enaltecendo o desenvolvimento da técnica e da tecnologia, transformando a máquina no símbolo da racionalidade máxima. Nesta lógica, o desenvolvimento se dá num único sentido, o da eliminação do arcaico. Valores, bens, mercadorias e uma cultura, são criadas e recriadas para uma sociedade de consumo, justificando as ações do Estado com vistas ao desenvolvimento econômico-social.[108] Este processo, e como nele se engendra a resistência organizada, será abordado nas páginas seguintes.

---

107 - Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

108 - Ver LEFEBVRE, *A vida cotidiana no mundo moderno*. Op. cit.

4. “O Arcaico e o Moderno”: Desencontros da Modernização Desigual

4.1. No Tempo da Colonização ...

A ocupação territorial do Paraná foi lenta e esparsa entre fins da primeira metade do século XVI até as primeiras décadas do século XX. A fundação das primeiras cidades data do século XVII. Neste ínterim, desenvolveu-se, inicialmente, a mineração e uma economia de subsistência, depois, nos campos gerais, também a pecuária articulada a uma economia de subsistência, e o comércio de tropas. Ao longo desses caminhos de tropas surgiram cidades como Palmas, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Guarapuava, entre outras. A região Oeste e Sudoeste, pelo Tratado de Tordesilhas, de 1492, pertencia à Espanha. Os padres jesuítas passaram a organizar reduções, entre as quais a do Guayrá. Os bandeirantes, com a finalidade de aprisionar índios para utilizá-los como escravos nas lavouras do litoral, as atacaram. Durante os séculos XVII e XVIII, todas as reduções foram destruídas.

A exploração da erva-mate e o comércio de tropas tornaram-se as principais atividades no século XIX. Enormes concessões de terras são feitas para particulares interessados em tais atividades. A imigração, por sua vez, de iniciativa do governo regional, situou colonos em pequenas e médias propriedades agrícolas. A distribuição de lotes rurais aos imigrantes objetivava compensar o déficit da produção alimentar provocado pela dedicação quase exclusiva de atividades ligadas ao comércio e à produção para a exportação, a exemplo da economia de todo o País. Os imigrantes, considerados portadores de tradição e técnicas mais evoluídas, poderiam compensar o atraso e as técnicas rudimentares utilizadas pelos caboclos. No final desse século, a colonização privada passou a ser estimulada pelo Governo.

A partir dos anos 20, do século XX, o povoamento se intensifica na região norte e, em ritmo menos intenso, nas regiões Oeste e Sudoeste. A propriedade privada como forma expande-se sobre o território como mercadoria, se realiza concretamente em demarcações, renda do solo, cercos, produzindo relações entre

indivíduos (de contrato, e subordinação, entre outras). Surgiram grandes latifúndios. As propriedades com mais de 100 hectares cobriam 84% da área total do Paraná.[109]

Desde o momento da passagem dos primeiros viajantes, da chegada dos bandeirantes e dos *obrageros*[110], vindos do outro lado do Rio Paraná, ou da Europa e, mais tarde, com a chegada dos "homens de negócio" das Companhias Colonizadoras privadas[111] e dos colonos, a maioria teutos e ítalo-brasileiros, migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Sudoeste e Oeste do Paraná tornaram-se a terra dos sonhos de riqueza e de *uma nova pátria*. Documentos como cartas episcopais, propagandas de venda de terra, correspondências e depoimentos orais dos migrantes, evidenciam o imaginário que se construiu em relação às terras do Oeste: *"o Paraíso Terrestre*", onde *"o clima é saudável. Leves brisas atravessam matas e campos. O solo é fértil e profundo."; "uma Nova Pátria*"; "*terra prometida"*, terra de muita beleza e riqueza que daria aos colonos condições de reproduzirem o seu modo de ser mediante o trabalho.[112]

Com os vultosos lucros advindos da exploração predatória da madeira, sobretudo do pinho, a partir das primeiras décadas do século XX, e, mais tarde, com a fragmentação das propriedades e sua venda aos colonos migrantes, entre a década de 40 e 60, bem como (nas décadas de 70 e 80), com a modernização da agricultura e o *boom* da soja, o Oeste/Sudoeste tornou-se um *novo eldorado*. Estes são momentos distintos de um mesmo processo de reprodução ampliada do capital (extensiva e territorial), na *fronteira guarani*[113], no qual se recria a produção

---

109 - Cf. PADIS, *Formação de uma economia periférica*. Op. cit.

110 - Na região em estudo, o termo foi utilizado com o significado que lhe era atribuído na Argentina, designando grandes propriedades concedidas pelo governo. Significa originalmente local onde se trabalha manualmente. O proprietário ou dono da concessão é o *obragero*. Como não foram cumpridos os objetivos para as quais foram instaladas, de colonizar e dotar a região de infra-estrutura, durante a vigência da Primeira República, as obrages foram extintas.

111 - No norte novo do Paraná, a CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná, criada pela Brazil Plantations Syndicate Ltd., fundada em Londres em 1924, em diversos estudos é apontada como a empresa de maior influência na colonização dessa região. No Oeste, a Industrial Madereira e Colonizadora Rio Paraná – Maripá, a Mate Laranjeira e a Pinho e Terra. No Sudoeste, a Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Limitada - Citla.

112 - Cf. SCHREINER, Davi F. *Cotidiano, trabalho e poder*. A formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 1997.

113 - Território de fronteira do Brasil com a Argentina e Paraguai, povoada no passado por índios guaranis. O governador do Paraguai, por volta de 1554, fundou várias vilas na área. Pretendia subordinar cerca de 200.000 índios que viviam na região e deter o avanço português além da linha do Tratado de Tordesilhas. Devido ao insucesso dos *adelantados*, o governo espanhol confia o empreendimento aos jesuítas, que criam as reduções (Cf. PADIS, *Formação de uma economia...* Op. cit.). Os indígenas não dizimados no processo de ocupação e colonização da região foram reunidos em reservas indígenas. Hoje, no Paraná, a população indígena encontra-se reunida em dezessete reservas, somando apenas cerca de 9.000 pessoas, remanescentes

camponesa através da apropriação privada da terra pelo colono. Essa privatização cria um ambiente vivido antagonista ao modo de vida do caboclo. A mediação do capital juntou, contraditoriamente, numa mesma situação histórica na *fronteira guarani,* temporalidades diversas (do indígena, posseiro, colono e do fazendeiro).[114]

A região tornou-se território de encontros e desencontros de grupos sociais, de experiências de exclusão e formas de violência. A colonização constituiu um projeto totalizante: ocupar um novo chão, explorar os seus bens de forma privada, submeter os seus naturais, sobrepor um modo de ser e uma forma de apropriação da terra sobre outros[115]. Neste processo, teceu-se a resistência transformadora.

Na primeira metade do século XX, predominavam as grandes concessões de propriedades por parte do governo do Paraná, para a exploração de erva-mate e madeira e ou para a colonização, denominadas de *Obrages*. A população não excedida a 25.000 habitantes por volta dos anos 20. Parte dela era formada por *mensus*.[116] No Sudoeste, a produção agrícola era tipicamente cabocla. A organização associativa do caboclo é a família "ampla", que inclui o compadrio. O seu sistema de produção é o extensivo e sua organização do trabalho se orienta pela lógica da subsistência da família. Aos poucos, os caboclos desenvolveram um sistema integrado de extrativismo da erva-mate, de pecuária e agricultura, esta desenvolvida mediante a técnica do pousio. Expandem a atividade suinícola pelo sistema conhecido como de *roças do mato* ou de *clareira* (processo de engorda do porco solto na mata ou no meio de uma lavoura de milho), a atividade pecuária do leite e a ampliação do extrativismo da madeira e da erva-mate. [117]

---

das etnias Kaingang, Guarani e Xetá. Cf. BRENNEISEN, Eliane. *Relações de poder, dominação e resistência*. São Paulo: PUC, 2000. p. 11.

114 - Vera MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira.* In: *Capitalismo e tradicionalismo*. p. 43-50. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 47.

115 - Paráfrase de BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. Op. cit., p. 15.

116 - Trabalhadores braçais da *obrage*. A palavra é de origem espanhola *(mensual:* mensalista*)* é equivalente ao termo peão. O *mensu* era proibido de desenvolver roça para si e criar pequenos animais. Os gêneros alimentícios deveriam ser adquiridos no armazém (*barracón*). Cada peão tinha suas compras registradas na contabilidade da empresa. Se suas compras excediam o *limite* (salário mensal), o que via de regra ocorria, necessitava recorrer ao gerente ou capataz. Gerava-se aí uma subordinação do *mensu* ao *obragero*, que, com dívida nem sempre real, não mais podia abandonar o emprego. O termo peão designa àquele trabalhador assalariado que tinha como atividade cuidar do gado bovino, cavalos e mulas. Atualmente, na região, o termo também é utilizado para referir àqueles trabalhadores que, nas mesmas condições, dedicam-se ao trabalho agrícola sem que residam necessariamente nas terras do patrão. Sobre as relações entre os diferentes segmentos sociais na região ver (WACHOWICZ, *Obrageros, mesus...* . Op. cit. p. 182.).

117 - Cf. ABRAMOVAY, Ricardo. *As transformações na vida camponesa no paranaense*. São Paulo: USP, 1981. Dissertação.; Cf. GEHLEN, *Identidade estigmatizadan ...,* op. cit., p. 129.

Os caboclos vinham do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, ou de fazendas de gado dos campos de Palmas e de Guarapuava, onde muitos eram agregados. Socialmente, tudo indica que se tratavam, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas. Nelas foram inseridos como a*gregados*, responsáveis pelas culturas de subsistência, até fins do século XIX, quando o abastecimento passou a ser feito pelas pequenas propriedades.[118] Com o declínio da pecuária extensiva, os fazendeiros empobrecidos e os agregados, excluídos das fazendas dos Campos Gerais, afluíram para as matas mistas (de araucárias e erva-mate nativas) do centro-sul do Paraná (por volta da metade do século XIX), estabelecendo-se nos ervais com sua economia de subsistência. Os caboclos "começaram a sentir-se apertados com a chegada dos colonos, a maioria poloneses. Viam cercas por todos os lados, às quais culturalmente não estavam acostumados. Para muitos destes a solução era ir adiante, interiorizar-se na mata."[119] Rumaram para as matas do Sudoeste, mais tarde, para o Oeste, estabelecendo-se como posseiros em terras devolutas. Para ali também moveram-se os agregados e descendentes de tropeiros vindos de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e dos Campos de Palmas.

Na medida em que as terras devolutas se tornaram propriedades particulares – terras de fazenda – os posseiros dependiam do fazendeiro aceitar ou não sua permanência como agregados. Muitos caboclos passaram a *morar de favor*[120]

---

118 - No Paraná, os agregados eram juridicamente livres, mas inteiramente subordinados à classe senhorial. Constituíam uma camada intermediária entre os peões e os escravos, destituída, via-de-regra, de quaisquer recursos próprios. Uma verticalização de maior duração histórica mostra que os caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná surgem nas fazendas de gado, entre o século XVIII e o final do século XIX, com o deslocamento de índios subjugados, principalmente pelas Missões. Em contato com outras populações (negros e brancos), passaram a conviver num mesmo espaço, se miscigenaram biológica e culturalmente. Ver a respeito QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.; BLOEMER, *Brava gente brasileira*. Op. cit.; ABRAMOVAY, *As transformações na vida* ..., op. cit.). Sobre os agregados no Paraná ver MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. In*: Boletim UFPR*, n. 3. Curitiba, 1963. p. 8.

119 - YU, Chang Man. *Sistema faxinal*: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. IAPAR. Boletim técnico, n. 22. Londrina: IAPAR, 1988. p. 39.

120 - Para Martins, a *morada de favor* constitui uma relação de troca que inclui e ultrapassa a prestação e as relações de trabalho, envolvendo a recíproca lealdade, a trama religiosa e do compadrio. (MARTINS, *O cativeiro da terra*. Op. cit., p. 71.). Em importante estudo sobre conflitos de terra e trabalho no Vale do Jequitinhonha, Margarida Moura desnuda como funciona ideologicamente a recorrência à categoria *morador de favor* nas argumentações do fazendeiro e em certas argumentações judiciais, como elo de explicação de relações pretéritas e presentes. Diz a autora "*Na sociedade sob exame, a categoria morada de favor é alegada pelo fazendeiro com o objetivo de enfatizar a face doadora da relação, relação, aliás, que quer encerrar. Por isso agregados e situantes tratam de descaracterizá-la na sua própria defesa, isto é, negar-lhe um estatuto de sistema comportamental em uso, recuperando outras mediações das suas relações com a fazenda, com os* ***tratos****, as* ***terças****, as* ***condições****. Se essas também eram parte de atitudes que se consubstanciavam na concessão de entrar na terra (para o agregado) ou*

em terras que historicamente ocupavam, engendrando-se uma relação de interdependência e de lealdade na região fronteiriça de Santa Catarina e do Paraná. Segundo Duglas Teixeira Monteiro, nesta sociedade rústica "impunha-se a necessidade de cooperação e a vigência de um autoritarismo quase militar". As relações sociais se moviam, nessa *ordem pretérita*, por "laços de interdependência entre iguais e desiguais, de um autoritarismo escalonado em pirâmides de poder e chefias fundadas na possibilidade de disposição de recursos"[121]. A estabilidade dessas relações era mantida em base aos referencias do catolicismo rústico (religião de fazendeiros e agregados). "O agregado escolhe o fazendeiro como padrinho do filho porque o fazendeiro é seu *patrão*. Ao mesmo tempo, é leal a esse patrão porque é seu *compadre*. A natureza material das relações de dominação-subordinação está imbricada com as representações sociais não-materiais."[122]

A penetração de empresas capitalistas modernas dedicadas à exploração da erva-mate, da madeira, a mercantilização da terra e a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, e, de modo genérico, a crise do mandonismo local, determinaram a ruptura desta ordem fundada no consenso e na coerção, o que Duglas Monteiro chamou de "*a crise de desencantamento*"[123]. Com a República, as oligarquias, para manter prestígio, sua clientela eleitoral, e ampliar seus domínios, necessitam dos favores do Estado. Surgem, então, as concessões de terra e as negociatas com grupos econômicos nacionais e estrangeiros. As posses dos caboclos ficaram cada vez mais cercadas pelas grandes propriedades. A construção da estrada São Paulo-Rio Grande foi entregue à empresa Brazil Railway Company, que recebeu em troca concessões de terras (15 Km de largura para cada lado da linha férrea, na extensão total da ferrovia). A empresa explorou madeira e a comercializou no Brasil e no exterior e atuou na colonização das terras obtidas do governo federal e estadual. As terras eram vendidas a colonos estrangeiros, sobretudo italianos e poloneses. A partir de 1911, a empresa passou a expulsar os antigos posseiros. A situação agrava-se com o término da obra. Cerca de oito mil trabalhadores, recrutados em grandes cidades de outros estados, ficam

---

para nela permanecer (para o posseiro), nota-se que de nenhum modo a concepção sobre a morada de favor é introjetada pelos dominados através da versão cotidiana e, não raro, da verdade jurídica que o fazendeiro e seu advogado querem impingir aos lavradores demandantes" (MOURA, *Os deserdados da terra*. Op. cit. p. 205-206).

121 - MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. Respectivamente p. 21 e 11.

122 - Id., ibid., p. 13.

123 - Id., Ibid., p. 14.

sem emprego. Expropriados da terra e sem emprego, o saque e a ocupação de terras, outras vezes o trabalho como jagunços para os coronéis, são adotados.

Todavia, a institucionalização do *desencantamento*, assevera Duglas Monteiro, articulada à "uma ideologia liberal, do progresso, da lei e da cidadania – uma ideologia burguesa", não se fez pela inexistência de condições (entre as quais, a inexistência de instituições como a Igreja Católica Oficial e a quase ausência da escola) capazes de elaborar e disseminar essa ideologia. E, a intervenção do Estado, naquele espaço, incidia negativamente, já que era instrumento dos interesses das oligarquias e das empresas capitalistas que ali começavam a atuar. Engendrou-se o *reencantamento* que desnudou as relações de dominação às quais os caboclos estavam submetidos. Trata-se de "um processo de reconstrução que se fez a partir dos valores ameaçados pela crise", a partir da "retenção e elaboração de elementos do universo ideológico passado e o expurgo de suas contradições": "os aspectos consensuais foram retidos e elaborados; os coercitivos (...) passaram a ser garantidos por sanções místicas" [124], da Santa Irmandade.

Foi a partir destes referenciais religiosos que se formou o movimento político dos caboclos, conhecido como Revolta do Contestado[125]. O movimento formou-se em 1912, em Campos Novos (SC), liderado pelo monge denominado José Maria. Tendo reunido um número considerável de seguidores, instalou-se em Taquaruçu, próximo de Curitibanos. Atacava a República e dizia que a Monarquia seria reinstalada. Depois de se envolver com a política local, recebeu a proteção do coronel Henriquinho de Almeida Albuquerque. Em face disto, o adversário político deste coronel denunciou-o ao governo do Estado do Paraná sob acusação de ser subversivo e monarquista, exigindo proteção e tropas. O monge e seus seguidores retiraram-se, então, para Irani (em área contestada por Santa Catarina e Paraná). Atacados pela Polícia Militar do Paraná, contra-atacaram. Neste combate o monge foi morto.

---

[124] - Ver QUEIROZ, *Messianismo e conflito social*. Op. cit. p. 14.

[125] - Ao dar caráter político ao movimento dos caboclos do Contestado, afasto-me da literatura de cunho marxista, mas não restrita a esta, que interpreta os movimentos camponeses como pré-políticos. Como nos ensina Martins, para essa literatura, "*apenas a partir de uma força de fora, isto é, de cima, é que esses movimentos podem se transformar em movimentos políticos*" (p. 27). Nestes termos, "*O desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo. Leva, sobretudo, a confundir a religião camponesa como a causa do caráter pré-político dos movimentos e das lutas camponesas. Isso impede que se veja a condição do caráter pré-político na própria estrutura social em que se insere o camponês. O localismo e o misticismo do campesinato não podem ser*

Alguns meses depois (em fins de 1913), em Taquaruçu, o movimento ressurge. Os coronéis e o governo mobilizam tropas federais para combater os caboclos. Ao todo foram treze expedições. Arraiais foram destruídos. Os caboclos criam novos arraiais. Caraguatá, Santa Maria, Tamanduá, entre outros. Em setembro de 1914, após terem abandonado Caraguatá, cerca de 15.000 caboclos partem à ofensiva. Acusaram o governo de entregar as terras para empresas estrangeiras: "O guverno da Republica toca os Filhos Brasileiros do terreno que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os nossos direito"[126], estava inscrito numa pequena estação da estrada de ferro.

Na ofensiva, atacaram fazendas e cidades, dos saques conservavam somente o necessário. Nas comunidades, desenvolveram uma economia de subsistência, com produção não rotineira, e substituíram a propriedade privada da terra pela propriedade comum. A vida cotidiana era alegre, pontuada por procissões, casamentos festivos e momentos de ócio. Bailes, danças e jogos, eram proibidos, e o comércio foi banido. Mas, "a igualdade e a fraternidade totais tinham o valor de ideais, não de imposição"[127]. Para exterminar com os redutos, o governo deslocou cerca de dez mil soldados. Em 1916, o reduto de Taquaruçu, localizado no território de Curitibanos, foi destruído. Os caboclos foram sendo dizimados, sua resistência foi minada pela fome. Um grupo de caboclos sem-terra da região do Contestado foi assentado na Colônia Bom Retiro, atual município de Pato Branco, criada em 1918.

Manifestações do catolicismo popular dos caboclos são perceptíveis ainda hoje, como a reza em torno das cruzes (cuja existência é atribuída ao monge), e o batismo nas águas das fontes de grutas. O batismo nas "santas águas" que o monge João Maria, um dos três sucessivos monges a circular pela região, teria santificado com sua presença, surgiu por volta de 1950.[128] Em três oportunidades que estive na região, entre 1998 e 2001, pude observar que esta prática ainda persiste em algumas famílias. Não raras vezes, faz-se um duplo batismo: um feito pelo padre, na igreja e outro, pelas próprias famílias nas águas da "gruta do monge".

---

explicados como limitações de classe, mas devem ser buscados nas condições sociais de classe" (p. 31). (MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil*. Op. cit.).

126 - Apud.: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. D. Sebastião no Brasil. O imaginário em movimentos messiânicos nacionais. *Revista USP*, s/n. p. 34.

127 - QUEIROZ, *O messianismo no Brasil e no mundo*. Op. cit., p. 281.

128 - Cf. id., ibid., p. 274.

4.2. Caboclos, Colonos e Companhias Colonizadoras

Até meados dos anos 40, a ocupação do Sudoeste e Oeste do Paraná ainda era rarefeita. O processo de colonização foi intensificado naquela década, expandindo a propriedade privada da terra como meio de produção e como objeto de especulação imobiliária. A terra foi transformada em mercadoria, deixando de estar referida a tradição e ao modo de vida camponês (como lugar de trabalho familiar, território de reciprocidade e herança) para amalgamar-se ao indivíduo. Ela foi deslocada da ordem moral camponesa para a racionalidade, radicalmente separada da pessoa. Ao lado do latifúndio, havia a colônia e a terra ocupada pelo pequeno posseiro. Com a expansão da propriedade (como categoria ideológica, social, econômica e jurídica) restringe-se o acesso à terra por parte dos posseiros. Uma situação de violência social (mortes, saques, *grilos* de terras) colocou em confronto colonos, posseiros e companhias colonizadoras. Para Luiz Gaiger,

> Os caboclos têm muitas vezes uma história de agricultor sem terra itinerante e de submissão pessoal aos proprietários fundiários, que contrasta com o estatuto originário da pequena propriedade parcelária. Isso induziu muitos autores a opor de forma dicotômica – e muitas vezes negativa – aos comportamentos e à cultura de colonos imigrantes. Partindo de uma constatação correta, os autores em questão têm, no entanto, esquecido ao menos três fatores que intervêm na formação dessas categorias sociais: a) a inegabilidade de oportunidades que dispunham os caboclos e os imigrantes, bem como tentativas de marginalização que a sociedade lhes impunha; b) o processo de aproximação entre caboclos e colonos, encetado ao longo do tempo; c) o efeito dessa aproximação, a saber, a gênese, entre os antigos e os novos caboclos, de um ideal de pequenos produtores parcelários, não se verifica senão na sua versão mais tradicional: economia familiar, produção de subsistência, etc.[129]

Assim, uma releitura da interação e dos confrontos entre a territorialidade camponesa (do caboclo e do colono) e do grande proprietário no processo de expansão da economia de mercado no contexto da colonização se faz oportuna. A necessidade do aumento da produção agrícola, a desnacionalização e o pequeno povoamento de determinadas regiões, tornar-se-iam crescente preocupação do governo federal durante o Estado Novo (1937-1945). Esta preocupação adquiriu conteúdo na chamada política da Marcha para o Oeste. A partir de 1943, diversos mecanismos para a ocupação e exploração das novas terras no oeste brasileiro foram implantados. Essa política visava, principalmente, à consolidação do projeto político-

---

129 - GAIGER, Luiz Inácio Germany. Culture, religion et praxis sociopolitique: la pastorale de libération et le mouvement de travailelleurs ruraux sans-tere au Sud du Brésil. Lovaina: Université Catholique de Louvain, 1991. Tese. p. 75. Apud: GEHLEN, *Identidade estigmatizada...*, op. cit., p. 131.

econômico nacionalista de Vargas, de expansão das fronteiras do capitalismo no campo. A campanha Marcha para o Oeste procurou sensibilizar os brasileiros para a construção da Nação, utilizando-se do artifício da imagem de uma *"nação construída"* pela participação de todos.[130]

O Oeste do Paraná foi vislumbrado como fronteira agrícola e passou a receber um fluxo de colonos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de descendência européia (sobretudo teutos e ítalo-brasileiros) imigrados para o Brasil no século XIX. Os colonos adquiriam o "direito de posse" de um ocupante anterior ou se instalavam simplesmente em uma determinada área. Paralela a esta forma de ocupação "espontânea", a colonização foi sendo realizada pela ação do Estado ou através de companhias colonizadoras privadas. Mesmo recebendo concessões do governo do estado desde o início do século XX, as companhias particulares, em geral inglesas ou argentinas, pouco haviam feito para colonizar a região. Embora as concessões de terras determinavam o desenvolvimento da atividade colonizadora paralela à exploração do solo e das florestas, a maioria das companhias dedicou-se apenas à exploração predatória da madeira ou extração da erva-mate, outras não desenvolveram qualquer atividade econômica.

A colonização tomou impulso nos anos 40, em terras devolutas e em antigas concessões retomadas pelo Estado. A propriedade da terra para estrangeiros foi proibida, companhias colonizadoras foram nacionalizadas. A colonização ultrapassa o Rio Iguaçu, alcançando o Oeste do Paraná. Milhares de colonos migraram para conquistar a terra que ainda não possuíam ou em busca de novas propriedades para o cultivo. Fundaram povoados que deram origem aos municípios e passaram a disputar a terra coberta de florestas em parte já ocupada pelos caboclos. A venda de terras pelas companhias colonizadoras promoveu o cerco às posses dos caboclos.

A migração dos colonos realizou-se do campo para o campo. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina estavam perdendo suas terras devido ao empobrecimento e à concentração da propriedade. O fracionamento das propriedades entre os membros das famílias, por sucessivas gerações, havia levado à insuficiência de terra com o crescimento das famílias. Além disso, a queda da fertilidade da terra implicava em baixa produtividade. Na nova terra dedicaram-se, em geral, à produção

---

130 - A esse respeito, ver RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

agrícola intensiva desenvolvida em pequenas parcelas. Os lotes (espaço ao mesmo tempo de habitação e de produção) distribuíam-se a longo das picadas ou linhas que, associados a espaços e edificações de uso comum, como a igreja, o estabelecimento comercial, e práticas de solidariedade familiar e de vizinhança, constituíam uma comunidade.[131] Como se verá no capítulo III, as comunidades nos Assentamentos Vitória e São Francisco de Assis apresentam uma configuração semelhante.

O projeto de colonização oficial Marcha para o Oeste, através da ideologia do povoamento por colonos "afeitos ao trabalho", "com experiência cooperativa", "construtores do progresso e de uma Nova Pátria", excluiu a população cabocla deste projeto. A colonização oficial ocorreu sob o referencial do moderno, elegeu o migrante, que incorporou a centralidade ética do trabalho e é detentor de uma competitividade produtivista, como tipo humano executor do processo. A Colonizadora Maripá, em seu plano de colonização, manifesta claramente que o escolhido era "o descendente de imigrantes italianos e alemães", "mão-de-obra esmerada", de "maior valor produtivo", "primado pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha".[132] Os próprios colonos teuto-brasileiros se auto-representam como "pioneiros", "eficientes", de "capacidade de trabalho superior", em oposição ao caboclo, considerado "preguiçoso", "atrasado", "sujo, passa a vida comendo feijão e farinha".[133]

Esse discurso produziu a representação do migrante teuto e ítalo-brasileiro como um colono que se tornou próspero, enriqueceu nas novas áreas de

---

131 - Segundo Giralda Seyferth, a comunidade rural, nas áreas coloniais da região Sul do País, difere-se da aldeia camponesa européia donde procedeu a maioria dos colonos. Os próprios colonos diferem-se dos caboclos e caipiras em função do plano de organização social da comunidade rural e da ocupação do espaço. A comunidade assume características próprias, em função da forma como se processou o povoamento. A fixação dos colonos teve como característica o povoamento disperso em fileiras, em "lotes" ou "pequenas propriedades". A pequena propriedade constitui a unidade básica de todo o sistema colonial e é central no modo de vida deste campesinato. A unidade camponesa, juntamente com determinados bens comunitários (a capela, escola, salão de festas, bodega, entre outros) constitui as "linhas" coloniais (picadas). As linhas, por abrigarem uma coletividade (cuja organização social tem como centro das atividades a capela e como expressão importante de interação de seus membros as práticas de solidariedade familiar e de vizinhança), são também referidas como "comunidades". (SEYFERTH, *Imigração e cultura ...*, op. cit.).

132 - Cf. MARIPÁ – Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. *Plano de colonização elaborado por Ondy Hélio Niederauer*. Toledo (PR), 1955.

133 - Cf. SEYFERTH, Giralda. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, n.37. Rio de Janeiro, 1982. No que se refere à representação de *pioneiros*, seu emprego do termo tem implicações ideológicas, sociais e políticas. Ela "*escamoteia de imediato qualquer ocupação territorial anterior*. Além disso, *"pioneiro é aquele que não reconhece a humanidade do índio e dos pobres do sertão, sejam posseiros, sejam trabalhadores de fazendas"* (MARTINS, *Os camponeses ...*, op. cit., p. 113.). Na região Oeste e Sudoeste do Paraná, é comum em determinadas datas festivas (dia de instalação do município, entre outras) relembrar os "feitos dos pioneiros". Nelas

colonização. Isto não se verifica em grande número de casos. As companhias colonizadoras vendiam, em geral, colônias de 10 alqueires cada. Uma colônia equivale 10 alqueires paulistas (24 hectares). Como se vê, não se trata de muita terra. Aliás, muitas famílias migrantes conseguiram comprar apenas meia colônia. Isso explica o grande número de minifúndios nesta região. Há, ainda, um grande contingente deles que nunca chegou a se tornar proprietário. E, finalmente, como se verá mais adiante, milhares de famílias, no processo da modernização agrícola e em decorrência da construção de usinas hidrelétricas, foram expropriados da terra.

A discriminação dos caboclos pelos migrantes articula a diferença pela racionalidade cultural. O caboclo desenvolvia um sistema de produção considerado anti-econômico pelo migrante. A propriedade da terra não era formalizada juridicamente. A extração de produtos da floresta (a erva-mate, o couro silvestre) e a produção agrícola em pequenos roçados, com aproveitamento esparso do solo, destinava-se para a subsistência (mesmo quando parte era comercializada).[134] Como mostra Chang Man Yu[135], o caboclo, geralmente, fazia roças das terras de mato, ou seja, onde não havia pinheiros ou erva-mate. Cortava-se o mato, que, depois de seco, era queimado. A roça era semeada sem nenhum trato à cultura após a semeadura. A cada ano, escolhia-se um novo mato. Só se fazia nova semeadura na terra já cultivada, depois que nela tivessem crescido novas árvores. A madeiras eram importantes pelo menos sob dois aspectos: (a) para a recuperação da qualidade do solo, (b) para cercar as lavouras, impedindo a entrada dos porcos. Quando o milho estava maduro, as cercas eram colocadas abaixo para que os porcos se fartassem. Acidentes geográficos também eram utilizados para separar animais das roças.

Inicialmente, criavam poucos animais, em geral, uma ou duas vacas e alguns cavalos. Depois, passaram a criar porcos soltos na mata. Trata-se do sistema de "porco alçado": os animais se alimentavam exclusivamente de pastos, brotos e frutos silvestres tombados ao chão, como o pinhão e a goiaba. O único trato que recebiam era o sal. Para cada cabeça do rebanho, são necessários cinco hectares de mato. Esta forma de criação, de certo modo, é recuperada nos assentamentos como se verá no capítulo 3. Na medida em que as colônias se expandiram, o sistema de "porco alçado" gerou conflitos. Os migrantes praticavam a agricultura policultural intensiva e

---

se materializa a ideologia do heroísmo que valoriza a ação de determinados grupos sociais e promove a exclusão de outros.

[134] - Cf. BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: _____ (et. al.). *Os caminhos da exclusão social.* Ijuí: Unijuí, 1998. p. 81-120.

cercavam seus animais. A criação solta dos caboclos invadia a lavoura dos colonos, fartando-se dela e a destruindo. No centro-sul do Paraná, na primeira metade do século XIX, tais conflitos levaram ao surgimento do sistema de produção conhecido como *Faxinal*, baseado essencialmente na pequena produção agrícola policultural, o extrativismo do mate e o uso comum da terra na produção animal.

> Dentro do perímetro das cercas ficava definida como terras de criação, ou criadouro, e ao seu redor, fora das cercas, ficavam as terras de plantas, ou capoeiras. O criadouro era de uso comum e englobava as terras de caboclos, colonos e fazendeiros, sendo que cada qual participava com o que possuía. Embora a proporção de terras entre estas três categorias fosse muito desigual, o que importava era o fato da construção do criadouro em si trazer benefícios para cada uma delas, sem precisar em troca incorrer em grandes custos.[136]

Como descreve Chang Man Yu,[137] o criadouro articulou-se sobre três aspectos: (a) A propriedade da terra significava patrimônio, um equivalente de capital. Ela continuava sendo privada, apenas seu uso era comum; (b) A construção da cerca implicava em mão-de-obra e principalmente material. Elas eram construídas coletivamente; (c) o zêlo da cerca implicava principalmente mão-de-obra seguida de material. Cada participante era responsável pelo conserto da cerca nos limites de sua propriedade. A contribuição com capital, material ou serviço, era igualmente importante. Fato que possibilitou aos agregados, através da venda da força de trabalho, comprar o direito de criar animais no criadouro.

Para os fazendeiros, o criadouro não implicava desembolso de capital (a terra eles a possuíam e não se arrendava terra de ervais aos caboclos), além do que lhes possibilitava consorciar a exploração da erva-mate com a pecuária e ter uma reserva de trabalhadores, em pequenas unidades de subsistência, próximos à sua propriedade para empregar no corte dos ervais. Devido à sazonalidade da extração da erva-mate e ao grande número de trabalhadores que a atividade requeria, era-lhes impossível manter os trabalhadores permanentemente. Quanto aos colonos, a construção dos criadouros comuns trouxe-lhes a segurança de que tanto necessitavam contra a invasão dos animais em suas lavouras. Cercar suas lavouras era tão impraticável quanto continuar matando os animais de seus vizinhos. Além disso, poderiam criar animais à solta, reduzindo os custos do trato, já que estes se

---

135 - YU, *Sistema faxinal...*, op. cit. 39.

136 - Id., ibid.

137 - Id., Ibid. A descrição do *sistema faxinal* que se segue baseia-se no estudo deste autor.

alimentavam basicamente do que a natureza oferece. Observe-se, é a racionalidade do sistema de criação do suíno à solta pelo caboclo que caracteriza o criadouro coletivo.

Por volta de 1950, os costumes que regulavam os criadouros comuns foram sistematizados pelas prefeituras municipais locais em forma de leis municipais, denotando um certo desentendimento interno. Nos anos 80, o sistema de *faxinal* começa a desagregar-se. Em suma, a limitação do tamanho das propriedades rurais foi um dos fatores que tornou impossível aos caboclos dar continuidade ao seu sistema de produção, mas não impediu a sua recriação como camponeses. Neste sentido, os caboclos que rumaram para o Sudoeste e Oeste do Paraná, não articularam-se em sistema de faxinal. Todavia, o trabalho em conjunto na forma de "muxirão" era praticado. Rocha Pombo assinalava, em 1929,

> Havia, e parece que subsiste em algumas zonas ruraes, uma festa muito curiosa que se chamava de muxirão ou pixirão. Tinha lugar quando um lavrador do bairro precisava de um serviço que era preciso atacar e concluir no mesmo dia. Bastava que fizesse correr na redondeza um aviso marcando o dia. Nesse dia juntava-se ali a população do bairro, e em poucas horas fazia-se à derrubada (roçado na área que vai ser semeada, depois de preparado o terreno). A função acabava com grandes comidas e festas.[138]

O "pixirão" trata-se de uma relação de troca consubstanciada na ajuda mútua, de solidariedade, unidade e comunhão do grupo, fundada sobre o princípio de reciprocidade. Mas, o modo de vida do caboclo começa a sofrer os impactos da colonização. Ocupando terras devolutas, eles irão competir em condições desiguais com a frente de colonização, tornando-se vítima constante de expulsão. Na maioria das vezes, os caboclos não se preocuparam com a legalização da posse ou tinham problemas de falta de recursos para fazê-lo. As terras por eles ocupadas foram loteadas e vendidas. As colônias foram se expandindo sobre as terras que ocupavam. Ao mesmo tempo, passaram a ser objeto da política oficial para enquadrá-los na pequena propriedade privada moderna.

A criação da Colônia Agrícola General Osório (Cango), em 1943, para atuar no Sudoeste, nas Glebas Missões e Chopim[139], faz parte desta política oficial de ocupação dos espaços demográficos ainda não colonizados através do assentamento

---

138 - POMBO, Rocha. p. 104. Apud: ABRAMOVAY, Transformações na vida camponesa. Op. cit., p. 28.

139 - Foram sete as colônias criadas no País, entre 1941 e 1944, em uma área de 2.200.000 hectares. A Cango foi criada pelo Decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943,*"foi sem dúvida, o marco jurídico do povoamento da região. No entanto, pela imprecisão de seus limites e pelo tipo de colonização adotado - pequena propriedade com obtenção de domínio sem ônus para o colono - em pouco tempo transformou-*

de colonos nacionais pobres. É importante reter que essa é uma ação que visa construir uma estrutura de produção baseada na recriação da agricultura camponesa moderna. Através da Cango, o governo federal passou a legalizar as posses já existentes, ao mesmo tempo em que incentivava a vinda de migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas, os caboclos continuavam, paralelamente, definindo posses, instituindo apenas limites físicos na propriedade, como uma pedra, um córrego, e construíam uma infra-estrutura mínima. Depois, muitos deles vendiam o direito de posse e rumavam mata adentro em busca de uma nova terra de posse. O acampado Eraídes aponta para a não-legalização das terras ocupadas:

> Meu avô não se preocupou em legalizar a terra. Ele veio do Rio Grande do Sul, naquela propaganda do Paraná, dizendo que aqui tinha terra à vontade. Chegaram aqui, em 1949, e não compraram terra nenhuma. O meu avô casou com uma bugre. Veio pra Campo Bonito e se apossou de uma área na beira do Rio e não comprou terra nenhuma. Criava porco a solta. Em todas terras que ele morou não comprou, era terra de posse. Abria, plantava, quando era pra escriturar, vendia. Por volta de 1978, ele foi pro Paraguai no mesmo sistema daqui. Não comprou terra, ficou morando num braço do Rio Paraná. Ano passado veio embora com 78 anos de idade. Nossa família sempre morou em Campo Bonito. Se for contar todas as fazendas que nós formamos tínhamos que ter uma. Plantava milho prá nós em troca plantava grama pro fazendeiro.[140]

A apropriação privada da terra representou a impossibilidade de reprodução de tal forma de uso da terra, determinando a expulsão dos caboclos da região e ou sua reinserção na grande propriedade. A territorialização do grande proprietário que explorava a erva-mate, ou se dedicava à extração das araucárias, ou à criação de gado, não era antagônica à reprodução social do camponês não-proprietário. A realização destas atividades econômicas dependia daquela. O domínio do espaço em que se procede a interação é do proprietário, denotando uma situação de subordinação social dos caboclos e colonos não-proprietários.

Na década de 50, terras devolutas estaduais e federais foram sistematicamente tituladas, estando ou não ocupadas, a favor de grupos ligados ao governo estadual. A região tornou-se *locus* privilegiado de atuação do "Grupo Lupion" – companhias imobiliárias e de extração, beneficiamento e exportação de madeira, às quais o governador Moysés Lupion estava associado. Esta articulação, que evidencia "a submissão da ordem pública à ordem privada, ou ainda, o exercício político do capital, selava grandes interesses econômicos e políticos contrários às reivindicações

---

se em alvo da cobiça de aventureiros e das companhias privadas de colonização" (COLNAGLI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do Sudoeste. In: PAZ, *Cenários ...*, op. cit., p. 8.).

140 - DUARTE, Eraídes. *Entrevista.* Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 07 de agosto de 2001.

imediatas dos camponeses do do Paraná".[141] Os desdobramentos deste processo levaram ao surgimento de inúmeros conflitos opondo posseiros e proprietários com pouca terra aos grandes latifundiários e as companhias colonizadoras, a exemplo da Revolta do do Paraná, em 1957.

Na revolta estabeleceu-se um confronto entre concepções distintas de uso da terra. Os posseiros e colonos lutavam pela propriedade privada da terra, mas como meio de produção e vida, e as empresas colonizadoras moviam esforços para apropriarem privadamente a terra e convertê-la em mercadoria. As tentativas das companhias de garantirem, em contrato de compra e venda, o direito de exploração florestal, impedindo aos posseiros a derrubada das araucárias, foi ingrediente de conflitos que conduziram à revolta. Tal situação, aliada à morosidade, inércia e conivência do poder judiciário, bem como aos conflitos de interesses entre a União, o Estado do Paraná e as companhias privadas, engendrou um espaço de exploração e violência contra os camponeses. Se, de um lado, a continuidade do processo de apropriação da terra pela posse ou a compra da posse de outro posseiro, embora não garantisse o domínio legal, constituía um mecanismo de reafirmação histórica de reprodução do trabalhador como camponês, de outro lado, a formação de posse em terras litigiosas ou consideradas devolutas constituía uma situação propícia para a atuação das companhias colonizadoras. Contratavam jagunços para expropriar os posseiros ou, segundo uma expressão utilizada à época, para "limpar a área".

Durante o primeiro governo de Moysés Lupion (1947-1951), a Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio da União alienou, em favor da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (Citla) terras nos municípios de Palmas, Clevelândia, Chopim e Pato Branco. Eram terras das Glebas Missões, com 514.683 hectares, e Chopim, com 71.528 hectares, onde se localizava a Cango. A Citla explorou e comercializou estas terras, disputadas pela União e pelo Estado do Paraná, sem se importar com milhares de posseiros que ali se haviam instalado anteriormente. A promessa de regularizar a situação, fornecendo títulos definitivos para os posseiros, contribuiu para recolocar Lupion no governo do estado (1957-1961). No início de 1957, as companhias Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana atuaram em parceria com a Citla, embora a maior parte das terras férteis do Sudoeste e Oeste pertencessem à União (situavam-se dentro do

---

[141] - COLNAGHI, *O processo de ocupação do* . Op. cit., p. 19. A abordagem desse processo que se segue também apóia-se em REGO, Murilo. *Terra e violência.* Estudo sobre a luta pela terra no do Paraná.

limite da faixa de fronteira) e somente por ela poderia ser titulada. Mas, a cumplicidade entre o poder executivo estadual e os cartórios municipais levou à autenticação de falsas procurações. São exemplos, a *grilagem* de parte da Colônia Rio Quarto e da Gleba Chopinzinho.

Da Colônia Rio Quarto, 40 mil hectares foram griladas no município de Céu Azul. O beneficiário foi titulado em nome de diversos fantasmas e o principal beneficiário foi o então diretor do Departamento de Terras do Estado. O mesmo expediente foi utilizado para a *grilagem* da Gleba Chopinzinho, de 50 mil hectares, no município de Chopinzinho. A fraude envolveu 119 fantasmas e vitimou 1.600 famílias de pequenos agricultores. O Incra, contudo, desapropriou a área e, posteriormente, regularizou a situação em favor das famílias dos pequenos agricultores. Inúmeros outros grilos foram praticados na década de 50, entre outros: Colônia "K", Gleba Cinco Mil, Gleba Pindorama, Guairacá, Ocoí, Rio Azul/Piquerobi e Colônia Cielito. A Fazenda Vitória, de Lindoeste, hoje Assentamento Vitória, pertencia, supostamente, a empresa Cielito S/A - Administração e Empreendimentos de Elias Nacle. A Colônia era formada por 40.345 hectares.[142]

As ameaças de morte, os assassinatos cometidos pelos jagunços e membros da policia estadual, estupros e diversas outras formas de violência, levaram à revolta em 1º de agosto de 1957, na localidade de Verê. Cerca de 600 colonos caminhavam em direção aos escritórios das companhias. Dois foram alvejados mortalmente pelos jagunços. As forças policiais intervieram e praticaram uma série de violências contra colonos. Estes partem, então, à ofensiva. As companhias reagiram com mais violência, mortes, e os conflitos se multiplicaram. Grupos armados, estradas interditadas, ocupação e bloqueio do aeroporto de Capanema, ocupação da estação radiotelegráfica, foram algumas das ações dos camponeses.

O movimento ganhou força com a adesão de lideranças urbanas e de políticos de oposição ao governo. As mobilizações levaram ao fechamento dos escritórios das companhias em Verê e Dois Vizinhos, à época distritos de Francisco Beltrão. No dia 10 de outubro, cerca de 6.000 colonos e caboclos, armados de espigardas, paus, enxadas, tomaram a cidade de Francisco Beltrão, ocuparam a

---

São Paulo: Usp, 1980. Dissertação.

142 - Cf. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. *O livro branco da grilagem de terras no Brasil*. Brasília, 2000. p. 22-23.; INCRA. Superintendência de Cascavel/PR. *Relatório* apresentado à Comissão Especial de Estudo da Faixa de Fronteira do Paraná e Santa Catarina, pelo General Gaspar

delegacia de polícia e a prefeitura municipal. Pela emissora de rádio convocaram os colonos de outros municípios (Pato Branco, Barracão, Capanema, Santo Antônio) que se levantaram em revolta. No dia seguinte, destruíram os escritórios e os documentos da Citla, notas promissórias e contratos assinados na maioria das vezes sob tortura. As autoridades municipais fugiram. O governo federal mandou tropas militares. O exército atuou do lado dos colonos, haja vista que os interesses das companhias confrontavam-se com o projeto oficial da Cango. Foi ele que atraiu grande parte dos colonos para a região.

A luta fez-se nos limites por um direito definido legalmente. "O rápido acordo conquistado junto ao governo estadual e, posteriormente, o imediato abandono das cidades ocupadas, corresponde à própria limitação dos objetivos da Revolta. Lutava-se pela Lei e pela propriedade."[143]. Mas, a desapropriação por utilidade pública foi prorrogada sucessivamente, em face dos interesses econômicos e políticos. A questão só foi amenizada no primeiro governo Ney Braga (1961-1965), com o reconhecimento das Glebas Missões e Chopim como de domínio público. Em 1962, o governo Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop[144]), para regularizar a propriedade da terra das referidas glebas, desapropriadas em 27 de marco de 1961, como de toda a região. Os resultados do Censo Agropecuário de 1960 mostram que 71,7% do total dos estabelecimentos no Sudoeste (62,3% da área total) eram, segundo a condição legal, terras ocupadas.[145]

Durante a década de 60, a "ocupação espontânea" continuou intensa no Sudoeste e Oeste do Paraná. O Relatório apresentado à Comissão Especial de Estudo da Faixa de Fronteira do Paraná e Santa Catarina, pelo General Gaspar Peixoto Costa, diretor do D.G.T.C, representante do Estado do Paraná junto ao Ibra, em 1966, é uma evidência desta incorporação. Mas, também revela que os conflitos de terra não estavam resolvidos. O relatório, do General Gaspar Peixoto Costa, mostra que 51,39% das terras situadas na Faixa de Fronteira apresentavam algum problema: sobreposição de títulos, imprecisão de limites, presença de posseiros, disputas

---

Peixoto Costa, diretor do D.G.T.C, representante do Estado do Paraná junto ao Ibra. Curitiba, novembro de 1966.

143 - ABRAMOVAY, *Transformações na vida camponesa*. Op. cit., p. 48.

144 - O Getpsop estava subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República. Foi criado pelo Governo João Goulart através do Decreto nº 51.431, de 19 de março de 1962. *Diário Oficial*. Brasília, nº 53, 19 de março de 1962, e era composto por representantes dos órgãos responsáveis por esta questão, do estado e da União.

145 - IBGE. Censo agropecuário do Paraná, 1960. Apud: REGO, *Terra e violência*. Op., cit.

judiciais e terras griladas.[146] A atuação do Getsop, até 1973 (ano em que foi extinto), contribuiu apenas para minimizar esta situação. A maioria das famílias reassentadas da UHE de Salto Caxias residiam em municípios localizados nas antigas Glebas Missões e Chopim. Parte delas não tinha títulos de propriedade.

4.3. O Estado e a Modernização do Espaço Regional: Mito e Geopolítica

Durante os anos de ditadura militar, a demanda pela reforma agrária e os conflitos no meio rural não foram superados. As lutas, em diversas partes do país, colocavam em questão a legitimidade da estrutura agrária brasileira e o pacto político que a sustentava. Num esforço de aniquilar os movimentos populares, o Estado Militar utilizou-se de diversos mecanismos e práticas repressivas onde quer que eles surgissem.[147] Com a instauração do regime militar, a ação interveniente do Estado fez-se, no Oeste e Sudoeste do Paraná, através da política de modernização agrícola. Uma de suas ações no referido espaço procurou executar uma geopolítica energética e de segurança nacional.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, entre 1972 e 1974, e o II PND, entre 1975 e 1979, tinham como objetivo central proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento do País, criando uma economia moderna, competitiva e dinâmica e promover a integração nacional. O setor energético tornou-se preocupação central, ao lado das indústrias básicas (o setor de bens de capital e o de eletrônica). Da mesma forma, produtos para a exportação, como a soja e o trigo, foram priorizados através de políticas que promoveram a expansão da área de cultivo.[148] A construção de grandes complexos hidrelétricos visava estabelecer uma infra-estrutura adequada às necessidades do rápido crescimento urbano-industrial. E, a Eletrobrás empreendeu grandes obras sem maiores preocupações com os que seriam atingidos.

As pressões do Estado sobre as populações atingidas pautaram-se numa apologia dos supostos benefícios que suas ações poderiam trazer. Este

---

146 - INCRA. *Relatório apresentado à Comissão Especial de Estudo da Faixa de Fronteira ...*, doc. cit.

147 - MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1985.

148 - Ver BRASIL. Presidência da República. *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND) – 1972/74. Brasília, 1971.; _____ . *II Plano Nacional de Desenvolvimento* – 1975/79). Brasília, 1974.

discurso, fundado na ideologia da modernização, opera dois conceitos (tradicional e moderno) opondo-os de forma excludente: veicula a representação de que a modernização suprimiria o arcaico engendrando o desenvolvimento. A eficácia deste discurso reside na realização de seu objetivo: a execução de projetos de grande envergadura, demonstrando na aparência uma uniformidade de interesses e neutralizando as resistências contrárias. Para tal, diversos expedientes foram utilizados: campanhas publicitárias, reuniões nas comunidades com promessas de preço justo na indenização da terra e das benfeitorias, ocultamento dos critérios de indenização e indenização de vilas rurais antes da área rural.

Entre as inúmeras obras, foram construídas as Usinas Hidrelétricas de Sobradinho e Itapiraca, no Rio São Francisco, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, e, recentemente, a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu. Todas elas levaram à expropriação de populações do campo e ou do campo e da cidade, e produziram enormes desigualdades. O que evidencia que o moderno não é necessariamente positivo. Nem todos foram indenizados e os benefícios não foram iguais. Essas obras contribuíram para o engendramento de não poucas contradições.

A assinatura do Tratado de Itaipu, em 26 de abril de 1973, entre o Brasil e o Paraguai, permitiu o início das obras de construção da UHE de Itaipu, em Foz do Iguaçu, em 1974[149]. A partir de então, a representação *fronteira agrícola* foi ressemantizada. A dimensão modernizadora do espaço socioeconômico regional passa a ser reforçada no discurso oficial. Dos anos 40 até meados dos anos 60, a ocupação do território pelo migrante do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, constituiu nos discursos governamentais o elemento fundamental para o desenvolvimento do Paraná, devido à sua experiência comunitária, cooperativa, e ser "afeito ao trabalho". Seria ele o elemento responsável pela introdução de modernas técnicas de produção. Visava-se implantar núcleos coloniais para o assentamento de famílias de colonos que desenvolvessem a policultura, vista como "a verdadeira vocação do Paraná". Contudo, a partir da segunda metade dos anos 60, praticamente não havia mais terras a serem

---

[149] - Em 22 de junho de 1966, os dois países assinaram a Ata de Iguaçu, que estabelecia que a energia eventualmente produzida entre o Salto Guairá e a foz do Rio Iguaçu, seria dividida em partes iguais. A área total é de 820.000 quilômetros quadrados. A formação do reservatório foi iniciada em setembro de 1982 e alagou um território de 1.460 quilômetros quadrados, dos quais, 835 em território brasileiro e 625 em território paraguaio. *"A opção por Itaipu foi uma típica manobra geopolítica com objetivos claros: satelizar o Paraguai e prejudicar o desenvolvimento argentino. (...) de incorporar o Brasil às chamadas 'áreas estratégicas'. A incorporação das mesmas seria necessária (...) para a própria segurança do regime político e do sistema social vigente no Brasil, e para garantir o seu futuro de grande potência."* (SCHILLING, Paulo R. & CANESE, Ricardo. *Itaipu*: geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991. p. 23-25).

colonizadas. Nos discursos governamentais, o migrante, com tradição de trabalho familiar na pequena propriedade, passa a ser referenciado como aquele que não se enquadra mais nas necessidades do desenvolvimento em curso. Cria-se, então, a representação dos colonos migrantes como:

> ... elementos (...) sem documentação alguma, se estabelecem desordenadamente na terra, motivam tensões provenientes da disputa com relação ao domínio, provocando, muitas vezes, a formação de minifúndios prejudiciais ao progresso das áreas atingidas.[150]

Em contraposição é elaborada uma nova representação, a de modernização do Paraná, afirmando a necessidade de investir, além da agricultura, em outros setores da produção. Embora o estado apareça nos discursos dotado de uma economia dinâmica, também neles se afirma a necessidade de acompanhar a modernidade. Tratar-se-ia, no que se refere às terras ocupadas, de resolver os conflitos existentes, a maior parte na Faixa de Fronteira, através da legalização e revisão de títulos anteriormente concedidos. Desta forma, o Paraná ter-se-ia antecipado à reforma agrária, resolvendo pacificamente seus conflitos agrários.

Não obstante ao novo sentido dado ao caráter modernizante, os esforços dos governos, sobretudo a partir da década de 70, mantêm e propagam a representação (criada no processo da ocupação do território e seu parcelamento em pequenas propriedades) de que no Paraná prepondera a pequena propriedade. Esta representação, ao enfatizar a idéia de que o número de pequenas propriedades é maior, esconde a concentração fundiária. Entretanto, como mostram as Tabela 01 e 02, na página 92, os dados dos censos agropecuários desmistificam este discurso. Em 1950, os estabelecimentos com até 100 hectares somavam 76.462 unidades (85,48%), e ocupavam uma área 2.320.725 hectares (28,89%). Já as propriedades acima de 1.000 hectares totalizavam 822 (0,92%), e ocupavam 1.835.753 (35,30%). Ou seja, o número de propriedades com até 100 hectares era maior, mas a área que ocupavam é bastante menor à ocupada pelas propriedades acima de 1.000 hectares.

Até a década de 1950, a estrutura agrária do Paraná caraterizava-se pelas grandes propriedades concedidas pelo estado à iniciativa privada que, em geral, dedicava-se à exploração de erva-mate e madeira. A partir da década de 50, através da colonização empreendida pelas companhias particulares e pelo Estado, resultou

num aumento significativo do número de unidades com até 100 hectares: de 85,48% em 1950, foi para 93,84% em 1960, e 96,70% em 1970. Também a área ocupada aumentou entre a década de 50 e o início da década de 70. A área ocupada que em 1950 era de 28,89% pulou para 52,39% em 1970. Não obstante isso, considerando o número e a área ocupada pelos estabelecimentos acima de 1.000, constata-se que houve uma pequena desconcentração fundiária durante a década de 50. Mesmo assim, a concentração continuou elevada. Durante os anos 60, a reconcentração se estabelece: diminuiu o número de grandes estabelecimentos, mas aumenta sua área.

A partir da década de 70, observa-se um crescimento vertiginoso da concentração da terra. De um lado, embora o número de propriedades com mais de mil hectares tenha aumentando minimamente, a área ocupada por estas unidades aumentou substancialmente. De outro lado, diminuiu o número e a área ocupada pelas propriedades com menos de cem hectares. Os dados das Tabelas 01 e 02 mostram que, em 1970, as propriedades com menos de 100 hectares totalizavam 536.208 estabelecimentos agrícolas (96,70%) e ocupavam uma área de 7.672,39 milhões de hectares (52,39%). Já as propriedades com mais de 1.000 hectares, que totalizavam um número ínfimo (1.087 unidades, 0,19%), ocupavam uma área de 2.732.391 milhões de hectares (18,68%). Esta tendência manteve-se nas décadas seguintes. Em 1995, o número e a área ocupada pelas propriedades com menos de cem hectares diminuiu para 342.925 unidades (92,71%) e a área ocupada para 6.198.026 milhões de hectares (38,87%). Enquanto isso, as propriedades com mais de 1.000 hectares, que totalizavam apenas 1.457 unidades (0,39%), ocupavam uma área de 3.197.94 milhões de hectares (20,06%). Isto representa mais da metade da área ocupada pelas propriedades com menos de cem hectares.

---

150 - PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª Sessão Ordinária da 6ª Legislatura pelo senhor Paulo Cruz Pimentel, governador do Estado. Curitiba, 1969. Apud: IPARDES, *O Paraná reinventado...*, op. cit., p. 57.

Tabela 01 – Estabelecimentos/Paraná

Confronto dos resultados dos Censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996

Grupos de Área Total(ha)	1950		1960		1970		1975		1980		1985		1995	
	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%
Menos de 10	14.941	16,70	93.477	34,73	295.272	53,25	237.068	49,55	214.995	47,34	229.015	49.10	154.620	41,80
10 a menos de 100	61.526	68,78	159.087	59,11	240.936	43,45	218.886	45,75	215.031	47,35	212.247	45.51	188.305	50,91
100 a menos de 1.000	12.170	13,60	15.567	5,78	17.158	3,10	20.213	4,22	22.349	4,93	23.425	5.02	25.432	6,88
1.000 a menos de 10.000	792	0,89	894	0,33	1.074	0,19	1.318	0,28	1.510	0,33	1.521	0,33	1.433	0,39
10.000 e mais	30	0,03	21	0,01	13	0,00	30	0,01	27	0,01	27	0,01	17	0,00
Sem declaração	2	0,00	100	0,04	35	0,01	938	0,19	191	0,04	162	0,03	68	0,02
TOTAIS	89.461	100,00	269.146	100,00	554.488	100,00	478.453	100,00	454.103	100,00	466.397	100,00	369.875	100,00

Fonte: *IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996, n. 20 – Paraná.*

Tabela 02 – Área/Paraná

Confronto dos resultados dos Censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996

Grupos de Área Total(ha)	1950		1960		1970		1975		1980		1985		1995	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Menos de 10	90.241	1,12	523.892	4,60	1.575.024	10,77	1.286.777	8,23	1.108.663	6,77	1.129.730	6,77	792.119	4,97
10 a menos de 100	2.230.484	27,77	4.741.381	41,65	6.097.366	41,69	5.847.789	37,41	5.868.093	35,82	5.843.827	35,00	5.405.907	33,90
100 a menos de 1.000	2.876.265	35,81	3.684.627	32,36	4.220.749	28,86	5.057.383	32,36	5.666.926	34,60	6.017.737	36,04	6.550.666	41,07
1.000 a menos de 10.000	1.807.541	22,50	1.928.584	16,94	2.294.766	15,69	2.778.173	17,77	3.073.586	18,76	3.014.616	18,05	2.753.237	17,27
10.000 e mais	1.028.212	12,80	506.480	4,45	437.625	2,99	660.839	4,23	663.058	4,05	692.950	4,15	444.703	2,79
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
TOTAIS	8.032.743	100,00	11.384.964	100,00	14.625.530	100,00	15.630,961	100,00	16.380.326	100,00	16.698.860	100,00	15.946.632	100,00

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996, n. 20 – Paraná.*

A tendência da concentração da terra também ocorreu na configuração histórica da estrutura fundiária do País. Como se pode observar nas Tabelas 03 e 04, na página 94, em 1970, os estabelecimentos com menos de cem hectares, representando 90,45% do total de unidades, controlavam apenas 23,51% da área total. Em 1995, representavam 88,86%, controlavam apenas 19,96%. Enquanto isso, as propriedades acima de 1.000 hectares, em 1970, representavam apenas 0,75%, e ocupavam uma área equivalente a 39,52%. Em 1995, eram apenas 1,01% dos estabelecimentos e ocupavam 45,10% da área total. Os dados das tabelas mostram que, desde o censo de 1950, foi a primeira vez (em 95/96) que o número de estabelecimentos agrícolas diminuiu. Comparando-se o número de estabelecimentos do último censo com os do censo de 1985, constata-se uma redução dos estabelecimentos agrícolas em 941.944 propriedades. Já a área teve uma redução de 21,3 milhões de hectares, como se pode ver na Tabela 03.

Do total dos estabelecimentos extintos, cerca de 96% tinham área inferior a 100 hectares. Neste extrato, a maior redução ocorreu nos estabelecimentos inferiores a 10 hectares. Ao mesmo tempo em que os dados do censo agropecuário confirmam a redução drástica dos pequenos estabelecimentos agrícolas, o aumento da concentração da terra e a redução dos postos de trabalho no campo, também revelam que as formas de produção baseadas no trabalho familiar respondem pelo maior valor da produção agropecuária.

Segundo um estudo do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir dos dados do IBGE, os agricultores familiares são mais eficientes do que a agricultura patronal em todas as regiões do País e investem mais na produção, apesar de receberem menos financiamentos do que as grandes propriedades. E, ainda, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural e concentra o seu trabalho nos membros da família (apenas 4% dos trabalhadores são contratados). Além disso, "os agricultores familiares representam (...) 85,2% do total dos estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura."[151]

---

151 - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Novo retrato da agricultura familiar*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2000. p. 22.

Tabela 03 – Estabelecimentos/Brasil
Confronto dos resultados dos Censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996

Grupos de Área Total(ha)	1950		1960		1970		1975		1980	1985		1995/96	
	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%	Nos Absol.	%
Menos de 10	703.241	35,22	1.496.720	46,42	2.519.625	51,17	2.601.860	52,11	2.598.016	50, 35	3.064.822	52,82	2.402.374	49,43
10 a menos de 100	1.022.742	51,22	1.419.179	44,01	1.934.361	39,29	1.899.151	38,03	2.016.774	39,09	2.160.340	37,24	1.916.487	39,43
100 a menos de 1.000	242.496	12,15	277.262	8,60	414.745	8,42	446.170	8,93	488.521	9,47	517.431	8,92	469.964	9,67
1.000 a menos de 10.000	26.317	1,32	25.661	0,80	35.424	0,72	39.647	0,79	45.498	0,88	48.286	0,83	47.174	0,97
10.000 e mais	1.473	0,07	1.491	0,05	1.449	0,03	1.820	0,04	2.345	0,05	2.125	0,04	2.184	0,05
Sem declaração	364	0,02	4.017	0,12	18.377	0,37	4.805	0,10	8.696	0,17	8.805	0,15	21,682	0,45
TOTAIS	1.996.633	100,00	3.224,330	100,00	4.923.981	100,00	4.993.453	100,00	5.159.850	100,00	5.801.809	100,00	4.859.865	100,00

Fonte: *IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996. Brasil.*

Tabela 04 – Área/Brasil
Confronto dos resultados dos Censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996

Grupos de Área Total(ha)	1950		1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Menos de 10	2.986.157	1,44	5.844.791	2,66	9.083.496	3,09	8.982.643	2,77	9.004.174	2,47	9.986.588	2,66	7.882.194	2,23
10 a menos de 100	34.226.877	16,51	44.766.667	20,34	60.069.017	20,42	60.171.634	18,58	64.494.277	17,68	69.565.121	18,55	62.693.585	17,73
100 a menos de 1.000	66.247.883	31,96	73.755.740	33,51	108.742.673	36,97	115.923.103	35,79	126.799.132	34,75	131.432.623	35,06	123.541.517	34,94
1.000 a menos de 10.000	61.733.213	29,79	59.256.154	26,92	80.057.568	27,22	89.866.343	27,75	104.547.189	28,65	109.625.860	29,24	108.171.255	30,59
10.000 e mais	42.076.971	20,30	36.477.408	16,57	36.190.429	12,30	48.951.816	15,11	60.007.761	16,45	54.314.555	14,49	51.322.694	14,51
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	207.271.09	100,00	220.100.74	100,00	294.143.183	100,00	323.895.539	100,00	364.852.533	100,00	374.924.747	100,00	353.611.245	100,00

Fonte: *IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996. Brasil.*

O estudo do governo desnuda a contradição existente em seu próprio discurso entre criar um novo mundo rural (de fomentar a propriedade familiar e de desconcentrar a propriedade da terra) e suas ações de privilégio à grande propriedade.[152] Na medida em que as grandes propriedades recebem o maior volume de financiamentos, contata-se que a política fundiária oficial executa a lógica da acumulação do capital.

O processo de concentração fundiária, verificado nas Tabelas 03 e 04, está relacionado à geopolítica de desenvolvimento executada durante o regime militar. Não obstante as diferenças que marcaram os diversos governos, estes procuraram promover a expansão da agricultura capitalista através da modernização do campo "(vinculação do crédito agrícola à aquisição de máquinas e implementos, em grande parte produzidos pelo capital multinacional) como resposta às questões referentes ao estrangulamento do processo de desenvolvimento (fornecimentos de matérias-primas, alimentos, etc.). A ação modernizante levou a um processo de substituição das técnicas agrícolas tradicionais; à utilização de fertilizantes, inseticidas e herbicidas, à intensificação da concentração fundiária; ao aumento da produção e da produtividade; à expansão do crédito rural de forma seletiva a juros baixos, privilegiando os grandes produtores da Região Sul e Sudeste; à integração do capital financeiro com o capital das agroindústrias e do capital agrocomercial; à internacionalização da agricultura brasileira, com a exportação de produtos (soja, cacau, café e laranja), e redução na produção de alimentos para o mercado interno; e a territorialização da burguesia, através de grandes investimentos de grupos financeiros e industriais em terras, facilitados com os incentivos e isenções fiscais concedidos pelo Estado. Estas mudanças não se fizeram sem a alteração das relações de produção. Necessidades até então inexistentes se impuseram, desarticulando a lógica tradicional da produção camponesa.[153]

Em um estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, José Graziano da Silva apontou duas características centrais deste processo, iniciado no pós-guerra, denominado de modernização conservadora:

---

[152] - _____ . *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural.* Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado." (www.dataterra.org.br , maio de 1999.). Sobre o programa Novo Mundo Rural ver, no capítulo II, o item O Estado e a Reforma Agrária de Mercado.

[153] - Cf. LINHARES & SILVA, *Terra prometida.* Op. cit., p. 184; 188.; Cf. LEITE, José Sérgio. Padrões de desenvolvimento e agricultura do Brasil. In: ABRA. *Reforma agrária.* Campinas, 1, v. 25 (1995), p. 137-152.

> (a) Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. Ficaram portanto, para trás, perderam o bonde.
>
> (b) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não só foi desigual como foi também excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final do processo. (...). Ou seja, esse processo foi profundamente excludente de modo também que a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração de renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria.[154]

Nos estados do Sul, na análise de Cândido Grzybowski, as transformações na estrutura agrária e nas relações de dominação no campo, em decorrência da expansão do capital agroindustrial e de subordinação da agricultura à sua lógica constitui uma recolonização no interior da fronteira agrícola de outrora. O colono, que substituiu a organização indígena e do caboclo, a partir do final da década de 70, começa a ser substituído (num processo de seleção/exclusão) através de diferentes formas (construção de usinas hidrelétricas, por exemplo), sob a roupagem de modernização agrícola. De um lado é substituído pelo granjeiro, pequeno empresário agrícola e pelos assalariados de granja; de outro, pelo pequeno produtor especializado na produção mercantil com base no trabalho familiar e subordinado à grande empresa agroindustrial. "É um processo de tecnificação da produção dos colonos selecionados e de marginalização dos excluídos, na sua forma, e de capitalização com subordinação e crescente transferência de sobretalho à agroindústria e proletarização, no seu conteúdo."[155].

Outros trabalhadores tornaram-se diaristas, bóias-frias, realizando serviços de capina, plantio e colheita de cereais ou do algodão. Segundo uma pesquisa realizada, em 1976, pela FETAEP, havia no Paraná 550.970 bóias-frias. Em 1981, a FETAEP calculava existir 800.000. Uma pesquisa do Ipardes constatou que a maioria dos bóias-frias era migrantes vindos de outros estados, o que indica que eram trabalhadores que migraram por falta de trabalho e de condições de acesso à terra.[156] Outros, ainda, vinham das cidades e, como ainda hoje, em geral, voltam ao final da jornada diária. Paralelamente ao aumento do uso da mão-de-obra do bóia-fria,

---

154 - SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p. 138-139. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). *A questão agrária hoje*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 1994. pp. 165-190. Ver também SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

155 - GRZYBOWSKI, A comissão pastoral da terra e os colonos do sul do Brasil. In.: *Igreja e questão agrária*. Rio de Janeiro: Loyola, 1985. p. 251-252.

durante os anos 70, foram expulsos cerca de um milhão de pessoas da área rural no Paraná. Os dados dos dois últimos censos agropecuários mostram a persistência desta tendência, pois ocorreu uma expressiva redução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias: de 1.855.063 pessoas, em 1985, para 1.287.632 pessoas, em 1995. Em todo o País, em 1985 trabalhavam no campo 23,3 milhões de pessoas; já em 1995/96, apenas 17,9 milhões.

No Paraná, em 1995, os estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares foram os que apresentaram maior número de pessoal ocupado: 50,7%. Em seguida, com 33,6%, o grupo de área com menos de 10 hectares. E, com apenas 15,7% do total de pessoal ocupado, os estabelecimentos com mais de 100 hectares. Ou seja, são os pequenos estabelecimentos que ocupam o maior número de mão-de-obra na produção rural. Ainda, segundo o censo, durante o ano agrícola de 1995-1996, o nível máximo a que chegou o número de empregados temporários foi de 245,7 mil, no mês de dezembro de 1995.[157]

Enfim, sobretudo nos últimos 30 anos, a pressão populacional sobre a terra, em razão de uma elevação simultânea da produtividade do solo e do trabalho, aumentou; concentrou-se ainda mais a propriedade da fundiária - facilitada com os efeitos da inflação sobre o valor da terra e a política de créditos. Introduziu-se vertiginosamente a mecanização da produção e reforçou-se a terra como reserva de valor, subordinando a agricultura ao capitalismo. Esta subordinação inviabilizou, quase por completo, a agricultura tradicional, obrigando os agricultores familiares a buscar alternativas fora da unidade produtiva: o trabalho em propriedades vizinhas, as migrações temporárias para outras regiões, o abandono do campo, o que contribuiu para o inchaço das periferias, para o subemprego e vários outros problemas da urbe no período recente.[158] A tabela a seguir mostra que o número da população que vivia no campo, em 1960, era maior do que o número da população urbana. Naquela década ocorreu uma inversão desta situação: a população urbana

---

156 - Cf. IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná.* Curitiba, 1976.

157 - Cf. IBGE. *Censo agropecuário – 1995/1996* (Brasil n. 01 e Paraná, n. 20.) Rio de Janeiro, 1998.

158 - Para Singer a migração rural é produzida por dois tipos diferentes de fatores de expulsão: (i) pela pressão populacional sobre a terra, em razão de uma elevação simultânea da produtividade do solo e do trabalho e (ii) pela reestruturação das relações de produção face às imposições do desenvolvimento capitalista. (SINGER, Paul. *Economia política da urbanização.* 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 72-73). Sobre as razões da migração rural-urbana em estudos sobre migrações internas ver HASENBLG, Carlos A. A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais e pobreza no Brasil: 1970-1990. In: MICELI, Sérgio. *Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais.* São Paulo: Sumaré, 1992. p. 21-29. Segundo o autor, a década de 70 marcou o auge das pesquisas sobre migrações, sobretudo pela preocupação do Estado com o tema e seu interesse em criar um programa de pesquisas para implementar uma política de migrações internas. Durante os anos 80, ocorreu um declínio do número

tornou-se predominante, tendência que se acentuou nas décadas seguintes. Em 1996, apenas cerca de 23,85% da população vivia no campo no Brasil.

Tabela 05

População Residente, por Situação do Domicílio – Brasil (1940 –1996)		
Anos	**Urbana**	**Rural**
1950	18.782.891	33.161.506
1960	31.303.034	38.767.423
1970	47.960.677	41.054.053
1980	61.103.690	38.566.297
1991	75.767.600	35.834.485
1996	81.091.822	33.997.406

Fonte: IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro, 1987.;
_____ . *Anuário estatístico do Brasil*. Vol 56. Rio de Janeiro, 1996.;
_____ . *Contagem da população 1996*. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1997.

Ainda, segundo o Censo Agropecuário de 1996, no Paraná, 22,1% da população vivia na área rural e 77,9% em áreas urbanas. Entre 1985 e 1996, o número de trabalhadores no campo diminuiu de 23,3 milhões para 17,9 milhões. Os reflexos deste processo constituem uma significativa imagem, para os agricultores, das mudanças que se foram operando no campo. Giuvan Buconeli, do Reassentamento São Francisco de Assis, lembra da prática de troca de dias de serviço e como ela foi escasseando com o êxodo do campo.

> No começo, tempos mais atrás, tinha, mas muita gente saiu de lá. Ficou mais gente que tinha terra, então era mais difícil de trocar. A gente trocava dias de serviço mais com arrendatários, que trabalhavam em menos terra. Daí eles vinham, a gente ia ajudar eles limpar as rocinhas deles.[159]

A imagem do rural em mudança, expressa neste fragmento, sintetiza a experiência de expropriação de milhares de colonos que não conseguiram adequar-se às exigências da produção capitalista para o mercado internacional. Miguel Sávio aponta para alguns outros aspectos:

> O grande responsável pela criação do Movimento Sem-Terra foi à mecanização agrícola introduzida no país sem planejamento, aonde o Delfim Neto de repente, de um ano e pra outro, começou a emprestar dinheiro no banco a 12% ao ano sem correção monetária e financiar trator, colheitadeira, herbicida e tudo. Ora, se de cada cem famílias 75% estão na roça, e de repente, o que dez famílias fazem um único trator faz, as outras nove famílias vão fazer o quê? Isso não foi planejado. O que

---

de estudos sobre o assunto e um deslocamento para problemas ligados à colonização/assentamento, migração e estrutura agrária.

159 - BUCONELI, Giuvam. *Entrevista*. Cascavel, 13 de janeiro de 1999.

> sobrou pra nós foi organizar os agricultores e partir pra cima do governo, que era o responsável por isso.

Indica que os camponeses viviam uma situação de limite. A ação desenvolvimentista do Estado autoritário promovia a expropriação dos colonos, ao mesmo tempo em que redefinia o espaço rural, readaptando-o aos interesses hegemônicos da expansão do capital. Mas, também, contraditoriamente, engendrou a resistência de milhares de trabalhadores rurais. Milhares de outros tantos migraram para a urbe. Além da explicação socioeconômica, outras dimensões motivadoras têm sido apontadas para a migração à urbe, durante os anos 80 e 90. Eder Sader assevera que a urbe exerce uma atração muito forte sobre as famílias que viviam no campo, sendo um dos motivos pelos quais milhões de migrantes saíram, deixaram o espaço rural e se deslocaram para a cidade.[160] Embora não discordando da afirmação, o inverso também pode ser evocado como uma das hipóteses para a opção de resistência no campo.

> Eu gosto da roça, na cidade não gosto quase nem de ir, começo sentir catinga de pneu e coisarada. Se é pra mim vender isso aqui eu não vendo nunca. Aqui a gente tem o milho, tem a mandioca, tem a batata, galinha, um pé de almeirão, anda aí pro meio acha tua vaca, teu porco e na cidade é bravo, tudo isso aí tem que comprar. Então por isso que eu adoro. Eu me criei na roça, na roça eu vou morrer.[161]

Este fragmento, de Luiz Chabat, do Assentamento Vitória, revela uma imagem do campo associada a um lugar onde a vida é tornada possível através do cultivo de um modo conhecido de ser. Onde não necessariamente todo produto do trabalho está aprisionado pelo mercado. Nesta medida, a imagem sugere uma oposição do campo à cidade e uma resistência em relação ao modo de vida desta. Se, para muitos entrevistados, a cidade é referenciada como lugar de melhores oportunidades de emprego, para outros a imagem é a do desemprego, especialmente devido à não-qualificação profissional:

> ... o Brasil só tem uma saída, ou ele mexe na economia, ou nós vamos pro buraco. Se não produzir mais, nós não vamos conseguir evoluir. Então uma das formas do Brasil mexer na economia é fazer reforma agrária, essa luta do movimento. Fazendo reforma agrária, você mexe em duas questões básicas: você aumenta a produção agrícola e também diminui o desemprego. A única forma de você resolver o desemprego, hoje, é fazer a reforma agrária, porque ninguém pode se iludir que o capitalismo vai criar indústria pra resolver o problema do desemprego. O capitalista vai cada vez dar mais desemprego, porque, na medida que a tecnologia vai avançando, vai diminuindo o quadro de funcionários, vai aumentando a fila do desemprego. Então, esse povo vai ter que ir pra algum lugar e eu acho que o lugar do trabalhador, principalmente

---

160 - SADER, *Quando novos personagens ...*, op. cit.

161 - CHABAT, Luiz. *Entrevista.* Citada.

> quem foi pra cidade em busca de emprego, é voltar pra roça. Eu não vejo outra saída.[162]

É preciso considerar que o Estado contribuiu para o processo de migração e emigração. São exemplos os projetos de grande impacto econômico e social e os financiamentos desiguais para a agropecuária, que pretendiam dinamizar a estrutura produtiva do País. A construção da UHE de Itaipu levou à desapropriação de 6.263 famílias, terras que hoje se encontram submersas pelo Lago da Usina. A primeira desapropriação ocorreu no município de Medianeira, em 08 de novembro de 1977. O desapropriado, Henrique Szlapak, recebeu o "irrisório valor de Cr$ 54.450,00, inferior, ao da própria aquisição do imóvel, isto é de Cr$ 67.480,00."[163] Entre os desapropriados, pequenos proprietários, povos indígenas e 623 famílias de posseiros. No total, 42.444 pessoas, das quais 38.445 da área rural. A Itaipu também empregou cerca de 35.000 trabalhadores. Com o término da obra, a maioria foi demitido.[164]

A emigração de camponeses brasileiros para o Paraguai foi facilitada com a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação Econômica, em 1975, pelo governo brasileiro e governo paraguaio, e pela oferta de terras baratas daquele país. O tratado permitia a ocupação de uma área de cerca de 121 Km^2, por uma população de 1,2 milhão de brasileiros. Calcula-se que, durante os anos 80, cerca de 450 mil brasileiros emigraram para o Paraguai. Recentemente, uma reportagem da "Revista Época" estimou a existência de cerca de 1 milhão de brasileiros naquele país.[165] Em decorrência deste fluxo, iniciado por volta de 1968, surgiram inúmeros núcleos populacionais ao longo da fronteira do Paraguai com o Brasil. Nos anos 80, os *brasiguaios,* como não tiveram reconhecida a sua condição de imigrantes no Paraguai, ficaram impedidos de ter acesso à educação, saúde e outros direitos sociais; tiveram problemas para a legalização das terras, o que fez com que muitos deles pagassem a terra mais de uma vez. Com a mudança de regime político e a pressão exercida por diferentes grupos políticos, latifundiários e o "Movimento dos *Campesinos*", reivindicando as terras férteis ocupadas ao longo dos 400 quilômetros da fronteira seca que divide o Brasil do Paraguai, a ameaça de expulsão cresceu.

---

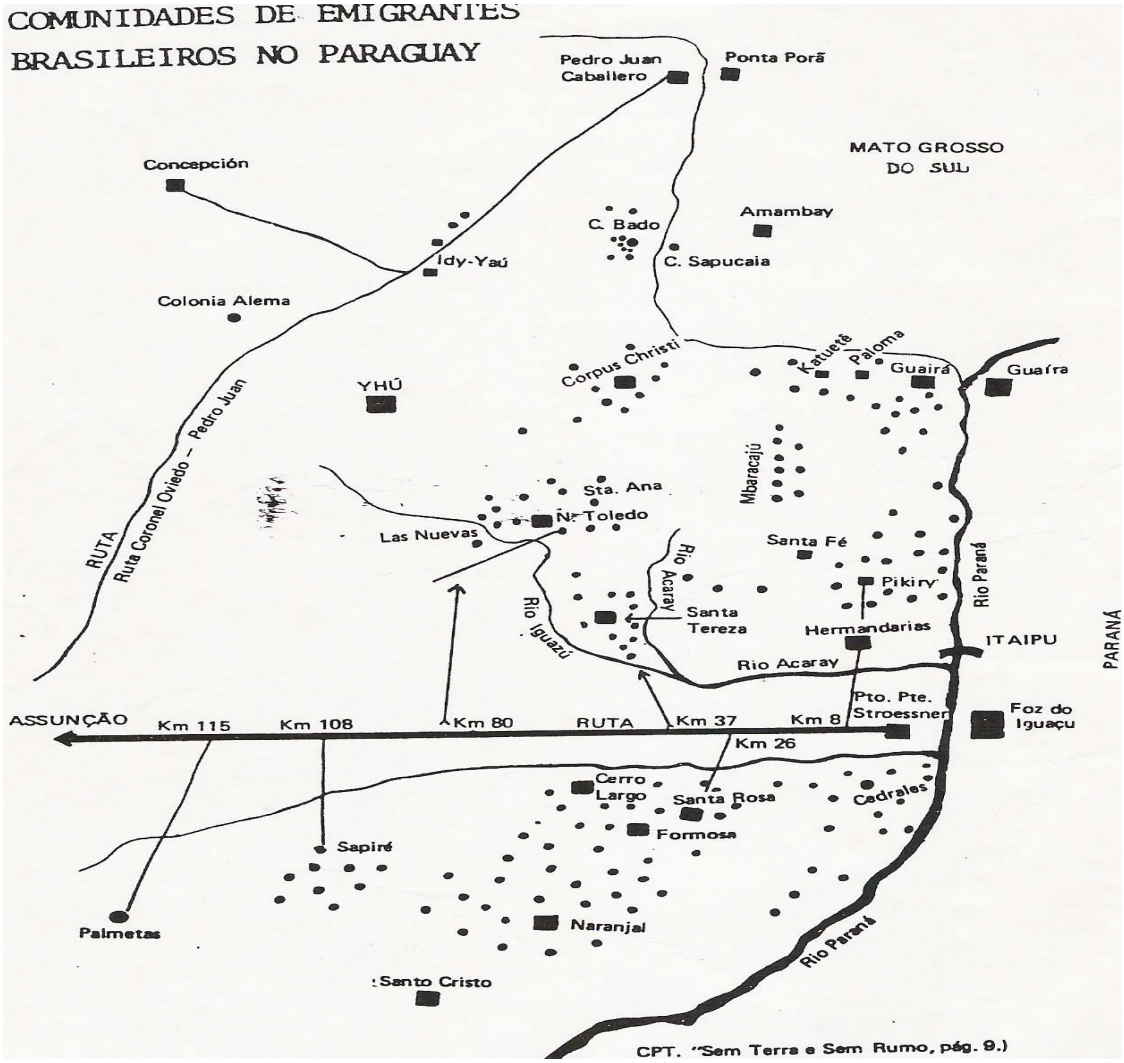
162 - STAAST, Breno. Lindoeste, 10 de março de 1999.

163 - CPT. *O mausoléu do faraó.* s/l; s/d. Mimeo.

164 - Cf. MAZZAROLLO, Juvêncio (et. al.). A migração brasileira no Paraguai. In: *Migração: o caminho da miséria.* Curitiba: CPJP, 1981.

165 - Revista Época. *Brasiguaios.* Na fronteira da miséria. São Paulo, 13 de setembro de 1999. p. 46. A imprensa paraguaia denominou o tratado como a "invasão brasileira". Sobre o assunto e a ocupação brasileira da fronteira do Paraguai com o Brasil, ver LAINO. Domingo. *Paraguai:* fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979.

Figura 02



Fonte: CPT. *Sem terra e sem rumo*, p. 9.

Em 14 de junho de 1985, após várias reuniões de preparação no Paraguai e em Mundo Novo (MS), coordenadas pela CPT, mais de 500 famílias retornaram e ergueram acampamento em Mundo Novo, surpreendendo as autoridades daquele município. O retorno foi a forma encontrada para exigir, do governo da "Nova República", a desapropriação de terras e seu assentamento

preferencial no processo de reforma agrária em curso[166]. Nesse contexto, constituiu-se o Movimento dos Brasiguaios. No MST, inicialmente, o retorno dos brasiguaios gerou divergências. O retorno determinaria o crescimento do número de sem-terra e das dificuldades para conquistar a terra. Hoje, o número de brasiguaios em acampamentos do MST no Paraná somam cerca de 15%. Na região Oeste do Estado, em 1998, registrou-se a presença de 3.100 "brasiguaios", distribuídos por três acampamentos na região. Segundo estimativas, no momento vivem no Paraguai, na região da fronteira, em torno de 300.000 brasileiros, a maioria em condições precárias de vida.[167] Lideranças do MST têm sido deslocados ao Paraguai para organizar o retorno das famílias. A Pastoral do Imigrante tem dado apoio aos que retornam, encaminhando a maioria para os acampamentos do MST.

Em suma, as contradições engendradas pela modernização da agricultura expropriaram e expulsavam da terra milhares de colonos. José Garcia Gasques e Júnia Cristina da Conceição, técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fizeram um estudo[168], solicitado pelo Ministério da Política Fundiária, para determinar a estimativa da demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. Para a identificação e quantificação dos beneficiários, utilizaram o Censo Agropecuário do IBGE 1995-1996. Considerando pequenos proprietários (até 10 ha), arrendatários, ocupantes e assalariados, chegaram a um número total de 4.515.810 famílias beneficiárias. No Paraná seriam 305.875. Para comparar e qualificar a estimativa, os autores a incluíram em um quadro que mostra o público potencial para a reforma agrária segundo estudos anteriores sistematizados por José Gomes da Silva, em 1995.[169] Não obstante as diferentes metodologias empregadas, o quadro

---

166 - Na mesma trilha, em 24 de maio de 1992, 400 famílias de agricultores brasileiros iniciaram o regresso, atravessando a fronteira próxima aos municípios de Sete Quedas, Tucuruí e Amambaí, no Mato Grosso do Sul. Um ônibus que transportava famílias foi recebido à bala por pistoleiros e policiais militares e sete caminhões foram detidos por um batalhão na fronteira. Enquanto isso, na cidade, policiais e jagunços contratados pelos fazendeiros, vigiavam e agrediam os reimigrados. À noite, cerca de 1.200 pessoas, entre elas cerca de 600 crianças, foram alojadas no pátio da Prefeitura de Amambai. O posicionamento dos vereadores da cidade foi unânime quanto ao retorno das famílias ao Paraguai e de apoio à ação armada dos latifundiários. Desde 1985, o processo de reimigração não cessou, nem mesmo quando a fronteira do estado com o Paraguai foi fechada pelo governador Wilson Martins. Sérgio Cruz conta que "criou-se uma situação inusitada: o cidadão paraguaio poderia entrar e sair livremente. O brasileiro só poderia entrar no Paraguai". A fronteira ficou fechada até as eleições de 1986. (Cf. ALVES, José Luiz. *Brasiguaios:* destino incerto. São Paulo: Global, 1990.; SPRADEL, Marcia Anita. Conflitos em fronteiras internacionais: o caso dos chamados brasiguaios. In: ABRA. *Reforma agrária*. Campinas (SP), set./dez. de 1993. p. 27.; MST/Egídio Bruneto - Coordenação Nacional. *A violência no campo de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 04 de junho de 1992.).

167 - Jornal O Estado do Paraná. *Brasiguaios aumentam tensão no oeste*. Curitiba, 3 de julho de 1998.

168 - CONCEIÇÃO, Júnia C. da & GASQUES, José G. A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. In: MDA. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 2000. p. 85-109.

169 - GOMES da SILVA, José. Estatuto da terra (ET), trinta anos. p. 18-19. In: ABRA. *Reforma agrária*, janeiro/abril, pp. 7-38.

retrata a dimensão histórica de persistência e gravidade do problema fundiário no País e reforça a necessidade de realizá-la.

Tabela 06 - Público Potencial para a Reforma agrária, Vários Estudos

Ano	**Fonte**	**Metodologia**	**Beneficiários Potenciais** (mil famílias)
1971	Gomes da Silva, José	(nº total de famílias rurais) – (nº de famílias proprietárias não minifundistas + nº de famílias assalariadas depois da RA). Dados do IBRA (1967) e IBGE (1969)	2.430
1985	Proposta PNRA	Soma de minifundistas, parceiros, arrendatários, assalariados permanentes, temporários e outros, 10,6 milhões; menos 3,5 milhões de TRs para a agricultura empresarial. Dados do INCRA de 1984.	7.100
1985	PNRA	Estimativa das famílias rurais com pessoas economicamente ativas, de 10 anos ou mais, de empregados, volantes, parceiros, conta própria, não remunerados e sem declaração. Censo Demográfico de 1980.	6.000 – 7.000
1991	Governo Paralelo	60% da média entre o somatório de minifundistas, parceiros, arrendatários e volantes (4.938.000 famílias); e o total de famílias sem-terra ou com terra insuficiente (deduzidos aqueles com exploração intensiva e/ou hortifrutigranjeiro) + TR sem emprego permanente (5.191.000 famílias).	3.039
1993	Incra, Plano de Emergência	Não fornece detalhes	4.000
1993	MST	Não fornece detalhes	4.800
1994	Kageyama & Bergamasco	Peq. agric. familiar (3.263.150 pessoas), não-remunerados (1.252.792), conta própria (2.010.360), empregados e volantes (2.371.992), empregado permanente sem carteira (1.435.190) e volante sem carteira (936.802), 5.635.152 pessoas por famílias = 2.254.061 famílias. Dados do PNAD (1989) e Censo Agropecuário (1985).	2.254
1994	Graziano da Silva, José	Dados da PNAD, 1990. Famílias "indigentes" mesmo critério de Herbert de Souza/cujo chefe tem ocupação agrícola, morando no campo ou na cidade.	3.023
1994	Programa do PT	Dados do Governo Paralelo	3.039
1998	Gasques & Conceição	Pequenos proprietários, ocupantes, arrendatários, parceiros e assalariados (Censo Agropecuário 1995-96).	4.514

Fonte: Apud: CONCEIÇÃO & GASQUES, (2000: 103).

Em suma, as mudanças em curso na década de 70 e 80 não estavam a favor dos trabalhadores, provocando a expulsão de grandes contingentes da terra e aprofundaram a divisão entre as classes. Homens e mulheres do campo reconheceram-se nesta situação. E, como não estavam convencidos de que se tratava de processos inevitáveis, não estavam seguros dos benefícios que os chamados empreendimentos modernizadores poderiam trazer, passaram a organizar a resistência e lutar pelos seus interesses. Ao questionar sua situação na contramão

dos processos de exclusão social, como sujeitos coletivos, dirigiram ações contra o Estado e os latifundiários.

5. Trabalhadores e Mediadores: Experiências de Luta pela Terra no Paraná Contemporâneo

Durante os anos 70, no interior da Igreja Católica cresceu uma *práxis* junto aos trabalhadores do campo inspirada nas resoluções do Concílio Vaticano II (1965) e da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellin (1968). A política agrícola e agrária do regime militar, que impôs sobre o campo brasileiro um processo de "modernização conservadora", transformou o campo num dos focos principais de conflitos e violação dos direitos humanos. Os graves conflitos fundiários, a barbárie, constada na extrema violência e seus números, provocada pela expansão do latifúndio, motivaram o surgimento da CPT, num encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Mineração em Goiás, em junho de 1975. O trabalho da CPT, a partir da Teologia da Libertação, marca uma nova postura no interior da ação interveniente da Igreja Católica no campo. A Teologia da Libertação foi a principal base teórica-teológica da ação da CPT. Tendo como referência uma mística bíblica e uma metodologia que priorizava o trabalho de base e a participação democrática e organizada no processo de discussão e decisão, de sua ação germinaram movimentos sociais rurais como o MST, MAB, Movimento dos Povos da Floresta, os Movimentos dos Ribeirinhos, estes dois na Amazônia, e o Movimento de Oposição Sindical, (oposição ao sindicalismo pelego e atrelado ao Estado).

A CPT foi organizada no Paraná em 1978. A reunião de criação ocorreu em 03 de outubro, no município de Marechal Cândido Rondon, região Oeste. Desde então passou a apoiar e articular a luta dos posseiros, dos pequenos proprietários e arrendatários, contra a ameaça de expulsão pela construção de usinas hidrelétricas. Na região Sudoeste do Estado, o trabalho de base desenvolvido pela Igreja Católica, através da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessoar)[170], foi fundamental na formação do "sindicalismo autêntico". Lideranças

[170] - No início da década de 1960, um grupo de Missionários do Sagrado Coração (MSC), oriundos da Bélgica, passou a organizar cooperativas agropecuárias e sindicatos de agricultores familiares no Sudoeste do Paraná. A percepção da necessidade de estruturar um serviço de assessoria a estas iniciativas levou os missionários a criarem, em 1966, a Assessoar. De 1966 a 1978, a entidade

rurais, mesmo não tendo conseguido registrar suas chapas, organizaram-se para as eleições do sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco Beltrão, em 1972 e 1975. No ano de 1978 conseguiram registrar uma chapa e venceram as eleições daquele sindicato. No ano de 1984 somavam 17 sindicatos de trabalhadores rurais conquistados pela oposição. No Oeste do estado, no ano de 1983, a partir do trabalho desenvolvido pela CPT, os trabalhadores de oposição venceram as eleições nos sindicatos de São Miguel do Iguaçu e de Medianeira.[171]

No Estado do Paraná, a CPT, a Assessoar e alguns sindicatos locais, paralelamente ao sindicalismo da FETAEP, a partir de 1978, começaram a atuar junto aos atingidos da Itaipu. Reuniões ora foram realizadas em alguma de suas casas, outras vezes no sindicato, na igreja, e os atingidos insurgiram-se entrelaçando suas vidas como sujeitos coletivos. Passaram, então, a reivindicar a posse da terra para o trabalho através de novas formas de luta. Mas, a idéia revolucionária parece ter sido a última alternativa que os camponeses aventaram. Aquele que mais sofre quer mudar de vida, mas tem medo do "caos", da revolução.

> A gente começou a ter um movimento muito forte, mas com muita dificuldade porque os agricultores eram semi-analfabetos, sem consciência de nada, vivendo na miséria

---

manteve forte vínculo com a hierarquia e diretrizes da Igreja Católica, cuja matriz teórico-ideológica é a democracia cristã. Em 1978, a executiva da entidade foi assumida pelos próprios associados, direcionando sua ação na perspectiva dos movimentos sociais, sobretudo sindical e dos sem-terra. Em face disto, o discurso ganha conteúdo classista, de cunho marxista-leninista, mesclado com a democracia cristã e social democracia (WWW.Assessoar.com.br). Este discurso informou as ações da associação até por volta de 1986. Este ínterim vem marcado pelo crescimento do número de organizações populares e pelas múltiplas lutas dos agricultores. No Sudoeste, com o apoio e assessoria da Assessoar/CPT foi desencadeado, em agosto de 1980, o movimento dos suinucultores (movimento que envolveu colonos dos três estados do Sul), além de lutas dos colonos sem-terra e dos com pouca-terra por melhorias nas políticas agrícolas e previdenciária e reforma agrária (bloqueios a bancos e rodovias, passeatas, atos públicos, estão entre as ações) que levaram ao surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), em 1982. Ao mesmo tempo, observou-se neste período a frustração dos agricultores familiares tendo em vista os parcos resultados materiais obtidos nessas lutas, e, em função disto, a crise sindical, também resultado de sua ação eminentemente política e verticalizada (descolada da base). Entre 1987 e 1989, a Assessoar volta às suas bases (que também eram parte da base dos sindicatos, igrejas e MST), grupos/associações, onde, com o propósito de "*contribuir na definição de um projeto alternativo de sociedade, a partir das propostas elaboradas pelas práticas dos trabalhadores, nas diferentes áreas: sindical, agrícola, partidária e educacional*" (ASSESOAR. Plano Trienal (87-89. Apud: *WWW.Assessoar.com.br.*), passa a desenvolver ações de cunho associativo (na produção, comercialização e beneficiamento de produtos), sindical (formação e articulação dos trabalhadores rurais em seus vários níveis), profissional (agricultura alternativa), teológico (reflexão bíblico-teológica) e político-partidário e parlamentar (formação de associados e diretores, que exerciam atividades junto a partidos e/ou parlamento). A volta às bases, com propostas alternativas construídas de baixo para cima, acabou tencionando com os dirigentes sindicais, que defendiam que as mudanças sociais só viriam do enfrentamento direto ao capital, com ações de grande porte e de âmbito nacional e/ou mundial. A partir de 1991, a Assessoar passou a desenvolver, através de parcerias formais com organizações populares, comunidades e instituições oficiais, ações de desenvolvimento local sustentável. Nestes termos, a Assessoar constitui-se numa organização social que estimula o desenvolvimento da agricultura familiar orgânica num processo de cooperação entre os agricultores e busca a preservação ambiental. A associação atua na formação técnica dos agricultores, na capacitação mercadológica e organizacional. (Cf. DUARTE, Valdir P. (org.). *Construindo escola na roça.* 2. ed. Francisco Beltrão: ADMR - Artes Gráficas, 1997.).

[171] - Cf. BRENNEISEN, *Relações de poder, dominação e resistência.* Op. cit., p. 36-39.

> financeira e, além de tudo, no regime da ditadura, qualquer reunião era temida pelos agricultores, porque temiam a repressão, a polícia, o exército.[172]

Como veremos no capítulo III, os pequenos agricultores, meeiros, posseiros e arrendatários, que seriam desapropriados pela Usina de Salto Caxias, também desconfiavam de quem lhes vinha pregar acerca da necessidade de organizar a resistência. As revoltas não são necessariamente prestigiadas na cultura dos camponeses. Como nos ensina Emília Viotti da Costa, em *Coroas de glória, lágrimas de sangue*,[173] não há descontinuidade entre resistência cotidiana e revolução. Os que querem melhorar de vida, os que resistem passivamente, são também os líderes da resistência transformadora. Onde muitos só vêem o conservadorismo, lá está também o potencial revolucionário.

A ação da CPT, no Oeste do Paraná, contou com o apoio da Diocese de Foz do Iguaçu. Não se limitou à mediação política entre colonos e o Estado, mas atuou efetivamente na organização dos colonos que seriam atingidos pela formação do lago da Usina de Itaipu.[174] Como estratégia de ação empenhou-se na formação de CEBs como espaços privilegiados de articulação da luta política. Alertava sobre as conseqüências que a construção lhes poderia trazer, lembrando aos atingidos a experiência de expropriação das 170 famílias da área rural dos municípios de Laranjeiras do Sul, Mangueirinha e Chopinzinho, atingida pela UHE de Salto Santiago (concluída em 1979), no Rio Iguaçu, e as baixas indenizações que receberam.

> Aí veio a Itaipu com uma propaganda forte em cima dos agricultores, usando os maiores ídolos que se tinha na época, Teixerinha, Lima Duarte, pregando cartazes nas comunidades, que o preço seria justo, seria pago a vista, pra ninguém se precipitar, quer dizer, fazendo uma guerra psicológica, de convencimento que a terra ia ser bem paga. Começaram a desapropriar e as reclamações chegaram no sindicato, àquela época vinculado a FETAEP e ao Fundo Rural, o negócio era atender a saúde do agricultor e as outras coisas era secundário (...). E nós começamos a perceber que a propaganda que se fizera na época não correspondia, e aí começou a aumentar o descontentamento com a Itaipu, com o atraso nos pagamentos, com o preço da terra porque ela pagava a vista, aí o cara vendia cinco alqueires já não comprava mais dois. Até que chegou o momento de reunir e resolver ocupar o escritório da Itaipu pra dar aquele impacto nacional e até internacional da revolta dos agricultores. Mas até ali os sindicatos muito pouco participaram, o forte dessa vitória, não se pode negar nunca, foi a Comissão Pastoral da

---

172 - SAVIO, *Entrevista*. São Miguel do Iguaçu, 15 de outubro de 1996.

173 - COSTA, Emília Viotti. *Coroas de glória, Lágrimas de sangue.* A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Como o título anuncia, trata-se de uma obra sobre os escravos em Demerara (Guiana Britânica), que teceram códigos, rituais de resistência e compromisso. A partir das próprias experiências, articularam a rebelião de 1823 e a luta ao longo de dez anos, com o que conquistaram a liberdade.

174 - Concorda-se com Grzbowski que, tendo como referência as formulações de Gramsci acerca do intelectual orgânico (GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.), afirma que a CPT no trabalho de base desempenhou "*uma função "intelectual orgânica", isto é, diretiva, educativa e organizativa dos colonos. É uma função claramente política que, dadas as condições históricas nossas, vem "ecumenicamente" articulada com um trabalho de pastoral da Igreja.*" (GRZYBOWSKI, *A comissão pastoral da terra ...,* op. cit., p. 268.

> Terra, a CPT, na época aqui coordenada pelo Pastor Fuchs, ele era o engenheiro dessa obra, como organizar os agricultores. Ele, mais as lideranças aqui da região e alguns padres.[175]

Em 16 de outubro de 1978, no município de Santa Helena, na primeira assembléia dos atingidos, que contou com a participação de cerca de 1.500 pessoas, elaboraram o Projeto "Arca de Noé". O projeto definiu as estratégias para a organização e ações do Movimento dos Atingidos que, com os seus desdobramentos, foi chamado de Movimento Justiça e Terra. Ao mesmo tempo foram sendo constituídas as Comissões dos Atingidos em cada um dos municípios. A luta desencadeada contra o Estado pelos atingidos tinha o objetivo de alcançar a justa indenização das desapropriações. Reivindicavam:

> - Melhores preços pela terra, ou seja, pelo alqueire e preços iguais para todo tipo de terra.
> - Indenização até o final de 1978.
> - Benfeitorias sejam indenizadas separadas da terra.
> - Pagamento ao mesmo tempo de terra dos moradores do mesmo local.
> - Posseiros recebam indenização, no mínimo, de 50% do valor da terra.
> - Reassentamento no Estado do Paraná.[176]

Entre outras estratégias, fizeram abaixo-assinados e os enviarem ao governador do estado e ao presidente da república. Não houve resposta satisfatória. A partir dos dados do IBGE, mostraram que havia propriedades que poderiam ser desapropriadas no Paraná, pois apenas 13 propriedades possuíam o dobro da terra necessária para reassentá-los.[177] Neste contexto, a redefinição da luta desloca-se da indenização justa da terra para a defesa da ambiência (do espaço social e cultural) dos colonos. A pauta de reivindicações foi reafirmada na assembléia de 07 de abril de 1979, que contou com a presença de cerca de 2.000 pessoas.[178] Na assembléia foi constituída a Comissão de Coordenação com representantes dos colonos e das entidades de apoio.

A essa altura dos acontecimentos, a CPT procurou comprometer a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), com a sua

---

175 - SAVIO, *Entrevista*. Citada.

176 - CPT/PR. *Documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaipu*. Ata da Assembléia de 16 de outubro de 1978. Santa Helena, Paraná.

177 - CPT/PR. *Boletim Poeira* – ano 1, n. 05. Edição Especial. Curitiba, outubro de 1978. p. 7.

178 - Reajuste de 100% no valor das indenizações propostas; maior rapidez do Incra na entrega de títulos aos posseiros da área; terras no Paraná para o reassentamento dos expropriados; prazo para permanência na terra desapropriada até março de 1982, para as colheitas das safras de milho e soja; indenização de 100% para a terra nua para os posseiros; terras gratuitas no Paraná para os parceiros e agregados; indenização justa para os pontos comerciais no espaço urbano da área do reservatório; indenização para vilas fora do reservatório condenadas ao desaparecimento (CPT-PR. *Boletim Poeira*, ano II, n. 8, abril de 1979.).

luta. Até aquele momento, a federação havia assumido uma postura omissa, atitude que pouco se modificou durante o processo. O posicionamento dócil da FETAEP, que em alguns momentos cedia aos interesses da Itaipu, levou a CPT a exigir-lhe uma outra postura, o que gerou tensões e conflitos.[179] Enquanto isto, a assessoria jurídica da empresa utilizava a estratégia de negociar em separado com o agricultor, desconsiderando o Movimento Justiça e Terra. Diante deste quadro, articulados pela CPT e pelos STRs de Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena, os ameaçados de expropriação resolveram acampar em frente ao escritório da empresa, no município de Santa Helena, com a participação de cerca de 8 mil pessoas. Os agricultores, todos minifundiários localizados dentro de uma área de 101 mil hectares que seriam inundados pelo lago da Itaipu, chegaram com suas famílias no dia 14 de julho de 1980, a Santa Helena, um município que na época possuía cerca de 40 mil habitantes. Em poucas horas ergueram dezenas de barracas de lonas e instalaram, na carroceria de um caminhão, a Rádio Justiça. Em seu único microfone, nos dias seguintes, discursos, depoimentos, informes, regavam as reuniões e assembléias. No caminhão também instalaram um altar para a celebração diária de cultos ecumênicos.[180] Miguel Sávio, na época presidente do Sindicato dos Trabalhadores de São Miguel do Iguaçu, conta que:

> ... se cerco o escritório da Itaipu em Santa Helena, exigindo uma reunião. A gente não aceitava que as terras fossem pagas em duas, três classes. Quando se ocupou o Oeste do Paraná, tu compravas dez alqueires de terra e a empresa colonizadora não dizia "olha aqui tem um alqueire de segunda, aqui tem um de primeira". Era tudo o mesmo preço. Então os colonos não aceitavam aquele critério. As estradas, a energia elétrica e os postos comerciais, nada disso era considerado. (...). Muitas famílias que tinham 3, 4, 5 alqueires, por não ter escritura pública a Itaipu pagava a metade do preço. Então você tinha lá, 4 ou 5 alqueire, acabava recebendo o valor de 2, aí você saia com o dinheiro e ia comprar um aqui. Acabava ficando sem terra.[181]

O acampamento foi mantido até 31 de julho de 1980, quando parcialmente as reivindicações do MJT foram aceitas pela Itaipu. Um grupo ficou responsável em continuar o processo de negociação. Contudo, o não atendimento das reivindicações levou os atingidos a um novo acampamento em Santa Helena, em março de 1981. No dia 16 de março decidiram marchar a Foz do Iguaçu e acampar no centro executivo da Itaipu Binacional. Foram impedidos pelo exército no trevo que

---

179 - Cf. FUCHS, Werner. *Organizar o imprevisível?* Metodologia da luta popular contra a Itaipu. Revista Proposta, n. 46, setembro de 1990. p. 12.

180 - Cf. COOREVISTA. Revista da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras – COTREFAL. *Colonos exigem justiça e terra.* Medianeira, agosto de 1981. p. 8-11.

181 - SAVIO, *Entrevista.* Citada. Este deslocamento do eixo da luta deve-se à experiência adquirida na luta e a articulação dos movimentos de atingidos na Região Sul com a realização de encontros sobre barragens. Entre 19 e 21 de outubro de 1982 foi realizado em Erexim (RS) o primeiro Encontro Interestadual dos Atingidos por Barragens.

dá acesso à cidade. Lá montaram acampamento e permaneceram durante 54 dias. Este trevo é rememorado entre os agricultores como o Trevo da Vergonha.

Houve inúmeras dificuldades, como a falta de uma assistência jurídica para tratar de questões ligadas às diversas situações de posse e propriedade da terra, dos direitos dos arrendatários, posseiros e agregados. Não obstante as dificuldades, assessorados pela CPT e pelos STRs de Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena, os colonos passam a reivindicar "terra por terra", revelando novos significados da luta. A expropriação negou a reprodução da vida e violentou um modo de ser, a identidade de ser colono.

Contudo, a Itaipu comprometeu-se apenas em reajustar os valores a serem pagos naquele ano. Porém, não aceitou que o ITCF fizesse novos levantamentos no mercado imobiliário regional, para apontar valores atualizados. Nem todos os colonos acamparam. Os colonos que acamparam queriam prioridade na indenização. Como a maioria dos acampados estava dentro da área prioritária no processo de desapropriação da Itaipu, a reivindicação foi parcialmente atendida.[182] Para os arrendatários, posseiros e outros que desejassem, a Itaipu comprometeu-se em assentar 414 famílias no município de Arapoti e 21 famílias no município de Toledo. Forneceria também áreas no Mato Grosso do Sul, com pagamento do transporte das mudanças das famílias. As péssimas condições de vida, a falta de uma infra-estrutura no Assentamento de Poty, em Arapoti, seriam, mais tarde, denunciadas pelo jornal Folha de Londrina.[183]

Miguel Sávio conta que a notícia do cadastramento das famílias expropriadas da Itaipu para o atendimento das reivindicações logo "espalhou-se" na região Oeste. De imediato famílias *sem-terra*, não atingidas pela construção da barragem, deslocaram-se também as Igrejas e sindicatos locais. Queriam cadastrar-se para ter a possibilidade da conquista da terra.

> Da região inteira corriam pro sindicato, pra Igreja, pra CPT, querendo terra. "Não gente isso aqui não é pra vocês, é pra quem está dentro da área da Itaipu, porque a água vai chegar e vão ficar aonde." Então nós fizemos um cadastro das famílias pra ir pra cima do governo exigir uma solução pra eles. Mas depois disso se criou um clima na região, que nós éramos obrigados a fazer alguma coisa por aqueles que estavam fora da área do Lago." [184]

---

182 - Jornal *O Alento*. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de maio de 1981. p. 5.

183 - Jornal *Folha de Londrina*. Londrina, 26 de agosto de 1983. p. 8.

184 - SAVIO, *Entrevista*. Citada.

Percebeu-se, naquele momento, que o que estava em jogo era mais do que terra para os expropriados da Usina Hidrelétrica. Os sindicatos da região Sudoeste também passaram fazer o cadastramento com o objetivo diagnosticar a população demandante de terra. Milhares de trabalhadores foram cadastrados. Tratava-se de pequenos agricultores, de meeiros, de arrendatários, de bóias-frias, de ameaçados de expulsão do meio rural e que não queriam empreender migração (alternativa adotada por várias gerações como forma de realizar o mito da terra prometida e manter um modo de ser- *ser colono* -, especialmente após inúmeras experiências de migração frustradas para projetos de colonização no Norte e Centro-Oeste do País), daqueles que não confiavam mais nos cadastramentos e promessas do Incra. A partir de então, a CPT, a Assessoar em conjunto com lideranças sindicais tomam a iniciativa de reunir os sem-terra.

Numa assembléia realizada no dia 02 de setembro de 1981, no município de São Miguel do Iguaçu, foi criado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro). Na assembléia, da qual participaram 600 pessoas, representando 15 grupos de agricultores sem-terra organizados, decidiu-se que arrendatários, meeiros, bóias-frias, filhos de agricultores, viúvas, assalariados da cidade que tivessem vocação de agricultor, poderiam participar do Mastro. Na segunda assembléia, também realizada em São Miguel do Iguaçu, o movimento já contava com 21 grupos organizados, com 1.800 pessoas.[185] E, assim, através da atuação da CPT e alguns STRs locais, fortaleceu-se a reivindicação de terra no Paraná pelos sem-terra. Na assembléia geral de 25 de maio de 1983, foram sistematizadas às reivindicações e os encaminhamentos. Entre os quais:

> - Terra no Paraná.
> - Terra só para quem nela trabalha e dela precisa para viver.
> - Extinção do módulo máximo, que fixe um limite para as grandes propriedades.
> - Crédito fundiário, que favoreça o pequeno agricultor e não beneficie latifundiários de grandes empresas na aquisição de pequenas propriedades rurais.
> - Expandir o Movimento dos Sem Terra para outras regiões do Paraná e do Brasil[186].

Estas reivindicações também estavam na pauta do Mastes, criado no Sudoeste do Paraná, em 1982, em decorrência da atuação da Assessoar, da CPT e de sindicatos considerados autênticos: os sindicatos de Francisco Beltrão, Capanema, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Realeza e Santa Isabel do Oeste. O conjunto das reivindicações mostra que os trabalhadores rurais recusavam a proletarização no

---

185 - MASTRO. *Queremos terra*. Caderno de reuniões para grupos de base. São Miguel do Iguaçu, 1981.

186 - ATA *da Assembléia do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná - Mastro*. Medianeira, 25 de maio de 1982.

campo e na cidade e não queriam migrar para outras regiões. Então, dirigiram-se ao Estado para exigir a desapropriação de áreas para assentamentos, fixação de limites para o tamanho das propriedades e estabelecimento de uma política de financiamento da produção, promovendo dessa forma a reforma agrária. Sobre a formação do MASTRO há recorrências nas entrevistas que revelam importantes elementos.

> Em agosto de 1980 nasceu a primeira reunião aqui no Sindicato, eu, o Pastor Fucks e o Darci, de Medianeira. No Rio Grande do Sul havia encruzilhada Natalino, o acampamento dos sem-terra forçando o Incra pra terem terra. Aí fomos conhecer os de lá. Então aqui se fez o Mastro, os sindicatos da região que estavam apoiando eram só os de Medianeira, Missal, Santa Helena. Outros na região não aceitaram, eram radicalmente contra o Movimento. Achavam que tinham que esperar o governo fazer a reforma agrária. Nós não, achávamos que a organização popular é que seria um instrumento. A gente pegava o nome da pessoa, quantos filhos tinha, quantos anos trabalhava na agricultura, se era sindicalizado, se era sócio da cooperativa, o que ele sabia produzir, o grau de escolaridade. A gente chegou a fazer 6.300 inscrição na região Oeste, pilhas de folhas. Certa vez botamos em baixo do braço e fomos pra Curitiba, (...), não conseguimos a reforma agrária, o Incra é uma tranqueira desgraçada, só burocracia, até hoje. Mais vai pra lá e vai pra cá, Assembléia Legislativa, Prefeitos, entregamos documento até pro Figueiredo, uma vez que ele veio pra Cascavel. (...). Pouquíssimos agricultores sem-terra sabiam que existia o Estatuto da Terra. Aí começamos fazer reunião nas comunidades, dizendo que estávamos pedindo terra porque era um direito. Eles se assustaram: "mais o que é isso vocês querem fazer a revolução, vocês lembram de 64?" "Não gente, é uma coisa ordeira, uma coisa pacífica, uma coisa dentro da lei. Está aqui a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, denominado Estatuto da Terra, dá direito à terra, é um direito que vocês têm." Explicava: "tem muitos países no mundo que gostariam fazer reforma agrária, mas não podem porque não tem a terra, (...),o Paraguai, por exemplo, tem muita terra e não tem gente, aí vão os brasileiros pra lá. Têm outros que até tem a terra e o homem pra botar, mas não tem a lei que autorize o governo a fazer a Reforma Agrária. No Brasil, nós temos o homem pedindo terra, a terra pra dar e a lei que autoriza o governo a registrar isso, e, mais, o dinheiro, porque o Banco Mundial já disse que qualquer governo da América do Sul que queira fazer a Reforma Agrária ele financia." Aí a colonada se animava, via que era uma coisa que estava na lei e tinha comissão. E, mais, vocês, por que vocês estão fora da terra? O interesse das grandes multinacionais que vendem herbicida, inseticida, sementes selecionadas, tratores, colheitadeiras, não foi mais forte do que o interesse de vocês? Não foram eles que promoveram a mecanização agrícola sem planejamento e jogaram vocês pra fora da terra? Aí eles começaram a entender. Então a gente ia nas comunidades fazia reunião e escolhia a liderança pra fazer o cadastro das famílias.[187]

A primeira recorrência de Miguel Sávio, no excerto, aponta para a centralidade da troca de experiências como elemento fundamental para a organização da resistência. As experiências e os desdobramentos das lutas empreendidas pelo Mastro e Mastes, as lutas no Oeste de Santa Catarina, bem como as experiências do Master, nos anos 60, no Rio Grande do Sul, rememoradas nos encontros e assembléias com auxílio de textos mimeografados, a atuação da CPT e de alguns sindicatos autênticos, levou os camponeses à realização do I Encontro dos Sem-Terra dos Estados

187 - SAVIO, *Entrevista*. Citada.

do Sul, em 1982, em Medianeira, Paraná.[188] No mesmo ano, os sem-terra reuniram-se em Chapecó, Estado de Santa Catarina.

A socialização política nestes espaços levou-os a se insurgirem como sujeitos coletivos, organizando acampamentos e as primeiras ocupações de áreas improdutivas. A luta pela terra da resistência na posse (preponderante na fase da ocupação do Oeste e Sudoeste do Paraná até o início dos anos 80), desloca-se para os acampamentos e ocupações coletivas. Estas práticas passam a ser sistematicamente utilizadas depois de 1984. Naquele ano foi criado o MST, em Cascavel, Oeste do Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado de 20 a 22 de janeiro de 1984. O encontro reuniu cerca de 100 trabalhadores de 12 estados, onde a prática da ocupação, a resistência na terra, bem como outras formas de luta, estavam sendo desencadeadas[189] e diversas entidades atuavam na organização dos trabalhadores do campo.

As trocas de experiências destacam-se nesses encontros, não só como estratégias de aglutinar a luta pela terra das diferentes localidades e situações, mas como elemento que tornou possível a articulação destas lutas em um movimento popular de massa. Nas atas e relatórios dos encontros, a exposição da situação das lutas nas diferentes regiões do Paraná e ou de cada estado, é ponto de partida não só para a análise de conjuntura, mas como forma pedagógica de percepção de que meeiros, arrendatários, posseiros, pequenos agricultores, sofriam problemas comuns. E, por conseguinte, de alinhavar objetivos, estratégias e ações concretas de enfrentamento.[190] Conhecer experiências, saber como se organizaram outros

---

188 - Observo que estou focalizando apenas algumas experiências de luta e resistência que contribuíram para a formação do MST, basicamente aquelas desenvolvidas no Paraná e, mesmo assim, constituem apenas uma parte das lutas neste estado. Algumas outras experiências foram igualmente importantes. Além do Mastro e do Mastes surgiu em 1982/83 o Masten (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná) e Mastel (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná). Em meados de 1983, os ilhéus do Rio Paraná" organizaram-se e passaram a lutar pelo reassentamento. Somavam 1.170 famílias, expulsas de suas terras nas 180 ilhas do Rio Paraná, situadas acima de Guaíra, à noroeste do estado, devido ao assoreamento definitivo provocado por cheias prolongadas atribuídas às operações conjugadas das barragens de Ilha Solteira e Itaipu. Após muita luta, conseguiram, no dia 03 de julho de 1984, terra para reassentamento. Ainda no ano de 1983, ocorreu a ocupação da Fazenda Anoni, no município de Marmeleiro, por 660 famílias. A fazenda, de 4.334 hectares, já havia sido desapropriada anteriormente, mas foi reintegrada na posse o fazendeiro, por decisão judicial, cuja legitimidade foi contestada pelos sem-terra. Sobre a formação e territorialização do MST, vistas a partir das lutas nos diversos estados, ver o trabalho de doutorado de FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro.* Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST. São Paulo: USP, 1999. Tese.

189 - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima e Pará. (Fonte: MST/Regional Sul. *Conquistar a terra.* Relatório do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. Porto Alegre, 1984.).

190 - Entre outros documentos, MST. *Conquistar a terra. Relatório do encontro nacional dos sem-terra.* Cascavel, 20 a 22 de janeiro de 1984; ATA *da Assembléia do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná - Mastro.* Medianeira, 25 de maio de 1982.

trabalhadores que viviam problemas semelhantes, é recorrente nas rememorações de assentados no que se refere à formação do MST e da Crabi/MAB, como veremos no capítulo III. Conhecer as experiências do MJT dos expropriados da Itaipu, e a situação e mobilização de expropriados de outras usinas hidrelétricas, serviu como base para a organização dos expropriados da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Aquelas experiências, do MJT, foram importantes para a organização dos atingidos por barragens em outros estados, no início dos anos 80.

Em fins da década de 70, o Estado Brasileiro projetou para a bacia do Rio Uruguai a construção de 22 usinas hidroelétricas. Esta decisão não contou com a participação da população atingida. Com o início da demarcação da área para a construção das barragens, um grupo de famílias que seriam atingidas, dos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, organizou-se no Conselho Regional dos Atingidos por Barragens, em 1980. Em 1991, a articulação dos atingidos levou à organização do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB). O MAB foi à forma encontrada pelos atingidos para fortalecer a luta pela terra, pela natureza preservada e por uma política energética justa que atenda os interesses das populações atingidas e para que estas possam efetivamente participar e influir no processo de decisão da construção das barragens. Sua posição é a de paralização de qualquer novo projeto enquanto os impactos não forem avaliados e as populações atingidas não forem compensadas. Em março de 1997, o movimento promoveu em Curitiba o primeiro encontro internacional com representantes de mais de 20 países. Entre as reivindicações, uma comissão independente para avaliar a situação das hidrelétricas no mundo. Criou-se, então, a Comissão Mundial de Barragens (CMB).

Às iniciativas dos atingidos por barragens no Sul do Brasil, agrega-se a intervenção da Igreja Católica e Luterana, através da CPT, e a atuação de lideranças sindicais dos trabalhadores rurais que lhes foram importantes. Trocar experiências foi uma das formas que a Igreja encontrou para atuar na conscientização da existência do problema agrário no âmbito local e nacional e como instrumento de organização de sujeitos sociais que viviam problemas semelhantes. Como mostra em seu estudo Ana Maria Doimo, a troca de experiências foi um elemento recorrente do repertório de representações dos movimentos populares urbanos dos anos 70/80, “um dispositivo informal pelo qual se reafirmam os laços interpessoais entre os que devotam participação continuada e apresentam `disposição de luta´. Mas também funcionava para unir, homogeneizar e dirimir disputas internas presentes naqueles

movimentos fragmentados e de caráter diferenciado."[191] A chamada "troca de experiências" apresentava-se, do ponto de vista de muitos intelectuais da esquerda, como alternativa diversa de organização social, que simultaneamente negava a ação política institucionalizada, firmava a capacidade do povo em fazer a sua própria história e contrapunha-se a todo o passado nacional caracterizado pela submissão da sociedade civil ao Estado. "Trocar experiências significava autonomia dos novos movimentos populares e uma ruptura com a tradição política autoritária: o clientelismo do período coronelista, a manipulação das massas do período populista, o assistencialismo do período desenvolvimentista e a subordinação do povo-nação pelo regime militar".[192]

A segunda recorrência de Miguel Sávio evidencia um desencontro entre a atuação da maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais da região e as propostas de ação do movimento dos sem-terra. A Contag, desde 1979, com a realização do seu III Congresso, havia assumido uma posição mais decisiva. Ela passou a exigir a reforma agrária massiva, postura que contrasta com o período anterior, durante o qual solicitava simplesmente o cumprimento do Estatuto da Terra. Pressionada pelas lutas populares que se vinham desenvolvendo no campo, o documento final do III Congresso apontará para uma ação mais enérgica dos sindicatos nas bases com vistas à organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Entre outras formas, a de organizar os posseiros para ocuparem terras improdutivas. Portanto, sinaliza claramente no sentido de não mais pedir a reforma agrária, mas de a *exigir* através da resistência coletiva organizada. Tal orientação não foi adotada de forma unânime pelas federações e pelos sindicatos de trabalhadores rurais.[193] A organização do Movimento Justiça e Terra, do Mastro, do MST, e, como se verá no capítulo III, dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, contou com o apoio e envolvimento de apenas alguns sindicatos, enquanto que a FETAEP assumiu posição tímida quando não contrária a esses movimentos.

---

191 - DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular.* Movimentos sociais e participação no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995. p. 126.

192 - Id., ibid.

193 - *"As linhas mestras do documento, pode-se dizer, representam a postura de uma minoria de sindicalistas do país, que constituem uma vanguarda do movimento agrário. Esse fato deve ser encarado com alguns cuidados. Em primeiro lugar, a tomada de posição da CONTAG refere-se, (...), muito mais às lutas que concretamente vinham se desenvolvendo no campo, às vezes por fora do movimento sindical, outras vezes dirigidas por setores progressistas da Igreja e, outras vezes, ainda, com um caráter bastante espontâneo. (...). Por outro lado, o Congresso vem-se desdobrando em uma série de outros encontros (...). Neles, é reforçada a proposta de ação coletiva e de resistência, insistindo-se, para isso, na necessidade do movimento sindical se comprometer com a organização das bases, principalmente através da criação de delegacias sindicais. Insiste-se, também, em que as bases devem lutar para superar o imobilismo das direções sindicais e reconquistar o sindicato como instrumento de lutas."* (Cf. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. CONTAG: um balanço. In: ABRA. *Revista reforma agrária.* Campinas, 1981. p. 15-16.)

A ênfase do entrevistado, dada à organização de um movimento popular, nos leva observar que, ao nível político-organizacional, já no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surgiu a proposta de o MST constituir-se como movimento autônomo, conduzido pelos próprios trabalhadores, que não deveria ficar subordinado à Igreja, nem aos sindicatos dos trabalhadores rurais. Os relatos e demais intervenções dos sem-terra presentes indicavam a necessidade de: "*organização autônoma dos sem terra: caminhar com as próprias pernas; os sem terra são os donos do movimento*" [194]. Não obstante a isto, afirmava-se naquele encontro a necessidade da continuidade da assessoria da CPT e do seu apoio, como também dos STRs, ABRA, entre outros mediadores, especialmente em momentos decisivos, como assembléias, audiências, ocupações e despejos. Também se incentivava a participação dos trabalhadores nos sindicatos e um trabalho em conjunto com os sindicatos autênticos. Também se decidiu pelo nome do movimento: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesta decisão afirmou-se o sentido de movimento de classe, situado no interior da luta de classes.

> Majoritariamente, acreditávamos que um movimento de luta pela terra, pela reforma agrária, só daria certo se fosse um movimento de massas. Não podia ser nem um movimento de sindicato nem da Igreja. Por último, adotou-se a concepção de que o movimento deveria ser independente e manter sua autonomia. Sem dúvida, isso marcou o I Encontro: a decisão de que deveria ser um movimento de lutas de massas. Isso porque o sindicato estava acostumado a fazer carta de reivindicação ao Incra (...). Essa era a prática sindical da época da ditadura militar – o que é um fato positivo _ , sempre apresentava a reivindicação da reforma agrária. Foi o MST, no entanto, que cristalizou a luta de massas como uma necessidade.[195]

Ainda no que se refere à autonomia, não é por acaso que ela, como a luta pela liberdade e por direitos, aparece com força entre os trabalhadores rurais. São valores que surgem de um contexto de autoritarismo e repressão policial, militar e privada, a que foram submetidas as lutas populares no campo. No fortalecimento das lutas dos trabalhadores do campo, a liberdade, a autonomia e a conquista de direitos são expressão contra a opressão vivida naqueles anos. Desse modo, a decisão pela autonomia consolidar-se-ia com a realização do 1º Congresso Nacional realizado em Curitiba, em janeiro de 1985. O Congresso reuniu 1.600 delegados de 16 de estados. Nele a miséria no campo e a violência contra as lideranças dos sem-terra foram denunciadas. Também foram aprovadas as diretrizes do MST como movimento de luta pela terra, reforma agrária e transformação da sociedade brasileira.

---

194 - Cf. MST. *Conquistar a terra.* Relatório do encontro nacional dos sem-terra. Cascavel, 20 a 22 de janeiro de 1984. p. 15.

195 - STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente.* A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 50.

> Reforma agrária imediata; a luta dos trabalhadores rurais é uma luta política; o Estatuto da Terra é de caráter capitalista, concentrador e anti-popular, não constituindo um marco de referência para o início da Reforma Agrária no País; reafirmação das ocupações e acampamentos como formas concretas de luta; desapropriação imediata das terras das multinacionais e empresas rurais que ultrapassem 500 hectares. [196]

No final do Congresso foi eleita uma coordenação nacional com representantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Maranhão e Rondônia. A partir desse congresso e, sobretudo, nos anos 90, o MST projeta-se para além de si mesmo e constitui-se também como uma organização política. Formada no interior de um movimento social, esta organização fortaleceu-se, constituindo-se o principal mediador de parte considerável dos sem-terra junto ao governo federal[197]. O MST também construiu sua autonomia em relação aos mediadores que contribuíram com a sua formação inicial. Mesmo assim, a colaboração de sindicatos, CPT e partidos e entidades de assessoria, continuou significativa. Mas, segundo Brenneisen, essa nova disposição das forças sociais no campo, não se deu sem divergências. No Oeste do Paraná, os sindicatos, filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que atuaram na organização do MST, sentiram o impacto da mudança, uma vez que as demandas dos assentamentos não mais eram dirigidas ao sindicato, mas diretamente ao setor de assentamentos do movimento. Há informações de que desfiliações de assentados do sindicato ocorreram.[198]

Há que se acrescentar ainda que o MST, ao demarcar a necessidade de construir um movimento de luta pela reforma agrária e desencadear *ações de massa*, optou pela centralização das diretrizes políticas gerais do movimento e realização de ações articuladas em instância nacional. Mas, isto não significou um centralismo exacerbado. As diferentes instâncias mantiveram o poder de decidir e encaminhar ações de acordo com a realidade vivida. Por sua vez, a opção pelo enfrentamento direto com o Estado e os grandes proprietários rurais, pelo questionamento da legislação e da política agrária, constituíram-se no diferencial em

---

196 - MST. *Caderno de formação reforma agrária com os pés no chão*, nº especial. São Paulo, 1986. p. 22.

197 - Além do MST registra-se a atuação dos sindicatos e da Contag. Nos últimos anos surgiram inúmeros outros movimentos de luta pela terra. Parte considerável deles são dissidentes do MST: o Movimento de Luta pela Terra (MLT), criado na Bahia e que já atua em 17 estados brasileiros, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), o Movimento Esperança Viva (MEV), o Movimento Unificado dos Sem-Terra (MUST), que atuam na região do Pontal do Paranapanema e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) que atua em Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. A respeito ver FOLHA de São Paulo. *MLT condena invasões e atrai dissidentes do MST*, 20 de abril de 1998.; FERNANDES, *Contribuição ao estudo do campesinato ...*, op. cit., p. 49-50.

198 - Cf. BRENNEISEN, *Relações de poder, ...*, op. cit., 47-48.

relação aos demais mediadores. No seu conjunto, essas opções vêm marcadas pela adesão da direção do movimento às concepções leninistas. Ela passou a priorizar a formação de quadros profissionais em distintas áreas com vistas à formação de uma vanguarda dirigente, "organizadores especialistas em ações de massa". O centralismo democrático foi adotado no trabalho com as bases. Instâncias de direção escalonadas, setores, secretarias, coordenações estaduais e por assentamentos, signos, como a bandeira e o hino, compuseram o formato do movimento como organização social.[199]

Na trajetória, este formato organizacional sofreu reestruturações, permitindo a flexibilidade da estrutura organizacional de modo a atender mais facilmente as necessidades da luta. Hoje, a estrutura organizativa do MST compõe-se de instâncias de representação ou deliberativas (fóruns de discussão e decisão política, articulados entre si do âmbito local ao nacional: a Coordenação de Acampamentos, a Coordenação de Assentamentos, a Coordenação Regional, a Direção Estadual, a Coordenação Estadual, o Encontro Estadual, a Direção Nacional, o Encontro Nacional e o Congresso Nacional) e formas de organização das atividades (setores) a partir de diferentes dimensões (de formação, educação, saúde, frente de massa, finanças, projetos, relações internacionais) e também estão articuladas em diversos níveis, do âmbito local até o nacional (núcleos de base nos acampamentos e assentamentos, sistema cooperativista dos assentados, e articulações nacionais de gênero, dos pesquisadores, dos músicos, entre outras).[200] A expressão política do Movimento, nos anos que seguiram ao 1º Congresso Nacional e, sobretudo nos anos 90, fez-se, principalmente, através das ocupações. A luta pela terra tornou-se o principal móvel da luta pela reforma agrária.

---

199 - Dois documentos são significativos neste sentido: MST. *Ações de massa*. Caderno de formação n. 07.; *Plano Nacional do MST (1989-1993).* São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989. São Paulo: Secretaria Nacional, outubro de 1985.

200 - Cf. STÉDILE & FERNANDES, *Brava gente.* Op cit.

Capítulo II

RETECENDO A POLÍTICA

Territorialidades, Direitos e Valores

> Descobrimos lá na base que a tal da Reforma Agrária do papel não vai sair. Pelo pedaço de chão pra colher o nosso pão vamos ter que nos unir. Companheiro e companheira. Vitória vai ser ligeira se todos se organizarem. A gente faz acampamento tira o pão para o sustento e Reforma Agrária é para já.
> E vamos entrar naquela terra e não vamos sair
> Nosso lema é ocupar, resistir e produzir. (Zé Pinto[201]).

A luta pela terra em nosso País, para além do espaço local, teceu-se apenas no passado recente, quando homens e mulheres sem-terra confrontaram a situação vivida com as necessidades de sua existência e propuseram desafios mais amplos. A própria forma assentamento (como resultado dessa luta, de acampamentos e ocupações de terra, e como ação de política agrária de Estado), é contemporânea. A emergência à cena de novos movimentos sociais do campo, em fins da década de 70, entre os quais o MST, paulatinamente articulados e com atuação fora das tradicionais formas de associativismo classista (sindicatos e associações de classes), a atuação da CPT, CONTAG, de intelectuais e militantes de esquerda, recolocaram a reforma agrária na agenda política do governo nos anos 80. A bandeira da reforma agrária somou-se à formação dos novos movimentos sociais urbanos e ao ressurgimento das greves operárias em 1978/79, e à luta pela democratização do País.[202] Na elaboração do I Plano

---

201 - PINTO, Zé. Descobrimos lá na base. In: MST. *CD arte em movimento*. Discograf Gravações, 1998.

202 - Sobre os novos movimentos sociais urbanos e as greves operárias ver SADER, *Quando novos personagens ...*, op. cit. Este trabalho desconstrói mitos e imagens sacralizadas pela historiografia sobre a história operária. Tem como palco de investigação as circunstâncias e as características das novas configurações sociais assumidas pelos trabalhadores de 1970 - 1980, em São Paulo, partindo das formas pelas quais os movimentos sociais abriram novos espaços políticos, reelaborando temas da experiência cotidiana. Mostra que as classes, os grupos sociais e o movimento operário não são mero produto das leis e do Estado. A historiografia consagrou os resultados de experiências históricas das classes trabalhadoras como determinados pela própria estrutura social, do Estado e da industrialização. Aí se cristaliza uma imagem da classe incapaz de universalizar seus objetivos, de ação autônoma. No entanto, os trabalhadores reelaboram as experiências transformando-as em múltiplas formas de luta e resistência, ao contrário do que mostrava a historiografia até então. As diferentes formas de organização são vistas como manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem vigente. Ao mesmo tempo em que o regime militar repreendia e procurava silenciar os movimentos dos trabalhadores, estes "*efetuaram uma espécie de*

Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, o assentamento rural surge como expressão da luta dos trabalhadores rurais e seus mediadores e como proposta de ação de reforma agrária do Estado. Mas, rapidamente, a extrema direita rural brasileira estrutura a União Democrática Ruralista (UDR). Com grande capacidade de arrecadação de fundos e agilidade de mobilização, a entidade defende a grande propriedade rural e se posiciona contra a reforma agrária.

Com os desdobramentos neste campo de lutas, o Estado continuou com a prática política de expropriação em benefício do grande capital, e a forma assentamento passou a ser utilizada como uma das respostas às ocupações dos sem-terra. Na execução da política de assentamentos, "o Estado tem mantido uma posição ambígua e descontínua, que reflete tanto os conflitos entre atores da sociedade civil em torno da reforma agrária, quanto seu intento em mediar suas funções de acumulação de capital e legitimação do poder"[203]. Ao mesmo tempo em que ele cria medidas de apoio à reforma agrária, como créditos e serviços especiais para os assentados, articula mecanismos que visam impedi-la, entre as quais, a alteração das regras da política de financiamento da produção dos assentados (extinção do Procera, em julho de 1999).

Neste contexto, os assentados e seus mediadores, numa outra direção, através de diversas práticas políticas apontam para o Estado o seu próprio diálogo: crédito, infra-estrutura, agricultura orgânica, autonomia para administrar suas cooperativas. Ao mesmo tempo, no processo da luta, os trabalhadores sem-terra (re)criam a noção de direito à terra com novos valores de legitimação à ocupação coletiva de grandes propriedades. Quando homens e mulheres decidem pelo acampamento e ocupam terras improdutivas, tecem escolhas morais, formulam seus próprios valores[204], resistem contra "os inimigos de fora", plantam "roças comunitárias" e discutem sobre como organizar o assentamento, faz-se a *cooperação na luta*.

---

alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles 'inventaram' novas formas de política" (p. 20-21). Na década de 70 tornam-se fortes os movimentos sociais iniciados "pelo direito de reinvidicar". Os movimentos sociais, sobretudo as greves de 1978 no ABC paulista, levaram a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular. Tal fato foi visto como indicador de novas identidades coletivas, tornando-se, ao final da década de 70, marca de autonomia e da contestação a ordem estabelecida. "*Era o 'novo sindicalismo', que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; 'novos movimentos de bairro', que se constituíram num processo de auto-organização, reinvidicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma 'nova sociabilidade em associações comunitárias onde a sociedade inclusive; eram os novos movimentos sociais, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada*" (p. 35-36).

203 - KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. In: ABRA. *Reforma agrária*, 24 (3), pp. 132-153. Campinas, set/dez. 1994. p. 132-133.

204 - THOMPSON, *Folclore, antropologia e história social*. Op. cit., p. 260-261.

Essa situação vivida é reveladora de uma *ética camponesa*, na qual a terra, a família, o trabalho e a liberdade, são categorias centrais (nucleantes e relacionadas).[205] Na forma ocupação, como se procurará mostrar neste capítulo a partir da noção de *legitimação*, ocorre a materialização destas categorias de maneira articulada. A intervenção dos mediadores na organização da resistência e a identidade política que se vai formando neste processo são aspectos fundamentais a serem considerados. Como afirma Peter Burke, "o registro histórico não sugere que as identidades coletivas possam ser inventadas ou construídas à vontade. Algumas tentativas de construção são bem sucedidas, outras falham, e são os historiadores que têm de descobrir os motivos de uma ou outra ocorrência."[206]

1. O Direito à Terra: Ocupações e Conflitos

A experiência de acampar e ocupar propriedades é extremamente significativa nas trajetórias de vida dos assentados. São espaços e tempos de expressão e organização política coletiva. Elas devem ser compreendidas como formas complexas de ação coletiva popular direta, inspiradas em noções de direitos, e contrárias a outros grupos e interesses. Acampamentos e ocupações de terras materializam a publicização da exclusão social provocada pelo modelo de desenvolvimento econômico e pela não-execução da reforma agrária. O objetivo central é conquistar a terra, embora a luta não esteja limitada apenas a este propósito. O consenso em torno deste objetivo é tão forte a ponto de os trabalhadores passarem por cima do medo e de desrespeitarem as leis.

Trata-se de uma ação de ruptura momentânea da legalidade e de um instrumento político de pressão para exigir a desapropriação de propriedades que não cumprem com sua função social. Talvez por isso, em decorrência das relações de solidariedade tecidas nesses espaços e tempos, o acampamento e a ocupação sejam os momentos de luta mais rememorados nas entrevistas, nos encontros de formação, nas reuniões dos assentados e nas conversas em rodas de chimarrão. O enfrentamento à repressão e a participação de todos na tomada das decisões, contribuem para o questionamento das relações de subordinação.

---

205 - WOORTMANN, *Com parente não se neguceia.* Op. cit.

206 - BURKE, Peter. *A arte da conversação.* Trad. Álvaro Hattneer. São Paulo: Unesp, 1995. p. 92.

O tempo de acampamento pode durar alguns dias, como meses ou anos. Em alguns casos, até sete anos, ou mais. Ocorre às margens de alguma rodovia, ou no interior da propriedade improdutiva, uma vez feita a ocupação. Às margens das rodovias, os acampamentos ganham visibilidade, expõem a exclusão social engendrada na apropriação da terra pelo capital e sua concentração. Materializam o problema fundiário e, ao mesmo tempo, evidenciam a emergência de um sujeito coletivo organizado que não pode ser mais ignorado. Neles, a ocupação de fazendas e a forma de apropriar o espaço e organizar o trabalho, no futuro assentamento, são planejados.

Na terra ocupada, os acampamentos são montados sem o consentimento de seus donos, ou supostos, já que muitas propriedades foram adquiridas através da *grilagem*. Constituídos como território dentro de outro território, (i) revelam distintas formas de apropriação da terra, (ii) são indicativos de mudanças nas relações sociais no campo, nos valores e significados que os trabalhadores atribuem aos lugares possíveis de sua inserção social, (iii) de ruptura da subordinação pessoal exercida nas relações sociais no campo, no espaço político do poder local.[207] A recorrência da assentada Ivani Taborda, do Assentamento Vitória, à decisão de acampar é, neste sentido, significativa:

> Lá em Planalto, no Sudoeste [do Paraná], a gente era arrendatário. Trabalhava na base de uns oito alqueires, meio a muque e meio mecanizado. Plantava quase tudo, fumo, soja, feijão, milho. Era repartido com o patrão. Conforme a gente colhia, dividia. O patrão era meio velhaco, combinava que ia dar as meia, depois quando chegava no final ele não pagava. Ele tinha maquinário, por exemplo, a trilhadeira, que trilhava, mas meu marido tinha que pagar o óleo, se ceifava ele tinha que pagar a ceifa, não sobrava quase nada pra gente. Daí eu disse pra ele: "não adianta ficar aqui trabalhando desse jeito que a gente trabalha e não sobra nada. Lá no acampamento a gente vai tentar um pedaço de terra pra gente, daí o que a gente faz é da gente.[208]

---

[207] - Cf. SIGAUD, *A forma acampamento ...,* op. cit. Segundo a autora, na região da mata pernambucana, um grande crescimento do número de acampamentos em fins da década de 90 (nos anos 80 havia dois acampamentos em engenho, ao passo que, em abril de 1997, somavam 101). Na região, tradicionalmente, desde o tempo dos senhores de engenho, e no passado recente, com os usineiros, os grandes proprietários rurais exerceram forte controle sobre suas áreas de terra e não permitiam que alguém nelas se instalasse sem prévia autorização. Desde os anos 60, ali também se desenvolveram lutas por direitos trabalhistas, em fins dos anos 70, os STRs investiram em greves com o objetivo de aumento salarial e contratos coletivos de trabalho. Neste ínterim, a reforma agrária também sempre foi bandeira de luta. Mas é nos anos 90 que os STRs começam a organizar os trabalhadores para ocupar engenhos de açúcar e exigir sua desapropriação. Nos últimos anos, o MST tem deslocado lideranças para desenvolver o trabalho de organização de acampamentos e ocupações. Numa ocupação não há pedido prévio ao proprietário. Esta evidência, amalgamada ao fato de muitos trabalhadores da cidade optarem pelo acampamento, numa região onde a saída dos trabalhadores dos engenhos e a obtenção de um emprego na urbe significavam ascensão social, é indicativa de mudanças nos valores e nas expectativas que os trabalhadores têm em relação à forma possível de inserção no mercado de trabalho.

[208] - TABORDA, Ivani. Lindoeste, 10 de março de 1999.

A representação de sem-terra (sem a terra) ganha novo conteúdo no acampamento. Assumir a condição de acampado significa reconhecer-se como expropriado da terra e das condições necessárias à reprodução social no campo. A formação de um agrupamento de famílias acampadas de diversas origens e trajetórias, embora as condições de vida e trabalho, extremamente duras, lhes seja comum, produz a representação de *os sem-terra* (uma identidade política coletiva). No reconhecimento de uma mesma situação vivida, amalgamada à identificação de objetivos comuns, essa identidade se sobrepõe aos interesses individuais e se opõe aos interesses dos grandes proprietários cujas terras não cumprem com sua função social. São as trajetórias passadas, o grau de envolvimento na luta e o tipo de inserção nas relações construídas nos assentamentos, que informam a elaboração dos significados atribuídos pelos sujeitos à experiência de acampamento e da ocupação.

A exemplo dos acampamentos por onde passou Ondina, os acampamentos dos posseiros da Fazenda Brilhante, os outros acampamentos de onde vieram as famílias da Vitória (do Km 15 da BR e do trevo, ambos na Br 373, no município de Marmeleiro; do Rio Perdido, no município de Quedas do Iguaçu, e da Fazenda Cajati, do município de Catanduvas), e as famílias do Assentamento Terra Livre, revelam experiências diversificadas, mas também manifestam elementos comuns.[209] As representações construídas pelos assentados acerca do tempo de acampamento revelam-no como tempo em que a vida cotidiana é de privações e de precariedade extrema – faltam alimentos, remédios, água potável e cobertores para enfrentar o frio rigoroso do inverno –, mas também é permeada por fortes laços comunitários que, inerentes às experiências anteriores dos acampados, eram reforçados. A união e a solidariedade, amalgamada à disposição de todos, homens e mulheres, para a luta, são lembradas pelos assentados em oposição ao arrefecimento destes valores na vida cotidiana no assentamento. Breno Staast lembra que,

> Dentro do acampamento, você está em constante movimento, está se preparando, o povo se envolve em alguma comissão e mesmo que você não esteja em nenhuma comissão, tem o grupo de família, que é o grupo pela comunidade. Então, todo dia você tem alguma coisa pra fazer, e pra mim isso é a forma que mantém o pessoal animado pra continuar participando da vida no acampamento. Ela não é muito boa, falta muita coisa, as

[209] - Sobre acampamentos e ocupações utilizarei, além das entrevistas dos assentados dos três casos estudados, entrevistas que realizei com trabalhadores sem-terra acampados e elementos que pude colher em observações diretas no Acampamento Dorcelina Folador (Fazenda Cajati, no Município de Cascavel), Acampamento na Escola Cenecista (no Município de São Miguel do Iguaçu), Acampamento da Praça Nossa Senhora Salete (Centro Cívico, em Curitiba), Acampamento da Bacia (Fazenda Giacomet-Marodin, no município de Rio Bonito do Iguaçu), Acampamento BR 277 (Município de Ibema). Neste capítulo, as entrevistas com os acampados bem como as anotações da observação direta, serão utilizadas.

> condições de vida são muito difíceis, você se anima pela esperança que tem. (...). Eu acho que o momento principal é quando você tem que se mobilizar contra seus inimigos, quando você tem ameaça de despejo ou coisa parecida.[210]

A vida cotidiana, não obstante praticamente confinada ao espaço onde se localizam os barracos feitos de bambu, capim e lonas, excetuadas as saídas para o trabalho como bóias-frias, para buscar remédios, revela movimentos de sujeitos reais com utopias e angústias. A proximidade das barracas e a ocupação massiva do espaço geram interação de tal forma que a vida privada e pública se confundem intensamente. Não raros são os casos em que, numa mesma barraca, convivem mais de uma família. Nas recorrências dos entrevistados, o acampamento surge como bem organizado, um lugar onde as decisões eram coletivas. Para Dalmiro, o acampamento,

> Foi sofrido, mas para mim foi uma escola. O que eu aprendi no acampamento, não aprendi na escola, o estudo era pouco pra mim. O acampamento foi uma coisa organizada, isso aí foi uma escola, foi sofrido mais eu gostei. No acampamento eu aprendi muito, olha se eu for dez anos na aula eu não vou aprender tanto o que aprendi no acampamento.[211]

Na formação do acampamento, na sua organização interna, nas estratégias de enfrentamento com o Estado, seja através de negociações com as agências que o representam e no confronto com a polícia e a UDR, a identidade do grupo e a percepção crítica em torno da possibilidade de ocupar a terra e organizar formas de produção alternativas à individual se fortalecem. Há alguns anos o MST, no Paraná, passou a articular a estratégia de grandes acampamentos à margem das rodovias como forma de aglutinar para a prática da ocupação. Através deste trabalho (da organização dos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra em acampamentos e ocupações "massivas"), o MST espacializa-se na luta e conquista frações do território monopolizadas pelos proprietários de terra e ou capitalistas.[212]

Nos termos em que é empregada pelo MST, uma ocupação "massiva" designa *um grande número* de famílias trabalhadoras, de todas as pessoas que necessitam e queiram lutar pela conquista da terra, como *forma de mobilização popular direta.*[213] O número de famílias varia de ocupação para ocupação. Algumas vezes reúne

---

210 - STAAST, Breno. *Entrevista.* Lindoeste, Assentamento Vitória, 10 de março de 1999.

211 - KELLMER, Dalmiro. *Entrevista.* Lindoeste, Assentamento Vitória, 08 de março de 1999.

212 - Cf. FERNANDES, *Contribuição ao estudo do campesinato ...*, op. cit., p. 241-246.

213 - MST. Ações de massa. *Caderno de formação n. 7.* Doc. cit.

cerca de 3.000 famílias, como ocorreu na ocupação da Fazenda Giacomet (com 84.917 hectares), localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu, em 1996.

A articulação de grandes acampamentos visa alcançar maior visibilidade, poder de pressão política e reunir a maior força coletiva possível tendo em vista o grau de dificuldade da ocupação a ser realizada. Conquistada uma nova desapropriação, na medida em que a área não comporta a totalidade das famílias acampadas, o movimento sorteia as que serão assentadas, priorizando os que há mais tempo estão acampados. Conta Silvio Diniz que "o líder do MST chegava 'eu preciso de 20 famílias pra assentar, lá têm vaga'. Então levava. Mas, a gente como entrou por último, foi ficando por último. Daí veio a ordem de despejo. Fomos todos onde já tinha nosso pessoal que ia ser assentado, já tinham cortado a terra. De lá viemos aqui pra Curitiba."[214] Tal procedimento disciplina disputas internas e, na medida em que as famílias remanescentes possuem experiência organizativa, facilita a continuidade da luta. Quando faltam famílias, como ocorreu quando da conquista do Assentamento Vitória, em julho de 1986, além do sorteio, o critério de antigüidade também é utilizado.

Desse modo, o acampamento torna-se um espaço de espera, de ressocialização e de vivência coletiva, portanto de preparação para a ocupação. Planejada com antecedência, ela é realizada com forte organização da base através de comissões. Ocupada à propriedade, de antemão escolhida, os sem-terra montam novo acampamento. Este passa a fazer parte da própria ocupação. Nele o Setor de Frete de Massa desenvolve discussões sobre as possíveis formas de organização da terra e do trabalho no assentamento. Tive a oportunidade de acompanhar várias destas situações. Entre elas, a do Acampamento Dorcelina Folador, no interior da Fazenda Cajati, no município de Cascavel. Lá, Araídes e Silvio Duarte participam do Setor de Massa. À luz de velas dedicam parte do tempo da noite ao estudo. A militância os fez abandonar momentaneamente o estudo formal. Seus livros de escola foram substituídos por cartilhas de formação do MST, textos de Karl Marx, Lênin, e de intelectuais brasileiros como Florestan Fernandes. O estudo e a participação nos encontros de formação do movimento orientam o trabalho junto aos acampados.

Atualmente, as conversas são em geral alegres, regadas com chimarrão. Mas, já foram bastante apreensivas, quando o despejo era eminente e os tiros desferidos por jagunços sobre seus barracos ocorriam quase todas as noites. O medo em relação

---

[214] - DINIZ, Silvino. *Entrevista*. Curitiba, Acampamento no Centro Cívico, 13 de julho de 1999.

aos pistoleiros e de novos enfrentamentos com a polícia levaram muitas famílias a desistirem durante os dois anos e meio de existência do acampamento. A ocupação foi realizada no dia 02 de junho de 1999 por 450 famílias. Quando da última visita, continuavam acampadas cerca de 225 famílias. A ameaça constante de despejo e a necessidade de iniciar o plantio na terra obrigam homens, mulheres e crianças, a se organizarem como única forma de o individualismo não se tornar uma arma contra eles próprios. Assim, as práticas são majoritariamente coletivas.

A organização interna do acampamento, uma vez comparada àquela dos primeiros acampamentos realizados no Paraná, nos anos 80, como os acampamentos dos assentados entrevistados, mantêm-se do ponto de vista de sua forma. Os acampados organizam-se em comissões (setores), que variam de acampamento para acampamento, mas, em geral, os setores de limpeza, saúde, segurança, alimentação, educação, nunca estão ausentes. Cada setor tem um coordenador. Além das comissões, as famílias organizam-se em grupos para discussões que envolvem o cotidiano da luta e para desenvolver trabalhos em conjunto. Cada grupo tem dois coordenadores: um deles é necessariamente uma mulher. Esses coordenadores e os coordenadores dos setores formam a coordenação do acampamento. Os problemas e o planejamento das atividades são discutidos nos grupos e as decisões são levadas pelos coordenadores à coordenação central. Quando não se chega a um consenso, a coordenação convoca uma assembléia dos acampados. Homens, mulheres e crianças, participam. Além de serviços executados fora do acampamento, para auferir algum dinheiro para a sobrevivência, não raras vezes, lavram e semeiam a terra para produzir as condições materiais da existência.

A ocupação não é prática recente. Não obstante as diferenças de forma e conteúdo, historicamente foi o meio encontrado por camponeses, em diferentes lugares e momentos, como meio de acesso à terra ou assegurá-la. A título de exemplo, podem-se mencionar as ocupações coletivas dos camponeses índios no Peru, no início dos anos 60, descritas por Hobsbawm[215]. Vimos, no primeiro capítulo, na Revolta do Sudoeste do Paraná, colonos e caboclos ocuparam, em 1957, a delegacia e a prefeitura do município de Francisco Beltrão, contra a Citla, como forma de assegurar o direito à terra que ocupavam. Os atingidos pela construção da barragem da UHE de Itaipu ocuparam e acamparam em frente ao escritório da empresa, no município de Santa Helena, em 1980, e, novamente em 1981. Os atingidos pela construção da barragem da UHE de

---

215 - HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

Salto Caxias, como se verá no próximo capítulo, ocuparam o canteiro de obras, no município de Capitão Leônidas Marques, para garantir o direito à terra da qual eram proprietários ou nela trabalhavam como arrendatários, meeiros e posseiros.

No processo de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, os sem-terra recriaram e multiplicaram essa forma de luta, teceram outras, e foram transformados neste fazer-se. A ação central de tal forma de luta popular é romper a cerca ou divisa da propriedade privada e nela levantar os barracos de bambus, taquaras, em geral, cobertos com lonas pretas, algumas vezes amarelas. O acampamento, geralmente identificado pela bandeira do MST, faz parte do próprio sentido da ocupação. A terra está ocupada por sujeitos sociais: os subordinados historicamente pela apropriação da terra pelo capital tornam-se sujeitos de sua própria história, condição para romperem com a sujeição a que vinham sendo submetidos.

A ocupação foi adotada pelos sem-terra, em fins da década de 70, como uma estratégia de ação política contra a migração e como forma de conquistar a terra. Da estratégia do acampamento para fazer pressão com a posterior dispersão, utilizada pelo Master dos anos 60, passou-se à ocupação e à resistência no solo ocupado. Antônio Ribas, liderança à época, diz:

> Foi entrado diretamente em cima da área. Não se tinha idéia de fazer acampamento antes, entramos em cima da área, ficamos uma noite. Na segunda noite, ou terceira noite, não recordo bem, nós tivemos que sair. O pessoal foi despejado da área e daí ficamos acampados durante um ano na beira da estrada, numa clareirada, cuidados pela polícia, até que nós voltamos de novo. Foi sair a imissão na posse, nós voltamos.[216]

Diante das interposições criadas pelos setores conservadores à execução do I Plano Nacional de Reforma Agrária, tanto a nível nacional quanto no Estado do Paraná, bem como pela derrota dos trabalhadores rurais na Assembléia Constituinte a estratégia de ocupação foi reafirmada pelo MST no discurso e, sobretudo, na prática como forma de luta pela reforma agrária. A "Ocupação é a Única Solução" e, com esta convicção, são intensificadas e realizadas não mais de forma isolada, tornando-se a principal forma de luta do movimento dos sem-terra. Uma articulação maior com a sociedade passa a constar mais nas ações do movimento, bem como a ocupação de prédios públicos, greves de fome, acampamentos e outras manifestações nas cidades. As

---

216 - RIBAS, Antônio. *Entrevista.* Lindoeste, 20 de fevereiro de 1999.

ocupações tornam-se mais eficientes do ponto de vista de sua organicidade política, de seus objetivos, estratégias e resultados.

Tabela 07 - Ocupações de Terras - Brasil 1987-2000		
Ano	*Número de Casos*	*Número de Famílias*
1987	67	11.849
1988	72	10.515
1989	90	15.665
1990	51	7.804
1991	77	14.720
1992	81	15.538
1993	89	19.092
1994	119	20.516
1995	146	30.476
1996	398	63.880
1997	463	58.266
1998	599	76.482
1999	593	78.258
2000	393	64.497
Total	3.211	487.558

Fonte: CPT. *Conflitos no Campo - 1990;* www.cptnac.com.br, em 10/02/2202.

Como se pode ler, entre 1987 e 2000, foram realizadas 3.211 ocupações de terra em todo o País, das quais participaram 487.558 famílias. A partir de 1994, houve um aumento significativo de ocupações, tendência que se acentuou nos anos seguintes. Durante o primeiro governo de FHC (1995-98), foram realizadas 1.606 ocupações, o que representa aproximadamente 72% em relação ao total de ocupações (2.252) realizadas no período de 1987 a 1998. Os seis anos de governo FHC soma 2.592 ocupações contra 646 ocupações durante os oito anos anteriores (1987-1994). Em seu estudo de doutoramento, Fernandes[217] mostrou, a partir de dados do Incra, MST e CPT, que, embora o número de ocupações, entre 1988 e 1998, tenha sido menor na Região Norte do que nas outras regiões, foi nela que o maior número de assentamentos foram criados.

Inversamente, nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, onde ocorreu a maioria das ocupações, o número de assentamentos criados em relação ao número de ocupações em cada região é muito inferior. Tecendo uma leitura dos dados apresentados, pode-se afirmar que, entre 1990 e 1994, na Região Sul, ocorreram 91

217 - FERNANDES, *Contribuição ao estudo do campesinato ...*, op. cit., p. 261-300.

ocupações com 18.258 famílias, destas apenas foram assentadas 5.677 famílias. No mesmo período, na Região Norte foram realizadas 76 ocupações com a participação de 7.987 famílias, entretanto o número de famílias assentadas é bem superior (37.130 famílias). No qüinqüênio seguinte, na Região Sul, foram realizadas 282 ocupações, com 45.845 famílias ocupantes, e apenas 12.272 foram assentadas. Na região Norte, foram 136 ocupações, com 21.204 famílias, e o número de famílias assentadas foi de 98.657. No Estado do Paraná, os resultados foram semelhantes aos demais estados da Região Sul. Entre 1990 e 1994, ocorreram 43 ocupações, envolvendo 6.980 famílias, mas apenas 3.503 famílias foram assentadas. Já entre 1994 e abril de 1999 ocorreram 203 ocupações, envolvendo 20.605 famílias, mas apenas 6.708 famílias conquistaram terra.

Para além desta questão, observa-se uma relação direita entre as ocupações e a criação de assentamentos: a criação de assentamentos é resultado, sobretudo da ocupação de áreas pelo MST e outros movimentos sociais camponeses. No ínterim de 1986 e 1997, cerca de 77% dos assentamentos criados nos estados da Região Sul e Sudeste e nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, resultaram da ação de ocupação de terras.[218] No governo FHC, a maior parte das famílias foi assentada na Amazônia e ou tiveram suas posses regularizadas, ao mesmo tempo em que a criação de assentamentos foi intensificada no Nordeste. Parte significativa dos assentamentos implantados em alguns estados, no período de 1997 a abril de 1999, deve-se ao Projeto Cédula da Terra, criado em 1997. Através dele, nos Estados do Maranhão, Ceará e Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, 5.405 famílias foram assentadas, o que equivale a 22,31% do total de famílias assentadas (31.559 famílias).[219] Esta evidência aponta para a opção do governo de viabilizar, como política agrária, a reforma agrária de mercado.

Todavia, os dados sobre a tessitura da territorialização dos acampamentos e assentamentos nos revelam que a ocupação da terra não está esgotada. Prova disto são as desapropriações de propriedades improdutivas que o Ministério da Política Fundiária e do desenvolvimento Agrário e o Incra têm realizado e a grilagem de mais de 100 milhões de hectares que este instituto identificou e divulga.[220] O que há é uma gritante concentração fundiária, consubstanciando a distorção da função social da terra.

---

218 - Cf. id., ibid., p. 298.

219 - Os dados são do MPFAF/INCRA. *Banco da terra*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, setembro de 1999.; _____ . *Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, outubro de 1999.

Este quadro desnuda, pois, a questão agrária como sendo, sobretudo, uma questão política e que o direito agrário apenas tem regulado as mudanças em curso e de forma a não permitir o enfrentamento direto da questão e sua superação. Historicamente, a reação das classes conservadoras diante da possibilidade de mudanças profundas na estrutura agrária levou a opções conservadoras: regulou o já existente. Evidências, num tempo recente, podem ser encontradas nos programas da política agrária do governo FHC, entre outros o Cédula da Terra e o Banco da Terra. Esses Programas precisam ser compreendidos num processo em que diferentes concepções de reforma agrária, e atores favoráveis e contrários a ela, jogaram um jogo de não poucas contradições.

A meu ver, o momento mais significativo neste processo, durante o qual se explicitaram claramente os termos da contradição, foi o da elaboração do PNRA e da Constituição de 1988. Foi um período no qual, depois de 1964, de forma mais enfática, a reforma agrária entrou na agenda política. Mas foi também no qual as forças favoráveis à sua realização sofreram uma considerável derrota, com a aprovação de um capítulo da Constituição Federal dedicado à reforma agrária muito aquém das suas expectativas. No entanto, a reforma agrária foi inserida no texto constitucional porque existia um conflito social, decorrente da exclusão a que vinham sendo submetidos os camponeses, que não mais podia ser ignorado.

Em diferentes partes do país e de diversas formas a resistência estava sendo tecida: no Sul os trabalhadores rurais sem-terra organizaram-se no MST; os expropriados pelas Usinas Hidrelétricas nas Comissões Regionais de Atingidos por Barragens, os posseiros, sobretudo na Amazônia Legal, continuavam sua luta histórica pela permanência na terra e regularização dos títulos; os assalariados rurais lutando por melhores salários e condições de trabalho; os povos da floresta lutando pela demarcação das terras por eles ocupadas; os seringueiros lutando pela preservação da floresta contra madeireiras e fazendeiros.

---

220 - MPFDA/INCRA. *O livro branco da grilagem de terras*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2000.

1.1. Os Sem-Terra, a UDR e a Violência no Campo

A criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, no Estado de Goiás e, em seguida, no Paraná e em vários outros estados, marca, para além da tradicional estrutura organizativa dos grandes proprietários (CNA, federações e sindicatos patronais), a articulação dos fazendeiros em nível nacional em uma entidade classista não atrelada ao Ministério do Trabalho. Seu objetivo central é defender os interesses de classe dos fazendeiros contra a ocupação de terras e desencadear ações contra a reforma agrária. Tais ações evidenciaram-se, sobretudo, durante a elaboração do I PNRA e na Constituinte (1987-88), e o avanço da organização dos sem-terra.

No Paraná, múltiplas foram as ações sofridas pelo MST e suas lideranças: ameaças às lideranças, violência física e simbólica nas desocupações de fazendas realizadas pela polícia militar, quando não em conjunto com as milícias privadas, e repressão aos assessores e lideranças de STRs. Entre outros exemplos, cito o de Miguel Isloar Sávio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, que, em 1986, foi alvejado por quatro tiros de arma de fogo no momento em que chegava à sua residência com a família.[221] Em 1987, o exército moveu processo judicial contra o coordenador da CPT, pastor Werner Fucks, da IECLEB. Ele, em ato público em Curitiba, no dia 25 de julho de 1986, Dia do Agricultor, denunciou a situação vivida por 89 famílias de Papanduva/SC, expropriadas de suas terras pelo Decreto nº 50.570, de 18 de dezembro de 1956, para a construção do Campo de Instruções Marechal Hermes. A longa duração do processo de desapropriação/conflito entre exército e agricultores desapropriados/herdeiros levou, os últimos, a partir de 1985, à organização coletiva. O exército contrapôs-se com práticas autoritárias e violentas. A denúncia do pastor resultou na sua condenação em 26 de maio de 1987.[222]

Com os retrocessos no I PNRA, a derrota na Constituinte e a derrota das esquerdas nas eleições presidenciais de 1989, o que se segue durante os anos 90 é uma certa acomodação entre a política governamental de reforma agrária e as estruturas vigentes: "A violência dos sem-terra aparece ao lado da cumplicidade com estes,

---

[221] - Cf. SÁVIO, *Entrevista*. Citada.

[222] - Cf. CPT. *Boletim Poeira*, Pastor Fuchs, primeiro exilado político da Nova República, ano 9, jun. 1987.; SCHIOCHET, Valmor. *Esta terra é minha terra*: movimento dos desapropriados de Papanduva. Blumenau: Editora da FURB, 1993.

conivência e desfrute de benefícios da política fundiária", e a Bancada Ruralista já não tem a mesma força política no Congresso, assevera Marta Marques.[223] Na avaliação da autora, isto permitiu a aprovação da Lei Complementar n. 88 - Rito Sumário, a participação do Ministério Público em situações de conflito e a aprovação do Imposto Territorial Rural (ITR), em dezembro de 1996. São medidas que, em tese, permitem acelerar a distribuição da terra. Todavia, há que se observar que tal acomodação, possivelmente deve-se também, como se verá mais adiante, ao fato de que parte dos latifundiários se tem beneficiado com a "reforma agrária de mercado", ou seja, com a venda de terras para o programa Cédula da Terra e com o superfaturamento quando desapropriadas para fins de reforma agrária.

Por ora, no que concerne à reação violenta dos grandes proprietários fundiários contra os trabalhadores rurais, a criação da UDR e às disputas travadas na elaboração do I PNRA e na Assembléia Constituinte, são evidências do confronto que se estabeleceu com o avanço da organização dos sem-terra. Leilões de gado e oferta de grãos pelos proprietários rurais à UDR multiplicaram-se. Os fazendeiros, através de contratação de pistoleiros ou de formação de milícias, com a conivência ou aliando-se à polícia, assassinaram 1.101 trabalhadores entre 1985 e 2000. Os dados da tabela a seguir mostram que entre 1985 e 1989 foi o período de maior violência no campo. Neste ínterim a reforma agrária foi colocada na agenda política, pela ação dos camponeses e de suas entidades mediadoras. De 1985 a 1989 ocorreram 599 assassinatos, de 1990 a 1994, 282 e, no período seguinte (1995-1999), foram 199.

---

223 - MARQUES, *De sem-terra a "posseiros*. Op. cit., p. 76.

Tabela 08 - Violência no Campo Contra a Pessoa - 1985/2000			
Ano	*Assassinatos*	*Tentativas de Assassinatos*	*Ameaças de Morte*
1985	139	37	361
1986	122	27	241
1987	161	77	228
1988	110	76	197
1989	67	106	194
1990	82	90	232
1991	54	217	263
1992	47	48	173
1993	52	37	156
1994	47	62	212
1995	41	43	155
1996	54	71	88
1997	30	37	92
1998	47	46	88
1999	27	52	96
2000	21	49	82
Total	1.101	1.075	2.858
Média	68,81	67,18	178,62

Fonte: CPT. *Conflitos no Campo 1996 e 1998*; www.cptnac.com.br, 10/02/2202.

No Paraná foram assassinados 41 trabalhadores(as) desde 1980. Durante a década de 90, a CPT registrou 49 tentativas de assassinatos de trabalhadores(as) e lideranças, 55 ameaçados de morte e 322 pessoas foram vítimas de agressão corporal somente durante o governo Jaime Lerner, cujo primeiro mandato iniciou em 1994. No ano de 1998, o Paraná ocupou o segundo lugar em número de pessoas assassinadas, com um total de 8 pessoas. Em 1999, foram dois assassinatos, e o mesmo número em 2000.

Entretanto, se as práticas violentas contra os trabalhadores, lideranças e mediadores, caíram, isto não significa a diminuição dos conflitos agrários. O número de ocupações, como vimos em página anterior, aumentou, sobretudo, durante o governo FHC. No seu primeiro governo (1995/1998) ocorreram 3.140 conflitos, uma média de 785 casos por ano. Nos três primeiros anos do atual governo, já somam 2.608 conflitos, configurando uma média de 869 casos ao ano. Ou seja, não obstante os dados referentes a 2001 sejam parciais, houve um aumento médio anual de mais de 84 conflitos. Embora parciais, os números dos conflitos de 2001 superam os de 2000. Acrescente-se, a estes dados, que a atual política para os assentamentos rurais foi implantada a partir de 1995 e que, neste ínterim, aproximadamente de 80% dos conflitos registrados pela CPT são

por terra. No seu conjunto, este quadro é forte evidência de que a política de assentamentos não têm sido eficaz para enfrentar os graves problemas agrários do País, não obstante o número de assentamentos seja superior à média anual anterior (entre 1985 e 1994).

Tabela 09 - Conflitos no Campo 1985-2001

Ano	*Nº de Conflitos*	*Pessoas Envolvidas*	*Hectares Envolvidos*
1985	712	564.641	9.557.902
1986	729	810.573	12.615.947
1987	691	1.363.729	17.633.879
1988	680	687.513	19.973.897
1989	601	594.060	14.480.254
1990	466	559.218	13.835.756
1991	453	554.202	7.037.722
1992	433	185.996	5.692.211
1993	545	391.128	3.221.252
1994	485	308.619	1.819.968
1995	554	381.086	3.25.731
1996	750	935.134	3.395.657
1997	736	506.053	3.34.706
1998	1.100	1.139.086	4.060.161
1999	983	706.361	3.683.020
2000	660	556.030	1.864.002
2001	965	546.326	1.534.198

Fonte: Dados de 1985 até 1989: CPT. *Conflitos no Campo 1990; de* 1990-2000: www.cptnac.com.br, em 10/02/2202.

Obs.: No número de conflitos estão incluídos os de trabalho escravo, trabalhistas, questão de seca, sindical, política agrícola e garimpo.

Entretanto, a resistência organizada dos sem-terra recolocou o problema da posse da terra como um problema de resistência à expansão do capitalismo no campo. Nesta contextura, diversas forças sociais e políticas têm formulado seus projetos e mobilizado seus esforços e estratégias no passado e no cotidiano recente. A UDR, por exemplo, foi organizada em reação à proposta de reforma agrária do I PNRA e em defesa da propriedade privada. O que significa que os grandes proprietários rurais sentiram que seus interesses estavam seriamente ameaçados. Como bem observa José Graziano da Silva, o surgimento da UDR ocorreu pela brecha existente em razão da dicotomia entre as entidades de representação patronal rural formal (CNA e federações) e a representação real dos proprietários rurais consubstanciada nas cooperativas e associações de produtores. Na medida em que a representação real se preocupou com

reinvindicações muito específicas, mesmo no âmbito das entidades portadoras da representação formal, o nível das reivindicações específicas foi superado.[224]

> Na verdade, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) era dominada por um velho grupo de dirigentes que empalmaram o poder na década de 60 e que se caracterizava por uma permanente subordinação a todos os governos. Por outro lado, os partidos da época, mesmo os conservadores (PDS e PFL) deixaram muito a desejar em termos de combatividade em defesa dos interesses dos donos-de-terra. Muito diferentes dos antigos PRP e Partido Democrático, velhos redutos do patronato rural, o PDS era dominado pela burguesia industrial, enquanto o PFL não inspirava confiança, sobretudo depois que subscreveu, com o PMDB, o protocolo de formação da Aliança Democrática, no qual ambos se comprometiam a executar a Reforma Agrária.[225]

Já a UDR o fez com um posicionamento diametralmente contrário à proposta do PNRA, ao MST e às entidades defensoras da reforma agrária. Com um discurso anti-reformista, a UDR politizou a luta dos proprietários rurais. Para a entidade, o PNRA "agrediu o homem do campo por ser parcial, tendencioso e ilegítimo". O programa representava "um instrumento para desestabilizar o direito de propriedade no campo, o primeiro passo para ameaçar a legitimidade dos princípios do capitalismo liberal e da livre iniciativa."[226] Destarte, apresentava-se como portadora de uma "visão moderna" do mundo rural, na medida em que "as elites e as instituições políticas não asseguram mais, globalmente, a função de preservar no País a democracia econômica, base da democracia política."[227] Neste âmbito, a UDR não só pretendia, como também conseguiu, recolocar no campo da ação política os *produtores rurais*, tornando-se interlocutora dos fazendeiros junto ao governo.

A UDR atuou no sentido de apoiar diversos candidatos, bem como articulou a sua própria proposta, que incluía a reforma agrária como um capítulo da política agrícola. No percurso, deixou de enfatizar o discurso do fazendeiro como *proprietário de terras* e construiu a representação de *produtor rural*. Esta mudança não é apenas de ordem semântica, que é, aliás, inadequada. A nova representação ocultou uma armadilha legal e uma tática dos latifundiários.[228] Implicava na afirmação de que as propriedades não estavam ociosas ou, sendo utilizadas na especulação, eram

---

224 - SILVA, José G. da. Ao vencedor, as batatas. As implicações da vitória da UDR na Constituinte. In: ABRA. *Reforma Agrária*, ano 18, n. 2. pp. 18-20. Campinas, ago/nov. 1988. p. 19.

225 - SILVA, José Gomes. UDR: surgimento, perfil, bandeiras e perspectivas. In: ABRA. *Reforma agrária*, nº 1, 2, 3 – vol. 26, pp. 217-230. Campinas, jan/dez. de 1996. p. 222.

226 - UDR. O que é a U.D.R – União Democrática Ruralista, 1987. Apud: SANTOS, José V. Tavares dos. Depois da Constituinte a colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira? In: ABRA. *Reforma Agrária*, ano 18, n. 2. pp. 36-51. Campinas, ago/nov. 1988. p. 46.

227 - Id., ibid.

228 - Cf. SILVA, José Graziano da. *Ao vencedor, as batatas.* Op., cit.; SILVA, José Gomes. *UDR ...*, op., cit.

produtivas. Assim, o direito de propriedade não poderia ser questionado nem infringido pela ocupação de camponeses e a desapropriação por interesse social não poderia ser realizada.

Este discurso informou a atuação da UDR na Assembléia Constituinte, bem como suas ações contra o MST. No que se refere à primeira questão, cabe asseverar que o capítulo da reforma agrária da Constituição Federal marca um claro retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, uma vez que tornou a *propriedade produtiva* intocável. Definiu que as terras desapropriadas por interesse social serão indenizadas. As benfeitorias perceberão pagamento em dinheiro, já o restante do imóvel expropriado receberá indenização prévia e justa, com pagamento mediante títulos da dívida agrária. O texto constitucional não define os critérios para a fixação do valor da justa indenização.[229]

No ano de 1987, a UDR no Paraná, a exemplo do ocorrido em outros estados, organizou caravanas para Brasília, com proprietários rurais vindos de todo o país. A passagem de ida e volta e a alimentação, que significavam a possibilidade de conhecer a capital do País e, fundamentalmente, o discurso deturpado sobre o caráter da reforma agrária criou um misto de medo e revolta entre grandes fazendeiros como entre pequenos agricultores. Milhares de pequenos proprietários, muitos dos quais não possuíam terra para deixar como herança aos filhos, com medo da reforma agrária foram para Brasília protestar.

Quanto à luta pela terra, paralelamente à atuação da UDR contra o PNRA e na Constituinte, a recorrência às ações violentas por parte dos grandes proprietários tinha, como ainda têm, o objetivo de expulsar os camponeses das terras que ocupam, desorganizar a produção camponesa e impedir a organização e ação coletiva. A recorrência às ações violentas por parte dos grandes proprietários resultou no crescente aumento dos números de violência. Para elaborar a técnica da violência como recurso contra a ocupação de terras, a UDR, desde a sua criação, contou com o apoio da TFP - Tradição, Família e Propriedade. Com o dinheiro recolhido junto aos fazendeiros, a TFP encomendou pareceres jurídicos e os publicou nos principais jornais em todo o País, orientando os latifundiários sobre como reagir às ocupações.

---

229 - Sobre as limitações da Constituição de 1988 em relação à reforma agrária ver o artigo de SILVA, José Gomes. Reforma agrária. In: STÉDILE, *A questão agrária hoje*. Op. cit.

> *A Lei Autoriza os Fazendeiros à Resistência à Mão Armada*
>
> - A *invasão*, concertada ou não, de uma propriedade rural por uma malta de camponeses sem terra é decididamente *uma agressão injusta* (...).
>
> - *Não há que indagar a razão determinante da agressão*, eis que nada justifica a *invasão* e *usurpação* de propriedade alheia – um direito ostensivamente reconhecido pela Constituição. Por mais respeitáveis que sejam os interesses dos que não têm terra e por maior que seja o empenho político de proporcioná-la, enquanto vigorar o ordenamento jurídico do País, a *invasão* não é modo de aquisição da propriedade *nem a ocupação violenta*, posse legítima ou posse justa;
>
> - É manifesto que o pedido de socorro à autoridade policial para uma ação repressiva urgente é mais difícil de ser tempestivamente atendido no campo do que na cidade, principalmente quando se trata de *invasão* que requer, para ser contida ou para resolver em expulsão, uma força policial mais numerosa e aguerrida;
>
> - Entende a doutrina brasileira, acompanhada pelos tribunais, que o possuidor ameaçado de esbulho pode valer-se, para o desforço, de armas, ou mesmo do auxílio de amigos ou de empregados;
>
> - O desforço pode chegar ao *uso de armas* se o seu emprego for indispensável à manutenção ou à restituição da posse;
>
> - *Uma agressão injusta consistente na ocupação de terras* por um bando obstinado, ocorre em circunstâncias que não permitem o chamamento da força policial para a ação imediata, até porque a demora em acudir o esbulhado cria o problema da expulsão dos esbulhadores. Nesta hipótese e em outras semelhantes, o possuidor (ou seus prepostos) pode agir de pronto, por sua própria força e autoridade, sem ser obrigado a chamar a polícia e ficar esperando por sua ação;
>
> - Quando, porém, lhe pareça mais oportuno apelar para a autoridade policial e logo verifique a inutilidade do apelo, lícito é que pratique, ele próprio o desforço, expulsando os esbulheiros, contando que seja logo o intervalo entre a ação e a reação, a ofensa e a defesa. [230] (Itálico meu).

Parte deste parecer foi republicado pela TFP, em 1997, no "Guia Prático de Prevenção Contra as Invasões de Terra", com o objetivo de orientar os fazendeiros como proceder "em caso de ameaça de invasão", "de turbação da posse", "de invasão" e "em caso de a polícia não cumprir a ordem judicial", já que "o MST é muito organizado". Entre as medidas práticas, orienta o fazendeiro a ter em mãos um Laudo Técnico de Produtividade atualizado, feito por um agrônomo ou zootecnista, de preferência de um órgão oficial do governo. "Ele tirará dos "sem-terra" um dos mais importantes pretextos para a invasão. (...), pois tornará mais difícil alcançar o objetivo final dos *invasores*: a desapropriação de sua fazenda."[231] (Itálico meu). Caso o Incra desapropriar a fazenda, esse laudo será importantíssimo no processo para contestar o Laudo de Vistoria deste instituto.

O parecer, ao imputar a representação de invasor aos sem-terra, articula a idéia de "agressão injusta" contra a propriedade privada, pois trata-se-ia de usurpação, portanto, ilegal. Constitui-se, pois, em verdadeira ameaça aos princípios que regulam a ordem social e a propriedade privada. Nestes termos, conclui que os

---

230 - Cf. matéria publicada no dia 10 de agosto de 1986, simultaneamente pelos jornais Folha de Londrina, Gazeta do Povo e O Estado do Paraná.

231 - TFP. *Guia prático de prevenção contra as invasões de terra*. São Paulo: Artepress, 1997. p. 13 e 37.

fazendeiros são vítimas. Com efeito, ao mesmo tempo em que o parecer procura reforçar o caráter ilegal da ocupação, chamando-a de invasão, instiga os fazendeiros à reação armada e à contestação na justiça não só dos valores das indenizações, mas de toda ação governamental no tocante à desapropriação de terras.

A imputação do termo invasor àquele que ocupa terras não se limita ao passado recente. Essa representação aparece com freqüência nos argumentos presentes nos processos de embargo, contra pequenos posseiros, de mais de um século atrás, como mostra Márcia Motta.[232] Ontem como hoje, não obstante as descontinuidades históricas, essa recorrência procura afirmar que a ação da invasão de terras é ilegal e ilegítima. Todavia, há que se fazer distinção entre termo *invasão* e o de *ocupação*. Do ponto de vista etimológico o primeiro termo exprime um sentido de violência, enquanto o segundo é "o ato de apoderar-se de algo legalmente, de coisa móvel (ou semovente), sem dono, ou que ainda não foi apropriada ou por haver sido abandonada".[233] Depreende-se, pois, que o termo ocupação mostra-se mais adequado à prática coletiva dos sem-terra de apossamento de terras "produtivas não utilizadas" ou "áreas aproveitáveis não exploradas", segundo terminologia utilizada pelo Incra. Mas a diferença não é apenas semântica.

Em contraposição à interpretação jurídica que considera a ocupação ilícita, baseada, sobretudo, nos dispositivos do Código Civil e do Código Penal, como se detecta no parecer utilizado pela TFP, tem crescido o número de juristas que consideram a ocupação de terras improdutivas uma ação lícita. Seus argumentos não se restringem aos códigos referidos, fundam-se, sobretudo, na Constituição Federal. Neste sentido, a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça ao conceder a liberdade para Diolinda Alves, liderança do MST, é exemplar. O Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, no *Habeas Corpus*, declara:

> No esbulho possessório, o agente dolosamente investe contra a propriedade alheia, a fim de usufruir de um de seus atributos (uso). Ou alterar limites do domínio para enriquecimento sem justa causa. No caso dos autos, ao contrário, diviso pressão social para a concretização de um direito (pelo menos – interesse. (...). Revela sentido amplo, socialmente de maior grandeza, qual seja, a implantação da reforma agrária. (...). A Constituição da República dedica o Capítulo III do Título VII à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária. Configura, portanto, obrigação do Estado. Correspondentemente, direito público subjetivo de exigência de sua concretização. (...). É,

---

232 - MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

233 - FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 991.

> pois, direito reclamar a implantação da reforma agrária. Legítima a pressão aos órgãos competentes para que aconteça, manifeste-se historicamente.[234]

Deve-se observar, ainda, que o parecer jurídico apresentado pela TFP argumenta o direito de propriedade como absoluto. Segundo Fábio Konder Comparato, este direito está relativizado na norma constitucional tanto em razão da função social como da defesa da vida. Para ele, as transformações do Estado contemporâneo conferiram à propriedade também a função de "servir como instrumento de realização da igualdade social e da solidariedade coletiva, perante os fracos e desamparados"[235]. O direito de propriedade exprime tanto o aspecto individual e privado (a propriedade como garantia da liberdade individual), como o social e público. A função social da propriedade não deve ser entendida como um limite ao direito de propriedade, mas é dever do proprietário cultivá-la tendo em vista o interesse coletivo. Por conseguinte, sua exploração econômica é mais importante do que sua titularidade dominial. Assim, "o princípio da propriedade-direito pressupõe o da propriedade-obrigação"[236].

Todavia, Martins observa que o MST foi forçado "a desenvolver sua luta num terreno desfavorável" em razão do argumento econômico: da propriedade improdutiva. Isto marcaria um deslocamento, durante a "Nova República", do centro da questão agrária do posseiro (com lutas mais antigas e em maior número) para o sem-terra, notadamente do pequeno agricultor sem-terra do sul do País, cujas lutas, eram recentes.

> Os sem-terra foram forçados a desenvolver sua luta num terreno desfavorável – o terreno do adversário. Isso porque a ocupação de terra não se deu com base no mesmo argumento moral da precedência do posseiro, com seu trabalho, em relação ao grileiro, mero especulador fundiário. Mas se deu com base no argumento econômico da propriedade improdutiva. (...). Com isso, na formação da opinião pública e na sensibilização dos políticos responsáveis pela definição de normas constitucionais e legais relativas ao direito, passaram a pesar desproporcionalmente os acontecimentos que se desenrolaram no terreno escorregadio e difícil das ocupações de terras. Antes, o posseiro é que aparecia expulso de sua terra. Agora, os fazendeiros é que passaram a ser apresentados como vítimas de invasões e expulsões.[237]

---

234 - CERNICCHIARO, Luiz Vicente. Habeas corpus 4.399/SP. Apud: PASSOS, Cynthia Regina L. Passos (et. al.). O Ministério Público e o direito à terra. p. 238-239. In: STROZAKE, Juvelino José (Org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 221-248. Segundo os autores, também o Congresso Nacional do Ministério Público aprovou, por unanimidade, tese favorável à licitude das ocupações (Reitegração de posse, ocupações coletivas e Ministério Público, de Fernando Antonio Nogueira Galvão da Rocha, invocando o estado de necessidade de quem as pratica.

235 - COMPARATO, Fábio Konder. Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade. In: STROZAKE, *A questão agrária ...*, op. cit., p. 130-147.

236 - PEREIRA, Rosalina Rodrigues. A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na acepção clássica da propriedade. p. 125. In: id., ibid., p. 89-128.

237 - MARTINS, *O poder do atraso.* Op. cit., p. 151-152.

Concorda-se com o autor sobre que com a forma de luta *ocupação* ocorre um deslocamento do argumento moral do posseiro (*de precedência de posse e trabalho na terra em relação ao grileiro*), para o argumento econômico (*da propriedade improdutiva*). Todavia, reconhecer apenas este argumento na luta dos sem-terra, a meu ver, significa submeter as suas ricas experiências a uma única dimensão em detrimento de outras igualmente importantes. O próprio argumento constitucional da função social da terra, para além do argumento econômico (da propriedade improdutiva) remete a uma questão moral. Em outro estudo, o próprio autor indica uma pista mais rica ao afirmar que o trabalhador na luta pela terra orienta-se em termos de consciência, de interpretação e de ideologia, por referenciais não restritos ao terreno legal. "Ele não quer agir ilegalmente". Se move, pois, *moralmente* sobre o terreno da legalidade.[238]

De fato, no trabalho de base, os agentes de pastorais da CPT depararam-se com o medo dos colonos, e não era sem razão, de contradizer a lei e a ordem do regime militar e o respeito à propriedade privada. A bíblia e o Estatuto da Terra constituíram-se ferramentas importantes para romper com esta mentalidade e mostrar que o direito à terra estava previsto em lei, portanto não se constituía em transgressão reivindicá-la. A meu ver, há um referencial moral que norteia a ocupação de terras: os trabalhadores rurais entendem que a terra deve ser utilizada para o trabalho e sobrevivência humana. Trato desta questão na segunda parte deste capítulo, sob o título "O Encantamento da Luta".

Deve-se acrescentar ainda, sobre a orientação da TFP, que a visão inerente a ela perpassa das liminares concedidas para os despejos judiciais e os mandados de prisão das lideranças do MST. Quando as liminares não são cumpridas os grandes proprietários colocam em ação seus grupos armados. Muitas vezes a ação é conjunta. Os exemplos que poderiam ser evocados para confirmar o que acabamos de afirmar não são poucos. O massacre de Eldorado dos Carajás, Sul do Pará, ocorrido em 17 de abril de 1996, no qual 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados por policiais militares encarregados de desobstruir a rodovia fechada pelos manifestantes, é um exemplo desta articulação entre o aparato policial do Estado e latifundiários em defesa de seus interesses privados.

Esta articulação é facilitada pelo relacionamento já existente entre fazendeiros e policiais. Silvino Diniz, despejado com seus companheiros de um

---

238 -_____ . *A chegada do estranho.* São Paulo: Hucitec, 1993. p.97.

acampamento em Terra Rica, município no Noroeste do Paraná, durante o primeiro semestre de 1999, conta: "Ali o fazendeiro domina a polícia. Eu trabalhei muito tempo com fazendeiro. Quando ele vende os bois, ele mata um e faz churrasco pra polícia, chama até alguns vereadores. Bebem até meia-noite com os bois presos. O comprador fala que tem que dar quatro horas de mangueira pra depois pesar e carregar."[239].

O despejo sofrido por Silvino, a exemplo de muitos outros que ocorreram naquele semestre, resultaram da pressão exercida pela União Democrática Ruralista (UDR) sobre o governo do estado[240]. Contando com o apoio da bancada ruralista, formada por deputados estaduais e federais, através da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, o governo despejou trabalhadores sem-terra de áreas ocupadas em todo o estado. Grandes operações militares foram montadas, mobilizando centenas de policiais, em forma de Grupo de Operações Especiais (GOE), incluindo cães, helicópteros e dezenas de viaturas. Nos despejos, estradas foram fechadas, jornalistas impedidos de entrar nos acampamentos para registar os acontecimentos. "A polícia entrou na fazenda bem equipada, armada, com cachorros, bombas de gás. E os sem-terra não reagiram. *Como que vai reagir contra isto?"*[241], pergunta uma das lideranças do MST. Barracos foram destruídos e queimados.

Os relatos de homens, mulheres e crianças evidenciam a barbárie na prática padronizada do aparato policial. A partir de meados de 1998, os despejos foram executados pela polícia militar, "a polícia de capuz", que está atrelada partidariamente e ideologicamente à bancada ruralista e à UDR, ou foram realizados pelas milícias privadas, quando não em conjunto, e aconteceram em geral durante a madrugada. Nos despejos, as mulheres e crianças são separadas dos homens e ambos os grupos, sob ameaças, são interrogados e identificados. Trabalhadores de todas as idades são algemados, obrigados a deitar no chão e sofrem algum tipo de violência física e, via de regra, violência simbólica, e, não raras vezes, são torturados. Neste sentido, o depoimento de Adelina Ventura Nunes, despejada da Fazenda Rio Novo, no município de Querência do Norte, em 7 de maio de 1999, é rico em detalhes:

---

239 - DINIZ, Silvino. *Entrevista.* Curitiba, 13 de julho de 1999.

240 - A CPT/PR, reiteradamente, denunciou essa articulação (ver nota 2 na "À Guisa de Introdução"). Para saber mais sobre o assunto ver Revista Caros Amigos. *Como age a polícia de capuz.;* nº 27. São Paulo, junho de 1999. p. 18-19.; CPT. *Engajamento ideológico e partidário da PM/Pr às forças do latifúndio no estado.* Curitiba, 01 de outubro de 1998.).

241 - ANGHINONI, Moisés. *Entrevista.* Curitiba, 13 de julho de 1999. Moisés é membro da coordenação estadual e irmão de Eduardo Anghinoni, assassinado em 29 de março de 1999, quando visitava seu outro irmão, Celso, coordenador regional do MST e assentado em Pontal do Tigre. Celso, a esposa, os dois

> Agora nós ficamos aqui, o teu marido não está, nós podemos ser donos de você (...)". E um do GOE, quando chegou bem pertinho de mim, disse: "Podemos estuprar, porque teu marido não está." Daí eu comecei a tremer e chorar e ele falou: "Ah, agora vocês têm medo, quando é pra vocês virem aqui ocupar terra alheia, daí vocês não têm medo, (...). Eles chegaram lá por volta de 1 hora da manhã, esse meu menino só foi comer às 3 horas da tarde, ele chorava, pedia pra mamar, eu pedi bem calma pra eles deixarem fazer mamá e eles falaram: "Nós não vamos deixar fazer, não. Cada vez que viemos fazer despejo, nós sempre passamos a mão na cabeça de vocês, por isso vocês sempre voltam, só que a tua cara está bem marcada, se um dia nós encontrarmos tua cara em outra terra, você não vai mais ter tempo de se arrepender. [242]

Em seguida aos despejos, as lideranças, quando identificadas, eram levadas para a delegacia de polícia, os sem-terra são autuados em flagrante por formação de quadrilha, cárcere privado e esbulho possessório. Em resposta aos despejos violentos e como forma de pressionar o governo a fazer desapropriações para assentamento de 9.000 famílias no estado, o MST articulou grupos de sem-terra de acampamentos de todo o estado. No dia 06 de junho de 1999, marcharam de Ponta Grossa em direção a Curitiba. À frente carregavam uma cruz. Em Curitiba, acamparam na praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico, ladeada pelo Palácio do governo, Palácio da Justiça e Assembléia Legislativa. Moisés explicita os motivos do acampamento,

> No final de março o pessoal do Movimento veio pra Curitiba negociar com o governo recursos pra investimento, um monte de coisa. Foi o pessoal sair de Curitiba começaram os despejos, as prisões, a tortura. Então fizemos a marcha. Estamos *exigindo aqui os mesmos direitos* que a gente exige lá no acampamento. É uma experiência válida, porque dentro da cidade tu conversa com a população, tu caminha na cidade, o povo vai conhecendo os sem-terra de outro jeito, não como a televisão mostra que é bicho, bandido, violento. A população vê que o sem-terra é simplesmente um agricultor que já perdeu a terra dele e *o filho do sem-terra que está vindo está exigindo um direito que é está lei* (Itálico meu).[243]

O acampamento resistiu, apesar das várias liminares concedidas para a reintegração da praça, até a madrugada de 27 de novembro de 1999, quando os sem-terra foram despejados pela Polícia Militar. Colocados em ônibus, foram levados para 23 cidades do estado. Durante os 172 dias em que estiveram acampados, os sem-terra colocaram em funcionamento uma padaria, uma horta comunitária e uma escola para as crianças do acampamento.

Nos primeiros meses de 2000, a violência voltou a recrudescer. Na manhã do dia 02 de maio de 2000, na BR 277, próximo a Curitiba, a polícia militar

---

filhos (Fernando, doze anos, e Tassiane, sete anos) e Eduardo, assistiam televisão. O vidro da janela foi quebrado, cinco tiros foram disparados, e Eduardo cai morto ao chão.

242 - NUNES, Adelina Ventura. *Depoimento* (em audiência com o Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori). Curitiba, 06 de junho de 1999. Mimeo.

243 - ANGHINONI, Moisés. *Entrevista.* Citada.

interceptou os ônibus que transportavam cerca de 1.500 trabalhadores rurais sem-terra para uma manifestação na capital do estado, em continuidade aos protestos do Dia do Trabalho. Os meios de comunicação noticiaram em rede nacional. A polícia, sob o comando do Secretário de Estado de Segurança Pública José Tavares, utilizou bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e de chumbo, helicópteros. Prendeu 11 trabalhadores, feriu mais de 60 e levou o assentado Antônio Tavares Pereira, 38 anos, pai de cinco filhos, à morte. Controlados violentamente, os sem-terra foram obrigados a deitar no chão e identificados, vários foram presos.[244] O secretário negou veementemente o uso de munição nas armas. A perícia concluiu o contrário. Uma das balas foi responsável pela morte de Tavares. Os assassinatos passaram a somar 16 no governo de Jaime Lerner, 31 tentativas de assassinato, sete casos de tortura, 322 trabalhadores feridos e 470 presos e 130 despejos.[245]

Os episódios acima relatados evidenciam a violência como forma de destruir o Movimento Sem Terra, como declarou, em julho de 1997, o então secretário de Segurança Pública Cândido Martins de Oliveira, referindo-se aos acampamentos do MST na região Noroeste do estado: "É um problema do governo, porque lá é uma república do Movimento Sem-Terra e para nós, hoje, fazer os despejos lá, temos de destruir a organização dos trabalhadores, senão não vamos conseguir despejar ninguém."[246] Neste sentido forjou-se uma tecnologia de poder de caráter seletivo, cujos alvos são sujeitos sociais capazes de protagonizar e mediar ações coletivas.

A tortura, a identificação dos trabalhadores através de filmagens e fotografias, as prisões, a existência de uma lista de lideranças ameaçadas de morte pela UDR, a decretação da prisão das lideranças, os despejos ilegais, o assassinato de lideranças pelos pistoleiros ou pela polícia, a tortura, agressão, seqüestro e as tentativas de assassinatos, são evidências desta forma de poder que conta com a conivência, em muitos casos, do poder Judiciário. Imputar ao Judiciário toda a culpabilidade no que se refere à violência no campo não só não seria justo, como significaria desconsiderar a sua contribuição na resolução dos conflitos agrários. Todavia, como concluiu a Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar as origens, causas e conseqüências da violência no campo brasileiro:

---

244 - O episódio foi noticiado nos principais jornais e revistas do País. Uma fotografia que retrata dezenas de sem-terra dominados ao chão, via de regra acompanhou as reportagens sobre o assunto.

245 - Cf. Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. Doc. cit.

246 - OLIVEIRA, Cândido Martins. Apud: *Revista caros amigos*. Op. cit., p. 18.

> ... parte de seus membros tem contribuído decisivamente com as injustiças, com a intocabilidade da propriedade privada, com a instituição do latifúndio e legitimado as formas mais absurdas de violência contra trabalhadores e apoiadores da reforma agrária. Inúmeros casos servem como exemplo desta ineficácia do Judiciário nos foram relatados: o uso indevido das ações possessórias que se destinam à defesa da posse para a proteção da propriedade.[247]

Os meios de comunicação têm contribuído para essa situação. A maneira (como os grandes meios de comunicação resgataram esses acontecimentos do terreno movediço da luta pela terra) criminalizou a ação coletiva dos sem-terra em rede nacional ao representá-las como subversão, como desordem, e os sem-terra como "baderneiros", "chefes" dos sem-terra, "bandidos", "invasores" e "vagabundos". Do ponto de vista da desmoralização e recriminação da ação coletiva, estas representações valorizam o isolamento, a individualização, e ajudam a apagar a memória das experiências de luta e desfigurar a consciência dos direitos. Nestes termos, assevera José Carlos Garcia, "essa tática de desmoralização articula-se com a cultura tecnocrática amplamente desenvolvida pela ditadura militar, segundo a qual a política não deve ser vista como coisa pública, e sim como questão de especialistas oficiais que dominam todas as informações e técnicas pertinentes"[248]. Neste sentido, constituem uma certa "herança" do repertório discursivo que deu substrato as práticas repressivas do regime militar. Naquele contexto, assevera o autor, citando Tarelho, contribuíram para impedir o surgimento de espaços públicos, interativos e comunicativos, nos quais os trabalhadores pudessem tomar consciência da opressão, exploração e expropriação, a que estavam submetidos, e se perceber como sujeitos políticos portadores de direitos e com condições para alterar os rumos da sociedade.[249]

Deve-se observar, ainda, que a recorrência a essas representações dá-se com o objetivo de dissimular as relações concretas e os processos de exclusão social. São representações que reforçam um olhar sobre o camponês e sua produção em pequenas unidades familiares, como o arcaico, resíduo a ser superado. Ao mesmo tempo são redutoras do movimento histórico: o moderno deve superar o arcaico. São vistas como polaridades e não como díades. É desse modo que as elites políticas e econômicas têm

---

247 - CPI da violência no campo brasileiro, ABRA. Reforma agrária, n. 1, vol. 22/120, janeiro/abril de 1992. Entre os inúmeros exemplos, cito o da juíza Elizabeth Khater, do município de Loanda. Ela determinou a prisão preventiva de cerca de 30 sem-terra e expediu 45 mandados de reintegração de propriedade no primeiro semestre de 1999. No mês de maio, depois de algumas ordens cumpridas, foi comemorar com os fazendeiros e policiais em um restaurante (Ver Folha de São Paulo. *Justiça é cega* (Contraponto). São Paulo, 14 de maio de 1999.).

248 - GARCIA, José Carlos. O MST entre desobediência e democracia. p. 149. In: STROZAKE, *A questão agrária ...*, op. cit., p. 148-194.

procurado inserir o País no chamado processo da globalização, sob a forma ideologizada da possibilidade de equalização de oportunidades. Entretanto, do ponto de vista histórico, esse processo tem engendrado novas desigualdades e o aviltamento do humano para a realização plena das relações econômicas capitalistas e, portanto, das mercadorias. A integração de mercados com a criação da União Européia, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), e toda a engenharia da globalização altamente seletiva, contraditória e paradoxal, têm gerado concentração da riqueza e aumento dos índices de desemprego no campo e na cidade.

Como aponta José Eduardo Faria[250], trata-se de uma integração que entra em conflito com a integração social. Com ela, as identidades tornaram-se mais instáveis e polimorfas. Os referenciais éticos, políticos e sociais baseados no trabalho e na comunidade, bem como as concepções de obrigação moral e de legitimidade, sofrem mudanças significativas. Neste dinamismo da economia e da cultura, as contradições do espaço e da produção se aprofundam, a vida sociocultural e política tornam-se cada vez mais conflituosa, heterogênea e complexa. A fragmentação ou o aniquilamento de formas que não se enquadram na formação econômico-social capitalista, o êxodo rural, a (re)concentração fundiária, a urbanização e industrialização fazem parte deste engendramento.

Seguindo nesta linha de raciocínio, a concentração fundiária e a agricultura de alto nível tecnológico têm resultado na constituição de uma população sobrante, para a qual não existe lugar estável de trabalho, apenas uma inserção excludente. Parte desta população marginalizada ora é absorvida como assalariados rurais, ora como bóias-frias, parceiros, arrendatários, ora como pequenos proprietários,

---

249 - TARELHO, Luiz Carlos. *O movimento sem-terra de Sumaré*: espaço de conscientização e de luta pela posse. Terra Livre. São Paulo, n. 6, agosto de 1989.

250 - FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada.* São Paulo: Malheiros, 1999. p. 8; 52. Para Faria "*globalização é um conceito plurívoco, comumente associado à ênfase dada pela literatura anglo-saxônica dos anos 80 a uma nova economia política das relações internacionais. Desde a última década, esse conceito tem sido amplamente utilizado para expressar, traduzir e descrever um vasto e complexo conjunto de processos interligados. Entre os processos mais importantes destacam-se, por exemplo, a crescente autonomia adquirida pela economia em relação à política; a emergência de novas estruturas decisórias operando em tempo real e com alcance planetário; as alterações em andamento nas condições de competitividade de empresas, setores, regiões, países e continentes; a transformação do padrão de comércio internacional, deixando de ser basicamente inter-setorial e entre firmas e passando a ser eminentemente intra-setorial e entre firmas; a desnacionalização dos direitos, a desterritorialização das formas institucionais e a descentralização das formas políticas do capitalismo; a uniformização e a padronização das práticas comerciais no plano mundial, a desregulamentação dos mercados de capitais, a interconexão dos sistemas financeiro e securitário em escala global, a realocação geográfica dos investimentos produtivos e a volatilidade dos investimentos especulativos; a unificação dos espaços de reprodução social, a proliferação dos movimentos imigratórios e as mudanças radicais ocorridas na divisão internacional do trabalho; e, por fim, o aparecimento de uma*

e até mesmo no trabalho escravo.[251] Em outros termos, o processo capitalista é experimentado pelos camponeses como exclusão e reinserção social excludente[252], contra as quais se têm-se insurgido em diferentes momentos e lugares.

Na medida em que a reforma agrária vem sendo proposta e exigida de baixo para cima, e não como deseja o governo do estado, a polícia militar é mobilizada para os despejos e suas ações. Essas ações, mesmo quando arbitrárias e violentas, em geral são respaldadas pelo judiciário. Quando a polícia militar não é mobilizada, atuam impunemente as milícias dos fazendeiros. Nesta articulação para práticas contra a reforma agrária, as fronteiras entre o público e o privado, o legal e o extralegal, o institucional e o paralelo, movem-se pendularmente, segundo a maior ou menor apropriação e utilização do público, do judiciário, do aparato policial, em favor dos interesses privados.

Nesta contextura, com o acirramento das contradições no campo, a violência recrudesceu. Além do aumento da violência fundada na barbárie, como os assassinatos, expulsões, lesões corporais e torturas, ocorreu também um aumento da "violência legítima ou legal" na disputa jurídica da terra com proprietários ou supostos proprietários, redimensionando um espaço de luta na esfera do judiciário. A essa altura, cabe observar que não se pretende anular a contribuição do judiciário e do direito na resolução de conflitos de terra. Os próprios camponeses interpretam o direito agrário para fazer dele um instrumento de luta. Vimos, no capítulo anterior, que o estudo do Estatuto da Terra constituiu-se numa ferramenta importante na organização dos sem-terra nos anos 80, no Oeste e Sudoeste do Paraná.

Os camponeses, historicamente, têm recorrido à Justiça para fazer valer seus direitos. Mas, quando ausente ou conivente com as ações violentas dos latifundiários, o aparelho judicial tem contribuído para a prática crescente das diferentes formas de violência. A morosidade no prosseguimento dos processos para o julgamento de crimes cometidos contra os trabalhadores rurais e camponeses e a inexpressiva conclusão e condenação dos praticantes de crimes, influi decisivamente no prosseguimento da barbárie. Dos 1.101 assassinatos registrados pela CPT, apenas 85

---

estrutura político-econômica multipolar incorporando novas fontes de cooperação e conflito tanto no movimento do capital quanto no desenvolvimento do sistema mundial" (p. 59-60).

[251] - Para cada trabalhador liberto do cativeiro existem, na Amazônia, três trabalhadores em situação de exploração e ou em regime de trabalho escravo (Rede Globo. *Jornal Nacional*, 22 de março de 1999).

[252] - Sobre estes dois conceitos ver MARTINS, *Exclusão social e a nova desigualdade*. Op. cit.

casos foram submetidos a julgamento. Apenas oito mandantes (de um total de treze), dois intermediários (de um total de quatro) e 56 executores (de um total de 94) foram julgados e condenados.[253]

Tabela 10 - Violência no Campo/Brasil – Violência Contra a Posse/Propriedade						
Formas de Violência	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**
Expulsão	1.369	388	1.146	270	304	2.208
Despejo Jurídico	12.469	17.687	12.832	17.595	17.070	18.593
Ameaça de Expulsão	5.234	4.535	2.114	2.923	720	1.975
Ameaça de Despejo	6.357	13.182	13.300	19.896	23.515	7.937
Destruição de Casas	667	1.901	1.112	1.337	2.624	2.782
Destruição de Roças	1.419	5.239	1.589	3.677	1.307	2.875
Destruição de Pertences	1.283	1.685	770	1.146	3.940	2.130

Fonte: CPT. *Conflitos no Campo 1998.*

A exemplo do que ocorreu durante o governo da "Nova República", o governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) também prometeu realizar a reforma agrária. Mas, não desapropriou novas áreas, apenas assentou 38.425 famílias em todo o país em áreas já destinadas para tal fim, e desencadeou a repressão sobre os trabalhadores através da ação da polícia federal. Diante da violência exacerbada, o congresso criou a CPI da Violência no Campo. O ministro da agricultura Antônio Cabrera, em seu depoimento, disse que "a violência é, em essência, resultado da estrutura agrária injusta, enquanto as tensões generalizadas e as mortes pela posse da terra são o cerne do crescimento urbano desordenado."[254] Mesmo assim, nenhuma nova desapropriação para fins de reforma agrária foi realizada. Apenas alguns assentamentos já com imissão na posse foram criados. E os conflitos também não foram solucionados pela via legal. Durante o governo Itamar Franco, o MST torna-se efetivamente interlocutor político. Neste governo, lideranças do MST são recebidas pela primeira vez pelo presidente da República. Foi um período que reabriu a conquista de novos assentamentos. Entre 1990 e 1994 foram assentadas 60.188 famílias. Todavia, o número é menor em relação ao período anterior. Durante a "Nova Republica" foram assentadas 89.950 famílias[255].

---

253 - CPT. Assassinatos no campo (Brasil 1985 a 2000). www.cptnac.com.br, em 10/02/2202. Na página, a CPT divulga 1.190 assassinatos no período. Todavia, segundo dados que levantei, nesta mesma página e em outras publicações da entidade (ver tabela 08), os assassinatos somam 1.101. A disparidade possivelmente deve-se a incorporação de novos casos não registrados anteriormente.

254 - Apud: DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços. Direitos humanos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 136.

255 - Cf. INCRA. Relatório de atividades Incra 30 anos. Extraído de www. *Incra.gov.br*, 10 de maio de 2001.

A violência de que eram alvos os trabalhadores sem-terra, durante o governo Collor, foi objeto de discussão no 6º Encontro Nacional do MST, realizado em Piracicaba, de 19 a 23 de fevereiro de 1991. Além da violência no campo, esteve na pauta de discussão a inoperância do governo Collor na realização da reforma agrária. Como fruto das discussões, os trabalhadores criaram o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), definiram uma pauta de manifestações públicas promovida através da articulação com outras entidades representativas dos trabalhadores do campo e da cidade como a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a Confederação Nacional dos Trabalhadores - CONTAG, Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Essas formas de afirmação fortalecer-se-iam através da organização e execução, a partir de 1994, de uma forma de resistência popular conjunta: o *Grito da Terra*. A crítica ao modelo neoliberal do governo FHC e a exigência de uma reforma agrária diante do vertiginoso crescimento do desemprego, entre outras questões, conjugam o teor desta forma de mobilização. Dela nasceu a Consulta Popular, que tem o objetivo de discutir e elaborar um projeto de desenvolvimento alternativo para o país. Seus princípios foram estabelecidos, em 1997, em um evento em Itaici, São Paulo, que reuniu a CNBB, CPT, MST, Central dos Movimentos Populares. Naquele ano, o MST realizou a *Marcha Nacional: Reforma Agrária, Emprego e Justiça* até Brasília. Divididos em três colunas, os camponeses partiram, em 17 de fevereiro, de várias cidades em diferentes estados: Rondonópolis (MT), Governador Valadares (MG) e da cidade de São Paulo (SP), percorrendo aproximadamente 1.000 quilômetros em cada trajeto. Na medida em que a cobertura dos principais meios de comunicação do país e a publicação de pesquisas de opinião pública[256] revelavam o apoio da maioria da população ao MST, a marcha ganhava visibilidade enquanto estratégia escolhida para divulgar o esforço pela reforma agrária.

Isso levou o governo a mudar de estratégia: abandonou a campanha de difamação do MST na imprensa e passou a reforçar a idéia de que apoiava a reforma agrária, observando, no entanto, que os graves problemas do campo não poderiam ser resolvidos de imediato. Quanto mais a marcha avançava em direção a Brasília, mais fatos foram criados pelo governo para mostrar ação à sociedade. Entre outros, organizou um seminário internacional sobre reforma agrária, realizado de 06 a 08 de abril de 1997,

---

256 - O IBOPE, em uma pesquisa realizada entre os dias 6 e 10 de março de 1997, entrevistando 2.000 pessoas, mostrou que 94% apoiavam o MST.

no Itamaraty, e realizou uma substituição tática: o ministro da justiça Nélson Jobim promoveu uma operação de desarmamento, através da polícia federal e do exército, no sul do Pará, e entregou alguns títulos e anunciou novas desapropriações.[257]

A caminhada dos cerca de dois mil trabalhadores sem-terra chegou a Brasília dois meses depois, na quinta-feira do dia 17 de abril de 1997. O dia da chegada foi programado para lembrar um ano do massacre de Eldorado dos Carajás, Pará[258]. Alcançada a Esplanada dos Ministérios, o sujeito coletivo dos sem-terra se fortaleceu com a adesão de simpatizantes, sindicalistas, homens, mulheres e crianças, em ato de protesto em frente ao Congresso Nacional. Situação que levou a imprensa a afirmar que "o governo enfrentou o maior protesto popular desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1995"[259], onde se somaram à bandeira da reforma agrária diversas exigências de alteração dos rumos traçados até então pela política econômica do governo. A marcha não resultou em grandes avanços na reforma agrária e não alterou a política agrícola, mas forçou o governo a romper com a tática de isolamento que vinha mantendo em relação ao MST e produziu uma opinião pública ainda mais favorável acerca da reforma agrária.

---

257 - MST. Direção nacional. In: *Elementos gerais para analisar a conjuntura agrária*. Abril de 1997. Mimeo.

258 - Em abril de 1998 e abril de 1999, o movimento realizou novas marchas para relembrar o massacre, chamando a atenção da população para a impunidade no País. Em 1998, o MST realizou a *Marcha popular pelo Brasil,* com saída no dia 26 de junho, de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, percorrendo 1.580 km até Brasília, como forma de denunciar a crise econômica ao país em decorrência da política governamental. Em agosto de 1999, teve início, na cidade de Belém, Estado do Pará, o julgamento de 150 policiais envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás. Embora as evidências demonstrem ter havido, naquela ocasião, uma verdadeira chacina, sendo que dez dos agricultores assassinados receberam tiros a queima roupa, os quatro primeiros oficiais julgados foram inocentados pelo júri. A acusação pediu anulação da sentença. A reação da sociedade civil foi fundamental para que ocorresse posteriormente anulação da sentença que inocentava os quatro primeiros policiais julgados. (Cf. ISTOÉ. *Massacre de Eldorado dos Carajás*: laudo prova a farsa, n. 1617, 27 de setembro de 2000. p. 38-43).

259 - Cf. *Revista IstoÉ,* n. 1438, 23 de abril de 1997. p. 21. "Governo sitiado: sem-terra conquistam classe média e FHC enfrenta a oposição das ruas", é o título da reportagem da capa que traduz a retórica empregada pela revista na descrição do episódio.

1.2. O Estado e a "Reforma Agrária de Mercado"

O governo federal, procurando fazer frente à onda de manifestações públicas e minar a principal forma de luta do MST (a ocupação de terras), em parceria com o Banco Mundial, em 1997, implantou o Projeto Cédula da Terra, que atende, um público de baixa renda e escolaridade, sobretudo na região Nordeste. O Banco da Terra (criado pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1998), é um desdobramento desta iniciativa, visando atingir pequenos produtores em melhores condições de renda e escolaridade. Ambos fazem parte do programa de reforma agrária de mercado, como afirma o Banco Mundial, em carta aberta divulgada pelo Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. O mecanismo de aquisição de propriedade não é a desapropriação, mas "a compra direta e imediata das terras". Segundo o Ministério, trata-se de uma "ação complementar", "alternativa a desapropriação[260]. Recentemente o governo editou a Portaria/MDA nº 62, de 27 de março de 2001, que excluiu do Programa de Reforma Agrária os beneficiários que tenham participado de ocupações, e, através da Medida Provisória de nº 2.109/50, editada na mesma data, impede a vistoria de propriedades ocupadas.

A criação do Banco da Terra, segundo o governo federal, solucionaria o problema dos conflitos agrários, não haveria razão para a ocupação de propriedades. Tratar-se-ia de um fundo de terras e reforma agrária. Para terem acesso aos recursos do programa, os pequenos proprietários de áreas inferiores ao módulo rural, trabalhadores assalariados, meeiros e parceiros, devem organizar-se em associação, escolhem e negociam, com a mediação de órgãos estaduais e o Incra, o imóvel a ser adquirido. Os recursos, liberados pelo Banco da Terra, têm prazo de liquidação de 20 anos, com três anos de carência, e juros prefixados, que variam de 2%, nas regiões mais pobres, a 6% ao ano.[261] Estevão Casagrande, do Assentamento Vitória, um senhor de 60 anos, tendo como referência sua trajetória de vida e luta no MST, avalia o Banco da Terra como um instrumento do governo federal para não realizar a reforma agrária.

> O governo federal e estadual tão distorcendo o máximo pra acabar com o movimento dos sem-terra. Por quê? Porque é um espinho que eles têm no pé, não sai do pé deles, exigindo reforma agrária, verba pra custeio, investimento. Então, eles estão cheios disso.

260 - In: Cf. MPFAF/INCRA. *Banco da terra*. Op. cit., respectivamente p. 43 e 22.

261 - Cf. MPFAF/INCRA. *Banco da terra*. Op. cit., p. 18.

> Começaram a criar inclusive esse tal Banco da Terra. É uma baita [grande] de uma pepineira, porque nós temos hoje um levantamento feito no Rio Grande do Sul. Três grupos que já se organizaram e compraram terra pelo Banco. O Banco pagou e os fazendeiros receberam. E, hoje, quem tá no ferro são os assentados. Com três anos de posse das terras, o banco quer R$ 78.000,00 parece. O que vai acontecer é que passa quatro, cinco anos, e eles não conseguem pagar nem uma parcela, o banco vai tomar a terra deles de volta e vai vender pros fazendeiros. Outro dia falei com uma turma aí, inclusive o cara que casou com a minha filha, todos trabalham de peão pra fazendeiro, ele falou: "acho que segunda-feira eu vou no banco em Cascavel e vou me inscrever, tá saindo terra pelo Banco da Terra". Daí, dando risada, eu falei pra ele: Jair, se vocês não querem se endividar pro resto da vida vocês nem vão atrás, tão distorcendo. Disse: olha se vocês são contra o Movimento Sem Terra, vocês vão ter que abraçar a luta de outra forma, porque se inscrever nas prefeituras, nos sindicatos, é sentar e rezar. Faz mais de 20 anos que eu me inscrevi no sindicato. Se fosse pra esperar pelo sindicato, eu estava lá até hoje. Na hora que vi a população começar a acampar e ir pra luta, eu, como precisava de terra pra manter a minha família, tive que partir pra luta. Hoje, ter terra não é grande coisa, mas eu consegui.[262]

Como se pode observar, a avaliação é tecida a partir da memória. Estevão migrou do Rio Grande do Sul nos anos 60, tendo como objetivo conquistar terra. De início, não conseguiu. Trabalhou em serraria, em borracharia, foi pequeno proprietário rural, mas perdeu a terra. Cadastrou-se no Incra para ter acesso à terra. Sua investida foi em vão. Cansado de esperar, viu na ocupação a única solução. Uso este exemplo para matizar a questão. Há uma memória que possibilita a percepção de um desencontro entre a perspectiva governamental e os interesses dos trabalhadores sem-terra. A proposta atende aos interesses dos grandes proprietários e não enfrenta diretamente a questão agrária no campo. Constitui-se em um crédito fundiário. Possivelmente, trata-se de mais um programa de reinserção excludente, que reproduz relações arcaicas (de domínio político das oligarquias sobre as populações locais), e que poderá traduzir-se, como se pode depreender da própria percepção de Estevão, numa nova reconcentração das áreas.

Na avaliação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo[263] trata-se de uma reforma agrária de mercado: (i) a reforma agrária passa do campo político para o econômico, (ii) com ela dá-se a transferência do controle de grande

---

262 - CASAGRANDE, Estevão. *Entrevista.* Lindoeste, 21 de junho de 1999.

263 - O fórum existe desde 1995 com o objetivo articular ações desenvolvidas pelas entidades que lutam pela reforma agrária no Brasil. Com um caráter amplo e pluripartidário, reúne movimentos sociais e organizações não-governamentais entre as quais: a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), a APR (Animação Pastoral Rural), a Cáritas Brasileira, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o CAPOIB (Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a CNASI (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA), o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasília), FASE (Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional), o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), o IFAS (Instituto de Formação e Assessoria Sindical), o INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos), o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a PJR (Pastoral da Juventude Rural), a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

parte do processo de reforma do Estado para as mãos dos latifundiários, que optam se vendem ou não as propriedades e quando as venderão, (iii) o programa, através de subterfúgios na legislação do Banco da Terra, possibilitará a formação de currais eleitorais pelas oligarquias rurais do País", (iv) os latifundiários não mais recebem Títulos da Dívida Agrária a serem liquidados em até 20 anos, e passam a perceber pagamento à vista pelas terras vendidas, (v) o programa não penaliza o proprietário de terra especulador. Transgride, portanto, o artigo 184 da Constituição Federal que condiciona o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social. Anula uma conquista social alcançada com o Estatuto da Terra: o instituto da desapropriação, (vi) no conjunto, o Programa Cédula da Terra e o Banco da Terra contribuirão para aumentar o quadro de pobreza no campo.[264]

Um relatório de uma equipe de pesquisadores contratada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, embora de caráter preliminar, confirma as principais denúncias do Fórum Nacional de Reforma Agrária. Entre os inúmeros problemas detectados pela equipe de pesquisadores, estão:

(i) Os grandes proprietários se beneficiam no processo vendendo áreas passíveis de desapropriação:

> Neste contexto marcado pela pobreza, baixo nível de organização social e poucas alternativas para assegurar a sobrevivência, o acesso à terra não se traduz, automaticamente e imediatamente, em mudanças no poder de barganha dos beneficiários a ponto de assegurar-lhes melhores condições para negociar contratos mais favoráveis. (...). ... a maioria das fazendas que foram alvo de negociação e aquelas efetivamente adquiridas pelos PCDTs encontrava-se, segundo avaliação dos compradores, ou abandonada ou era mal utilizada.[265]

(ii) Embora o poder de atuação e barganha dos grandes proprietários seja grande no processo, é o Estado que permanece como condutor principal. Há, por parte da maioria das famílias beneficiárias, uma quase absoluta falta de informação e conhecimento das condições do empréstimo, o que nega, portanto, as afirmações do

---

264 - Cf. Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. *Reforma agrária para democratizar o acesso à terra*, 1999. Mimeo. Ver também HACKBART, Rolf. A colonização do governo FHC. Entrevista. In: *Jornal Sem Terra*, jun. 1997. p. 3.

265 - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD. Avaliação preliminar do programa cédula da terra. Apud: SAUER, Sérgio. *Síntese do Relatório de Avaliação Preliminar Programa Cédula da Terra*. Brasília, fev. 2000. Mimeo. p. 30-31.A equipe que elaborou o relatório foi composta por pesquisadores da USP, UNICAP, UFRJ: Antônio Márcio Buainan (coord. Técnico) José Maria da Silveira (economista agrícola), Rinaldo Artes (estatístico), Marcelo M. Magalhães (agrônomo) e Regina Bruno (socióloga).

governo de que o Cédula da Terra está sendo implantado com a participação efetiva das famílias e suas organizações.[266]

> Os interessados encontram-se divididos em direitos desiguais, face ao mercado de terras e a suposta informação plena é uma ficção. Mesmo nas situações em que a negociação dá-se 'entre as partes', ou seja, entre proprietários e associações sem a participação direta do governo, o que ocorre, na maioria dos casos, é uma negociação entre órgão governamentais com os proprietários de terra. Os proprietários sabem que o peso do governo é fundamental na negociação e que são os técnicos dos órgãos governamentais responsáveis pelo Programa que elaboram o laudo técnico, estabelecem o patamar do valor da terra, vetam a venda da propriedade devido a irregularidades existentes e, muitas vezes, 'convencem' as partes.[267]

(iii) Nestas condições, o relatório aponta que o programa reproduz relações de domínio dos grandes proprietários e mecanismos de manipulação e subordinação política, evidenciadas na formação das associações e seleção dos beneficiários. A constituição das associações deu-se predominantemente pela atuação dos órgãos governamentais ligados ao Cédula da Terra, mas também dela participaram:

> ... prefeituras, políticos locais e proprietários, interessados na venda de suas terras incentivando, através de expedientes diversos, a constituição de associações e a adesão dos trabalhadores ao PCT. (...). Muitas vezes, o momento do cadastramento transforma-se num espaço de barganha e de disputa entre presidentes de associações, lideranças comunitárias, técnicos de órgão governamentais, políticos e prefeituras locais. Vários entrevistados relataram suspeitas de irregularidades na seleção dos beneficiários, como a inclusão de nomes não aprovados pela comissão de cadastramento. Ou seja, desconfianças e práticas típicas de uma cultura política clientelista. Em inúmeros casos (...)., e em grande parte no Maranhão, vereadores, prefeitos, deputados, funcionários da prefeitura, ou então parentes de políticos, pagaram as despesas de legalização da associação e a documentação dos beneficiários.[268]

O relatório indica também, no que se refere ao Estado do Maranhão, que: "Dentre as associações criadas exclusivamente para o PCT, chama a atenção à estreita relação entre os conflitos de terra e a opção dos proprietários em vendê-las. Segundo os entrevistados, há pelo menos quatro casos no Estado de venda da propriedade, seja devido à existência de conflitos fundiários ou então pela presença de posseiros na área."[269]

O Banco da Terra e o Programa Cédula da Terra atualmente estão inseridos no programa "Novo Mundo Rural", que visa descentralizar as ações de reforma

---

266 - Tais afirmações podem ser encontradas em: Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar. *Banco da terra*. Op. cit.

267 - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD. *Avaliação preliminar do programa cédula da terra*. Op. cit., p. 121.

268 - Id., ibid., p. 223-224.

269 - Id., ibid., p. 243.

agrária através de parcerias e comprometer os estados da federação na estruturação econômica dos projetos de assentamentos. Em defesa do programa, o ministro extraordinário de Política Fundiária e da Agricultura Familiar, Raul Jungmann, em artigo publicado na Folha de São Paulo, afirma que o atual modelo de reforma agrária estaria esgotado e que, portanto, seria preciso construir em novas bases o mundo rural. Assevera, ainda, que os pequenos estabelecimentos de agricultura familiar são vitais para as cidades de pequeno porte, razão por que se deveria implementar uma política pública global para o espaço local e "não mais para estes ou aqueles assentamentos, propriedades ou conjunto de propriedades". Por conseguinte, não faria mais sentido diferenciar os assentamentos da agricultura familiar e, tampouco, atividades agrícolas e não-agrícolas, "quando o espaço rural se urbaniza e o desenvolvimento local se impõe como uma necessidade em face da crise do emprego urbano, das migrações internas ainda elevadas e da concentração espacial produtiva"[270]. O objetivo central deste programa é transformar o assentado em agricultor viável economicamente, inserindo-o na economia de mercado capitalista.

Na análise de Martins, está em curso um processo "de lenta retomada do senhorio, domínio, do território por parte do Estado", que fora transferido, pela Lei de Terras de 1850, aos particulares. Esta retomada teria começado, sobretudo, após 1930, com a restrição do direito de propriedade ao solo, incluindo o subsolo e, entre outras medidas recentes, na Constituição Federal de 1988, com o reconhecimento do direito de posse às terras de antigos quilombos ocupadas por comunidades negras. Além disso, o confisco de terras utilizadas para a produção de plantas tóxicas, como a maconha. Vê nos novos programas "uma ampliação dos mecanismos de acesso à terra como elemento fundamental da política agrária do atual governo"[271].

O MST posiciona-se contra o programa Novo Mundo Rural, pois vê nele um claro limite à realização da reforma agrária e um mecanismo que poderá tornar os assentamentos espaços de reinclusão excludente. Entende que, através do programa, o governo passa a descentralizar as ações de reforma agrária para o mercado, mina a força de pressão dos movimentos sociais e acelera a emancipação dos projetos de

---

270 - JUNGMANN, Raul. Um novo mundo rural. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 agosto 1998. p. 1-3. Neste artigo, o ministro antecipa alguns dos argumentos do programa de política agrária Novo Mundo Rural, que seria anunciado no final de março de 1999. Ver, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural*. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado." Site Dataterra (www.dataterra.org.br), maio de 1999.

271 - SOUZA, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000. p. 122-127.

assentamentos. Além disso, os assentados começam a ser tratados como empreendedores que devem buscar a competitividade econômica disputando recursos do Estado com os demais agricultores familiares proprietários. Ou seja, são inseridos na política global de financiamento da produção familiar sem distinção. Para o movimento, são evidências destas questões: a extinção do Procera (julho de 1999), e, em decorrência, o atendimento dos assentados pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esta alteração é vista como um limite à reinserção social dos assentados, entre outras questões, devido às condições precárias em que se encontram quando iniciam o processo produtivo após a conquista da terra. Também seriam evidências: a extinção progressiva do instrumento de desapropriação de latifúndios (foram desencadeados nesta direção o cadastro dos sem-terra pelos correios e a alocação de maior volume de recursos, no orçamento de 2001, para o Banco da Terra do que para a desapropriação de novas propriedades.[272]

O elemento central na crítica do MST funda-se na afirmação de que o Banco da Terra e o Projeto Cédula da Terra constituem-se em estratégias de uma proposta de reforma agrária de mercado na medida em que substituem a desapropriação da terra pela compra (pelo comércio de terras). Para além dos ganhos econômicos que os latifundiários possam auferir, estes programas constituem mecanismos políticos. Senão vejamos: (i) o recurso à negociação com os proprietários como forma de acesso à terra foi expediente utilizado em outros momentos. O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra (1971) previa a consulta e a negociação para a compra de terras dos proprietários fundiários e foi uma experiência que fracassou. (ii) Ao PNRA (1985) também foi incorporada a negociação. Em caso de desapropriação por interesse social, o proprietário deveria perceber do Estado a indenização das benfeitorias em dinheiro e as terras nuas deveriam ser pagas com títulos da dívida agrária. A esse respeito, José Gomes da Silva afirma:

> O Estatuto não fala em negociação, considera a Reforma Agrária um conjunto de medidas que visa promover uma melhor redistribuição da terra, a fim de atender princípios de justiça social. Além de que, o negócio agrário já tinha sido uma triste experiência no governo Médici, quando se lançou um programa chamado "Proterra". Através dele, o proprietário era consultado e destinava a este programa as piores partes de sua propriedade, inclusive, encaminhando como beneficiários, empregados a quem não queria pagar encargos trabalhistas e até "testas-de-ferro". Ou seja: se livrava de

272 - Cf. MST. Revista sem-terra. *A conjuntura agrária e a nova estratégia do governo federal*. São Paulo, abr/mai/jun., ano III, n. 12. 2001. p. 10-13.

> encargos sociais de empregados com 30 anos de casa, ao mesmo tempo em que vendia, ao governo, "em dinheiro", as piores partes de sua propriedade.[273]

A Constituição de 1988 determina que a desapropriação de terras pelo Estado, para fins de reforma agrária, se dê mediante indenização dos proprietários. E, que o assentado deve pagar pela terra, caso contrário as leis não lhe dão direito ao título definitivo de propriedade. Ora, o que ocorre, como nos casos anteriores, é que o Estado retira recursos do fundo público e repassa ao capital toda vez que ocorre uma desapropriação. Os proprietários fundiários ganham com isso. Os TDAs têm sido uma interessante opção de renda fundiária. Depois da área desapropriada pelo decreto presidencial, o Incra procede à avaliação do imóvel tendo como parâmetro o valor de mercado. As benfeitorias são pagas em dinheiro e para a terra nua o Incra deposita TDAs. Proprietários não satisfeitos têm contestado as desapropriações na Justiça, que define, através de laudo elaborado por peritos designados, os novos valores da terra nua e das benfeitorias, em geral superiores aos inicialmente fixados.

A título de exemplo, apenas na Faixa de Fronteira do Paraná, supostos proprietários de cerca de 300 imóveis, aproximadamente de 236 mil hectares, reivindicam vultosas indenizações na Justiça (cerca de três bilhões). Um dos casos é o da Fazenda Ocoy, de 12.500 hectares, situada nos municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, desapropriada em 1971. Aos proprietários Santos Gughielmi e outros a Justiça, em 3 de setembro de 1996, mandou o Incra pagar 445.639 milhões. O Ministério Público Federal, discordando do valor estabelecido e considerando que a propriedade localiza-se na faixa de fronteira e que há dúvidas relacionadas à cadeia dominial do imóvel, impetrou ação civil pública na Vara Única de Justiça Federal da Seção Judiciária de Foz do Iguaçu, pedindo a suspensão do pagamento da indenização. A suspensão foi decretada através de liminar. O Incra move ação rescisória no Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Rio Grande do Sul, com o objetivo de não pagar o valor estabelecido. Se o Incra por força de lei fosse compelido a saldar a dívida hoje, incidiriam sobre o valor "... 12% de juros compensatórios, além de outros 6% ao ano a título de juros moratórios. Tudo isso em cascata. A reavaliação do imóvel (...) estipula o seu valor em R$ 12 milhões. A diferença (...) atualizada é de R$ 433,6 milhões, valor que permitiria aos antigos proprietários adquirir 37 propriedades idênticas à desapropriada".[274]

---

273 - SILVA, José Gomes da. Entrevista. p. 59. In: ABRA. *Revista reforma agrária,* vol. 16, n. 1, 2 e 3. Campinas, jan./dez. de 1996. p. 55-62.

274 - MPFAF/INCRA. *O livro branco das superindenizações*. Brasília, 1999.

Há um outro tipo de caso que deve ser mencionado. O governo federal, como denunciou a Folha de São Paulo, em matéria de 1997, vem desapropriando terras que durante os anos 70 e 80 eram públicas. Os valores pagos, atualizados, chegavam a cifra de até 24.801,03% sobre o preço pago pelos empresários. Soma-se a isso duas outras questões, a de que os proprietários, na fronteira agrícola do país, receberam, nas referidas décadas, grande montante de subsídios e de que, parte das propriedades desapropriadas são improdutivas.[275]

O MST, por sua vez, através de ocupações, pressiona o Estado a desapropriar novas áreas, reivindica créditos para suas cooperativas. Mas, não questionou efetivamente a indenização dos proprietários, a não ser nos casos de superfaturamento. A *expropriação* de grandes proprietários fundiários não figura nos principais documentos do movimento. No documento final do 1º Congresso Nacional (1985), a defesa da expropriação de terras limita-se às das propriedades das multinacionais. No documento Plano Nacional de Reforma Agrária (1989-1993), a defesa da expropriação não aparece. No Programa de Reforma Agrária, de 1995, defende que a estrutura de propriedade deve ser alterada, "realizando desapropriações (*com indenização aos proprietários*) e expropriações (*sem indenização*), nos casos de: grileiros, criminosos, cultivo de drogas, contrabandistas, trabalho escravo, etc.". Ou seja, as terras desapropriadas, mesmo que improdutivas, devem ser indenizadas. A reivindicação do movimento dá-se nos limites previstos na Lei (Constituição Federal). E, nesta direção, apenas recentemente, formulou efetivamente uma proposta de reforma agrária expropriatória em conjunto com outros movimentos sociais, através do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Em 24 de maio de 2000, lançou uma campanha pela emenda constitucional que estabelece um limite máximo de 35 módulos fiscais[276] à propriedade da Terra no Brasil. Segundo a proposta, as terras em propriedades que excedem este limite, os proprietários serão expropriados, não receberam indenização. Recursos, atualmente utilizados para indenizações dos proprietários em caso de desapropriação, poderiam ser utilizados para implantar uma infra-estrutura produtiva nos assentamentos rurais.[277]

---

275 - Cf. Folha de São Paulo. *Governo paga "ágio" de 24.801% por terra*. São Paulo, 16 de novembro de 1997. p. 1-12.

276 - O módulo constitui uma referência de área definida pelo Incra, que varia conforme a região, e é precisada para cada município a partir de varias fatores, como a qualidade do solo e relevo, entre outros.

277 - Fontes: Respectivamente MST. O plano nacional de reforma agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. *Caderno de formação n. 4*. São Paulo, junho de 1985.; *Plano Nacional do MST (1989-1993)*. São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989.; Programa de reforma agrária, 1995. *Caderno de formação n. 23*. 3. ed. São Paulo: Secretaria Nacional, 1998. p. 20.; www.cptnac.com.br .

Não há evidências de que, diante da política agrária atual, a correlação de forças entre o campesinato, os latifundiários e o Estado, seja efetivamente alterada num curto espaço de tempo. O governo afirma que assentou 480.000 famílias entre 1995 e 2000. O MST contesta. O movimento afirma que o governo assentou 280.000.[278] Não obstante a disparidade dos números, ou mesmo que tenham sido assentadas 480.000 famílias, isto não reverteu à tendência de concentração da terra. Aliás, ela se intensificou. Segundo dados preliminares do Censo do IBGE de 2000, a população rural é de cerca de 18% e mais de 500 mil famílias abandonaram o campo entre 1996 e 2000.

2. O Encantamento da Luta

2.1. Recriando a Noção de Direitos

O MST, contrário à reforma agrária de mercado, continua a levantar acampamentos e romper as cercas das propriedades improdutivas. Questiona, desse modo, o direito de propriedade e manifesta uma concepção distinta de desenvolvimento do campo, sustentado e executado pelo governo em benefício dos grandes proprietários. Como bem analisa Francisco de Oliveira,

> O MST é um dos poucos que tem resistido a essa formidável pressão anuladora e destrutiva do neoliberalismo, principalmente sob o governo FHC. Sua resistência, que é cumulativa, no sentido de ampliação do espaço do conflito e, portanto, da política, se dá por variadas razões, entre as quais certamente se coloca seu caráter utópico. Isto é, reivindicar a propriedade da terra no capitalismo para os que não têm propriedade é, certamente, uma utopia libertadora que realiza a desmistificação da promessa burguesa de propriedade para todos. De outro lado, o MST escapou, crescendo, à fúria deslegitimadora do neoliberalismo e especialmente da política conduzida por FHC, por inovar no modelo dos movimentos sociais: trata-se de um movimento que se organiza, até se institucionaliza em certa medida, e, por isso, dispõe de uma estratégia que torna os adversários incapazes de prever o movimento de suas peças no tabuleiro do conflito.[279]

A ocupação tem esta função desmistificadora, para utilizar uma expressão de Francisco de Oliveira, acima citada. Mas, como demonstram os fatos, não

---

278 - Fonte: respectivamente INCRA. www.i*ncra.gov.br*, 10 de maio de 2001.; MST. *Jornal dos trabalhadores rurais sem terra*. Ano XX, n. 215. São Paulo, outubro de 2001. p. 8.

279 - MST. *Jornal sem terra*. São Paulo, outubro de 1998. p. 13.

raras vezes, a ocupação não termina somente com a ação de romper as cercas e porteiras da terra improdutiva. A tragédia deixa marcas de violência do lado dos policiais e, sobretudo, do lado dos sem-terra. Os exemplos são muitos, entre eles casos como Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A ocupação, mesmo quando não redunda em violência explicita, tem sido habilmente explorada contra o MST pelos meios de comunicação, revelando distintas interpretações do direito à terra e da prática de ocupação de terras:

> Eles nivelam-se aos participantes da chacina de Eldorado dos Carajás aos matadores do índio pataxó Galdino dos Santos e os assassinos do menino Ives Ota. Devem ser punidos pela justiça. Opinião e sentença do Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, ao anunciar os torturadores da fazenda de Jundiaí do Sul do Paraná. (...). O presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, jura não acreditar na disposição do governo porque "isso já foi dito e nada mudou". O governo, afirmou ele, "anda a reboque do crime". Por outro lado, um dos dirigentes nacionais do MST, Gilmar Mauro, já antecipa que se assim agir o governo estará apenas criando condições para que o enfrentamento não se agrave. (...). Como discutir o conceito de violência na ação dos sem-terra se a invasão em si, pelo ordenamento jurídico nacional, já configura violência e tudo o que dela decorre é apenas adjetivo? (...). É muito tênue ou quase inexistente a diferença que vai entre esse tipo de ação e aquelas do seqüestro planejado, ou do assalto a mão armada. (...). O poder público, entretanto, tem a função e a obrigação de manter a ordem pública e quando não acontece o diálogo (...) a força da lei deve-se impor à lei da força. É o que tem que ser feito com urgência. Que o governo trabalhe pela reforma agrária, é de sua obrigação. Mas invasão tem que ser tratada como invasão. Nada mais que isso.[280]

Do excerto pode-se depreender que o conflito agrário, em decorrência da ocupação de terras, marca um confronto entre o individual e o coletivo. Neste sentido, ao contrário do enunciado no excerto, para um grupo de juristas, pelo ordenamento jurídico nacional, a ocupação de terras para fins de pressão pela reforma agrária não se configura desde logo em violência e não "é muito tênue ou quase inexistente a diferença que vai entre esse tipo de ação e aquelas do seqüestro planejado, ou do assalto a mão armada", como propõe o articulista. A título de exemplo, cito o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que concedeu *Habeas Corpus* à Diolinda Alves, do MST, cuja ementa afirma: "movimento popular visando a implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o Patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático"[281]. E, acrescenta-se a esta interpretação, a conclusão do estudo de José Carlos Garcia que caracteriza atuação do MST, no que se refere à forma de ocupação de terras improdutivas, como prática de atos de desobediência civil (ato em princípio ilegal, público e não-violento):

---

[280] - Jornal O Estado do Paraná. *Invasão sem violência* - Editorial. Curitiba, 12 de setembro de 1997.

> ... não se trata de abolir o Código Penal para o MST, mas, ao contrário, de compreender socialmente o significado de suas ações: nem todas podem ser consideradas como desobediência civil, no sentido próprio da expressão, mas isso não quer dizer que as que não o sejam não possam ser legítimas constitucionalmente com base em outros critérios; tampouco significa que outras condutas não possam ou não devam ser repelidas sob o ponto de vista democrático. O que significa apenas é que a existência e a atuação global do MST não só não são nocivas à democracia como são mesmo indispensáveis ao seu fortalecimento e ao atendimento, por parte das autoridades pública, de uma agenda social eternamente postergada, não podendo ser identificadas com as de bandidos, assaltantes ou inimigos da democracia.[282]

É preciso destacar que se trata, aqui, de mostrar que os sem-terra interpretam a Constituição Federal com critérios razoáveis, presentes nos seus documentos e ações. E, que há algo mais além das motivações materiais que movem à ocupação. Se pensarmos a ocupação coletiva de terras a partir da noção de *legitimação*, pode-se superar a visão espasmódica que tem predominado nos textos de analistas sobre esta forma de luta. Com efeito, o próprio fragmento do articulista nos possibilita introduzir nessa direção uma questão. A de que os sem-terra historicamente têm se valido da interpretação seletiva das leis em favor dos seus direitos e interesses. O protesto pode vir a ser legitimado nos termos do sistema dominante valendo-se, os trabalhadores, dos caminhos da formalização jurídica das relações sociais e da propriedade da terra.

Margarida Moura estudou a invasão de terras devolutas por fazendeiros e expulsão de agregados no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A expulsão ocorreu a partir da década de 60, com a imposição de "bases diretamente capitalistas ao uso da terra, valendo-se de relações de produção não especificamente capitalistas, excluindo frações camponesas da roça e morada permanente."[283] Naquele processo, os agregados (que moravam e trabalhavam para a fazenda), os pequenos sitiantes (com permissão de fazer roça dentro da fazenda) e posseiros (ocupantes de terras devolutas invadidas pelas fazendas) recorreram às leis escritas e as ações judiciais para reclamar direitos trabalhistas e indenização por benfeitorias. Muitas dessas ações legais se transformavam em acordos já na primeira audiência. Também ações possessórias, iniciadas por proprietários com títulos incompletos ou falsos, contra posseiros, reverteram favoráveis aos últimos. Também, essa contextura torna a nova condição de vaqueiro. O *morar* na fazenda do vaqueiro difere do sentido e conteúdo de *morar* do

---

281 - Apud: Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. Doc. cit.

282 - GARCIA, *O MST entre desobediência e democracia*. Op. cit. 173. O autor é Juiz Titular da 40º Vara Federal do Rio de Janeiro.

283 - MOURA, *Os deserdados da terra*. Op. cit., p. 7.

agregado. Marca a substituição do costume pela lei, do *favor* pelo *contrato*. Do ponto de vista judicial, isso possibilita ao vaqueiro encaminhar na justiça questões trabalhistas. Ele é mensalista, não sendo, pois, possível ao fazendeiro argumentar não ser seu empregado.

A recorrência de pequenos posseiros à Justiça não é prática recente. Como defende Márcia Maria Menendes Motta em sua tese de doutoramento[284], ainda no século XIX, através de processos judiciais, pequenos posseiros procuravam fazer valer seus interesses e conquistar a terra. Recorrendo às fontes primárias (processos de despejo, de medição e de embargo, inventários, relatórios, jornais, leis, decretos, entre outras), a autora traz à superfície um território em fracionamento e em disputa: espaços sociais em que diferentes sujeitos (posseiros, arrendatários, agregados, fazendeiros-proprietários ou fazendeiros-posseiros) articulavam e vivenciavam uma complexa rede de relações de solidariedade, de submissão, de insubordinação e de confrontos pela posse da terra. Neste emaranhado se estabelece a apropriação e expropriação territorial. E, no interior destes processos contraditórios, o surgimento de resistências tecidas na utilização do direito, cujas interpretações pelos diferentes sujeitos eram igualmente diversificadas e contraditórias.

Havia sérios interesses em disputa que levaram sesmeiros a não seguir as determinações legais, deixando de medir e demarcar suas terras, e a mover processos judiciais contra supostos invasores de terras das quais alegavam ser proprietários. Ao mesmo tempo, ao contrário das explicações recorrentes na historiografia, que concluíram que a Lei de Terras de 1850 consubstanciava-se unicamente como expressão das articulações e dos interesses dos grandes fazendeiros, pequenos posseiros romperam com relações de solidariedade e de dependência com os fazendeiros, criando novos laços

---

284 - MOTTA, *Nas fronteiras do poder*. Op. cit. Nesta obra a autora analisa conflitos de terras do antigo município fluminense Paraíba do Sul, na segunda metade do século XIX, evidenciando valores e normas que mediavam as relações da sociedade brasileira no século passado. Diferentemente de inúmeros outros trabalhos sobre a questão agrária, nos quais a atenção está voltada para a estrutura fundiária, a preocupação central da obra é o processo de apropriação da terra. Este é um aspecto inovador do trabalho. O primeiro capítulo apresenta discussões sobre o processo de ocupação e os conflitos de terras ocorridos em sesmarias herdadas em Paraíba do Sul; as razões que levaram os sesmeiros a não seguir as determinações legais, deixando de medir e demarcar suas terras; suas relações com a Justiça, o poder local e as decisões do judiciário, bem como as interpretações acerca da história da ocupação pelas partes envolvidas em um dos litígios ali ocorrido entre um fazendeiro e famílias de posseiros. No segundo capítulo, a autora explora os significados, as disputas e os mecanismos utilizados nos processos de embargo: o questionamento da extensão das terras ocupadas e a legitimidade de sua ocupação. No capítulo terceiro, a análise recai sobre os argumentos jurídicos utilizados pelos advogados das partes envolvidas nos processos, especialmente à luz das Ordenações Filipinas, bem como sobre as diferenças entre o justo e o legal. O caminho percorrido neste capítulo desdobra-se em outro, no qual as diversas tentativas de regularização do acesso à terra no Brasil apresentam-se como objeto de análise.

com seus pares ou mesmo com outros fazendeiros e através de processos judiciais procuravam fazer valer seus interesses e conquistar a terra.

Os posseiros reivindicavam o direito à terra que ocupavam, invocando o direito que teria sido gerado pelo trabalho na terra. Nestes termos, recorriam a um direito que era próprio do regime sesmarial, no qual posse e domínio estavam separados. O domínio pertencia à coroa, ao passo que, quando o sesmeiro não cultivasse a terra dentro de um determinado lapso de tempo, ela revertia à Coroa. A Coroa poderia, então, novamente distribuí-la a alguém que a ocupasse e requeresse.[285] Essa reversão mostra que a terra tinha uma função social. A doação e concessão visavam à sua exploração, a fim de implantar o domínio português na nova Colônia, promover o progresso do colono e obter produtos agropecuários para o comércio com a Europa. Todavia, na medida em que a terra se foi tornando sinônimo de prestígio e poder, a terra perdeu a conotação social e foi sendo incorporada em nossa cultura jurídica como um bem puramente patrimonial[286]. De outro lado, observa Martins[287], o regime de sesmaria continuou norteando as concepções de direito à terra de ricos e pobres nas frentes de expansão durante o século XX. O argumento do posseiro é moral (*de precedência de posse e trabalho na terra em relação ao grileiro*).

O argumento de precedência e de trabalho do posseiro evidencia-se nas lutas travadas dos atingidos pela construção da UHE de Salto Caxias contra a Copel, empresa do governo estadual. Como se verá no próximo capítulo, a ocupação do canteiro de obras em 1993, durante 43 dias, no local onde seria construída a usina, tinha como objetivo central defender a terra para todos os atingidos, independentemente de serem proprietários, posseiros ou arrendatários. Observa-se pois, neste caso, tanto a idéia de precedência de posse como a de propriedade, amalgamada à noção de terra de trabalho da família. Ao mesmo tempo, expressa-se um senso de igualdade no reconhecimento da

---

285 - Cf. MARTINS, *Fronteira.* Op. cit., p. 179.

286 - Na Lei de Terras de 1850, ressurgiu na medida em que buscou ratificar as sesmarias com cultura e morada habitual, mas foi relegada a segundo plano, diante do conceito de propriedade absoluta. Nestes termos, a Constituição de 1924 assegurou o latifúndio improdutivo, mediante o instituto da propriedade privada. E, o conceito função social da propriedade só surgiu na Constituição de 1934, desapareceu na de 1937, e ressurgiu em 1946, na forma da expressão "bem-estar social". Mas essas normas "*limitaram-se aos textos constitucionais sem que houvesse uma reformulação dos princípios e a mudança do regime de posse e uso da terra.*" Com a elaboração do Estatuto da Terra em 1964, a expressão função social é reinserida na emenda Constitucional de 1967. E, a Constituição de 1988 reafirmou a função social da propriedade, sendo prevista entre os princípios da ordem econômica (art. 179, III) e entre os direitos fundamentais no art. 5º. (PEREIRA, Rosalina Rodrigues. A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na acepção clássica da propriedade. P. 108-110. In: STROZAKE, *A questão agrária ...*, op. cit., p. 89-128.).

287 - Cf. MARTINS, *O poder do atraso.* Op. cit., p. 151-152.

terra como elemento central na identidade social. Tanto pequenos proprietários como posseiros e arrendatários estavam na eminência de perderem a propriedade da terra e ou seu lugar de trabalho, de produção das condições materiais de existência e de manifestação de sua cultura.

No que se refere aos sem-terra no MST, concorda-se com o autor supracitado. Com a forma ocupação, houve um deslocamento da luta pela terra para o terreno do argumento econômico, porém os trabalhadores não se movem (no reconhecimento de uma mesma situação de vida, na identificação de objetivos comuns e no fazer-se da luta) apenas neste terreno. Há algo mais do que motivações econômicas. O que quero dizer, é que o movimento tece também um questionamento de ordem moral à propriedade privada da terra, ao identificar o direito dos sem-terra de possuí-la e de nela trabalhar e viver. Esse questionamento não se faz sem um fundamento histórico. As trajetórias de vida dos assentados que entrevistei evidenciam uma história de expulsões. A memória dessas expulsões dá substrato para confrontar as condições de sua existência e tecer novas escolhas. É preciso, pois, considerar as representações culturais próprias da cultura camponesa e as representações político-religiosas que dão substrato a esta forma de luta dos sem-terra. Esta questão pode ser explicada na forma da descrição que se segue.

O MST, parafraseando José Eduardo Faria[288], na ausência de espaços capazes de lhes permitir tanto a articulação quanto à tradução e realização de suas reivindicações, tem-se levado a interpretar a lei e a ordem a partir de critérios muito particulares de legitimidade e se tem valido de estratégias de confronto que, muitas vezes, confundem-se com a própria violência. Mas, isso não ocorre somente no MST. Durante os anos 80 e 90, distintos contingentes de excluídos utilizaram esta forma de afirmação no processo de luta para a emergência de novos padrões de vida comunitária, através de movimentos sociais urbanos e rurais. Estes, organizados com os seguintes propósitos:

> (a) de envolver os "excluídos" a partir de valores comunitários com forte conotação ideológica e um certo conteúdo utópico, (b) de estabelecer uma esfera pública não condicionada pelas relações mercantis, (c) de desafiar a rigidez lógico-formal dos sistemas e dos aparatos judiciais, mediante a politização de questões aparentemente técnicas, (d) de romper com os espaços tradicionais das instituições governamentais para a canalização, a filtragem e a arbitragem de litígios encarados basicamente numa dimensão "interpessoal", (e) de privilegiar estratégias inéditas de articulação, mobilização e confrontação dos marginalizados nos espaços coletivos da vida cotidiana. São movimentos cuja atuação tem por finalidade "redescobrir" o sistema social como o "lugar" da política,

288 - FARIA, *O direito na economia globalizada.* Op. cit., p. 266-267.

> empenhando-se em deslocar a questão da constituição dos sujeitos políticos, tradicionalmente subsumida na relação classe-partido-Estado, enquanto relação que predefina o espaço exclusivo e privilegiado de uma ação dotada de legitimidade, reconhecimento e eficácia política.[289]

As ocupações de terras são a evidência mais candente da questão apontada acima. A ocupação é um ato que questiona as arcaicas estruturas do poder rural no Brasil contemporâneo. Sempre há o risco de algum trabalhador perder sua vida e dos meios de comunicação desqualificarem tal luta. Mas, o que resta a quem não tem lugar onde morar e terra para produzir? Certamente, a prática da ocupação constitui uma transgressão coletiva da lei que protege a propriedade privada da terra improdutiva ou subaproveitada. Trata-se de uma ação coletiva que visa mostrar que a função social da terra (norma constitucional) não está sendo cumprida. Nestes termos, visa criar um fato político cuja visibilidade e pressão resulte num canal de negociação com o Estado. Desse modo, para além da ruptura momentânea com a ordem legal, a prática da ocupação evidencia que a terra é conquistada no fazer-se da luta política.

Quando homens e mulheres, jovens e velhos, geralmente durante a madrugada, após terem recolhido os pertences e as instruções já foram dadas, em caminhões ou a pé, rompem as cercas do território improdutivo e imediatamente começam a construir barracos de lonas pretas, têm consciência de que se trata, em princípio, de uma transgressão da lei da propriedade privada, mas também sabem, na mesma medida, que a constituição federal só garante proteção jurídica a propriedade fundiária que cumpre com a sua função social. Por conseguinte, entendem que sua ação é legítima. Visa garantir o cumprimento da Constituição de 1988, no tocante a reforma agrária. Como? Provando que a lei não está sendo cumprida.

> Se *não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado*. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação. (...). A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito. Nossos alunos aprendem isso no primeiro dia de aula. A lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as *pessoas querem terra, para depois se aplicar à lei.*[290]

Como se pode depreender do excerto, através da ocupação de terras pretende-se a socialização dos conflitos agrários. Na expressão "*as pessoas querem terra, para depois se aplicar a lei*", a atuação do MST não é dirigida contra a propriedade rural em geral, tanto é que os sem-terra lutam por um pedaço de chão. Nos documentos do

---

289 - Id., ibid.

290 - STÉDILE, *Brava gente ...*, op. cit., pp. 113-115.

movimento faz-se uma severa crítica à propriedade privada e ao sistema capitalista[291]. Tal crítica observa-se também na política de cooperativização dos assentados, iniciada em 1989, ao priorizar a posse e uso coletivo da terra como forma de organização dos assentamentos. Em suma, a intervenção do MST é contra o latifúndio improdutivo e contra a propriedade rural especulativa.

Neste sentido, derrubar a cerca, durante a ocupação, é prática simbolicamente significativa. O caboclo, da frente de expansão no Oeste e Sudoeste do Paraná, não encontrou cercas e não as levantou em torno da terra ocupada. Foi expulso por elas. Suas terras foram invadidas por fazendeiros, suas casas e cercas que circundavam as roças foram destruídas. A violência física e simbólica, acionada pelo fazendeiro, teve como finalidade *iligitimar um formato camponês de uso da terra*. Muitos caboclos passaram a *morar de favor* em terras que historicamente ocupavam, outros tornaram-se agregados numa situação subalterna e transitória. Milhares de trabalhadores expulsos das fazendas ou que perderam suas terras, em conseqüência da expansão da grande agricultura empresarial, da invasão de suas posses pelos fazendeiros, bem como em conseqüência das expropriações decorrentes da construção de barragens, fizeram a escolha de ocupar terras. Ao romper ou derrubar as cercas procuram *ilegitimar a apropriação da terra pelo fazendeiro* que não cumpre com sua função social. Mas, essa prática também consubstancia a realização de um sentimento de justiça: o camponês porta na memória as experiências de expropriação vividas e sabe do trabalho, produção e renda, gerada para o fazendeiro quando era *morador de favor* ou agregado; o camponês confronta o trabalho, a produção e a renda gerada para sua família, como posseiro ou proprietário familiar, com o latifúndio improdutivo. A polarização que ocorre com a ocupação diz respeito a distintas formas de apropriação da terra e aos interesses individuais e coletivos.

No Capítulo III do Título VII, da Constituição Federal de 1988, dedicado à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária, o direito de propriedade está subordinado à função social da terra[292]. Ela só é considerada legítima quando cumpre com a sua função social. Quando não a cumpre, o direito do proprietário sobre ela deixa de existir. Ou seja, o preceito constitucional da função social da terra garante o direito da propriedade privada individual, desde que cumpra com sua função de atender os

---

291 - Entre outros MST. *Plano Nacional do MST (1989-1993).* São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989., CONCRAB. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. *Caderno de cooperação agrícola n. 07*. São Paulo, novembro de 1998.

292 - BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 3.

interesses coletivos. A ocupação desnuda não só o não cumprimento da função social da terra, como aponta para outras formas de uso e posse da terra (terra de trabalho familiar e terra coletiva).

Para utilizar um exemplo recente, o da Fazenda Giacomet Marodin, localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu, é pleno de significados. Esta fazenda, de 83.917 hectares, não figurava entre as áreas relacionadas pelo Incra em 1986, à época da elaboração do PRRAs, com possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária. Segundo o relatório do Instituto, 64.029 hectares da propriedade eram aproveitáveis, sendo que os mesmos estavam sendo totalmente explorados. Foram necessárias quatro ocupações, entre 1984 e 1996, para provar que parte do latifúndio não era produtiva e, portanto, que não estava cumprindo com a função social da terra, para que fossem desapropriados cerca de 16.983 hectares, em janeiro de 1997.

Numa madrugada fria do inverno de 1996, meia-noite de 16 de abril, os sem-terra desmontaram o acampamento, localizado à margem da estrada que liga Laranjeiras do Sul a Rio Bonito do Iguaçu, e saíram em marcha para ocupar a Fazenda Pinhal Ralo da empresa Giacomet-Marodin. O grito de palavras de ordem, cantos e conversas animadas, entremeavam o som dos passos nos primeiros quilômetros da longa caminhada de cerca de 12.000 pessoas. Mulheres, homens e crianças. Aos poucos o silêncio começou a tomar conta de todos. Em cada rosto uma tensão visível, ninguém falava. Chegaram, afinal, por volta das 5 horas da manhã, ao portão que dá acesso à Fazenda. Era importante que a ocupação ocorresse durante a madrugada, para que ela fosse vitoriosa e por questões de segurança. Ao som de gritos de palavras de ordem romperem a porteira. A alegria venceu a tensão e o medo.

Aquele momento, no qual se dava a maior prática coletiva de ocupação de terras já havido no Brasil, foi captado pelas lentes do fotógrafo Sebastião Salgado. Esperaram a luz do amanhecer (até por volta das 5:30 horas) para que fosse registrado o romper do limite do território ocioso. Assim a memória da ocupação poderia assumir maior extensão, no sentido de estabelecer imagens que mobilizariam ações futuras. De fato, o fotógrafo incluiu a fotografia do momento da entrada na fazenda na exposição e no livro *Terra*[293], em 1997. A imagem tornou-se conhecida mundialmente.

---

293 - SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. A renda obtida com a venda dos *posters* e do livro foi doada para o MST.

A fazenda da Giacomet-Marodin foi ocupada em 17 de abril de 1996, no mesmo dia do massacre dos sem-terra em Corumbiara, Pará. Das cerca de 3.000 famílias que participaram da ocupação, após seleção organizada pelo MST, ficaram na fazenda 1.381 famílias. Do total, 900 famílias foram assentadas. Para promover o assentamento das famílias, classificadas pelo Incra como excedentes, foi realizada pelo MST a ocupação de outra área da Fazenda Pinhal Ralo, no ano de 1997, e 17.000 hectares foram desapropriados, nos quais 703 famílias foram assentadas. Hoje, encontram-se assentadas 1.603 famílias. Outras famílias que realizaram nova ocupação, em 1999, aguardam desapropriação de outra área da propriedade.

Como se pode observar neste exemplo, e nas ocupações da Fazenda Vitória e Fazenda Estrela, as ocupações de terra se configuram, geralmente, como tentativas. Num mesmo latifúndio podem ocorrer várias ocupações em datas diversas. As ocupações não são iguais, embora sigam um conjunto de orientações. Como tentativa que pretende ser vitoriosa, a preparação da ocupação articulada pelo MST segue um conjunto de normas disciplinadoras.

> Preparar bem a ocupação, contando com a participação de "muita gente" e exigindo a responsabilidade de todos; identificar as áreas a serem ocupadas com antecedência, analisando as possibilidades de cada uma, conseqüências e possibilidades de vitória; ocupar uma área mesmo que ela não tenha tamanho suficiente para assentar todas as famílias organizadas. O importante é criar o fato político da ocupação para obrigar o governo a solucionar o caso; preparar com antecedência em cada município, materiais necessários para a ocupação como: lonas plásticas, alimentação, transporte e remédios, além das ferramentas agrícolas para começar a produzir; discutir com todos os trabalhadores a finalidade da ocupação. Quanto mais consciente for o trabalhador menos problemas causará para os acampados; procurar envolver toda a família, homem, mulher, jovens e crianças. A conquista da Reforma Agrária é responsabilidade de todos os que dependem da terra para viver; discutir bem o percurso que todos devem fazer, evitar chamar a atenção durante o percurso e todos devem chegar juntos na área destinada à ocupação para evitar violência por parte dos grandes proprietários; manter sigilo absoluto do local e data da ocupação. Apenas a direção deve saber.[294]

Por que procedem assim? Em que termos faz sentido esta forma de ação coletiva?[295] Um dos aspectos diz respeito à expectativa de tornar a ocupação vitoriosa e

---

294 - MST. *Revista plano nacional do MST*. São Paulo, junho de 1989. p. 15.

295 - Estas questões foram inspiradas no ensaio de Hobsbawm, Eric. A história de baixo para cima. In: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231. Neste ensaio, o autor utiliza a prática de ocupação de terras, um comportamento padronizado das comunidades de camponeses índios no Peru, no início dos anos 60, para exemplificar a construção e reconstrução teórica de um sistema coerente e consistente de explicação histórica. Analisa as bases do comportamento nas ocupações, partindo da hipótese de que a ocupação necessariamente deve ser coletiva: *"(a) porque a terra pertence à comunidade e (b) porque todos os membros da comunidade devem estar envolvidos em minimizar a retaliação e evitar que a comunidade seja perturbada por discussões entre os que expõem seus pescoços e aqueles que não o fazem"* (p. 226). Para confirmar sua hipótese, apresenta evidências auscultadas da combinação entre ritual coletivo e diversão coletiva, da expectativa de direitos dos camponeses e seu senso de realidade na avaliação das possibilidades e estratégias de ocupação.

dar continuidade ao movimento. Todos precisam estar envolvidos para garantir o sucesso da ocupação diante de uma força superior bélica (a polícia, os pistoleiros, as milícias armadas). Todos precisam estar mobilizados em torno de um único objetivo: a conquista da terra. Assim, numa ocupação coletiva, fica difícil incriminar a todos os que participaram da ação. Por isso, nas primeiras ocupações, afirmava-se o caráter espontâneo da ocupação: que não houve articulação por parte de nenhuma liderança para que a ocupação ocorresse. Hoje, a bandeira do MST é hasteada para identificar publicamente a ação é de um sujeito coletivo, de mostrar capacidade de mobilização.

Além das motivações materiais que movem à ocupação, como já assinalado, um senso do que moralmente é justo e injusto permeia a narrativa dos entrevistados sobre as relações de trabalho vividas no campo. Os valores morais permitem que a igualdade formal de sujeitos diferentes, expressa na reciprocidade contratual (formal, ou informal), seja questionada na vida cotidiana, desnudando a desigualdade real nas relações de troca. Neste contexto, a ocupação opera dentro de um certo consenso dos trabalhadores do que é prática legítima e do que não é legítimo, do que é legal e ilegal[296].

Ou seja, homens e mulheres sem-terra ou com pouca-terra constatam a desigualdade social na concentração injusta da propriedade da terra, ao mesmo tempo, estão imbuídos da crença de que a terra pertence a todos e ela deve ser destinada ao trabalho e assegurar a vida. Para Getúlio, assentado no Projeto Vitória, "A terra é pra quem vive nela, quem nasceu nela, se criou e trabalha nela."[297]. Ou seja, ante a presença do estado de necessidade, "nas ocupações coletivas de terras visando à reforma agrária, o que se contrapõe é o direito à vida frente ao direito de propriedade".[298] Ela deve cumprir com sua função social e não servir para a especulação, para a subordinação do

---

296 - A noção de legitimação foi desenvolvida por Thompson. Para ele, costume é ao mesmo tempo *práxis* e lei, é ambiência - um ambiente vivido (habitus no sentido de Bourdie). Inclui práticas, expectativas herdadas, regras que denotam limites aos usos do direito comum sobre as terras comunais, mas também possibilidades, normas e sanções, tanto da lei como pressões da vizinhança. Neste contexto Thompson articula a noção de legitimação, descrita em "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII". Para ele, os motins provocados pelo aumento de preços eram movidos porque "*... os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade e, algumas vezes, por autorização concedida pelas autoridades."* Portanto, operavam dentro de um senso popular do que era legítimo e ilegítimo no funcionamento do mercado. "*Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres*"(p. 152). (THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* Op. cit.).

297 - SENGEL, Getúlio. *Entrevista.* Lindoeste, Assentamento Vitória, 10 de março de 1999.

298 - FIGUEIREDO, Suzana Angélica Paim. As ocupações de imóveis destinadas à reforma agrária. p. 435-481. STROZAKE, *A questão agrária e a justiça.* Op. cit., p. 465.

trabalhador e acúmulo de poder. Quando assim ocorre, sentem-se no direito de a ocupar.

> A nossa reivindicação é justa. A própria autoridade deve abrir um pouco os olhos pra reforma agrária que está na Constituinte. As pessoas que estão segurando isto aí é crime, e se, hoje, estamos aqui não é por nossa culpa. Se nós tivéssemos um pedacinho de terra, nós não estaríamos aqui de jeito nenhum.[299]

A legitimação desta luta vem informada, portanto, pela noção de luta pela igualdade, no reconhecimento da desigualdade social engendrada, entre outros fatores, pela extrema concentração fundiária. A igualdade só é possível na realização da desapropriação da terra para convertê-la em lugar de trabalho, fator de identidade social e forma de inserção produtiva do pequeno agricultor familiar na economia do País. Em outros termos, a terra ao assegurar a sobrevivência dos camponeses, situa-os socialmente. Quando lhes é negada a terra, também lhes é negada a condição de cidadania: na ação da negação da terra, os sujeitos são despidos socialmente e, portanto, marginalizados.

A ocupação é, pois, forma de realização de um conjunto de expectativas de direitos, entre os quais o direito à terra. Esta expectativa não se estabelece sem rupturas. Entre os colonos, a decisão de ocupar terras privadas choca-se com a noção, profundamente arraigada na sua cultura, de respeito à propriedade privada. Este aspecto observa-se nos elementos aos quais recorrem os entrevistados para justificar a ocupação. O assentado Neuri Speroto, do Assentamento Vitória, observa: "Quando nós viemos nesta área aqui, quando foi negociado lá, em Curitiba, esta área já tinha sido desapropriada seis meses, era do Incra. Então, ela não foi invadida"[300]. Mais adiante, na recorrência às condições de vida anteriores ao assentamento, enfatiza:

> Eu era sem-terra, trabalhava na roça de arrendatário, morava na terra do falecido sogro, mas pagava renda também. E daí resolvemos, junto com o sindicato, se organizar e fomos pro acampamento na beira da estrada, em Marmeleiro. Ficamos dois anos e seis meses acampados. De lá nós viemos pra cá. (...). O costume era pagar 30% da produção. Eu era colono mesmo - trabalhava na roça, tinha meus animais, minhas ferramentas -, sempre fui. Pra começar, só podia acampar quem tinha alimento pra seis meses. Senão, não ia. Tinha que ter alimento, renda pra se manter seis messes, senão não era colono. Ia lá fazer o quê? O pessoal tinha que se sustentar pelo menos seis meses, não podia pedir nada pra ninguém. E depois, no terceiro dia, já montava equipes pra ir trabalhar. Muita gente plantou do mesmo jeito, o pessoal ia trabalhar onde tinham antes arrendado

---

299 - DE CONTO, Darci. *Entrevista.* Curitiba, Acampamento no Centro Cívico, 13 de julho de 1999.

300 - SPEROTO, Neuri. *Entrevista.* Lindoeste, Assentamento Vitória, 20 de maio de 2001.

> terra. As comunidades, os padres, ajudaram muito. Aquele tempo era muito difícil. A polícia descia o cacete mesmo.[301]

A ênfase é dada à condição de *sem-terra* (de não proprietário fundiário), pelo entrevistado, como forma de legitimar a opção de ocupar terras improdutivas articulada à afirmação da condição de colono trabalhador (colono afeito ao trabalho). A afirmação de ser possuidor de animais e ferramentas de trabalho surge como um terceiro elemento complementar. Possuir animais e ferramentas de trabalho é condição para ser colono, mesmo para quem não é proprietário de terra. Assim, *não "ser proprietário de terra"* e *"ser colono afeito ao trabalho"* são duas representações centrais pelos quais se pretende legitimar a ação da ocupação de uma propriedade privada.

Há que se observar, ainda, que estas auto-representações centrais demarcam uma fronteira em relação a outros sujeitos sociais. Recorde-se, como vimos no capítulo anterior, a representação dos colonos migrantes como afeitos ao trabalho, de capacidade de trabalho superior, pelas companhias colonizadoras e pelos próprios colonos migrantes, em oposição aos caboclos posseiros, considerados atrasados, preguiçosos. Isto serviu para alicerçar o projeto de colonização "Marcha para Oeste" no Paraná, expulsando estes últimos das terras que ocupavam. Em outros termos, num outro contexto de luta pela terra, as representações de *colono* e de *trabalhador* são reafirmadas pelos próprios sem-terra como valores que dão legitimidade à reivindicação de terra. Na afirmativa "só podia acampar quem tinha alimento", "renda pra se manter seis meses, senão não era colono", depreende-se o vínculo dos acampados com a terra. É nela que o colono produz as condições materiais da vida. A existência do alimento também indica um saber próprio de quem lavra e cultiva a terra.

Todavia, a noção de respeito à propriedade privada passou a ser desmistificada quando a ela se contrapôs a idéia da terra de trabalho como um direito natural, vinculado ao direito à vida e à produção das condições materiais da existência. A contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica e o trabalho desenvolvido pela CPT foram fundamentais para a superação da noção de respeito à propriedade. A noção de *direito à terra de trabalho* foi articulada na 18º Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (1980), no documento "Igreja e Problemas da Terra". Também a Igreja de Confissão

---

301 - Id., ibid.

Luterana no Brasil (IECLB) tratou da questão da terra no documento "Terra de Deus – Terra para Todos", de 1981[302].

No documento de Itaici, a CNBB manifestou sua denúncia radical ao modelo de modernização excludente do regime militar e defende que a terra deveria ser "para trabalho e não para negócio". A situação de pobreza dos trabalhadores do campo é injusta, sendo moralmente condenada. Trata-se de defender uma economia moral dos trabalhadores com "Terra para quem nela trabalha":

> A terra é uma dádiva de Deus. Ela é um bem natural que pertence a todos e não é um produto do trabalho ... . É o que entendem os posseiros quando se concedem o direito de abrir suas posses em terras livres, desocupadas, e não trabalhadas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum... .[303]

Esta idéia passou a ser transmitida pela CPT através de cantos, imagens, rituais, orações, cadernos de formação, material de apoio para reuniões nas CEBs e de preparação para as Romarias da Terra. Vejamos, a título de exemplo, os hinários a seguir.

A terra é de todos

Refrão: A terra é de todos,
Disse Deus a Adão;
Toma e cultiva,
Tira dela o teu pão.
(...).
Foi o homem que mudou,
Pois Deus nada mudou não.
A terra é de todos,
E não só do tubarão.
Pra nós lavradores,
Terra é fonte de vida.
Vamos lutar por ela,
Com amor e muita lida.
A união é importante,
A coragem também é.
Exija seus direitos,

---

302 - CNBB. *Igreja e Problemas da Terra* - 18ª Assembléia da CNBB em 14/02/80. São Paulo: Paulinas, 1980.; IECLB. Terra de Deus – Terra de todos. In: *Revista do centro de elaboração de material*, ano 5, n. 1. São Leopoldo, 1982.

303 - CNBB. Idem. Para Cândido Grzybowski, a Igreja manifestou uma visão limitada ao elaborar uma proposta distributivista da terra como reforma agrária, e, ao conceber a luta pela terra como luta contra o "negócio", não percebeu "que tal luta em si mesma, não é outra coisa que reintegração na estrutura e no "negócio", (GRZYBOWSKI, *Caminhos e* ..., op. cit., p. 71.). Todavia, isto não invalida o esforço e o resultado da sua ação: a afirmação de que a terra deve ser destinada para quem nela trabalha para que produza vida, teve grande efeito mobilizador entre os trabalhadores do campo com pouca terra e os sem-terra. Ao mesmo tempo, mostra que, para além da distribuição da terra, outras lutas precisavam ser incorporadas numa nova dimensão histórica de sociedade, visando à formulação de novas formas de integração social.

Seja homem ou mulher.[304]

Não despreze o caboclo

Refrão: Não despreze o caboclo, p'ra que tanta humilhação,
Porque ele é o herói que sustenta a nação.
De manhãzinha ele levanta animado, vai na bica lavar o rosto.
Depois sobe p'ro roçado.
O dia inteiro o caboclo a trabalhar,
Colhe os produtos da terra p'ra nos alimentar.
De tardezinha ele desce do roçado, vai tratar das criações
Com seu corpo cansado.
Se lava, e janta e depois pega na viola
Canta moda do passado,
De saudade ele chora.

Ao proceder assim, a Igreja recuperou valores do modo de ser do posseiro e do pequeno proprietário familiar, particularmente no que se refere à concepção da terra, e os revestiu com uma linguagem mais elaborada. No Brasil pode-se identificar pelo menos cinco concepções da terra: a latifundiária, na qual a terra é fonte de poder e de especulação, caracterizando o patrimônio particular; a burguesa, segundo a qual a terra destina-se a produção e acumulação de riqueza, e constitui um capital de mercado; a indígena que concebe a terra como "mãe" ou fonte da vida, um patrimônio da comunidade; a do trabalhador assalariado, para quem a terra é um cativeiro: lugar de exploração do seu trabalho; e, ainda, a noção familiar, que concebe a terra como um lugar de trabalho e patrimônio familiar.[305]

Nesta última, insere-se a do agricultor familiar do Sul do Brasil. De um lado, sua concepção da terra tem como substrato a matriz européia pelo colono e, de outro lado, da matriz indígena e fazendeira pelo caboclo. Para o colono e o caboclo a terra configura "um espaço/lugar de trabalho, necessário para a produção e reprodução familiar e da vida (em sentido amplo: biológico, social, religioso, político). A terra, sendo a parte central do patrimônio familiar, é condição de afirmação da identidade e de realização da cidadania". O caboclo se orienta basicamente pela lógica da subsistência familiar. Ele concebe a terra como fonte geradora da vida, inspirado na cosmologia indígena. "A sua possessão é sempre 'provisória', dependendo das necessidades

---

304 - A terra é de todos. Autor desconhecido. Extraído de GAUCI, Pe. Lourenço (Org.). *A situação do homem do campo*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 50.

305 - Cf. MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*, 1979.

imediatas e é patrimônio da família".[306] Ela constitui-se como lugar de trabalho, e, na mesma medida de lazer, de redes de vizinhança e parentesco.

A teologia da libertação na ação da CPT, ao reatualizar esses valores, através da interpretação bíblica, deu legitimidade moral à mobilização dos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, que passaram a realizar acampamentos e ocupações. Todavia, as experiências relatadas do Assentamento Vitória, do Assentamento Terra Livre e do Reassentamento São Francisco de Assis, revelam que esta interpretação não ocasionou uma ruptura com a tradição da propriedade familiar individual. A luta é coletiva momentaneamente: enquanto perdura a luta pela terra.

Ou seja, as ocupações de terra e os acampamentos reúnem pessoas que lutam por pelo menos um objetivo comum: a terra. Conquistada a terra, os assentados procuraram reproduzir o modo conhecido de produzir a vida, no qual a roça e a casa formam uma unidade de produção e consumo. O que implica a apropriação individual da terra. Na mentalidade da maioria dos assentados, como se verá no próximo capítulo, a posse individual é uma forma de segurança, de proteger sua conquista, e não arriscá-la em empreendimentos nos quais não têm o controle da situação, ou nas quais precisam partilhar decisões com outros. As entrevistas evidenciam repetidamente o desejo dos assentados de realizarem a utopia da liberdade e autonomia. Ao ingressarem nos movimentos de luta pela terra, os trabalhadores sem-terra manifestam isso. As falas dos entrevistados e o grande número de desistências de projetos coletivos sinalizam nesta direção. A entrevista com Breno Staast é um dos inúmeros exemplos. Afirma ele que rumou para o acampamento "prá ganhar terra, não pensava em outra coisa"[307].

Implícita nesta afirmação está à idéia de que a opção de aderir ao acampamento foi individual, com um propósito individual (de conquistar a terra para si). A luta é coletiva porque existe um objetivo comum: de conquistar um pedaço de chão para cada trabalhador. Conquistada a terra, o assentado trata de assegurar uma outra dimensão fundamental em sua cultura: ter o domínio sobre o processo produtivo. Esse domínio é extremamente importante para o assentado, porque se dilui para outras esferas do seu modo cotidiano de vida, constituindo-se em fator significativo para a autonomia e liberdade que almeja. Ao ser detentor das decisões de como, o quê e quando

---

306 - Cf. GEHLEN, Ivaldo & MÉLO, José Luiz Bica de. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, n. 2, v. 11. São Paulo: SEADE, 1997. p. 102. Apud: GEHLEN, *Os caminhos da exclusão social*. Op. cit., p. 125-126).

307 - STAAST, *Entrevista*. Citada.

produzir, ao lavrar a terra, o colono lavra a sua vida na perspectiva de recriar seu modo de ser.

Este movimento também ocorre com a tradição comunitária. Os acampados articulam, no cotidiano vivido dos acampamentos, uma identidade unificadora comum em uma mesma situação de exclusão e de luta pelo pedaço de chão, através do encontro de distintas trajetórias de vidas e percepções de mundo e da política. Neste contexto, a noção de comunidade é (re)significada e os laços de solidariedade são fortalecidos. Em geral, as famílias que optam pelo acampamento são convidadas por algum conhecido, vizinho, parente. Quando isto não acontece, sempre tem alguém da comunidade de origem no acampamento. Na montagem dos barracos, as famílias de uma mesma comunidade procuram ficar próximas. Isto facilita a organização dos trabalhos nos acampamentos, evita desentendimentos e torna a vida menos difícil pela partilha e solidariedade.

Quando percebem que a correlação de forças lhes é favorável, tomam a iniciativa e projetam seus esforços para consumar o direito à terra. Ocupam a terra e, logo que montaram seus barracos, a tarefa seguinte é a de lavrar a terra e nela plantar. Precisam produzir para prover a manutenção da vida e também legitimar a ocupação. Ao imediatamente lavrar a terra e nela plantar, os trabalhadores manifestam a concepção de que é preciso ocupar a terra com trabalho. Só assim pode ser reconhecida de direito. Logo que ocupam uma área procuram "desenvolver atividades produtivas de forma permanente, desde o primeiro dia"[308]. A imagem de ocupantes, preparando a terra, aparece, algumas vezes, em reportagens na televisão, contrastando-se ao discurso de que os sem-terra são "vagabundos", "criminosos" e a ociosidade da terra quando de domínio do fazendeiro. Assim, na medida em que mostram que a terra não estava cumprindo com a sua função social como reza a Constituição Federal (1988), a representação ocupação (apropriação e uso da terra) se contrapõe à representação de invasor (de usurpador de propriedade alheia) disseminada para criminalizar os trabalhadores em luta.

A interpretação do direito agrário atual é correta. Ou seja, a terra só cumpre com sua função social quando há trabalho nela que a faça efetivamente produzir. Se isso não ocorre, deve ser desapropriada e redistribuída. O argumento é econômico (da propriedade improdutiva), todavia não se resume a ele. De um lado, ao

---

308 - MST. *Normas gerais do movimento sem terra*. São Paulo: Secretaria Nacional, 1988.

ocupar e imediatamente lavrar a terra, os sem-terra invocam o direito à terra como direito ao meio de trabalho. Neste contexto, a recorrência à representação de trabalhador aparece positivada em oposição à representação de "vagabundo", disseminada pelos meios de comunicação com o objetivo de marginalizar a luta desenvolvida pelos sem-terra. *Trabalho* e *Terra* são duas categoriais centrais não só na formação da identidade político-social dos sem-terra e assentados, como também são centrais no próprio terreno da luta pela reforma agrária.

As cooperativas dos assentados atuam nesta direção. Através delas buscam-se alternativas de inserção do assentado no mercado que valorizem o seu trabalho e seus resultados. O que se pretende é um mercado que valorize trabalho, o que requer a intervenção do Estado. De outro lado, a proposta de reforma agrária do MST vem acompanhada de forte conteúdo político, pois mexe na estrutura fundiária concentradora e, por conseguinte, na estrutura de poder (no poder político das oligarquias). Nesta medida, as ações do MST são portadoras do moderno:

> O Movimento dos Sem Terra é o portador e o agente do moderno porque questiona a estrutura de poder (...). À medida que o Movimento dos Sem terra questiona o injusto e anti-social regime de propriedade, à medida que, ao reivindicar, cria impasses políticos criativos para os governantes e o Estado, à medida que obriga o Estado, com suas ações concretas de ocupação de terras, de alguma forma, ainda que tangencialmente, a tomar providências protelatórias, a negociar, a fazer reformas tópicas, nessa medida o Movimento questiona o Estado oligárquico e latifundista. Assim agindo, o Movimento Sem Terra atua no sentido de democratizar a propriedade da terra e de desimpedir um fator de persistência da mentalidade oligárquica. Nesse sentido, ele é essencialmente modernizador, muito mais modernizador do que o capital que se compôs com a grande propriedade fundiária.[309]

Rompendo com as cercas do latifúndio, os sem-terra destroem o símbolo mais visível da fronteira entre a posse da terra de trabalho e a propriedade da terra do capital. As ocupações e os acampamentos questionam a apropriação privada da terra pelo capital. No assentamento, passam a construir, na *práxis* da vida cotidiana, novas experiências de organização nas diversas atividades. Desse modo, a luta pela terra está promovendo o reordenamento do vivido com a inclusão social de sujeitos que se insurgem em movimento contra as cercas da exclusão social. E, a resistência organizada tem-se mostrado um importante meio para a autodefesa dos trabalhadores rurais que demandam terra frente ao poder local e aos interesses das classes dominantes.

---

309 - MARTINS, *Exclusão social e a nova desigualdade*. Op. cit., p. 116-117.

2.2. Mística e Práticas de Cooperação na Luta: Acampamentos

O acampamento constitui uma forma de ação coletiva fundamental na elaboração da identidade política dos sem-terra e seu engajamento no fazer-se da luta. Por mais heterogêneos que sejam os motivos da inserção dos trabalhadores na luta, uma noção de direitos, referidos à modernidade (entre outros, os definidos no direito agrário), e, ao mesmo tempo, valores tradicionais como da solidariedade e da igualdade, fortalecem-se nos acampamentos, aliadas a um forte senso de pertencimento a uma comunidade de interesses compartilhados.

Desse modo, a meu ver, o acampamento pode ser compreendido como um espaço e tempo de *reencantamento,* no sentido em que o termo é empregado por Duglas Teixeira Monteiro: como "um processo de reconstrução que se fez a partir dos valores ameaçados pela crise"[310]. Todavia, para além deste sentido, o *reencantamento* na luta dá-se pela materialização de valores referidos à modernidade. A CPT, na região estudada, teve papel hegemônico na elaboração deste amálgama, substrato para a coesão interna necessária à ação coletiva direta dos sem-terra. À organização dos primeiros acampamentos, no Paraná, precedeu um processo de preparação dos trabalhadores.

> Era um por todos e todos por um. Ninguém abria mão. Hoje, é bem mais difícil, porque hoje se pega o pessoal meio no grito. Naquele tempo não, o pessoal ficou quase dois anos se preparando pra ir pro acampamento (...), treinando, ensinando como fazer acampamento, o que o pessoal ia enfrentar, como poderiam se defender. Foi feito tudo em cima das leis. Nosso povo, quando foi, nenhum deles foi armado. Arma ninguém levou, arma que tinha era enxada, foice, machado, essas coisas, o pessoal era colono mesmo. Não é igual agora que pegam assim qualquer um. Então, por isso, o movimento está enfraquecendo, porque o pessoal não está se preparando pra ir. Eu acho que tem que voltar preparar de novo, senão não fica no acampamento.[311]

Esse processo de preparação continuou depois das primeiras conquistas. Reuniões eram realizadas nas comunidades, nos municípios, para discutir os direitos dos trabalhadores à terra e como fazer para conquistá-la, bem como, para estudo de documentos entre os quais o Estatuto da Terra, documentos eclesiásticos,

---

310 - MONTEIRO, *Os errantes do novo século.* Op. cit., p. 14.

311 - SPEROTO, Neuri. *Entrevista.* Citada.

Plano Nacional de Reforma Agrária e cadernos da CPT.[312] Estes documentos constituíram-se ferramentas importantes para mostrar e convencer os colonos de que tinham direito à terra. Os agentes de pastoral procuravam mostrar que o direito à terra estava previsto em lei, portanto, não se constituía transgressão reivindicá-la. A concentração da propriedade da terra é questionada a partir da interpretação de que a terra é de Deus. Criada para todos, a terra deve pertencer a todos os homens e mulheres. Desse modo, não só a situação do sem-terra era desnudada na leitura bíblica, mas se legitimava a luta por um pedaço de chão.

Como bem observa o entrevistado, hoje, a preparação dos sem-terra para enfrentar o acampamento não existe. Persiste, via de regra, um convite e cadastramento feito pelos militantes do Setor Frente de Massas. Naquele tempo de que fala Neuri Speroto, estava se gestando o MST. Entende o MST, hoje, que o aprendizado ocorre na prática (na experiência vivida). A ação de organização dos trabalhadores sem-terra norteia-se pela concepção de que os sujeitos se educam e disciplinam na luta: ao participarem de acampamentos, ocupações, caminhadas. "Quanto mais a massa se apega aos símbolos, aos líderes, e à organização, mais ela luta, mais se mobiliza e mais se organiza."[313]. Possivelmente esta concepção se deva à CPT. Cândido Grzybowski, analisando o princípio pedagógico de intervenção da CPT junto aos trabalhadores do campo, nos anos 80, afirma que este se orienta pela democracia na base:

> ... é a *práxis* refletida, é a ação concreta pensada, programada, avaliada coletivamente com o apoio dos agentes assessores. Forja-se a vontade coletiva na ação, dando legitimidade à organização e às lideranças que surgem. (...). A divisão de responsabilidades, a avaliação contínua, os boletins informativos e os encontros de articulação de movimentos completam o quadro.[314]

Na vivência de inúmeras experiências de acampamento normas disciplinadoras foram elaboradas para a organização da vida cotidiana nos acampamentos. Nos acampamentos, os sem-terra organizam a vida orientando-se por normas aprovadas em assembléias da executiva nacional e por regras que eles próprios criam no fazer-se das experiências cotidianas.

---

312 - O MST elaborou um caderno com orientações gerais a nível nacional sobre como organizar as bases: MST. *Como se organiza o movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. Caderno de formação n. 5. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional, 1986.

313 - MST. *Como organizar a massa*. São Paulo, Secretaria Nacional, 1991. p. 24.

314 - GRZYBOWSKI, A comissão pastoral da terra ..., op. cit., p. 271.

> As lideranças e os membros do acampamento devem reconhecer os princípios e normas que envolvem o movimento; cada acampamento deve ter uma organização própria, obedecendo em termos gerais às seguintes instâncias: uma comissão central de representação do acampamento, que terá o poder de representatividade e encaminhamento das questões políticas da luta, dentro do acampamento. E serão organizadas equipes de trabalho para a elaboração do funcionamento do acampamento, como: equipe de formação, de alimentação, de limpeza, da água, do trabalho, da oração, das mulheres, e tantas quantas equipes forem necessárias para seu bom funcionamento; todos os membros da Comissão Central e das equipes deverão ser eleitos pelas comunidades do acampamento; cada acampamento deve organizar suas próprias leis, mas no conjunto das leis devem constar as seguintes obrigatoriedades, como parte das normas do movimento: a) É proibida a bebida alcoólica no acampamento; b) É proibido explorar economicamente qualquer companheiro no acampamento; c) É proibida a prática de jogos de azar por dinheiro; d) Os praticantes dessas irregularidades, bem como de qualquer outra ilegalidade já condenada pela sociedade brasileira, em suas leis, concernentes à moral e aos bons costumes, serão imediatamente expulsos do acampamento. A direção e as equipes de cada acampamento devem-se preocupar e zelar para que todos participem de todas as atividades e, buscar desenvolver atividades produtivas de forma permanente, desde o primeiro dia; qualquer recurso financeiro que chegar ao acampamento na forma de doação, por pessoas ou entidades, não poderá ser dividido entre as famílias, mas aplicado em bens indivisíveis que interessam a todas as famílias; somente poderão ser distribuídos individualmente às famílias, alimentação, roupas, calçados e remédios, após definição, por todas as comissões do acampamento, de critérios e prioridades; cabe à Comissão Central, junto com representantes da Executiva Estadual do Movimento, o poder de representatividade do acampamento junto às autoridades constituídas do Estado; qualquer membro que se sentir prejudicado, deve recorrer às instâncias internas do acampamento, como à Comissão Central e Assembléia Geral do acampamento. Qualquer atitude de algum membro de denúncia pública em meios de comunicação social, comprovadamente infundada, e que visam denegrir a luta dos acampados, será motivo para expulsão imediata do acampamento.[315]

Entre outras questões, depreende-se da "orientações" e "obrigações" acima que: (i) as diretrizes orientadoras gerais preservam a autonomia de organização própria de cada acampamento; (ii) a organicidade interna dos acampados deve garantir a democracia de base (decisões coletivas e divisão das tarefas), (iii) a vida cotidiana deve pautar-se pela observância de valores de uma economia moral comunitária. Práticas de costume, definidas em lei, e valores próprios da tradição cultural comunitária camponesa, como a solidariedade e a partilha. Observa-se, também, que doações pecuniárias devem ser aplicadas para o bem de todas as famílias. Introduz-se aí a idéia de bens coletivos; (iv) no seu conjunto, tendo em vista a luta política e o enfrentamento com os jagunços e a polícia, a normatização da vida cotidiana nos acampamentos marca um "regime de guerra". A efetividade de tal controle, não se observa nos assentamentos, embora práticas neste sentido sejam insistentemente recorrentes por parte das lideranças.

O controle do espaço no acampamento assume centralidade nas ações dos sem-terra na vida cotidiana, sobretudo nos primeiros meses. O local onde é montado o acampamento na terra ocupada, em geral, é lugar de mais difícil acesso. Nem sempre

---

315 - MST. *Normas gerais do movimento sem terra*. São Paulo: Secretaria Nacional, 1988.

trata-se da melhor área para a agricultura. A preocupação com a segurança contra ameaças externas é visível também na disposição dos barracos e no grupo de guarda junto à porteira na entrada do acampamento. A guarda identifica quem entra e sai do acampamento e as razões de cada um estar em movimento. Em alguns acampamentos, nos momentos mais agudos, em geral na fase inicial, a guarda possui armas, em geral espingardas. Adão, do Acampamento Dorcelina Folador, conta que no início a segurança exigia maior atenção. Assim, quando se decidia: "Hoje vamos plantar. Todo mundo vai fazer segurança. Homens, mulheres, todos iam fazer segurança e alguns iam plantar. Amanhã, depois, aqueles que estavam plantando iam fazer segurança e os outros trabalhar na roça."[316]. Com o passar do tempo, a ameaça externa diminuiu, sendo designadas apenas algumas pessoas de cada grupo para a segurança.

O disciplinamento tem em vista dar funcionalidade às ações cotidianas internas e promover coesão social em torno do objetivo de conquistar a terra. O não-cumprimento das normas implica numa transgressão de valores aceitos como regras para o bem comum do grupo. Desse modo, quando um acampado transgride uma das normas estabelecidas, sua ação é submetida a julgamento, podendo a vir sofrer sanções. No acampamento do qual participou o assentado Getúlio, do Assentamento Vitória, o acampado que não observasse as regras,

> ... na primeira vez, era dado um conselho. Chamava a comissão, reunia, e os coordenadores dos grupos discutiam. Se ele era culpado, reunia a assembléia. Se o povo expulsava, daí ninguém queria, o povo expulsava. Ele já tirava as coisas dele e ia embora. Se ele entrava em acordo, dizia que não fazia mais, tudo bem, ele ficava.[317]

Na vida cotidiana dos acampamentos, as assembléias marcam a democratização do processo decisório. Significa que homens e mulheres participam das decisões sobre organização de comissões, expulsão de companheiros que não se submetem às normas estabelecidas, o quê e como produzir na terra ocupada, de vistoria da área a ser ocupada, de encontros de formação. E, também dividem entre si as tarefas a serem realizadas, o que contribui para aumentar a coesão do grupo. Na medida em que todos são valorizados, espraia-se entre acampados o sentimento de igualdade. Neste contexto, as relações entre o homem e a mulher também passam a ser questionadas.

> Deu uma mudança grande, porque a maioria das mulheres, eu mesma não participava de movimento nenhum. Se viesse com essa história pra mim eu não estava nem aí. No

316 - SILVA, Adão Soares da. *Entrevista.* Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 06 de junho de 2001.

317 - SENGEL, *Entrevista.* Citada.

> dia-a-dia do acampamento deu pra ver que não é por aí, tem que se organizar, a mulher tem os seus direitos, isso tá na constituição.[318]

Esta situação é geradora de reflexos na vida cotidiana futura nos assentamentos, onde a mulher participa da cooperativa e organiza-se para diferentes lutas, entre outras, como quando, no Assentamento Vitória, "a mulherada se reúne pra ir na prefeitura brigar" pelo ônibus escolar. Durante as entrevistas nos assentamentos, as mulheres fizeram-se presentes. Algumas vezes, porque haviam sido elas as escolhidas previamente. Outras vezes, elas participavam espontaneamente da entrevista junto com o marido. Ausentavam-se às vezes, momentaneamente, para pequenos afazeres, como preparar o chimarão ou o café, e retornavam. Algumas vezes foram chamadas pelos próprios maridos para a conversa.

Embora sejam famílias historicamente tradicionais, em que prepondera a autoridade do marido, percebe-se uma maior participação da mulher nas decisões. A mulher que atuava na lavoura e cuidava dos afazeres domésticos, agora também participa de assuntos que antes eram considerados restritos aos homens. Isto não significa que a submissão tenha desaparecido por completo. A permissão e o limite imposto pelo marido à fala da esposa durante a conversa através de um olhar ou pequeno gesto, à participação da esposa em reuniões da igreja, do MST, da Crabi, são evidências da persistência de práticas de submissão, reveladas nas entrevistas dos assentados nos três assentamentos estudados.

A forma de organização, bem como as dificuldades enfrentadas, são os aspectos e as dimensões mais freqüentemente presentes nas falas dos (re)assentados entrevistados sobre a vida cotidiana nos acampamentos. Neste sentido, os exemplos que se multiplicam. O relato de Miguel Gregolam Susin nos fornece um exemplo bem mais vívido destas dimensões:

> Era sofrido, de baixo de lona não é fácil porque você vê, era um sol como está dando agora, era quente em baixo de lona. Quando era frio, chegava a fazer uma camadinha de gelo por baixo da lona. Quando o sol começava esquentar derretia o gelo e caia tudo em cima do foro de cama, do que tivesse, mofava tudo, virava uma bagunça. Mas no resto era bom porque era bem organizado. Você tinha horário pra tudo. De manhã cedo tinha os guarda que ficavam guarnecendo. Saía aquela turma entrava outra. Também iam buscar lenha. Das nove até as onze horas eram as mulheres que iam lavar roupa, tomar banho. À tarde dava mais folga pro pessoal dá uma uma espairecida. Lá pelas quatro horas iam os homens tomar banho no riozinho. Tinha horário pra buscar água, das onze horas até o meio dia, depois das seis até às oito horas. Tinha comissões internas. E,

318 - KELLMER, Fátima. *Entrevista*. Citada.

> algumas desavenças que dava no acampamento, principalmente com criança, mas daí a turma se acertava numa boa, nunca deu bagunça nenhuma dentro do acampamento.[319]

Como sugere Grzybowski, "enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar;" seja através do acampamento, ocupação, resistência na terra ocupada e através da legislação para colocá-la a serviço do movimento; "*em segundo lugar, a* elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais".[320] Neste processo, os mediadores de fato têm contribuído para a formação de uma cultura de movimento, que no seu fazer-se têm operado vigorosamente na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos em torno da conquista da terra. *Quais são os valores que a simbiose entre religião e política recuperam e reatualizam no processo da luta pela terra? Quais as implicações da utopia regressiva/prospectiva da CPT no processo da resistência?*

Um olhar, tecido a partir da linguagem político-religiosa da CPT, permite afirmar que a interação com os colonos circunscreveu-se com maior ênfase à realização da utopia de comunidade e autonomia camponesa. Nos textos formativos, sua linguagem une o direito à mística religiosa, recriando o *mitos*, através de grandes imagens socialmente mobilizadora como o da "Terra Prometida" e da "Libertação no Egito" e de categorias descritivas como a de "comunidade" a partir da releitura das "comunidades dos primeiros cristãos". A releitura de mitos, amalgamados a categorias descritivas como "comunidade", compõe a utopia que aglutina e mobiliza os sem-terra à luta.

Entre os roteiros para reuniões de grupos de base, os roteiros "Realidade agrária" e "A terra é de todos, disse Deus a Adão", "Os Direitos de Terra que o Trabalhador Rural Tem" [321], utilizados pelo Mastro e Mastes, são exemplos deste amalgama entre o direito, a visão da teologia da libertação e as bandeiras de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Construídos no método ver-julgar-

---

319 - SUSIN, Miguel Gregolan. *Entrevista.* Lindoeste, Assentamento Vitória, 08 de março de 1999.

320- GRZYBOWSKI, *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 59.

321 - CPT/ASSESSOAR. *Os direitos de terra que o trabalhador rural tem*. Francisco Beltrão, 1981.; CPT. *Realidade agrária*. Foz do Iguaçu, 1981.; MASTES. *A terra é de todos disse Deus a Adão*. Francisco Beltrão: Assessoar, 1981.

agir[322], os roteiros apresentam as leis de terra e as formas que impediram historicamente os trabalhadores de acesso à terra. Em seguida, a partir da lei de Deus (bíblia) e documentos eclesiásticos, o julgamento e, em seguida, a tomada de decisão acerca de quais ações a serem desencadeadas e sua execução.

A concepção da *práxis* como um processo que se constituía na "caminhada do povo de Deus", levou os colonos, a partir de encontros eclesiais e culturais, da discussão dos textos de base, momentos nos quais eram estimulados a exporem suas idéias e experiências, à percepção de que estavam sujeitos a mecanismos de expropriação social e a questionar o direito agrário e a política agrícola, partindo para práticas contra a expansão do capitalismo no campo. Assim, ao mesmo tempo em que a pastoral da terra da Igreja Católica e da Igreja de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), possibilitou a expressão da cultura popular, elas retecem essas expressões através das múltiplas formas religiosas (cantos, reatualização de mitos como o da Terra Prometida, símbolos).

Nestes termos, a utopia camponesa elaborada pela CPT é regressiva e prospectiva. Regressiva, no sentido de que se buscam mitos no passado e, ao serem reatualizados, projetam um futuro desejado, mobilizando para a luta. Na recorrência às representações religiosas, estabelece-se um vínculo do presente com as experiências e visões do passado. A ata da 3ª assembléia geral, de 25 de maio de 1983, do Mastro, cujo título é *Em marcha para a terra prometida* e o roteiro *Nós conquistaremos a terra,* utilizado pelo Mastes. No roteiro, a migração do povo hebreu, sob o comando de Moisés através do deserto, é rememorada como forma de explicar a situação vivida nos acampamentos e mobilizar para a ação.

> Eu vi a aflição do meu povo, vi a sua dor, o sofrimento no Egito (acampamento) e ouvi os seus clamores por causa dos opressores (latifundiários, polícias.... (...). E desci para tirar este meu povo das mãos dos egípcios (ricos, burgueses) para conduzi-los a uma terra boa e espaçosa, uma terra onde tenha muita fartura" (conforme Exôdo 3,7-8).[323]

Nesta leitura, o acampamento equivale à permanência no deserto, sendo interpretada como experiência imprescindível para a construir a resistência na busca da terra prometida - o assentamento. A rememoração de Margaret Nunes[324],

---

322 - No ano de 1961, o Papa João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra,* no n. 232, consagra este método na ação da Igreja.

323 - MASTES. *Nós conquistaremos a terra.* Roteiro para reuniões. Francisco Beltrão: Assesoar, 1986.

324 - À época do acampamento, a entrevistada era membro da direção da Crabi. Atualmente ocupa o cargo de vice-presidente e é membro da Coordenação Nacional do MAB.

acerca do tempo de acampamento, este erguido no local onde seria construída a barragem de Salto Caxias, aponta para a importância da comunidade como local de onde se construiu a reflexão e a consciência da necessidade de lutar por direitos, no início dos anos 90.

> Aí você fala da questão da mística, porque nas comunidades a gente trabalhava diretamente dentro da Igreja, vendo as necessidades da comunidade e da Catequese. A gente discutia biblicamente os problemas, isso fortaleceu a solidariedade das pessoas: arrendatários, quem tinha terra e quem não tinha, não tinha discriminação. No acampamento tinha os grupos por comunidade com seus coordenadores, que coordenavam as equipes de trabalho. Todas as manhãs tinha o momento da oração, a gente levantava e fazia orações, a gente usava alguns textos bíblicos, o catolicismo sempre prevaleceu, se você pegar nos reassentamentos, deve ser culturalmente histórico, culturalmente daquelas comunidades, prevalecia sempre o catolicismo.[325]

No processo da luta, os símbolos e a mística foram fundamentais para a resistência no solo ocupado. Os cantos (os que denunciam a concentração fundiária e os de estímulo à resistência), a recorrente utilização da cruz nos acampamentos dos sem-terra e dos atingidos por barragens, nas suas manifestações públicas como caminhadas, romarias (que passou a ser mais utilizada, no Paraná, a partir da 1ª Romaria da Terra, realizada em 1985, no município de Guaíra) e a bandeira do MST, foram símbolos e instrumentos no cotidiano da luta.

Os símbolos, criados pelos mediadores (como a bandeira) ou próprios da cultura dos camponeses, amalgamados a elementos de ordem moral, como a honestidade, confiança, sacrifício, reforçam laços de solidariedade, transformando o cotidiano presente em potencialidade do futuro. Na luta coletiva, formas de expressão material dos símbolos e seus conteúdos, tal como a identidade política coletiva, é construída na experiência. Uma cultura em recriação, constituindo-se num amálgama de costumes e tradições político-religiosas do campesinato e de outras práticas e representações advindas da intervenção dos mediadores e dos intercâmbios com o urbano. É uma cultura rebelde, que subverte ao reviver formas socioculturais tradicionais e ao mobilizar para a luta através da interpretação e significação que os camponeses conferem às próprias experiências.[326]

A cruz de cedro é, em geral, erguida no centro do acampamento. Um dos barracos é destinado às celebrações religiosas, cultos, missas, batizados. Também é o local onde ocorrem as reuniões dos coordenadores dos grupos de famílias. Os

---

325 - NUNES, *Entrevista*. Citada.

acampados parecem encontrar, na religiosidade culturalmente assimilada nas suas comunidades de vivência (igreja e família), fundamentos para práticas de rompimento com a ordem legal que protege o latifúndio e os exclui do acesso à terra.

> Quando nós entravamos a primeira coisa é que já fincava uma cruz lá, cortava um pau de cedro e já botava uma cruz pra pedir o apoio da Igreja, que a Igreja que dá a disciplina, que mais atende o povo carente né. Então, em baixo de lona, sofridos, não tinha roupa, não tinha o que comer, os padres vinham e davam aquela força pra gente e daí chegamos na altura que estamos hoje. Hoje já tem direção, têm aula, reunião, tá tudo discutido quando vai se ocupar uma área, então já fica tudo mais fácil.[327]

Na fala de Miro Morais, do Assentamento Vitória, a cruz aparece como um meio de conseguir o apoio da Igreja. Para além disso, a preocupação em levantar uma cruz nos acampamentos, indica a forte presença dos referenciais religiosos entre os camponeses, amalgamados com símbolos da cultura popular. A escolha do cedro, e não de uma outra madeira, para confeccionar a cruz, remete a uma tradição da cultura cabocla. Neste sentido, o fragmento a seguir, de Margaret Nunes, revela forma, conteúdo e significados, de práticas e símbolos da cultura campesina. Embora longa, optei em manter a fala da entrevistada na íntegra, devido à sua riqueza.

> As pessoas vinham e diziam: "bom mais nós temos que ter um símbolo e ele têm que ser forte. Como o cedro é muito representativo para os caboclos, o pessoal plantou um cedro, porque eles diziam que, quando se vai morar num lugar novo e se planta um cedro e ele brota e cresce, é porque você vai se dar bem. Então a gente plantou a cruz de cedro no centro do acampamento, onde essa cruz brotou. Essa cruz foi, mesmo para os evangélicos, mesmo para quem não acreditava na cruz, simbólica porque ela unificava a gente e mostrava que havia uma esperança. O pessoal dizia: se a cruz brotou é porque tem uma esperança para nós e o nosso movimento vai dar certo. Então a gente fazia a celebração de manhã. Uma coisa importante: nós ficamos lá, água tratada a gente não tinha, a gente pegava água de fora, nunca ninguém ficou doente, nunca ninguém se cortou, nunca ninguém se machucou. O acampamento era no meio do mato, nunca ninguém foi picado por nem um inseto e isso tudo para nós, era atribuído como um sinal de Deus que estava presente na caminhada com seu povo, e isso unificava muito, a gente era fantástico, tanto que a principio no início não ia ninguém, depois foram padres celebrar missa, foram pastores celebrar culto e todo mundo participava. Eu diria que a questão da mística foi o que conseguiu fortalecer as pessoas no sentido de não dispersar de lá e continuar solidário: se eu não pudesse ir no acampamento na semana, eu me comprometia de mandar alimento pelas outras pessoas. Nesse período nunca faltou alimento pra ninguém, sempre sobrava. Então todo mundo garantia, o meu vizinho leva alimento pra ele, leva para os outros também, quando as pessoas iam pro acampamento, levavam alimentação, era solidariedade, e sempre era dito que era a presença de Deus na caminhada do povo acho que isso foi uma coisa muito marcante para nós.[328]

Desde logo, chama atenção neste fragmento a importância que os colonos atribuem aos símbolos. Neste caso, eles próprios escolheram a cruz como um

---

326 - Ver THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Op. cit.

327 - MORAES, *Entrevista*. Citada.

328 - NUNES, *Entrevista*. Citada.

símbolo. A cruz deveria ser de cedro. O cedro simbolicamente é significativo na cultura cabocla no Sudoeste e Oeste do Paraná. Quando mudavam para uma nova área, ao instalarem-se plantavam uma muda de cedro. Se brotasse era sinal de futuro promissor. Consubstanciava-se aí, materialmente, a antevisão de um futuro promissor. Também o monge João Maria pedia para os caboclos do Contestado plantar cruzeiros de lenho verde nas margens das estradas e nas áreas donde estavam sendo despejados. Talvez a presença da cruz nas lutas atuais tenha alguma relação com essas duas questões. A presença do caboclo nas lutas sociais não é apenas numericamente considerável, mas também é marcante culturalmente. Recorde-se que a presença de caboclos no Sudoeste do Paraná, na primeira metade do século XX, era significativa e que há uma cultura de lutas destes sujeitos sociais acumulada nesta região (Contestado 1912-1916 e a Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná, em 1957). Mas, observe-se, a religiosidade popular católica, em suas múltiplas manifestações, têm na cruz um símbolo de fé, resistência e sofrimento.

A 1ª Romaria da Terra, no Estado de Santa Catarina, realizada em Taquaruçu, em 1986, e a 3ª Romaria da Terra, no Estado do Paraná, na Lapa, realizada em 05 de julho de 1987, rememoraram a luta pela terra dos caboclos do Contestado. Os lugares, onde foram desenvolvidas as romarias, se transformaram em *locus* de memória, substrato material da história, que estabelece um vínculo do vivido presente com as experiências no passado. Nas romarias destaca-se a apropriação de uma grande extensão de terra pela Companhia Americana através da concessão do governo, à qual também foi concedido o direito de explorar a madeira, principalmente o pinheiro. Os caboclos foram sendo expulsos de sua terra de trabalho. Mas, não sem resistência. Organizaram acampamentos e o que possuíam colocaram em comum. Essas comunidades vivenciavam a solidariedade e um senso de igualitarismo: "Quem tem mói, quem não tem mói também. E, no final todos ficarão iguais."[329]

Na Romaria de Lapa, a gruta do monge é evocada como uma das grutas utilizadas como moradia por João Maria. Ele "não aceitava dinheiro e nem casa para si. Era muito simples. Ensinava o povo a viver unido. Também pedia que eles nunca abandonassem a sua terra. Curava muita gente com remédios feitos de ervas. Para o povo ele era um santo, um profeta de Deus", lembra o roteiro de preparação para 3ª

329 - QUEIROZ, *Messianismo e conflito social*. Op. cit., p. 155.

Romaria da Terra.[330] Na Romaria de Taquaruçu, foram relembrados os episódios de confronto dos caboclos com as tropas do Estado. Nesta "Cidades Santas" os caboclos esperavam a ressureição do monge João Maria, morto pelo exército em outubro de 1912. O espaço físico como suporte da memória possibilita a elaboração da idéia de uma história comum com os que viveram experiências históricas semelhantes no passado, assevera um grupo de pesquisadores que analisou a Romaria de Taquaruçu.[331]

Em meio à multiplicidade de símbolos em cartazes, como a fotografia de Ernesto Guevara de la Serna, e faixas, uma cruz de cedro, de quatro metros de altura, seguia, sustentada pelos romeiros, vindos daquele estado, e também do Estado do Paraná e Rio Grande do Sul. Os símbolos, os gestos, os cantos em ritmo caboclo, os ritos, as orações, religavam as lutas atuais com a luta pela terra de outrora dos caboclos do Contestado. No transcorrer da Via Sacra, um narrador relembrava fatos ocorridos naquele lugar e que João Maria denunciava a exploração feita pelos coronéis, enquanto um grupo de remanescentes dos caboclos do Contestado entra em cena, trazendo ao palco uma cruz e um estandarte de São João Maria. Enxadas, laços e facões são trazidos, em seguida, por outro grupo representando os trabalhadores do campo. E, outro grupo, os coronéis, ameaçando e dispersando o povo. Há ainda um personagem que representa o monge. A procissão segue para o lugar onde os caboclos de Taquaruçu construíram a trincheira para enfrentar o ataque do exército. Cantos e personagens, lembrando fatos e lideranças dos caboclos, como a menina Maria Rosa, de quinze anos, líder do reduto de Caraguatá, entremeiam a fala do narrador e leituras bíblicas. A partir da segunda estação, a dimensão histórico-religiosa é rearticulada numa dimensão político-temporal do tempo presente. Através de dados sobre a estrutura fundiária, encenações, cantos e imagens, a reflexão volta-se para as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais sem-terra, dos expropriados de UHEs, as desigualdades sociais, à violência no campo.[332]

Em ambas as romarias, à tarde, como parte da programação final, uma cruz de cedro foi plantada (no alto de uma colina, em Taquaruçu, e próximo à Gruta do Monge, em Lapa). A cruz lembra a situação de opressão dos caboclos no passado. Mas é na cruz do povo de outrora que a esperança dos pequenos agricultores,

---

330 - CPT/PR. *"Pequenos unidos, cidadãos da terra e do reino"*. Livreto para reuniões de preparação para 3ª Romaria da Terra. Curitiba, 1987.

331 - A descrição da Romaria que se segue tem como fonte o estudo de FLORES, Maria Bernardete Ramos (et. al.) Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade. In: *Revista brasileira de história*, n. 31 e 32. São Paulo: Anpuh/Contexto, 1996. p. 207-224.

332 - Id., Ibid.

dos sem-terra, de hoje, renasce na luta. Como rito final das celebrações do dia, cada romeiro recebeu algumas sementes de pinheiro. A semente ao germinar nega o seu próprio estado para transformar-se em árvore. Plantar a semente de pinheiro transmite a idéia de recuperar um lugar e valores sociais vivenciados destruídos pela apropriação da terra e destruição da natureza (os pinheiros, no passado, eram abundantes na região). A metáfora da semente elabora, pois, a utopia cristã de uma nova sociedade construída na caminhada do povo, rearticulando valores como a solidariedade e a igualdade, também afirmados nas comunidades dos caboclos do Contestado. Revestidos de forte conotação política, estes valores são articulados com as lutas do tempo presente, mobilizando os pobres do campo para a luta. Ao mesmo tempo, a partir deles, se elaborou uma visão agrarista que idealiza um modelo de comunidade rural, "centrada na terra, baseada na família, produtora de relações naturais e harmoniosas".[333]

Numa outra direção, para Pierre Sanchiz, se, de um lado, a *práxis* da Igreja, na intervenção da CPT junto aos trabalhadores do campo, contribuiu para a articulação coletiva na luta por direitos, de outro lado, constituiu fator de um certo enquadramento institucional da religiosidade popular: "entre a época do Contestado e a de Ronda Alta, a Igreja reconquistou, no termo de um longo esforço estratégico, um amplo lugar no espaço social brasileiro e, especificamente, quanto ao monopólio do enquadramento ortodoxo do "catolicismo popular"[334].

3. Os Assentamentos Rurais na Reinvenção da Reforma Agrária

3.1. Formas Comunitárias e Coletivas: Historicidade e Recorrências

Tendo como referência as resoluções do Concílio Vaticano II (1965) e as linhas das novas pastorais definidas a partir da II Conferência Geral do Epicopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia (1968), a Igreja volta-se para a defesa dos pobres do campo e da cidade. Durante os anos 70, a *práxis* da Pastoral Rural, em

---

333 - CPT. Terra e mística frente ao projeto de exclusão. Debate & formação. *Caderno n. 4*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1995. p. 29.

334 - SANCHIZ, Pierre. Igreja e questão agrária. p. 279. In.: *Igreja e questão ...,*. op. cit. p. 274-279.

diferentes lugares do País, ao dar ênfase na "libertação" da comunidade cristã, levou à elaboração de propostas concretas de organização do trabalho e de exploração da terra como forma de viabilizar a permanência dos posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, no campo. Os agentes de pastoral, os padres, os bispos da Igreja Católica, e pastores de outras igrejas cristãs, ligados à Teologia da Liberação, atuaram de forma ativa, foram liderança política e deram apoio às diferentes lutas camponesas. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, a luta era pelo fim da violência praticada contra posseiros, seringueiros e camponeses. As múltiplas práticas de violência envolviam setores do grande capital, militares que atuavam na delimitação das áreas de *segurança nacional* e governos com participação na especulação e na grilagem de terras. Na Região Sul e no Estado de São Paulo, através de seu apoio os camponeses começaram a enfrentar a questão organizativa, com comissões de lavradores, associações de produção e disputas nos sindicatos rurais[335]. Como se viu no capítulo anterior, as oposições, através do apoio da CPT, conquistaram vários sindicatos no Sudoeste e Oeste do Paraná.

Ao nível da produção, pensava-se em articular formas de superar os entraves colocados na comercialização dos produtos agropecuários. O sentido comunitário da terra e os valores político-cristãos de solidariedade, igualdade e união, orientavam tais propostas. A ajuda mútua e o trabalho coletivo foram incentivados através de mutirões e da formação de roças comunitárias. Do modelo idealizado de organização do trabalho e da terra proposto por setores da Igreja ligados à Pastoral Rural, inspirados na Teologia da Libertação, a partir do qual se constroem as experiências de roças comunitárias nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Bahia, Pernambuco e Pará, Neide Esterci aponta os seguintes elementos centrais:

> - Posse e uso coletivos da terra implicando a eliminação progressiva do conceito de propriedade privada da terra.
> - Trabalho coletivo em todas as etapas da produção, desde o preparo da terra até a colheita de produto final.
> - Apropriação igualitária ou comunal do produto do trabalho coletivo. No limite, a apropriação igualitária implica a divisão do produto entre os participantes do grupo, independente do quantum e da intensidade do trabalho de cada um. A apropriação comunal prescreve que, resguardadas as despesas das famílias envolvidas, os recursos obtidos sejam aplicados na aquisição de bens e serviços necessários ao grupo e no suprimento de necessidades face à morte, viuvez e doença de membros do grupo que não tenham meios de enfrentar estas dificuldades.

---

335 - Cf. IOKOI, *Igreja e camponeses*. Op. cit., p. 17.

- A prática da roça comunitária deve ter um valor pedagógico no sentido de desenvolver a união, a organização e a consciência do grupo.[336]

Implícita neste modelo está à idéia de que o trabalho coletivo é mais produtivo, pois economiza tempo e racionaliza a força de trabalho e a utilização dos instrumentos de produção. A autora constatou que a implementação de projetos articulada em base a este modelo contrapõe-se de imediato ao modo de ser do camponês, que resiste à sua incorporação, pois a sua tradição de apropriação e exploração da terra é a individual familiar. Por conseguinte conclui: as experiências se multiplicaram e com elas os fracassos.

No Oeste e Sudoeste do Paraná, este modelo informou a organização das primeiras formas da terra e do trabalho nos assentamentos rurais. Os depoimentos dos assentados, entre os quais o de Antônio Ribas, revelam que foi no acampamento que iniciaram as discussões: "... foi um aprendizado muito bom". As lideranças sindicais e a CPT falavam em formas alternativas de organização, nas assembléias e reuniões. Porém, não havia uma proposta concreta de como viabilizá-la após a conquista da terra. Pensavam em "alguma coisa mais coletiva, não se tinha bem detalhado, mas se pensava em associação,(...), comprar máquinas em conjunto, trilhadeira, trator. Não se tinha bem claro, mas se caminhava por aí." [337]

No documento "Igreja e Problemas da Terra" (1980), da CNBB, evidenciou-se o reforço a idéia de um projeto comunitarista de produção. Martins chama atenção que, a leitura do anúncio de "uma solução comunitária para a exploração capitalista", produziu críticas à concepção comunitária que permeia o documento, e, ao mesmo tempo, produziu a defesa do "caráter economicamente 'progressista' da expropriação capitalista no campo". Esta, supunha-se, "abriria, como na grande indústria, espaço para a implantação da produção social, coletiva, suposto, mas politicamente discutível, anteato do socialismo"[338]. Mas, na verdade, argumenta ele, "a igreja anunciava as formas assumidas pelo confronto social entre camponeses e populações indígenas, de um lado, e grileiros, latifundiários, grandes empresas de outro

---

336 - ESTERCI, Neide (Org.). *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil*. Cadernos do ISER n. 16. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p.34.

337 - RIBAS, Antônio. *Entrevista*. Citada.

338 - MARTINS, José de S. Prefácio. In: ESTERCI, *Cooperativismo e ...*, op., cit., p. 10-11.

– enunciava e reconhecia a legitimidade dessas formas de organização do enfrentamento"[339] do camponês com o capital.

Nestes termos, é possível recuperar a proposição das roças comunitárias na realidade do passado recente, afirma o autor. "As roças comunitárias e outras formas comunitárias de produção, de trabalho, de vida, na dimensão do enfrentamento político, nem foram criadas nem foram desenvolvidas pela Igreja, como muitos crêem." [340] Tais formas, enquanto formas de luta política, assevera o autor, surgiram na década de 1950, introduzidas pelo Partido Comunista cuja ação no campo era informada pelas diretrizes do Manifesto de Agosto de 1950 e pelas resoluções do seu Congresso de 1954. A política agrária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) era a política dos territórios liberados, no modo em que se configurou em Trombas, em Goiás, e em Porecatu, no Paraná. O mutirão e outras formas de trabalho coletivo fizeram parte das práticas dos militantes do Partido na Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1950-1964).

Numa maior verticalização histórica, ainda no século XIX, surgiram experiências localizadas de colônias coletivistas influenciadas pelo socialismo utópico europeu[341]. Pode-se destacar, no Paraná, a Colônia Tereza Cristina, de base cooperativa (1847) e, no município de Palmeira, onde se organizou colônia semelhante (Colônia Cecília), que subsistiu até 1894.[342] No meio rural, é tradicional o desenvolvimento de formas de solidariedade e cooperação.

---

339 - Id., ibid.

340 - Id., ibid.

341 - As formulações do cooperativismo moderno foram tecidas no início do século XIX. As experiências sucessivas de ajuda mútua nas relações de trabalho informaram a elaboração do pensamento cooperativo. Os 28 trabalhadores de Rochdale, Manchester, dos quais uma trabalhadora, ao formar a primeira cooperativa moderna, em 1844, inspiraram-se nas idéias de um socialista utópico (Robert Owen, 1770-1858), que concebia o cooperativismo como uma estratégia para uma mudança completa do sistema social para construir uma sociedade mais igualitária e justa. Tanto Owen, como outros socialistas utópicos, entre os quais Charles Fourier (1772-1837), viam no cooperativismo um instrumento de luta para a superação gradual do sistema capitalista rumo a uma organização socialista. Durante o ínterim, que nos separa das primeiras experiências cooperativas, com tal perspectiva, surgiram outras correntes de pensamento que concebem o cooperativismo de forma diversa, como também os que questionavam o potencial transformador das estruturas do capitalismo, através do cooperativismo. Como sistema de cooperação econômica, historicamente, aparece junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação. Tem sido proposto tanto por governos e instituições de direita quanto de esquerda. Referências às cooperativas podem ser encontradas tanto nos cadernos de formação do MST como nos documentos da política dos EUA para neutralizar a repercussão da revolução cubana na América Latina, da antiga Aliança para o Progresso, na década de 1960. (VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Cooperativismo*: uma revolução pacífica em ação. Série economia solidária. Rio de Janeiro: FASE, 1999.).

342 - CHACON, Vamireh. *Cooperativismo e comunitarismo*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959.

Neste sentido, há literatura disponível sobre sistemas de uso comum da terra e formas de solidariedade e cooperação. Algumas obras já foram referidas no capítulo anterior. Acrescento, ainda, a tese de doutorado de Maristela de Paula Andrade que, ao estudar a "Terra de Índio", apontou um campesinato livre comunal: um campesinato *pós plantation*, cuja origem, no Maranhão, remonta à desagregação das unidades produtivas administradas pelas Ordens Religiosas. O uso comunal da terra teria sido incorporado da organização social dos indígenas. Aponta ainda a existência de diversas formas de "uso comum da terra" (da *terra de santo*, *terra de preto*, *terra dos índios*, *terra de parente*, *terra de herança*). Engendradas no processo de expansão do capitalismo, essas formas de usufruto comum dos recursos básicos teriam sido elaboradas por diferentes segmentos camponeses como estratégia estável de acesso à terra e de autodefesa. Reinseridos nas relações de circulação, abasteceriam a cidade de alimentos. Já a *terra de índio* constitui uma das "formas de usufruto comum dos recursos naturais, engendradas em momentos de conflito e como estratégias de autodefesa", mas é historicamente anterior ao campesinato *pós plantation.*[343] Convém acrescentar ainda, como vimos no capítulo anterior, a existência dos *faxinais* no centro-sul do Paraná, no interior dos quais surgiram os *criadouros comuns*.

Em relação à cooperação agrícola nos assentamentos rurais, entre 1979-1985, no Oeste e Sudoeste do Paraná, a exemplo do que ocorreu em outros estados da federação, agentes da Pastoral da Terra e lideranças sindicais, a maioria militantes na Igreja Católica e na IECLB, em geral na CPT, atuavam nos acampamentos, promovendo discussões acerca de formas alternativas de produção. Embora não houvesse uma homogeneidade nas ações e concepções dos agentes de pastoral, uma certa unidade fez-se em torno do objetivo de "promover formas coletivas de domínio e de uso da terra, inspiradas em relações comunitárias e democráticas, dando destaque à prática da cooperação em todo o processo de planejamento da produção e da comercialização."[344] Na prática desta premissa seriam superadas as diferenças entre as classes sociais. Para tal, necessário se fazia a construção de um novo homem, transformar os trabalhadores assentados em homens iguais, fraternos e solidários. Todavia, na própria ação pastoral, segundo avaliação posterior da CPT, desenvolveu-se uma prática "extremamente

---

343 - Id., Ibid., p. 101-105.

344 - POLETTO, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais. In.: CPT. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 39.

autoritária, pois a vontade dos agentes é imposta aos lavradores e lavradoras, impedindo que estes construam, na prática, seus próprios projetos e visão de mundo.[345]

Inúmeros roteiros e cadernos de formação para as CEBs foram elaborados pela CPT em conjunto com a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessoar) para orientar os pequenos agricultores e seus filhos sobre a necessidade de desenvolver uma agricultura alternativa. Ela deveria basear-se "em técnicas como adubação orgânica, adubação verde, plantio de sementes próprias, produção com os próprios recursos da propriedade, sem depender de financiamento e comércio". Entre as formas de organização para a produção propõem-se as roças coletivas ("como forma de sustento, despertando para a vivência comunitária") e compras em conjunto (para reduzir as despesas)[346].

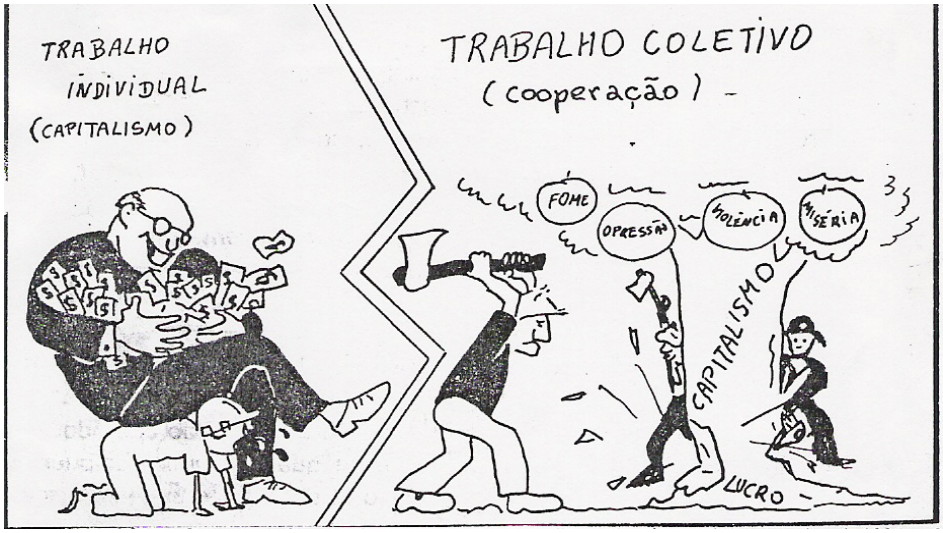
Estas proposições vêm acompanhadas, a exemplo da quase totalidade dos cadernos e roteiros, de figuras e charges que tematizam a questão central em discussão. Neste caso, como se pode depreender da figura reproduzida abaixo, a centralidade reside na necessidade de desenvolver uma agricultura alternativa e formas de cooperação agrícola como uma alternativa de resistência e luta de classe contra o capitalismo e o individualismo, uma das marcas deste sistema. O que se pretende é construir uma "Nova Sociedade, do Reino", de "convivência humana igualitária". Percebe-se aí um amálgama entre referenciais religiosos e políticos.

---

345 - CPT - SAUER, Sérgio. Inserção e prática pastoral das igrejas nas ocupações, acampamentos e assentamentos. CPT. *Cadernos de estudos n. 6.* São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 23.

346 - ASSESSOAR. *Concretizando nossa luta.* Juventude em desafio III. Francisco Beltrão, setembro de 1985. p. 27-28.

Figura 3



Fonte: ASSESSOAR. *Concretizando nossa luta.* Juventude em desafio III. Francisco Beltrão, setembro de 1985. p. 28.

Nestes termos, o discurso da Assessoar junto aos sem-terra e pequenos agricultores ganha conteúdo classista, de cunho marxista-leninista. Tanto a nível de base como de direções, misturava-se a concepção marxista-leninista com democracia cristã e social democracia.[347] Com a conquista dos primeiros assentamentos, a orientação política do MST foi a de organizar grupos coletivos, mutirões e associações. A preocupação já se evidenciava no 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, em 1985, e no material de apoio às discussões nos grupos de base nos assentamentos e acampamentos. No referido congresso, como orientação geral para as bases, decidiu-se:

> - Que o uso das terras seja comunitário, mas não obrigatório, estimulando as formas coletivas.
> - Que os agricultores se organizem em formas alternativas de associação para a produção e a comercialização.
> - No caso da posse coletiva, quando alguém deixar a posse, a terra deve ser repassada para a coletividade com todas as benfeitorias.[348]

O Caderno de Formação nº 9, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, "Terra não se Ganha, se Conquista", produzido pela regional sul e divulgado em abril de 1986, é um dos documentos que aponta para o esforço que o MST e a CPT desenvolveram para implementar formas que viabilizassem a permanência dos

---

347 - Fonte: WWW.Assessoar.com.br, 10 de agosto 2001.

348 - MST. *Documento final do 1º congresso nacional dos trabalhadores rurais sem-terra.* Curitiba, 29 a 31 de janeiro de 1985.

assentado no campo. Empregando o método ver-julgar-agir, no caderno são explorados quatro temas. O primeiro analisa "como funciona a sociedade". O segundo questiona, se "o governo quer a reforma agrária?", e explica as razões por que o governo não a faz. O terceiro e o quarto propõem, respectivamente, uma discussão acerca de "como conquistar a terra" e "como trabalhar a terra"[349]. Cada capítulo contém um pequeno texto e algumas questões para discutir. A organização dos temas em capítulos revela o emprego do método ver - julgar - agir, oriundo da Igreja Católica: o conhecimento e o julgamento da realidade (ver e julgar) e em seguida, como agir.

No entanto, para além da percepção da metodologia empregada, a importância do documento reside nas propostas de organização interna dos assentamentos rurais. As evidências, das quais o documento é apenas uma, mostram que o MST, desde a sua organização, propunha com maior ênfase as formas alternativas de organização interna nos assentamentos rurais, embora de forma pouco elaborada e consistente. No documento, não obstante a posse da terra e o trabalho individual figurem nas formas de organização na terra e do trabalho, o coletivo aparece como a alternativa mais adequada.

Ao enumerar os dez principais problemas enfrentados nos assentamentos - "enfrentar as manobras e decisões do Incra, das secretarias de agricultura, dos governos estaduais, que sempre tentam manipular os assentamentos; preço baixo dos produtos agrícolas; falta de escola; falta de assistência médica; financiamento nos bancos com juros muito altos; falta de condições pra fazer a lavoura; falta de moradia, falta de galpões; falta de estradas; falta de transporte" - o documento questiona se "todos esses problemas podem ser resolvidos por si?". E, conclui: é preciso continuar organizados "porque se cada um pensa em ficar sozinho no seu canto não vamos muito longe e logo o poder dos ricos acaba com a gente."[350]

> *Formas de trabalhar e de se organizar na terra*
>
> O primeiro ponto que precisa ser discutido é sobre o jeito como se vai trabalhar a terra. A maioria dos companheiros tem na cabeça a necessidade de encontrar um jeito que garanta nunca mais perder a terra.
>
> Em relação à terra, há quatro tipos diferentes de ter a propriedade, com garantia:
>
> 1º - Cada um tem seu lote e trabalha sozinho nele.
>
> 2º - Cada um tem o seu lote, mora nele, mas tira a divisa e trabalha em conjunto com os outros companheiros.

---

349 - MST. Terra não se ganha, se conquista! *Caderno de formação n. 9*. São Paulo: Secretaria Nacional. p. 10.

350 - Id., ibid., p. 10.

> 3º - Cada um tem o seu lote registrado, mas não sabe certo onde é, e trabalha em conjunto. Mora em lotes pequenos.
> 4º - A terra está escriturada no nome de todos os companheiros. Fica um pedaço só sem divisão de lote. Cada um tem só um pequeno lote para construir a casa, e as lavouras de miudezas, chiqueiro, etc. O resto é tudo em conjunto.[351]

Há uma padronização de formas propostas pelo MST/CPT no referido documento, com uma clara hierarquização. A ênfase na forma coletiva é perceptível, logo num primeiro olhar. Das quatro maneiras de trabalhar e de se organizar a terra do fragmento, apenas a primeira refere-se à posse e ao trabalho familiar individual. A segunda mantém a posse individual e propõe o trabalho coletivo. A terceira, mantêm a posse individual, a moradia em agrovila e o trabalho coletivo, e, a quarta, a posse da terra e o trabalho coletivo. Ou seja, há uma clara hierarquia que vai da forma individual, passando por formas semicoletivas e, no topo, o coletivo. Isso também pode ser verificado mais adiante, onde o documento esclarece a existência de diversas formas de trabalho em conjunto:

> 1º - Fazer a limpa da planta. Esse a turma está mais acostumada a fazer.
> 2º - Lavrar e plantar em conjunto. Depois cada um cuida o seu lote e colhe sozinho.
> 3º - Comprar um trator em conjunto, pra lavrar as terras individuais.
> 4º - Fazer um galpão em conjunto pra guardar as sementes, o produto e os adubos.
> 5º - Fazer empréstimo em conjunto no banco, em um só contrato. Aí fica mais difícil o banco executar em caso de atraso no pagamento e se perde menos tempo na cidade.
> 6º - Vender a produção em conjunto, pra pegar melhor preço.
> 7º - Comprar mercadorias em conjunto, pra conseguir preço mais barato.
> 8º - Fazer tudo em conjunto. Desde a lavoura, o empréstimo no banco, a venda da produção, as construções, etc. E no fim do ano dividir os resultados entre todos, conforme cada um trabalhou.[352]

Neste excerto, o documento revela sua lógica pedagógica. Primeiro, parte de uma forma de trabalho em conjunto simples e conhecida pelos camponeses: o mutirão, a troca de dias de serviço para limpar, plantar ou colher, a ajuda mútua em situações difíceis, como de enfermidade, são práticas inerentes à trajetória camponesa. Essas práticas são comuns em diferentes momentos e lugares - na fase da colonização da região, no acampamento, nos assentamentos, entre os pequenos proprietários rurais -, mas sempre estão ligadas a uma sociabilidade de enfrentamentos e de comunhão na vida cotidiana.

---

351 - Id., ibid.

352 - Id. ibid. p. 11.

O documento discute desde enfrentamentos até situações de adversidades, na realização de atividades, sobretudo aquelas que precisam ser realizadas em pouco tempo e para contornar pequenas dificuldades, mas que também permitem o convívio e laços de solidariedade. Assim, "o vizinho também é o parente mais próximo". Em seguida, o documento enumera outras formas de atividades que podem ser desenvolvidas em conjunto, bem menos praticadas entre os camponeses. No entanto, se cada uma das atividades enumeradas pode ser desenvolvida em conjunto, por que não o fazê-lo? Surge aí a última opção que na prática acabou sendo a primeira.

O Caderno finaliza chamando atenção: "Para dar certo, a escolha deve ser feita livremente sobre o que se pode fazer em conjunto" e "sobretudo que tenham consciência de que este serviço que irão fazer - coletivo ou em conjunto - traz vantagens." Ou seja, a proposta coletiva traz implícito um objetivo de dupla dimensão. De um lado, a eficácia econômica, com o aumento da produtividade e a inserção no mercado capaz de gerar agregação de valor. De outro lado, a eficácia política: ao enfatizar a gestão e produção coletiva, a associação, o MST indica que a *práxis* não se consubstancia numa questão legal ou deve estar determinada por ela, a *práxis* deve ser e realizar-se num exercício de todos (gestão democrática). É uma pedagogia que valoriza a prática, o aprendizado na experiência - no *ocupar, resistir e produzir*.

Nos anos que seguiram, surgiram roças coletivas, compras em conjunto, associações, pequenos grupos semicoletivos e coletivos. A CPT do Paraná via nas associações e pequenos grupos coletivos um instrumento econômico contra a pobreza e espaços de realizar valores, como os da solidariedade cristã, amalgamados ao projeto de uma nova sociedade. A recorrência à expressão “sociedade igualitária” nos cadernos de formação e roteiros para as CEBs da CPT, publicados pela Assessoar, é uma evidencia nesta direção. Órgãos governamentais, entre as quais a Emater, também incentivaram a criação de associações.

Na medida em que o MST vai afirmando sua autonomia em relação a CPT, observa Gaiger, a mediação ganhou novo conteúdo, evidenciando uma descontinuidade em relação à mediação predominante até então: a dimensão política da luta (articulada num discurso primordialmente classista) sobrepôs-se à dimensão religiosa. No processo de luta, as lideranças do MST articularam uma orientação política nem sempre em acordo com as propostas da CPT, o que resultou em divergências e

atritos. A ênfase ao "ser comunitário" da CPT confronta-se com o "ser coletivo" do MST. A divergência está no controle das ações no assentamento.[353]

Em outros termos, como bem assevera João C. Sampaio Torrens, no processo de formação do MST a luta coletiva "deixa de ser uma busca da Terra Prometida ou do Reino de Deus". Ela passa a ser afirmada "como parte importante do processo global das transformações necessárias para a realização de uma reforma agrária ampla, radical e massiva, nos marcos da construção de uma sociedade socialista"[354]. Concorda-se com o autor sobre o movimento do discurso do MST. Observo, no entanto, que a mística nunca deixou de estar ausente, sendo, recentemente, afirmada como uma necessidade no trabalho popular organizativo.[355] Os símbolos, como a cruz, as grandes imagens ("terra prometida"), oriundas da Teologia da Libertação, e outros símbolos do catolicismo vivido pelas classes populares, não deixaram de ser utilizadas em manifestações públicas, acampamentos e ocupações. Junto às imagens de líderes políticos (como a de Lênin, Ernesto Guevara), são usados a bandeira vermelha, o boné, a foice, a enxada e o facão. O Movimento combina tradição ("a terra, sua simbologia, seus mitos"), com o *marketing* social: cria fatos políticos[356] (os vários acampamentos realizados nos últimos anos, em frente à fazenda do presidente da República, em Buritis, Minas Gerais, é um entre múltiplos exemplos).

Neste sentido, o Encontro Regional do MST no Oeste do Paraná, realizado no município de Ramilândia, em janeiro de 1999, é pleno de significados. Na decoração do ambiente (um pavilhão da Igreja Católica), ao fundo, a bandeira do MST ladeada por um retrato de Che Guevara. Durante o encontro, palavras de ordem e cânticos dos músicos do MST no início e término de cada atividade. Ao final do dia último do encontro, na celebração da Missa, cantos religiosos, o hino e outros cantos do MST, a cruz; o mito da Terra Prometida, apropriado através da leitura e interpretação bíblica. Finalizando a celebração, recorreu-se à terra e sua simbologia, através do gesto simbólico de plantar algumas árvores em frente ao pavilhão do encontro, exatamente no local onde mudas de árvores haviam sido destruídas pela população local. A vida renasce onde havia morte.

---

353 - GAIGER, L. I. G. *Agentes religiosos e camponeses sem terra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p. 42. Apud: ZIMMERMANN, Os desafios da organização interna de um assentamento rural. p.219. In.: MEDEIROS, *Assentamento rurais*. Op., cit.

354 - TORRENS, João C. Sampaio. O processo de construção das linhas políticas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. p. 155. In: MEDEIROS, *Assentamentos rurais*. Op. cit., p. 143-156.

355 - MST. Mística. *Caderno de formação n. 27*. São Paulo: Secretaria Nacional, mar. 1998.

Ainda durante o encontro, ao mesmo tempo em que se estudou um texto acerca dos novos valores a serem assumidos pelos sem-terra acampados e assentados, o *marketing* social (produtos da reforma agrária vendidos com o símbolo do MST, distribuição de alimentos na periferia das cidades, mutirões para a limpeza da escola e pátios de prédios públicos na cidade) foi defendido e assumido como uma das tarefas a realizar.

Tradição e modernidade estão presentes a todo instante na formação política dos sem-terra no fazer-se do MST. A reforma agrária (entendida como intervenção radical na estrutura fundiária pelo parcelamento da terra, acompanhada de política agrária e agrícola) constituiu a dimensão política principal do processo de lutas. Trata-se de uma dimensão moderna em nosso País, marcado por uma estrutura fundiária arcaica, historicamente concentradora. A reforma agrária, para além da democratização da terra, é vista pelo MST como importante passo na construção do socialismo.

3.2. O PNRA e os Assentamentos Rurais no Paraná

A reforma agrária como ação indispensável para a alteração da estrutura agrária do País e a realização de direitos, referidos à modernidade, nortearam o objetivo central da Proposta para Elaboração do I PNRA, apresentada pelo governo Sarney, na abertura do IV Congresso da Contag, em 25 de maio de 1985, em Brasília. A *justiça social* no campo e o direito de *cidadania* do trabalhador rural seriam alcançados mediante a alteração da estrutura fundiária do País, eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio.[357] Os beneficiários potenciais do plano foram estimados em cerca de 7,1 milhões, a serem assentados entre 1985 e 2000. Com base em dados do Incra, calculava a existência de 10.640.000 trabalhadores sem-terra, posseiros, arrendatários, parceiros, minifundistas e assalariados agrícolas. Ao estabelecer o número de beneficiários, o plano partia do reconhecimento da estrutura agrária concentradora e de uma crítica

---

356 - Ver NOVAES, Regina. A trajetória de uma bandeira de luta. p. 178. In: COSTA, Luiz F. C. & SANTOS, Raimundo (Org.). *Política e reforma agrária.* Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 169-180.

357 - MIRAD/INCRA. Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA. Brasília, maio de 1985, p. 97. In: LEAL, *Reforma agrária ...*, op. cit., p. 77-120. Estava fundamentada nos preceitos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964).

contundente às políticas agrárias do regime militar que não alterou as graves distorções daquela estrutura e contribuiu para a tendência concentracionista.[358]

Durante os anos 60 e 70, a intervenção do Estado no processo econômico garantiu a expansão territorial do capital e a agricultura modernizou-se. Do ponto de vista da burguesia, a questão agrária tinha sido em grande medida resolvida. Com o Estatuto da Terra (1964), o Governo Militar adiantou-se às esquerdas tirando-lhes a bandeira de luta, mas não fez a reforma. O Estatuto da Terra foi utilizado para desmontar as tensões sociais no campo e para transferir famílias de locais de conflitos para projetos de colonização. A intervenção do Estado no processo econômico garantiu a expansão territorial do capital, a agricultura modernizou-se de forma desigual. A reforma agrária não configurava mais uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo. Os planos econômicos vão enfatizar a adoção da modernização da agricultura para aumentar as exportações. Tendo como meta uma agricultura mais eficiente, as ações governamentais priorizaram a resposta técnica à questão agrária em detrimento da alteração da estrutura fundiária pelo parcelamento de terras. O acesso dos agricultores (sobretudo dos grandes) aos financiamentos e insumos foi facilitado, beneficiando os interesses financeiros do grande capital multinacional, que passou a comercializar modernos implementos agrícolas, inseticidas, entre outros produtos.[359]

Nos anos 80, a partir da denúncia das desigualdades e exclusão sociais, a questão agrária foi reiventada pelas ações dos novos movimentos sociais e seus mediadores e entrou na agenda política. A defesa da reforma agrária privilegiou a dimensão social e política, articulando-as à idéia da democracia e da cidadania, e as transformações mais amplas da sociedade.[360] O governo José Sarney que, pelas vicissitudes da história, substituiu Tancredo Neves na presidência, recriou o Incra através do Decreto nº 90.697, de 12 de dezembro de 1984, e criou o Ministério da

---

358 - Cf. PNRA. 1º Plano Nacional de reforma Agrária - PNRA. Anexo ao Decreto n. 911.766, de 10 de outubro de 1985. p. 803. In: *Coletânea de legislação e jurisprudência* (outubro/dezembro de 1985). São Paulo: Lex, 1985. p. 793-833.

359 - Ver MARTINS, *Exclusão social...*, op. cit., p. 84.; LINHARES, & SILVA, *Terra prometida*. Op. cit.

360 - O episcopado brasileiro posicionou-se no documento "Igreja e Problemas da Terra" (1980). Em 1983, foi lançada a Campanha Nacional de Reforma Agrária, pela CONTAG, ABRA, CPT, CNBB, CIMI e IBASE. A campanha voltou-se preferencialmente para as populações urbanas para obter seu apoio à luta pela reforma agrária. Entendia-se que estavam mais concentradas, tinham maior peso político e eram os maiores interessados na mudança da estrutura agrária pelos benefícios que esta lhes poderia trazer. Em 1984, a CONTAG entregou uma carta de reivindicações ao então candidato à presidência da República Tancredo Neves, entre as quais figurava a elaboração de um projeto de reforma agrária para o País. As forças políticas articuladas na chamada Aliança Democrática, embora nitidamente conservadora, em seu documento constitutivo, de agosto de 1984, assume o compromisso de realizar a Reforma Agrária

Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), vinculando o problema agrário diretamente à Presidência da República. Assumiu o cargo Nelson Ribeiro, que gozava do apoio da Igreja Católica. A presidência do Incra foi entregue a José Gomes da Silva, um dos organizadores da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). E, um plano nacional de reforma agrária começou a ser formulado. O MST enviou as conclusões do 1º Congresso Nacional realizado em Curitiba, em janeiro de 1985. E, no dia 11 de maio, a direção nacional do movimento, em audiência com o Ministro da Reforma Agrária e do Desenvolvimento e com o Incra, apresentou um documento contendo as exigências de cada estado. Semanas mais tarde, uma comissão da Coordenação Nacional discutiu e apresentou sugestões para o PNRA.[361]

As forças políticas conservadoras, entre as quais a Tradição Família e Propriedade - TFP, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, a União Democrática Ruralista – UDR, afirmavam que uma reforma agrária radical desestabilizaria a estrutura produtiva rural e que o governo perderia o controle do processo de reforma agrária. Enfatizavam também que o plano era uma proposta comunista. "*O projeto do governo* foi feito em um gabinete com uma visão técnica e ideológica que *leva ao coletivismo, ao comunismo*", afirmou o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), uníssono com 140 sindicatos rurais daquele estado, em reportagem da *Folha de São Paulo.*[362]

A proposta do PNRA mexeu com interesses que perpassavam toda a estrutura social, mostrando a figura multiforme do latifundiário. O banqueiro, o industrial, donos de grandes meios de comunicação, também eram grandes proprietários de terra. Uma imbricação surgida, sobretudo, durante o regime militar, quando a terra se mostrou uma das melhores alternativas de investimentos, "via incentivo fiscal na área da SUDAM, sem falar no reflorestamento, que interessou principalmente os bancos. (...). Isso alterou muito o equilíbrio das forças, porque tradicionalmente o industrial sempre foi aliado da reforma, e no caso brasileiro isso não apareceu com tanta nitidez, devido a essa imbricação social." [363].

---

mediante o cumprimento do Estatuto da Terra (Ver LORENA, Carlos. A campanha nacional pela reforma agrária. A urgência da reforma agrária. In: ABRA. *Revista reforma agrária*. Campinas, 1993. p. 52-58.).

361 - Cf. MST. O plano nacional de reforma agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Caderno de formação n. 4*. São Paulo, junho de 1985.

362 - Jornal Folha de São Paulo, 11 de junho de 1985. Apud: LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. p. 60

363 - SILVA, José Gomes da. Reforma agrária não se negocia. Entrevista. P. 96. In: *Revista reforma agrária*. Revista da ABRA. N. 1,2 e 3. Vol 26. Campinas (SP), Jan./dez. de 1996. p. 67-79.

Neste contexto, dentro do governo, as pretensões internas de realizar a reforma agrária foram sufocadas e, da redação final do plano, partes importantes da proposta foram suprimidas ou alteradas. Estava em curso uma resposta conservadora à questão agrária. Depois de doze versões, em 10 de outubro de 1985, o presidente José Sarney assinou o Decreto 91.766, aprovando o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que deveria ser executado entre 1985 e 1989, imprimindo rumos bastante diferentes daqueles previstos na proposta original do PNRA. Vejam-se, por exemplo, as alterações no programa básico, este que tinha como objetivo o assentamento de trabalhadores rurais em terras desapropriadas por interesse social, nas quais se organizariam:

> ... em novas unidades de trabalho e produção com *estrutura associativa e administração autônomas*, que constituirão os assentamentos, *cujas dimensões, formas possessórias e de gestão estarão condicionadas inclusive às decisões dos próprios beneficiários*, à diversidade e às especificidades locais e regionais. (...). ...evitando-se regular através de normas pré-estabelecidas as maneiras de viver e trabalhar dos beneficiários da Reforma Agrária.[364] (Itálico meu: texto suprimido na versão final do PNRA).

A CPT do Paraná, através do seu Boletim Informativo, denunciou os retrocessos na versão definitiva do plano.

> O PNRA é uma farsa. (...) não delimita as áreas prioritárias para fins de reforma agrária; transforma o caráter de reforma de um processo massivo para um caso-a-caso negociado; descaracteriza a desapropriação como legítimo e principal instrumento do processo de Reforma Agrária e a substitui pela "negociação" e o "entendimento"; o Plano é colocado em anexo ao decreto assinado pelo Presidente, assim como podem ser colocados outros planos, transfere a decisão sobre os planos regionais para as mãos do Presidente, e para não deixar dúvidas, apresenta trechos de visível proteção do latifúndio.[365]

A versão final do programa previa a destinação de 43,9 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias entre 1985 e 1989. O debate em torno dos números persistiu, balizando a discussão em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte. No processo ocorreu a extinção do Incra (Decreto-Lei 2.363, de 21 de outubro de 1987). O referido decreto também tranqüilizava os grandes proprietários, anunciando que propriedades rurais produtivas não seriam desapropriadas para fins de reforma agrária. A falta de empenho político, a parca dotação orçamentária e a carência de funcionários no Incra mantiveram a reforma agrária, entre 1985 e 1989, circunscrita ao assentamento de apenas 82.896 famílias em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. Ou seja, 5,92% das famílias previstas para

---

364 - Id., ibid., p. 97.
365 - CPT. *Boletim Poeira*, ano VII, n. 41, Curitiba, setembro/outubro de 1985.

serem assentadas no referido período. A partir de 1990, as dificuldades de caráter orçamentário, bloqueio substancial de recursos, carência de pessoal, constituíram-se em limites à execução de desapropriações e implantação de assentamentos. Embora o número de assentamentos tenha crescido, sobretudo depois de 1994, a meta de assentar 7,1 milhão de famílias até o ano 2000 não foi cumprida.[366]

No Estado do Paraná, na conjuntura em foco, predominavam as correntes conservadoras no governo do Estado do Paraná. No ano de 1986, começaram a ser tomadas as primeiras medidas para a seleção, desapropriação de áreas, cadastramento e seleção das famílias sem-terra e a elaboração e execução dos projetos de assentamentos rurais. Para este fim foi articulado o aparato institucional estadual. Logo ficaria claro que a reforma agrária aventada não passaria de algumas medidas sem maior alcance e de contra-reforma, como a criação da Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária – Secra, em maio de 1986. Sua criação atendeu duplamente aos interesses dos latifundiários. De um lado, porque a reforma agrária deixou de ser um problema afeto à Secretaria da Agricultura e, portanto, os recursos que lhe eram canalizados poderiam ser aplicados na produção e produtividade, vistas como prioridade pelos proprietários rurais e em torno das quais articulavam a pressão sobre o governo do estado. De outro lado, porque a reforma agrária tornou-se problema da Secra, sem que esta tivesse infra-estrutura, funcionários e recursos para desenvolver o trabalho. Situação semelhante enfrentava o Incra, especialmente no que se refere ao quadro funcional e aos recursos.

A Federação dos Agricultores do Estado do Paraná (FAEP) também impingiu uma derrota ao MST. Sua pressão levou o governo do estado, em setembro de 1986, a extinguir a comissão encarregada de elaborar as diretrizes da reforma agrária no estado. Dela participava o MST, o Incra, a Secretaria da Agricultura, a FAEP e a FETAEP. Ao mesmo tempo, o governo criou uma comissão agrária com base no Estatuto da Terra,

366 - Segundo o Incra, até agosto de 1998, incluindo as ações da política de assentamentos dos governos anteriores, foram implantados 2.465 Projetos de Reforma Agrária, com 359.509 famílias, numa área de 17.258.625 hectares; 48 projetos de Colonização, com 76.379 famílias, numa área 13.949.545 hectares; 830 projetos de assentamentos de Reforma Agrária Estaduais, com 137.324 famílias, numa área de 5.314.069 hectares, perfazendo um total geral de 3.343 projetos, com 573.212 famílias, numa área de 36.522.239 de hectares. O governo FHC, entre 1995 e 2000, teria assentado 481.962 famílias. (INCRA. *Projetos de reforma agrária em execução*, 01/ 08/1998. WWW.incra.gov.br; ABRA. *Relatório dirigido a FAO*, em setembro de 2001. Apud: Jornal dos trabalhadores rurais sem terra. Ano XX, n. 215. São Paulo, outubro de 2001. p. 8.)

da qual excluiu o MST, enquanto despejos em diversas partes do estado começaram a ser realizados.[367]

Diante deste quadro, surgia uma encruzilhada no caminho da luta dos sem-terra no Paraná e a nível nacional. Com 58 assentamentos conquistados em dez estados, a luta passava a ser vista da ótica das necessidades não atendidas para tornar viável os projetos. No 1º Congresso Nacional, em 1985, os assentados desenvolveram um debate à parte e elaboraram propostas, algumas das quais foram incorporadas na proposta do PNRA. No mesmo ano, em junho, os assentados vinculados ao MST realizaram um encontro nacional em Cascavel. Relacionaram o que entendiam serem os principais problemas que enfrentavam: dívida nos bancos, a baixa qualidade da terra conquistada e a falta de crédito, armazéns, assistência técnica, alimentos, escolas, postos de saúde, estradas, transporte.[368]

Destarte, o problema que se colocava era se a luta deveria priorizar a implantação das condições de infra-estrutura, crédito para a produção, formas de produção em associação e grupos coletivos, ou dar continuidade aos acampamentos e ocupações de terra como forma de ampliar as conquistas de reforma agrária. Já no 1º Congresso Nacional viu-se que era um debate falso, pois a nova luta por crédito, infra-estrutura, inserção no mercado como forma de agregar valor, não se faria sem os acampamentos e ocupações. Sem estes, o movimento certamente perderia força de pressão. Era preciso aliar a luta dos assentados à continuidade da luta pela terra e pela reforma agrária.

Este debate ressurgiria no interior do movimento com maior força a nível nacional após a derrota sofrida na Assembléia Constituinte. Não obstante a mobilização dos movimentos sociais e de entidades com a apresentação de uma emenda popular da reforma agrária, com mais de um milhão e 200 mil assinaturas, o Capítulo III da Constituição Federal de 1988, "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária", consubstancia-se num evidente retrocesso quando comparado ao direito

---

367 - As comissões agrárias, previstas no Capítulo IV do Estatuto da Terra, a Portaria nº 87, de 27 de maio de 1986, e a Portaria nº 465, de 31 de julho de 1986, eram de caráter consultivo. Como reconhece o próprio Incra, apesar de funcionar em todas as unidades da Federação, as comissões contribuíram pouco para acelerar o processo de reforma agrária. Os grandes proprietários de terra e os trabalhadores rurais radicalizaram nas manifestações e os interesses dos membros das comissões resultaram em antagonismos (Fonte: INCRA. www.*incra.gov.br*, em 10 de maio de 2001. Sobre a formação da Comissão Agrária no Paraná, ver GERMER, Claus Magno. Reforma agrária no Paraná (entre a versão e o fato na aldeia dos expropriados. In: ABRA. *Reforma Agrária*, vol. 16, nº 2. Campinas, ago/nov. de 1986. p. 24-33.).

368 - Cf. Caderno de formação nº 4. Doc. cit.

agrário anterior. Representa um novo capítulo de limites à reforma agrária criado pelas forças políticas conservadoras (UDR e Centrão), em continuidade à sua vitória na elaboração do PNRA. Esta conjuntura exigiu do MST uma avaliação dos caminhos da continuidade do movimento de resistência. Era preciso transformar os assentamentos em um símbolo de sucesso, que mostrasse a viabilidade da reforma agrária e ao mesmo tempo fosse um estímulo para a luta dos sem-terra.

> Nós sempre discutíamos isso lá por volta de 1990. Alguns companheiros defendiam que deveríamos resolver o problema dos assentamentos pra daí começar novos acampamentos. Outros defendiam a tese de que nós nunca poderíamos parar com os acampamentos, porque o dia que terminassem terminaria o movimento. Eu acho que se nós tivéssemos resolvido o problema de todos os acampamentos não teríamos mais quem lutasse. Haveria muito mais dificuldades pra fazer a nossa luta. Assim se você vai lá no acampamento e diz "preciso de dez pessoas pra contribuir com o trabalho de base", você dá uma clareada pra eles e eles vão e ajudam a fazer. Agora, você vai num assentamento pra você tirar uma ou duas pessoas é bem mais difícil.[369]

A opção que surgiu do debate foi a de atuar nas duas direções de forma amalgamada, como evidencia o lema "Ocupar, resistir e produzir", escolhido no Encontro Nacional, realizado no município de Sumaré, no Estado de São Paulo, em 1989. Neste sentido, como se verá no Capítulo IV, o MST passa a elaborar e implantar a cooperação nos assentamentos rurais para viabilizar a produção, fazendo-a convergir para a luta pela reforma agrária.

Em maio de 1986, foram editados os planos regionais de reforma agrária. O Decreto 92.6622/86 considerava toda a área rural do Paraná prioridade para desapropriações de terras para assentamentos. Ou seja, não identificava as áreas prioritárias e não especificava as áreas de ação. Deveriam ser assentadas, no ano de 1986, 8.300 famílias. No período de 1985 a 1989, 77.900 famílias, 18% do total das famílias sem-terra no Paraná que, segundo o plano regional, somavam 430.000 famílias. Os assentamentos ocupariam uma área de 1.210.000 hectares - área equivalente a 6% do total dos latifúndios existentes no Paraná (9.093.000 hectares). Entretanto, até junho de 2000 (ver *anexo II*) foram assentadas 13.465 famílias (17,28% da meta prevista para o período de 1985-1989), em 253 projetos, ocupando uma área de 294.867,87 hectares: 7 projetos de colonização com 765 famílias, em uma área de 8.301,03 hectares; 14 reassentamentos de UHEs, com 837 famílias, em uma área de 24.174,34 hectares, 7 projetos do governo estadual com 226 famílias, numa área de 5.666,14 hectares; 225 projetos de reforma agrária, com 11.637 famílias, numa área de 256.726,36 hectares.

---

369 - STAAST, Breno. *Entrevista*. Citada.

Os assentamentos possuem tamanho de área bastante diversos. Existem pequenos (até com menos de 10 famílias) e grandes assentamentos (com até mais de 500 famílias), embora estes últimos sejam em menor número. O relevo e as condições do solo, como maior ou menor grau de fertilidade, também variam. Nos assentamentos estudados, observa-se um relevo acidentado no Assentamento Vitória e no Assentamento Terra Livre. Em ambos a mecanização da terra só foi possível em parte da área. No Reassentamento São Francisco de Assis, como nos demais reassentamentos da Crabi, predomina a mecanização da terra.

Os termos "assentamento" e "reassentamento" trazem implícita uma homogeneização no tocante às condições de existência e ao modo de vida das famílias beneficiárias. Todavia, há multiplicidades. A condição social anterior das famílias reassentadas revela que se tratam de posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, filhos de pequenos proprietários. Além destas categorias sociais, também compõem a base social nos assentamentos do MST assalariados do campo, desempregados da cidade e bóias-frias. Entre os atores envolvidos no processo de criação e desenvolvimento dos projetos de (re)assentamentos estão não só órgãos públicos (Incra, prefeituras, Secretaria de Estado da Agricultura, bancos, Copel) como também igrejas, ONGs de diferentes tendências políticas e interesses, CPT, partidos políticos, bem como os próprios movimentos sociais aos quais os trabalhadores estão vinculados (Crabi/MAB, MST).

Tal diversidade vem acompanhada de multiplicidade de objetivos e motivações, desde a solidariedade, concepções político-partidárias ou investigação acadêmica. Do ponto de vista da inserção social e da constituição da identidade política, as formas sociais nos assentamentos revelam sujeitos sociais com experiências históricas de vida e trabalho distintas. E, que foram mobilizados por diferentes atores: pelo MST, Crabi/MAB, por políticos de variados partidos, pela CPT, por sindicatos de trabalhadores rurais da Contag. Do ponto de vista das políticas públicas, as ações de criação dos assentamentos ainda não alteraram a lógica de intervenção do Estado na questão agrária: ela se configura pontual, em áreas de conflito, segundo o poder de pressão política dos movimentos sociais.[370] No que se refere aos vínculos políticos, constatam-se, ao mesmo tempo, fortes vínculos de parte assentados com determinados mediadores (com o MST e Crabi), ou sua ausência. No Assentamento Vitória, apenas parte das famílias se diz vinculadas ao MST e manifestam apoio ao movimento. O vínculo de algumas famílias, ou de

todo o grupo de um assentamento, na maioria das vezes já é anterior ao assentamento. Ocorre quando as famílias ou um de um ou alguns membros tomam a decisão de ingressar num acampamento. Nele estabelecem um encontro no cotidiano vivido com suas bandeiras de luta e passam a atuar na prática. O aprendizado se dá, pois, na experiência vivida.

Finalmente, observam-se diversas formas de organização no interior dos assentamentos. Nos assentamentos pesquisados, a proximidade dos lotes e a interação das famílias, a organização da vida religiosa e de outros bens comunitários como a escola, a bodega e o salão comunitário, configuram diversas *comunidades*.

No que se refere à organização da terra e da produção, observou-se o desenvolvimento do *mutirão* e da *troca de dias de serviço*, ambas próprias da cultura camponesa. E, formas associativas e de cooperação induzidas pelo MST e Crabi/MAB. Nos assentamentos do MST: o *núcleo* ou *grupo de produção,* várias modalidades de *associação* (de máquinas ou implementos agrícolas, de comercialização, de benfeitorias); *grupos coletivos*, *grupos semi-coletivos, condomínio*, e, duas formas de *cooperativa*: a Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS) regional e a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). Entre os reassentados da Crabi, funcionam três cooperativas de crédito (Cresol). Além disso, uma forma de cooperativa, não encontrada nos outros dois assentamentos de reforma agrária: a Cooperativa de Produção, Comercialização e Transformação (CPCT). Esta forma, como o nome anuncia, trabalha com agricultores familiares que desenvolvem a produção agropecuária orgânica, desde a produção de sementes e tecnologia e à industrialização própria, além de comercializar os produtos orgânicos *in natura* ou transformados.

Como se verá nos capítulos III e IV, diferentes formas associativas e de cooperação coexistem num mesmo assentamento. Elas foram articuladas no processo de luta pela reforma agrária, como frente de luta política e como instrumento de viabilizar economicamente a resistência no campo. Todavia, há que se verificar se o MST e a Crabi/MAB efetivamente consideraram a cultura dos assentados na implantação de formas de cooperação nos assentamentos. No que se refere ao MST, diversos documentos chamam atenção para a necessidade de implantar formas alternativas (associações, coletivos), e de que a adesão deve ser livre. "Em todos os lugares o pessoal deve discutir a forma de dividir e trabalhar a terra (se é lote individual ou em conjunto)."

---

370 - Cf. LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil. p. 41-42. In: MDA. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: 2000. p. 37-54.

[371]. Porém, isto não informa efetivamente sobre os conflitos, dificuldades e ações de intervenção do MST, no processo de discussão e implementação das propostas nos assentamentos rurais.

As narrativas dos assentados nas entrevistas evidenciam uma forte resistência às formas coletivas. As famílias rejeitam formas de produção rígidas. Talvez porque a organização coletiva anula os direitos individuais de propriedade e exige regras disciplinares, como o controle do tempo de trabalho e da produção. Com efeito, a solidariedade construída na luta é apenas momentânea, desfazendo-se na organização interna dos assentamentos. Neles os conflitos movem-se referidos às condições de vida e trabalho anteriores ao ingresso na luta pela terra e as propostas de cooperação dos mediadores. A ocupação, o acampamento, a prática pedagógica da CPT e do MST e o aprendizado na luta não provocaram uma ruptura à concepção da terra como propriedade familiar privada e a determinadas relações as quais estavam submetidos os trabalhadores sem-terra e com pouca-terra antes de optarem pela resistência organizada.

Se há múltiplas evidências de que os sem-terra optam pelo acampamento e ocupação porque têm como objetivo comum à conquista de um pedaço de chão para plantar, contudo a forma de organizar a posse da terra (se individual ou coletiva) e os significados por eles atribuídos à terra, é uma questão demasiadamente intrincada. Procurarei avançar no entendimento dela nas partes seguintes deste trabalho, partindo da hipótese de que a resistência ao trabalho e a terra coletiva vem de uma tradição de trabalho em unidades familiares individuais. Em outros termos, a luta pela apropriação privada da terra que moveu a resistência dos colonos desde a fase da colonização da região, se redimensiona na luta pela terra no passado recente. São sujeitos sociais que portam uma memória da condição de proprietário e da tradição da produção individual familiar. Sua luta pela terra é luta pela sobrevivência. Seu problema imediato é o da conquista das condições para a reprodução física e social do seu modo de vida. O engajamento destes sujeitos na luta deve-se à resistência aos processos de expropriação da terra, das condições de trabalho e de reprodução social. A maioria nunca se constituiu em pequeno proprietário familiar de terra, mesmo aqueles que, atingidos por barragens, conquistaram o reassentamento. Margaret Nunes, da Crabi/MAB, evidencia a centralidade da terra na identidade social das diferentes categorias subalternas no campo.

---

[371] - MST. *Conquistar a terra*. Doc. cit., p. 12.; MST. Plano nacional. *Caderno de formação n. 17*. São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989., entre outros.

> A idéia que a gente mais temia era ficar sem terra, porque se você têm terra você têm vida, se você não têm terra não têm vida. Então esta idéia foi amadurecendo, que tamanho de terra se queria, como ela seria. Mas estava claro que a gente não podia perder a terra, e que todas as pessoas, independente de ter terra ou não, mas que morasse na beira do Rio Iguaçu, não poderia ficar sem terra.[372]

O desejo de continuar no campo como proprietário de terra ou de realizar esta utopia, que move as categorias subalternas à luta contra a construção de barragens e as ocupações de terra, manifesta-se fortemente nos processos de organização interna dos assentamentos, sobretudo, nas formas de cooperação. Assim, no próximo capítulo, o olhar voltar-se-á para a organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais.

---

[372] - NUNES, *Entrevista*. Citada.

PARTE II

LAVRANDO A VIDA

FOTO 1: *Acampamento*. À margem da rodovia, o acampamento dá *visibilidade a um sujeito coletivo*. A bandeira vermelha identifica que o acampamento é do MST. Acampamento BR 277, Município de Ibema, 12 de julho de 1998.

FOTO 2 – *Acampamento na terra ocupada.* A presença de crianças nos acampamentos é, em geral, expressiva. As condições de vida são precárias. Os acampados manifestam a convicção de que a luta coletiva pode mudar essa situação. Acampamento Dorcelina Folador, município de Cascavel, 07/08/2001.

FOTO 3: *Plantio de árvores*. Encontro regional do MST no oeste do Paraná, realizado no município de Ramilândia, de 14 a 16 de janeiro de 1999.

FOTO 4: *Acampamento pela terra, contra a violência.* Cidade de Curitiba, Centro Cívico. No lado esquerdo, a Assembléia Legislativa. As cruzes simbolizam a morte de 15 trabalhadores sem-terra no Paraná, durante o governo Jaime Lerner (1995-1999). Curitiba, 12/07/1999.

FOTO 5: *Acampamento pela terra, contra a violência.* Os sem-terra, diante da ameaça de despejo, se concentram em assembléia para discutir a situação e os encaminhamentos da resistência. Curitiba, Centro Cívico, em 12/07/1999.

FOTO 6: *Interior da casa de Wellington Bonetti.* Observe-se a bandeira do MST em meio a quadros com temas religiosos e imagens de santos. Lindoeste, Assentamento Vitória, 08/03/1999.

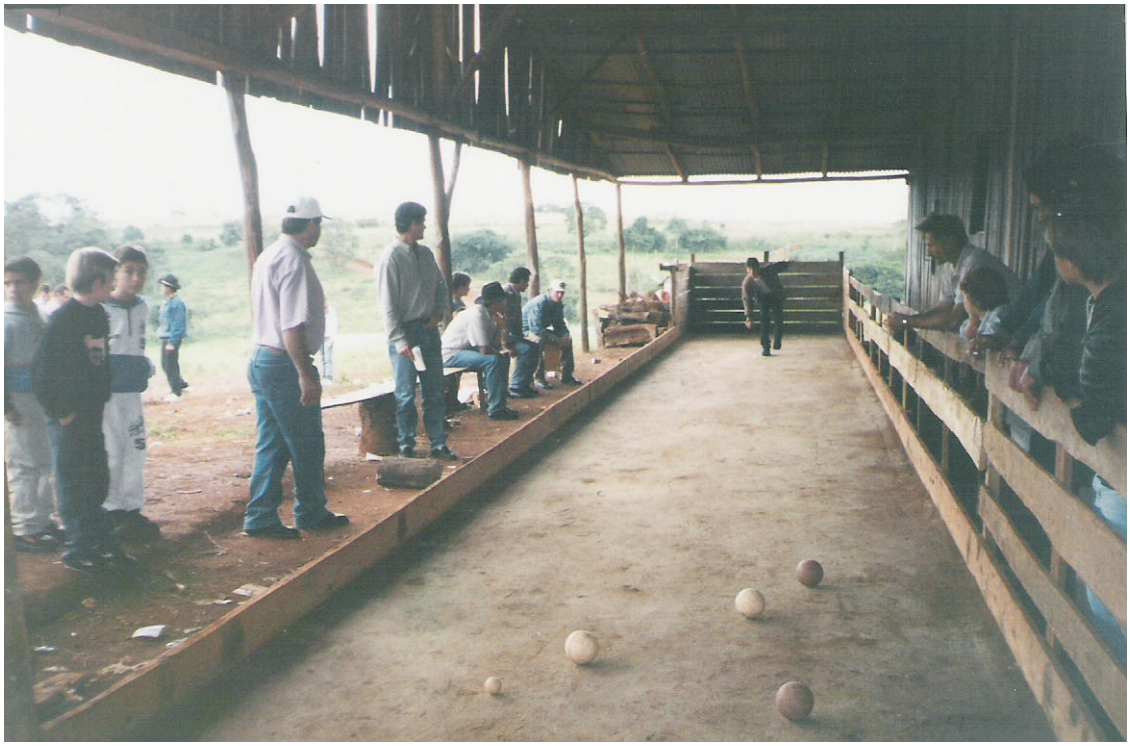


FOTO 7: *Lazer*. O jogo de bocha na Comunidade de Santa Luzia, no Assentamento Vitória, em 20/05/2001.

FOTO 8: *Produção*. Fábrica de ração da Coara. Imagem interna, em 10/03/1999.

FOTO 9 e 10: *Moradia*. A foto 10 retrata a moradia dos assentados do Projeto Terra Livre até início de 2000, quando os assentados passaram a residir em casas de alvenaria (foto 11).

FOTO 11: *Agrovila.* Assentamento Terra Livre, em 03/03/2000.

FOTO 12: *Centro de formação da Crabi.* Reassentamento São Francisco de Assis, em 11/01/1999.

FOTO 13: *Capela*. Reassentamento São Francisco de Assis, em 11/01/1999.

FOTO 14: *Residência de Élio Silva*. Reassentamento São Francisco de Assis, 12/02/1999.

Capítulo III

HISTÓRIA E MEMÓRIA

Experiências da Vida Cotidiana

> Deixar de cultivar a memória de nossa luta é como aquele agricultor que, ao carpir numa linha de milho, chega ao final e esquece que carpiu o inço (James)[373].

Nas entrevistas orais dos assentados três experiências aparecem fortemente nas recorrências as suas trajetórias de vida: a experiência da migração/emigração; a experiência do acampamento e da ocupação; e a experiência de organizar a produção para viabilizarem-se economicamente e permanecerem no campo. As representações dos assentados acerca destas experiências e da vida cotidiana constituem um terreno bastante fértil para compreender os significados que estes sujeitos sociais atribuem às suas práticas. Assim, os processos de organização interna dos Assentamentos Vitória e Terra Livre e do Reassentamento São Francisco de Assis (as temporalidades, a ocupação e recriação destes espaços) serão tratados neste capítulo. As diferentes dimensões da sociabilidade da vida cotidiana (a organização do trabalho como esfera principal das relações sociais; a solidariedade e a cooperação no trabalho agrícola e na esfera da comunidade, as atividades na capela, a festa e o lazer) e as indagações sobre o significado que, para os sem-terra, assume a conquista de um pedaço de chão, bem como se os (re)assentamentos engendram novas relações de vizinhança e comunitárias. Procurou-se nesta parte capturar o significado de um novo tempo e um novo espaço, para esses sujeitos sociais.

Assim, partiu-se da recuperação oral onde os relatos permitiram a formulação da seguinte questão: Por que algumas propostas, como a forma do trabalho e da terra coletiva, foram abandonadas ou recriadas no fazer-se das experiências de organização da vida nos assentamentos? Contudo, penso que a questão central não é

---

373 - Membro da coordenação regional do MST no oeste do Paraná. O fragmento de uma fala na seção de mística no Encontro Regional do MST. São Miguel do Iguaçu, Escola de Formação José Gomes da Silva, Assentamento José Tavares, 23 de novembro de 2001.

esta, bem como ela não se resume ao móvel produtivo. Como veremos, a percepção pelos assentados dos limites interpostos à sua utopia revela o assentamento como espaço de conflitos de idéias e práticas, portanto, espaços políticos. Com efeito, as relações cotidianas nos assentamentos não podem ser resumidas ao econômico. Conferir a esta dimensão da realidade social papel determinante, em detrimento dos elementos políticos e culturais, fragmenta a realidade histórica, obliterando a complexidade dos processos de organização interna dos assentamentos. [374]

Desse modo, estarei operacionalizando uma noção de cultura com formas inseparáveis da experiência, da "polarização de interesses antagônicos e sua correspondente dialética"[375], como "um processo social constitutivo, que cria 'modos de vida' específicos e diferentes"[376] que só podem ser entendidos se rompida a dicotomia entre cultura e vida material. Desse modo, a questão central é: C*omo* se constituiu o processo de organização e implementação das diferentes dimensões da vida cotidiana nos assentamentos e como os assentados vivenciaram essas experiências? Como as práticas e representações foram sendo intercambiadas na organização de estratégias através das quais os assentados realizam a produção da vida, experimentam diferentes propostas de apropriação da terra e de organização do trabalho e procuram defender seus interesses e valores?

São diferentes grupos sociais que interagem na formação dos assentados. Não obstante a heterogeneidade, a migração via de regra faz parte da trajetória de vida destes sujeitos sociais. Suas experiências de vida envolvem a migração rural, ou rural-urbana-rural, e a luta pela terra como forma de reinserção no campo. Configura, pois, um amálgama entre "o movimento e sua memória – migração e representação, vida e memória"[377]. Destarte, a abordagem dos processos de organização interna dos assentamentos deve voltar-se para o engendramento das relações históricas, a partir da multiplicidade de representações que os próprios assentados elaboram como memória de suas trajetórias de vida e lutas.

---

374 - Ver THOMPSON, *La economia moral de la multitud* ..., op. cit., p. 62-139. O papel preponderante conferido ao econômico em estudos sobre movimentos de resistência popular, a separação entre cultura e vida material, são denunciados pelo autor como elemento fragmentador da realidade histórica e social, ao subordinar a cultura, as normas e valores.

375 - THOMPSON, *Tradición, revuelta y consciencia de clase.* Op. cit., p. 39.

376 - WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 25.

377 - BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira & FERRANTE, Vera L. S. Botta. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. p. 187. In: FAO. *Principais indicadores...,* op. cit.

1. ASSENTAMENTO VITÓRIA: Entre Permanências e Mudanças

1.1. Um Primeiro Olhar ...

Entre o relevo acidentado, a seis quilômetros da pequena cidade de Lindoeste, surge a primeira imagem da vida rural do Assentamento Vitória. Uma estrada sinuosa corta o assentamento, desdobrando-se em outras menores que conduzem às casas dos assentados. Os lotes (espaços ao mesmo tempo de habitação e de produção) estão perfilados ao longo da estrada principal. A imagem bucólica, geralmente associada à idéia do campo como lugar do atraso, da ignorância, de uma forma natural de vida (de paz, tranqüilidade e virtudes simples)[378], que se poderia supor encontrar, começa a se desfazer com as diferentes paisagens em movimento e sujeitos em ação, que se observam compondo aquele espaço em recriação.

Ao lado de mananciais de água e da reserva ecológica, a terra lavrada, plantações de milho, feijão e árvores frutíferas; tratores e arados de tração animal; homens, mulheres e crianças na faina diária, que começa por volta das 6:30 horas e, quase todos os dias, segue noite adentro. Ao centro do assentamento está localizada a escola e, ao lado, o posto de saúde e o salão comunitário, em fase final de construção. As igrejinhas e os salões de festas, de alvenaria ou de madeira, das quatro comunidades existentes, estão perfilados ao longo da estrada central ou das estradas secundárias.

Mais à frente, reunidos à sombra de uma árvore, sentados em círculo ao chão ou em cadeiras, homens e mulheres que, a julgar pelos gestos, pareciam estar discutindo algo de extrema relevância. Tratava-se, como fiquei sabendo mais tarde, de uma reunião para resolver questões da associação da qual faziam parte, entre elas, como aplicariam os recursos que viriam do governo. Também estavam decidindo sobre uma manifestação que fariam na cidade, ocasião em que apresentariam novas reivindicações à prefeitura municipal.

---

378 - Sobre as imagens e idéias associadas ao campo, historicamente variadas, ver a instigante obra de WILLIANS, *O campo e a cidade ...*, op. cit.

A imagem daquela reunião fez-me recordar de um fim de semana de 1989, quando ali estive para auxiliar num encontro de formação promovido pela CPT. O local era um rancho no qual funcionava a escola. Tinha apenas um cômodo, onde os assentados procuravam acomodar-se para participar das palestras e demais atividades. As discussões eram acaloradas nas análises de conjuntura e acerca das propostas de alternativas de organização do trabalho e da terra. Naquele momento, embora as famílias já estivessem ocupando lotes individuais, discutiam a possibilidade de criar agrovilas e associações. Os laços de solidariedade e a expectativa de construir uma comunidade de interesses eram particularmente fortes. Os ranchos ainda eram de pau-a-pique, de lonas de plástico, tábuas, capim e bambu. Poucas casas tinham assoalho, a maioria era de chão batido. As estradas eram precárias, o trânsito de automóveis era quase impossível. O cultivo da lavoura e a criação de animais, embora pequenos, garantiam o sustento das famílias.

Após 15 anos de assentamento, cada família ocupa seu lote, com casas de madeira - 129 casas, ou de alvenaria - 23 casas. Embora modestas (a maioria delas têm tamanho em média de 50 m^2), todas possuem energia elétrica. As casas têm organização semelhante, mas diferenciam-se entre si quanto às condições, poisalgumas são bastante rústicas e outras, em geral de alvenaria, apresentam-se em melhores condições (também, em geral, são as maiores) e possuem, além da sala, cozinha, quartos, toalete, dispensa e varanda. Essas casas foram sendo construídas, em geral, aos poucos, com dificuldades. A precariedade da maioria das habitações deve-se ao não recebimento do crédito habitação. Há indícios de que o recurso foi liberado, mas "perdeu-se" no caminho, assevera o assentado Neuri Speroto:

> Todos os assentados têm direito ao recurso habitação. E, nós não pegamos até hoje. Isso foi negociado, logo que nós entramos aqui, saiu o recurso. Só que veio até uma altura e sumiu. Então, lá em Brasília, nós recebemos habitação. Existe um documento lá em Curitiba que nós recebemos. Só que aqui não chegou. Não sei aonde, de que forma não soubemos, ficou dentro do Incra. Sei dizer que de Brasília saiu e em Curitiba têm documento. Sumiu no caminho, não sei de que jeito.[379]

Na última visita que fiz ao assentamento, em novembro de 2001, os assentados haviam, há poucos dias, recebido a notícia de liberação do referido crédito. Das 152 famílias que originalmente se estabeleceram na Fazenda Vitória, apenas quatro desistiram e 15 famílias trocaram seus lotes por outros no próprio assentamento. Outras famílias estão sendo remanejadas pelo Incra, porque o assentamento possui um número

---

379 - SPEROTO, Neuri. *Entrevista.* Lindoeste, 20 de maio de 2001.

de parceleiros acima da capacidade estimada no projeto original do Incra, que previa a criação de 100 unidades agrícolas familiares. Mesmo assim, a maioria das famílias conseguiu uma certa estabilidade econômica e uma melhoria significativa nas condições de vida. A maioria das famílias, com o assentamento, adquiriram eletrodomésticos. Os mais comuns são a geladeira ou "freezer", a TV, o fogão a gás, a máquina de lavar roupa. Os veículos também são comuns, mesmo assim, não é grande o número de famílias que os possuem. Poucas famílias possuem maquinário agrícola mais sofisticado. Quando necessitam de tratores ou colheitadeiras, alugam-nos ou utilizam um trator adquirido pela Cooperativa (Coara). Verifiquei que apenas três famílias tinham trator. Uma delas também possuía uma colheitadeira. Duas razões explicam o pequeno número de maquinário existente entre os assentados: a falta de recursos para sua aquisição, além do que, economicamente, não seria compensador tendo em vista o tamanho diminuto do lote. Os assentados, por diversas vezes, procuraram contornar tais problemas formando associações para comprar máquinas. Mas, desentendimentos os levaram a desfazê-las.

As famílias assentadas estão organizadas em quatro comunidades: Santa Luzia (com 50 famílias), São Roque (com 39 famílias), São Pedro (com 36 famílias) e Baicuru (com 23 famílias). O assentamento dispõe de uma escola que atende a 131 alunos das séries iniciais e outros de 5ª a 8ª séries. Cerca de 140 estudantes de ensino médio vão à escola na sede urbana. A prefeitura municipal mantém o transporte escolar. Dos 2.372,26 hectares do assentamento, 1.903,94 são explorados em atividades agropecuárias, 460 são reserva de mata natural e 8 hectares são de área comunitária. Cada uma das 152 famílias ocupa e cultiva individualmente uma parcela, em média de 15 hectares. Reproduzem a agricultura nos moldes da propriedade familiar da região, com base no trabalho dos membros da família. O município de Lindoeste possui 933 propriedades (435 são de lavoura temporária, das quais 214 são de assentados, 218 são de pecuária, 264 são de produção mista), e 850 dessas propriedades não possuem pessoal contratado.

O Assentamento Vitória, com outros quatro existentes no município, responde por cerca de 50% da produção de grãos do município de Lindoeste.[380] Além da comercialização de produtos, como o milho, os assentados mantêm lavouras de arroz, feijão, mandioca, batata doce, frutas, cana-de-açúcar, e criação de animais, para a subsistência. A maioria dos assentados dedica-se também à atividade leiteira. A Coara possui dois caminhões-tanque, com os quais transporta a produção até o Laticínio

380 - Cf. Prefeitura Municipal de Lindoeste. Secretaria de Agricultura, 1999.

Frimesa. A renda familiar varia de 1 a 3,5 salários mínimos mensais. A renda é maior nas famílias que desenvolvem atividades associativas.[381]

Cento e vinte e duas famílias estão organizadas em associações e ou núcleos de produção que se reúnem pelo menos uma vez ao mês. Todas estão associadas à Cooperativa de Comércio e Reforma Agrária do Oeste do Paraná - CoaraA, criada em 1993. A Coara é uma cooperativa regional de prestação de serviços que possui 26 núcleos de produção associados: dois do Assentamento Sávio, do município de São Miguel do Iguaçu; quatro do Assentamento Verdum e dois do Assentamento Cielito, ambos do município de Lindoeste; um núcleo do Assentamento Colônia Penal, do município de Cascavel; um do Assentamento Capão Verde, e 16 do Assentamento Vitória. São 232 famílias associadas, das quais 122 do Assentamento Vitória.[382]

Modernas técnicas de produção foram sendo introduzidas com o auxílio de técnicos, agrônomos e engenheiros agrícolas, articuladas com formas antigas de produzir. Esse amálgama gerou iniciativas de agroindustrialização. A Coara possui um frigorífico de abate de suínos, com capacidade de abate de 250 suíno/dia, e uma fábrica de ração, com capacidade de produção de 12 toneladas/hora, localizados às margens da PR 182, no Assentamento Verdum. A fábrica funcionou cerca de dois anos e o frigorífico ainda não foi colocado em operação.

O assentado Dalmiro rememora que haviam decidido, inicialmente, "trabalhar coletivamente, a maioria lutava por uma outra sociedade, a sociedade diferente. Então uma parte que foi discutido no acampamento aconteceu e outra parte não, porque, na realidade, nós temos ainda outra coisa na cuca."[383] A entrevista de Dalmiro, a exemplo de outras, indica que, com a imissão na posse, entrecruzando experiências entre si e com os mediadores, os assentados passaram a organizar e se apropriar do espaço, criando e recriando um conjunto de práticas e interesses que foram vivenciados na trajetória de formas diversificadas e nem sempre envolveram todos do grupo.

---

381 - Cf. COARA. Lindoeste, abril de 1999.

382 - Id., ibid.

383 - KELLMER, Dalmiro. *Entrevista*. Lindoeste, 08 de março de 1999.

1.2. E a Ocupação Foi Festa ...

Madrugada fria de 30 de julho de 1986. Em seis acampamentos do Oeste e Sudoeste do Paraná, 152 famílias sem-terra juntam malas de roupas, poucas panelas e trouxas de lona, alguns instrumentos de trabalho, como a enxada, a foice, o machado e o facão, e alguns animais. Sobem nos carros fretados ou saem a pé com destino certo: o latifúndio Vitória, uma área de terra grilada nos anos 1950[384], da qual a empresa Cielito S/A - Administração e Empreendimentos de Elias Nacle se dizia proprietária. Naquele momento, a fome driblou o medo e eles atravessaram as porteiras da área improdutiva. Lá construíram seus barracos.

Os ocupantes somavam uma população de 750 pessoas, com média de cinco pessoas por família. Considerando-se a procedência do "responsável principal" de cada família, verifica-se que a origem imediatamente anterior ao assentamento era de 99,32% do Paraná e apenas 0,67% de outros estados. Quanto ao local de nascimento, 48,32% nasceram no Rio Grande do Sul, 39,59% no Paraná, 10,73% em Santa Catarina e 1,34% em outros estados. [385]

A maioria dos assentados formada por teutos e ítalo-brasileiros que, entre sa décadas de 1950 e 1970, migraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Sudoeste e Oeste do Paraná. As entrevistas com os assentados mostram que suas famílias migraram como forma de manter e ou conquistar a propriedade da terra. Entretanto, a condição anterior ao assentamento revela que esse objetivo não foi concretizado. Como atividade principal, imediatamente anterior ao acampamento, 94 famílias declararam que eram arrendatárias, 14 que eram meeiras, 12 informaram que trabalhavam nas propriedades dos pais, e 32 famílias declararam-se posseiras.[386]

A não-aquisição da propriedade da terra pelos migrantes, hoje assentados, explica-se por diferentes razões. Muitos, apesar de venderem suas propriedades em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não conseguiram comprar propriedades fundiárias cujo preço passa a ser crescente, sobretudo a partir dos anos 60. Também, a divisão das propriedades para a herança, a insuficiência de terra para o

---

384 - Cf. MPFDA. *O livro branco da grilagem de terras* ..., op. cit., p. 22-23.

385 - Cf. levantamento nos cadastros individuais de identificação e classificação de candidatos a parceleiros. INCRA. *Projeto de Assentamento Vitória*, junho de 1987. p 23.

386 - Id., Ibid.

conjunto dos membros da família e a *grilagem* de terras, parecem ter contribuído para a situação de sem-terra. Outros nunca haviam possuído qualquer propriedade de terra, obrigando-os a se submeter a diferentes formas de trabalho como estratégia para sobreviver no campo. Com freqüência acentuada, verifica-se nas fichas cadastrais dos parceleiros que estes desenvolviam mais de uma atividade. O arrendatário, terminado o trabalho em sua lavoura, também atuava como bóia-fria, e os filhos de pequenos agricultores empregavam-se temporariamente na lavoura de vizinhos que possuíam mais terra.

Este quadro agravou-se, nas décadas de 70 e 80, com a modernização da agricultura e levou os sem-terra à organização do acampamento. Os assentados do Projeto Vitória deslocaram-se do Acampamento do Km 15 da Br 373 e Acampamento do Trevo da Br 373, ambos no município de Marmeleiro[387], do Acampamento do Rio Perdido, no município de Quedas do Iguaçu, dos Acampamentos Cajati e Rio da Ilha, ambos do município de Catanduvas e do Acampamento Cielito, em Lindoeste, à época distrito do município de Cascavel. Foram organizados pelo Mastes e, ou, pelo Mastro, por alguns sindicatos de municípios do Sudoeste e pela CPT.

Das 32 famílias que vieram do Acampamento Cielito, 27 eram oriundas da Fazenda Brilhante, de 110 hectares, localizada no distrito de Juvinópolis, município de Cascavel, onde cultivavam a terra na condição de posseiros. Elas haviam comprado o direito de outros posseiros, já que acreditavam na inexistência de título da propriedade. Miro Morais, a exemplo de outras famílias, afirma:

> Eu era posseiro na Fazenda Brilhante. Nós éramos em 40 famílias, todas tinham posse em cima. Aí veio o fazendeiro e se apossou e garrou tirar os posseiros de cima. Foi o Incra que conseguiu o documento pro fazendeiro. Inclusive, eu tinha plantio de café, ele garrou e foi empurrando, perdi. Tinha uns quatro alqueires tudo fechado de arame, mais ou menos uns seis mil pés de café. E aí nós começamos, foi o primeiro acampamento na região de Cascavel.[388]

O conflito começou em 1980, quando o fazendeiro Emílio Bernal, mediante documento de titulação, reclamou direito de propriedade e exigiu que os posseiros se retirassem. Através do advogado do Sindicato dos Produtores Rurais de Cascavel, foram encaminhadas as negociações para transferir as famílias para o Projeto de Colonização Sucuriú, do Incra, no município de Camapuã, no Mato Grosso do Sul. O

---

387 - Um grupo de trabalhadores sem-terra, em 1983, depois da criação da Comissão dos Sem-Terra de Marmeleiro, ocupou a fazenda Anoni (Ver IOKOI, *Igreja e camponeses.* Op. cit.).

388 - MORAES, Miro. *Entrevista.* Lindoeste, 10 de março de 1999.

Incra, criado em 1970, através de uma política de colonização, promovia a ocupação das novas áreas tanto através de pequenas propriedades familiares, quanto por grandes empresas agropecuárias. As empresas auferiram subsídios, financiamentos, incentivos fiscais e grandes obras de infra-estrutura por parte do Estado.[389] Em reunião no Fórum da cidade de Cascavel, em 1984, rememora o assentado Luiz Chabat, "nós assinamos papel sem lê, desistindo da área ocupada."[390] E, 17 famílias saíram em mudança. As que resistiram na terra ocupada foram despejadas. Miro Moraes, uma das lideranças dos posseiros, avalia o episódio com uma pitada de ironia:

> ... a maioria dos companheiros era desorganizada, naquele tempo que recém estava enraizando o movimento. Então a maioria acreditou nesse sindicato que fez lá um negócio frio pros coitados. O senhor sabe, o tal de colono é a pessoa mais consciente que tem: tudo o que é benefício pra ele, concorda com a coisa, e foi onde acabou levado pro Mato Grosso. Esse povo acabou voltando.[391]

Inúmeras denúncias e críticas foram veiculadas através da imprensa escrita contra o deslocamento de camponeses do Paraná para projetos de colonização. Os artigos "Colonos sem assistência na Amazônia"; "Germer contra a ida de colonos para a Amazônia"; "Agricultores sem terra querem ficar no Paraná",[392] são alguns exemplos. Sem infra-estrutura para produzir, não conhecendo o clima e a terra da região onde se localizavam os projetos, sem assistência técnica e a falta de uma política de apoio creditício, os camponeses abandonaram os lotes.

Luiz Chabat e mais quatro vizinhos foram os primeiros a retornar. Em seguida, depois de 14 meses no projeto de colonização, no início de 1986, as outras 12 famílias do grupo retornaram. Elas voltaram ao acampamento dos posseiros da Brilhante de que haviam sido despejados.

> ... as famílias voltaram no acampamento. Consentimos a volta porque eles chegaram lá e o Incra jogou numa terra que não dava produção nenhuma. O povo estava morrendo, pior do que estavam aqui acampados em baixo de lona. Chegou lá o Incra não deu assistência, não deu nada a esse povo.[393]

---

389 - Sobre a expansão da empresa capitalista na Amazônia, ver MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão.* Petrópolis: Vozes, 1986.

390 - CHABAT, Luiz. *Entrevista.* Lindoeste, 08 de março de 1999.

391 - MORAES, *Entrevista.* Citada.

392 - Respectivamente Jornal Folha de Londrina. Londrina, 27 de agosto de 1983. p. 9., e, Jornal O Paraná. Cascavel, 04 de setembro de 1983. p. 1.

393 - MORAES, *Entrevista.* Citada.

Com o apoio do padre Idalino, pároco de Aparecidinha e membro da CPT, decidiram novamente ocupar a Fazenda Brilhante. Já na terra ocupada,

> ... a polícia chegou na base de umas 7 horas da manhã. Nós inexperientes, não tinha muito apoio naquele tempo. Disse: 'o que nós vamos fazer é deitar aqui e vamos ver se eles vão tirar.' Foi uma, todo mundo deitou. Até no jornal ficou bonito, até deu na televisão. Deu que esse povo se encontrou deitado numa área de conflito com fazendeiro.[394]

Despejados, escolheram um dos acampados para fazer o reconhecimento de uma nova área a ser ocupada, a Fazenda Vitória. Feito o levantamento, vencendo o medo dos pistoleiros, ocuparam-na. O latifúndio havia sido desapropriado através do Decreto nº 92.256, em 30 de dezembro de 1985. Com a ocupação, a tensão não diminuiria. Pistoleiros para intimidar os ocupantes atiravam por cima dos barracos. Neste ínterim o proprietário recorreu à Justiça, que lhe concedeu reintegração de posse. O despejo não tardou. Os sem-terra foram despejados pela polícia, em 19 de fevereiro de 1986. Montaram novo acampamento à margem da BR, num local conhecido por Cielito, em Lindoeste, à época distrito de Cascavel. Ao saírem da terra ocupada os sem-terra sabiam o que queriam e que a luta não pararia aí. Num tom de brincadeira, desafiavam os policiais: "nós vamos sair, mas nós vamos voltar, não adianta, voltamos daí."[395]

Meses depois o Incra imitiu-se na posse, em 29 de julho de 1986, e os sem-terra ocuparam novamente a fazenda. Pretendiam realizar a ocupação de madrugada. Tudo estava pronto: barracos desmontados, pequenos objetos, panelas e roupas, em sacos de estopa, ferramentas de trabalho recolhidas. Mas a polícia chegou para impedir a ocupação. A idéia era ocupar assim mesmo, pois se esperassem "... tinha outra turma de Cascavel, sabe como que é né. Nos adiantamos. A polícia virou as costas, catamos nossas coisas, botamos nas costas, e bem cedinho nós ó pra lá", conta Luiz Chabat.[396] E, "a ocupação foi uma festa", "foi folia."[397] "O pessoal estava sofrido e, outra, até era para sair algumas famílias, era para ficar só 116 famílias, mas quem nós iríamos tirar? E aí deu pouca terra, 4,5 alqueires (...) porque nós não deixamos ninguém sair. Ah, foi festa, foi sofrido mais foi festa."[398]

---

394 - Id., ibid.

395 - CHABAT, *Entrevista.* Citada.

396 - Id., ibid.

397 - KELLMER, Fátima. *Entrevista.* Lindoeste, 08 de março de 1999

398 - Id., ibid.

A referência de Luiz Chabat a uma "outra turma de Cascavel" de fato existia. Aliás, os sem-terra somavam 3.279 famílias acampadas em todo o estado. Um grupo de 40 famílias estava em frente ao Palácio do Iguaçu, em Curitiba, e desde novembro de 1985, pressionava o governo a desapropriar propriedades improdutivas para o assentamento das famílias. A decisão de acampar na cidade de Curitiba foi tomada porque o governador José Richa, embora segundo a CPT tivesse em mãos uma relação de áreas que poderiam ser desapropriadas, fez apenas promessas, reuniões com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP e com prefeitos, transferiu a responsabilidade para o governo federal, e não desapropriou propriedades ociosas para assentar as famílias sem-terra acampadas.[399]

Em reunião com a Secretaria Extraordinária de Coordenação de Reforma Agrária (Secra) realizada em Curitiba, a Comissão dos Acampados do MST, na medida em que o número de famílias do Acampamento Cielito era insuficiente para a área da Fazenda Vitória, decidiu que outras deveriam ser contempladas. Definiu-se, então, que grupos de famílias seriam escolhidas de cinco outros acampamentos do Oeste e Sudoeste do estado. A escolha seria feita por sorteio, o que contribuiu para uma heterogeneidade intensa na formação do grupo que foi assentado. Eram de acampamentos diferentes, de comunidades e de origem diversas, e com trajetórias históricas eram distintas.

Ondina Rodrigues e seus companheiros saíram do município de Santa Isabel do Sudoeste, em 09 de julho de 1985, um dia de intenso frio, para ocupar uma fazenda em um local chamado Rio da Ilha, no município de Catanduvas, no Oeste do estado. Um carro seguia à frente para ver se não havia estradas obstruídas, pontes danificadas, em decorrência da forte chuva que caíra na noite anterior. Ao chegarem próximo ao local da ocupação, os carros que os levavam não puderam continuar, devido à inexistência de estradas.

---

399 - Os pastores da 5ª Região Eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil manifestaram-se sobre a situação no campo e solicitaram ao governador José Richa o "*cumprimento e concreção aos compromissos assumidos pela Aliança Liberal, pelo programa partidário do PMDB e pela plataforma de seu governo anunciado na campanha eleitoral. (...). Como primeira medida apontamos a garantia de sobrevivência e sustentação dos acampados enquanto perdurar a indefinição quanto a situação fundiária, que os serviços de segurança e sustentação pública garantam a paz em áreas de conflito diante das ameaças provindas de fazendeiros armados e que seja gestionado junto ao Ministério da Reforma Agrária a pronta inclusão de nossa região na execução de assentamentos, conforme prevê o Plano Nacional de Reforma Agrária."* (IECLB. *Carta ao Governador José Richa.* Pastores luteranos ao lado dos sem terra. Cascavel, 12 de setembro de 1985.).

Por volta das 11 horas, receberam a notícia que a polícia iria chegar. Mais do que depressa, os pertences foram carregados em um caminhão e, mesmo sem estradas, foram transportados até o local do acampamento. Deveriam ser ligeiros, porque sabiam que poderia ser perigoso. O grupo seguia atrás do caminhão a pé, as mães com as crianças no colo entre-ajudavam-se na caminhada. Chegaram por volta das 13 horas.

> Uns tinham levado queijo, outros rapadura, pão e café. Sei que eu fiz o meu fogareiro lá, fiz o meu café, que nem um piquenique, e outros estavam já ajeitando o barraco. Eu tinha dois guris comigo, um com 14 anos outro com 12, tinha outro já com 18 anos. Eu levei, foram cortar taquaras, até umas cachietas, pra fazer os barracos. Me lembro que faziam dois dias quando chegou a policia também lá. Daí sim a barra foi pesada, porque chegou bastante, nós dávamos risada, tinha que erguer a bandeira. Algumas mulheres chegaram a tremer com a bandeira na mão. Aquilo parecia que era uma vara verde. E fomos cantado o hino. Daí as policias, claro, pularam ali.[400]

O despejo foi inevitável. Em maior número, os policiais os fizeram recolher as coisas e os transportaram até a sede da capela da comunidade Rio da Ilha. Não tendo para onde ir, negociaram com a diretoria da comunidade a permanência no local e ali montaram seus barracos. De lá, um pequeno número de famílias foi sorteado para ser assentada na Fazenda Vitória. As outras famílias, de acampamento em acampamento, ocupando propriedades improdutivas, foram conquistando o assentamento.

Um tempo de privações, de estratégias de enfrentamento com pistoleiros e policiais militares, e de organização coletiva para a sobrevivência, marcaram o cotidiano nos acampamentos vividos pelos assentados do Projeto Vitória. Um outro aspecto que chama atenção nas entrevistas é a forte presença da religiosidade nestes espaços. A cruz de cedro foi erguida em cada um dos acampamentos. Um dos barracos era destinado às celebrações religiosas, cultos, missas, batizados. Como se mostrou no Capítulo II, é a mística religiosa e a noção de direito à terra que fornece substrato moral e mobiliza para práticas de rompimento com a ordem legal que protege o latifúndio e os expropria/exclui da terra.

1.3. Espaços Comunitários e Práticas Socioculturais

400 - RODRIGUES, *Entrevista*. Citada.

Além da ocupação dos lotes, de sua preparação para atividades produtivas e construção de uma infra-estrutura inicial para moradia, as famílias preocuparam-se em instalar bens de uso comunitário. A comunidade constitui um elemento fundamental para a sociabilidade das famílias que ocuparam a Fazenda Vitória. Nelas, a vida revela como os assentados se estruturaram com base nas suas tradições culturais. Sua organização e manifestações expressam elementos múltiplos de uma tradição de vida comunitária cultuada no sul do País, descritos por Seyferth[401]. Os lotes distribuídos ao longo das linhas, associados a espaços e edificações de uso comum, como a igreja, a bodega, o campo de futebol, o salão de festas, a escola, e práticas de solidariedade familiar e de vizinhança, constituem cada uma das comunidades.[402] A escolha do lugar da igreja, na medida do possível, é sempre o mais central da linha.

A religiosidade para os colonos teutos e ítalo-brasileiros, a exemplo do que se verifica de modo geral no campesinato brasileiro, é uma expressão forte de sua cultura. Durante a colonização da região, entre fins da década de 1930 e segunda metade dos anos 50, logo que uns grupos de migrantes se instalavam em linhas construíam uma capela para cultos e missas. A preocupação com a educação, materializada na construção da escola logo que chegavam, constituí outra preocupação central. A disposição geográfica das capelas representa a centralidade religiosa na vida da comunidade. Os ritos e símbolos religiosos, seus significados, importantes na vida cotidiana do acampamento para a coesão, mobilização e fortalecimentos da luta, foram recriados no assentamento numa perspectiva tradicional, tanto pelos assentados, quanto pela presença da Igreja.

> Apesar da ênfase que a pastoral da terra dava ao trabalho comunitário, do trabalho coletivo, quando as comunidades se formaram, abriram-se estradas e os lotes estavam oficialmente divididos, duas coisas foram as exigências das comunidades: a escola e a igreja. Como nessa época os padres que atendiam lá, eram padres que não afinavam com o trabalho da CPT, eles claro, incentivaram a formação das comunidades em torno da igreja, da capela. Neste sentido, eu acho que houve uma certa continuidade, que não acho que seja de todo ruim, mas uma certa continuidade da comunidade se organizar em torno do simbólico-religioso. E aí, perde um pouco força o discurso e a prática do coletivo, porque ela é sempre mais difícil. (...). A CPT tinha como incentivo o trabalho comunitário, a associação como instrumento importante de produção coletiva, de organização, inclusive como instrumento político, mas que não teve a mesma eficiência que a reprodução de uma prática comum das comunidades rurais que é construir o espaço do sagrado e girar muito em torno de si mesmo.[403]

---

401 - SEYFERTH, *Imigração e cultura ...*, op. cit.

402 - Quando criado assentamento, cada comunidade tinha uma escola. Hoje, funciona uma escola apenas, situada no centro do Assentamento.

403 - SAUER, Sérgio. *Entrevista.* Cascavel, 10 de março de 2000.

O fragmento acima, da entrevista com o pastor Sérgio Sauer, indica que a atuação da CPT criou contradições através de sua atuação nos acampamentos, mas esta não teve a mesma continuidade no assentamento. A CPT nem sempre foi capaz de fazer a síntese entre sua proposta pastoral e sua atuação histórica, porque sua prática pastoral não superou a visão teológica utilizada para dar substrato à resistência que culmina com a conquista da terra prometida: o assentamento. Na medida em que o assentamento não é a realização do reino bíblico, pois nele se desenvolvem relações conflituosas, quando a presença da pastoral da terra se fez presente (em fins dos anos 80 e início dos anos 90), ela foi marcada pela ausência de referenciais teológicos que pudessem interpretar a nova realidade historicamente.

Assim, as práticas tradicionais ganharam proeminência apontando uma dicotomia entre luta e celebração litúrgica, como evidencia um estudo realizado pela CPT, publicado em 1993[404]. Nos assentamentos pesquisados, entre os quais está incluído o Assentamento Vitória, mais de 80% dos assentados entrevistados responderam ser a missa a celebração mais importante. Uma análise dos dados acerca dos símbolos utilizados na missa e a forma como eram escolhidos (em geral pelo padre ou por algumas lideranças dos assentados), a leitura da bíblia (leitura para o povo e não com o povo, aliada aos condicionantes históricos, entre os quais o alto índice de analfabetismo entre os assentados), aponta a celebração da missa como um serviço religioso tradicional. A visão tradicional de igreja, preponderante entre os trabalhadores, não problematizada durante o processo de luta pelos agentes de pastoral, possivelmente levou os assentados à solicitação de "serviços religiosos tradicionais", conclui o estudo da CPT.

> Se durante a fase organizativa ou durante os conflitos as igrejas tiveram uma presença solidária mais marcante como instituições organizadoras ou motivadoras da luta, agora elas voltam à sua atuação institucional tradicional, provavelmente porque "o conflito já não existe" e o pessoal conquistou ou está em vias de conquistar a terra, ou seja, está em processo de humanização Ou, (...), a falta de clareza das possíveis formas de luta e apoio na nova conjuntura levam os setores das igrejas a voltar sua atuação para a esfera religiosa tradicional.[405]

Além disso, há que se observar, a noção de "terra de trabalho" não rompe definitivamente com a tradição de respeito à propriedade privada, impregnada

---

404 - Cf. SAUER, Sérgio. Inserção e prática pastoral das igrejas: acampamentos e assentamentos desafios da CPT. CPT. *Caderno de estudo nº 6*. São Paulo: Loyola, 1993.; _____ . *The land issue as a theological problem: the roman catholic and lutheran churches'social and political commitment to the struggle for lan in Brazil*. Stavanger, 1996. Tesis.

405 - Cf. SAUER, *Inserção e prática pastoral das igrejas*. Op. cit. p. 52.

fortemente na cultura dos colonos. Como vimos no Capítulo II, ela foi fundamental para mobilizar e instrumentalizar a luta contra o latifúndio, mas não superou a mentalidade de propriedade individual e privada cultuada pelos colonos. Contém fundamentos morais e éticos que justificam a ocupação da propriedade privada e o direito de conquistar a terra. Ao mesmo tempo, embora seja fundamental durante a trajetória de luta, confronta-se com as perspectivas políticas e interpretativas do MST de coletivizar a terra e o trabalho. Esta questão é fundamental para se compreender emas dimensões da vida nos acampamentos e assentamentos. Por isso retornar-se-á ao assunto outras vezes ao longo do texto.

Por ora, cabe assinalar que o rompimento parcial e, ou momentâneo, com o sentido tradicional de comunidade e de apropriação familiar da terra, se explicita na organização interna dos assentamentos: na recriação das comunidades e na forma de organização da terra e do trabalho. Ao chegarem na fazenda Vitória, as famílias ocupantes construíram seus barracos e, tão logo concluíram este trabalho, resolveram construir uma igreja de lonas de plástico. Passaram a realizar lá seus cultos e missas, reuniões e assembléias com os representantes de cada grupo de família. Meses depois, o Incra, seguindo a estrutura prevista no projeto do assentamento, tendo considerando as decisões tomadas em assembléia pelos assentados, criou quatro comunidades, cada qual com uma escola e uma igreja. Com o tempo, as quatro escolas foram substituídas por uma única, construída no centro do assentamento.

Os nomes de três das quatro comunidades (Santa Luzia, São Roque, São Pedro) evidenciam que elas se constituem em uma tentativa de restituir conhecidas relações comunitárias e religiosas. De fato, como indica Moacir Prigol, elas consubstanciam-se numa continuidade de práticas costumeiras das comunidades tradicionais dos camponeses do sul do Brasil.

> Desde o começo, porque antes de irmos pro acampamento, em Marmeleiro, a mulher já era catequista, fomos pro acampamento, era catequista. Veio pra cá e continuou a mesma coisa como se fosse numa comunidade. Foi feito a 1ª comunhão das crianças. Todo domingo tinha culto e uma vez por mês tinha missa.[406]

No entanto, o espaço comunitário (a capela, o barracão de festas, a escola) revela-se também um *locus* de socialização política, de superação das contradições vivenciadas em suas experiências cotidianas. Um espaço onde são

---

406 - PRIGOL, Moacir. *Entrevista.* Lindoeste, Assentamento Vitória, 01 de junho de 1999.

realizados os encontros de formação, discutidos os encaminhamentos de manifestações públicas, as ações necessárias a serem implementadas no assentamento. Neste espaço, as relações são perpassadas por concepções e valores que tanto determinaram a aceitação de novas famílias no assentamento, como a expulsão de outras cujas práticas de alguns de seus membros supostamente não correspondiam aos valores e aos referenciais de vida comunitária da maioria.

As atas das reuniões nos fornecem evidências bastante fortes neste sentido. Registram, entre outros casos, o de Noli Pinheiro Tavares e Leonir Pinheiro Tavares. Em reunião realizada em 10 de outubro de 1987, a comunidade discutiu a expulsão de ambos, porque teriam agredido no dia 04 daquele mês, durante uma comemoração no assentamento, os assentados Wilceu Tusk e Seno Staast.[407]

Os dias que antecederam à reunião foram de muita movimentação. Conforme registra o Livro de Plantão da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel, às folhas 67, ocorrência nº 1900/87, houve uma queixa formalizada por Carlinho Ernesto de Andrade. Em seu depoimento, disse que "esses elementos vem aprontando faz algum tempo com a comunidade, no último dia 04/10/87, foi promovida uma festa pelo Sr. Ivanir Germanio Hastmonn e os elementos vieram fazer desordens na festa." Na mesma Delegacia, contra Noli Tavares também pesava uma acusação de tentativa de estupro, acusação feita por Marizete Rosa Machado Dutra. Nos autos consta que:

> ...às 10:45 horas, compareceu nesta delegacia a Sra. Marizete Rosa Machado Dutra, brasileira, casada, do lar, queixando-se que na noite de sexta-feira o Sr. Noli Tavares Pinheiro ingressou em sua casa à procura do marido da queixosa e passou a assediá-la, tendo tentado agarrá-la pelo braço. Relata que estava com seu filho no colo e está grávida e teve que empreender fuga, indo ao encontro do marido. Esclarece que Noli estava portando uma faca e aparentava estar embriagado. Pelo que soube, Noli já responde processo criminal por esturpo, na cidade de Capanema (ou Planalto).

De fato, o Cartório Criminal e Anexos da Comarca de Capanema, Paraná, expediu certidão de que constam autos de Processo Crime nº 29/84, com incurso nas sanções de artigo 129, § 1º, I, cc/25, todos do Código Penal Brasileiro. Não obstante as acusações, o assentado Neuri Antônio Speroto, que hoje exerce cargo de vereador pelo PMDB, saiu em defesa dos acusados. Organizou e subscreveu um “abaixo-assinado”, nos seguintes termos:

---

407 - Segundo as Atas de Reunião das Comunidades, de outubro de 1987, foram expulsas duas famílias. (INCRA. *Projeto de Assentamento Vitória*. Cascavel, Paraná.).

> ... sabedores que somos quanto estas pessoas são honestas, trabalhadoras e cumpridoras de seus deveres. Nós que somos moradores desta comunidade, queremos dar o nosso total apoio a estes senhores, pois os mesmos estão sofrendo perseguições ...".[408]

Quarenta e cinco assentados assinaram o termo, o que não foi suficiente para impedir que a assembléia decidisse pela expulsão dos acusados e outras duas famílias fossem aceitas para ocupar os lotes. Para além do episódio da briga na festa daquele domingo, o episódio revela um conflito existente entre um grupo que está fortemente ligado ao MST e outro que questiona suas orientações e propostas de organização e cooperação agrícola. As famílias questionadoras sentem-se perseguidas e discriminadas. Este conflito se acentuou em alguns momentos ao longo dos 14 anos de existência do assentamento, especialmente diante das propostas de criação dos grupos coletivos e da criação da cooperativa, como veremos em páginas mais adiante.

Um outro aspecto, que deve ser destacado, é que na mesma medida em que a religiosidade é um elemento que aparece com freqüência nas entrevistas, também são fortes os indícios de que sentidos diversos, amalgamados ou não, lhe são atribuídos pelos assentados. Falas acerca de uma religiosidade comprometida com as lutas do povo são bastante comuns. Muitos significados vêm rearticulados com outros mais antigos e ou com símbolos do MST. Isto pode ser visto, por exemplo, nas casas dos assentados, onde é comum a utilização de imagens cultuadas pela religiosidade tradicional, as novenas de quaresma e do advento, como a bandeira do MST. Nas manifestações públicas são utilizadas tanto a cruz de cedro e cantos religiosos com mensagens de compromisso e luta pela terra, quanto orações e cantos mais tradicionais.

Neste sentido, há que se observar que o espaço da manifestação religiosa não se entrecruza com a dimensão política de organização interna do Assentamento Vitória. A atuação do pastor Sérgio Sauer, da Igreja de Confissão Luterana (IECLB) e padre Lázaro Brunning, do setor progressista da Igreja Católica, nos primeiros anos do Assentamento Vitória, como membros da CPT, conduzindo celebrações religiosas, reflexões sobre os problemas do cotidiano do assentamento e sobre questões socioeconômicas e políticas do país, bem como prestando assessoria nas assembléias e na formação das associações, é exemplo deste amálgama. Mais recentemente, a proposta é a de implantar nos assentamentos os grupos de família (nucleação). Trata-se, na verdade, de núcleos de base, à semelhança das CBEs da Igreja Católica:

---

408 - Abaixo-assinado, outubro de 1987. In: INCRA. *Projeto de Assentamento Vitória*. Doc. cit.

> Implantar nos assentamentos os grupos de famílias. A idéia é criar grupos independentemente da produção, para discutir questões como educação, estradas, etc. Esses grupos deverão ser formados por proximidade de moradia, com cerca de 10 famílias. Nesses grupos deve passar toda a discussão do movimento, introduzir mais reflexão sobre a realidade nos grupos de famílias de novenas, fazer passar por esses grupos decisões como a escolha dos delegados, discussões sobre crédito, assinatura de jornal e da revista Sem Terra, educação. Cada grupo deverá ter um coordenador e esse, compondo a coordenação geral do assentamento. A proposta não é acabar com os núcleos de produção, mas fazer todos participarem de uma instância de discussão."[409]

Contudo, há que se observar que as relações de vida religiosa e comunitária são influenciadas, em muito, pelo compromisso que o padre ou pastor responsável assume diante das lutas dos assentados e em relação à reforma agrária. Quando os assentados identificam no religioso um comprometimento com a luta, tanto a participação na comunidade religiosa é reforçada quanto esta também mobiliza para a participação em outras instâncias de gestão e decisão das formas de organização no assentamento, como na cooperativa e na escola.

A comunidade religiosa também se expressa nos espaços culturais e nas relações de lazer. No Assentamento Vitória, há uma carência de espaços e formas de lazer. O centro da vida recreativa gira em torno das missas e cultos, dos campos de futebol de cada comunidade, das festas das capelas e dos bailes que ocorrem nos pavilhões comunitários. O jogo de futebol é o mais popular, seguido da bocha, que é de origem italiana. As canchas para a prática do jogo estão instaladas próximas aos pavilhões comunitários ou no interior destes. Ambos são jogos, em geral, praticados nos finais de semana. As comunidades realizam festas do padroeiro da capela, que ocorrem no dia dedicado ao santo ou em um domingo próximo à data. Tais festas têm um lado prático, pois constituem formas de arrecadar fundos para melhorias na igreja, no pavilhão e para atividades assistenciais da igreja. Durante a festa, o caráter religioso é suplantado pelas várias atrações. Participei de algumas destas festas.

A festa começa com a missa, seguida do almoço, cujo prato principal é o churrasco. A comida farta é o ponto central em qualquer festejo. Ela é sinal de fartura, resultado positivo do trabalho familiar não obstante as condições impostas a essa agricultura sejam adversas. O churrasco, via de regra, é o prato principal. Ao mesmo tempo é manifestação cultural alimentar, sinal de fartura, e tradição que se cultiva. Jogos de canastra, truco e o tradicional torneio de futebol completam a programação.

---

[409] - Proposta aprovada no Encontro Regional do MST. Ramilândia, 15 a 17 de janeiro de 1999.

Em geral, um baile é realizado na noite anterior. Também pode ocorrer o mate-baile, que inicia no final da tarde de domingo.

As famílias também mantêm o costume de visitarem-se mutuamente, especialmente nos fins de semana. Também são bastante freqüentes almoços festivos de associações, que reúnem as famílias que delas participam para comemorar os resultados do trabalho e aniversários. D. Nilza Mauro conta que, em dias de festa, como na Páscoa, ou mesmo em algum domingo, os associados se reúnem para um almoço. Além da carne fornecida pela própria associação, cada família leva saladas e doces. À tarde, jogam futebol, bocha[410] e baralho. O tempo do trabalho cede lugar ao tempo da descontração e do lazer.[411] São encontros que levam à confraternização, ao fortalecimento dos laços de vizinhança. Supõem gestos de solidariedade praticados no cotidiano. Além dos espaços de lazer no assentamento, as famílias participam com freqüência de confraternizações, torneios de futebol, bailes, na sede do município. Mas nem sempre foi assim.

Os assentados enfrentaram e romperam muitas das representações discriminatórias que geravam tensões e até mesmo dificultavam o abastecimento do grupo pela compra.

> Nós não conseguimos comprar facilmente no comércio da cidade. Tinha bastante discriminação. "Vagabundo", "sem-terra", "invasores de terra", "ladrão de terra", isso tu ouvia muito, muito mesmo. Hoje dá pra dizer que normalizou, não têm mais dificuldades. O município de Lindoeste está em pé por causa do assentamento. O comércio dá pra dizer, depende dos assentamentos. Hoje nós temos mais três assentamentos.[412]

> Naquele tempo eles pensavam que nós éramos pistoleiros. Agora eles sabem que não, aquele tempo não parecia nada disso. Achava que nós éramos baderneiros, ladrões, tudo quanto é coisa. Hoje eles vêem que não é. Mudou depois que começamos negociar.[413]

---

410 - A bocha é um jogo de origem italiana, praticado pelos homens. No Reassentamento São Franscisco de Assis as mulheres também praticam o jogo. A cancha, um espaço retangular, tem a medida aproximada de 12 a 15 metros de comprimento por dois metros de largura. As laterais e, sobretudo, as extremidades da canha, cercados por tábuas para que as bolas não pulem para fora da canha. O chão deve ser plano, batido e coberto com areia fina. O bolim (uma pequena bola, bem menor do que as demais) é arremessado até o fundo da cancha, servindo como orientador da jogada. Os jogadores, individuais ou em duplas, devem jogar suas bolas, num total de quatro ou dois, respectivamente, o mais próximo do bolim. Os que colocarem suas bolas mais próximas do bolim marcam pontos. O que marcar primeiro vinte pontos ganha o jogo.

411 - MAURO, Nilza. *Entrevista*. Citada.

412 - BONETTI, Wellington. *Entrevista*. Lindoeste, 08 de março de 1999.

413 - CHABAT, Luiz. Lindoeste, 08 de março de 1999.

O estranhamento inicial dos comerciantes e da população da pequena cidade de Lindoeste em relação aos assentados foi se alterando. No primeiro ano, os assentados produziram "40 mil sacos de milho numa fazenda que não colhia um grão"[414]. A produção contribuiu para reativar o comércio local em crise. A necessidade de comprar sementes, implementos agrícolas, roupas, calçados e consumir serviços e ao mesmo tempo vender produtos agropecuários, levou a um conhecimento mútuo, ampliando a confiança e a sociabilidade. O comércio, em especial, revigora-se a cada nova safra ou com a chegada dos recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera). Mas, as marcas ainda permanecem como indica a fala de Leopoldo:

> Difícil, nós fomos bastante discriminados aqui no município. Isso acontece em todo município onde sai assentamento. Os primeiros anos é uma discriminação. Quando nós entramos aqui em Lindoeste, o pessoal tinha uma visão que os sem terra são uma coisa e nós aqui do município somos outra. Então sempre falavam: "os sem-terra lá e nós pra cá". Hoje já não, começou a mudar um pouco. O pessoal começou a ter um pouco mais de conhecimento o que é o Movimento Sem Terra, e terminou aquele negócio do pequeno proprietário é uma coisa e o sem-terra é outra. Hoje nós já temos uma convivência no município e todo mundo se iguala. Os sem terra hoje é o pequeno proprietário, mas sempre o pessoal de fora tinha uma visão diferente: os sem terra é uma coisa e nós somos outra. Hoje acabou isso. O próprio comércio de Lindoeste reconhece que só existe o município, o comércio, por causa desse assentamento. O que segurou o município de Lindoeste foi o Assentamento Vitória. Senão, não tinha existido o município. Quando nós chegamos aqui, o Banestado estava indo embora. Se você for conversar com os comerciantes eles vão te falar a mesma coisa, porque já não tinha mais pequenos proprietários. Hoje aqui em Lindoeste a maioria é fazendeiro que não compram nada aqui, não fazem girar o município. A maior renda do município vem dos assentados através do Procera.[415]

A disputa política local também se alterou, sobretudo, porque hoje cerca de 20% dos eleitores do município são assentados em cinco assentamentos, com 219 famílias (Santa Izabel, com 19 famílias; Capão Verde, com 12 famílias; Verdum, com 19 famílias; Cielito, com 17 famílias; e Vitória, com 152 famílias). Essa situação tem exigido maior atenção por parte do poder público às reivindicações dos assentados e aumenta o seu poder de pressão.

Em 1988, quando os assentados representavam apenas cerca de 12%, participaram do processo de emancipação do município e elegeram dois vereadores, ambos do PT. Em 1992, elegeram o prefeito, Geraldo Lacerda, do PDT, e seu candidato a vice, José Pitondo Filho, do PT. Elegeram também a vereador o assentado Seno Staats,

---

414 - STAAST, Breno. Lindoeste, 10 de março de 1999.

do PT. Em 1996, elegeram o assentado Neuri Antônio Speroto, pelo PMDB. Este último conta com o apoio de apenas uma parte dos assentados, já que suas posições são contrárias à atuação do MST.

1.4. Tensões entre "Individuais" e "Coletivos"

O assentado Dalmiro conta que, para sua família e todos os seus companheiros, no tempo da ocupação e nos primeiros anos de assentamento, as coisas foram muito difíceis. Faltavam estradas e as que existiam eram precárias sobretudo quando chovia. No inverno de 1986, o intenso frio, as chuvas e geadas, tornaram ainda mais duras às condições de vida das famílias que habitavam em barracos provisórios. Para enfrentar a falta de alimentos e conseguir manter-se na terra, resolveram de imediato cultiva-la comunitariamente. Procuravam dar continuidade às práticas coletivas e às idéias que haviam começado a discutir no acampamento.

Nos depoimentos dos assentados há quase uma unanimidade de que lideranças da CPT, Assessoar, dos STRs, por volta de 1978, já discutiam nos acampamentos, em assembléias, em reuniões com pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, sobre uma agricultura alternativa. Falavam em formas alternativas de organização, porém não havia uma proposta concreta de como viabilizá-las após a conquista da terra. Pensavam em associações para comprar máquinas em conjunto, fazer roças em conjunto.

A carência de uma proposta mais elaborada e a ocupação da Fazenda Vitória por dois grupos levou, no encaminhamento do processo de discussão sobre como se organizar, a divergências. As 32 famílias de posseiros do acampamento Cielito, das quais 27 eram da Fazenda Brilhante, do município de Cascavel, e as 120 famílias do Sudoeste do estado, como não se conheciam, viram-se com estranhamento, o que os levou a não unirem os acampamentos. Os posseiros ficaram em um local em meio ao

---

415 - RIBEIRO, Leopoldo. *Entrevista.* Lindoeste, 20 de março de 1999.

mato de difícil acesso. O outro grupo acampou na antiga sede da fazenda, em uma área mecanizada.

O primeiro foi identificado pelo último como o "*grupo lá de baixo*" e esse identificava o outro como o "*grupo lá de cima*". Qualquer problema que surgia no encaminhamento das questões internas ou nas negociações com o Incra, era creditado por um grupo ao outro. Com o tempo, o estranhamento foi desaparecendo.[416] A distância entre os acampamentos e a falta de estradas dificultaram o processo de discussão. Mesmo assim, no primeiro ano, em cada grupo foram formados 20 grupos menores para cultivar coletivamente a terra.

Durante alguns meses, as discussões em torno da organização de uma agrovila continuaram. Cada grupo tinha um representante na coordenação do assentamento. Este encaminhava as discussões no seu grupo e levava as decisões para a coordenação. Porém, nem mesmo havia sido feita a primeira colheita assim que o Incra expediu a imissão de posse, as famílias ocuparam os lotes a partir de um mapa provisório do instituto. Começava aí o processo de individualização: a homogeneização forjada no acampamento, na identidade de serem *sem-terra,* cede lugar à condição de agricultor familiar. A assentada Ivani expressa esta dimensão.

> Eu me vejo como pequeno agricultor (...). Nós não estamos morando mais em baixo da lona, não somos mais acampados, sem-terra. Eu me acho uma agricultora. A gente não tem o título da terra, que um dia vai conseguir, mas acho que já tenho o direito sobre isto. (...) O MST, é uma luta boa, sem esse movimento, a gente não ganha não. (...). O Incra, eles faziam aquele cadastro, o governo vai dar terra, tem primo meu que até hoje tá esperando um pedaço de terra... Tem gente que se sente envergonhado, eu não tenho vergonha disso, eu tenho orgulho de um dia ter conseguido um pedaço de terra onde posso morar, criar os filhos e ter as coisas da gente.[417]

Como se vê, embora o assentamento tenha extinguido a relação jurídica de dependência do arrendatário em relação ao proprietário, assegurando o direito à terra ao posseiro, diferenças socioculturais e políticas (re)apareceram, o que, contudo, não significa a perda do referencial político com o MST. Para Rogério Mauro, da coordenação estadual, especialmente em assentamentos mais antigos "um dos grandes problemas, eu acho o maior de todos, é a individualização após a ocupação, com o assentamento".[418]

---

416 - Cf. GODOI, Celso. *Entrevista*. Lindoeste, 05 de abril de 1999.

417 - TABORDA, Ivani. *Entrevista*. Lindoeste, 10 de março de 1999.

418 - MAURO, Rogério. *Encontro regional do MST*. Ramilândia, 16 de janeiro de 1999.

Este processo foi uma das dificuldades mais ressaltadas no encontro regional de avaliação do MST, realizado no município de Ramilândia, em janeiro de 1999. Para os coordenadores e ou representantes de assentamentos, há uma perda de referenciais e objetivos maiores da luta: a melhoria das condições de vida dos assentados e a transformação da sociedade. No encontro, 85% dos participantes eram acampados e apenas 15% eram assentados. Revela-se nesse fato uma certa dificuldade do movimento na continuidade das lutas, especialmente no plano interno dos assentamentos.

As discussões no encontro de 1999 referiram a necessidade de inverter o processo de ocupar e somente no assentamento discutir a forma de organização do trabalho e da terra. Ou seja, discutir as formas de organização nos acampamentos para ocupar a terra já estando organizados. Para o assentado Genaro, da coordenação regional, é preciso, junto aos acampados,

> Não só discutir os projetos, mas discutir o básico do MST, os objetivos, diretrizes. Começar desde logo, já nos acampamentos. Deve haver um processo de discussão, formação para que quando se vai para o assentamento já tenham conhecimento do que é a cooperação. O que ocorre é que tem casos em que já se está no assentamento e só aí se começa o processo de formação, de discussão da forma de produção. Há necessidade de formar pessoas das áreas para que elas conduzam o processo e resolvam problemas internos.[419]

A suposta desmobilização da luta possivelmente esteja ligada, entre outras questões já levantadas, tais como os novos compromissos relacionados à necessidade da manutenção da sobrevivência. A fala do assentado Breno Staast aponta para os vários problemas que surgem com o assentamento:

> Primeiro, é que o pessoal já coloca na cabeça 'eu estava lutando por terra, a minha terra já está garantida e agora eu vou trabalhar. Segundo, você começa a criar uma estrutura individual. Aí você tem que cuidar daquilo que têm e aí surgem às limitações pra participar da organização.[420]

O abandono da proposta coletiva na forma de agrovila também aparece nas entrevistas, vinculada às condições do solo e do relevo bastante acidentado, que permitiu apenas a mecanização de cerca de 30% da área e dificultou a formação de lavouras em conjunto. A falta de boas estradas e a distância, que dificultavam a locomoção para o trabalho, também são mencionadas. Contudo, como parte destes

---

419 - GENARO, Alfredo. *Encontro regional do MST*. Ramilândia, 16 de janeiro de 1999.

420 - STAAST, *Entrevista*. Citada.

supostos empecilhos, aparece a incipiente discussão e a falta de planejamento como problemas enfrentados no cotidiano coletivo.

> Naquele tempo em que falavam em agrovila o pessoal se revoltou. O pessoal achava um bicho e hoje é que a gente vê a dificuldade. Se tivesse agrovila o gasto era menor com luz e não tinha a dificuldade da falta de água. (...). Era pouco discutido. Nós só pensávamos em trabalhar. Não tinha quem não levantasse cedo, nós plantávamos milho, feijão, arroz. Não era feito um planejamento, partia-se já pro trabalho. Se nós tivéssemos feito um planejamento, nós teríamos dado certo.[421]

O desejo da posse individual da terra e a liberdade de cultivar a terra da forma que quisessem e com o seu "jeito de fazer as coisas", indica que a defesa do trabalho autônomo está relacionada à questão de quem decide sobre o processo produtivo, sobre o que e como cultivar e sobre no que e como investir. Esta é uma das dimensões que aparece de forma insistente nas entrevistas, embora nem sempre apareça de forma direta. Em agrovila,

> ... o cara tá morando em sitiozinho tudo amontoado, não podia criar uma galinha, um porco, misturava com o do vizinho. Parti para associação, porque daí o recurso ficava em conjunto, já tinha mais espaço no lote pra trabalhar. Essa idéia de morar junto, ficar que nem antigamente, trabalhando de empregado, mandado, preso. Não concordei.[422]

> Morar junto é a mesma coisa da cidade. Tu deixa de criar uma galinha na agrovila. Eu nunca morei, mas acho que é assim que funciona. Tudo fica perto, as casas. De uma parte é bom. Tudo fica centralizado, quando vai comprar, compra em conjunto insumo, sementes. De outra parte não é bom. Eu moro aqui sossegado, sem problema nenhum, o vizinho está longe. É melhor do que bastante gente.[423]

Estes excertos indicam que a luta dos assentados foi para conquistar um pedaço de terra e ser livre, de tomar conta do seu pedaço de terra e não estar sujeito a alguém que manda, condição que experimentaram como arrendatários e ou como bóias-frias. Entre a agrovila, onde o espaço da unidade familiar ficaria restrito a um pequeno lote e o trabalho seria coletivo, a opção da maioria dos assentados foi pelo lote individual e pela associação como forma de viabilizar a produção. A associação permite administrar o recurso em conjunto e, ao mesmo tempo, torna possível a manutenção do espaço doméstico. Nestes termos, estar assentado para os colonos significa a possibilidade de retomar uma condição perdida e almejada. Breno Staats tinha

---

421 - BONETTI, *Entrevista*. Citada.

422 - GODOI, Santo. *Entrevista*. Lindoeste, 05 de abril de 1999.

423 - TABORDA, Osmar. Lindoeste, 10 de março de 1999.

convicção na idéia que o levou ao acampamento: "pra ganhar terra, não pensava em outra coisa".[424]

O projeto do Incra previa o assentamento de 125 famílias, mas como não havia previsão de novas desapropriações e a perspectiva de novamente estar vivendo em acampamentos com todas as dificuldades que nele são enfrentadas, ninguém pretendia deixar a área. O interesse de conquistar a terra, de cultivá-la e de reconstruir relações socioespaciais conhecidas - o modo de ser colono - indica a força da tradição. Também, leva a crer que a autonomia buscada está relacionada à manutenção da família como unidade de produção.

> Eu acho que pra você aceitar uma atividade coletiva é muito difícil. Porque na verdade nós somos filhos de pequeno agricultor, a maioria que está hoje no assentamento já vem da atividade agrícola e sempre foram acostumados a ter a sua casinha, ter o seu bichinho, cuidar de sua galinha, o seu porco e tal...[425]

Esta fala estabelece um vínculo entre autonomia e a reprodução de um modo de ser. Nesta dimensão, embora a questão extrapole os objetivos deste trabalho, parece ser possível compreender a tradição camponesa da herança da terra. O assunto foi abordado por Margarida Maria Moura, em "Os Herdeiros da Terra",[426] resultado de uma investigação sobre o sistema de herança de uma pequena população de sitiantes no sul de Minas Gerais, e por Giralda Seyferth, em "Herança e Estrutura Familiar Camponesa"[427], estudando os colonos do Vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina. Em ambos os trabalhos, não obstante as diferenças, a herança aparece como uma forma de minorar a fragmentação das propriedades. Mais do que repassar a propriedade para os descendentes diretos de um indivíduo, sua função é a de assegurar a reprodução da área como camponesa.

No Projeto Vitória a terra é muito acidentada e às posses possuem tamanhos insuficientes para a reprodução das unidades familiares já na nesta geração (as parcelas estão abaixo do módulo mínimo de 20 hectares para a região). O Incra tem procurado resolver o problema, transferindo algumas famílias para novos assentamentos. Não obstante à iniciativa do Incra, e mesmo antes dela, os assentados têm buscado iniciativas próprias de resolver a questão. As avaliações em conversas na

---

424 - STAAST, *Entrevista.* Citada.

425 - Id., ibid.

426 - MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra.* São Paulo: Hucitec, 1978.

família, sobre as perspectivas futuras dos filhos (sobre as alternativas de vida e trabalho no campo ou na cidade) e o desejo de permanência no campo, até maio de 2001, haviam levado mais de 50 jovens para acampamentos do MST[428]. Quase todos eles já haviam experimentado a vida de acampamento quando seus pais acamparam, embora, alguns deles, pouco lembrem daquele tempo. "Nós já estamos assentados faz 13 anos. Os nossos filhos, esses que se criaram dentro dessa luta, eram pequenos. Eles já vêem a coisa do outro lado, já procuram acompanhar mais esse processo de socialismo. Têm dois piás maiores, quando precisam deles eles estão prontos. Gostam disso", diz Estêvão[429].

O surgimento de uma segunda geração dos sem-terra não é um fenômeno restrito ao Assentamento Vitória. Quando chegam à idade adulta, mesmo antes de se casarem, os filhos dos assentados que pretendem permanecer no campo, diante da insuficiência de terra para reproduzirem o seu modo-de-ser, precisam buscar alternativas. O acampamento tem sido, via de regra, a única alternativa. O estímulo vindo dos pais, especialmente através das experiências de luta transmitidas, o vínculo com o MST e o trabalho do Setor de Frente de Massas mobilizam para esta decisão. Nestes termos, a luta pela terra através de acampamentos e ocupações tem sido a herança para uma parte significativa dos filhos dos assentados.

Ainda em relação ao desejo da posse individual, este pode ser visualizado nos significados e na postura dos assentados em relação ao título da terra. As parcelas do assentamento não foram tituladas em definitivo, até porque o projeto ainda não está concluído, o que acentua a defesa da necessidade ou não do título definitivo. Não há um único significado e valor atribuído pelos assentados ao título da terra, mas um conjunto de significados e valores que podem estar ou não amalgamados em uma ou mais concepções da terra.

Em geral, são mais freqüentes duas explicações: a primeira, que o título representa maior segurança, pois comprovaria de fato que conquistaram a sua terra e, uma vez de posse do título definitivo, poderiam gerenciar com maior facilidade a propriedade e contrair financiamentos individualmente. Na segunda, o título definitivo não é necessário, pois o importante foi a conquista da terra para o trabalho e o sustento

---

427 - SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional* - nº 52. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1985.

428 - SPEROTO, *Entrevista*. Citada.

429 - CASAGRANDE, Estêvão. *Entrevista*. Lindoeste, 21 de junho de 1999.

da família. Embora de modo diverso, freqüentemente, as duas visões aparecem amalgamadas à idéia de que a terra é um dom de Deus.

No que se refere à primeira explicação, geralmente ela é dada por aqueles que não participam de nenhuma forma associativa e cooperativa do MST, ou por aqueles que não concordam com estas formas por diversas razões, entre as quais, porque não aceitam o desconto de 3% dos recursos para a Cooperativa (Coara) coordenada pelos membros do MST. Portanto, há indícios de que, além da preferência pelo lote e trabalho individual, também existem questões políticas subjacentes à defesa da necessidade do título. Revelam-se aí temporalidades diversas: opções que são contrárias às formas de organização em associações, semicoletivos e em cooperativa, propostas pelo MST.

A segunda interpretação parece estar fundamentada na concepção defendida pela CPT que foi incorporada pelo MST, de que a terra é para o trabalho e não para o negócio. Diferentemente da primeira explicação, onde a terra aparece como um dom de Deus, mas sua apropriação e cultivo devem ser privados, esta visão da terra e do trabalho parece ganhar uma dimensão comunitária e, ao mesmo tempo, política de resistência às relações individuais, capitalistas ou não. O que não elimina o objetivo de uma inserção no mercado que possibilita o aumento da renda familiar.

Esta explicação é mais comum entre os assentados que exercem(ram) alguma liderança ou participaram ativamente de discussões e encontros de formação do MST de criar formas de trabalho e uso da terra em conjunto (associações, semicoletivos e coletivos). Formas que são estratégias do MST para colocar em prática seu programa de reforma agrária; divulgadas através de cadernos de formação, cartilhas e outras publicações, e que, como se viu no capítulo anterior, começaram a ser discutidas nos acampamentos e assentamentos, desde o I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, em 1985, realizado em Curitiba, Paraná. Naquele momento, o movimento se depara com contradições internas, entre as quais, as relacionadas à necessidade de implementar formas produtivas alternativas. Voltaremos ao tema no próximo capítulo, no qual a cooperação será objeto de análise.

Há que se considerar também, como já apontado na primeira parte da tese, que uma parte dos assentados sofreu processos expropriatórios justamente porque não se preocuparam com a regularização de suas posses. Sua memória reteve essas situações transportando-as, possivelmente, ao tempo presente, na qual o título configura

maior segurança. Em outros termos, na medida em que a privatização da terra é realidade em quase todo o território brasileiro, no contexto da expansão da produção capitalista com subsunção das formas não-capitalistas, a realização da utopia de autonomia está amalgamada à aquisição do título de propriedade da terra.

Finalmente, para além do significado atribuído pelos assentados ao título da terra, há que se considerar que o título desobrigaria o Estado de responder por uma série de necessidades dos assentamentos e, ao mesmo tempo, os assentados deixariam de ter acesso a benefícios advindos da política de reforma agrária em execução. Ciente disto, o MST, na medida em que na maioria dos assentamentos as fases de implantação ainda não foram concluídas pelos órgãos responsáveis, em que defende a terra para o trabalho e manifesta-se contrário à utilização da propriedade da terra para a especulação, tem-se posicionado contrário à titulação individual definitiva.

Portanto, nas relações dos assentados entre si e com os mediadores, explicitam-se diferentes visões da terra e do trabalho, que podem estar ou não imbricadas. Neste terreno, os sem-terra desenvolvem percepções próprias de como superar a condição social de arrendatários, meeiros, posseiros. A visão que prepondera é o de liberdade, posse individual da terra e autonomia sobre o seu tempo, o que, entretanto, não necessariamente coincide com as propostas dos mediadores. Essa utopia, como veremos no Capítulo IV, tem-se defrontado tanto com as dificuldades impostas à produção familiar, quanto com as formas modelares apresentadas pelo MST, especialmente quando introduzidas sem uma discussão mais consistente nas bases. As formas modelares são vistas, pela maioria das famílias, como limites à realização, à liberdade e autonomia.

1.5. Organizar Associações ...

Uma destas situações foi criada com a imposição do Incra de formação de associações para a compra coletiva de máquinas, condicionando a liberação de recursos do Procera (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, conquistado pelo MST em 1986). Esta imposição levou à formação de associações de cooperação agrícola, como entidades civis sem fins lucrativos. As associações reúnem pequenos grupos de famílias interessadas em otimizar a capacidade produtiva pela associação de

capital na aquisição de máquinas e implementos e ou é constituída para viabilizar a associação dos membros na cooperativa.

Para o Estado, como os assentados formalmente não têm a propriedade da terra, as associações tornaram-se um mecanismo para administrar os assentamentos e de responsabilizar juridicamente o coletivo. Ou seja, a obrigatoriedade da associação para fins de recebimento de financiamentos implica a possibilidade de o Estado cobrar juridicamente o cumprimento das exigências acordadas formalmente no ato do financiamento.

Não obstante a isto, embora a exigência da associação na prática racionalizasse a utilização dos recursos, as evidências indicam que a proposta foi imposta mesmo antes da existência de uma organização na base e uma clareza de como implementar concretamente um projeto coletivo. Sirlene Andrade conta que faltava análise acerca dos desdobramentos dos processos em andamento. Tudo se fazia na urgência de suas experiências. "Era tudo imediato, era o agora":

> Aí se pensou o projeto, a forma de liberar o recurso, mas as famílias não se preocuparam com o depois, como administrar. 'Ah, vamos comprar um trator? Vamos. Com dez famílias nós conseguimos.' Mas ninguém se preocupou como essas dez famílias iriam trabalhar, se elas tinham uma amizade boa, se existia confiança entre o grupo. O importante era garantir o recurso. Nem operador sabia se tinha (...). Depois a máquina veio, não tinha a pessoa certa para trabalhar. E aí o cara começava a trabalhar, quebrava a máquina, o outro vizinho achava que foi erro do fulano. Posso te dizer que foi uma coisa muito prematura .... Não houve muita preocupação em fazer com que as famílias tivessem consciência daquilo que estavam fazendo. Foi aí que começou a surgir (...) a difamação dos grupos coletivos. Por isso ninguém mais quis o coletivo. Quer dizer, porque nenhum deles foi planejado para ser um grupo coletivo, foi pensado para conseguir recursos.[430]

Do excerto, como de um conjunto significativo das entrevistas com os assentados, depreende-se que faltava ao grupo conhecimento sobre como organizar e desenvolver formas de associação e cooperação permeadas por múltiplas mediações não consideradas pela CPT, pelo MST e pelo Incra. A suposta homogeneização produzida no processo da luta, expressa no termo sem-terra, sofre fraturas com as diferenças que reaparecem nesses empreendimentos, nas acusações e queixas que os assentados tecem entre si, como a de mau uso do trator. A própria constatação da pouca preocupação em formar consciência indica a inexistência da homogeneização ou, melhor, da coesão do grupo.

---

430 - ANDRADE, Sirlene. *Entrevista*. Lindoeste, 05 de abril de 1999.

As formas de cooperação nos assentamentos passam a ser discutidas pelo MST a partir de 1989 pela direção do MST, vislumbrando a possibilidade de melhorar a produtividade e as condições de vida nos assentamentos. Neste contexto, assessorados por agentes pastorais da CPT, da Diocese de Cascavel, os assentados do Projeto Vitória formaram nove associações de prestação de serviços: três associações para a compra de máquinas, que adquiriram três tratores, uma ferraria, dois moinhos, uma mercearia, uma marcenaria e uma serraria.

> Aí montamos uma associação pra colocar uma serraria aqui no meu lote. Nesta serraria trabalhamos quatro anos, era de trabalho coletivo. Então eu ia lá e trabalhava um dia, no outro dia ia um outro trabalhar. Mas não deu certo porque nós compramos uma serraria muito velha. Investimos muito na serraria e acabamos nos quebrando. Daí acabamos vendendo a serraria. E aí começou a briga. Dois foram pra um lado e dois foram pra outro e foram montadas outras associações. Eu montei um núcleo de produção.[431]

Numa das associações que adquiriu um moinho, segundo as famílias que dela participavam, a principal dificuldade que levou ao esfacelamento da iniciativa foi a falta de capital de giro.

> A inflação era demais e o capital de giro era pouco. Na época, você comprava, por exemplo, trigo a 12, 13, cruzados o pacote, vendia a 15, 16, e ia comprar estava 17, 18. Eu sei que não tinha como acompanhar isso. Então, em vez de sobrar alguma coisa, acaba descapitalizando, acabamos falidos. Mais tarde nós fizemos nosso outro grupo aqui. Daí eu mudei de lote, morava lá em cima, mudei pra cá. Começamos um trabalho coletivo, criação de suínos, vaca leiteira, lavoura, plantava milho, mais foi milho, o milho, arroz, feijão.[432]

A partir de 1993, parte dos agricultores, motivados pelo MST em sua nova política de estímulo à organização coletiva da produção e formação de cooperativas, reorganizara-se em associações, grupos semicoletivos e coletivos. Como se depreende do excerto, para melhor funcionamento, foi necessário que as famílias morassem próximas uma das outras. Para que isto ocorresse, foi necessário que alguns assentados trocassem os lotes entre si. Nesse mesmo ano, no mês de agosto, os assentados fundaram a Cooperativa de Prestação de Serviço (CPS) regional. O objetivo era o desenvolvimento econômico dos assentamentos rurais do Oeste do Paraná. Assim, decidiram ingressar no Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e na própria Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

---

431 - BONETTI, *Entrevista*. Citada.

432 - CASAGRANDE, Entrevista. Citada.

1.6. A Formação da Cooperativa (Coara)

Com o objetivo de implantar gradativamente o trabalho e a posse coletiva da terra, as lideranças do MST no Assentamento iniciaram um processo de discussão e realizaram um *laboratório de campo*[433], no qual experimentaram concretamente o trabalho coletivo. Desta experiência resultou a formação de um grupo coletivo e 16 associações das quais três eram grupos semicoletivos. No mês de outubro daquele ano, depois que alguns assentados conheceram experiências de cooperativas regionais no Rio Grande do Sul, criaram a Coara – Cooperativa de Comércio e Prestação de Serviços do Oeste do Paraná, filiada à Concrab. Como assinalamos no capítulo anterior, as cooperativas de prestação de serviços regionais (CPSR) atuam na organização do processo de comercialização da produção. Prestam assistência e formação técnica aos associados (assentados e pequenos produtores), e com eles elaboram planejamentos de desenvolvimento socioeconômico para os assentamentos. Através da Coara construiu-se um frigorífico de abate de suínos e uma fábrica de ração. O objetivo era desenvolver a produção em cadeia, integrando as atividades de cultivo de milho, criação de suínos com a fábrica de ração e o frigorífico.

Atualmente, a Coara possui 232 famílias associadas, de seis assentamentos diferentes. Está organizada segundo os parâmetros da legislação, mas com sérias dificuldades. Um dos problemas enfrentados é que, uma vez escolhido o presidente da cooperativa, este assume a função de acordo com as implicações que a posição exige, o que significa que os valores, como a decisão coletiva, a coordenação e a divisão de tarefas, embora sejam metas, nem sempre são colocados em prática. Ao assumir normas legais[434], uma forma conhecida de exercício de poder, a prática, embora de início respaldada e fundada em valores novos, tende a conformar-se a ela. Não se

---

433 - Os laboratórios experimentais, formulados teoricamente por Clodomir Santos de Moraes, foram largamente utilizados até por volta de 1993/94. Nos anos que se seguiram não foram totalmente abandonados. Os laboratórios de campo, suas implicações políticas e limites, serão analisados no Capítulo IV, sob o sub-título "A Imposição do Coletivo".

434 - As cooperativas nos assentamentos seguem uma legislação federal. A atual legislação cooperativista brasileira data de 1971, cunhada em plena ditadura militar, durante a qual as cooperativas foram tuteladas e controladas pelo Estado. Dentre outros limites impostos pela lei à formação das cooperativas, é a de que ela não permite a organização autônoma das instâncias administrativas da cooperativa. Em termo prático, isto resulta numa única forma de diretoria para todas as cooperativas brasileiras. Com a constituição Federal (1988), vários artigos da lei perderam a constitucionalidade. Mesmo assim, continuam a ser impostos pelas juntas comerciais país afora. De acordo com essa lei (Lei 5764/71), a diretoria não pode ser colegiada, tendo necessariamente que apresentar a figura do presidente pré-estabelecida.

rompe com as formas antigas de poder que ainda se mostram vivas na memória dos sujeitos e são revigoradas pelas posições de mando que ocupam.

> Eu tenho dito e até tenho questionado um pouco essa direção coletiva na cooperativa, direção coletiva é uma coisa e a lei é outra. Eu sempre dizia, bom devemos implantar uma direção coletiva, mas temos que encaminhar de alguma forma o legal. E aí o pessoal não realizou assembléia para a eleição, colocaram uma comissão na direção da Cooperativa. Nós podemos entender internamente que isso funciona (...) agora pra lei não funciona. Acho que coletivo é quando a discussão vai pra base, quando o povo participa, independente de ter a figura do presidente, ou deixa de ter. Legalmente tem que existir porque quem assina pela cooperativa é o presidente. Você pode fazer essa diretoria, agora precisa ter consciência de que eles não mandam, de que quem toma as decisões. Você tem o presidente, mas a prática deve ser diferente, ele vai representar legalmente a cooperativa, mas na base tem que ser o companheiro também.[435]

Esta parte do depoimento de Breno Staast registra que há percepções do coletivo e do que deve ser a gestão cooperativa divergentes. O entrevistado está questionando a última diretoria da Coara, que procurou implantar uma gestão coletiva. Para ele há um equívoco entre as funções da direção e a articulação e participação das bases no processo decisório. Subjacente a esta discussão está à crítica de que, em certas decisões acerca da Coara, a base estaria sendo excluída e de que a cooperativa não estaria sendo administrada como empresa. Um dos motivos apontados seria o de que, na última e na atual gestão, denominada "gestão coletiva", não estaria ocorrendo uma separação da administração da cooperativa com as necessidades e encaminhamentos do MST.

A direção se defende, afirmando que o problema é a falta de capital de giro, o que estaria impedindo colocar em funcionamento total a fábrica de ração e recolocar em funcionamento o frigorífico. Este, depois de pronto, somente funcionou por alguns meses. Os investimentos nas duas obras foram de cerca de R$ 1.315.000,00 Dos R$ 315.000,00 investidos na fábrica de ração, 80% vieram do Procera e 20% da prefeitura municipal. Já os recursos utilizados na construção do frigorífico vieram do Procera e da Associação de Cooperação Técnica (ACT), uma ONG da Bélgica.[436] A ACT enviou dois técnicos para o acompanhamento do projeto. Permaneceram cinco anos na região para acompanhar o projeto e desenvolver outras atividades junto a agricultores da região. Mas, há também denúncias de que houve desvio de dinheiro na fase de construção.

---

435 - Id., ibid.

436 - Fonte: CONCRAB. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1997.

> Recursos tinham, o plano era bom, o projeto foi bem feito e, daí, as cabeças não sabiam administrar. Agora, estamos trabalhado em cima pra fazer funcionar. Veio um dinheiro da Bélgica. O pessoal achava que não ia acabar nunca mais, começaram a gastar a torto e a direito. É um absurdo o que foi gasto. Então o que tem lá são os 650 mil reais do Incra, dois milhões que vieram de fora desapareceram. Deixaram o povo de fora levar. O pessoal daqui não ficou com nada, o presidente e o tesoureiro não têm nada. Foi o pessoal contratado de fora pra trabalhar. Foram buscar um administrador e um técnico de fora. Precisa de peão, eles tinham vinte, construía parede e mandava derrubar, compravam coisas que não precisavam comprar, deitavam e rolavam. Saíram ricos daqui. Outra coisa, esse negócio de misturar o MST com a cooperativa não funciona. Eles ocuparam bastante esse dinheiro pra fazer ocupações. Eles não aplicaram o dinheiro na cooperativa pra dar renda e depois tirar uma porcentagem pras ocupações. Eles pegaram o dinheiro e "vamos gastar em ocupação".[437]

O que se evidencia é que houve falta de experiência administrativa, de participação dos assentados na elaboração e implantação do projeto, bem como problemas de planejamento técnico. Um dos erros técnicos detectados ocorreu na instalação de uma caldeira por um técnico contratado. A falta de "visão empresarial" precisa ser compreendida dentro da lógica do mercado. Ela não pode ser tomada apenas como inexperiência das lideranças, como alguns assentados acreditam. É certo que houve erros, e a direção da cooperativa os reconhece, mas deve-se observar que as regras pelas quais se move a economia dos assentados não são, necessariamente, as regras do mercado capitalista. A ajuda mútua, o mutirão, relações articuladas a partir de valores morais, não são práticas que o mercado assimila.[438] Configuram troca entre sujeitos não mediatizada pela mercadoria, embora regulada pelo emprego de trabalho. Esta questão será retomada no próximo capítulo. Além disso, observa-se neste caso a falta de um acompanhamento e assessoria econômica, administrativa, técnica, industrial, agronômica, haja vista que o projeto não se resumia ao frigorífico, mas visava um sistema integrado de produção em cadeia (desde a produção da matéria-prima – o suíno e o milho -, até sua transformação e recomercialização para os próprios assentados e também para outros agricultores). Os órgãos públicos afetos à política de reforma agrária e outras instituições públicas, como as universidades, poderiam ser envolvidos neste trabalho.

Segundo os assentados, os recursos do Incra como da ACT, destinados para os projetos, só podiam ser utilizados na construção da infra-estutura física e equipamentos. Como não possuem recursos próprios e não há linha de crédito governamental para esse fim, têm dificuldades para colocar os projetos em

---

437 - SPEROTO, *Entrevista*. Citada.

438 - Cf. FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra*. Cascavel: Edunioeste, 2001. p.114-115.

funcionamento. Se, de um lado, atualmente, não há "capital de giro", de outro, não se pode deixar de observar que a falta de planejamento e "visão empresarial" geraram desperdícios de recursos.

> ... mas já estava praticamente tudo feito, só faltava maquinário e a instalação elétrica. Daí houve algumas discussões. Gado não adiantaria abater porque era pouca coisa. Daí definirão que o frigorífico seria pra suinocultura. Daí foi mudado, aumentaram o prédio, tiveram que arrebentar tudo pra aumentar as salas e por aí foi. Eu sei que foi um dinheiro lascado nessa nova reforma e acabou que, praticamente pronto, agora não tem capital de giro pra tocar, e não se consegue porque pelos projetos do Incra não sai. Então está nessa briga aí. A fábrica de ração começou trabalhar no ano passado, mas parou. Não sei. Dizem que não tinha mais dinheiro pra tocar, porque, tiraram dinheiro da fábrica de ração pra abastecer os caminhões pra fazer ocupações, pra pagar coisas do frigorífico.[439]

Atualmente ocorre uma negociação entre a prefeitura municipal, os assentados e a CCA do Paraná, para colocar em funcionamento a fábrica de ração e o frigorífico. Estima-se que serão necessários R$ 100.000,00 reais para reativar o frigorífico. Há reparos a serem feitos nas instalações e no equipamento instalado. Uma das idéias em discussão é terceirizá-lo. Mas, problemas já se detectam no próprio processo de implantação da Coara.

> Foi bastante difícil porque na época nós encontramos vários grupos sem ter assistência no assentamento. Existia um racha, aí tinha esse grupo que na época definiu o movimento e tinha esse outro grupo que não concordava com as decisões, encaminhamento do movimento, então nós criamos a Coara. Ela foi fundada com poucas pessoas até pra quebrar um pouco isso, mostrando trabalho. Hoje tem aquelas pessoas que ainda não se integraram na cooperativa, mas não são contra digamos: "a cooperativa tá ai, eu não quero saber disso, mas deixa que o pessoal toca".[440]

Portanto, não obstante para o MST a cooperação represente "uma etapa superior da socialização e da cooperação agrícola", sendo ela considerada uma forma de organização econômica e política que deve se construída pelos próprios assentados[441], na prática isto parece nem sempre ocorrer, o que leva a tensões e conflitos. As razões para a dificuldade de se implantar a cooperação, em especial na forma do trabalho coletivo, são articulados pelo MST nos seguintes termos:

> Os trabalhadores que ocupam terra e facilmente optam pelo trabalho coletivo, na maioria dos casos, já passaram pelo trabalho coletivo nas fazendas ou fábricas nas cidades e já aprenderam na prática o que é o trabalho coletivo, onde cada um faz uma parte do

---

439 - CASAGRANDE, Entrevista. Citada.

440 - Id., ibid.

441 - MST. *Sistema cooperativista dos assentados – SCA*. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil. São Paulo, abril de 1991. p. 4.

> produto. Por outro lado, muitos ocupam terra e não querem nem ouvir falar do trabalho coletivo, preferem o trabalho individual, a propriedade individual, porque sua origem está na pequena produção artesanal, são filhos de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários etc., ou seja, o modelo de desenvolvimento do qual fizeram parte foi baseado no trabalho individual.[442]

Esta explicação, se considerarmos a atividade anterior ao assentamento, parece ser satisfatória no que diz respeito aos assentados do Projeto Vitória. Pois os beneficiários, como vimos em páginas anteriores, antes de virem a ser assentados, eram arrendatários, filhos de pequenos proprietários e posseiros. Contudo, não parece ser uma explicação convincente para os assentados do Projeto Terra Livre, que optaram por uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), ou seja, pela terra, trabalho e partilha da produção, coletiva. Naquele projeto, a quase totalidade dos assentados não havia tido qualquer passagem pelo trabalho assalariado urbano, nem eram peões de fazenda. Como veremos em páginas logo adiante, eram, em sua maioria, arrendatários.

Destarte, de um lado a explicação do MST é uma possibilidade, especialmente se considerarmos a inexpressividade do número de assentamentos coletivos. De outro lado, outras interpretações podem ser feitas e não excluem automaticamente aquela explicação, podendo até mesmo agregar-se a ela. Em 1987, segundo o levantamento realizado pelo Incra, apenas 6,04% dos assentados declararam que antes do assentamento eram sócios de alguma cooperativa e 65,10% disseram que eram sindicalizados. Percebe-se, portanto, um alto grau de sindicalização. Isto se agrega ao fato de que, no Sudoeste do Paraná, alguns sindicatos foram um dos principais espaços onde os colonos tiveram o primeiro contato com discussões acerca da necessidade de organização da luta pela terra na forma de acampamentos e ocupações.

De outro lado, verifica-se um baixo nível de experiência em cooperativas formalmente organizadas, o que não significa a inexistência da experiência da cooperação sob outras formas nas trajetórias anteriores dos assentados. Este fato impõe que se considere como foi conduzido o processo de discussão e implementação da proposta cooperativa do MST e de como os assentados compreenderam e deram significados a ela. Uma das lideranças do assentamento, aponta para esta questão.

> Aí já é o problema de algumas coisas que a gente talvez não acertou desde o início, com relação às associações e os grupos coletivos. Então tinha aquele pessoal que achava que

---

442 - MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. p. 157. In: GÖRGEN & STÉDILLE, *Assentamentos*. Op. cit.

> isso era uma forma de exploração dos individuais, e eles não aceitavam a cooperativa por causa disso: "Esse pessoal está de novo querendo fundar uma cooperativa pra explorar os outros. Aí, vem dinheiro só pra eles." Isso eu acho que talvez é uma deficiência do trabalho de base. Mas tem aqueles que tinham outros interesses também ...[443]

No processo, houve dificuldades de entendimento da proposta por parte dos assentados. Um grande número de famílias que trabalhavam individualmente desconfiava da nova proposta de cooperação, já que outras formas haviam sido experimentadas e fracassaram. As acusações entre os assentados se sucederam a ponto de um grupo de famílias, ligado ao movimento, ser reconhecido pelas outras famílias como "os coletivos". E as primeiras, como "os individuais".

> Então começou essa discriminação de criança, os adultos. Teve uma temporada aí que eu passei muita raiva, tinha vontade de até ir embora daqui, mas acabamos superando. Achavam que nós íamos abraçar todos os recursos que viessem pro assentamento e deixar eles fora. Tinha esse desentendimento aí, falta de consciência. Acho que cada qual trabalha da forma que achar melhor. Eu acho que se tiver um grupo que quiser trabalha coletivamente é problema deles, se eu quero ficar individual é problema meu. A gente sempre tinha essa iniciativa de melhoria e assim formamos vários grupos, os condomínios, ...[444]

No cotidiano dos assentados em conflito, a opção de cultivar o lote individualmente e não se inserir na cooperativa foi vista como evidência de uma mentalidade individual tradicional e atrasada. Esta visão há muito vem sendo reforçada pela orientação teórica do MST.[445] Tal evidência leva a concluir, como se verá no próximo capítulo, que a própria proposta cooperativa do MST foi imposta através das lideranças nos assentamentos e ou que, no processo, efetivamente, não foram considerados os universos culturais dos assentados para, a partir deles, construir as formas de cooperação. Por ora, neste sentido, outras questões podem ser agregadas na descrição das experiências associativas, semicoletivas e coletivas.

A proposta, quando da implantação da cooperativa, era de que os assentados formassem núcleos de produção com o desenvolvimento de, ao menos, uma atividade coletiva. Diante da resistência e das dificuldades enfrentadas para a formação dos núcleos de produção e seu desenvolvimento, hoje, a Coara aceita membros que estejam organizados em associações, em núcleos de base que não necessariamente desenvolvam alguma atividade produtiva coletiva. Mas, a associação deveria ser um meio

---

443 - STAAST, *Entrevista*. Citada.

444 - CASAGRANDE, *Entrevista*. Citada.

445 - Cf. MST. Caderno de formação n. 10. *A luta continua. Como se organizam os assentados.* São Paulo, junho de 1986.; MST. *Caderno de formação* n. 11. Doc. cit.; MST. *Caderno de cooperação agrícola, n. 1.* Doc. cit.

de discutir os assuntos e encaminhamentos da cooperativa, os investimentos a serem feitos nas propriedades e questões ligadas ao MST e à continuidade da luta. A associação de famílias, independentemente de realizarem alguma atividade coletiva, é vista por alguns assentados como um fator que enfraqueceu a cooperativa, pois muitas famílias estariam se associando apenas para viabilizar os recursos e beneficiar-se da assistência técnica para a confecção de projetos. Se não fossem associados teriam que viabilizar a elaboração através da Emater ou de um técnico contratado.

1.7. Os Coletivos ...

No mesmo ano da fundação da Coara, as lideranças do MST, através de discussões com as famílias e da realização de um laboratório de campo, formaram dois grupos coletivos. Em ambos os grupos pretendia-se gradativamente coletivizar a terra e o trabalho. No lote de Celso Barbosa, que participava de um dos grupos, formado por dez famílias, criou-se um condomínio para plantio de milho. Para a cultura foi destinada a área de melhor qualidade e, uma outra área de terra, de qualidade inferior, foi destinada para a plantação de pastagem. Nela pretendia-se criar suínos no sistema *plainer* (ao ar livre). No início, cada família ficou com dois hectares para cultivo próprio.

> Foi pensado trabalhar no lote totalmente coletivo, todas as partes que desse pra produzir coletivo, mas a pessoa ainda ficava com o terreno e a casa, pra criar galinhas e as vacas, até que aquele lote fosse transformado em condomínio. Quando todos os lotes fossem condomínios seria formada a agrovila.[446]

O grupo foi ampliando as atividades coletivas. Primeiro coletivizou o plantio da roça, depois o trabalho de formação de pastagens, a horta comunitária, a criação de abelhas e um moinho. A direção do coletivo era formada por um presidente, secretário e tesoureiro. O coletivo estava organizado em setores, tendo cada qual um coordenador que, além de coordenar a atividade, era responsável por contabilizar o número de horas trabalhadas. O grupo garantia um rendimento mensal para a subsistência de cada família. Ao final do ano, fazia-se um balanço e distribuíam-se os resultados obtidos, de acordo com o volume de trabalho de cada um durante o exercício.

---

446 - ANDRADE, Sirlene. *Entrevista*. Citada.

Para o almoço foi construído um refeitório coletivo, as outras refeições eram feitas na casa de cada assentado. As verduras e legumes para o almoço eram retirados da horta, não sendo contabilizadas. Já os que eram retirados pelos assentados para seu consumo pessoal eram registrados e descontados das horas trabalhadas. As necessidades e problemas eram discutidos no almoço, quando todos (homens e mulheres) se reuniam, ou nas reuniões semanais, que não raras vezes eram "quentes". Até mesmos problemas da vida privada, desde que considerados prejudiciais à organização coletiva, eram discutidos coletivamente.

> A gente discutia uma vez por semana. Começava de manhã, fazia avaliação da semana e planejamento da próxima. Segunda vamos fazer isso, terça aquilo, e dividia por grupo de trabalho. Quem ia trabalhar no condomínio, plantar grama, fazer pastagem. Então três pessoas iam e se administravam dentro daquele trabalho. Tinha a horta comunitária que era coletiva. Daí se deliberava o trabalho na horta e o restante na lavoura. No sábado de manhã sentava e via o que foi feito, o que faltou fazer e o que precisa ser feito e, se dividia de novo os trabalhos. Cada grupo tinha um coordenador que tomava conta dos dias de serviço das pessoas, quantas horas de trabalho ele cumpriu.[447]

Os assentados que participaram da iniciativa, mesmo apontando inúmeras vantagens do coletivo, após três anos da implantação, começaram a abandonar o empreendimento. Inicialmente desistiram duas famílias, depois outras duas, e o grupo foi assim sendo desfeito. Também nesta iniciativa, o “jeito” de trabalhar e o volume de trabalho empregado por cada um dos participantes aparecem como elementos que levaram ao abandono do empreendimento. Maria de Andrade conta que, no início, todo mundo trabalhava animado, "pegava junto". Com o passar do tempo, alguns trabalhavam mais que outros e, como o trabalho era registrado em horas, “alguns ganhavam mais apesar de trabalharem menos”.

> O costume de como trabalhar, acho que foi o que mais nos levou a sair. Às vezes você têm sete, oito, trabalhando ao mesmo tempo, mas o que você gasta uma hora pra fazer o teu companheiro gasta três horas, só que na hora do acerto ele ganha o mesmo tanto que nem você. Então pra dividir por força de trabalho até hoje o movimento não conseguiu ainda fazer. Isso vai desanimando os coletivo, vai um saindo, outro saindo. Porque, olha, nós nos empenhamos (...). Agora aquela pessoa que não liga muito quando você continua cobrando (...) e ele continua no mesmo ritmo, ele não muda de vida. Daí desmoronou, cada um pegou de volta o que tinha botado no coletivo e acharam que era melhor trabalhar individual."[448]

O assentado Neuri Speroto, ao justificar a não-participação no grupo coletivo, tece consideração semelhante.

---

447 - Id., ibid.

448 - ANDRADE, Maria. *Entrevista*. Lindoeste, 05 de abril de 1999.

> Porque sabia que não dava certo. Eu conhecia o povo. O menor grupo que tinha, era de dez famílias. Dez famílias são dez cabeças pensando. Então, um dia um não ia trabalhar, enquanto uns trabalhavam outro ia beber cachaça. Ninguém trabalhava do mesmo jeito. Agora não tem muito, porque saiu bastante gente do assentamento, mas no começo tinha bastante este estilo de caboclo, de trabalhar só pra comer. E, daí já tinha mais o pessoal do sul. Então uns achavam que ir algumas horas trabalhar já estava bom, outros ficavam até de noite. Por isso a associação não funcionava. Ficava tudo nas costas de um e repartia o lucro igual. Não funcionou aqui por causa do trabalho.[449]

Depreende-se, das falas dos agricultores que participaram do coletivo, um sentimento de frustração. Acreditavam que poderiam melhorar as condições de vida. Para as lideranças a frustração vinha, sobretudo, do fato de que o abandono da experiência representava um exemplo negativo justamente de uma forma de organização da produção na qual o MST estava apostando. E, de fato, o fracasso da experiência levou a uma maior resistência das famílias assentadas. Mesmo aquelas que participaram da iniciativa, quando perguntadas sobre a possibilidade de voltarem a participar de um grupo coletivo, a quase totalidade das respostas foi negativa.

Na experiência do outro grupo coletivo, formado por oito famílias, o modo de vida diferenciado também é apontado como um problema, mas não parece constituir a questão central para que as famílias o abandonassem.

> Tinha um que era moreno. Exatamente esse era o que deu mais problema, não porque quero discriminar a raça de cor, mais esse foi o cara que mais prejudicou. Então agente tem uma certa experiência das pessoas, é difícil encarar o sujeito assim e dizer que eu me engano é muito difícil, e eu falei pros cara, "olha esse cara aí é perigoso, que ele está aí há pouco tempo, teve ajuda do pai dele, teve ajuda de tantos recursos e o cara hoje não tem nada, não sabe administrar, não gosta de trabalhar, vai virar e mexer até que se ajeitou. É que o pessoal aí do norte do oeste [Noroeste do Paraná], aí tem alguns que entraram depois, então é um tipo de pessoa completamente diferente do nosso sistema, jeito de tratar, é muito tagarelinha assim, mas tem uma certa diferença de agir.[450]

A formação desse grupo ocorreu em julho de 1993. Um dos assentados, Breno Staats, era liberado para o MST. Para suprir a sua falta no grupo, ele pagava um valor mensal, determinado pelas famílias, para a contratação de um outro trabalhador. Também o seu irmão, eleito vereador, foi morar em Lindoeste e passou a pagar uma taxa mensal para suprir a ausência da sua força de trabalho. A organização do grupo teve em vista superar as dificuldades impostas à produção familiar individual e foi impulsionada com o insucesso das associações das quais participavam as famílias que vieram constituir o grupo. O grupo organizou as atividades em três setores: lavoura, animais e

---

449 - SPEROTO, *Entrevista*. Citada.

450 - CASAGRANDE, Entrevista. Citada.

administração. Moravam cada qual no seu lote, mas tinham o projeto de, no futuro, criar uma agrovila. Cada um entrou com uma cota parte que incluía a maior parte do lote. A outra parte, cerca de dois hectares, reservou-se para cada família plantar gêneros de consumo próprio, como mandioca, arroz, verduras e criar animais.

> Nós começamos bem, começamos com mais de 50 cabeças de animais, de vacas, bois, bezerros. A suinocultura era pouca, mas nós conseguimos um projeto e compramos dez leitoas e daí começamos a trabalhar cada vez mais. O primeiro ano foi muito bom. Daí mudou a administração, o cara não soube tocar e quando a gente reclamava, achava que ele sabia mais, e, por fim, deu no que deu. Acabei ficando falido, porque aí dividimos o resto que tinha.[451]

O grupo se reunia no almoço e no jantar no refeitório comunitário. Mas, havia acusações de que alguns estariam se beneficiando retirando indevidamente alimentos. Ocorreu falta de carne. Outras vezes era gás que faltava. A reuniões de avaliação e de planejamento da próxima semana eram realizadas nos sábados. Mas nem sempre o que havia sido decidido era efetivamente realizado.

> Segunda-feira todo mundo chegava e o administrador já distorcia as coisas, jogava um pra cá, outro pra lá e arrebentava com tudo. O que mais rendia era a lavoura. Tinha a piazada, todo mundo ganhava por hora trabalhada, chegava o fim do dia, o coordenador tomava nota dos nomes. Daí, no fim da semana, passava tudo a limpo e, no fim do mês, o dinheirinho que entrava era repartido. O principal problema do trabalho coletivo é esse tipo de coisa que é a falta de conscientização das pessoas, porque infelizmente um grupo trabalha e sempre tem um espertinho. Aí começa criar mágoa, brigas e, inclusive, aquele cara lá, não vou citar o nome, não adianta mais, só vivia na estrada com a pastinha em baixo do braço, gastando nosso capital e nós no trabalho geralmente não via. Até que eu comecei a tomar providência, conseguimos normalizar a situação e parar. Eu tive em lugares, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, onde o trabalho coletivo é excelente, o pessoal trabalha, é todo mundo o mesmo objetivo.[452]

Como se pode observar, o volume de trabalho empregado surge também nesta experiência como um dos fatores que levou os parceiros no coletivo a desmanchar o grupo. Na fala do entrevistado, a "piazada", os jovens acima de 13 anos, também eram remunerados por hora trabalhada. O volume de trabalho dispensado por eles, em geral, era menor do que dos adultos. Além disso, havia conflitos de gerações: os jovens gostavam de brincar, de "namoricos", "contar caso", que, aos olhos dos mais velhos eram tidos como coisas menos importantes, diante de outras, como o trabalho, centrais na vida. Com os diversos problemas surgidos, resolveram fazer o acerto de contas. Venderam uma junta de boi e pagaram as dívidas e cada um retirou sua cota parte. Três

---

451 - Idem.

452 - Idem.

famílias resolveram continuar organizadas num semicoletivo através de condomínios de suínos.

1.8. Os Semicoletivos ...

Os grupos semicoletivos desenvolvem atividades econômicas em conjunto, sendo individualizado o espaço doméstico e parte do produtivo. Essa forma de organização da terra e do trabalho procura conciliar a realização do trabalho familiar e a realização de atividades econômicas em conjunto com a introdução da divisão do trabalho. A implantação desta forma de cooperação tinha por objetivo avançar para a coletivização de todo o processo produtivo. Foram criados cinco semicoletivos no assentamento. Quando iniciei a pesquisa, em 1998, funcionavam ainda três. Desenvolviam condomínios de criação e abate de suínos que abastecem os próprios assentados e que, futuramente, deveriam também fornecer para o frigorífico da Coara. Do total dos semicoletivos criados, cinco famílias também reuniram-se com seus vizinhos e construíram cinco aviários. Cada um entrou com R$2.500,00 e cerca de R$ 10.000,00 eram oriundos do Procera. Com a falência do frigorífico ao qual haviam integrado à produção (Frigorífico Chapecó, unidade localizada na cidade de Cascavel), os agricultores descapitalizaram-se. Esses agricultores tiveram que empreender uma nova luta para solucionar o problema. Fizeram várias manifestações na cidade de Cascavel e chegaram a ocupar as instalações desativadas do frigorífico. Em 1999, as negociações continuavam com a empresa em vista de uma solução.

Um condomínio caracteriza-se como uma forma de apropriação da terra. Neste caso, ainda que haja parcelamento da terra, parte do lote de um dos assentados é de uso da atividade coletiva. Nos condomínios do assentamento um dos associados é escolhido para cuidar da "criação" (rebanho), sendo também na sua terra construídas as instalações para o desenvolvimento da atividade. Pelo serviço, o assentado recebe um salário que varia entre um e dois salários mínimos e recebe renda pela terra utilizada na atividade. Essa forma de cooperação implica, no mínimo, uma reunião mensal.

Um dos condomínios desenvolvido pela Associação dos Suinucultores do Baicuru, formada em 1995, por seis famílias, ainda não legalizada. Três das famílias possuem lotes um do lado do outro e três, lotes distantes um do outro. Nesta associação,

a infra-estrutura foi instalada no lote de Delazir Prigol. Os suínos passaram a ser criados pelo sistema *plain near*, ao ar livre. Trata-se de uma forma recriada do modo de criação desenvolvido pelo caboclo. Recorde-se que, inicialmente, na fase da frente de expansão, os caboclos criavam o porco solto na mata *(porco alçado*). Depois, com a chegada dos migrantes, este modo foi recriado, surgindo os *faxinais*. Nos *faxinais,* os criadouros comuns eram formados a partir da reunião de vários produtores individuais e a propriedade da terra significava patrimônio, um equivalente de capital. Ela continuava sendo privada, apenas seu uso era comum. Da mesma forma, no sistema empregado pelos assentados, ocorre a reunião de várias famílias, que mantêm as demais atividades agrícolas em lotes individuais. Cada família entrou com cotas parte para a formação do rebanho e construção das instalações.

Todavia, diferentemente do criadouro comum, no qual a construção das cercas era coletiva e cada participante era responsável pelo conserto das cerca snos limites de sua propriedade, no sistema adotado pelos assentados há uma família ou duas responsáveis pela administração e o cuidado do rebanho. Há uma outra diferença. No criadouro dos *faxinais,* os porcos eram criados apenas ao ar livre, enquanto que os assentados os criam ao ar livre e, num determinado momento, recolhem-nos em instalações fechadas para a engorda (no chiqueiro). A renda gerada com a venda dos porcos ou derivados e, eventualmente, a distribuição de carne entre os assentados, era feita mediante partes iguais. Já nos criadouros comuns dos faxinais, os produtores detinham quantidades diferentes de animais e cada qual usufruía do seu rebanho.

No semicoletivo de Prigol, diferentemente do que ocorria nos outros grupos, há autonomia para comprar e vender, trocar matrizes (reprodutores) e não há estatuto registrado que regulasse o funcionamento interno. Elaborar uma "documentação", para regular o funcionamento interno do grupo foi considerado desnecessário pelas famílias. "Nós não temos documentação, nós temos ata das reuniões. Todo dia oito de nós fazemos reunião pra achar o rumo do que deve ser feito. Se documento adiantasse não teria desquite. Pra funcionar tem que ter confiança e não pode existir o mão-leve, o aproveitador, o vadio", afirma Prigol.[453] O entrevistado destaca que a reunião é importante porque nela se faz a prestação de contas e planejamento. Mas, a confiança é o fundamental.

---

[453] - PRIGOL, Delazir. Lindoeste, 01 de junho de 1999.

Neste núcleo também participava Nilza Gildo Mauro. O núcleo, formado por seis famílias, começou "com o pé no chão", comenta Nilza. Partiram do capital que tinham: reuniram os suínos e aproveitaram as instalações de um dos sócios. Aqueles que contribuíram com maior número de animais foram ressarcidos na medida em que a atividade começou a gerar lucros. Também as instalações foram pagas. Com o tempo, através do recebimento de recursos de programas do governo do estado e governo federal, não só ampliaram a atividade, mas iniciaram outras, como fabricação de defumados e embutidos, fabricação de conservas e condomínio de vacas leiteiras.

Atividade de defumados e embutidos é desenvolvida a cada 10 ou 15 dias, em instalações próprias na sede do condomínio. Nela trabalham Nilza e uma de suas vizinhas. Quando há necessidade de auxílio, outras mulheres do grupo são convocadas num sistema de rodízio. Cada uma recebe pelo dia de serviço, o que também acontece com os homens que abatem os animais. Já a fabricação de conservas de pepino, cenoura, beterraba, couve-flor, surgiu com os cursos ministrados pela Emater. Para a produção, as mulheres compraram uma cozinha industrial. Parte dos legumes são comprados, porém o objetivo é a produção própria. A maior parte da produção é vendida no comércio local. Quanto à atividade leiteira, o grupo começou da mesma forma com a suinucultura: reunindo o rebanho. Porém, o baixo valor do leite no mercado e a não-formação de pastagem adequada levou o grupo a abandonar temporariamente a atividade, pois o rendimento não era suficiente para cobrir o salário do sócio que cuidava da atividade. Cada família, porém, continua mantendo seu rebanho e vendendo leite. O objetivo do grupo era ampliar ainda mais as atividades para que cada família ficasse responsável por uma atividade. Todavia, hoje cada qual trabalha apenas no seu lote.

Algumas questões são importantes nessa forma de associativismo. A primeira, é a constatação de que sua organização e relações internas representam uma forma mais complexa do que os mutirões. Funcionam através de normas ou regulamentos, que podem ou não ser registrados em cartório, revelando uma rica dinâmica participativa de homens e mulheres que têm levado a vivência de relações, tanto no grupo como nas famílias, mais democráticas. Os núcleos de produção e associações são espaços para a troca de idéias, de discussão de como implementar e melhorar a produção, mas também são espaços de organização, de luta coletiva e busca de soluções diante dos novos problemas que surgem. Elas contribuem para o

aprendizado. Como diz dona Maria “porque a gente discute, você diz o que é preciso dizer, mas depois você sai numa boa de novo com todos. É só na reunião”[454].

A segunda questão refere-se às vantagens em termos econômicos, entre as quais, maior produção e menor dispersão da mão-de-obra, a racionalização dos investimentos e a otimização de equipamentos, melhores preços na compra de insumos e venda dos produtos devido à quantidade comercializada. A terceira refere-se ao conhecimento, ao estilo de vida e à forma de trabalhar, e também à confiança entre os assentados, elementos indispensáveis para a associação e condução da atividade. Nilza conta que seu grupo é formado por três famílias de origem alemã e três com ascendência italiana. "O estilo é tudo mais ou menos parecido. Cada qual pensa a mesma coisa, tem interesse, sabe olhar o que tem em casa."[455] A exemplo dessa fala, a maioria dos entrevistados indica que o modo de ser e a etnicidade são elementos importantes para a identificação das famílias entre si na organização de atividades em conjunto e da exclusão de outras.

Não obstante a associação tenha contribuído para a melhoria das condições de vida dos agricultores, problemas têm sido enfrentados. Como ocorre com todos os agricultores familiares do País, seus produtos não têm garantia de preço satisfatório que permita a continuidade da atividade, haja vista que o preço dos produtos que necessitam comprar (neste caso específico da ração, já que apenas parte da alimentação dos animais é produzida no lote) elevou-se sobremaneira com a defasagem cambial ocorrida a partir de 1998. Uma saída poderia ser a transformação do milho em ração na fábrica adquirida pela Coara. Todavia, não está em funcionamento devido à falta de capital de giro, segundo os próprios assentados.

No seu conjunto, as experiências de organização do Assentamento Vitória apontam, de um lado, um processo de individualização com a conquista da terra. O projeto de ser proprietário e trabalhar individualmente a terra parece prevalecer, com o refluxo das diferentes formas coletivas de trabalhar e organizar a terra. Na mesma direção, as decisões coletivas cedendo espaço para o retorno de estruturas hierarquizadas e formas de decisões não democráticas.

De outro lado, do ponto de vista social e político, talvez deva-se considerar que as experiências de organização interna no Assentamento Vitória não se

---

454 - ANDRADE, Maria. *Entrevista.* Citada.

455 - MAURO, Nilza. *Entrevista.* Lindoeste, 05 de abril de 1999.

consubstanciam em derrota das formas coletivas, mas trata-se de experiências que foram desenvolvidas e reinventadas em novos moldes no próprio processo, conciliando formas de trabalho em conjunto com a propriedade e atividades individuais. Ao que parece, trata-se de um processo que rearticula e recria valores do modo de ser camponês, em novas bases, com a incorporação de outros elementos, através da socialização de saberes com técnicos, agrônomos do MST e entre os assentados.

Portanto, apesar da forma preponderante de organização da terra e do trabalho no Assentamento Vitória ser a individual, em unidades familiares, recriaram-se neste espaço formas de organização da terra e do trabalho que, ao mesmo tempo, conservam elementos das unidades familiares características do sul do País, mas também introduzem outros: a mão-de-obra principal é a dos membros da própria família que detém a concessão de uso do lote; o trabalho de diaristas rurais é quase inexistente; a troca de dias de serviço e a ajuda mútua não foram abandonadas; atividades são desenvolvidas através da união de famílias em associações, produzindo relações normatizadas nem sempre formalmente constituídas.

2. ASSENTAMENTO TERRA LIVRE. O Vivido Numa Forma Social Coletiva

2.1. Uma Aproximação ...

"O importante é não desistir. Nunca. Porque a prática é o adubo da esperança", ensinava, em reportagem da "Revista Globo Rural", em maio de 1998, Olídio Noé da Silva, um senhor de 53 anos, do projeto de Assentamento Terra Livre, onde ele e as famílias de dois filhos seus vivem em uma agrovila. Em fevereiro de 1999, quando mantive o primeiro contato com o assentamento para a realização de entrevistas, coincidentemente, foi ele quem me atendeu. Chamou-me muita atenção a forma como logo foi revelando que o coletivo não era fácil de ser colocado em prática. Na Coopcal (Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre) "doze famílias desistiram, destas, três foram expulsas",[456] explicava.

Um ano após o primeiro contato, foi também ele o primeiro assentado a ser entrevistado. Só então, durante a entrevista, atentei para o fato de que o assentado mencionado pela reportagem da "Revista Globo Rural", que havia lido e arquivado, tratava-se de Olídio. Um gaúcho que migrou, em 1985, para o Paraná. Com pouca terra, resolveu acampar como já havia feito no Rio Grande do Sul, quando participou da ocupação da Fazenda Anoni. Na sua trajetória de luta, construiu cerca de dez barracos, relembra.[457] Sua história confunde-se com a própria história do Assentamento Terra Livre. De falas aparentemente desconexas, nas rememorações de experiências passadas na entrevista que me concedeu, o projeto de vida comunitária e coletiva do Assentamento Terra Livre e os indícios de suas complexidades atuais começavam a explicitar-se.

O assentamento está localizado às margens da BR 277, no Km 480, distante 8 km da sede do município de Nova Laranjeiras e 110 km de um considerável

---

456 - Anotações da pesquisa de campo. Nova Laranjeiras, fevereiro de 1999.

457 - SILVA, Olídio Noé. *Entrevista.* Nova Laranjeiras, 03 de março de 2000.

centro urbano, a cidade de Cascavel. A área possui 400 hectares e possui formato alongado. Grande parte da área tem seu uso recomendado para a preservação permanente ou, no máximo, para a atividade de reflorestamento. Isso deve-se à sua declividade e a pedregosidade. Vivem no assentamento 26 famílias. O projeto do Incra previu o assentamento de 30 famílias. São 92 pessoas no total (22 famílias e quatro solteiros, 42 são crianças menores de 10 anos). As moradias das famílias, a creche, a sede da cooperativa, estão dispostas próximas umas das outras ao longo de uma rua central que corta a agrovila. Esta disposição tornou a rua espaço público coletivo, de encontro, lazer das crianças, de atividades que envolvem todo o assentamento.

Nos primeiros anos do projeto, as casas eram de pau-a-pique ou tábuas serradas pelos assentados. Hoje, todas as casas são de alvenaria e possuem organização semelhante. Possuem sala, cozinha, quartos, toalete e uma varanda, luz elétrica e água encanada, não tratada. Foram construídas pelo departamento de construção da CPA com recursos do Incra (R$ 2.500,00/casa) e dos próprios assentados Não há lotes individuais, mesmo assim árvores frutíferas e flores são cultivadas. A não-existência de horta e de pomar se justifica porque o pomar e uma horta, desenvolvida em estufas, são atividades econômicas coletivas do assentamento. Parte do consumo alimentar é adquirido num supermercado da cooperativa regional dos assentados (Coagri). A Coopcal destina cerca de R$ 1.300,00 mensais, distribuídos entre as famílias segundo horas trabalhadas, para esta finalidade. Há que se observar que as verduras, a carne, o leite, o feijão, a mandioca, são produtos obtidos no próprio assentamento para o consumo das famílias.

As entrevistas que realizei com os assentados, maiores de 18 anos, mostram que 42 nasceram no Paraná, cinco são naturais do Rio Grande do Sul e um nasceu em Minas Gerais. Quanto à atividade principal imediatamente anterior ao acampamento, 23 trabalhavam na agricultura como arrendatários, um como bóia-fria, um como meeiro e uma assentada era assalariada urbana.[458] Além da atividade principal, oito famílias informaram que também trabalhavam como bóias-frias. A "empreitada" era uma atividade desenvolvida em períodos em que não havia muito trabalho na terra arrendada. Ela consiste num contrato informal entre um proprietário de terras e um ou mais trabalhadores para fazer roçada, quebrar milho, etc., em uma

458 - Dados levantados através de entrevistas com os assentados do Projeto Terra Livre. Nova Laranjeira, março de 2000.

área previamente delimitada entre as partes. O pagamento geralmente é em dinheiro, podendo também ocorrer o pagamento em mantimentos ou outros produtos.

Desde a ocupação, em 1990, os trabalhadores passaram a construir uma comunidade cujas relações socioculturais e produtivas estão dimensionadas num projeto político coletivo, como já mencionado, numa cooperativa de produção coletiva. A área foi direcionada a essa experiência a partir de uma solicitação do MST ao Incra. A CPA é proposta pelo MST como forma superior de organização da produção. Através da CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária), os assentados coletivizaram a terra e o trabalho.[459] A cooperativa dos assentados foi criada em 1997. Hoje, está constituída por 50 associados, sendo 40% de associadas mulheres. Os jovens tornam-se sócios da cooperativa a partir dos 16 anos. A cooperativa, uma empresa rural administrada pelos próprios assentados, desenvolve trabalhos de produção agropecuária, bem como atividades sociais.

Uma das diferenças que marca a CPA em relação a um grupo coletivo ou associação, é a sua personalidade jurídica. Ela precisa ser legalizada, com registro na Junta Comercial e não no cartório como as associações. Sendo registrada como uma empresa cooperativista, ela é regida pela legislação cooperativista brasileira. De uma CPA para outra, é possível constatar uma pequena diferença no tamanho do lote para a construção das casas. A forma espacial da CPA configura-se, geralmente, numa agrovila, com disposição próxima das moradias umas das outras.

A recorrência do gaúcho Olídio Noé da Silva às experiências de acampamentos e ocupações revela que o projeto do Assentamento Terra Livre resultou de um desdobramento da ocupação da Fazenda Estrela. Esta ocupação ocorreu numa quinta-feira de maio de 1989, e dela resultou o Assentamento Recanto Estrela 19 de Outubro. Posteriormente, em 1990, com a ocupação de uma outra área da mesma fazenda, pelo mesmo grupo de famílias sem-terra, surgiu o Assentamento Terra Livre.

---

459 - "*As cooperativas não são a forma superior de organizar a produção. Este papel é da cooperação, que pode ocorrer em diferentes níveis. O nível principal é a organização de cooperativas de produção, associações e grupos coletivos, onde cada indivíduo integra sua terra e participa através de quotas partes da cooperativa. O Plano de produção é unificado e todos os participantes trabalham de forma coletiva. A cooperação funciona como uma empresa, procurando desenvolver a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos.*

2.2. "Da Luta pela Terra, brota a vida"

"A cruz, foi este o nosso símbolo", recorda Jesus de Souza, na varanda de sua casa, onde me concedeu gentilmente uma entrevista.[460] Conta ele que um padre chegou no acampamento e pediu para que fizessem uma cruz. Ela seria carregada em romaria para que o povo se conscientizasse de que o povo necessitava de terra para sobreviver. Na cruz foram amarrados panos brancos e pretos, simbolizando, respectivamente, a paz e o luto pelas mortes de trabalhadores em luta pela terra. A cruz é um símbolo, explica Jesus de Souza:

> ... Deus, Ele morreu pra nos salvar e nos dar um pedaço de terra. A terra prometida por parte de Deus. (...). Por quê nós estamos assentados? Porque nós tínhamos aquela fé viva de que nós íamos ganhar aquele pedaço de terra e ganhamos.[461]

E, ao que tudo indica, aquela romaria de 1986, da qual participaram cerca de 30 mil pessoas, realmente se tornou uma experiência significativa para os acampados. Os símbolos, a mística, cultuados na caminhada, animaram e os mobilizaram. "Foi a romaria, a fé, que nos deu força. Era a coisa mais linda, caminhando com a cruz, com as bandeiras, cantando cantos da igreja", complementa Juracema de Souza,[462] sua esposa, que também se havia achegado para a conversa.

A romaria saiu do Acampamento do Campo do Bugre (um lugar, à margem da estrada que liga o município de Laranjeiras ao município de Rio Bonito do Iguaçu) até a igreja matriz, no município de Laranjeiras. Naquele acampamento havia cerca de 200 famílias quando, então, dividiram-se para ocupar fazendas improdutivas em vários pontos do Sudoeste e Oeste do Paraná. Quase na mesma medida das ocupações também ocorreram os despejos dos sem-terra pela polícia militar. Mas não era só a polícia quem expulsava e prendia. Os camponeses, para resistir na terra ocupada e para proteger-se, não raras vezes prenderam capatazes e jagunços das fazendas invadidas e, na Fazenda Bom Pastor, localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu, em 1987, desarmaram e prenderam temporariamente alguns policiais.

A divisão do trabalho se dá através de especializações" (CONCRAB. *Revista "Concrab: quatro anos organizando a cooperação"*. São Paulo, 1996. p. 6.).

460 - SOUZA, Jesus Batista de. *Entrevista.* Nova Laranjeiras, 04 de março de 2000.

461 - Id., ibid.

462 - SOUZA, Juracema de. *Entrevista.* Nova Laranjeiras, 04 de março de 2000.

Os despejos recolocaram a necessidade de novas ocupações, em muitos casos na mesma fazenda de onde os sem-terra haviam sido despejados. Outras vezes, uma nova ocupação de uma área era realizada por outro grupo de sem-terra. Foi assim que diferentes grupos de famílias, após despejos ou excedentes de outras áreas desapropriadas, se encontraram no Acampamento do Campo do Bugre, à margem da BR. O acampamento na margem da BR tornou-se um lugar de reaglutinar, esperar, mobilizar e organizar novos passos.

Durante o tempo de acampamento, discutiam os cadernos de formação do MST e da CPT. Não é certo que todos no acampamento participavam, mas houve grupos que de fato realizaram discussões sobre os temas propostos no material de formação, como nos grupos coordenados por Olídio Noé da Silva. Conta ele: "Desde o começo de acampamento eu fui coordenador de grupo. Então eu estudava muitos livrinhos da organização, do MST e da CPT. Eu sempre coordenava, mas trabalhando sobre o semicoletivo ou o coletivo."[463]

Enquanto as discussões seguiam, articularam a ocupação da Fazenda Estrela, com 1.011,16 hectares, de propriedade de Mariano Grecinski. Quando cerca de 15 famílias haviam sido transportadas até a fazenda, a polícia interceptou a ocupação. O fazendeiro havia contratado a polícia para fazer a desocupação. "Era um despejo frio." Numa negociação, depois de três dias na terra ocupada, as famílias, como estavam em número muito inferior e diante da ameaça de violência feita pela polícia, resolveram desocupar a área.[464]

Uma nova ocupação não tardaria. Lideranças foram a Curitiba negociar junto ao Incra a desapropriação da fazenda. Meses depois, ao saberem da expedição do decreto de desapropriação da fazenda através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Larajeiras do Sul, o grupo, então com 40 famílias, ocupou definitivamente a Fazenda Estrela, com a guarida da própria polícia, que se retirou da área quando as famílias começaram a chegar. Na fazenda viviam outras sete famílias, que trabalhavam como arrendatárias, entregando 30% da produção como forma de pagamento ao fazendeiro.

Nos primeiros dias da ocupação, as lideranças procuraram os arrendatários, falaram-lhes sobre o movimento dos sem-terra e o objetivo de sua luta - a reforma agrária -, e os convidaram para participar do movimento. Apenas duas destas

---

463 - SILVA, *Entrevista.* Citada.

464 - PAIXÃO, Vitório S. *Entrevista.* Nova laranjeiras, 04 de março de 2000.

famílias não aceitaram o convite. Seguindo a orientação do MST, as famílias arrendatárias propuseram pagar ao fazendeiro 20% da produção como forma de pagamento pela última safra que haviam realizado. O fazendeiro não aceitou, e, assim, as famílias não pagaram quantia alguma para ele. Talvez esta seja a razão por que alguns dos arrendatários, hoje assentados, encontrem-se em melhor situação do que outros assentados.

Os arrendatários preferiram continuar cultivando a terra individualmente. As outras 40 famílias, quando perceberam que não havia mais possibilidade de despejo, organizaram-se em cinco grupos, cada qual com oito famílias, lavraram e cultivaram a terra coletivamente. Para viabilizar esta forma de trabalho e atuar na resolução dos problemas da comunidade na terra ocupada e representá-la nas negociações com o Incra e Secretaria de Estado da Agricultura, criaram uma "Associação da Comunidade", uma das formas de organização propostas pelo MST.[465] Depois de três colheitas, restaram apenas dois grupos coletivos. "Uns trabalhavam mais, outros gostava de trabalhar menos, trabalhar na hora que achava que deveria, daí não deu certo trabalhar coletivo", porque "no individual dava mais", conclui Vitório da Paixão. [466]

O costume de sempre terem trabalhado individualmente, bem como o terreno acidentado, são apontados pelos entrevistados como as razões para não aceitarem o coletivo. Não obstante as diferentes razões para o abandono da proposta coletiva, a intenção de cultivar a terra individualmente fica explicita já logo após a ocupação, quando os ocupantes resolveram eles mesmos demarcar os lotes de cada família e construir suas moradias neles. Demarcaram 611,16 hectares, pois os outros 400 hectares estavam sendo reivindicadas em juízo pelo fazendeiro, porque estariam produzindo. Contudo, já em 1990, após inúmeras ameaças verbais e agressões da família do capataz da fazenda, denunciadas à delegacia de polícia de Laranjeiras que não tomou providências, e cientes de que a terra ocupada seria insuficiente para assentar todas as famílias, resolveram ocupar também aquela área. A decisão sigilosa foi tomada depois que alguns tiros foram disparados pelo capataz contra alguns ocupantes.

Tinham tudo combinado e arranjado. Sabiam que o capataz da fazenda era dono de uma casa na cidade de Laranjeiras. Contrataram então um caminhão para levar a mudança da família do capataz. E foi o que ocorreu. Homens, mulheres e crianças romperam o riacho que divide as duas áreas, colocaram os pertences da família

---

[465] - MST. Caderno de formação n. 10. *A luta continua.* Doc. cit., p. 3.

em cima do caminhão e o motorista os levou, para Laranjeiras, conforme havia combinado com os ocupantes.

2.3. O Sem-Terra e a Visão do "Outro"

A ação teve ampla repercussão. Segundo os assentados, a emissora de rádio local dava versão ao fato dizendo que uma família havia sido despejada pelos sem-terra, que estes estariam matando o gado e destruindo o que encontravam pela frente na fazenda. Um misto de terror, medo e revolta espraiou-se entre a população local. Para contradizer as críticas e buscar uma redefinição da opinião pública, uma das lideranças foi à emissora e exigiu um espaço na programação. Num dos programas, explicou que não haviam matado nenhuma rês, que haviam recolhido todos os animais, colocando-os à disposição do fazendeiro para retirá-los.

De fato, os animais estavam presos para que fossem retirados do local pelo fazendeiro. Não se sabe ao certo por que não o fez. Talvez porque ainda lutava na justiça pela reintegração da posse daquela área. Apenas mandou um recado aos sem-terra, "pelo caminhoneiro, que tinha levado o recado pra ele, que era pra soltar a criação, que ele não ia vir buscar. Esperamos mais trinta dias, ele não deu solução nenhuma, então começamos repartir com o pessoal", assevera Olídio[467].

Neste embate, reforçava-se uma nova desigualdade no tratamento dado ao outro (os sem-terra), situada no plano do simbólico, dos valores sociais existentes. A rádio local alimentava uma visão disseminada pelo senso comum, fundamentada em valores liberais: de que a terra, e tudo o que nela é construído, são bens acumulados e adquiridos através do espírito empreendedor, da competência, do trabalho e da poupança, não podendo ser usurpados. Ninguém pode atentar contra a vida de outro e tomar-lhe seus bens. Segundo esta referência político-cultural, todo aquele que atenta contra a propriedade alheia é desordeiro, vagabundo e ladrão. Esta visão parece que se tornou particularmente forte naquele momento entre a população local.

> Antes a gente chegava no comércio nem olhavam, é sem-terra. Todo mundo, desde o motorista e todos que estava no ônibus falando mal do sem-terra, "bicho que não têm o que comer". Falando o que não era. Hoje tu chega no comércio eles vão te encontrar, porque eles sabem que o recurso veio, pra tomar o teu dinheirinho. Eles não vêem a

---

466 - PAIXÃO, *Entrevista*. Citada.

467 - SILVA, *Entrevista*. Citada.

> pessoa mas o dinheiro. (...). Os que tinham um pouquinho, quarenta ou cinqüenta alqueires, de terra colocavam pistoleiros pra cuidar pensando que os sem-terra iam roubar lá pra comer aqui.[468]

Esta referência cultural pode ser verificada entre os próprios camponeses. Valdemar Vanhandel, antes de resolver acampar, morava na comunidade Rio Palmeira, no município de Palmital. Uma comunidade pequena, mas, segundo ele, bem organizada.

> Tinha igreja, bar, escola. Era animado. Lotava a igreja nos finais de semana. Depois o pessoal começou ir embora. Tinha algum briguentinho, mas no mais, todo mundo tinha amizade. No começo, não só eu, o pessoal inteiro se preocupava se os sem-terra ocupassem as fazendas. A preocupação era com nossa comunidade. Depois a gente foi conversando e vendo que era diferente, que não era bagunça como o pessoal achava. Que não era o bicho como achavam.[469]

Na mesma direção, Gesy, filha de um pequeno proprietário, hoje assentada no Projeto Recanto Estrela, rememora que o medo do outro que não conhecia foi grande. Quando ocorreu a ocupação da Fazenda Estrela, em 1989, faltavam apenas dois dias para o seu casamento com um arrendatário daquela fazenda, de nome Vendelino Panizon. E,

> O portão foi trancado pelos sem-terra com medo de que o fazendeiro colocasse polícia. Nós morávamos na divisa. Ai fervia gente, armaram barraquinha, o medo foi grande, foi muito, principalmente pra mim que não entendia nada do problema de assentamento. (...) A maioria dizia olha ali é bandido, é ladrão. Cuidado com tua vaquinha, cuidado com o teu boizinho, que já vão comer. Era desse tipo. Só que daí, conversando com eles, a gente foi entendendo o que era os sem-terra, que a gente dependia da terra. Aí a gente viu que não é como o povo comenta.[470]

Uma vez morando na fazenda ocupada, Gesy passou a conviver com os ocupantes, reconhecendo-se também como uma sem-terra. O medo já não vinha mais de seus vizinhos. Agora, com eles compartilhava o medo de que a polícia e os jagunços poderiam despejá-los a qualquer momento.

> Que foi sofrido foi. Deus o livre. Sofremos, passamos fome, medo. Quando a gente sentava pra jantar vinha a voz que viria despejo pra nós. Nós ter que reunir toda tralharada, ensacar tudo e ficar sentado embaixo de uma árvore esperando amanhecer. E o despejo não vinha, era só pra assustar.[471]

---

468 - PANIZON, Gesy. *Entrevista.* Nova Laranjeiras, Assentamento Estrela, 04 de março de 2000.

469 - VANHANDEL, Valdemar. *Entrevista.* Nova Laranjeiras, Assentamento Terra Livre, 04 de março de 2000.

470 - PANIZON, *Entrevista.* Citada.

471 - SOUZA, Juracema de. *Entrevista.* Citada.

Como se pode ver no fragmento desta fala, as dificuldades iniciais na terra ocupada foram muitas. Provavelmente até maiores do que aquelas enfrentadas no acampamento. Segundo Olídio Noé, no acampamento trabalhavam como bóia-fria e "sempre tinha serviço."[472] A jornada de trabalho começa cedo. Despertam por volta das três ou quatro horas da madrugada para disputarem lugar nos caminhões, muitos dos quais, ainda hoje, não seguem as normas de segurança, sendo comum acidentes com tal tipo de transporte. Também o recrutamento dos sem-terra para trabalharem como bóias-frias é comum nos acampamentos. Os próprios fazendeiros e médios proprietários, ou através de um intermediário, contratam a mão-de-obra dos sem-terra acampados. Este último é conhecido como o "gato" que, como intermediário, se apropria de uma parcela significativa do salário do trabalhador.

2.4. O Acampamento e as Ocupações ...

A cada luta, a cada acampamento, uma outra situação de dificuldades surge. No acampamento na nova área ocupada, em 1990, que durou cerca de 30 dias, o clima foi tenso, sobretudo nos primeiros dias. Mas, também foi de intensa vida comunitária. Havia um barracão, lá todos dormiam. Lá também o grupo cantava, dançava e rezava. "A gente levava um colchão, colocava as crianças pra dormir no chão. Tinha gente dormindo. Uns cantavam, uns dançavam, claro, no portão sempre tinha alguém cuidando."[473] As refeições eram feitas em uma casinha ao lado do barracão, eram comunitárias: "um levava mandioca; um levava batata, uma galinha; um levava feijão, arroz, o que tinha em casa. E nós misturamos tudo."[474]

Quando sentiram que não haveria mais perigo de desocupação, começaram a revezar as famílias no acampamento para que todos pudessem retornar para os seu casebres e cuidar dos animais. Alguns meses depois, trataram de cultivar a terra. Decidiram que as famílias que ficassem assentadas naquela parte da fazenda trabalhariam coletivamente. Em 1995, esta experiência ganhou contornos formais com a organização de uma cooperativa de produção agropecuária, efetivamente criada em 1997, ano em que também o assentamento foi criado.

---

472 - SILVA, *Entrevista.* Citada.

473 - PANIZON, Gesy. *Entrevista.* Citada.

Neste ínterim, o Incra, em 1995, criou na área ocupada em 1989, o Assentamento Recanto Estrela 19 de Outubro, assentando 26 famílias do grupo. Havia ainda 18 famílias para assentar na nova área. Outras três tinham desistindo. Para viabilizar economicamente um novo assentamento no restante da fazenda, ocupada em 1990, o Incra elaborou um projeto coletivo, já que a área é bastante acidentada. Um grupo de famílias já vinha trabalhando coletivamente, e as outras que trabalhavam individualmente foram transferidas pelo instituto para outros assentamentos.

Até 1995, 12 eram as famílias que viviam em Terra Livre. Em 1997, este número elevou-se para 16 e, em 1998, para 22 famílias e quatro parceleiros solteiros. Seis famílias foram constituídas com o casamento de filhos dos assentados. Quatro vieram do Assentamento Estrela, sete de dois acampamentos, um no município de Palmital e outro no município de Cantagalo, dois são técnicos em administração de cooperativas liberados pelo MST para trabalhar no assentamento, e sete famílias vieram do Acampamento Wagner, hoje assentamento no município de Cantagalo.

O grupo de famílias do Assentamento Wagner já desenvolvia uma experiência coletiva. De um acampamento de 280 famílias, 24 investiram esforços no cultivo coletivo da terra e do trabalho. Depois de três anos, restavam apenas sete famílias, que foram convidadas a se unir ao projeto do Assentamento Terra Livre. Entre as razões das desistências, Ari Farias, integrante deste grupo, aponta a baixa produção devido ao clima, o que teria levado ao desânimo de muitos companheiros. Estes concluíram que, se trabalhassem individualmente, obteriam maior produtividade. Mas também as expulsões, praticadas contra alguns membros, contribuíram para diminuir o grupo. Haviam motivos para as expulsões: "Uma parte foi cachaçada, outros por briga, que acabaram desrespeitando o companheiro e até socando. Então, este tipo de pessoa não pode conviver em coletivo, porque ele acaba estragando com a organização interna", explica Ari Farias[475].

Os números apresentados acima podem fazer crer que a mobilidade da população do Assentamento Terra Livre foi sempre crescente. Entretanto, houve momentos em que o número de famílias no projeto decresceu, temporariamente, com a desistência de nove famílias e a expulsão de três outras. Os motivos da desistência e da expulsão parecem estar relacionados a uma inadaptabilidade às dimensões da vida comunitária e da forma coletiva da terra e do trabalho. Esta resistência possivelmente

---

474 - Id., ibid.

está vinculada a uma outra visão de vida comunitária, a outros valores e formas de trabalho. E, talvez à articulação e encaminhamento do projeto coletivo da terra e do trabalho e de uma identidade de interesses comuns, que está sendo buscado na prática pela Cooperativa de Produção Agropecuária, a Coopcal.

Se há resistência, e ao que parece ela é bastante forte, o que levaria homens e mulheres, como Valdemar e Rosalina, a optar por um projeto coletivo de vida? Para alguns, o convite de amigos e a formação promovida nos acampamentos pelas lideranças do MST foram decisivas. Ari Farias ficou sabendo da proposta coletiva no acampamento quando os coordenadores regionais do MST iam ao acampamento para discutir a proposta. Mas não participava efetivamente das discussões. A decisão veio mesmo dos seus amigos, que o convidaram e o convenceram.[476] Destarte, possivelmente, as motivações que levam à adesão ao coletivo ou não, estão vinculadas aos significados que os sujeitos atribuem a esta experiência de trabalho, de vida comunitária e de projeto político.

2.5. Uma Experiência de Cooperação Coletiva

Para as 50 pessoas - homens, mulheres e adolescentes – que atuam nas atividades sociais ou produtivas no Projeto Terra Livre, o dia começa bem cedo. Valdemar e Rosalina Vanhandel despertam por volta das 6:30 horas. É ele quem prepara o café para os seus três filhos e sua esposa, enquanto ela se dirige ao estábulo para, com outras duas mulheres e um homem, tratar e ordenhar as 45 vacas leiteiras. Esta atividade ocorre também à tarde, por volta das 16:30 horas. Assim que terminam a ordenha, uma das janelas do estábulo é aberta. É o sinal para que as famílias busquem o leite que consomem. O consumo de cada família é anotado em uma caderneta e, no final do mês, é descontado das horas trabalhadas. Contudo, a maior parte do leite é vendida para a unidade de resfriamento da cooperativa regional (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná – Coagri). Localizada no município de Nova Laranjeiras, possui cerca de 4.161 associados, e atua nos municípios de Cantagalo, Guarapuava, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu. Sua

---

475 - Cf. FARIAS, Ari. *Entrevista*. Nova Laranjeiras, 04 de março de 2000.

476 - Id., ibid.

infra-estrutura está voltada para a produção, comercialização e agroindustrialização. A Coopcal é um núcleo de produção associado, ou seja, todos os associados da Coopcal são associados da Coagri.

Depois do café, Valdemar também se dirige ao trabalho. Ele e seus companheiros de grupo se reúnem em frente à cooperativa para continuar a construção das casas de alvenaria. Conta ele que "nem bem as casas estão prontas, o pessoal resolve mudar."[477] Apenas duas famílias continuam morando em casas de pau-a-pique, enquanto aguardam o término de suas casas. O crédito-habitação do governo federal foi fundamental para a construção das moradias. Cada família recebeu R$ 2.500,00. Visando a preços mais baixos, os materiais de construção foram comprados em conjunto. Os assentados receberam também o crédito de investimento utilizado na construção de infra-estrutura produtiva, no valor de R$ 7.500,00 e, no mesmo valor, o crédito de integralização aplicado em atividades produtivas da cooperativa. E, também o custeio aplicado na cultivo da lavoura.

A exemplo de Rosalina e Valdemar, todos os associados da cooperativa estão integrados em um de seus departamentos de trabalho. No momento, são seis departamentos: hortifrutigranjeiros, construção, pecuária, agroindústria, suinocultura e ciranda infantil[478]. Cada departamento é coordenado por um dos seus membros, num sistema de rodízio. O conjunto dos coordenadores e a diretoria legalmente constituída da cooperativa (conselho deliberativo: presidente, secretário e tesoureiro, um representante do conselho fiscal, um do conselho de ética e pelos coordenadores de departamento) formam a coordenação da comunidade cooperativa.

Os departamentos reúnem-se a cada 15 dias para avaliar, encaminhar e planejar as atividades. Cada associado tem as horas trabalhadas registradas pelo coordenador e, no final do mês, somadas as horas e subtraídos os adiantamentos e a retirada de produtos, recebe parte das "sobras" a que tem direito. Embora seja "o jeito mais fácil de fazer funcionar", segundo Valdemar Vanhandel, " também há dificuldades, porque "uns empenham-se mais do que os outros no trabalho. Uns são mais vadios."[479]

---

477 - VANHANDEL, *Entrevista*. Citada.

478 - A c*iranda infantil* é uma proposta do setor de educação do MST, desenvolvida em nível nacional. O objetivo é desenvolver o processo educativo de forma mais ampla, com crianças em idade escolar.

479 - Id., ibid.

As prioridades da comunidade começam a ser discutidas nos departamentos, assim como os planos e linhas de produção fundamentados em estudos técnicos e a partir de uma ampla discussão e avaliação, e as decisões finais são tomadas em assembléia. A assembléia geral ordinária é realizada mensalmente. A prestação de contas referente ao mês anterior é obrigatória. Os informes e a avaliação geral também são feitos. Também é a partir das discussões nos departamentos que são decididos os encaminhamentos da quinzena a serem feitos pela coordenação, bem como são apresentadas propostas para o conjunto da cooperativa. A mão-de-obra ociosa do departamento é colocada à disposição da cooperativa para ser utilizada em outros departamentos. Deste modo, como explica Ari Farias, tem-se "a vantagem de fazer a lavoura mais rápido, colher mais rápido, e qualquer serviço que é preciso fazer hoje não fica pra amanhã."[480]

No momento, grande parte da mão-de-obra está ligada a atividades sociais e de construção, com apenas cerca de 20% da mão-de-obra em atividades que produzem receita monetária. Isto faz com que exista, no momento, uma baixa remuneração mensal do trabalho de cada pessoa. Além disso, se de um lado hoje não há problema de ociosidade de mão-de-obra, de outro lado, como constatam os próprios assentados, isto poderá se tornar "um sério problema para a cooperativa num futuro bem próximo, podendo causar o êxodo rural de parte dos assentados, principalmente da juventude", [481] caso não se obtenham recursos públicos ou de entidades não governamentais para implementar a agroindustrialização.

Se, no Assentamento Terra Livre, como também no Reassentamento São Francisco, do qual falarei mais adiante, o desemprego e o êxodo, especialmente dos jovens, para a cidade, é preocupação, no Assentamento Vitória e no Assentamento Estrela isto já é realidade. Convém observar que, no que se refere ao Assentamento Vitória, boa parte dos jovens foi acampar, muitos dos quais hoje já se encontram assentados.

O MST tem procurado implantar nos assentamentos projetos para também conter o êxodo mas, sobretudo, para superar as dificuldades tanto econômicas quanto sociais e, portanto, políticas, impostas pelas regras capitalistas de produção, pelas políticas agrícolas e a falta de créditos. Priorizando a cooperação com maior ênfase

---

480 - FARIAS, *Entrevista.* Citada.

481 - MST/COOPCAL. *Projeto da cooperativa de produção agropecuária do Assentamento Terra Livre.* Nova Laranjeiras, março de 2000. Mimeo.

na proposta coletiva das cooperativas de produção, articuladas num sistema cooperativista (SCA), o MST tem buscado alternativas na agroecologia e na agroindustrialização. Com ela o movimento pretende superar o modelo tradicional de cultivo da terra realizado por pequenos agricultores, contudo aproveitando o conhecimento que eles possuem acerca das potencialidades dos recursos naturais e levando em consideração as especificidades locais.

Os assentados do Projeto Terra Livre, auxiliados por dois técnicos em administração de cooperativas, formados em uma das escolas do MST, que já formou cerca de 300 técnicos, localizada em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, procuram adotar esta perspectiva ao proporem:

> Valorizar o conhecimento localmente desenvolvido e utilizar o conhecimento do agricultor tradicional, (...), e incorporar inúmeras inovações tecnológicas que revolucionam o padrão de produção do agricultor. Assim há um desenvolvimento de sistemas complexos, otimizando resultados e minimizando riscos, embora com produtividades menores do que os obtidos com o modelo agroquímico.[482]

O modelo agroquímico, também chamado "Plano da Revolução Verde", que foi idealizado e patrocinado pelo grupo Rockfeller, com sede em Nova Iorque, contribuiu para a chamada modernização da agricultura em nosso País, a partir dos anos 60, momento de expansão das fronteiras agrícolas, e intensificada pelos sucessivos governos militares. Alguns fatores foram determinantes para o seu estabelecimento, como linha de crédito concedido sob exigências do uso de um pacote tecnológico completo e criação de instituições de pesquisa e extensão rural (Embrapa, Emater e centros regionais de pesquisa) com o intuito de fornecer tecnologia para os sistemas de produção deste modelo.[483] Sua expansão tem levado a uma degradação do meio ambiente e contribuiu para transformar os pequenos agricultores em bóias-frias, agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e concentrou ainda mais a propriedade da terra.

Contrapondo-se a este modelo, através da agroecologia, o MST e os assentados do Projeto Terra Livre pretendem desenvolver-se economicamente preservando o meio ambiente, a fauna e a flora. Ao mesmo tempo, através da produção agropecuária orgânica, agroindustrialização e comercialização, pretendem entrar no mercado com qualidade, quantidade e constância. Garantir-se-ia, desta forma, trabalho,

---

482 - Id., ibid.

483 - Sobre o assunto, consultar BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura*. Ijuí: FIDENE, 1985.

moradia, lazer alternativo, e evitar-se-ia o êxodo rural, elevando a melhoria da qualidade de vida de homens, mulheres e crianças do assentamento.[484]

Adotando uma tecnologia auto-sustentável, a exemplo de parte das famílias do Assentamento Vitória, desenvolvem a atividade de suinocultura ao ar livre, no sistema *Plain Near*. Como já mostrou-se anteriormente, trata-se de uma forma recriada do modo de criação desenvolvido pelo caboclo. Com este sistema tem-se a vantagem de ter um baixo custo de produção e trabalhar com uma estrutura barata, além de se obter um produto com qualidade mais apurada. A produção alternativa na Coopcal forma uma cadeia produtiva, onde uma atividade está articulada a outra, otimizando infra-estrutura e insumos.

Os assentados mostram-se preocupados com o meio ambiente, por isso, em todas as atividades que estão sendo iniciadas, há uma área específica para construção. O planejamento tem evitado o desmatamento desnecessário e a mudança da vegetação natural. A área da lavoura é muito restrita (cerca de 30 hectares mecanizáveis), comprometendo a produção agrícola e a utilização dos fatores produtivos (tratores e implementos) para a geração de renda ou mesmo de matéria-prima para a produção animal. A área de pastagem permanente em uso é de 51 hectares. Há outros 36 hectares em repouso (sem necessidade de utilização no momento). Existem 100 hectares de capoeiras que devem ser transformados em pastagens, além de 22 hectares cobertos com mata nativa. Já estão construídas 30 estufas, além de dois hectares de terra para produção de hortaliças ao ar livre. Vinte e um hectares estão sendo cultivados com milho, feijão e arroz, sem veneno químico. Na Coopcal, também há uma área de 5 hectares de pomares em formação. Já há plantação para a produção de uva, laranja, pocan, pêssego, maçã e nectarina. Existem dois minhocários, com a capacidade para produção de 200 kg de húmus a cada mês. Todas estas atividades estão em fase de implantação e produção, com possibilidade de ampliação futura.

No que se refere à transformação da produção, não é usado nenhum tipo de produto químico, como conservantes, corantes e outros. Todos os trabalhos, tanto a produção, industrialização quanto à comercialização, são desenvolvidos com mão-de-obra dos próprios assentados, que estão sendo qualificados para que dominem as técnicas alternativas. Os assentados reconhecem que a produção alternativa "... exige uma técnica avançada e específica da realidade, a qual nós não possuímos, há muito

---

484 - MST/COOPCAL. *Projeto coopcal.* Doc. cit.

tempo estamos tentando esta alternativa, mas com muitas dificuldades, e isso é muito mal para as pessoas daqui e para todos que consome os nossos produtos."[485]

Os assentados pretendem ampliar as suas atividades produtivas orgânicas e a respectiva infra-estrutura necessária: (a) lavoura, com produção de feijão, milho e pastagem (30 ha de terra, a ser cultivada); (b) hortigranjeiros, com produção de hortaliças (30 estufas e 2 ha de terra para produção); (c) fruticultura com produção de uvas e citros (com 2,5 ha de pomar com possibilidade de ampliação); (d) industrializar a uva de forma artesanal, fazendo o vinho colonial e o suco natural; industrializar o pepino (fazer conservas e os picles); embalar vários produtos como o milho verde, mandioca, tomate, pimentão, pepino, feijão vagem e outros; (e) comercializar os produtos diretamente com os consumidores, garantindo qualidade e constância no mercado; (f) capacitar todos da comunidade através de palestras e materiais teóricos, além de trabalhos práticos. O objetivo é estabelecer uma capacitação produtiva e gestão empresarial rural. Para isto planejam construir uma sala para estudo, com videocassete e um televisor.[486]

As práticas, as representações e perspectivas dos assentados parecem convergir para uma comunidade de interesses bastante coesa, contudo, como frisam os assentados,

> ... não existe receita, detalhamento do começo ao fim de como funciona uma CPA. É claro que existem experiências em funcionamento em outros locais que você pode aproveitar, mas não cem por cento, porque esta experiência está em lugar diferente, com pessoas e realidade diferentes"[487]

Há evidências de que encontros e desencontros têm marcado a formação de uma identidade coletiva de interesses comuns entre os assentados. É uma experiência complexa que está sendo construída no seu fazer-se com a junção dos esforços de todos. Neste processo, romper com várias dimensões do individual, estabelecer uma ruptura com os valores, costumes e práticas individuais, tem sido um processo com grandes percalços, em dois sentidos: de ganhos e de dificuldades. Um dos ganhos é o crescimento pessoal, explica Ari Farias: "A gente cresce muito em termos de conhecimento político, administrativo: "Não é só porque é do coletivo, de todo mundo, que eu vou pegar uma ferramenta e estragar, que isto eu estou ajudando pagar. E se eu

---

485 - Id., ibid.

486 - Id., ibid.

487 - ALMEIDA, Delfino Nunes. *Entrevista*. Nova Laranjeira, 04 de março de 2000.

não tenho os outros também não vão ter"[488]. No que se refere a uma das dificuldades de formar a CPA, Silvio Fereira assevera:

> Essa dificuldade de formar os coletivos, têm desde o início. Dentro deste sistema capitalista vai ter dificuldade, porque a CPA é uma forma onde a gente vive um socialismo dentro de um capitalismo selvagem. O movimento tem essa preocupação enorme (...), tá se chegando à conclusão de que o assentado individual, ou ele procura se estruturar, mesmo individual, se agarrar com o vizinho mais próximo numa associação, dentro da tecnologia e diversificando a produção, ou ele vai pegar a terra e daqui a dois anos desiste, dá ela de graça. Casos já têm, porque não tem outra forma de sobreviver. A CPA, no movimento é o modelo mais avançado que tem, mas é o modelo mais difícil também, porque nem todos aderem de verdade: "Ah! Tá vindo um monte de dinheiro, nós vamos ter que fazer uma CPA. Se for por essa lógica, faz, mas amanhã está falindo. Então tem que ter um amadurecimento da consciência, e o movimento está se preocupando com a questão. (...). Qualquer pequeno agricultor que tem 30, 40 alqueires, não está conseguindo sobreviver, porque não tem incentivo do governo. O movimento sem-terra, dentro do pouco recurso que conquista, tem ainda uma chance: se 20, 30 famílias se reúnem e criam uma agroindústria pra transformar o que produzem.[489]

Na fala de Silvio, a CPA surge como alternativa que poderá viabilizar a permanência na terra. Indica, também, que não são poucas as tensões e resistências a essa forma de organização do produtivo. O que, por conseguinte, leva à elaboração de um regimento interno que regula a cooperativa enquanto empreendimento empresarial e, ao mesmo tempo, que normatiza a vida comunitária.

O estabelecimento de normas e regras configuradas num regimento interno, não obstante a sua elaboração conte com a participação de todos os membros do assentamento, traz à tona a contradição entre o que planejam(ram) como projeto para o assentamento e os valores da cultura dominante disseminada pela teia social, por diferentes mecanismos, entre os quais os meios de comunicação de massa e os seus próprios costumes, tradição familiar e mentalidade individual.

Ou seja, há uma dificuldade de romper com uma moral fundada nos costumes e tradições individuais que emergem no tempo presente, mas que se engendraram num tempo de maior duração e a partir de diferentes referencias culturais. Neste sentido, Alfredo Bosi ensina que a "cultura é não só a herança de valores mas também o projeto de um convívio mais humano. A cada conceito responde uma dimensão temporal: o presente, o passado e o futuro."[490]

---

488 - FARIAS, *Entrevista*. Citada.

489 - FEREIRA, Silvio. *Entrevista*. Nova Laranjeira, 03 de março de 2000.

490 - BOSI, *Dialética da colonização*. Op. cit.

2.6. Outras Dimensões da Vida Cotidiana

A vida comunitária dos assentados perpassa as dimensões da vida cotidiana. A vida comunitária e familiar é alterada face à nova organização do trabalho porque este é executado na ambiência da comunidade, envolve homens e mulheres, em diferentes setores de produção. O envolvimento de todos no trabalho gera novas necessidades no assentamento, como a creche e uma nova divisão do trabalho: alguém para desenvolver o trabalho da ciranda infantil (jogos, brincadeiras e ensinamentos iniciais para as crianças). O modelo mais democrático de propriedade e a participação de homens e mulheres nas decisões geram mudanças nas relações familiares. As decisões no seio da família passam também a ser questionadas. Na cooperativa evidencia-se uma nova qualidade nos relacionamentos, engendrada na experiência partilhada da luta pela terra, onde homens e mulheres vivenciaram cotidianamente a cooperação na luta.

Tanto o lazer, quanto às relações de trabalho, explicitam práticas e teias de solidariedade. "A solidariedade fortalece muito dentro numa CPA, no sistema cooperativista. Aqui dentro do assentamento não tem ninguém estranho. (...). A gente não tem desavença com ninguém e a gente cresceu muito no companheirismo."[491] As rodas de chimarão, as visitas entre as famílias, não têm data marcada, ocorrendo quase que diariamente após a jornada de trabalho. Em algumas casas não existe aparelho de televisão, o que é mais um motivo para ir à casa de outro. A proximidade das casas na agrovila facilita o contato.

Os adolescentes e as crianças, 42 no total, afirmam que gostam da vida na agrovila. Vinte e três crianças vão à creche do assentamento, onde brincam sob os cuidados de Verônica de Fátima Pereira, uma moça que, desempregada, resolveu deixar a cidade para viver no campo. Na creche também são realizadas as celebrações religiosas: o culto e a missa.

---

491 - FARIAS, *Entrevista*. Citada

As crianças em idade escolar, além de irem à escola, ajudam em pequenas atividades. Como não há escola na agrovila, as crianças e adolescentes deslocam-se, por meio de um ônibus da prefeitura municipal, até a escola em Nova Laranjeiras. Vinte estudam no primeiro grau e dois no segundo grau. Mesmo assim, boa parte do tempo é dedicado às brincadeiras, como o jogo de futebol. O futebol, ao lado da pescaria e do banho nos açudes e no riacho que corta o assentamento, é o lazer preferido entre as crianças e entre os adultos. Nos sábados à tarde e, algumas vezes, em dias da semana, durante o verão, após o trabalho, homens, mulheres e crianças dirigem-se ao campo de futebol. Os homens formaram dois times para disputar partidas entre si, quando não vão a torneios, nos quais já ganharam, entre outros prêmios, 9 bois que ampliaram o rebanho do assentamento. No mesmo campo, as mulheres jogam voleibol.

Nos dias de festas do calendário cristão, como Natal e Páscoa, todas as famílias do assentamento se reúnem para confraternizar. O churrasco e a cerveja, o jogo de cartas e o futebol à tarde, não podem faltar. Ao lado da tradição cultural que se cultiva, como o churrasco e as festas cristãs, novas manifestações de caráter político são incorporadas. Na data de aniversário do assentamento, data de criação, os assentados celebram a "terra livre". A comemoração é chamada de jornada socialista. Cantos, gritos de ordem, encenações, asteamento da bandeira do MST, fazem parte da mística cultuada no ato, transcendendo ao mesmo.

Contudo, a vida cotidiana não é harmônica como o termo da comunidade pode querer sugerir. As relações cotidianas são permeadas por atritos e divergências cujas soluções são buscadas em discussões com todo o grupo, tendo como parâmetros às normas aprovadas constitutivas do regimento interno. As normas estabelecem uma disciplina rígida dos comportamentos e costumes. Assim, "nas brincadeiras, festas e jogos de futebol, o associado que desrespeitar seus companheiros será avaliado e chamado para esclarecimentos perante o conselho de ética, caso continue a cometer estes erros, (...) a Assembléia Geral que decidirá a sua penalidade." [492]

Também, palavras de baixo escalão, prejudicar um outro assentado, faltar ao trabalho sem justificativa convincente, "fazer corpo mole no serviço", faltar às reuniões e demais atividades promovidas pela cooperativa, são atos que podem levar a diferentes e variados graus de penalidades. Quando o caso é de desmoralização e

---

492 - MST. COOPCAL. Cooperativa de produção agropecuária do Assentamento Terra Livre. *Regimento interno*. Nova Laranjeira, 2000. Mimeo.

calúnias contra outras famílias, de roubo comprovado ou de agressão física, "o associado é excluído automaticamente do quadro social da cooperativa, não lhe cabendo recorrência às instâncias superiores."[493] Olídio Noé da Silva explica que expulsaram três famílias. A assembléia dos associados da cooperativa foi convocada apenas para referendar a expulsão. Embora tenha sido um processo extremamente doloroso, ele foi necessário: "Não é o pessoal que expulsa, é o regimento interno, que ele concordou em fazer. (...). Dentro da organização não se pode abrir a porteira pra um, senão fica aberto pra todos e daí não existe controle."[494]

As três famílias que foram expulsas ou as nove que saíram do assentamento por pressão ou livre vontade, foram substituídas por outras. O ingresso na comunidade de uma nova família segue um ritual que inicia com a solicitação de ingresso. Em seguida, ocorre a apresentação de justificativas do porquê da opção de vir para o coletivo em assembléia da cooperativa. Uma vez aceitas as justificativas, a família convive por alguns dias na comunidade e, só depois, caso ainda pretenda fazer parte do projeto coletivo do assentamento, em assembléia se decide pela aceitação ou não da nova família.

Se os conflitos, os problemas e as dificuldades, que os sujeitos enfrentam para incorporar, participar da construção do projeto coletivo, são visíveis, também é diante da necessidade de enfrentar e superar problemas, de opinar sobre a organização e recriação de todas as dimensões do cotidiano comunitariamente vivido, os hábitos e costumes sociais, o lazer, o trabalho e a religiosidade, que os assentados se constituem como sujeitos individuais e sujeitos coletivos, criando identidade e cidadania.

493 - Id., ibid.

494 - SILVA, *Entrevista.* Citada.

3. **REASSENTADOS DE SALTO CAXIAS.** Vida Comunitária e Organização da Produção

3.1. No Tempo da Mudança ...

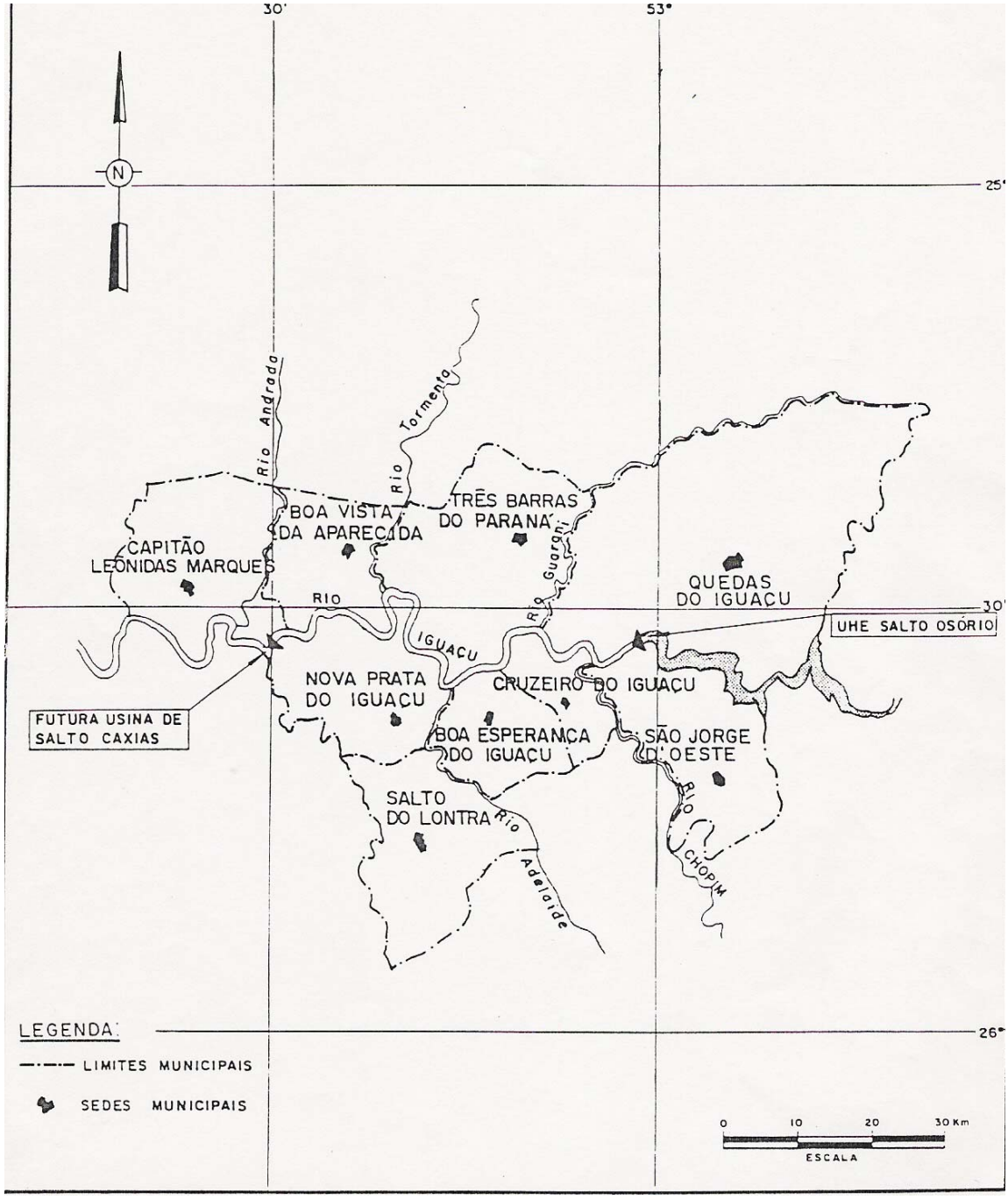
A noção de tempo é inseparável da noção de mudança. São inúmeras as formas, condições e motivos, pelos quais se processam as diferentes, simultâneas, sobrepostas, convergentes e desencontradas mudanças. Para as 612 famílias reassentadas em 1997, em 10 reassentamentos, em uma área total de 7.681 alqueires, no Oeste do Paraná, a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias[495] provocou a expropriação, a desestruturação de suas comunidades, mas também engendrou a resistência para a reinclusão social. Destarte, uma nova inserção social está se tecendo. As recorrências nas entrevistas dos reassentados indicam que o reassentamento marca uma reinserção social, onde o antigo e a tradição estão situados no tempo da mudança. A ação de carregar as coisas e mudar para um novo lugar, o estranhamento inicial neste lugar, a construção de novas casas, a recriação das comunidades, o desenraizamento, o movimento da referência individual da luta para uma luta coletiva, a formação de associações, são evidências de um movimento de mudanças subjetivas, comunitárias, culturais e políticas, que podem ser profundas. Este movimento será descrito nas páginas seguintes.

A construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias atingiu diretamente 1.322 famílias, uma população total estimada em 6.107 pessoas, distribuídas em nove municípios: de Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge D'Oeste. A maior parte da população (86,7%) dedicava-se ao trabalho rural. Entre a mão-de-obra familiar, predominava a proporção daqueles considerados "membros não remunerados da família", estimada em 62%, cujos rendimentos são incorporados aos do responsável do domicílio.[496]

---

[495] - A construção custou 1,2 bilhões de dólares (na época o dólar equivalia a um real).

Figura 04 – Área de Influência da UHE de Salto Caxias



No que se refere à inserção nas relações de trabalho anterior ao reassentamentos, arrendatários, meeiros e posseiros, somam 431 famílias e 184 eram pequenos proprietários. Este dado pode ser melhor dimensionado com os dados relativos à área de influência direta. Nos nove municípios atingidos, apenas 67% dos produtores

---

496 - Cf. COPEL. *Relatório de impacto ambiental da usina hidrelétrica de Salto Caxias*, nov. 1993. p. 5.23.

rurais eram proprietários e 33% eram não-proprietários (arrendatários, parceiros e ocupantes)[497]. Este dado, historicamente representativo na região, reflete as substanciais dificuldades estruturais de acesso à terra. Os municípios Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, localizam-se na antiga Colônia Missões, e o município de São Jorge D'Oeste na antiga Colônia Chopim, ambas alvo de disputas nos anos 40 e 50, entre, de um lado, pelas companhias colonizadoras e, de outro, posseiros e assentados na Cango. Além disso, também evidência a reprodução de relações não capitalistas de produção. Olga Garcia Lima conta que seu esposo e os quatro filhos, reassentados, trabalhavam como arrendatários.

> Na fazenda nós roçava capoeira e plantava grama pro patrão, quatro, cinco anos. Nós roçava capoeira, queimava e plantava o produto, tudo pra nós e deixava o capim plantado pra formar o pasto. E daí pulava pra outro canto. Depois da fazenda Laranjal, em Boa Vista da Aparecida, nós fomos pagar renda, pagava 25%.[498]

Nos termos da experiência de trabalho da família de Olga, o proprietário não emprega mão-de-obra e não desembolsa qualquer valor monetário para pagar a formação do pasto para o rebanho. Pelo trabalho do roçado e plantio do pasto a família de Olga auferia o direito de cultivar produtos para a subsistência. Esta relação de produção, fundada no trabalho familiar, denota uma forma de exploração não-capitalista dos camponeses. Através dela, a propriedade produz grande parte de seu próprio capital. Evidencia-se nela a sujeição da renda da terra ao capital: a criação de uma forma não capitalista pelos capitalistas para a produção do capital.[499]

No que se refere à organização social da população da atingida, existiam 48 comunidades, caracterizadas pela presença de uma igreja, cemitério, salão comunitário ou pavilhão de festas e escola, e, não raras vezes, por uma cancha de bocha, campo de futebol e uma bodega. Todavia, o aspecto fundamental da constituição destas comunidades é que elas se articulavam em fortes laços de vizinhança, de ajuda mútua e de amizade. As relações de parentesco também são perceptíveis. Essas comunidades reuniam pessoas que comungavam dos mesmos espaços de manifestação religiosa e de lazer. Em geral, elas não possuíam limites físicos precisos que, muitas vezes, eram definidos por acidentes geográficos, como rios e condições de acesso. Faziam parte de distritos municipais.

---

497 - Id., ibid. p. 5.27.

498 - LIMA, Olga Garcia. *Entrevista.* Cascavel, 03 de fevereiro de 1999.

No momento, as famílias ocupam cada qual o seus lote e desenvolvem a produção familiar. Observou-se, no entanto, um processo de agregação de novas famílias nos lotes (80 famílias). O total de famílias subiu para 692, uma população total de 2.800 pessoas. São filhos que casaram ou parentes sem-terra. Ao lado das casas dos reassentados, de alvenaria, outras casas, em geral, de madeira, vão surgindo. Todas as casas dos reassentados são servidas por energia elétrica, e estão organizadas em 19 associações filiadas à Crabi, a menor com 17 famílias e a maior com 53 famílias.[500] A construção das casas, galpões, igrejas e espaços de lazer (salão comunitário, campos e canchas de futebol e canchas de bocha) em cada uma das comunidades, e de duas escolas, foi administrada através das associações. Elas têm possibilitado atividades em conjunto entre as famílias para a realização de melhorias na comunidade, bem como articulado a reunião de grupos de famílias para o cultivo de determinados produtos. No quintal (área que circunda a casa) árvores frutíferas e de sombra (para descanso, sobretudo no verão, sob as quais se toma o chimarão) e uma horta, são cultivadas. Próximo ao quintal (ou fazendo parte dele) os estábulos e o barracão dos implementos agrícolas. Para além destes, a roça, cuja maior parte, quando não toda, é mecanizada.

Os reassentados têm uma sede central, localizada no Reassentamento São Francisco, onde realizam encontros de formação, reuniões e assembléias. Junto à sede, uma área que já conta com um campo de futebol, um lago, uma lanchonete e ampla área verde, está sendo recriada para espaço de lazer. Neste reassentamento também funciona um posto de saúde, com uma ambulância à disposição das famílias. Próximo à sede, a escola estadual de ensino fundamental e médio que possui 243 alunos. Uma outra escola, a Escola São Marcos, funciona no Reassentamento São Marcos, com cerca de 170 alunos. Ambas as escolas contam com um currículo que valoriza a vida no campo e a agricultura familiar. A proposta é a de trabalhar os conteúdos numa visão crítica de construção do saber, com a elaboração de projetos alternativos na área da cooperação agrícola e preservação ambiental.

Para os posseiros, parceiros e arrendatários, o reassentamento significou não só o acesso à posse da terra, mas também uma melhoria substancial nas condições de vida, verificada, entre outras coisas, na habitação, escola, luz elétrica. O total dos investimentos nos dez reassentamentos (desde a compra das propriedades, construção de infra-estrutura, recuperação do solo, até a equipe técnica da Crabi) foi de 149,4

---

499 - Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultra camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. O autor mostra que o arrendamento, nesta relação de produção não-capitalista, pode ocorrer de diferentes formas.

milhões de dólares (investimentos diretos: 109,5 milhões de dólares; investimentos indiretos: 39,9 milhões de dólares)[501]. Contudo, a realização dos projetos de reassentamentos só foi possível através da organização dos atingidos e um longo período de lutas intensas. Neste processo, o Estado do Paraná que, através da Copel, inicialmente surge como sujeito do processo, perde em muito essa condição diante da emergência de práticas de um sujeito articulado coletivamente.

3.2. Deu no Rádio, a Usina Vem Aí!

Espalhava-se, assim entre a população urbana e rural, a notícia divulgada pelas emissoras de rádio, de que pesquisas estavam sendo feitas para a construção de uma usina hidrelétrica no Salto Caxias.

> ...isso há muitos anos atrás, uns 30 anos, quando eu era proprietário de um alqueire e meio de terra, lá onde que saiu a barragem... Já estavam fazendo perfuração naquelas lajes e entrevistas com o povo sobre a barragem do Salto Caxias. Só que ninguém acreditava e daí o fazendeiro foi atropelando o povo de lá, comprando, trocando, e eu de lá vendi pro fazendeiro. Com aquele dinheiro eu comprei cinco alqueires lá em cima de onde fui desapropriado.[502]

Alguns anos mais tarde, José da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata do Iguaçu, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Realeza, se deslocaram até a comunidade de Santa Genoveva. Traziam a notícia de que realmente a usina seria construída. Falavam da necessidade de mobilizar a população que seria atingida, para que não se repetisse o que havia ocorrido com os desapropriados da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Esses, especialmente os primeiros desapropriados, teriam recebido uma indenização muito abaixo do valor de suas propriedades. Com a constante elevação dos índices da inflação, muitos não conseguiram comprar a mesma quantidade de terra ou não conseguiram permanecer no campo.

Escolheram algumas pessoas das comunidades e montaram uma comissão local e uma em cada um dos nove municípios que seriam afetados, para

---

500 - Cf. Banco de dados da CRABI. Cascavel, 2000.

501 - Dados fornecidos pela Crabi, novembro de 2001.

502 - LIBERA, Severino Della. *Entrevista*. Cascavel, 12 de janeiro de 1999.

conscientizar a população acerca dos impactos da construção da futura barragem. Severino e seus vizinhos Lauro Blatz e Nerci Apolinário foram escolhidos para desenvolver o trabalho de conscientização e mobilização no município de Três Barras. Mesmo sem o apoio do sindicato local dos trabalhadores rurais,

> ... fomos organizar o povo, só que ninguém acreditava. Eu cansei de ir a pé dali de onde morava pro lado de cá do Rio Iguaçu, ir em Nova Prata, sair de manhã cedo e de ficar na reunião nossa e de tarde voltar a pé também porque não tinha com que ir, no sol. Chegava na comunidade aqui de Santo Isidoro, da fazendinha também, enfim todas as comunidades convidando o povo pra reunião, pra se organizar através do Sindicato. (...). Eu fazia quilômetros a pé. Levava cadastro pra cadastrar a comunidade e eles não iam, não acreditavam, e fui indo, uma vez, duas vezes, e nós reunião e reunião. Daí eu tinha que ir a Curitiba, no seminário em Chapecó (...). Isso aí era só sobre a barragem, o que aconteceu nas outras barragens, o que poderia acontecer nesta.[503]

Havia mesmo uma desconfiança em relação às lideranças. Derval conta que "foi complicado, o povo não acreditava. Até eu, que era presidente da comunidade, se não fosse, na verdade, o pessoal tinha até corrido com a gente. Eles queriam até massacrar o pessoal que vieram ajudar, porque achavam que eles tinham interesse próprio, vinham a fim de tirar proveito."[504]

Não obstante a isto, começava aí um trabalho de construção da identidade política dos atingidos. Um sujeito coletivo, que não surgiria de um dia para outro como a aurora, como dado, pronto, mas fez-se num tempo mais longo. Nesse tempo, a adesão não foi fácil de ser alcançada. Porém a persistência de alguns motivou, enquanto que o conhecimento de experiências anteriores de outros camponeses, que também haviam se defrontado com o mesmo problema, e, sobretudo, as experiências que se foram sucedendo, fizeram compreender a muitos outros que a causa poderia ser vitoriosa.

> No início a gente não tinha nada mais elaborado. Era uma questão muito nossa mesmo, própria da comunidade, que fazia sua reflexão em torno de um problema, (...), a gente se preocupava mais com o nosso mundinho. Tinha o pessoal que se preocupava, "não, mas a minha mãe tá enterrada no cemitério aqui", "meu Deus eu plantei árvore, eu cheguei aqui, nunca sai desse lugar, eu nasci aqui, já estou com 30 anos e nunca sai." Então tinha esse tipo de preocupação mesmo. Na comunidade, naquele momento, discutia-se isso, mas também tinha a preocupação de que a gente precisava se organizar nas outras comunidades pra poder enfrentar. Agora, nesse enfrentamento, nossa organização era divergente. Por quê? Porque a maioria das famílias atingidas que moravam naquela região era de posseiros, pessoal que sofreu muito na época da ocupação, apanhou

---

503 - Id., ibid.

504 - SILVA, Derval Pedro da. *Entrevista*. Cascavel, 12 de janeiro de 1999.Também conforme *Relatos de Reassentados na IV Assembléia da CRABI*. Cascavel, Reassentamento São Francisco, 09-11 de março de 2000.

> naquela época (....). "Mas não, brigar de novo com o governo, será que a gente vai conseguir vencer, não adianta brigar com os governo, isso aí não adianta é ilusão da nossa parte". Mas tinha outros que diziam assim: "mas agora nós já estamos num outro período, nós podemos enfrentar o governo, não é possível que a gente não vá enfrentar, nós não vamos estar sozinhos". Então, eram bem divergentes as discussões e as preocupações que tinham.[505]

Margaret, uma das lideranças dos atingidos, evidencia a comunidade que se reúne na capela para celebrar, cultuar ritos e fazer reflexão, o *locus* de onde as primeiras discussões acerca do problema da usina começaram a ser feitas. Mas suas preocupações eram em geral restritas ao mundo que conheciam. No apego ao seu lugar e às relações sociais construídas (a casa, o pomar, os vizinhos, a igreja e a escola da comunidade, o armazém onde compravam os produtos de primeira necessidade) revela-se um modo de ser do qual não querem abdicar.

Se, de um lado, pode-se verificar uma certa tendência à passividade, de outro lado, é justamente o apego ao "seu lugar" que parece provocar a resistência. Resistência organizada que não se fez sem hesitações. Como veremos no segundo capítulo, aqueles sujeitos já haviam vivenciado experiências, durante a fase de ocupação e colonização da região, em que as ações violentas de jagunços e a própria ação do governo os penalizou ao não protegê-los contra a *grilagem* de terras. A prática da grilagem tem sido um meio eficaz de expansão do capitalismo em nosso País, como demonstrou Maria Aparecida de Morais Silva, em *Errantes do fim do século.*[506] No segundo capítulo desta tese, verificou-se que a área, de onde foram expropriados os camponeses pela usina de Salto Caxias, foi grilada durante a década de 50, penalizando as famílias que a ocupavam. Embora títulos tenham sido regularizados em favor de famílias de pequenos agricultores, a presença de posseiros era significativa na área inundada, bem como em toda a região.

A intervenção de algumas lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais, especialmente nos municípios na margem esquerda do Rio Iguaçu, e da CPT, constituiu-se em um fator primordial para que homens e mulheres rompessem com a passividade, transformassem o espaço social da comunidade (a capela enquanto *locus* de manifestação religiosa) em espaço de socialização política de problemas e estratégias. E, assim, fundados em valores religiosos e comunitários, interpretavam seus problemas, insurgindo-se coletivamente. Margaret Maran Nunes rememora que a CPT chamava atenção para o problema da usina, por volta de 1991:

---

505 - NUNES, Margaret Maran. *Entrevista.* Cascavel, 26 de fevereiro de 2000.

> Olha gente se acordem aí, com reuniões nas comunidades, que o problema é sério, se acordem que o problema é sério. Nós temos o mapa que inclusive diz que a água vai pegar aqui e nós não sabemos direito se vai pegar ou não. Nós queremos mostrar pra vocês que outras barragens foram construídas e as pessoas ficaram ao Deus dará". (...). Aí a CPT veio contra aquilo que nos estávamos lutando, ela trouxe um fio de esperança pra nós. "Já existe gente fazendo resistência, já existe gente se organizando. Se vocês quiserem, é possível se organizar.[507]

Na medida em que os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros perceberam a gravidade da situação, a partir da intervenção da CPT, resolveram, em 1991, que a Comissão dos Atingidos deveria ser formada e coordenada por eles. Havia uma comissão formada por vereadores, prefeitos, presidentes de sindicatos, que discutia os impactos da construção da barragem com a Copel. Mas pouco se falava a respeito do tratamento que seria dado à população atingida. Assim, entenderam que suas próprias iniciativas deveriam dar direção ao movimento. Em uma das reuniões, no município de Aparecidinha, o prefeito não havia sido convidado, mas apareceu manifestando a intenção de participar, porque se tratava de uma questão que envolvia o município. Mas as lideranças lhe disseram que ali o povo estava se organizando contra a barragem, quando chegasse a vez do prefeito, eles o procurariam.[508]

Contudo, o reconhecimento da Comissão dos Atingidos dar-se-ia num difícil e tortuoso processo. Ou seja, o processo de construção da resistência organizada não se fez homogêneo. Houve percepções diversificadas e conflitantes. Entre a população impactada estão os expropriados rurais e urbanos que foram forçados à migração – comerciantes, pequenos e grandes proprietários rurais, arrendatários, posseiros. Ainda, incluem-se aí os segmentos sociais indiretamente atingidos como, por exemplo, as populações de municípios onde foram reassentados os "afogados", bem como as populações de áreas próximas à usina, que não foram diretamente atingidas.

Os diferentes sujeitos, com condições sociais, visões de mundo e experiências diversas, não interpretaram os efeitos da construção da usina de forma homogênea, até porque os impactos não se limitaram à dimensão socioespacial da área da inundação provocada pela formação do lago reservatório. As diferentes formas, pelas quais os sujeitos desenvolveram sua percepção dos impactos da barragem, revelam posicionamentos políticos numa intrincada teia de conflitos em torno de interesses. As várias formas e os meios pelos quais as pessoas recebiam a notícia possivelmente influenciaram na percepção da barragem.

---

506 - SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

507 - NUNES, *Entrevista.* Citada.

> Tinha um engenheiro agrônomo que trabalhava na Emater, em Três Barras, às vezes ele trazia essas notícias. Também na conversa de boteco, acirrava mais até no próprio culto, mas era um assunto assim meio que de algumas pessoas preocupadas. Outras riam, diziam, "ah! Isso aí é mais estória, é mais uma coisa pra deixa a gente nervoso, é mais estória de político que vem aí pra querer ganhar a eleição".[509]

Como não havia uma confirmação oficial da construção da barragem e os atingidos não tinham informações mais detalhadas, desconfiavam desta possibilidade. Quando confirmada a construção da usina, muitos ainda acreditavam que as águas do futuro reservatório não os atingiriam. As lideranças, escolhidas em cada uma das comunidades, além da falta de informações corretas, defrontavam-se com a necessidade de convencimento dos outros atingidos.

O conhecimento de outras experiências vividas em situações de desapropriação, em decorrência da construção de usinas hidrelétricas, foi fator importante para conscientizar os camponeses atingidos, para o entendimento da complexidade e para a formação das lideranças. Nos últimos meses de 1989 e início de 1990, formaram grupos de pessoas que foram conhecer outras experiências. Visitaram os reassentados da UH de Salto Segredo e Salto Osório. Queriam saber sobre processo da resistência, como se haviam organizado, quais os encaminhamentos, os percalços, os resultados da luta.

> Eu tenho até a fita gravada das entrevistas que eu fiz com o povo, como que eles se saíram: "aquele que tem documento da terra sai bem". Mas a Copel pagou vocês como eles quiseram ou através de organização de vocês? "Não, eles que pagaram, no caso não estávamos organizados coisa nenhuma e nem estamos", ele falou. "Orientação o sindicato dava, mas também pouca coisa". E aí, nós escutando aquela experiência, fomos indo aqui, ali, (...), pra penetrar no município de Três Barras. Aí fomos com o povo do sindicato em todas as comunidades, envolvendo o presidente da igreja, presidente da escola, professoras, ministro de eucaristia.[510]

Mesmo assim, o trabalho não resultou em posicionamentos homogêneos. A maioria dos comerciantes não apoiou a iniciativa dos camponeses de se instarem contra a barragem. Na visão do empresariado, a usina representava possibilidade de lucros e de progresso aos municípios atingidos. O trecho do depoimento de Margaret, a seguir, aponta para este e outros elementos.

> O comerciante no interior que tem mercado, uma cerealista, tem um certo domínio sobre as pessoas que compram nesse mercado, porque ele tem uma política: ele é compadre,

---

508 - Cf. SILVA, Derval. *Entrevista.* Citada.

509 - NUNES, *Entrevista.* Citada.

510 - LIBERA, *Entrevista.* Citada.

> você conhece a história aí das pessoas e eles sempre foram contrárias porque achavam que a barragem ia trazer progresso, ia dar muito dinheiro pra eles, ia trazer muita gente pra morar ali. Então, nós éramos os atrasados por brigar contra a barragem. Um dos maiores problemas que a gente enfrentava, além deles não concordarem, é que eles também tiravam público da mobilização. Em vez deles serem nossos aliados, eles eram aliados da Copel. Muitas pessoas que até tinham vontade de participar do movimento acabavam não indo. Imagina, o seu doutor lá não concorda com isso, disso e aquilo. Então, se ele que é rico acha que é assim eu também acho que é assim. (...). Tinha um ou outro que liberava os caminhões, mais liberava assim: Ah! Deixa que vão lá pra apanhar da polícia. Então eles além de trabalhar contrário, trabalhavam também com o medo das pessoas, psicologicamente. Eles pegavam histórias escabrosas de pessoas que foram resistir e morreram, que o governo fez isso, que o governo fez aquilo, que matou. As pessoas até tinham vontade, mas o cara dizia que não era para ir. Ele não ia ou tinha medo da polícia.[511]

Embora os agricultores sentissem a pressão das condições objetivas, a expropriação devido à construção da usina, a decisão de participar da luta da Crabi, implicava em certas escolhas morais.[512] Não aceitar a orientação do comerciante que se coloca contra a luta da Crabi e se inserir na luta significava, para o posseiro, arrendatário, meeiro, pequeno agricultor, uma opção política de enfrentamento, o que o colocava em posição política oposta ao dos comerciantes e do governo do estado. Significava, ainda, pôr em xeque o que é considerado moderno, que o moderno nem sempre é positivo.

Entretanto, a perspectiva de progresso para o comércio e para o município foi solapada com o remanejamento da população e, em conseqüência, a queda nas vendas. Neste momento, os comerciantes começam também a se mobilizar e procuram, a partir de 1997, os reassentados para abaixo-assinados para comprovar que eles eram fregueses de seus estabelecimentos e assim reivindicar indenização por perdas provocadas pela construção da usina.[513]Uma explicação possível para o posicionamento dos comerciantes e, de modo geral, da população urbana dos municípios atingidos, segundo Ilse Scherer Warren, é a de que,

> ... apesar destes pequenos aglomerados urbanos, do ponto de vista de sua organização social, apresentarem similitudes com as comunidades rurais, sua inserção no sistema produtivo, não organicamente vinculado à terra, poderia estar atenuado relativamente o impacto de migrar. (...). Por outro lado, sendo as barragens destinadas a atender as exigências de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, esta população parece estar mais sensível aos possíveis efeitos favoráveis destas obras. Há perspectivas de ganhos imediatos para os setores comerciais, imobiliários e financeiros, entre outros,

---

511 - NUNES, *Entrevista.* Citada.

512 - Cf. THOMPSON, *Tradición, revuelta y consciência de clase.* Op. cit.

513 - Cf. LIBERA, *Entrevista.* Citada.

> significativamente atraentes, para que, sobretudo a população urbana indiretamente atingida, se posicione favoravelmente às barragens. [514]

Neste sentido, considerando a intensa propaganda desenvolvida nos meios de comunicação locais, um primeiro olhar indica que a idéia do progresso foi intimamente e fortemente associada à futura usina. A usina promoveria um revigoramento do comércio local e traria novas oportunidades de empreendimentos, inclusive pelo turismo que esta provocaria. Amalgamada a esta idéia, vem outra não menos importante – a de que a usina constitui-se numa obra de interesse público que beneficiaria direta ou indiretamente a todos.[515]

Os colonos continuavam a se organizar através da Crabi. Haviam manifestado a decisão de que a Copel somente iniciaria as obras depois que os indenizasse. Os atingidos contavam com assessoria da CPT e mantinham interlocução de apoio e de partilha de experiências de luta com o Movimento Sem-Terra e com Comissões de Atingidos por Barragens de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Crabi tinha presença mais marcante onde os líderes comunitários locais se identificavam com sua proposta coletiva de conduzir as reivindicações, especialmente nas comunidades de Vargem Bonita, São Lucas e Barra Bonita, no município de Três Barras, e nas comunidades de Volta Alegre, Porto Alegria e Estrela, no município de Nova Prata do Iguaçu.

No discurso da Copel, a população atingida constituía-se apenas em uma dimensão técnica, que seria tratada quando a obra da usina estivesse em andamento. Tudo indica que a idéia era repetir a estratégia já utilizada na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu: iniciar a obra e somente depois tratar da população atingida, evitando, assim, a possibilidade de um movimento dos atingidos que impedisse a construção da usina. Depois, uma vez a obra em estágio adiantado, proceder-se-iam as indenizações apenas dos proprietários.

As evidências deste procedimento explicitam-se na ação de demarcação da área a ser inundada e no início da construção. Estas ações não passaram despercebidas dos colonos, que resolveram impedir a continuidade da obra e forçar a

---

514 - SCHERER WARREN, Ilse. *O movimento dos atingidos por barragens do Uruguai a dinâmica de um movimento social.* Boletim de Ciências Sociais, v. 3, n.8, 1988.

515 - Ver PEIXER, Zilma Isabel. *Utopias de progresso.* Ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidrelétrica. Florianópolis: UFSC, 1993. Dissertação.

Copel a negociar. Tomaram a iniciativa de arrancar, em 12 de abril de 1993, os "marcos" de madeira que delimitavam a área de abrangência da inundação e os queimaram.

> Quando ficamos sabendo eles já tinham piquetiado tudo, que era pra não ter que negociar com nós, e ainda fomos, nos organizamos dentro de duas horas. Fomos lá, mais de duas mil e poucas pessoas, caminhonadas e caminhonadas. Arrancamos todos aqueles piquetes e metemos fogo. [516]

Esse dia ficou conhecido e rememorado em encontros dos reassentados como o "Dia do Fogo". A partir deste dia, a organização e as manifestações se intensificaram. Também a Copel tomou suas medidas. Em resposta à ação dos atingidos, a companhia moveu processo judicial contra duas lideranças, José Camilo e Nereu Gafuri, acusando-os de destruição de patrimônio público. Severino dimensiona a seu modo, a partir de seus referenciais de direitos, a visão da Copel e interpreta a ação dos atingidos como legítima.

> Nós fomos só defender o que era nosso, - "como é que ia defender o que era de vocês se foram arrancar os piquetes que não estavam no terreno de vocês?" - claro, não era nosso terreno mas a raiz da destruição do nosso terreno era lá, então, por isso, nós arrancamos os piquetes. Daí eles vieram para negociar, não negociamos sem eles retirar o processo: "o dia que retirarem o processo podem vir aqui negociar com nós". [517]

De fato, o processo foi retirado e as negociações retomadas. Um jogo sem posições fixas era realizado. Quando pareciam asseguradas algumas questões, logo depois, em novas reuniões, os impasses se espraiavam e os acordos eram desfeitos. Os trabalhos de perfuração das lajes já haviam começado e a movimentação de caminhões, máquinas, carros e trabalhadores, foi imediatamente percebida pelos atingidos.

> Nós no começo éramos contra a construção da barragem, porque não se sabia o que ia acontecer. E daí nós lutando, se eles quisessem fazer a barragem nós primeiro íamos querer que eles nos indenizassem. E assim a nossa luta se organizando, (...), passaram anos e anos e o povo acreditava que poderia acontecer aquilo. Quando nós vimos a Copel já estava lá, fazendo a perfuração nas lajes.[518]

A Copel não dialogava com as lideranças dos atingidos da área rural. A negociação dava-se com prefeitos, vereadores, padres. Não havia outra alternativa, era preciso acampar. Mulheres, homens e crianças mobilizaram-se, em cada uma das comunidades e naquela noite, 12 de agosto de 1993, ocuparam o canteiro de obras e retiveram as máquinas e quatro toyotas, ficando acampados 43 dias no local.

---

516 - LIBERA, *Entrevista*. Citada.

517 - Id., ibid.

518 - Id., ibid.

Reivindicavam à Copel a discussão do problema, para depois se decidir sobre a construção ou não da barragem.

Com o acampamento, a adesão das famílias tornou-se maior. Segundo Severino, "aqueles que não iam, que nos criticavam antes, aí eles estavam lá acampados conosco, eles viram que a coisa tinha que ser na base da organização."[519] Num sistema de rodízio, por comunidade, as famílias alternavam-se no acampamento, de modo que nunca ficassem menos de 50 pessoas e, ao mesmo tempo, para que pudessem dar continuidade aos trabalhos na lavoura.

> ... se eu não pudesse ir ao acampamento, na semana que não ia, eu me comprometia mandar alimentos pelas outras pessoas, tanto que nesse período nunca faltou alimento para ninguém, sempre sobrava alimento, então todo mundo garantia. (...). Quando as pessoas iam pro acampamento, levavam alimentação, era a solidariedade e sempre era a presença de Deus na caminhada do povo. Acho que isso foi uma coisa muito marcante para nós.

Para rezarem, construíram um altar. No acampamento, contavam com o apoio da CPT e receberam a visita do pároco de Capitão Leônidas Marques, que não lhes era favorável, pelo menos inicialmente.

> Ih!, era muito bem organizado. Tinha assembléia todo dia. Nós, de manhã, levantava cedo, tomava chimarão. Aí era feito a oração, tinha até o nosso altar lá, oração da manhã, oração da noite. Na assembléia se decidia o que tinha que fazer durante o dia, com ata, tudo bem organizado. Depois cada qual saia fazer o serviço dele.[520]

Resistindo no local onde seria construída a usina, mostravam que eram contra ela e que qualquer proposta deveria ser discutida com os acampados. Entretanto, quando haviam agendado uma reunião com a Copel, fazia 30 dias de acampamento, o governo do estado determinou que o exército e o grupo de Operações Especiais da Polícia Militar – GOE, fossem até o acampamento, para expulsar os acampados e possibilitar o reinício dos trabalhos de perfuração da laje para a construção da usina.

Entretanto, os colonos conseguiram negociar a sua permanência no local por mais um dia, quando então retirar-se-iam. Neste ínterim, a notícia foi veiculada pelas rádios e um vizinho contava a outro. Muitos que receberam a notícia imediatamente se dirigiram ao local. "O pai tá lá eu tenho que ir, se eu não tenho carro eu vou a pé. Jovens dormiram na capoeira porque os policiais não deixavam ninguém

---

519 - Id., ibid.

520 - Id., ibid.

entrar. Quem estava no acampamento só saia, não voltava. Aí o pessoal combinou de não sair ninguém", lembra Margaret.[521] Durante a noite, as famílias dos acampados articularam a mobilização. De manhã os caminhões passaram e apanharam as pessoas que esperavam nas encruzilhadas.

> Nós com nosso acampamento, com nossas orações. O exército foi lá como que fosse atrás de bandido. Aí, quando foi de tardinha a polícia chegou. Quando foi no outro dia às dez horas estavam lá caminhonadas e caminhonadas do nosso povo. O povo ficou sabendo através de meio de comunicação, quando foi oito horas da manhã o povo ficou sabendo. Ai o povo chegando e a polícia longe a mil metros. Antes de chegar lá na fazenda, ali a polícia revistando todo mundo, até mochila de criança eles revistavam, não deixavam passar nem um canivete. Daí eles instalaram um QG da polícia na entrada do portão, tinha uma casa, não passava ninguém pra dentro.[522]

Famílias inteiras se deslocaram, cerca de 2.500 pessoas, reunindo-se na entrada do acampamento que estava cercado pela polícia militar e pelo exército. A ação não era esperada. A multidão estava decidida a entrar no acampamento e de não sair enquanto um acordo não fosse realizado. Conversavam entre si, dizendo: "bom, se for pra mim morrer agora, ou morrer na favela, de fome, eu vou morrer lutando".[523] Com o clima tenso e o menor número de policiais, conseguiram entrar no acampamento.

Prefeitos, deputados, padres, advogados e o próprio governador, Roberto Requião, fizeram-se presentes, em algum momento, no acampamento. Os acampados afirmavam que só sairiam quando suas reivindicações fossem atendidas através de formalização destas em documento. Os acampados não poderiam ser despejados, já que se encontravam acampados em uma propriedade particular. A Copel, por sugestão do próprio governador, quando esteve no acampamento para negociar uma saída, tentou adquirir a respectiva propriedade de seu proprietário, Agenor Bezerra, para poder expulsar os ocupantes e continuar os trabalhos.[524] Mas, o proprietário não aceitou tal negociação.

As negociações foram então retomadas diretamente com a Copel e com o governo do estado. Uma comissão foi formada. Ela, diferentemente do que havia ocorrido até então, contava com a participação de uma mulher. Durante os dias seguintes, os acampados elaboraram suas propostas, discutiram-nas e aprovaram em assembléias. Inicialmente, a posição de um grupo era de que não se aceitasse a

---

521 - NUNES, *Entrevista.* Citada.

522 - LIBERA, *Entrevista.* Citada.

523 - Cf. NUNES, *Entrevista.* Citada.

524 - Cf. MACIEL, Manoel Tomé. *Entrevista.* Cascavel, 13 de janeiro de 1999.

construção da usina. Mas, como diferentes interesses estavam em jogo, na discussão e na votação das propostas em assembléia dos atingidos, perdeu.

> Tinha algum dia dentro da semana que todas as comunidades iam pro acampamento. Isso foi num domingo, a gente fez uma assembléia, e a gente foi voto vencido. A Crabi era composta por pequenos, médios, grandes proprietários, então tinha todos os interesses também, então a gente foi voto vencido. A barragem deveria ser negociada e não impedida. (...). As comunidades que mais se sentiam prejudicadas eram as que mais resistiam, porque acreditavam na possibilidade de impedir a construção. Só que lá no acampamento, você sabe, um chega fala por outro, daí o outro fala pro outro, "não, mas nós não vamos conseguir impedir, as máquinas estão aí". Portanto, a partir de tal momento a gente disse: independente de ser arrendatário, de ser posseiro, de ter documento e não ter documento da terra, tem que brigar por terra. A gente sairia de lá desde que a gente tivesse uma garantia de que a Copel daria terra a todas as pessoas, independente de ter terra ou não, e quem morasse na beira do rio, não poderia ficar sem terra.[525]

Decididos em torno deste objetivo, antes de desmanchar o acampamento, os atingidos formularam uma proposta que resultou no documento, "Princípio, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida", assinado em 20 de agosto de 1993 pela Copel e registrado em cartório. A Copel aceitou reassentar os pequenos proprietários e, depois de muita pressão e negociação, também os meeiros, posseiros e arrendatários. O documento prevê dois princípios básicos: (a) que as famílias deveriam ser relocadas ou reassentadas sempre que possível no mesmo bairro rural ou município; (b) que, durante o processo de remanejamento, a produção familiar não deveria sofrer decréscimo como conseqüência das obras do empreendimento.[526] O processo de reassentamento deveria orientar-se por algumas diretrizes básicas. Estas evidenciam a perspectiva e a noção de direitos dos atingidos: recriar o seu modo camponês de vida e possibilitar a sua reprodução socioeconômica:

> - preservar a cultura e a tradição da população remanejada;
> - envidar esforços no sentido de evitar o êxodo rural das populações atingidas pelo futuro reservatório;
> - viabilizar o acesso à terra;
> - permitir melhoria do quadro de vida das famílias de agricultores atingidos;
> - dispensar tratamento equânime a todos os produtores rurais, independentemente de sua condição social;
> - permitir a reinserção sócio-econômica dos moradores atingidos, mediante a potencialização da sua produção e otimização das capacidades produtivas;
> - propiciar apoio para o desenvolvimento técnico-econômico e para o acesso a técnicas de extensão rural às famílias atingidas;
> - permitir a participação dos produtores no processo decisório;

---

525 - NUNES, *Entrevista.* Citada.

526 - COPEL. Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. *Princípio, diretrizes e critérios para o remanejamento da população atingida.* Três Barras do Paraná, 20 de agosto de 1993. Mimeo.

> - garantir a continuidade e/ou melhoria da infra-estrutura regional das áreas atingidas.[527]

O documento também previa que o remanejamento das famílias poderia acorrer através da troca de terra por terra, com qualidade equivalente, em local de preferência do proprietário, ou na forma de reassentamento dos proprietários e produtores sem-terra, ou ainda, através de recebimento de indenização justa, ficando a relocação por conta do proprietário. A reivindicação de terra por terra nasceu das experiências do Movimento Justiça e Terra, dos atingidos da usina hidrelétrica de Itaipu, e dos intercâmbios para conhecimento das lutas e resultados conquistados por atingidos de outras usinas hidrelétricas.

> A CPT estava discutindo com a gente. Eles sempre jogavam está idéia da terra e a gente foi visitar pessoas de outras barragens que ficaram sem nada, que ficaram sem terra, foram pra favela. É óbvio que foi amadurecendo a idéia. O que a gente mais temia era ficar sem terra, porque se você tem terra tem vida, se você não tem terra não tem vida. Então foi amadurecendo: que tamanho de terra a gente queria, como que ela seria, para quem ela iria pertencer.[528]

Os atingidos conheciam as experiências do Movimento Justiça e Terra, dos atingidos da Itaipu, e de outros atingidos nos três estados da Região Sul, com os quais mantinham interlocução e estreitavam formas de apoio e mobilização. Também começaram a dialogar com o MST. Uma de suas lideranças era engenheiro agrícola e se havia compromissado com a luta pela terra e pela reforma agrária. Tratava-se de Sérgio Ferrazo, que havia trabalhado para o MST no Assentamento Vitória. Esta articulação contribuiu para enfrentar as novas dificuldades que surgiram no processo da luta, como diante do não cumprimento pela Copel do acordado com a Crabi, no documento "Princípio, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida". Esta situação levou os atingidos a ocuparem o canteiro de obras da usina em 18 de setembro de 1993.

Na ocasião, a Crabi apresentou por escrito a proposta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias. Entre outras coisas, reinvindicavam preferencialmente o reassentamento para não-proprietários (meeiros, parceiros, arrendatários e filhos de pequenos proprietários) e para os pequenos proprietários. Os projetos de reassentamento deveriam ser dotados pela Copel de infra-estrutura (casas, galpões, sistema viário, posto de saúde, escola, posto telefônico, centros comunitários, energia elétrica, igrejas,

---

527 - Id., ibid.

528 - Id., ibid.

cemitérios), e "preferencialmente localizados no mesmo município, ou na microrregião, tendo em vista atenuar ao máximo o impacto sociocultural dos reassentados e a desarticulação das economias locais".[529]

A proposta da Crabi foi ratificada, com pequenas alterações, em um Termo de Compromisso, firmado entre a Copel e os atingidos[530]. Também algumas novas inclusões podem ser verificadas no documento. Ou seja, no processo da negociação, os atingidos avançavam nas suas reivindicações em número e clareza do que pretendiam.

No novo documento, a Crabi tratou de incluir que o lote mínimo destinado ao reassentamento de uma família não poderia ser inferior a sete alqueires. Nestes termos, os pequenos proprietários com menos de cinco alqueires seriam reassentados em no mínimo sete alqueires, incluídos aí 20% de reserva florestal. Posteriormente, também conseguiram que as famílias com mais de dois membros, além dos sete alqueires correspondentes ao casal, receberiam mais um alqueire por força de trabalho (pessoa acima de catorze anos). As famílias que tivessem acima de cinco alqueires poderiam optar pela carta de crédito ou pelo reassentamento. Caso optassem pelo reassentamento, receberiam na forma acima exposta, mais indenização pela área acima dos cinco alqueires. E, ainda, os proprietários receberiam indenização pelas benfeitorias, culturas e madeiras, ao mesmo tempo em que estas lhes seriam doadas.[531]

A carta de crédito não estava nos planos da Crabi. Ela foi aceita no processo de negociação, tanto pela pressão da Copel, quanto das famílias que não pretendiam o reassentamento. Mas a Comissão dos Atingidos exigiu que os laudos de desapropriação fossem feitos seqüencialmente, sem intercalação, iniciando-se a partir do local da construção da barragem.[532] Assim, esperavam evitar que um grande proprietário fosse indenizado em detrimento do pequeno proprietário e de que, para desarticular o movimento, a Copel começasse a oferecer indenizações com valores diferenciados para propriedades com o mesmo tamanho. Essa estratégia já havia sido utilizada nas negociações com os atingidos de Itaipu e tinha como objetivo criar atritos entre os atingidos.

---

529 - CRABI. *Proposta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias*. Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, Capitão Leônidas Marques, 18 de setembro de 1993. Mimeo.

530 - COPEL. *Termo de compromisso firmado entre a Copel e a Comissão Parlamentar, Cosaca, Crabi, SRO, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida*. Cascavel, 07 de outubro de 1993. Mimeo

531 - Id., ibid.

532 - Id., ibid.

Um outro ponto importante do "Termo de Compromisso" garantiu que os não proprietários, quando o remanescente da propriedade comportasse a continuidade de suas atividades como produtor rural, seriam relocados na propriedade de origem com auxílio da Copel, que deveria obter a concordância do proprietário.[533] Assim, garantia-se não só o acesso à terra ao sem-terra como também a manutenção do camponês na terra que cultivava. Além disso, neste fato evidencia-se o reconhecimento de que a terra é de quem nela trabalha e não necessariamente do possuidor do título.

No mesmo documento, os atingidos reforçaram a afirmação de que não se tratava apenas de garantir o reassentamento, mas também de conseguir condições de produção e infra-estrutura, e manter os laços comunitários já estabelecidos. As áreas de reassetamento deveriam não só localiza-los nos municípios atingidos ou em municípios próximos a estes, mas também ser por eles escolhidas. Para além da recriação das relações comunitárias, vislumbra-se a estratégia da Crabi. Se as famílias fossem separadas, o poder de cobrança e a fiscalização do cumprimento do que havia sido estabelecido nos documentos ficariam seriamente comprometidos. Além disso, no difícil processo de negociação, a Copel aceitou a proposta de dez projetos nas áreas escolhidas e a infra-estrutura hoje existente.

Não obstante a formalização dos acordos, a mobilização para o cumprimento do disposto nos documentos precisou ser constante. Os atingidos sabiam que não poderiam descuidar e que, gostando ou não da Crabi, haviam de a apoiar para conquistar o arrazoado nos documentos, pois, se assim não procedessem, perderiam força. E, de fato, a Copel tentou adquirir terras através de licitação, o que afrontava o acordo de que os próprios atingidos escolheriam as áreas para o reassentamento. No ano de 1995, foi preciso acampar em Curitiba, em frente ao Palácio do Governo, para derrubar o edital que tratava da matéria.

Para acompanhar os laudos de negociação de indenização e a escolha das áreas para reassentamento, exigiram que a Copel contratasse um engenheiro agrícola e um advogado indicados pela Comissão dos Atingidos. O trecho abaixo, do depoimento do engenheiro agrícola Sérgio Ferrazo, aponta alguns critérios de seleção das áreas.

> O primeiro critério foi limitar a localização dessas áreas geograficamente na região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná. (...) e se criou um preço máximo em cima de pesquisa,

---

533 - Id., ibid.

> na região. Se criou o critério da quantia de área mecanizada ou a mecanizar, aceitação das áreas pelas comunidades que iam ser deslocadas. (...). As comunidades tinham que vir olhar a terra, dizer aqui serve pra nós. O critério de IAP, a questão de preservação permanente da água, a preferência pelos municípios atingidos. Nem uma fazenda poderia sair menor do que 200 alqueires e nem um grupo ou comunidade poderia ser formada com menos de 20 famílias, então se limitou entre 20 e 50 famílias, esse foi um critério que eu inclusive ajudei a criar, uma idéia que vem da experiência que eu tive com o Movimento Sem Terra na organização de associação, cooperativa.[534]

Contudo, depois que as áreas foram definidas para a implantação dos dez reassentamentos, os atingidos defrontaram-se com outro problema, criado pelo poder público municipal de Cascavel. Em uma parte da área que seria destinada para o Reassentamento São Francisco de Assis, o prefeito Salazar Barreiros resolveu construir um aeroporto. Para impedir a construção, os atingidos ocuparam a área. Logo depois, 40 mudaram definitivamente para o local. Como as casas não estavam ainda prontas, foi necessário que habitassem os galpões em construção.

3.3. Terra e Cultura: A Organização do Espaço e do Produtivo

Severino Della Libera já sabia de nossa chegada. Haviam-no avisado a ele de que alguém gostaria de fazer uma entrevista sobre a história do movimento. Severino, 52 anos, cinco filhos, morava há 24 anos em Santa Genoveva, Município de Três Barras. Lá cultivava "a muque" (trabalho braçal) cinco alqueires e, como na sua propriedade tinha muita pedra, arrendava outras áreas para sobreviver, de dois a três alqueires. Pelo arrendamento pagava entre 20 e 30% da produção. A comercialização era pouca. Plantava feijão, milho. No reassentamento, planta 15,75 alqueires. Um dos filhos, embora casado, mora com seu Severino. Outro mora em uma outra parcela, no reassentamento.

Quando cheguei, Severino estava ajudando a carregar algumas toras de madeira em um caminhão de uma serraria da cidade vizinha para que, uma vez serradas, lhe fossem úteis na ampliação das instalações da propriedade, como o curral e o paiol. Enquanto aguardava, perguntei ao seu filho se carregariam mais toras em outra propriedade e ele prontamente respondeu que sim. Em vista disso, logo que cumprimentei seu Severino, sugeri que adiássemos a entrevista para outra

---

534 - FERRAZO, Sérgio José. *Entrevista.* Cascavel, 19 de fevereiro de 1999.

oportunidade, se assim desejasse, porém ele preferiu conversar naquele momento, para logo em seguida, auxiliar seu vizinho na mesma tarefa que havia para si acabado de realizar. O gesto de Severino revela uma prática camponesa antiga que, apesar da tecnificação e mecanização da produção, ainda permanece: da ajuda mútua.

Se a permanência é de longa duração, isto não significa exatamente que o seu conteúdo e significado não tenha sido alterado. Nas falas dos reassentados, a terra aparece como elemento equivalente à vida, que, por sua vez, é engendrada pela relação estabelecida com o meio que a produz, a terra. A terra propicia a relação de trabalho, relação que constrói identidade e que situa seus sujeitos, aqueles que lavram a terra e a cultivam. Assim, "a cultura aparece sempre como uma terra de encontro com outros homens, para uma classe dobrada sobre a matéria, segregada como se fora uma outra humanidade."[535]

Ao rememorar experiências passadas, Severino, com seu sotaque italiano, expressa bem esse amalgama entre vida, terra e trabalho, do modo de vida camponês - a terra é vida e vida é estar na terra.

> Pra mim o significado é a minha vida, a terra, porque dependo dela, me criei na terra e eu sem a terra não sei, eu não tenho outra profissão. Se não é fuçar na terra, como diz o causo, quem nasceu tatu tem que morrer cavoucando. Eu não tenho outra profissão, a terra pra mim é tudo, porque tiro dali o sustento pra mim, meus filhos. Criei meus filhos na pouca terra que eu tinha lá.[536]

A posse da terra para os camponeses significa um dom de Deus, porém também sabem que a propriedade é uma forma capitalista da qual se pretendem donos. A terra é de Deus, mas os homens tornaram, pela normatização das relações, possível a sua apropriação. O colono já não é apenas um cultivador: aquele "que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono; o seu feitor no sentido técnico e legal da palavra. (...)."[537] Aquele que migrou e cultivou a terra agora pretende, embora de pouca terra, ser senhor dela e, através dela, o colono pretende resgatar a autonomia e liberdade e ser senhor do seu tempo de trabalho e de vida.

Talvez esteja aí a explicação do porquê de os atingidos terem preferido a forma individual de apropriação da terra. A maioria dos reassentados eram

---

535 - BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

536 - LIBERA, *Entrevista*. Citada.

537 - BOSI, *Dialética da colonização*. Op. cit. p. 11.

arrendatários, meeiros, ou posseiros. Além disso, os pequenos proprietários não tinham nenhuma tradição coletiva, apenas trocavam dias de serviço entre si e ou cultivavam o mutirão. Cada família possui no mínimo sete alqueires e no máximo 24 alqueires, incluindo 20% de reserva florestal. A posse efetiva da propriedade só se efetivará quando decorridos 20 anos. O tamanho da casa foi definido de acordo com o tamanho da família e o modelo foi decidido junto às mulheres. As famílias também puderam escolher entre 10 modelos de galpões, observando a sua utilização em função do que iriam produzir. O objetivo foi o de diversificar a produção e, ao mesmo tempo, considerar a cultura e o desejo dos reassentados, tendo em vista a formação de uma cadeia produtiva integrada. Sérgio Ferrazo, engenheiro agrícola da Crabi que elaborou o projeto, conta que implantou originalmente a idéia no Assentamento Vitória, quando trabalhava junto ao MST[538].

Para todos os reassentados entrevistados, a produção melhorou, já que antes viviam em áreas desfavoráveis para o desenvolvimento da produção agrícola. Cultivavam suas propriedades e ou arrendavam outras áreas, pagando renda entre 20% e 30% sobre o total da produção. Em geral, os terrenos eram bastante acidentados, o que impedia a mecanização. Isto e solos de qualidade ínfima e a não utilização de adubos, resultavam em baixa produtividade. Esse quadro completava-se com extensas jornadas de trabalho, na qual basicamente era utilizada a força física, manual e a tração animal. Aumentar ou adquirir terra no intuito de melhorar as condições de vida e permitir a herança para os filhos, tornava-se praticamente impossível.

A melhoria é sentida na qualidade da terra, no aumento da produção e na diminuição do tempo de trabalho e da mão-de-obra necessária para desenvolver a atividade agrícola, devido à utilização de maquinário agrícola moderno. As áreas foram escolhidas após minuciosa verificação realizada por um engenheiro agrícola, escolhido pela Crabi e pelos próprios atingidos. Assim, foram escolhidas apenas áreas mecanizadas e com boa qualidade de solo.

A diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção possibilitou que as famílias reorganizassem seu tempo de trabalho com uma alteração nos horários, como levantar mais tarde, por exemplo. O trabalho feminino nos serviços agrícolas também diminuiu, exceto nos picos de trabalho. Ao mesmo tempo, deduz-se que, com menor necessidade de mão-de-obra, os filhos têm melhores oportunidades

538 - Cf. FERRAZO, *Entrevista.* Citada.

para elevar seu nível de escolarização. As entrevistas que realizamos indicam que a maioria dos pais incentivam o estudo dos filhos, talvez pela constatação de que, num futuro próximo, com o casamento deles, a propriedade não será suficiente para a manutenção de todos os membros da família.

A mecanização das atividades agrícolas implicou na redução da diversificação da produção, fortalecendo a monocultura e reduzindo o cultivo de produtos de autoconsumo. Os principais produtos cultivados pelos reassentados são a soja e o milho, sendo o primeiro destinado totalmente para a comercialização e o milho sendo parte consumido no trato dos animais e parte destinado à comercialização. Além desses produtos, plantam a mandioca, a batata doce, árvores frutíferas e hortaliças.

Atenta à tendência da monocultura, a Crabi tem incentivado, através dos seus técnicos e agrônomos, a diversificação da produção e uma agricultura orgânica. A perspectiva é a de viabilizar a agricultura familiar através das associações, valorizando a cultura e os costumes dos reassentados e, ao mesmo tempo, utilizando recursos técnicos para produzir, contudo sem utilizar produtos químicos, inseticidas e herbicidas, o que não é adotado por todos os reassentados. Parte dos assentados organizam a produção de determinadas culturas em conjunto. O grupo reúne só algumas famílias de uma mesma associação, em alguns casos, ou, em outros casos, ocorre a reunião de todas as famílias.

3.4. Das Associações à Criação da Cooperativa

Inicialmente as associações foram concebidas como mediação legal. A Crabi, como movimento, não poderia gerir os recursos repassados pela Copel. Era preciso uma entidade jurídica. Assim, foram constituídas 19 associações através das quais se deu a gestão da construção da infra-estrutura necessária nos reassentamentos. As associações estão vinculadas à Aderabi. Cada associação possui estatuto e regimento. A diretoria é constituída por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, vice-secretário e conselho fiscal, eleitos em assembléia. Os presidentes e vice-presidentes das associações formam o Conselho da Crabi. Este conselho escolhe a direção executiva da Crabi: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, mais conselho fiscal (quatro

pessoas). A Crabi organiza-se em setores: produção, transformação, comercialização, educação, saúde, desenvolvimento comunitário, cultura e lazer. Cada setor possui um coordenador. A dinâmica é trazer as informações e discussões da base para as reuniões da coordenação e, vice-versa, encaminhar os trabalhos.

Além de utilizar as associações como entidade jurídica, a Copel também pretendia utiliza-las como forma de receber de volta parte dos recursos investidos. Cada família deveria repassar, em 17 anos, 250 sacas de milho por alqueire de terra. Todavia, a Crabi conseguiu reverter esta proposta em beneficio dos reassentados, ficando acordado que cada família repassaria dez sacos de milho por alqueire durante 17 anos para a associação. O objetivo é criar um fundo comum que deverá ser aplicado nas comunidades durante o referido período. O recebimento do título está condicionado a esse pagamento. Algumas associações já receberam integralmente o pagamento, outras ainda não. Há uma certa resistência de parte das famílias cumprirem o acordo firmado. Segundo Lucindo, da Crabi, isso se deve ao fato de que:

> ... a população reassentada não passou por uma seleção, o povo não passou aquilo que tem no MST, de um acampamento, pra depois conquistar a terra com a ocupação. Quisesse ou não, o pessoal tinha que sair. Nas comunidades antigas não tinha associativismo, nem cooperativismo. Era comunitário, mas cada um por si, era individualismo. Da associação eles não têm necessidade pra produzir.[539]

No interior das associações, as lideranças passaram a estimular a cooperação na atividade agrícola. A partir de intercâmbios com reassentados de outras usinas hidrelétricas e com assentados do MST, passaram a organizar-se em associações. Como rememora Margaret, vice-presidente da Crabi:

> Nós vivia lá totalmente individual, não tinha nada de coletivo, a única coisa de coletivo naquela época foi a questão da luta por uma terra. (...). Então foi muito essa questão de intercâmbio, de verificar como as outras pessoas viviam, quais eram os resultados por estarem organizadas e quais eram os resultados individuais, como que se deu onde tinha reassentados organizados e onde não tinha, onde a empresa dominava, onde as pessoas conseguiam em conjunto.[540]

Em associações, grande número de famílias vê a possibilidade de aumentar a produtividade e de baratear os custos da produção, bem como de viabilizar alternativas de agroindustrialização para agregar valores. A forma mais comum de trabalho em conjunto é os pequenos grupos de famílias que possuem terras contíguas e

---

539 - SVIFTALSKI, Lucindo. *Entrevista.* Cascavel, Sede da Crabi, 21 de dezembro de 2000.

540 - NUNES, *Entrevista.* Citada.

resolvem cultivar um mesmo produto, por exemplo a soja e o milho. Sua vantagem ocorre na compra e venda de produtos, feita através da associação e em grande quantidade: "Você ganha na compra da semente e outras coisas, você ganha preço melhor na venda. Pra passar veneno com pulverizador aqui o pessoal queria vinte e cinco reais o alqueire, depois pagaram vinte e três reais por ser uma grande quantia de terra", avalia Giuvam Buconeli.[541]

Há casos em que um dos membros do grupo é encarregado de cuidar da lavoura, recebendo evidentemente por este trabalho. Como as áreas são contíguas, o valor gasto com a compra da semente e os resultados auferidos com a venda do produto é dividido entre as famílias, considerando-se a área plantada de cada família. Esta forma de produção está sendo reavaliada e alterada por alguns grupos. A principal alteração é a de que a maioria dos assentados prefere cuidar de sua própria lavoura. Continuam comprando e vendendo produtos através da associação, mas entendem que devem cuidar de suas lavouras, porque assim o trabalho nela seria realizado com maior atenção e a produtividade seria maior. Neste caso, evidentemente, a colheita é feita em separado, para garantir o rendimento equivalente à produtividade de cada lavoura. Pequenos atritos são comuns no desenvolvimento de atividades e gestão das associações. Uma das dificuldades é ressaltada por Teresinha Lima:

> Quando puxa pro lado de dinheiro, aí você encontra até inimigo. Daí eles acham assim, que não tem custo pra quem trabalha, tem que trabalhar com o teu carro, pagar combustível, o que comer, trabalhar de graça pra eles e você não tem direito de cobrar o combustível.[542]

Mas, na trajetória até o presente momento, esses atritos têm sido superados. É no interior das associações que surgiu a idéia de formar uma cooperativa para viabilizar atividades agrícola orgânicas. Havia dúvidas. A agricultura orgânica implicava a mudança de práticas agrícolas tradicionais bem como negar a produção agroquímica. Assim, a idéia continuou em discussão e, ao mesmo tempo, optaram pela cooperativa de crédito. Ela faz a mediação entre as famílias reassentadas e as instituições financeiras do Estado. Sua função é captar recursos e também financiar as atividades agrícolas e de industrialização das famílias. No ano de 2000, a discussão foi aprofundada, cooperativas do MST foram visitadas nos três estados da Região Sul, para conhecimento das formas e experiências. No ano de 2001 foi criada a Copcaf

---

541 - BUCONELI, *Entrevista.* Citada.

542 - LIMA, Teresinha. *Entrevista.* Cascavel, 12 de janeiro de 1999.

(Cooperativa de Produção, Comercialização e Transformação), com 20 famílias sócias. A fala de Lucindo, atual diretor-presidente da cooperativa, exprime bem esse processo:

> Mas, precisa passar por esse processo de transição, de mudança de sistema, de adaptação, será que é hora ou não é? Daí, a gente criou a cooperativa de crédito, a Cresol, foi muito bem, um sucesso. Hoje nós temos três cooperativas de crédito no Oeste, uma em Cascavel, outra em Três Barras e outra em Ibema, coordenadas pelos assentados. A Cresol nasceu no Sudoeste do Paraná. Até o ano passado essas cooperativas só existiam no Paraná, depois expandiram para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ela gira mais, hoje, em torno do financiamento, dos Pronafs, ela é específica para a agricultura familiar. Ela tem convênios com O BNDES, convênios com entidades governamentais no exterior. Como a cooperativa de crédito funcionou, a gente viu a possibilidade de ter uma cooperativa de produção, comercialização e transformação, a Copcaf.[543]

A direção da cooperativa é colegiada. Foi a forma encontrada para retirar a função centralizada de direção da figura do presidente, exigida pela legislação. No seu lugar criou-se o conselho administrativo, formado por nove membros (diretor-presidente, diretor vice-presidete, diretor-secretário, e seis outros diretores) eleitos pelos sócios. O conselho reúne-se mensalmente para deliberar as ações a serem desencadeadas. A assembléia é outro fórum de decisão. Ordinariamente é convocada uma vez ao ano.

O objetivo central da Copcaf é estimular o desenvolvimento da agricultura orgânica: desde a produção de sementes e de tecnologia, até a industrialização de produtos orgânicos entre as famílias da Crabi, bem como com outros pequenos agricultores. Ao filiarem-se, os novos cooperados assumem o compromisso de, em três anos, cultivar algum produto orgânico e, num prazo de até oito anos, sua produção agropecuária deve ser totalmente orgânica. As lideranças vêem na cooperativa uma alternativa economicamente viável.

> Eu acredito que sim. Hoje, a maior dificuldade do agricultor é o atravessador e os pacotes das empresas agrícolas. Você financia cinco alqueires, você pega o dinheiro e dá direto para a empresa de sementes, veneno, não fica nada pro agricultor. A cooperativa é pra isso. Fomentar que o agricultor produza sua própria semente, adubo e não use veneno. É conscientizar o agricultor de que se ele não comprar vai sobrar no final mais pra ele. Que ele produza e transforme a produção, industrialize, e depois venda.[544]

A cooperativa de crédito financia a produção e a Copcaf discute a viabilidade de novas atividades agrícola, elabora projetos tendo em vista a produção orgânica. Tem-se o objetivo de diversificar a produção e criar cadeias produtivas,

---

543 - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

544 - Id., ibid.

integrando o assentados economicamente entre si através da troca comercial de produtos diversos. Com o apoio da cooperativa de crédito, um grupo de quatro mulheres abriu uma padaria no Reassentamento São Francisco de Assis, chamada "8 de Março". A produção é vendida entre os assentados e na cidade de Cascavel. Além disso, mel, compotas de geléia, com a marca Cheiro de Terra, são produtos que algumas mulheres desenvolvem em seus lotes para agregar valor à renda familiar.

Parte das famílias de uma das associações, da comunidade Nova União, no Reassentamento São Francisco de Assis, reuniu-se para implantar uma cadeia produtiva: de produção, industrialização e comercialização. Construiu um abatedouro de suínos com a intenção de comprar a produção dos assentados, inclusive das famílias sócias e delas também empregar a mão-de-obra ociosa. Em 2002, deu-se início à produção de suíno orgânico para, em 2003, já estar exportando carne para a Alemanha. Já são cultivados organicamente a soja, o milho, o feijão, a mandioca, o arroz e hortaliças, e desenvolve-se a criação de frangos.

3.5. Na Busca de um Lugar: A Reinvenção do Comunitário

A migração forçada, o desenraizamento, a reorganização e recriação sociocultural comunitária em um novo espaço, tudo ficou fortemente marcado na memória de homens, mulheres e crianças. Como assevera Zilma Isabel Peixer, em "Utopias do Progresso",

> A perspectiva de ter o seu espaço socialmente construído coberto pelas águas, de ter que se mudar e a necessidade de reestruturar o presente e se readaptar a esta nova perspectiva de futuro, a partir de um fato repentino, o qual rompe com as certezas estabelecidas ao longo do tempo/espaço, produz uma situação de insegurança, medo, stress emocional e físico. (...). Gera um sentimento de perda, que não se restringe somente aos bens materiais, mas principalmente a aspectos sociais e simbólicos.[545]

O valor das casas, do pomar que levou alguns anos para ser formado, o rio que passava aos fundos da propriedade e onde muitos praticavam seu lazer, os vizinhos, os laços de amizade e solidariedade construídos na comunidade, a relação com o dono do armazém, do supermercado, da cerealista, com os quais tinham facilidade de

---

[545] - PEIXER, *Utopias de progresso.* Op. cit. p. 26.

crédito, não existem mais. Esta mudança não tem, portanto, somente implicações econômicas, do quanto vale a propriedade. Isso envolve uma complexidade muito mais ampla e profunda que está ligada à história, à identidade e a um modo de viver.

Nas entrevistas dos reassentados, a UHE de Salto Caxias, quando relacionada à forma de vida, aos hábitos, como o hábito da pescaria, ao meio em que viviam e ao que haviam construído, aparece como prejudicial ao meio ambiente e como causadora do desenraizamento. Hoje, não obstante os reassentados não queiram voltar à terra de onde vieram, a partida de um meio no qual se constituíram sujeitos, criaram família, construíram relações de vizinhança e parentesco, habitações e instalações de trabalho, aparece nas falas como extremamente dolorosa.

> A gente vivia numa região que a comunidade era extremamente pobre, uma comunidade muito humilde, e você vem pra cá, uma região super rica. (...). Eu sempre brinco com as pessoas, lá a gente pegava a enxadinha e fazia 2 mt² por dia batendo enxadinha nas pedras, mas a gente conseguia sobreviver. Aqui têm muito mais condições de crescer economicamente, mas a relação que a gente tinha com o rio, com a terra com as árvores que plantou, com aquele pé de fruta, é muito forte. (...). Apesar de você ter vindo pra cá com parte da comunidade, com os vizinhos, mas você deixou um pedaço lá. Eu não tive coragem de voltar onde morava, não sei onde a água pegou.[546]

Não obstante o vivido esteja fundado no(s) tempo(s) da mudança, do carregar as coisas, o que puder, para recomeçar, o apego à tradição e aos costumes revelou-se forte entre os camponeses a ponto de, como vimos em páginas anteriores, estar na pauta de reivindicação da Crabi. Para os atingidos, era extremamente importante manter laços de parentesco e vizinhança na nova terra. Exigiram que a Copel recriasse as comunidades atingidas, reassentando cada família e seus antigos vizinhos e parentes na mesma disposição em que viviam anteriormente. Cada família foi consultada sobre o interesse de permanecer próximo de seus vizinhos ou não. Esta exigência foi em geral respeitada. Embora a vizinhança seja considerada pelos camponeses como fundamental, nem todos optaram em ficar próximos de seus antigos vizinhos e parentes.

> Tinha gente que falava "eu não quero morar perto de fulano". Quando eles foram lá fazer cadastro, digo, olha eu ficando perto do filho e dos vizinhos, tanto faz, são todos vizinhos bons. O genro não queria vir. De certo ele pediu pra não ficar perto, porque ele não gosta mesmo muito de mim, ele pediu pra ficar lá em cima perto do Joaquim. Aí, quando viu que eu vinha pegou carta de crédito. Que fique por lá mesmo.[547]

---

546 - NUNES, *Entrevista.* Citada.

547 - LIMA, Olga Garcia. *Entrevista.* Cascavel, 03 de fevereiro de 1999.

Este fragmento da entrevista indica que a tradição, neste caso da vizinhança cultuada pelos camponeses, é seletiva. Assim, embora a luta dos expropriados de Salto Caxias seja uma resistência à mudança das formas de vida há muito estabelecidas, de garantir a reprodução social da pequena agricultura que se apóia essencialmente no trabalho familiar, esta não se fez sem tensões e exclusões.

A imagem de comunidade que foi fragmentada com a construção da barragem, comunidade que pretendem reconstruir, não significa, como alguns depoimentos poderiam fazer crer, que estavam imunes a tensões, intrigas e conflitos e a exercícios de poderes de uns sobre outros. A fixação das famílias de acordo com sua vizinhança, a construção de uma igreja e de espaços de lazer, como o campo de futebol e a sede social, têm, de certa forma, restaurado a celebração comunitária (festas, bailes e gincanas culturais, encontros de grupos de jovens), mas não elimina as relações de poder e de conflitos. Nas capelas o culto é dominical, sendo um final semana por mês reservado à missa.

A prática de esportes é uma das prioridades da Crabi para os reassentamentos. Torneios de futebol masculino e femininos são organizados a cada ano entre times de futebol suíço (futebol disputado em campo de grama entre times formados por sete jogadores) e torneios de bocha. Cada comunidade possui um campo de futebol suíço e, em algumas, também de futebol de campo. Além disso, há cancha de futebol de salão, que também serve para a prática do basquete e voleibol, e há ainda, uma cancha de bocha. Estes espaços têm estimulado a participação de crianças, jovens e idosos, na prática de espores. Os bailes nos salões comunitários, realizados com freqüência, são lembrados nas entrevistas como uma das atividades mais importantes de diversão.

A televisão também tornou-se uma forma de “passatempo”, sobretudo nos fins de semana. A percepção de mudanças nos hábitos e costumes, decorrentes da influência da televisão, evidencia-se, por exemplo, no modo de vestir, sobretudo da população jovem. Alguns jovens reclamam de que o hábito da televisão tem implicado na ociosidade das canchas de salão e quadras de vôlei na medida em que não se consegue organizar times para a prática de tais esportes.

A cada ano, os assentado realizam uma mostra cultural sobre um tema relacionado Às suas lutas, aos movimentos sociais do campo, agricultura familiar, entre outros. A gincana surgiu pela iniciativa dos jovens, em 1999. Mas, hoje, participam dela crianças, jovens e adultos de todas as idades. Em 2001 o tema escolhido foi “Movimentos

Sociais no Campo". A Mostra compõe-se de quatro atividades: a confecção de cartas sobre o tema, a produção de poesias, de músicas e teatro, sobre o tema da mostra. Neste ano, precedendo o evento, foram realizadas oficinas em todas as comunidades. A primeira versou sobre o tema da mostra, seguida das oficinas práticas de artes plásticas, música e canto e teatro. Os melhores cartazes foram reunidos em uma exposição de lançamento do evento, bem como deram forma ao cartaz de divulgação.

A comunidade explicita-se também como representação: a organização da comunidade, fundada em valores cristãos tradicionais, constitui forma de compensar a ausência da apropriação comum/coletiva da terra, do que é produzido, e das práticas de trabalho em conjunto.

Capítulo IV

RECIPROCIDADES, VALORES E CONFLITOS

Os Desencontros nas Experiências de Cooperação

Na vida cotidiana dos assentamentos rurais estudados, como se pôde verificar no capítulo anterior, encontram-se expectativas herdadas, e novos significados na relação que restabeleceu o vínculo entre a terra e os trabalhadores no fazer-se dos movimentos de resistência. Nas representações dos assentados nas entrevistas, as quais têm por objeto a organização da terra, do trabalho e da vida social, evidenciam-se fragmentos de tradições e valores do modo de vida dos colonos e dos caboclos no Sul do País. Ao mesmo tempo, revelam-se novas referências político-culturais externas à sua cultura. Essas informam a tessitura de iniciativas socioeconômicas com vistas à permanência no campo. A representação social *assentamento* é referida tanto a um sentimento de localidade como a valores e práticas políticas, formas de solidariedade e cooperação, compartilhadas, e de interesses divergentes. Observou-se, permeando a vida cotidiana, numa parte dos assentados, o sentimento político de pertencimento a uma coletividade organizada (MST e Crabi) tecida no processo da luta pela terra, nos confrontos com os interesses de outras classes sociais.

Desde fins da década de 1970, o MST vem se fazendo como sujeito coletivo que luta pela terra e pela reforma agrária. Para o movimento, o assentamento representa a continuidade do "mundo encantado da luta", tecido no fazer-se dos acampamentos, ocupações de terra e manifestações públicas coletivas. Como mostra Fernandes, a luta pela terra consubstancia a territorialização do movimento. O assentamento constitui uma fração subtraída do território em poder do capital "na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do movimento"[548]. Ao conjunto mais amplo dessas conquistas denomina-se *territorialização do movimento*. Cada assentamento conquistado "passa a ser trabalhado pelos Sem Terra

548 - FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 242.

e representa a possibilidade da reconstrução do território camponês"[549]. Ao mesmo tempo, amplia a possibilidade de outras conquistas. Esta perspectiva materializa-se nas práticas do cooperativismo, sobretudo de coletivismo, vistas como instrumentos que podem viabilizar economicamente os assentamentos e, por conseguinte, de legitimar e de tecer a luta pela reforma agrária.

Assim, o MST se diferencia, em certa medida, do MAB. Para este último, a territorialização tem certos limites. Conquistado o reassentamento dos agricultores atingidos, a luta pela terra de certo modo se esgota. O movimento não vislumbra imediatamente uma nova conquista. Ela ocorre toda vez que uma nova UHE começa a ser projetada e executada em determinado lugar. Nesse momento, as experiências anteriores, de atingidos e dos sem-terra no MST, e a própria memória dos processos de exclusão vividos, fornecem substrato para a nova luta. Tecidas em diversos estados, desde fins da década de 70, essas experiências possibilitaram uma rede de troca de experiências entre atingidos por UHEs, trabalhadores sem-terra no MST, assentados do MST e reassentados do MAB. Cada reassentamento de pequenos agricultores, arrendatários, meeiros, posseiros, atingidos constitui uma fração subtraída do Estado ou do capital. O Reassentamento São Francisco de Assis é exemplo. Numa antiga fazenda, de um único proprietário, foram assentadas 244 famílias. Assim, se, de um lado, há um certo limite à territorialização do MAB enquanto movimento, de outro lado, suas conquistas ampliam a territorialização da luta pela terra ao desconcentrar a propriedade fundiária e revertê-la à gestão e controle da unidade produtiva familiar. Neste contexto, novas necessidades se impõem e formas associativas e cooperativas são elaboradas para viabilizar a permanência no campo. Ao mesmo tempo, parte das lideranças da Crabi vê a necessidade de articular-se com outros movimentos sociais, notadamente com o MST, para a continuidade da luta da terra como condição para a própria permanência no campo.

Que o assentamento significa um campo de experimentação de estratégias socioecômicas e políticas, parece fora de dúvida. Distintas formas socioculturais e políticas, de organização da terra e do trabalho, interpenetram-se na vida cotidiana. Formas de solidariedade e cooperação aglutinam grupos de sujeitos a partir de diferentes dimensões do social que se entrecruzam. O cooperativismo agrícola desenvolveu-se nos assentamentos a partir de uma preocupação econômica. Todavia,

---

549 - SIMONETTI, Mirian C. L. *A longa caminhada.* A (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo: USP, 1999. Tese. p. 70.

para além deste objetivo, outras motivações e concepções político-ideológicas orientaram a escolha das formas organizacionais, com vistas à formação de "novas comunidades" e ou à continuidade da luta pela terra e mudanças na estrutura da sociedade brasileira.

Os casos estudados demonstram que essas formas foram interpretadas pelas famílias em suas próprias referências culturais e vividas de distintas maneiras. Essas formas não são imunes às tensões e conflitos. Sua imposição, como se verá mais adiante, engendra divergências entre as famílias que delas participam com as demais, a exemplo do que se verificou no Projeto Vitória, com a polaridade entre assentados e as lideranças. Os conflitos, permeados por discussões políticas e econômicas, engendraram obstáculos para a convivência, evidenciados nas rixas entre vizinhos, em brigas nas festas da comunidade e até mesmo em agressões fisicas. No Projeto Vitória, a organização individual da terra e do trabalho prevaleceu no fazer-se de diferentes experiências de cooperação agrícola.

No MST, a perspectiva de continuidade da luta materializou-se na ênfase na coletivização da terra e do trabalho. O objetivo era agregar os assentados em cooperativas modernas, com utilização de técnicas racionais de produção, e construir, na prática, elementos para a realização da utopia socialista. Nestes termos privilegiou-se a formação de cooperativas de produção agropecuária (CPA). No Assentamento Terra Livre, com a criação da cooperativa agropecuária (Coopcal), o sentido de comunidade foi ressignificado ao romper-se com a apropriação individual da terra e criar-se uma forma coletiva. Na vida cotidiana, a exemplo do que ocorreu na fase do acampamento, os interesses coletivos se sobrepuseram aos interesses individuais. Na forma de agrovila, a comunidade adquire nova forma e conteúdo na medida em que relações de vizinhança, parentesco e solidariedade foram (re)criadas e fez com que o assentamento fosse visto pelas lideranças do MST como território de resistência política e de construção da comunidade socialista. Neste contexto, surgiram conflitos que acabaram por determinar a expulsão de famílias.

Essa configuração dos assentamentos rurais evidencia, portanto, um outro momento na luta, que se diferencia do tempo de acampamento e da ocupação. Como espaços sociais em formação, os assentamentos incluem e, ao mesmo tempo, ultrapassam a representação a eles atribuída de fração do território (base fisica de poder) subtraída do capital para fins de reforma agrária. O território também tem significação

individual e social, é espaço de relações e cultura.[550] O assentamento, como território, é lugar da produção material como de valores, de relações de poder e conflitos. Assim, a noção de comunidade, embora importante para compreender a vida cotidiana na forma assentamento, como já se assinalou neste trabalho, não dá conta das suas contradições. O termo *comunidade* seguido da expressão *de interesses* mostrou-se mais rico. Ela indica uma polissemia de posições, práticas e representações. Desse modo, foi possível verificar que, não obstante a fragmentação da solidariedade e dos objetivos construídos no processo da luta, as famílias passam a organizar, nos assentamentos, comunidades de interesses compartilhados e divergentes.

Todavia, a essa altura, face à configuração dos assentamentos estudados, para avançar no entendimento da vida cotidiana nestes espaços e analisar as formas de solidariedade e cooperação, trata-se de introduzir uma nova noção. A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum um feixe identificável de permanências de maior duração (de valores e tradições, entre as quais da comunidade e formas de solidariedade pretérita), e novas formas de solidariedade e cooperação (externas à trajetória das famílias que se tornaram assentados), mas também de compreender, nas suas interações e confrontos, novos *possíveis*. Tudo isso, considerado em conjunto, entendo por *ambiência*[551] - um vivido material com valores em formação, com temporalidades diversas, desencontradas e de interesses múltiplos.

Esta noção parece-me mais rica para analisar, nas páginas que se seguem, a diversidade e complexidade das formas de cooperação e associativas recorrentes nos assentamentos. O objetivo central do presente capítulo é examinar os desencontros e conflitos surgidos nessas experiências. Assim, a análise das formas de organicidade social e de solidariedade, próprias da cultura dos assentados estudados, será contraposta à análise das formas de cooperação do MST/Sistema Cooperativista dos Assentados e Crabi/MAB. Espera-se, com este procedimento, explicitar as contradições que engendraram conflitos entre assentados e lideranças e a resistência dos primeiros à propositura de novos valores e práticas agrícolas, sobretudo aos modelos de cooperação do MST. Além disso, verificar o que há de novo nas formas de cooperação experimentadas e seus possíveis.

---

550 - LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona: Península, 1976.

551 - A noção de *ambiência*, aqui empregada, inspira-se no sentido que Thompson atribuiu ao termo ao refletir sobre o costume agrário. A respeito ver, no capítulo 2, nota de rodapé n. 65.

1. Formas de Solidariedade e Resistência

As formas de solidariedade e de cooperação são mediações produzidas nas relações sociais que também, e ao mesmo tempo, as produzem. Como observa, com propriedade, Lefebvre, a forma possui um fundamento material e substancial que pode ser percebido na produção (de obras e produtos) e na *cotidianidade*, "na medida em que é produto das relações atuais de produção, bem como resultado e resíduo do conjunto das formas"[552]. Assim, historicamente constituídas, as formas contêm a existência social, revelando cada qual um conteúdo e uma função. Nos assentamentos estudados observou-se uma diversidade de formas sociais em interações, constituindo redes de sociabilidade entre as diferentes unidades familiares e relacionamentos sociais e práticas políticas para além dos seus espaços[553].

Essa tessitura manifesta-se na agregação de uma nova família no lote (dos filhos que casam ou de um parente sem-terra), fato que se verificou nos reassentamentos da Crabi e, em menor número, no Assentamento Vitória. Também se

---

552 - Cf. LEFEBVRE, *A vida cotidiana ...*, op. cit. p. 186-199.

553 - O termo *redes*, aqui empregado, não designa, como a princípio sugere, algo tecido numa cadeia em caminhos diversos sem volta. Pretende-se, no uso da expressão, referir relações interpessoais de reciprocidade. Essas relações excedem as relações de vizinhança e inserem-se em movimentos sociais organizados e destes entre si. Tais relações não seguem a simetria. A experiência social não tem planos definidos. Ela se tece no fazer-se de sujeitos reais, com paixões e sentimentos (THOMPSON, *A miséria da teoria ...*, op. cit.). Como estruturas informais ou formais, as redes sociais são vividas sempre como experiência e cultura. Não se trata de uma questão de grau, mas de complexidades e, como tal, só a análise da experiência nos poderá fazer entender seus reais significados. Nesta direção, para Scherer-Warren, as redes consubstanciam interações horizontais e práticas pouco formalizadas ou institucionalizadas entre as organizações da sociedade civil, grupos e atores informais. Tais formações consubstanciam a existência de conflitos e de laços de solidariedade, bem como de perspectivas políticas ou culturais compartilhadas, de valores e identidades coletivas. Em suma, "*trata-se de considerar tanto a utopia de democratização subjacente à idéia de "redes de movimentos", como a possibilidade de conectar espaços e tempos históricos diversificados*" (SHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 36.). Desse modo, utilizo o termo para referir as práticas de solidariedade, de vizinhança e comunitárias, entre os assentados. Parte desses assentados, que como os demais lutaram pela terra em movimentos sociais, no MST e na Crabi/MAB, continuam ligados a eles. Estes se entrecruzam através da troca de experiências de luta pela terra e permanência nela. Tal entrelaçamento verifica-se, de modo bastante rico, entre as lideranças da Crabi/MAB e o MST (nos cursos de formação do MST participam lideranças da Crabi e lideranças do MST do Paraná, freqüentemente, são convidados a atuar em encontros de formação da Crabi; em manifestações públicas conjuntas, entre outras, bloqueio nos pedágios e até ocupações de terra). Há, de fato, uma rede de reciprocidade em construção entre estes movimentos na região em estudo. Há um Fórum das Entidades Regional - de sindicatos urbanos e de movimentos sociais do campo (MST e Crabi/MAB) em funcionamento. A partilha de experiências e ações conjuntas tem sido a tônica. Esse entrelaçamento, positivo do ponto de vista do fortalecimento das reivindicações coletivas das populações (re)assentadas no campo, possivelmente, também tem sido buscado pelas lideranças como forma de fortalecer seus propósitos políticos. Todavia, esse aspecto, com bastante evidência entre as lideranças da Crabi, trata-se de algo a ser melhor analisado. Uma das lideranças tornou-se vereador, atualmente é vice-prefeito no município de Três Barras, seu primo, atual presidente da Crabi, é cogitado como possível candidato a deputado estadual.

evidencia na recorrência de muitas famílias às tradições, retomando práticas de reciprocidade quer nas atividades produtivas (mutirões, troca de dias de serviço, empréstimo de maquinários), quer no atendimento de necessidades de várias ordens, tanto entre a vizinhança como na realização de trabalhos junto aos bens comunitários. Essa rede de solidariedade é comum a todos as famílias assentadas. A vida em comunidade foi estimulada pelos agentes de pastoral da CPT e, no caso dos reassentados, também pelas lideranças da Crabi. Ao mesmo tempo, há outras interconexões das famílias com formas de cooperação, de cunho político-econômico, elaboradas pelos mediadores.

Nos assentamentos do MST, parte das famílias incorporou a orientação do MST e da CPT. No Assentamento Vitória, as associações (propostas pelo MST/CPT/Incra), os grupos coletivos, grupos semicoletivos e uma cooperativa de comercialização, a Coara - Cooperativa de Prestação de Serviços Regional (MST), fazem parte do modo de vida daquelas famílias. No Assentamento Terra Livre, as famílias incorporaram uma forma coletiva proposta pelas lideranças do MST, a CPA (Coopcal - Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre). Entre os reassentados, as associações e a Copcaf (Cooperativa de Produção, Comercialização e Transformação), uma proposta das lideranças da Crabi.

Estas formas, de diferentes modos e intensidade, constituem tentativas de romper com o tradicional modo de produzir do camponês. Ou seja, de superar a estrutura do trabalho familiar. Mas, como se viu nos casos estudados, sobretudo no Assentamento Vitória, a maioria das famílias rejeitam as formas fechadas, principalmente as exclusivamente no coletivismo. O que elas buscam através da luta pela terra é a recriação de um modo de vida camponês, cujos fundamentos são o trabalho familiar em lotes que sejam seus e em relações de cooperação comunitárias. Não se trata de mera restauração do passado, mas de escolhas de valores. A terra, o trabalho, a família e a liberdade, são elementos importantes no universo camponês brasileiro: a terra como patrimônio da família, sobre a qual se realiza o trabalho, que constrói a família – a terra como valor de uso e não para fins mercantis[554].

Neste sentido, necessário se faz pontuar alguns elementos identificados no capítulo anterior. Nele, viu-se que as famílias do Reassentamento São Francisco de Assis e do Assentamento Vitória ocuparam lotes individuais, praticaram a agricultura

---

554 - Cf. WOORTMANN, Klass. *Com parente não se neguceia.* Op. cit., p. 21.

familiar, estando organizadas em comunidades, seguindo, em linhas gerais, a tradição cultural dos colonos do Sul do País descrita por Seyferth[555]. Elas reúnem moradores de uma determinada linha do assentamento. Sua organização e vida processam-se em função da proximidade das moradias e das relações que um conjunto de famílias estabelecem. Mas, as famílias estendem sua rede de relacionamentos sociais para fora de suas próprias comunidades e mantêm contatos com moradores de outras comunidades dos (re)assentamentos e, para além destes, com o urbano.

A organização do trabalho constitui a esfera principal das relações sociais, exercendo influência na vida de homens e mulheres no espaço privado e comunitário. Os lotes (espaços ao mesmo tempo de habitação e de produção) distribuídos ao longo das linhas, associados a espaços e edificações de uso comum, como a igreja, a bodega, o campo de futebol, a cancha de bocha, o salão de festas, a escola, e a práticas de solidariedade familiar e de vizinhança, constituem a materialização de redes de sociabilidade consubstanciando na existência das comunidades. A escolha do lugar da igreja (capela), local onde também, comumente, é construída a escola e o salão de festas e o cemitério, em geral é o mais central da linha.

Ser assentado (colono/agricultor) é conviver em um espaço onde se conta com a reciprocidade e a solidariedade comunitária de outras famílias. Apesar das heterogeneidades marcadas pelas etnias, modos de vida e trajetórias diversas, todas as famílias têm em comum contextos e situações de vida anterior, nas quais, ao se confrontarem com as necessidades de sua existência, formularam seus próprios valores e lutaram pela terra como condição para defender seu modo de vida. O mesmo espaço que abriga a comunidade é percebido pelos assentados não apenas como um lugar da reciprocidade e solidariedade, mas igualmente como o espaço onde homens, mulheres, crianças e idosos se (re)conhecem e, não raras vezes, ali resolvem seus conflitos.

Entre os atingidos pela UHE de Salto Caxias, a defesa da reinvenção do comunitário se expressa em acordo firmado com a Copel. O esforço da Crabi, já no processo da luta, foi o de reorganizar as comunidades rurais atingidas em um novo lugar (reassentamentos). Havia um forte senso entre as famílias no sentido de minimizar ao máximo os efeitos do desenraizamento. Uma parte das famílias defendeu enfaticamente o reassentamento no mesmo ambiente natural, próximo do Rio Iguaçu, em terras não alagadas pela usina. Desta posição resultaram os Reassentamentos Boa Esperança e

555 - SEYFERTH, *Imigração e cultura ...*, op. cit.

Nova Prata, respectivamente nos municípios dos mesmos nomes, com 26 famílias e 32 famílias. Na sua maioria, são reconhecidas pelas lideranças da Crabi como famílias com modo de vida caboclo, pois sua relação com a terra teria em vista apenas subsistência. Por isso, são vistas como "*sem ambição*", para as quais a pescaria no Rio Iguaçu e à caça fariam parte da sua vida cotidiana, atividades que entremeavam, antes do reassentamento, os trabalhos temporários nas fazendas. Na atividade agrícola, essas famílias praticavam técnicas agrícolas tradicionais, porém com o reassentamento incorporaram a mecanização da produção, mas não teriam o mesmo cuidado nos cultivos como o colono teuto e ítalo-brasileiro. Os caboclos são, assim, representados como aqueles que "*não têm a cultura de trabalhar e administrar*".[556] Depreende-se, nesta visão, a reprodução discursiva discriminatória do caboclo como de baixo nível sociocultural e portador de um certa incapacidade para o trabalho. Observe-se que as lideranças da Crabi também são reassentadas, o que evidencia a referida discriminação entre os próprios reassentados. A localização tornou-os distantes dos demais reassentamentos localizados na região Oeste7. A posição das lideranças era a de constituí-los uns próximos dos outros, em terras de qualidade e organizados em comunidades.

Conquistada a terra, as ações da comissão pautaram-se pela execução deste projeto. A reconstrução obedeceu ao desejo das famílias de ficarem próximas aos seus vizinhos e parentes, segundo situação anterior ao reassentamento. Cada comunidade foi dotada de espaços sociais que lhe dão configuração como tal: a igreja, o salão comunitário, a cancha de bocha, o campo de futebol. A infra-estrutura é bem superior àquela que existia nas comunidades atingidas. Ao mesmo tempo, a Crabi desencadeou ações de organização das famílias para a luta pela permanência na terra. Isto se fez conjugado ao esforço de construção da identidade política das famílias, como reassentados articulados no Movimento dos Atingidos por Barragens.

Todavia, o projeto de reconstrução das comunidades não devolveu o mesmo espaço, as relações, a sociabilidade e o mesmo vínculo com a terra de outrora, aos trabalhadores. E o projeto de uma nova comunidade ainda não se realizou. Ao mesmo tempo, nem todos os reassentados reconhecem-se na Crabi (segundo uma das lideranças, 70% mantêm identidade com a Crabi, 30% ainda não se reconhecem[557]) e a maior parte dos entrevistados não evidenciou, em suas falas, qualquer referência de

---

556 - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

557 - SVIFTALSKI, Lucindo. *Entrevista*. Cascavel, Sede da Crabi, 21 de dezembro de 2000.

identidade com o MAB, não se vêem como alguém que dele faz parte. Assim, valendo-me das reflexões de Bergamasco e Ferrante, está-se diante de um processo histórico novo,

> ... significando a reconstrução a partir de fragmentos culturais de resistência, porém integrados a uma realidade conquistada a partir da luta, o que supõe uma identidade como resultado da prática (no sentido da práxis). A posse da terra não devolveu a totalidade de antes, e jamais poderá fazê-lo. No entanto, ele não pode remover seu vivido. Ao se tornar desenraizado, este trabalhador perdeu seus valores culturais, valores não repostos pela posse da terra. O processo de desenraizamento não tem resultados uniformes, podendo ser acompanhado de um movimento de reenraizamento.[558]

Neste sentido, a expropriação das famílias pela construção de uma moderna usina, por uma empresa estatal (Copel), para o desenvolvimento do capitalismo, determinou a ruptura das relações das famílias atingidas (de vizinhança, de comércio com os cerealistas, com empresas de insumos e de gêneros alimentícios, e relações de trabalho - entre estas, a dos peões de fazenda, altamente exploradora e de dominação, a do arrendamento e a da parceria.) e se realizou com a conquista da terra na forma reassentamento. Neste movimento contraditório do social engendrou-se, de certo modo, aquilo que Duglas Monteiro chama de "*a crise de desencantamento*"[559].

A vida em um novo lugar exigiu relações com outros comerciantes, com bancos, entidades e representantes religiosos, com agências governamentais de assistência técnica, entre outras. Exigiu a celebração de contratos, realização de empréstimos, investimentos em técnicas modernas na produção familiar, práticas não habituais à maioria das famílias. A estrutura comunitária reconstruída, não nos mesmos termos da anterior ao reassentamento, é regressiva. Não como mero retorno ao passado, mas é buscada como forma de organizar a vida num novo ambiente e dar sentido à existência. Esse modelo de organização da vida social e religiosa, tradição dos colonos no Sul do País, não rompe com a apropriação familiar da terra, ao contrário, garante a realização da utopia da propriedade familiar individual. Não obstante a maioria das famílias atingidas nunca havia sido, até o momento do reassentamento, proprietária de um pedaço de chão, tal utopia manteve-se viva na sua memória. Neste sentido, as experiências cotidianas do Assentamento Vitória e dos reassentamentos da Crabi evidenciam, nas falas e práticas dos assentados, um desejo semelhante: possuir um lote para trabalhar com a família.

---

558 - BERGAMASCO & FERRANTE, *Assentamentos rurais: caminhos e desafios...,* op. cit., p. 188.

559 - Cf. MONTEIRO, *Os errantes do novo século*. Op. cit.

Em ambos os assentamentos, a troca de dias de serviço e a troca de alimentos, o mutirão, a roça comunitária foram experimentadas. Com o passar dos anos, a roça comunitária foi abandonada e a prática das outras formas diminuiu consideravelmente. Observa-se entre os (re)assentados, a exemplo do que Neusa Bloemer atribuiu aos colonos e brasileiros (caboclos) nos Campos de Lages, que, "em tempos 'normais' de reprodução social, ser camponês é continuar gerindo e produzindo sua vida nos limites de cada grupo doméstico e buscando e recebendo ajuda de outros membros da comunidade, em momentos difíceis. É compartilhar, quando necessário, o trabalho, mas também o divertimento e a festa sempre que possível."[560] Não houve entrevistado, nos três casos estudados, que não dissesse ter ouvido falar, conhecer ou ter experimentado, em algum momento, no assentamento e ou em tempo anterior a este, a troca de dias de serviço, o mutirão e a roça comunitária (esta geralmente referida entre eles como roça coletiva). Atualmente, em ambos os assentamentos, o mutirão, quando utilizado, é para a realização de melhorias na capela, escola, preparação de festas da comunidade.

O mutirão é uma forma de solidariedade, de trabalho conjunto tradicional, sendo localizado historicamente nos mais diversos pontos do País. No *grupo de vizinhança* dos bairros rurais, descritos por Antônio Cândido, o mutirão era uma entre outras formas de solidariedade (a retribuição em trabalho, retribuição em espécie, troca de serviço, trabalho coletivo). Essas formas produziam "uma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional."[561] No Rio Grande do Sul, o mutirão foi observado entre os caboclos gaúchos por Barbosa Lessa, em História de Chimarrão:

> Ao pôr-do-sol, concluem com o puxirão e se dirigem ao paiol, onde os espera uma lauta ceia com bebidas alcóolicas e um caramanchão ornado de muitas moças, para o fandango, acompanhado de canto em dueto de melodias melancólicas usadas pelos sertanejos... Findo este puxirão, outro ervateiro fará o chamado geral, para que os companheiros venham auxiliá-lo no arroteamento do solo. E assim prosseguem os caboclos rio-grandenses servindo-se uns aos outros até que os trabalhos da agricultura se concluam, cedendo lugar, novamente, à labuta nos ervais...[562]

Giralda Seyferth[563] observou que a solidariedade familiar e de vizinhança, através da qual trabalhos coletivos da comunidade (construção de capelas,

---

560 - BLOEMER, *Brava gente brasileira*. Op. cit., p. 254.

561 - CANDIDO, *Os parceiros do Rio Bonito*. Op. cit., p. 68.

562 - LESSA, Barbosa. História de chimarão, 2. ed. Porto Alegre s/d. p. 41. Apud: ABRAMOVAY, *Transformações na vida camponesa*. Op. cit., p. 28.

563 - SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional* - nº 52. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1985.

escolas, conserto de estradas) ou numa unidade familiar (construção de casas, abate de animais), e outras formas de ajuda mútua (troca de dia de serviço), eram expressões importantes da organização social da colônia dos imigrantes europeus no Sul do País. Aliás, esses emigraram de seus países com o desejo tácito de se tornarem proprietários de terra em nosso País. Esta perspectiva não se realizou para a maioria dos seus descendentes, não obstante as sucessivas migrações internas empreendidas por eles. Através da luta em movimentos sociais organizados, milhares deles se reencontraram com a terra e procuraram recriar seu modo de vida.

Entretanto, como se verá ao logo deste capítulo, esse modo de vida dá-se em novas bases face à incorporação/recriação de novos saberes nas experiências anteriores vividas, a necessidade de inserção no mercado e às condições de produção. A própria organização produtiva no lote não oferece as mesmas possibilidades de outrora, o que exige do assentado novas articulações, como a produção de mercadorias não só na *roça*, mas no espaço doméstico, como geléias, conservas e queijos, em articulação com a produção para a subsistência, bem como a recriação dos espaços no interior dos lotes. Vamos a um exemplo. O *mato* trata-se de uma área de cobertura vegetal original. Os caboclos extraíam dela a *madeira*, as *estacas* para o cercado da roça e a *lenha*. Com a chegada dos colonos (na primeira metade do século XX), os caboclos, a exemplo deles, premidos, cercaram os animais. O espaço ocupado pelo *mato* tornou-se cada vez mais restrito. Nos assentamentos, em cada lote existe uma área bastante restrita de *mato* em função do pequeno tamanho dos lotes, chamado de *reserva* (segundo legislação deve ser área não inferior a 20% da área total do lote). Também o rodízio de terras de *roça*, praticado por caboclos e colonos, no interior do lote não existe mais. As terras tornadas "fracas" pelo cultivo são transformadas em pastagens ou "corrigidas", na maioria das vezes, com adubos químicos.[564] Numa outra direção, há que se considerar as relações de sociabilidade.

Em capítulo anterior, vimos que a ajuda mútua, o trabalho de mutirão, ocupa lugar de destaque no modo de vida do caboclo no sudoeste do Paraná, na fase de ocupação do território. Como observa Abramovay[565], o "pixirão", expressão mais utilizada entre os caboclos, era uma relação social própria do modo de vida caboclo. O "pixirão" também foi utilizado por colonos ítalo-brasileiros que migraram para o Sudoeste e Oeste do Paraná, a partir dos anos 40, sobretudo durante o período da colonização.

---

564 - A articulação entre diferentes espaços, de forma a revelar o *sítio* como um *sistema* foi estudado por WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. In: Anuário Antropológico n. 81. Rio de Janeiro, 1983.

Entre os colonos de origem italiana esta forma de trabalho é mais conhecida como "mutirão", a expressão "puxirão" também era utilizada. Mas, entre os colonos teutos e ítalo-brasileiros era mais utilizada na construção de casas, paióis, igrejas, escolas, estradas. A maior parte dos migrantes não adotou esta forma de trabalho na atividade agrícola. A troca de dias de serviço é mais comum.

Essa questão elucida-se na medida em que se retoma a análise do Capítulo I, sobre a expansão territorial do capital com a constituição das relações de mercado no Sudoeste e Oeste do Paraná, a partir da apropriação privada da terra e sua transformação, bem como dos produtos nela cultivados, em mercadoria. Recorde-se que o projeto de colonização oficial "Marcha para o Oeste" ocorre sob o discurso do moderno, consagrando o colono migrante descendente de europeus como o tipo humano a realizar a colonização. Neste contexto, a reciprocidade entre sujeitos diferentes (entre o colono e o comerciante de terra, entre o colono e o cerealista, o fazendeiro e seus empregados, etc.), mediada pela mercadoria, se estabelece através da forma contratual (verbal ou documentada). Como nos mostra Lefebvre, tendo como substrato a análise de Karl Marx, a forma (neste caso, a forma contratual e o dinheiro), ao se fetichizar como mercadoria, encerra em si mesma uma contradição: normatiza uma igualdade formal entre sujeitos, ocultando uma desigualdade real.[566]

Para Marx, na sociedade burguesa a mercadoria se autonomiza como coisa e, ao mesmo tempo, dissimula as relações entre os produtores e o caráter social dos trabalhos privados. As heterogeneidades dos produtos do trabalho humanas são eliminadas na troca como relação de igualdade abstrata. Ora, "pixirão" ou "puxirão" é uma troca que (por oposição às relações decorrentes entre as mercadorias) ocorre como "relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos"[567]. Assim, conclui que o mutirão configura uma troca entre sujeitos que, não obstante seja regulada pelo emprego de trabalho, não é mediatizada pela mercadoria. Ela consubstancia ajuda, prestação comunitária.

> Da mesma forma que o uso comum da terra, o mundo da mercadoria repudia o uso do trabalho comum - a menos que o trabalho se transforme numa mercadoria e sirva para produzir mais-valia. Ora, ao contrário do colono descendente de europeus, o caboclo não existia socialmente enquanto produtor de mercadorias, suas relações sociais com os

---

565 - ABRAMOVAY, *Transformações na vida camponesa.* Op. cit., p. 30.

566 - Cf. LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia.* Op. cit., p. 97; 235.

567 - Ao contrário, para os produtores de mercadorias, as relações entre seus trabalhos consubstanciam "relações sociais entre coisas" (MARX, Karl. O capital, livro I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971. p. 82-84. Apud.: ABRAMOVAY, *Transformações na vida camponesa.* Op. cit. p. 30.

> outros homens não passavam fundamentalmente pela necessidade de vender e comprar.[568]

Em assim sendo, como observou Martins[569], a roça e outras formas comunitárias de produção, de trabalho e vida, não podem ser confundidas com socialismo. Ao mesmo tempo, estas, entre outras formas coletivas de trabalho, ressurgidas entre a segunda metade dos anos de 1970 e início dos anos 1980, não se tratam de arcaísmos condenados ao desaparecimento. Tais formas seriam engendradas no movimento histórico contraditório (contraditório porque é anti-social), do capital. Nessa dimensão, já mencionada no Capítulo II, elas são introduzidas pelo PCB, durante os anos 50, em Porecatu, Paraná, e Trombas e Formoso, em Goiás, como forma de enfrentamento político.

> Assim como a greve do operário não é socialismo, a roça comunitária do posseiro não é socialismo – e nem uma nem outra são a negação do socialismo. Não ver assim é, parece-me, enxergar demais e compreender de menos. É procurar os *resultados* da luta social na própria luta e esquecer de que ela, como é o caso dos trabalhos comunitários, é o recurso, o meio, o instrumento – a expressão de que há contradições cuja superação se busca.[570]

Nesta direção, a meu ver, deve-se compreender por que a ajuda mútua, a roça comunitária e o mutirão são mais utilizados na terra ocupada e nos primeiros anos de assentamento. Vimos, no Capítulo II, que a ajuda mútua, a organização de comissões, o preparo e plantio coletivo da terra, para além da necessidade de construção coletiva nos acampamentos, para além da resistência na terra ocupada, representa para os sem-terra uma estratégia de sobrevivência. Nos assentamentos estudados, a exemplo do que se observou nos acampamentos, a roça comunitária, o mutirão e a troca de dias de serviço foram adotados em momentos nos quais as necessidades materiais da vida eram extremamente precárias. Nesses momentos, a solidariedade entre a vizinhança, a ajuda mútua, se manifestam como dimensões da cultura camponesa. Seu objetivo imediato não é a produção de gêneros alimentícios para serem comercializados. Mesmo quando comercializados, os produtos da roça comunitária, por exemplo, se destinam à manutenção das famílias dos trabalhadores.

Nos três assentamentos estudados, a roça comunitária foi a forma de trabalho em conjunto utilizada no primeiro ano na nova terra. Assim também ocorreu no

---

568 - ABRAMOVAY, ibid.

569 - MARTINS, Prefácio. In: ESTERCI, *Cooperativismo e coletivização ...*, op. cit., p. 11-12.

570 - Id. ibid.

Assentamento Vitória. As famílias ainda não ocupavam seus lotes, estes ainda não haviam sido demarcados, quando se dividiram em grupos, escolheram a área mecanizada e cultivaram coletivamente apenas parte dela, pois faltou semente. A colheita foi dividida em igual proporção entre as famílias envolvidas.

> Ali foi feito da seguinte forma: foi feita toda a lavoura em conjunto, foi conseguido trator pra tombar a terra e daí, depois, o que estava feito foi medido. Foi medida toda a área e depois foi dividido o lote de lavoura. Daí cada um colheu o seu, porque antes da colheita já foi tudo dividido.[571]
>
> Foi medido o que era mecanizado, dividido por família, eu lembro muito bem que nós pegamos (...) quatrocentos mt², depois faltou semente. Foi preparada toda terra, não conseguimos semente, daí ficou uma parte. O que foi plantado foi dividido. Eu lembro que deu um pedacinho dois mil e poucos mt², ficou muita área sem plantar porque faltou semente.[572]

No que se refere à troca de dias de serviço, uma família ou alguns de seus membros auxiliam outra em alguma atividade que requer rapidez na execução e ou maior número de trabalhadores do que os membros da família que requisitou ajuda. Esta última contrai uma dívida moral não formal, algumas vezes expressa verbalmente: deverá retribuir força de trabalho similar à recebida, como indica o excerto abaixo:

> Então, quando o meu feijão estava bom pra arrancar, o do meu parente, do vizinho, não, "vamos lá colher o meu, depois, na hora que o teu tiver bom, colhemos".[573]

Esta forma de "ajuda" articula práticas e valores que podem ser referidas como inerentes a uma *economia moral* camponesa. Um senso de justiça norteia a concepção de relação de troca da força de trabalho nestas formas de reciprocidade entre os assentados. Mesmo com graus variados de inserção e subordinação ao mercado, eles se orientam nessas formas de solidariedade por valores morais costumeiros, em confronto com a desigualdade da relação de troca na economia capitalista. Essa dimensão também perpassa outras práticas de solidariedade entre a vizinhança.

> Na época em que (...) nós matava um leitão, um porco grande, nós tinha onze vizinhos e repartia a carne com os onze. Sabe, você mandava um pedaço pra cada um e tinha aquela carne igual. Quando você menos esperava, quando já não tinha mais carne, aí você recebia. Era gostoso. O que sobrava a gente fritava e tacava na banha. Hoje, já taca tudo no congelador, não é mais assim.[574]

---

571 - RIBEIRO, Leopoldo. *Entrevista*. Citada.

572 - GODOI, Santo. *Entrevista*. Citada.

573 - FRANZ, Orli. *Entrevista*. Lindoeste, 23 de novembro e 2000.

574 - FRANZ, Cleuza. *Entrevista*. Lindoeste, 23 de novembro e 2000.

Quanto ao mutirão, trata-se de uma forma de trabalho coletivo e voluntário, que ocorre, via de regra, no pico de alguma atividade agrícola. Ela se constitui numa forma de realizar com rapidez o trabalho, para o qual os membros de determinada família não dispõem de toda a força de trabalho necessária. Esta forma de solidariedade promove integração e união entre as pessoas. Nos primeiros anos de organização dos assentamentos e nas ocupações, momentos em que as dificuldades são maiores para o cultivo da terra, o mutirão e a roça comunitária têm sido a forma de trabalho mais usada. No Assentamento Vitória, a realização do mutirão, assim como a troca de dias de serviço e outras formas de ajuda mútua, era freqüente, sobretudo no interior dos grupos de famílias vizinhas ou associações. Estas últimas foram criadas pela intervenção da CPT e MST e pela própria imposição do Estado.

> ... nós plantamos o milho, semente Cargil, a semente (...) e era tudo no mutirão. As pessoas não se davam conta, mas era totalmente um trabalho coletivo. Por exemplo, era plantado o milho numa época, diferente um do outro: o pai plantava mais cedo, o vizinho plantava um pouquinho mais tarde, então quando apurava o serviço aqui, a vizinhança vinha, era dois, três dias, acabava. Daí terminava aqui e passava pro outro. Então, é uma coisa muito interessante. Aqui em cima mesmo, nós, em oito famílias da associação, fazíamos isso.[575]

Como na troca de dia de serviço, no mutirão não existe relação contratual do trabalho coletivo. Há, sim, ajuda mútua e compromisso moral de retribuir a solidariedade recebida e expectativa de reciprocidade. Na relação contratual formal do assalariamento ou informal (do bóia-fria) há uma desigualdade social que se materializa na mais-valia. “Não há troca de trabalhos e, sim, pagamento: os termos da troca são diferentes, assim como são diferentes os seus agentes sociais. Entre “pobres”, ao contrário, os termos da troca são equivalentes, trabalho contra trabalho. É uma troca que exprime a unidade comunitária dos membros que dela participam.”[576]

Nesta direção, possivelmente, a associação, ao mesmo tempo em que constituiu uma forma de aglutinação em torno de interesses comuns e é estimuladora do trabalho em conjunto, algumas vezes pode ter funcionado em sentido contrário. A fim de matizar o que acabo de afirmar, recorro a um exemplo observado no Assentamento Vitória. Um grupo de vizinhos resolveu comprar um trator em conjunto. A máquina substituiu a necessidade de o grupo reunir-se para dar conta de uma determinada atividade, como a de preparar o solo para a semeadura. Além disso, em algumas associações um dos membros era escolhido para manobrar o trator. Fazia-se, então,

---

575 - GODOI, Santo. *Entrevista*. Citada.

576 - ABRAMOVAY, *Transformações na vida camponesa ...*, op. cit., p. 29.

necessário o pagamento das horas que trabalhava pelas outras famílias. A reciprocidade já não mais é mediada pelo compromisso moral de retribuir à solidariedade. Há uma desigualdade que se instaura no pagamento das horas trabalhadas para outro. O mesmo ocorre quando as associações de máquinas (de trator, colheitadeira, farinheira, serraria ...) prestam serviços para outros assentados.

Para além da reciprocidade de trabalho, o mutirão também é festa sempre que possível. O trabalho, em geral, é realizado de forma descontraída. Piadas, brincadeiras, cantos e versos, entremeiam o trabalho. Homens e mulheres executam o trabalho na roça. Aos que participam do mutirão, via de regra, o beneficiado fornece alimentação. Entretanto, nos anos iniciais de um assentamento, a comida é pouca. Há dias, até mesmo semanas, em que a refeição se resume a chimarão e bolinhos de água e farinha. Diante da carência, cada participante traz sua alimentação. Quando há condições materiais, o mutirão quase sempre induz a atividades festivas.

> Daí, de repente numa conversa, assim, lá na roça: "bem que a gente podia cantar, a gente podia fazer uma dança". Isso não dava outra. Quem tinha que ir embora arrumar pra nós ia e o resto ficava terminando lá na roça. E aí, pertinho da noite, matava um leitão ou assava uma carne. Depois comia e amanhecia dançando no chão batido. Um vez foi lá no Leopoldo, ele fez uma brincadeira, dançamos em redor do fogo, de vim pra casa só de manhã. Não sentia cansaço.[577]

Por conseguinte, o mutirão pressupõe fortes elementos de subjetividade e de ritos de realização. A troca de trabalho é uma celebração, como apontou Antonio Candido[578]. O mutirão, em geral, é marcado pelo trabalho em conjunto seguido pela celebração (festa). Élio Duarte, num estudo sobre as manifestações camponesas contemporâneas em Goiás[579], descreveu um ritual praticado nos mutirões no Projeto de Assentamento São Carlos, no Estado de Goiás. Segundo ele, a leitura da Bíblia marca o início do mutirão. Os homens desenvolvem o trabalho na roça, enquanto as mulheres preparam a refeição. Um grupo restrito de homens executa a limpeza nos arredores da casa e constrói a barraca onde se realizará a festa à noite. Cantos, piadas, brincadeiras, marcam esse momento de encontro da vizinhança. Terminado o trabalho, todos se reúnem na casa do beneficiado para fazer a escolha do próximo a usufruir do mutirão. A escolha ocorre mediante uma cerimônia da passagem da "garrafa florida" ou "galho florido" (uma garrafa de pinga, enfeitada com um galho florido, simbolizando o mutirão). A escolha é feita pelo "dono" do mutirão. Mas, quando de seus vizinhos mais de um

---

577 - FRANZ, Cleuza. *Entrevista*. Citada.

578 - CANDIDO, *Os parceiros do Rio Bonito*. Op. cit., p. 128.

579 - DUARTE, *Do mutirão à ocupação de terras*. Op. cit., p. 103ss.

requisita o mutirão, então a escolha é por sorteio. Leva-se também em consideração a necessidade de cada solicitante. Escolhido aquele que será beneficiado, faz-se a passagem da garrafa, mediante leitura de uma carta que a acompanha. Após a leitura, ele abre a garrafa e serve a pinga aos companheiros. Quem bebe da pinga assume participar do novo mutirão. Depois, todos vão às suas casas, preparam-se e retornam para o jantar e o baile que segue madrugada adentro.[580] Desse modo, na medida em que o mutirão se faz celebração, transcende o individual. Torna-se, pois, difícil imaginar,

> ... a troca de mercadorias celebrada comunitariamente: em primeiro lugar, ela é um ato individual, onde dois proprietários se confrontam. Além disso, são as coisas que se trocam, o caráter de igualdade dos trabalhos humanos não adquire a forma de ajuda mútua, mas dissolve-se sob a forma fetichizada do preço dos produtos. É na economia que se fundamenta sobre a produção do valor de troca que as relações entre as pessoas começam a tomar a fisionomia de relação entre coisas. É aí que a mercadoria coisifica à vontade dos homens e a relação que eles mantêm entre si.[581]

Em suma, os mutirões e as roças comunitárias são mais freqüentes no tempo de acampamento (no interior da propriedade ocupada) ou na fase inicial do assentamento, em geral quando ainda não se procedeu à divisão dos lotes pelo Incra. Isto se deve ao fato de que a relação de troca, em geral, não é mediatizada pela mercadoria. O que se impõe, neste momento, é a produção da subsistência. Para tal, os acampados/assentados recorrem às formas de solidariedade inerentes às suas tradições. Na área ocupada, numa conjuntura de luta, o trabalho em conjunto de homens e mulheres do acampamento, para além da necessidade da produção das condições materiais da vida, constitui expressão simbólica do direito dos trabalhadores do campo à terra. Mas, já está claro que o objetivo é a conquista de um lote para a família, e as entrevistas realizadas assim evidenciam. Essa questão torna-se importante, pois sendo objetivo a propriedade familiar, não fica difícil demonstrar que o modelo de cooperação, o coletivismo, do MST é completamente estranho e exterior à cultura dos assentados.

A fim de matizar a questão, recorro ao vivido no Acampamento Dorcelina Folador, no interior da Fazenda Cajati, no município de Cascavel, fruto de uma ocupação em 1999. O acampamento localiza-se próximo do Reassentamento Santa Bárbara, da Crabi. A propriedade ocupada faz divisa com este. No primeiro ano de acampamento, os sem-terra demarcaram cerca de 380 hectares e os cultivaram coletivamente. O preparo e plantio da terra na forma de "roça comunitária", para além da necessidade de construção coletiva (de ser instrumento pedagógico para desenvolver a

---

580 - Cf. id., ibid.

581 - ABRAMOVAY, *Transformações na vida camponesa*. Op. cit., p. 31.

coesão e a identidade coletiva do grupo), constitui uma estratégia de sobrevivência. Os trabalhadores estão novamente na terra, lavrando e semeando para produzir as condições materiais da existência.

A "roça comunitária", ou "coletiva" como chamam os acampados, constitui-se no trabalho em conjunto dos acampados, homens e mulheres, no preparo e plantio da terra. A produção é dividida segundo as horas trabalhadas de cada um. Para a segunda safra organizaram-se em grupos coletivos, formados por cerca de 12 famílias. E, algumas famílias preferiram plantar individualmente uma parcela de terra. As regras de funcionamento do grupo coletivo são, em linhas gerais, as mesmas das utilizadas na roça comunitária. O trabalho é em conjunto e os resultados são distribuídos segundo as horas trabalhadas. Mas, a área de plantio foi dividida segundo o número de famílias de cada grupo. Como os acampados ainda viviam numa situação de conflito e as ameaças eram constantes, os grupos e ou acampados de diferentes grupos revezavam-se na segurança. Dessa forma nenhum grupo ou acampado foi prejudicado no trabalhado e na partilha dos resultados da lavoura.

No preparo e plantio da terra contaram com a ajuda das famílias dos reassentamentos da Crabi/MAB, que lhes cederam tratores. A semente veio de paióis de vizinhos, das famílias assentadas da Crabi e do MST. O prefeito de um município vizinho, de Campo Bonito, também contribuiu. Durante os dois anos e meio de acampamento plantaram milho, batata doce, mandioca, pipoca, arroz e feijão, além de verduras. A verdura era produzida numa horta comunitária. A comissão de alimentação cuidava da horta. A retirada de verduras era feita por um dos membros de cada grupo diariamente e repartida igualmente entre as famílias. A colheita é motivo de grande orgulho para os acampados. Faz-se questão de que os visitantes vejam a plantação e levem consigo algum produto. Araídes, em uma de minhas visitas ao acampamento, presenteou-me com pipoca e batata doce. Se a fome e a falta de trabalho são dois dos principais motivos de engajamento na luta, a comida da produção própria representa o principal resultado dela. Nos assentamentos, essa valorização emerge nas manifestações festivas e comemorações familiares, onde o ponto central é sempre a comida, como se demonstrou no capítulo anterior.

Para além das questões cotidianas, discutiam no acampamento como organizar a infra-estrutura, o trabalho e a terra, no assentamento. As lideranças aos poucos foram veinculando a idéia de formarem uma agrovila, mas, ao que parece, esta idéia não encontrou muita receptividade. O acampado Darci Chaves fala de um tempo,

anterior à década de 70, em que "*vivia livre, sem ser mandado por latifundiário*". A esperança dele é conquistar o assentamento e "*chegar naquele tempo, ser dono de si mesmo*". Explica, "justamente, *cada um pegar um pedaço de terra pra si, trabalhar com a família sossegado e tirar o sustento básico*. Eu acho que nós devemos respeitar o ser humano, a natureza. Daí nós vamos viver uma comunidade bonita, sadia, com bastante amizade"[582] (Itálico meu).

Nestes termos, Darci articula valores de um modo de vida alterado em face das transformações da economia rural no oeste do Paraná. Na terra a ser conquistada pretende conquistar a propriedade familiar. Ao mesmo tempo, restabelecer vínculos com a natureza e recriar relações comunitárias. Contudo, se, de um lado, a narrativa do entrevistado é regressiva no sentido de que se reporta a um tempo anterior, de outro lado, ela é prospectiva. Ou seja, ao analisar a trajetória de sua vida, constata-se que ele em nenhum momento de sua vida foi proprietário de terra. A ocupação foi adotada como último recurso para realizar tal projeto. Trabalhou como arrendatário durante 11 anos, entregando 30% da produção para o fazendeiro. Depois, o fazendeiro requisitou a área e Darci foi contratado como peão. Vislumbrada a possibilidade de mudar de vida na cidade. Para lá foi, alugou uma casa e passou a trabalhar como assalariado. Mais 11 anos se foram. Sempre aquela vidinha de pobre, conta ele. Voltou para o campo, cuidou de aviário e novamente tornou-se arrendatário. A situação era a mesma. Resolveu, então, ir para o acampamento e, com outros na mesma situação, ocupar alguma propriedade improdutiva. Assim, a narrativa do entrevistado revela o sentido do *devir*, da inserção social produtiva na terra. E, ao mesmo tempo, que a tradição "não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro"[583].

No assentamento, assim o mostram os múltiplos relatos dos casos estudados descritos no capítulo anterior, junto ao parcelamento da terra em lotes individuais, ressurge a perspectiva que os moveu por gerações à migração, aos acampamentos e às ocupações em movimentos organizados: a da propriedade privada, como condição de liberdade e autonomia. Em outros termos, o sucesso da prática das roças comunitárias é inviabilizado porque se confronta com a tradição da produção do colono assentada na apropriação privada da terra e no trabalho familiar. Na medida em que a produção familiar individual é estruturada, essas práticas diminuem, recorrendo

---

582 - CHAVES, Darci José. *Entrevista*. Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 07 ago. de 2001.
583 - WOORTMANN, *"Com parente não se neguceia"*. Op. cit. p. 11.

em momentos de maior "precisão". Soma-se, a isso, a mecanização da produção, o que diminui, sobremaneira, a necessidade da ajuda de vizinhos em alguns momentos.

As representações dos assentados mostraram que a opção da maioria é pela tradição da agricultura familiar individual, característica do modo de vida do colono. O trabalho é desenvolvido pelos seus membros. A ajuda externa é esporádica. No Sul, entre colonos teuto-brasileiros, observa Seyferth, a concepção de família está amalgamada à idéia de colônia: "o trabalho familiar quanto à propriedade da terra são extremamente valorizados"[584]. A colônia forma uma unidade de produção e consumo. Nos assentamentos estudados, a maior parte da produção é destinada ao mercado. Para os sem-terra, o assentamento significa restabelecer o vínculo com a terra nos moldes da sua tradição e realizar o ideal de propriedade privada[585], de liberdade e autonomia. Neste sentido, o fragmento seguinte é pleno de significados.

> Quando eu entrei aqui, era liderança. Eu, o Nelson, o Carlinhos, coordenava. Desde o acampamento eu era liderança. No primeiro ano nós plantamos todos juntos. Daí foi loteado. Eu fui pra cima do meu lote, fui cuidar da minha vida, eu fui trabalhar pra mim. Sai fora do Movimento, da organização. Olha, nosso objetivo nós tínhamos conseguido. Eu pensava assim: o pessoal ganhou a terra, agora vai ter que trabalhar, se sustentar, fazer a sua vida. E parte disse não, vamos fazer mais ocupação. E foram trabalhando em cima daquilo lá. Eu saí fora disso. Não me envolvi mais com ocupação, nem com reunião, organização. Fui cuidar da minha vida.[586]

Todavia, a apropriação individual privada da terra, mesmo que os assentados não recebam de imediato o título definitivo da terra (apenas recebem a concessão de uso ou título de posse), e estão impedidos de vender a terra durante o prazo de dez anos, essa é a primeira condição para a transformação da terra em mercadoria e, portanto, com ela surge a possibilidade de reconcentração da terra, momentaneamente subtraída do capital para a recriação de frações da territorialidade camponesa.

1.1. Para Além dos Lotes e Títulos Individuais

---

584 - SEYFERTH, *Herança e estrutura familiar camponesa*. Op. cit., p. 8.

585 - Sobre a luta que o pequeno produtor desenvolve, Marx afirma que ela tem como objetivo principal "*a transformação da posse de um pedaço de terra em propriedade privada e meio individual de produção*." (MARX, Karl. *O capital*, Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 887).

Não obstante o Incra não permita a venda dos lotes, a prática existe. Também a troca de lotes entre assentados de um mesmo assentamento, ou de assentamentos diferentes tem ocorrido com sua anuência. No Encontro Regional do MST na região oeste do Paraná, realizado no município de São Miguel do Iguaçu, Escola de Formação José Gomes da Silva, Assentamento José Tavares, de 22 a 24 de novembro de 2001, uma das principais questões surgidas na avaliação da realidade nos assentamentos rurais foi a de que a venda dos lotes é uma realidade e de que será preciso combater de maneira mais intensa tal prática. Constatei uma outra situação no Assentamento Vitória, qual seja a da venda da infra-estrutura existente no lote, quando o parceleiro quer deixar o assentamento. Cerca de 50% das famílias trocaram os lotes entre si ou com famílias de outros assentamentos[587], ou venderam a infra-estrutura existente nos seus lotes e se deslocaram para a cidade.

> A maioria faz lá no Incra, tem uns que não vão, vem direto pro Assentamento. Tem uns que compram, nem foi troca, foi compra mesmo, depois que está aqui dentro, ai o Incra exige essa ata. O cara vem e pede se a gente aceita assina pra ele ou não, se aceita ele na comunidade ou não. Esse dia mesmo teve dois que vieram aqui pegar assinatura. Um é conhecido meu desde quando eu era criança e o outro que é do Assentamento da Giacomet. Esse que é conhecido meu, comprou o lote. Ele tinha terra lá fora, vendeu e comprou aqui dentro. Daí o Incra resolve ficar no nome dele, daí o lote é dele. O Incra tinha uma posição e daí, em vez de bancar e segurar aquela posição, ele afrouxou. Teve uma época que ele tentou segurar, mas daí não seguro mais, porque ele já tinha dado corda, depois que abriu desandou.[588]

O processo de troca ou venda dos lotes não é legal e nem sempre ocorreu desta forma. Aliás, a exemplo do que ocorria até 1993 no Assentamento Vitória, no Projeto Terra Livre, os assentados decidiram em assembléia o ingresso de novas famílias. Um certo ritual acompanhava o ingresso: (i) apresentação da família por outra assentada, (ii) explicitação em assembléia das razões da intenção da vinda, (iii) estágio da família durante alguns dias no assentamento, (iv) decisão, em assembléia, da vinda ou não da família, (v) comunicação formal ao Incra da decisão. Já as várias atas de assembléias das comunidades, anexas ao projeto de implantação do Assentamento Vitória, dão conta de que, quando uma família pretendia ali morar, primeiro apresentava-se para os assentados, que procuravam saber das suas reais razões e interesses. Uma vez tomada à decisão (favorável ou não), a ata era enviada ao Incra para providências. Mas, nos últimos anos, em muitos casos, o Incra só tomou conhecimento

---

586 - SPEROTO, *Entrevista*. Citada.

587 - Cf. INCRA. Relatório anexo ao *Projeto de Assentamento Vitória*. Cascavel, Incra, 2001.

588 - PÉRICO, Sebastião. *Entrevista*. Lindoeste, 21 de junho de 1999.

quando a transação já havia sido consumada, informou a funcionária responsável pelo setor de assentamentos do Incra da superintendência de Cascavel.

Para o MST, não obstante aos cuidados que tem tomado, a venda dos lotes poderá acarretar reapropriaçãoes de áreas de reforma agrária pelo capital, sobretudo após titulação definitiva das mesmas. O MST, na contramão dessa possibilidade, já no seu Plano Nacional de 1989, defendeu a titulação coletiva da terra conquistada e somente depois de concluídas as etapas de implantação e consolidação previstas nos projetos de assentamento[589].

> A titulação deverá ser coletiva em nome de todos os assentados, independentemente de existirem grupos coletivos ou produtores individuais, garantindo a concessão de uso vitalício, mas que o título seja inegociável.[590]

A proposta da propriedade coletiva pelo MST está vinculada ao projeto de construção de uma nova sociedade (a socialista). Nestes termos, a propriedade e o trabalho coletivo foram pensados no interior da proposta de cooperação agrícola, que prioriza a formação de CPAs.

As discussões e ações do MST, acerca da possibilidade de reconcentração das áreas conquistadas, levaram outros movimentos sociais a também se preocuparem com a questão. A interação das lideranças da Crabi com o MST as mobilizou, no processo da luta pelo reassentamento, a buscar mecanismos para impedir, ao menos momentaneamente, a venda da terra conquistada. Neste sentido, conseguiu, no acordo com a Copel, incluir uma cláusula no documento de concessão de uso dos lotes, impedindo os assentados de vender a terra conquistada num período inferior a 17 anos. O recebimento do título está condicionado ao pagamento de dez sacos de milho por alqueire para as associações dos assentados. Apenas algumas associações já receberam integralmente. Em 2002 os títulos começaram a ser expedidos, porém alienados, durante o referido período, em favor da Copel. Mas, já há um processo de possível reconcentração, inclusive envolvendo famílias que não pagaram nada à associação.

---

589 - A intervenção do Incra nas áreas em processo de reforma agrária é: (a) pré-assentamento: compreende a imissão do Incra na posse, instalação provisória dos beneficiários e realização da demarcação e distribuição dos lotes, segundo as condições da área levantada em estudo prévio do órgão; (b) implantação: fase em que o assentamento é dotado de infra-estrutura e são desenvolvidas ações que visam à preparação da terra para a exploração agrícola, orientação sobre a administração do lote e definição do projeto de desenvolvimento do assentamento, e, os assentados começam a receber recursos; (c) consolidação: nesta fase ocorre a implantação do projeto técnico de estruturação do sistema produtivo do assentamento; (d) emancipação: corresponde à titulação uma vez satisfeitas as condições necessárias para que os assentados assumam a gestão dos bens comunitários e dos seus interesses coletivos (Cf. MIRAD/INCRA. *Política de assentamento*. Brasília, 1987.).

Famílias têm arrendado terras que ocupam (cerca de R$ 600,00 por alqueire) para outras famílias do assentamento ou mesmo para algum fazendeiro. Os relatos indicam que o valor auferido no arrendamento não é suficiente para a manutenção anual das famílias. Então, para manterem-se, buscam trabalho fora da unidade produtiva, ou emprestam dinheiro com aquele que arrendou a terra. A persistir essa situação, a dívida contraída possivelmente aumentará, levando à venda do lote para o vizinho ou para o fazendeiro. Segundo Lucindo,

> A Crabi tem feito um trabalho muito forte sobre isto e nós não estamos conseguindo segurar. O pior de tudo isso são os fazendeiros arrendando terra dentro do assentamento. Isso nos leva a temer o endividamento dos agricultores e de repente a possível venda da terra para os latifundiários novamente. E, também, arrendar terra para o vizinho. E, o próprio vizinho já está comprando dois, três alqueires. Isso já está acontecendo. Nós estamos vendo como brecar isso através do acordo, com documentos, que temos com a Copel. O nosso medo maior é do lado do latifundiário e também daquele vizinho que compra e, amanhã, se torna um novo latifundiário, e se esquece da luta, da organização e do objetivo do projeto. Em torno de 5% de famílias corre o risco de perder a terra. Arrendando já tem mais gente.[591]

Como se vê, a Crabi buscou mecanismos para a não reconcentração da terra conquistada. Mas sabem a lideranças que isso não foi o bastante. Neste âmbito passaram a elaborar a proposta de uma cooperativa de produção, comercialização e transformação (Copcaf), preservando a propriedade individual familiar. Já o MST, como coordenação, propõe o título coletivo. A partir de 1998, diante da postura adotada pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Reforma Agrária, em proceder à emancipação dos assentamentos, o MST adotou postura contrária à titulação dos assentamentos e, por conseguinte, contrária à sua emancipação. Para o movimento, trata-se de uma manobra cujo objetivo é eximir o governo federal do cumprimento de todas as etapas de implantação de um assentamento, inclusive na de infra-estrutura. Neste sentido, o assentado Dalmiro, membro da direção da Coara, acrescenta outras questões, relativas ao financiamento e às formas de utilização do fundo público, já que não há política para essas novas reinserções produtivas.

> A partir que tem título definitivo, daí tu é um pequeno agricultor, não é mais considerado um assentado. Então, esses recursos que nós temos com 50% de rebate, o custeio de R$ 2.000 e paga só R$ 1.000, isto cai tudo fora e daí nós temos que nos apegar ao Pronaf onde o juro é de 6,5%.[592]

---

590 - MST. Plano nacional. *Caderno de formação n. 17*. São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989. p. 19.

591 - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

592 - KELLMER, Dalmiro. *Entrevista*. Citada.

No IX Encontro Nacional do MST, realizado em fevereiro de 1998, em Vitória, no Espírito Santo, o MST apresentou a proposta do *título de concessão real de uso da terra*. A propositura foi a de realizar entre o Incra e o assentado novo contrato de concessão de uso da terra por um período de dez anos. Findo este prazo, a renovação poderá ser automática, desde que não haja contestação por uma das partes, ou ainda, poderá se conceder o uso da terra por tempo indeterminado. Neste caso, o benefício se estenderá para filhos e netos da família assentada.[593] Analisando esta proposta, Eliane Brenneisen chama atenção para um importante aspecto. Segundo ela, a justificativa utilizada pelo MST para a defesa da proposta, a saber, de que assim se impediria a venda da terra, "não encontra respaldo ao observar-se que a média da evasão nos assentamentos é de 20% (dados da FAO, 1992), perfeitamente dentro da média de evasão do campo". Acrescenta, ainda: "a grande maioria dos agricultores assentados possui origem rural e sua luta no MST foi a última alternativa encontrada para a sobrevivência" [594].

Portanto, observa a autora, não há evidências de que a queiram vender. Não obstante a isto, frisa que, embora a venda da terra deva ser considerada, parece não ser esta a única preocupação da direção do movimento ao propor uma nova forma de ação coletiva direta para o acesso à terra. "Se, por um lado, este novo procedimento permitiria o acesso à terra àqueles que realmente fariam uso dela para viver e trabalhar, por outro, permitiria *um controle maior* da direção do movimento sobre sua base, que ficaria muito mais à mercê das decisões desses nos assuntos que dizem respeito à organização interna do assentamento."[595] Não se trata de mera conjectura, já que a própria autora mostra a influência que a direção do MST exerce sobre técnicos do Incra e o controle que tem sobre seus próprios técnicos. Em ambos os casos, profissionais que orientam a atividade produtiva dos assentados e aprovam os seus projetos a serem encaminhados aos órgãos públicos e às agências financiadoras.

Mas há outros elementos que precisam ser agregados a essa discussão. A primeira, é preciso reconhecer que, de fato, para o MST, é primordial não permitir que a terra conquistada venha a ser reconcentrada. Neste sentido, a situação, tal como se apresenta, mostra a necessidade de mecanismos por parte do Estado que, de um lado, não sejam empecilhos para as famílias assentadas que queiram deixar o campo ou se

---

593 - CONCRAB. A emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter. *Caderno de cooperação agrícola* - n. 6. São Paulo, março de 1998. Apud: BRENNEISEN, *Relações de poder,* op. cit., p. 259.

594 - BRENNEISEN, *Relações de poder,* op. cit., p. 259.

595 - Id., ibid.

deslocar para outro lugar na área rural e, de outro lado, não permitam a concentração dos seus lotes nas mãos dos grandes proprietários. Acrescenta-se, a esta questão, a possibilidade de uma intervenção prospectiva no direito agrário. Martins sugere que o Estado estabeleça limites físicos ao tamanho das propriedades que viessem a ser adquiridas por intermédio de herança e restrições, bem como limites ao tempo e ao modo de as empresas explorarem terras. As terras das propriedades, acima do módulo previamente previsto na legislação, poderiam ser incorporadas a um fundo de terras para a reforma agrária.[596] Por sua vez, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, como se assinalou no Capítulo II, no ano de 2000, iniciou uma campanha pela emenda constitucional que estabelece um limite máximo de 35 módulos fiscais à propriedade da terra no Brasil. Como se vê, o debate está em aberto. Iniciativas desta natureza podem contribuir positivamente para democratizar a estrutura agrária do País.

Em segundo lugar, os casos estudados mostram distintas formas de apropriação da terra amalgamadas a diferentes modalidades de trabalho se entrecruzando: (i) a propriedade da terra e o trabalho coletivo organizados numa cooperativa de produção agropecuária (a Coopcal), no Assentamento Terra Livre, e (ii) a propriedade e o trabalho familiar individual no Reassentamento São Francisco de Assis e no Assentamento Vitória. Neste último, durante os anos 90 também foram organizados semicoletivos (grupos de assentados desenvolveram atividades econômicas em conjunto, como a criação de suínos, sendo parte do lote de uma das famílias participantes utilizadas para esse fim). Ou seja, a posse do lote era familiar, com o também o trabalho neles. Mas, em um deles, parte da área foi destinada para uma atividade comum do grupo. O que quero enfatizar, retomando estes exemplos, é que há uma multiplicidade de possibilidades. Neste sentido, não há que se propor, como fez o MST, sobretudo entre 1989 e fins dos anos 90, uma forma única de propriedade da terra, tampouco uma modalidade única de organização do trabalho. No Assentamento Terra Livre a proposta coletiva foi implantada por orientação do MST, mas também porque a propriedade individual mostrou-se de antemão impossível. O relevo era acidentado, havia possibilidade de mecanizar apenas parte da área e havia qualidade inferior da terra em parte da área, o que inviabilizaria economicamente os assentados, caso fossem demarcados lotes individuais. Para além das condições físicas desfavoráveis, ou em outros casos favoráveis, é preciso que os sujeitos envolvidos façam a opção livremente, de aderir ou não. A maioria dos assentados rejeita a forma coletiva da terra e do trabalho, preferem a produção familiar individual, mas, ao mesmo tempo, sentem a

596 - MARTINS, Reforma agrária: o impossível diálogo. Op. cit., 130-131.

necessidade de estarem organizados em alguma forma e nível de cooperação, para uma inserção no mercado.

Em terceiro lugar, como demonstrou a pesquisa de campo no Assentamento Vitória e do que pude apurar nos anexos ao projeto de criação deste assentamento, embora o Incra seja contrário à comercialização da terra, procura regularizar a situação, reconhecendo o direito da nova família que é aceita no assentamento. Mas, parece haver também um certo reconhecimento informal dos direitos do assentado que deixa o projeto por razões diversas, como o de receber determinado valor financeiro pela infra-estrutura. Ou seja, é resultado do trabalho do parceleiro ou de alguém que ele contratou com recursos próprios, ou mesmo obtidos junto ao Estado, cuja dívida cabe a ele (parceleiro) saldar. A orientação do Incra é de que o saldo devedor do assentado deve ser descontado do valor total. Desse modo, o comprador deve assumir a dívida. Porém, há casos em que isto não acontece. Como, também, há casos no Assentamento Vitória em que as transferências sequer chegaram a ser comunicadas ao Incra ou neste instituto regularizadas.

Para Marques[597], a transferência do lote para outra família, através de comercialização ou troca, consubstancia uma prática de resistência ao controle exercido por parte do Estado sobre as áreas em processo de reforma, de insubordinação às regras impostas e de driblar as dívidas contraídas. De fato, no Assentamento Vitória, uma parte dos assentados está adotando esta prática como uma forma de driblar a dívida que contraíram junto ao Incra na obtenção de recursos de investimento e custeio. Mas, há outros motivos que constatei nos processos (Projetos de Assentamentos) na unidade do Incra em Cascavel, entre os quais, problemas de saúde, a vontade manifesta de trocar o lote por um lote de outro assentamento para ficar próximo de parentes, ir para a cidade. Há uma outra razão, nem sempre facilmente identificável. Nas falas dos assentados entrevistados, há evidências de que a troca ou venda do lote constitui, algumas vezes, forma de fugir das pressões exercidas pelas lideranças do MST sobre as famílias para que adotem o trabalho coletivo. Quando a família não aceita a pressão ou os conflitos que se seguem, isto pode redundar, como se verá mais adiante, na mudança de uma família "individual". Quando isso ocorreu no Assentamento Vitória, as lideranças escolheram uma nova família que apoiava o MST.

---

597 - MARQUES, *De sem-terra a "posseiros"*. Op. cit.

Como se vê, as lideranças do MST utilizaram mecanismos de dominação das famílias em áreas que se encontram em processo de reforma agrária para mantê-las sob seu controle. Diante do avanço do capitalismo no campo, o que está em jogo para o movimento é mais do que a luta pela terra: a luta pela reforma agrária. E, para além dela, a construção da utopia socialista. Esta perspectiva orienta as lideranças na luta pela terra, pela reforma agrária e, com a conquista de novas frações da territorialidade capitalista, informa a organização do modelo de cooperação, a partir de 1989, e do sistema cooperativista dos assentados (SCA), em 1991.

Dos assentamentos vinculados ao MST, no Paraná, cinco possuem organização totalmente coletiva na forma de agrovilas. A posse da terra e o trabalho individual ocorrem na quase totalidade dos assentamentos e reassentamentos. Esta parece constituir-se uma tendência em todo o país. Os assentados rejeitam formas de produção rígidas: a organização coletiva anula os direitos individuais de propriedade e exige regras disciplinares, como o controle do tempo de trabalho e da produção. Uma pesquisa do Data Folha, de 1996, aponta que 75% dos sem-terra preferem a propriedade individual privada da terra, 19% a propriedade coletiva e 6% não opinaram. Quanto à produção, 53% preferem a forma individual e 43%, o coletivo.[598]

No que se refere à organização associativa e cooperativa, segundo o *I Censo da Reforma Agrária* (1997), no Paraná, 31,21% dos assentados são sócios de cooperativas e 50,35% participam de associações.[599] A maior parte das cooperativas (77%) e o maior número de cooperados se concentra na Região Sul.[600] *Se, no processo de criação do SCA, o MST entendia que deveria envolver os assentados individuais e valorizar todas as formas de cooperação, por que o número de assentados associados às cooperativas ainda é reduzido? Quais as contradições e conflitos evidenciados no processo de elaboração da cooperação agrícola pelo MST e nas experiências concretas nos assentamentos de reforma agrária?* Creio que não se pode compreender estas questões, a menos que olhe para a formação histórica das

---

598 - Foram entrevistadas 578 pessoas maiores de 16 anos, no Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A pesquisa constatou ainda: "Trabalho: 76% são agricultores ou lavradores; ensino: 90% são analfabetos ou não concluíram o 1º grau; Origem: 86% têm pai lavrador; Luta: 88% acham desnecessário uso de armas de fogo; Bens: 32% não têm nada de valor; Planos: 78% pretendem plantar para vender; Propriedade: 79% nunca foram proprietários de terra; Tempo acampado: 87% estão acampados há menos de um ano; Partido: 51% são petistas, e 25% não têm partido; Voto: 35% votaram em Lula, e 35%, em FHC; Trabalho: 53% nunca trabalharam fora do acampamento; 47% trabalharam; Venda da Produção: 47% acham que produção deve ser vendida coletivamente; 43% individualmente" (Fonte: Folha de São Paulo. Acampado rejeita ideal socialista. *Caderno especial Sem-Terra.* São Paulo, 30 de junho de 1996.).

599 - INCRA. *I Censo da Reforma Agrária do Brasil* . Brasília : INCRA/CRUB/UnB, 1997. p. 73.

600 - Cf. FERNANDES, *Contribuição ao estudo do campesinato ...*, op. cit., p. 234-235.

diferentes formas de cooperação, das escolhas que os mediadores fizeram em relação a elas e como foram experimentadas na vida cotidiana pelos agricultores assentados. Como diz Caldart,

> Compreender este movimento significa, não exclusiva, mas muito especialmente, compreender a trajetória de formação dos sem-terra colada às tentativas de recriação do que talvez possa ser chamado de um modo camponês de produção. Do ponto de vista pedagógico a afirmação é: os sem-terra se educam no processo, de modo geral tenso e conflituoso, de transformar-se como camponês, sem deixar de sê-lo, o que quer dizer, buscando construir relações de produção (e de vida social) que não são próprias do campesinato tradicional, de onde muitos dos sem-terra têm origem, mas que continuem vinculadas (econômica, política e culturalmente) à sua identidade (de raiz) camponesa.[601]

Trata-se, pois, de compreender a cooperação no *seu fazer-se*. De um lado, na relação dos sem-terra com a agricultura familiar e com a tradição da apropriação privada da terra como forma de realizar a utopia de liberdade e autonomia camponesa. Neste sentido, há que se ter presente, na discussão desta questão, os valores e tradições do modo de ser evidenciados na trajetória de formação dos sem-terra no Oeste e Sudoeste do Paraná e as suas representações acerca dos processos de organização interna dos assentamentos. De outro lado, na medida em que os documentos do MST se tornaram referência para o desenvolvimento da cooperação agrícola entre os assentados, trata-se de examinar as contradições das experiências de cooperação também a partir de tais documentos.

2. Quando a Utopia se Transforma em Mito

A leitura dos documentos do MST, que tematizam a organização do movimento e o desenvolvimento do cooperativismo nos assentamentos rurais[602], evidencia um conjunto de representações, valores e objetivos políticos das formas de luta coletiva pela terra e das formas de cooperação, experimentadas na vida cotidiana dos

---

601 - CALDART, *Pedagogia do movimento sem terra*. Op. cit., p. 224.

602 - MST. *SCA: uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil*. São Paulo : Secretaria Nacional, abril de 1991. _____ . Caderno de cooperação agrícola, n. 1. _____. *A luta continua*. Como se organizam os assentados. Caderno de formação n. 10. São Paulo, junho de 1986.; _____ . A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio & STÉDILLE, João Pedro. *Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991. _____ . *Uma concepção de desenvolvimento rural*. São Paulo, 1993.; _____ . A cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de cooperação n. 20*. São Paulo, 1993.; _____ . *Caderno de Cooperação Agrícola,* n. 4, dez. 1995. CONCRAB/SCA. *Caderno de cooperação agrícola n. 5*. 2. ed. São Paulo, junho de 1998. CONCRAB. A evolução da concepção de

assentamentos. Embora em situações e tempos diversos, são compreendidas, ambas as formas, como momentos articulados no movimento da luta pela reforma agrária e por mudanças sociais mais profundas na sociedade brasileira. Através desse amálgama, dentro de um processo de luta de classes, se busca (i) a conquista da terra; (ii) viabilizar a continuidade da luta, criando condições materiais para tal; (iii) viabilizar economicamente os assentados, organizando a produção, a agroindustrialização e a comercialização nos assentamentos, com a montagem de empresas econômicas modernas baseadas na divisão do trabalho; (iv) permitir a ressocialização e a formação política dos assentados e militantes na experiência para a continuidade da luta; (v) consubstanciar o assentamento como um espaço material como de novos valores e práticas políticas humanistas e socialistas.

Com efeito, o assentamento, para além de uma fração da territorialidade do capital conquistada pelos trabalhadores, deve ampliar a potencialidade de espacialização e territorialização da luta pela reforma agrária. Ou seja, trata-se, entre outras questões, de transformar a luta econômica em luta política para construir na prática a utopia socialista. Neste sentido, o cooperativismo propiciaria as condições necessárias para atingir os objetivos orgânicos do MST:

> ... consolidar a organização de base do MST; liberar as pessoas para participar de movimentos e organizações populares; retaguarda econômica ao MST; desenvolver a consciência social com uma nova visão de sociedade; transformar a ideologia do camponês: substituir o 'meu' pelo 'nosso' e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; acumular forças para a transformação da sociedade.[603]

Todavia, se para o MST a luta coletiva é pela superação do modo camponês de produzir e pela transformação da sociedade, para os sem-terra, a luta por um pedaço de chão, via reforma agrária, é coletiva para a "realização de um projeto de vida camponês no seio da sociedade moderna"[604]. É nessa ambiência que, em nome de um projeto mais amplo de transformação social, práticas de disciplina e enquadramento do MST sobre os assentados, impõem à utopia (enquanto projeto emancipatório, construído nas experiências da vida cotidiana) o risco de ser transformada em mito[605]. Todavia, os assentados têm as suas próprias utopias. Desse conflito e na direção de uma identidade concreta, coletiva, múltipla e diversa, como produto de uma luta, produz-se o

---

cooperação agrícola do MST (1989 a 1999).; *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. São Paulo, agosto de 1999. E, www.mst.org.br.

603 - Ibid., p.41.

604 - MARQUES, *De sem-terra a "posseiros"*. Op. cit., p. 100.

605 - SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. ANPOCS, out. 1997. Apud: BRENNEISEN, *Relações de poder,* op. cit., p. 218.

vir a ser. É o movimento do possível-impossível, segundo reflexões de Henri Lefebvre, retomadas por Ana Nasser e Marlene Fumagali: "... o movimento pelo qual o *possível* é a diferença que consegue romper, transgredir e vencer o homogêneo e que, ao lograr esse intento, cria, como capacidade diferencial, a possibilidade de transformação da prática social", o novo[606]. É o que se procurará demonstrar nas páginas que se seguem.

2.1. A Cooperação nos Assentamentos

No fazer-se das experiências dos movimentos sociais no campo, as formas de cooperação surgem como uma nova dimensão da luta no próprio processo da resistência coletiva organizada. Essa dimensão foi explicitada em capítulo anterior, através da noção *cooperação na luta*. Tal noção permitiu apreender contextos e situações em que homens e mulheres sem-terra interpretaram suas condições de vida e possibilidades, formularam sua própria noção de direitos, e teceram a escolha de lutar pela terra em acampamentos e ocupações. Tendo em vista a luta política e o enfrentamento com a polícia e pistoleiros, a normatização da vida cotidiana nos acampamentos marca um "regime de guerra", no qual a coesão é fundamental. Diversas comissões são organizadas e articuladas entre si para o cultivo da terra e socialização da produção e atendimento dos doentes e crianças. As decisões são tomadas coletivamente em assembléias. A ajuda mútua fortalece-se na construção dos barracos, na ocupação coletiva da terra improdutiva. Para além da coesão e da solidariedade, a formação de comissões e grupos de famílias permite um controle das famílias entre si e das lideranças sobre o espaço e sobre o que procede na vida cotidiana. Na luta coletiva dos atingidos, da UHE de Salto Caxias, a cooperação na luta expressou-se de forma semelhante na ocupação do canteiro de obras da futura usina e nos 43 dias de acampamento ali vividos. A noção de cooperação na luta engendra-se, pois, num "regime de guerra", no qual valores como o da solidariedade e igualdades e relações comunitárias, são fortalecidas, contrapondo-se ao individualismo predominante na sociedade contemporânea.

Historicamente, como se viu no Capítulo II, as formas de associativismo e cooperação nos assentamentos rurais têm raízes numa opção manifesta

606 - NASSER, Ana Cristina Arantes & FUMAGALI, Marlene. A opressão da equivalência, as diferenças.

no interior da Igreja Católica, motivada pela leitura das contradições sociais e políticas da sociedade brasileira e pela teologia da libertação. Inicialmente foram disseminadas pela atuação da Pastoral Rural e, depois, pela *práxis* dos membros da CPT, que atuavam como agentes de pastorais. Muitos desses agentes tornaram-se também lideranças sindicais e atuaram na organização de movimentos sociais rurais. Com eles os trabalhadores sem-terra desenvolveram discussões acerca de formas alternativas de produção agrícola. Com as primeiras áreas conquistadas para assentamentos de reforma agrária, surgiu a necessidade de viabilizar a produção. Como assinalam Maria Conceição D´Incao e Gerard Roy, para as forças políticas progressistas, comprometidas com a questão da reforma agrária, os assentamentos rurais criados no processo de redemocratização do País, representavam o prenúncio da possibilidade de uma reforma agrária de fato.

> Não se tratava mais de meras conquistas pontuais do movimento geral de luta pela terra. Tratava-se, agora, de avançar na direção de uma ampla mudança estrutural, procurando transformar esses assentamentos em verdadeiras situações experimentais ou exemplares das possibilidades renovadoras de uma política nacional de reforma agrária. O que não representava, evidentemente, um desafio pequeno, porque passava pela necessária busca de alternativas econômicas para esses novos produtores rurais.[607]

Não se pode afirmar que existia um modelo de cooperação agrícola sistematizado, nos anos 80, para os assentamentos rurais. O MST, a CPT e a Assessoar, no Sudoeste e Oeste do Paraná, elaboraram roteiros e cadernos que aconselhavam a adoção de formas simples de trabalho em conjunto como o mutirão e a troca de dias de serviço, troca de sementes, compras em conjunto, bem como a formação de associações, grupos semicoletivos e coletivos, não superiores a dez famílias. Essas formas levam à percepção da necessidade de desenvolver uma agricultura alternativa como resistência de classe do campesinato contra o capitalismo. Duarte, analisando a ação dos dirigentes sindicais da Assessoar no trabalho de base, assevera:

> ... o conhecimento e a ação válidos tinham caráter marcadamente ideológicos, definidos pelos teóricos clássicos, portanto, longe da prática social atual e sem espaço para o individual, o local, o cotidiano e para a produção educativo-cultural. A ação política tornava-se possível apenas nas grandes esferas. (...). Tudo estava em função dos fins utópicos da transformação estrutural. Os efeitos desumanos da conjuntura, que geram sofrimento humano, tornaram-se uma espécie de 'custo social aceitável de esquerda' enquanto a sociedade ideal não vinha. A luta política global é tida como absoluta.[608].

---

p. 35. In: MARTINS, *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. Op. cit., p. 25-37.

607 - D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. *Nós, cidadãos aprendendo e ensinando democracia*. São Paulo: Paz e terra, 1995. p. 26.

608 - DUARTE, *Construindo escola na roça*. Op. cit., p. 16-17.

Neste contexto, as três situações, descritas no capítulo anterior, revelam que o termo *coletivo* foi incorporado através da relação que os assentados desenvolveram com mediadores. Não se constitui uma forma de cooperação do modo de vida do caboclo e do colono, pois deles não faz parte. Não há evidência histórica na trajetória de vida das famílias (quer como assentadas ou em suas gerações passadas) nas entrevistas orais que realizei, tampouco na leitura de diversos estudos que abordam sobre esses modos de vida na Região Sul do País. Ao mesmo tempo, a análise dos depoimentos, circunstanciada pelos dados de observação direta, constata a utilização, pelos assentados, do termo *coletivo* para situações diversificadas. Designa diferentes noções e regras de organização do trabalho e da terra e de uso do produzido, que nem sempre se referem ao trabalho em conjunto ou à coletivização tanto do ponto de vista da produção, da comercialização e da distribuição dos produtos e da renda gerada.

Os reassentados freqüentemente utilizavam o termo nas entrevistas para referir a união de duas ou mais famílias no cultivo de uma área contígua de suas propriedades de um mesmo produto e ou para designar a compra (das sementes, do adubo) e venda conjunta da colheita. O objetivo é alcançar preço mais baixo na compra dos produtos e melhor preço na venda da safra. Já os assentados utilizavam o termo para designar a forma de cooperação no processo de produção (como sinônimo de mutirão ou para referirem-se ao desenvolvimento de alguma outra atividade em conjunto), ou para designarem à forma de apropriação coletiva da terra e cooperação coletiva em todas as fases da produção e comercialização, com distribuição da renda e dos produtos entre os assentados segundo horas trabalhadas. Neste caso o termo expressa a organização da cooperativa agropecuária (CPA), uma forma proposta pelo MST e exterior à tradição agrícola dos assentados. De qualquer modo, a expressão sempre exprime a ação articulada de um grupo de pessoas ou famílias. No MST, a expressão *coletivo*, para além da posse da terra e do trabalho em comum, é utilizada para referir a forma de cooperação que pressupõe a divisão técnica do trabalho, condição para a potencialização da força de trabalho, na forma CPA.

Nos três casos estudados, vimos que as diversas formas associativas e de cooperação foram articuladas no cotidiano da resistência na terra conquistada, para enfrentar as novas situações adversas. Ser assentado num projeto de reforma agrária ou num reassentamento de atingidos por barragem de usina hidrelétrica implica novos compromissos e interações sociais, alterando significativamente ritmos e modos de vida. Delazir, do Assentamento Vitória, exprime este sentido:

> Quando eu fui acampar, pensava comigo: "consigo um pedaço de terra e acaba a história". Aí você consegue a terra e não tem recurso pra trabalhar, pra preparar a terra, vai ter que ir atrás de recursos. Aí vem a questão da educação, a questão da saúde, tudo isso. Você vai ter que se organizar e correr atrás em busca dessas conquistas. Só com recursos próprios e sem luta a gente não consegue. O cara chega "Bom, eu vou liberar tantos mil pros assentados", jamais, né. Se tu não for pra luta, pro acampamento em frente ao palácio, não consegue isto. Eu fui na caminhada pra Brasília fazer manifesto no tempo do Collor. Até saiu na agenda do MST de 1995, na capa saiu o meu grupo. Fomos em 7.000 pessoas.[609]

Com a conquista do assentamento, os trabalhadores sentem a necessidade de continuar a luta, embora nem sempre no MST ou na Crabi/MAB. A terra não é suficiente para a manutenção no campo. Outras condições, como créditos para a produção, preços satisfatórios dos produtos agrícolas, infra-estrutura, se fazem necessárias. A continuidade da organização articulada durante os processos de ocupação, acampamento, marchas e outras manifestações públicas, torna-se imprescindível, quer seja para conquistar condições de reprodução da agricultura familiar com incorporação de tecnologia, quer para, na visão das lideranças e parte dos assentados, a ampliação da luta pela reforma agrária e para mudanças estruturais da sociedade brasileira. Desse modo, os movimentos reivindicatórios continuam a fazer parte da vida cotidiana nos assentamentos. Todavia, a pesquisa de campo nos mostrou que a maioria dos assentados não se envolve mais diretamente nas lutas desenvolvidas pelo MST e Crabi/MAB. Mesmo assim, todos afirmam que a luta não pode parar: as terras ociosas devem ser ocupadas para que outras famílias tenham lugar onde trabalhar e viver dignamente.

Durante a segunda metade dos anos 80, num contexto complexo e contraditório de subordinação dos agricultores familiares com pouca terra à indústria e comércio agropecuário, de crescente endividamento junto aos bancos e de expulsão do meio rural, a cooperação foi pensada pelo MST como alternativa econômica e política para que os assentados não fossem submetidos à mesma situação. O movimento percebeu que, não obstante os assentamentos rurais fossem importantes conquistas, por si só não garantiriam a permanência das famílias no campo, tampouco a realização da reforma agrária. Estimulados por suas lideranças, os assentados viram com esperança a articulação das associações, dos grupos coletivos e até da cooperativa, demonstram as recorrências dos agricultores do Assentamento Vitória. Tais formas poderiam ser uma alternativa econômica e os manteria no campo, na contramão da lógica de exclusão inerente ao modelo de modernização da agricultura brasileira.

---

609 - PRIGOL, *Entrevista*. Citada.

Inicialmente, o MST elaborou uma proposta de trabalho coletivo em pequenos grupos de famílias e, posteriormente, de cooperação agrícola coletiva (CPA), contudo sem levar em conta a diversidade de categorias sociais e a heterogeneidade dos sujeitos que compõem o universo dos assentados rurais. No Assentamento Vitória, as famílias de uma mesma comunidade, ou parte delas, organizaram-se em grupos de famílias, formando núcleos de produção, associações, grupos semicoletivos, coletivos, e uma cooperativa. Essas formas ou parte delas coexistiram durante alguns anos. Uma mesma pessoa ou família pôde participar ao mesmo tempo de uma associação, de um semicoletivo ou coletivo e da cooperativa. Elas estão sendo, ou foram, utilizadas como alternativas de interlocução com o Estado e de relação com o mercado.

Todavia, a resistência a um certo sentido de coletivo desde logo se manifestou forte entre os assentados. A prática do trabalho coletivo e a forma coletiva da terra não fazem parte da trajetória de vida das famílias anterior ao assentamento. Sua imposição nos assentamentos marca, pois, um desencontro de temporalidades. A luta do assentado é pelo controle privado (familiar) da terra. Como se viu, no Assentamento Vitória as famílias passaram a se auto-identificar como partidários de dois grupos distintos: os favoráveis ao MST e à cooperação e os contrários ao movimento, aos grupos coletivos e à cooperação. Neste contexto, disputas, coerção, convencimento, fizeram parte das suas relações cotidianas.

Essa ambiência evidencia, como se verá mais adiante, que a adoção de um único modelo de cooperação pelo MST, com ênfase na coletivização da terra e do trabalho, consubstanciou-se num reducionismo do modo de vida, dos valores e da utopia dos assentados. A forma CPA é estranha à cultura dos agricultores, sendo vista pela maioria como um limite à realização da liberdade e autonomia. Além disso, não faz parte de seu modo de vida. Este fato provocou sérios conflitos, evidenciando um desencontro entre o concebido pelas lideranças e as experiências cotidianas dos assentados informadas por representações sociais, tradições e valores de seu modo de vida. Está-se, pois, diante de um desencontro de temporalidades.

2.2. A Organização do Cooperativismo no MST

As primeiras experiências de cooperação agrícola surgiram no Rio Grande do Sul, em 1979, em Nova Ronda Alta e Novo Holandês. Durante a segunda metade dos anos 80, com a expansão dos assentamentos e consolidação do MST a nível nacional, a cooperação foi aventada como possibilidade de viabilizar economicamente os assentados rurais. Predominaram, naquele momento, as associações organizadas para obter recursos do Estado. Na avaliação de João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST,

> Na primeira etapa do movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, havia uma visão romântica da produção. Isso porque a memória histórica dos camponeses que conquistavam a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico era do boi e da enxada. (...). Era muito difícil fazer a discussão da organização da produção com os trabalhadores. Com esse memorial técnico, vamos dizer assim, a base reagia da seguinte forma: "se eu conquistar a terra, depois me viro".(...). Não havia disposição. A pessoa queria terra. E isso, de certa forma, favoreceu também o governo, porque o isentava de outras obrigações ligadas à produção.[610]

Além disso, constatavam as lideranças do MST, à época, a existência de "resistência muito grande ao cooperativismo pelas experiências negativas do modelo tradicional do cooperativismo, caracterizado como grandes empresas agroindustriais que desenvolveram uma política de exploração econômica dos agricultores"[611]. Não obstante a isso, a cooperação começou a ser estimulada nos assentamentos. As referências políticas eram diversificadas, vindas de múltiplas forças sociais externas. Entre elas, os agentes de pastoral da CPT, CEBs da Igreja Católica, lideranças dos STRs, técnicos de órgãos e institutos (Incra, Emater). A forte presença de lideranças com militância na Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, consubstanciou os grupos coletivos, mutirões e associações, orientação política do MST para a organização dos assentados.

Informados por esta referência, foram criadas as primeiras associações (para compras em conjunto de sementes, máquinas agrícolas, entre outras coisas, e vendas em conjunto da produção agrícola) e roças coletivas na região sudoeste do Estado, entre os ocupantes da Fazenda Annoni, no município de Marmeleiro, e na Fazenda Imaribo, no município de Mangueirinha, por volta de 1984. No 1º Congresso Nacional do Movimento do MST, em 1985, em Curitiba (PR), decidiu-se pelo uso comunitário não obrigatório das terras, estímulo às formas coletivas e em formas

610 - Id., ibid., p. 95-96.

611 - CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit., p. 6.

alternativas de associação para a produção e a comercialização[612]. Através delas, buscava-se enfrentar problemas imediatos dos assentados, como obter crédito para custeio e investimentos; construir infra-estrutura (galpões, estábulos, casas); comprar mercadorias e insumos e vender a produção, em conjunto, para obter preços mais baixos na compra e melhores na venda; cultivar a terra e fazer empréstimos nos bancos, em conjunto.

Ao contrário do que afirma Horácio Martins de Carvalho[613], entendo que, no período de 1986 a 1989, não havia um paradigma de cooperação elaborado, não obstante tenha ocorrido uma ênfase do MST na criação de associações, pequenos grupos coletivos e cooperativas de produção agropecuária (CPA). Não havia, como o próprio autor assinala em outra passagem do mesmo trabalho, uma mediação institucional formal homogênea permeando o desenvolvimento das múltiplas formas associativas nos assentamentos. E não havia indicativos mais claros de como implantar concretamente as formas propostas pelo MST, conta Sirlene:

> O movimento era os assentados, não existiam nessa época órgãos trabalhando pro Movimento, não existia gente que tinha noção de economia pra fazer uma avaliação clara como se daria os rumos do país, o que se podia avançar, o que não ia avançar. Não tinha ainda um conhecimento elaborado.[614].

A elaboração de um modelo de cooperação agrícola passou a ser objeto de discussão efetiva a partir de 1989. Neste sentido, foram realizados estudos e conhecimento *in locus* das experiências de cooperação agrícola em outros países (Cuba, Peru, Nicarágua, Honduras, Chile, México, e, mais recentemente, China, Israel e Espanha). Em maio de 1986, a direção nacional do MST convocou o I Encontro Nacional dos Assentados, do qual participaram 76 assentamentos, de 11 estados. Nas decisões tiradas no encontro ficou claro que as bases defendiam o lote individual. Fez-se questão de enfatizar que "a titulação era uma coisa e a forma de trabalhar era outra (título individual e trabalho coletivo)" [615]. Assim, cada assentado poderia optar pelo lote individual e, mesmo assim, poderia morar em agrovila.

Neste encontro também se aventou da necessidade de criar um movimento dos assentados (Movimento Pé no Chão). Parte dos assentados fez a defesa

---

612 - Cf. MST. *Documento Final do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Doc. cit.

613 - CARVALHO, Horácio Martins. As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST. In: CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit., p. 27-39.

614 - ANDRADE, Sirlene. *Entrevista*. Citada.

615 - Cf. MST. A luta continua. *Caderno de formação n. 10*. Do. cit.

da luta corporativa: a luta deveria voltar-se para a conquista das novas necessidades surgidas nos assentamentos. Concluiu-se que a luta não se esgotava com a conquista da terra, novas lutas se impunham pressionadas pelo desdobramento no campo de lutas pela reforma agrária. As novas lutas não poderiam estar dissociadas da resistência organizada em acampamentos e ocupações. Na pauta de reivindicações ao governo federal foi incluída a exigência de uma linha de crédito específica destinada para investimentos em assentamentos rurais. Esta se tornou a primeira luta do MST relacionada à produção: uma linha de crédito subsidiado. Ela foi conquistada, em janeiro de 1986, com o Procera. [616]

Além disso, também foi criada uma comissão nacional dos assentados, que se estruturou em cada estado a partir de representantes dos assentamentos. Para o MST, a questão que começava a delinear-se era a de construir, no espaço social do assentamento, alternativas econômicas capazes de propiciar as condições para a reprodução social dos assentados e, ao mesmo tempo, que se constituíssem num instrumento político no enfrentamento dos trabalhadores com seus "inimigos de classe"[617]. Durante a segunda metade dos anos 80 prevaleceu, como concepção norteadora das iniciativas de organização da produção nos assentamentos rurais, a idéia de que essas iniciativas se inseriam num projeto político cuja centralidade afirmava o caráter socialista e revolucionário da luta.

O exame dos cadernos utilizados para a formação das bases, para além dos temas e prioridades do movimento, aponta a necessidade de superar a mentalidade camponesa, a busca da dimensão coletiva como forma de participação e organização sociopolítica e produtiva, e no fazer-se desta (das experiências coletivamente vividas), o esforço pela elaboração de uma identidade política coletiva: (i) como começar a organização dos sem-terra como movimento de massa; (ii) como se constroem as ações de massa, o trabalho dos setores, dos grupos e comissões; (iii) como deve ser a direção política ("discussão coletiva com responsabilidades individuais"; "direção única e aplicação coletiva da linha"; "aplicação dos princípios da democracia revolucionária"; "crítica e autocrítica"); (iv) como conquistar a terra, como organizar a posse da terra e o

---

616 - Tratava-se de um financiamento com juros e prazos diferenciados dos demais agricultores.Os recursos eram oriundos do Finsocial por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A partir de 1990, passou a ter recursos do Orçamento da União e dos fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Em 1999, quando foi extinto, era gerenciado pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste (Cf. STÉDILE, & FERNANDES, *Brava gente.* Op. cit., p. 109.).

617 - Cf. MST. *Caderno de formação n. 10.* Doc. cit.

trabalho em conjunto (formas de associativismo e cooperação agrícola: suas vantagens econômicas e políticas em relação as "formas artesanais de trabalho", como alternativa econômica que possibilita a permanência no campo e como instrumento para o avanço da luta política coletiva pela reforma agrária; o uso de tecnologias alternativas) [618].

Neste contexto, os assentados criaram associações, sobretudo como forma de acesso ao fundo público através do Procera, para a compra conjunta de insumos, animais, máquinas e muitas vezes também faziam o uso coletivo da terra. As associações são entidades sem fins lucrativos, possibilitam associar um grande número de famílias que, na prestação de serviços (compra e venda de produtos em conjunto, acesso a créditos, beneficiamente de produtos, entre outros), aumentam a renda dos assentados. O Estado apoiou a formação das associações, vendo nelas um facilitador da administração dos assentamentos, na medida em que constituem instâncias de representação legal.

Recorde-se, na imposição do Incra de formação de associações para a compra coletiva de máquinas, condicionando a liberação de recursos do Procera, esboçou-se um primeiro limite concreto na implantação da cooperação com sérias conseqüências: a organização de associações para compra coletiva de máquinas que deveriam, por conseguinte, ser de uso coletivo, foi imposta, portanto, autoritária. Não só porque não envolveu os trabalhadores numa discussão democrática para decidir sobre tal questão, mas porque, ao desconsiderar a tradição produtiva, portanto, cultural dos assentados, consubstanciou uma violência simbólica. Além disso, porque não respeitou o aprendizado de como implantar na prática as associações e usar coletivamente os implementos agrícolas. Este fato levou a tensões e conflitos entre as famílias que vivem no Assentamento Vitória.

Não demorou muito para que muitas associações fossem desfeitas, outras foram rearticuladas. O próprio MST, na perspectiva de coletivizar a produção, embora em discussão em fase incipiente, incorporou as regras oficiais, de modo tal, que participou da comissão que administrava a distribuição dos recursos do Procera, oriundos do governo federal. Também participaram da comissão a Emater, Incra, IAP, Fetaep e Banco do Brasil.

---

618 - Cf. MST. Ações de massa. *Caderno de formação n. 7*. Doc. cit.; _____ . Como se organiza o MST. *Caderno de formação n. 5*. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional, 1986.; _____ . Terra não se ganha, se conquista. *Caderno de formação n. 9*. Doc. cit.; _____ . A luta continua. *Caderno de formação n. 10*. Doc. cit.; _____ . Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Caderno de formação n. 11*. Doc. cit.

Na trajetória de formação do MST, sobretudo a partir de 1989, houve uma alteração das estratégias e objetivos da proposta de organização da produção dos assentados pelo MST. A compreensão de que a luta pela terra e a resistência nela deveria ser articulada à questão da produção fortaleceu-se no V Encontro Nacional, realizado naquele ano, em Nova Veneza, no município de Sumaré, São Paulo. Neste sentido, a palavra de ordem definida naquele encontro é plena de significados: "Ocupar, resistir e produzir". Naquele mesmo ano, a Comissão Nacional dos Assentados foi incorporada à Frente de Massas. E a cooperação agrícola surgiu como uma nova frente de luta.

As primeiras experiências de organização permitiram a liberação de lideranças que passaram a atuar na organização de novas ocupações como na organização da produção nos assentamentos. Com um número considerável de assentamentos conquistados, sob o ponto de vista da luta empreendida, ficava cada vez mais claro que não bastava só ter a terra, mas era necessário torná-la economicamente viável. Em fins da década de 80, o MST avaliava que as perspectivas para o extrato mais pobre dos pequenos agricultores familiares eram bastante restritas. A dinâmica capitalista tendia a empurrá-los para as cidades, mais propriamente à exclusão social. Além disso, não obstante o Procera constituísse uma importante conquista, não era suficiente para manter os assentados no campo. A percepção de que os assentados, desenvolvendo a produção agropecuária em pequenos lotes, não logravam grandes possibilidades de realizar a reprodução como economia familiar no campo, levou a um debate interno no MST sobre produção nos assentamentos. Nas discussões constataram-se diversos problemas relacionados ao associativismo e cooperação agrícola:

(a) Associações *incipientes* e muito *informais* que não geram compromissos e obrigações formais entre os associados.
(b) Dentro da gestão das associações permanecem diversos vícios artesanais de comportamento como*: individualismo*, *oportunismo*, *auto-suficiência*, etc.
(c) Falta capacidade administrativa na gestão das associações.
(d) Desconhecimento das leis e princípios da cooperação.
(e) *Dificuldade em aplicar normas de trabalho e regras sociais* de funcionamento de grupos coletivos na produção e comercialização.
(f) *Não conseguem coordenar, planejar e ampliar* as escalas tanto da produção, como na comercialização.
(g) Existência *de problemas e conflitos com assentamentos individuais*.
(h) *Não realizam planejamento* das atividades, nem na produção, nem na comercialização.
(i) Dispersão de esforços e utilização inadequada da mão de obra, com baixa produtividade do trabalho.

(j) Facilmente se dissolvem ou se dividem ao acontecer qualquer problema administrativo de gerenciamento ou de relacionamento pessoais.
(k) Dificuldade em ter acesso ao crédito rural de forma coletiva.[619] (Itálico meu).

Como se pode depreender do excerto, as formas de associativismo e cooperação agrícola não estavam promovendo a ressocialização dos assentados que a direção do MST esperava alcançar. Em nenhum momento da avaliação acima é questionado o trabalho das lideranças no processo de organização das formas associativas e de cooperação nos assentamentos. No seu conjunto, das conclusões acima, depreende-se que, para as lideranças, "o problema está no assentado": falta-lhe capacidade de gestão, não planeja, não assume compromissos, têm dificuldades de aplicar normas. Estes, entre outros problemas apontados, estariam relacionados à não-superação de determinados "vícios" como do *individualismo*, *oportunismo* e *auto-suficiência*, próprios da condição camponesa. O uso destas representações desqualificadoras na vida cotidiana gerou conflitos entre os assentados e lideranças. A exemplo do que ocorreu no Assentamento Vitória, a maioria das associações, grupos semicoletivos e grupos coletivos, geralmente formados por cerca de dez famílias, deixaram de existir ou foram rearticulados em novas formas.

Na abordagem do capítulo anterior, evidenciou-se uma forte resistência ao coletivo, em decorrência da tradição da agricultura familiar dos assentados em propriedade privada. Nela esperam realizar a utopia da liberdade e autonomia camponesa. Evidentemente existem outras razões. A falta de planejamento, o relevo e qualidade do solo, o receio de perder o controle do gerenciamento *do quê*, *como*, *quando produzir* e *como gastar a renda obtida*, a não clareza de como implantá-las na prática, constituem elementos nas recorrências dos assentados que explicam porque não optaram pela formação de associações, de adesão à produção coletiva, ou pelo abandono de tais iniciativas.

Amalgamadas a essas razões, está a inexistência de uma proposta consistentemente elaborada de cooperação agrícola, bem como a carência de formação cooperativa das lideranças e assentados, aliada à metodologia empregada na sua implantação, a falta de conhecimento das famílias entre si. Observou-se, no entanto, que no rearranjo dos grupos, as famílias procuraram se aglutinar por afinidades, parentesco e "estilo de trabalho parecido", capacidade produtiva e condições naturais do lote em face

619 - CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit., p. 7.

da atividade econômica escolhida. O conhecimento mútuo e a afinidade entre as famílias, não consideradas na primeira tentativa de organização das associações (se aglutinaram por proximidade, vizinhança), foram levados em conta nos rearranjos, o que implicou na troca do lote, sobretudo para a formação dos três grupos semicoletivos e para o grupo coletivo. Embora o "estilo de trabalho" apareça como um dos elementos na formação de grupos, a questão étnica é negada pelas falas como fator determinante, nem para aglutinar, nem para excluir famílias, em qualquer um dos três assentamentos estudados. Mas há indícios em contrário. Observou-se, nas entrevistas, a representação do descendente de italianos e alemães, como "mão-de-obra esmerada", "eficientes", de "capacidade de trabalho superior", em oposição ao caboclo, considerado "preguiçoso", "atrasado".

A avaliação interna, referida acima, estimulou um debate acerca das alternativas possíveis que pudessem viabilizar economicamente os assentamentos e promover a formação política dos assentados. O MST, em seu papel de mediador, a coordenação nacional, criou a hipótese da cooperação agrícola como possibilidade de novas experiências criativas de geração de renda e inserção no campo e continuidade da luta pela reforma agrária. No Plano Nacional do MST, para o período de 1989-1993, o Estado passa a ser visto como um campo de disputa (não só por terra, mas também por créditos), para afirmar-se no mercado. E, a partir dos anos 90, forma-se toda uma estrutura com vistas a atender às novas demandas dos assentados. No início daquela década, a conjuntura política nacional (a crescente violência e repressão contra o MST e intervenção do Estado no campo para implantar na agricultura o neoliberalismo), bem como os limites e problemas constatados na cooperação agrícola em curso, entre as quais a percepção da resistência dos assentados à forma coletiva de organização da terra e do trabalho, levou o movimento a articular uma política de cooperação agrícola para os assentamentos, criando o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) em 1991 e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), com sede na cidade de São Paulo.[620]

No início dos anos 90, constatou-se nas experiências de cooperação diversas dificuldades. Zilda Grícoli Iokoi avaliou que o recuo da Igreja tenderia a inviabilizar o processo de produção nos assentamentos rurais, diante da falta de uma política agrícola. A Igreja efetuou pagamento de 25 milhões de cruzeiros por uma área de aproximadamente cem hectares para o assentamento das famílias da Encruzilhada

620 - Ver a respeito CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit.

Natalino, em 1982. Na ocupação de uma área em Sumaré, São Paulo, em 1983, a Igreja apoiou os sem-terra com barracas e alimentos. Os exemplos de ajuda financeira, material, cursos de formação, e apoio moral, se multiplicam naquele contexto. Mas, observou a autora um recuo da Igreja a partir de 1986. Os novos grupos de sem-terra tinham dificuldades de se organizar para garantir a ocupação e implementar a produção. Em Sumaré as condições de vida observadas eram precárias em um conjunto de barracos desordenados.[621]

Leandro Hoffmann, em recente tese de doutoramento sobre o MST no Rio Grande do Sul, durante os anos de 1980, afirma que o movimento contou com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica e Luterana para criar uma infra-estrutura e recursos materiais diversos para o trabalho nos diferentes setores do movimento nos estados. Estes intermediaram projetos para a obtenção de recursos, sobretudo junto a agências de fomento e promoção social européias. O autor observa que esses recursos, no início da estruturação do movimento, constituíram um percentual expressivo do total dos recursos obtidos. Os recursos das agências religiosas foram liberados através de projetos intermediados pela CPT e a Cáritas Brasileira. Hortas comunitárias, criação de centros de formação, compra de equipamentos coletivos, construção de escolas e capelas nos assentamentos, compra de alimentos para acampados e assentados. Observou, ainda o autor, que, durante a segunda metade dos anos 1980, produziu-se um certo afastamento da Igreja, notadamente da CPT. Observa, a elaboração de discurso político classista pelo MST em detrimento de um discurso *ético-religioso* dos anos iniciais do Movimento.[622]

A questão que observo aqui é que o MST não apenas se constituiu como movimento autônomo do ponto de vista da organização de uma estrutura orgânica e material, e de um discurso político. Aliás, o discurso do período inicial de formação do Movimento não é apenas ético-religioso como afirma o autor, ele também é político, como se viu no segundo capítulo. Além disso, não obstante a redução do apoio financeiro da Igreja, o MST expandiu sua infra-estrutura. Como também o recuo da Igreja não inviabilizou a produção nos assentamentos rurais, como avaliou Zilda Iokoi. A conquista do Procera (1986), a contribuição dos assentamentos rurais, além de recursos obtidos através de projetos, possibilitaram organizar minimamente a produção. Novas

621 - IOKOI, *Igreja e camponeses.* Op. cit., 85; 107.

622 - HOFFMANN, *Da cruz à bandeira.* Op. cit.

experiências criativas começaram a ser implementadas nos assentamentos, abrindo novas possibilidades e contradições.

Diante das dificuldades constadas nos assentamentos, a coordenação do MST articulou a cooperação agrícola como hipótese radical de debate entre as famílias sem-terra acampadas e assentadas. Nas experiências de cooperação em andamento havia diversas dificuldades. A luta havia resultado em cerca de 580 assentamentos, com aproximadamente 100.000 famílias assentadas e mais de 300 associações de assentados. O MST avaliou problemas semelhantes enfrentados na maioria dos projetos. Esses, segundo o movimento, decorriam da falta de vontade política dos sucessivos governos em promover a reforma agrária, que levava a uma crescente inviabilização produtiva das áreas reformadas. Os assentamentos encontravam-se "à beira do abandono", uma vez que dependiam de investimentos para viabilizar a produção agropecuária com recursos governamentais, não havia apoio governamental às formas organizativas autônomas dos agricultores, programas de atendimento integrados de educação, saúde, assistência técnica. Assim,

> Implantados em grande parte em áreas de baixa fertilidade naturais ou bastante degradadas, os assentados dedicam-se basicamente à produção para a subsistência e a alguns produtos destinados ao mercado. Devido à falta de recursos para a recuperação e conservação dos solos segue-se mantendo um círculo vicioso de marginalidade, baixa produtividade das culturas e empobrecimento das famílias.[623]

Somava-se a este quadro uma avaliação nada animadora para os anos seguintes. Com a eleição de Fernando Collor para a presidência, a direção nacional do MST avaliava que se desencadearia, como de fato ocorreu, um processo crescente de violência contra os trabalhadores rurais sem-terra e de medidas que visavam implantar o neoliberalismo na agricultura. Os créditos para a reforma agrária foram suspensos, sendo parcialmente reintroduzidos, a partir de 1992. José Gomes da Silva analisou, naquele momento, que a estruturação da vida cotidiana nos assentamentos, amalgamada à definição das formas associativas, trata-se de um novo tempo decisivo de enfrentamentos de classe:

> Se a etapa de chegar até aqui foi a mais áspera, aquela que se inicia com a chegada à terra constitui a mais decisiva. Não é por outro motivo que o conservadorismo e todas as forças que bloqueiam a Reforma Agrária preocupam-se tanto em colocar pedras nesse caminho. Fazem tudo para que os assentamentos fracassem, tal como tentaram, antes impedir as ocupações, as desapropriações, à emissão e a sentença favorável à transferência do direito de domínio para os novos agricultores. Quando não conseguem

---

623 - MST. *Sistema cooperativista dos assentados (1991).* Doc. cit., p. 3.

> isso pela força, ou através de arsenal diabólico do poder econômico, manipulam os defeitos e apresentam para os menos informados o assentamento como sendo uma favela rural ou um retrato do próprio latifúndio. Noutros casos procuram sofisticar as análises e conduzi-las para situações que exigem dos assentados recém-saídos de quatro séculos de dominação a mesma eficiência econômica de empresários tradicionais, alimentados de longa data com subsídios, incentivos fiscais, empréstimos generosos e favores oficiais de toda a sorte. Impingem também mecanismos institucionais inviáveis e cortam o crédito agrícola em momentos críticos para a produção camponesa.[624]

Depois de dez anos, a avaliação do autor guarda extrema atualidade. Se nos anos 90 os movimentos sociais no campo alcançaram as suas maiores conquistas, também enfrentaram sérias dificuldades para manter os assentados no campo e dar continuidade às ações de luta pela reforma agrária. No governo FHC não tem sido diferente. O governo anda a reboque dos movimentos sociais e adota uma proposta neoliberal no trato da questão agrária: a reforma agrária de mercado.

Também fortes críticas eram dirigidas contra os assentamentos pelos setores conservadores, como da UDR e de alguns intelectuais, que viam nos projetos novos bolsões de miséria. Diante desse quadro, tornar os assentamentos viáveis economicamente tinha implicações políticas fundamentais: legitimar a luta pela terra e pela reforma agrária. Já no Plano Nacional do MST (1989-1993), aprovado no V Encontro Nacional, consubstanciou-se esta perspectiva ao formular, pela primeira vez, linhas políticas para a organização nos assentamentos. "O problema da produção passava a ser tão importante como ocupar."[625]. Fica claro no referido documento que a organização da produção apenas para a subsistência representava uma situação de nova exclusão engendrada pelo capitalismo. Por isso, se estabelece:

> Conseguir crescimento econômico e político nas áreas conquistadas. Não se trata de reprodução pura e simples na (sic) unidade de produção camponesa típica. É necessário criar um novo modelo de produção, baseado na utilização de tecnologias adequadas, e na organização coletiva do trabalhador, que viabilize economicamente os assentados e promova o desenvolvimento social, político e ideológico das famílias assentadas.[626]

Em consonância com o Plano Nacional do MST (1989-1993) são definidos como objetivo do SCA "estimular e desenvolver todas as formas possíveis de cooperação agrícola nos assentamentos, como uma política capaz de gerar o desenvolvimento rural permanente e que leve ao aumento da produtividade e da produção". Mais adiante frisa que os assentados devem "*aderir voluntariamente* a

---

624 - SILVA, José Gomes da. In: GORGEN & STÉDILE. Assentamentos. Op. cit., p. 9.

625 - Ver CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 5*. Doc. cit.

626 - MST. *Plano Nacional do MST (1989-1993).* São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989. p. 13.

qualquer forma de cooperação" e ao SCA cabe "*respeitar as várias formas de associativismo*" e "*incorporar ao nível de base, de assentamentos, os grupos e associações já existentes*". Ao mesmo tempo, "estimulará *prioritariamente* a organização de cooperativas de produção agropecuária *(CPA)*"[627]. Esta orientação insere-se no projeto reafirmado no V Encontro Nacional, de tomada do poder e implantação do socialismo.

Com efeito, seguindo a diretriz nacional do movimento, de adotar a forma coletiva de produção, parte das famílias assentadas passou a desenvolver a produção agrícola em grupos coletivos ou em cooperativas de produção agropecuária (CPA). Todavia, a maioria dos assentados não se cooperativou e continuou desenvolvendo uma agricultura familiar. Para o MST, adotar a lógica individual do modelo de modernização da agricultura significa submeter-se a um novo processo de exclusão e, possivelmente, a proletarização.

Desse modo, mesmo diante da resistência da base, reafirmou em seus documentos a cooperação agrícola como "a saída para os pequenos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho, o volume da produção e não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos latifundiários".[628] Não obstante os documentos propõem o desenvolvimento de todas as formas de cooperação e de respeitar e integrar os assentados "individuais", a prática explicita a contradição: deu-se ênfase às cooperativas de produção agropecuária (CPAs). A esse respeito, cabe avançar no exame das contradições no processo de elaboração do modelo de cooperação do MST.

2.3. Um Sistema Nacional de Cooperação

A proposta de organização da cooperação entre os assentados está estreitamente vinculada à idéia de controle das áreas em processo de reformas subtraídas da territorialidade capitalista. Na formulação da proposta de organizar os assentamentos, o ponto de partida das lideranças e de assessores do MST é a afirmação de que se trata de "um espaço geográfico em que devemos ter um

627 - MST. *Sistema Cooperativista dos assentados* (1991). Doc. cit., p. 4; 6.

628 - MST. *Caderno de cooperação n. 20*. São Paulo, 1993.

controle."[629]. Do que se segue, o controle como resultado da organização de todas as famílias, para práticas políticas ágeis, produzir, sustentar e liberar quadros para o movimento. Ou seja, o cooperativismo foi pensado e passou a ser implementado nos assentamentos como estratégia de organização da vida cotidiana visando, sobretudo, à mudança da ideologia camponesa com vistas a construir, na prática, a utopia socialista. Superar a mentalidade individual e a prática camponesa do cultivo para a subsistência, profundamente arraigada entre os assentados, era fundamental, por isso deu-se ênfase à opção manifesta pela posse da terra e trabalho coletivos.

No V Encontro Nacional decidiu-se dar estímulo "à cooperação agrícola nos níveis mais avançados, socializando a terra e todos os meios de produção" em duas formas: pequenos grupos coletivos, que buscassem socializar a terra e os meios de produção e grandes associações para desenvolver grandes atividades produtivas (entre outras, a agroindustrialização). Além destas, estimularia a formação de centrais de comercialização reunindo vários grupos coletivos ou assentamentos.[630] Neste mesmo ano (1989), no mês de outubro, foram criadas as primeiras CPAs (Coopanor e a Cooptil) e, em fevereiro de1990, a primeira cooperativa de comercialização regional (Coanol), todas elas no Estado do Rio Grande do Sul.

Amparado na Constituição de 1988, que possibilitou uma autonomia para as cooperativas, o MST criou, em 1991, o Sistema Cooperativista dos Assentados. O SCA faz parte da estrutura organizacional do movimento dos Sem Terra. Este setor congrega as cooperativas de prestação de serviços (CPSs), as cooperativas de comercialização e prestação de serviços (CCPS), as cooperativas de produção agropecuária (CPAs), além dos grupos coletivos e as associações. A CPA pode associar-se a uma CCPS, o que possibilita a utilização de sua infra-estrutura de produção e comercialização. A título de exemplo, a Coopcal (CPA, do Assentamento Terra Livre) está associada à Coagri (Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná), uma CCPS regional, com sede no município de Laranjeiras do Sul. A CPA objetiva centralmente a agroindustrialização, e, neste sentido, procura implantar projetos de agroindústrias no interior dos assentamentos. As CPAs são prioritárias para o MST, não obstante existam múltiplas formas sociais coletivas e individuais de produção nos assentamentos. Para o movimento, a CPA é a "forma superior de

---

629 - BOGO, Ademar. Teoria e prática da cooperação agrícola. Apud: CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit.

630 - Cf. MST. *Plano Nacional do MST (1989-1993)*. Doc. cit., p 20.

organização da produção", por ser mais viável das alternativas e "possibilitar as melhores condições para o avanço da consciência política"[631].

As CCPS abrangem vários assentamentos instalados numa determinada região. Elas objetivam o armazenamento, a comercialização e a agroindustrialização da produção dos assentados na região de sua atuação. Podem associar-se numa CCPS os assentados e pequenos agricultores, mas precisam estar organizados em associações de no mínimo dez famílias. No passado mais recente, iniciou-se a criação de cooperativas de prestação de serviços (CPS). Essa forma de cooperativa atua apenas na assistência técnica, aquisição de maquinários, definição de linhas de produção, implantação de unidades de planejamento para beneficiamento e na comercialização da produção dos assentados.

O Estado que possui pelo menos três cooperativas cria uma Cooperativa Central dos Assentados (CCA). Estas já existem em todos os estados da região sul, em São Paulo, na Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e Maranhão. As centrais estão vinculadas à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (Concrab), criada em 15 de maio de 1992, em Curitiba, no Paraná. A Concrab foi criada para "articular as demandas e as potencialidades regionais otimizando esforços e recursos em vistas do desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas"[632]. Com este intuito, passou a elaborar cadernos de formação, promover cursos de capacitação técnica e política, organizar laboratórios experimentais de campo, firmar convênios. Na percepção de Breno Staast,

> O próprio movimento sentiu necessidade um pouco pelo patrimônio. As cooperativas são simplesmente uma parte legal do MST, é onde nós conseguimos também registrar nosso patrimônio (...) carro, casa, telefone, um monte de coisa, que pro MST, isso é meio complicado. Também a busca de recursos dos assentados e a viabilidade econômica, através da cooperativa você pode comprar, pode vender. A cooperativa juntou de certa forma o individual e o coletivo apesar de estarem trabalhando individualmente, mais eles tem uma atividade coletiva através da cooperativa. Ali você nem conhece o companheiro, mas você é sócio com ele. É uma forma coletiva também de trabalhar.[633]

Com a criação do SCA e Concrab, o MST desencadeou uma política de estímulo à formação de cooperativas em detrimento de outras formas de cooperação. Atualmente existem 14 cooperativas dos assentados do MST no Paraná, com aproximadamente de 5.500 associados: sete de prestação de serviços regionais (CPSR),

---

631 - Id., ibid.

632 - MST. www.mst.org.com.br, 06/05/2001.

633 - STAAST, *Entrevista*. Citada.

cinco de produção agropecuária (CPAs), uma de produção e prestação de serviços (CPPS), uma de crédito (CRED). Em todo o Brasil, existem 86 cooperativas vinculadas ao Sistema Cooperativista do MST (SCA). No Paraná, a maior delas é a Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná (Coagri), localizada no município de Cantagalo, região centro-oeste do Paraná, com 4.161 sócios. Entre outras atividades, a Coagri atua no beneficiamento de feijão, seleção, armazenagem e comercialização de grãos (na safra 2000/2001 comercializou 780.000 sacas de feijão, soja, milho, arroz e trigo). Também oferece serviços de mecanização e transporte. É proprietária de supermercados, de casas agropecuárias e de uma indústria de conservas. Possui, ainda, uma usina de resfriamento de leite com capacidade de 10.560.000 litros/ano. A produção no ano de 2001 foi de 7.200.000 litros.[634]

No documento "Sistema cooperativista dos assentados", de abril de 1991, o reducionismo das possíveis formas de cooperação, instituído com a criação do SCA, explicita-se na contradição entre a orientação de desenvolver todas as formas de cooperação e combiná-las entre si, com o objetivo de alcançar "a forma superior de organização social da produção, que é a cooperativa" e estimular prioritariamente a cooperativa de produção agropecuária (CPA). Ainda no referido documento, ao mesmo tempo afirma-se que a CCA deve envolver todas as formas de cooperação legais ou não, e, logo adiante, as funções propostas para o CCA abarcam apenas a forma CPA. Além disso, nas funções não há uma única referência à dimensão política da cooperação, apenas econômica.[635] Assim, não obstante a socialização a ser promovida devesse abarcar todas as dimensões da vida cotidiana na agrovila ou assentamento, sendo a formação política uma das condições para essa socialização, ela limitou-se quase exclusivamente ao econômico.[636] A cooperação traduziu-se no esforço de inserir os assentamentos no mercado, com níveis de reciprocidade entre as famílias, produção e produtividade acima dos atingidos pela maioria dos assentados individuais.

A exemplo da Coopcal, do Assentamento Terra Livre, em geral, espacialmente a CPA configura uma agrovila com disposição próxima das moradias umas das outras. A agrovila foi pensada como o modelo que mais facilita o trabalho de formação política e mobilização para as ações concretas. Ela aglutina em suas atividades famílias de um assentamento, ou parte delas. A gestão do assentamento, ou parte dele, é

634 - Fonte: dados da Concrab, 2002.

635 - MST. *Sistema cooperativista dos assentados*. Uma proposta ..., doc. cit., p. 5-7.

636 - Ver a respeito CONCRAB. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit.

de forma coletiva. Os sócios agregam-se à cooperativa individualmente, com idade acima dos 18 anos. Portanto, tanto o homem como a mulher pode associar-se. As CPAs procuram articular a cooperação na produção com uma estrutura econômica jurídico-administrativa moderna. De outro lado, a superação da propriedade privada é pressuposto como condição para construir uma nova ordem social. Na mesma direção, o pressuposto que marca a proposta de coletivização da terra e do trabalho do MST é o de que a propriedade privada da terra, indistintamente se camponesa ou capitalista, constitui o principal entrave a ser removido para a construção de uma nova sociedade. Por conseguinte, renunciar a propriedade privada consubstancia objetivo a ser alcançado por todos os assentados.

Vimos, na descrição da Coopcal, que nas CPAs a terra e o trabalho são coletivos. Na maioria delas, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do assentado, que o passa para o controle da cooperativa. Todavia, pode ocorrer a titulação da terra em nome da CPA. Em algumas experiências deste gênero, pequena parcela de terra, que circunda as moradias dos assentados, é de exploração individual, para a própria subsistência. Não é o caso da Coopcal. Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla a parte do capital acumulado que se torna investimentos, considerados pela legislação fundos indivisíveis. Ou seja, torna-se patrimônio social e não pode ser dividido em caso de dissolução ou desistência. Parte dos produtos cultivados são industrializados na(s) pequenas agroindústria(s) da cooperativa.

Segundo o MST, a superioridade da forma CPA viria, sobretudo, de seu melhor desempenho econômico. Ou seja, afirma-se a idéia de que o trabalho coletivo (ou cooperação na produção) é mais produtivo porque permite um melhor aproveitamento da mão-de-obra, economia de tempo, racionaliza a força de trabalho e a utilização dos instrumentos de produção, através da divisão das tarefas e da especialização. As atividades produtivas são organizadas a partir de setores ou departamentos determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados.[637]

O trabalho é controlado na CPA por hora trabalhada e sua remuneração depende da produção global da cooperativa. As horas trabalhadas são registradas pelo

---

637 - CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 05*. Doc. cit.

coordenador e, no final do mês, somadas às horas e subtraídos os adiantamentos e a retirada de produtos, o cooperado recebe parte das "sobras" a que tem direito. Portanto, através desse tipo de remuneração se rompe com a relação capital/trabalho. Ou seja, a contradição entre a igualdade formal e a desigualdade real, expressa na forma contratual da relação de troca na esfera da produção capitalista, sofre fraturas com a apropriação comum da terra e da renda gerada.

Isto só é possível porque os trabalhadores conquistam terra e instrumentos de produção, assumindo eles próprios a gestão do processo produtivo. A CPA configura, pois, relações sociais diretas entre sujeitos numa fração do território comum, porém está desde logo subsumida pela lógica do mercado. Embora boa parte do consumo alimentar das famílias do Assentamento Terra Livre seja produzida no interior da Coopcal, parte dos produtos alimentares, bem como vestuário, sementes, máquinas agrícolas, são adquiridos no mercado local, onde também é vendida boa parte da produção agropecuária. Contudo, no que se refere à divisão da renda gerada segundo horas trabalhadas, há necessidade de evoluir para uma média que considere produtividade tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade. Embora seja "o jeito mais fácil de fazer funcionar", segundo Valdemar Vanhandel, "também há dificuldades porque "uns empenham-se mais do que os outros no trabalho. Uns são mais vadios."[638]

As CPAs, ao contrário das cooperativas convencionais, não se limitam aos objetivos econômicos. No seu cotidiano vivido, as práticas estão voltadas para a conquista da igualdade, dimensionando a busca da realização da utopia da sociedade alternativa baseada em pressupostos socialistas. Portanto, a cooperativa não é vista como um fim em si mesmo. Carvalho esclarece acerca dos objetivos do MST ao privilegiar as CPAs:

> A pretensão final da coletivização era a ressocialização das pessoas (e famílias) para a construção do homem novo, de inspiração socialista, esta expressa novos valores que a prática social coletiva (novos padrões sociais de reciprocidade proporcionassem uma nova coesão social) iria inspirar e consolidar para a superação dos valores vigentes de natureza liberal-burguesa. Deveria ocorrer, portanto, ao nível de CPA, uma revolução nas práticas sociais e na concepção de mundo vigente daquelas pessoas objeto da experiência social em apreço.[639]

---

638 - Id., ibid.

639 - CARVALHO, In: CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit., p. 29.

A forma da CPA é externa à cultura dos assentados. Não foi engendrada na vivência dos trabalhadores sem-terra, não foi desenvolvida a partir das histórias de vida e trabalho, dos valores e tradições culturais, das formas sociais de organização vividas e das identidades sociais dos assentados. A tessitura do regressivo histórico, no Capítulo I (a descrição dos diferentes modos de vida do caboclo e do colono) e a análise dos processos de resistência organizada dos trabalhadores sem-terra, no capítulo II, mostram que a coletivização da terra e do trabalho trata-se de uma forma de organização da produção agrícola que não encontra aporte histórico e cultural na trajetória de vida dos assentados. Representa uma elaboração externa: uma racionalização que, para além de querer promover a superação do modo de vida camponês, pretendeu suprimir um dos elementos centrais da formação da identidade do colono – a tradição do trabalho familiar. Ao mesmo tempo, pretendeu suprimir um projeto de vida não realizado – a propriedade privada da terra. Ou seja, impôs-se uma proposta de alguns à vida cotidiana de muitos, os assentados.

> E como a coletivização instituiu-se abruptamente como cooperativa esta figura técnico-burocrática passou, então, a ser o ponto focal das possibilidades de sucesso da cooperação. A diretriz política de desenvolver as mais diversas formas de cooperação ficou, na prática, superada pela forma cooperativa. Assim, a composição institucional do SCA à época (CPA, CCA e CNC) ocorreu mais por opção político-ideológica do que por informações objetivas e subjetivas da prática histórica da cooperação entre os trabalhadores rurais.[640]

De fato, dos documentos do MST, depreende-se uma racionalização que reduz a possibilidade de o coletivo realizar-se na forma cooperativa e a cooperação na CPA. No Plano Nacional do MST (1989-1993), evidencia-se uma preocupação de desenvolver múltiplas formas de cooperação agrícola e integrar os produtores individuais, assentados ou não, mas se priorizam os grupos coletivos, "a cooperação agrícola nos níveis mais avançados, socializando a terra e todos os meios de produção"[641]. Durante os anos 90, constituiu-se um sistema institucional técnico-burocrático de cooperativas disseminado pelo País e iniciou-se um processo de formação teórico-prática para dirigentes das cooperativas.

2.4 – A Educação na Cooperação

640 - Id., ibid., 29-30.

641 - MST. *Plano Nacional do MST (1989-1993).* Doc. cit., p 20.

O início da articulação nacional em torno da educação no MST ocorreu em 1987 com a criação do *Setor de Educação*. Neste ano, no Estado de Espírito Santo, foi realizado o 1º Encontro sobre Educação, reunindo pessoas de sete estados. A partir de então, com a elaboração de uma pedagogia, o movimento passou a enfrentar o desafio de reduzir o analfabetismo e a baixa escolaridade entre acampados e assentados. Mas, a preocupação com a educação é anterior. Nasceu do vivido nos acampamentos. A presença de crianças, em grande número, estimulou iniciativas de professoras e mães de reivindicar escola para os assentamentos. A primeira escola, ao que se sabe, começou a funcionar em 1983, no Assentamento de Nova Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Na luta pela escola, a noção de direito à educação básica, a escola como direito de todos, se fortalece, e é incorporada como uma das bandeiras de luta do MST, ao lado da luta pela terra e pela reforma agrária. Trata-se de construir uma escola pública e de qualidade nos acampamentos e assentamentos, pedagogia, metodologias e práticas educativas, adequadas à realidade do meio rural.

Desse modo, fortalece-se a idéia da luta pela cidadania e por mudanças sociais mais profundas, como evidenciam os princípios filosóficos norteadores da proposta de educação do MST: educação para a transformação social, aberta para o mundo, aberta para o novo, para o trabalho e a cooperação, voltada para as várias dimensões da pessoa humana, como processo permanente de formação/transformação humana. Para Caldart, a incorporação de novas bandeiras de luta, como a educação, possivelmente está ligada ao fato de que a luta pela terra é movida pela participação de toda a família. No processo, outras necessidades passaram a ser defendidas pelos sem-terra como condição para a reprodução social e cidadania. Neste sentido, a implantação e legalização de escolas de 1ª a 4ª séries nos acampamentos e assentamentos, principal luta do setor de educação nos primeiros anos de sua existência, é um dos exemplos.[642]

No início dos anos 90, os cursos de alfabetização de jovens e adultos e a educação infantil nos acampamentos e assentamentos começam a ser ofertados em maior número. Cria-se o curso de magistério para a formação de educadores e educadoras capazes de atuar na perspectiva pedagógica do MST e ocorre a formação do Coletivo Nacional de Educação, formado por representantes dos estados onde o MST está organizado. O coletivo elabora as linhas de ação relacionadas à educação do movimento.

---

642 - CALDART, *Pedagogia do movimento sem terra*. Op. cit.

Em julho de 1997, no *campus* da Universidade de Brasília (Unb) foi realizado, com o apoio da Unicef, o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária. O evento contou com a participação de cerca de 700 professores de assentamentos e acampamentos de dezenove estados e do Distrito Federal e professores de universidades estaduais e federais. A proposta do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) surgiu durante o referido evento.

O programa foi implantado pelo Incra, em 1998, através de parcerias com universidades e o próprio MST. Em maio de 1998, o 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos foi realizado pelo MST, em Recife. No mesmo ano, em Luiziânia, Goiás, foi realizada a Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo. Da organização do evento, além do MST, participaram a CNBB, a Unb, a Unesco e a Unicef. As diferentes experiências e atividades relacionadas à educação nos assentamentos rurais evidenciam a inclusão "das preocupações sobre o processo de educação e sobre a própria ocupação da terra, como direito e dever do Sem Terra em Movimento" [643].

Em meados dos anos 90, através da atuação do Setor de Educação e Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), o MST, em parceria com o Departamento de Educação Rural da Fundep (Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro), no município de Braga, Rio Grande do Sul, criou o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), na Escola "Uma Terra de Educar". A Fundep foi criada, em agosto de 1989, por entidades privadas. A gestão do Departamento de Educação Rural é feita por um coletivo formado pelo Movimento Sindical, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Movimento Sem Terra, entre outros movimentos populares da referida região. A metodologia norteadora do curso foi chamada de "Oficina Organizacional de Capacitação", cuja primeira etapa foi denominada "Laboratório Organizacional de Curso", e orientou-se pela "Teoria da Organização" elaborada por Clodomir dos Santos Moraes. Esta teoria e suas implicações na vida cotidiana nos assentamentos serão analisadas mais adiante.

Quanto à metodologia aplicada, esta implicava no exercício de criação de uma cooperativa de produção e prestação de serviços. O objetivo era, a partir dela,

---

643 - Id., ibid., p. 252. Além deste estudo, sobre o Setor de Educação e o processo de discussão e elaboração da pedagogia do MST ver, da mesma autora, *Educação em Movimento*. Formação de educadoras e educadores no MST. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

qualificar tecnicamente grupos coletivos para a organização dos assentamentos e da produção, e formar quadros intermediários para o MST. Além do domínio dos conteúdos, o desempenho nos trabalhos, e o comportamento pessoal e coletivo, eram avaliados. No que se refere a este último item, segundo documento de criação do curso, eram observados:

> - A disciplina no cumprimento das decisões do coletivo, no respeito às normas do curso e ao Regimento Interno da Cooperativa, na realização das tarefas e na participação no conjunto das atividades da escola.
> - A disponibilidade pessoal em ajudar no avanço do coletivo, deixando em segundo plano os interesses particulares.
> - O companheirismo e a solidariedade no relacionamento com os outros.
> - A capacidade de crítica e autocrítica.
> - A iniciativa e capacidade de levantar propostas que ajudem no avanço do coletivo em todas as dimensões.
> - Comportamentos éticos no relacionamento interno e com outros coletivos.[644]

O número crescente de alunos vindo de várias partes do País levou a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Concrab, em 1997, à criação do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), Escola Josué de Castro, no município de Veranópolis, localizado na região norte do Rio Grande do Sul. A escola funciona até o momento atual em forma de co-gestão: alunos e equipe responsável são responsáveis pela gestão. Além da formação técnica, durante os dois anos de curso, os alunos produzem alimentos com o objetivo de se capacitarem através da prática e, ao mesmo tempo, contribuir com a manutenção da escola. Para este fim, funciona no Iterra uma padaria, agroindústria de doces e conservas, horta e roça. Além deste curso, o instituto oferece outros em parceria com diversas universidades (Técnico em Enfermagem, Técnico em Comunicação, Técnico em Agropecuária, Magistério, Pedagogia da Terra, Supletivo de 1º e 2º grau).

No Oeste do Paraná, no Assentamento José Tavares, localizado no município de São Miguel do Iguaçu, o MST criou, em 10 de março de 2000, a Escola de Formação José Gomes da Silva. Nela o Movimento vem realizando cursos de formação sobre agroecologia, com duração de dois meses. O movimento, em parceria com a Crabi/MAB, a Assessoar e a Escola Agrotécnica Federal, localizada no município de Dois Vizinhos, está elaborando um curso pós-médio, o Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável, com carga horária de 1.200 horas e duração de 01 ano e meio. O curso

---

644 - FUNDEP/ANCA. Documento de criação do curso técnico em administração de cooperativas. Apud: HOFFMANN, *Da cruz à bandeira*. Op. cit., p. 285.

articulará o estudo ao trabalho prático na lavoura e pecuária, no próprio Assentamento onde a escola está localizada, ou nos assentamentos de origem dos alunos.

Atualmente, o MST possui 1.800 escolas públicas de ensino fundamental em acampamentos e assentamentos, com 160 mil crianças e adolescentes, nas quais trabalham cerca de 3.900 educadores, além dos 250 educadores que trabalham na Cirandas Infantis, na educação de crianças de até 6 anos. Na alfabetização de cerca de 30 mil jovens e adultos trabalham 3 mil educadores. O movimento tem realizado parcerias e convênios com mais de 60 universidades públicas e privadas, Unesco, Incra, OIT, Unicef, CNBB, IECLB, ABRINQ, AEC, secretarias estaduais e municipais de educação. Cerca de 100 estudantes sem-terra cursam agronomia, direito, jornalismo, pedagogia, economia, entre outros cursos, em diversas universidades públicas e privadas brasileiras, e 37 cursam medicina na Escola Latino-Americana de Medicina, em Cuba. A atuação do MST na área da educação tem sido reconhecida nacional e internacional.[645]

A concepção pedagógica da proposta de educação escolar do MST orienta-se por um conjunto de diretrizes essencialmente políticas, articuladas à capacitação técnica, revalorização do homem do campo e ao projeto de transformação da sociedade. Destacam-se: a ênfase à preparação ao trabalho rural, o estímulo e formação para o exercício da cooperação agrícola, à gestão democrática e direção coletiva da escola; a prática e a realidade cotidiana vivenciada, como ponto de partida do processo educativo, e o conhecimento científico da realidade como um dos objetivos a serem alcançados; o professor: educador e militante; a escola como espaço social que contribui na formação de novos militantes, onde se promove o exercício da mística pela luta popular e se elabora/vive uma nova ética, combinando processos pedagógicos coletivos e individuais.[646]

Ou seja, trata-se de construir uma escola como um espaço de socialização e produção do saber, de estímulo às práticas de solidariedade e cooperação, com vistas ao enfrentamento concreto dos desafios nos campos da produção, da

---

645 - Por sua atuação, recebeu o Prêmio Educação e Participação do Itaú&Unicef, "Por uma escola de qualidade no meio rural", dezembro 1995, concedido pela Unicef; Prêmio Alceu Amoroso Lima de Direitos Humanos em agosto de 1999, concedido pela Fundação Alceu Amoroso Lima;Prêmio Pena Libertária pela Escola Itinerante, em outubro de 1999, concedido pelo SINPRO/RS;Prêmio Itaú&Unicef – "Por uma Educação Básica do Campo", em novembro 1999, concedido Unicef; Prêmio Pena Libertária, "Educação no RS 2000", foi concedido para a Escola Josué de Castro - do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, Outubro de 2000. (Fonte: MST. *Setor de Educação*. In: www.mst.org.Br, em 20 de janeiro de 2002).

educação, da saúde, da habitação, nos assentamentos rurais, e à inserção na sociedade moderna urbana e rural. Neste sentido, também a Crabi/MAB, como resultado das discussões desencadeadas junto aos atingidos por barragens, elaborou em 1998/1999, uma proposta de educação centrada na valorização dos laços de solidariedade, da gestão democrática, organização e atuação coletiva dos agricultores(as) e no desenvolvimento da consciência ecológica e de projetos alternativos de cooperativismo, e, na realidade do homem e da mulher do campo, seus valores, dificuldades e interesses, como possibilidade de construir um projeto de desenvolvimento rural.

Não obstante as diferenças entre as propostas (do MST e da Crabi/MAB), o que foge aos objetivos deste trabalho analisar, a educação não se limita ao âmbito escolar. Ela, em suas diferentes dimensões (educação escolar, de adultos, política, técnica, ...), está para além do espaço da escola, espraiando-se pelo tecido das relações de trabalho, no convívio social, nos assentamentos. Cada reunião na escola, na igreja, conversa ao abrigo da sombra das árvores, a organização e participação nas comissões, cursos de formação e assembléias, a realização de atividades agrícolas conjuntas, os trabalhos comunitários, exigem dos assentados exporem suas idéias, pensarem soluções. E, neste processo, estão se auto-fazendo, educando na luta.

O MST enfatiza, ainda, como um dos objetivos centrais da proposta de educação, a necessidade de criar "... valores do novo homem e nova mulher. A sociedade que temos infelizmente degradou a nossa humanidade e nossas relações interpessoais, *criando vícios* como *individualismo*, *autoritarismo*, *machismo* e *falta de solidariedade*. Precisa-se *reeducar* nossa humanidade através destas novas gerações forjadas na luta."[647] (Itálico meu). Para além do espaço da escola, a prática da cooperação é vista pelo MST como um instrumento pedagógico para a superação do individualismo e para a organização dos trabalhadores. Neste sentido, como forma de superar uma suposta "mentalidade individualista do camponês", o movimento, desde fins dos anos 80, realizou cursos de formação, os chamados Laboratórios de Campo, sobre os quais se tratará nas páginas que se seguem. Em 1992, no I Curso Nacional de Dirigentes do Sistema Cooperativista dos Assentados, realizado no município de Caçador (SC), entendeu que o SCA deveria também envolver os assentados "individuais" e considerar múltiplas formas de cooperação, inclusive as mais simples. Percebia-se que a imposição de formas rígidas provocava fortes resistências por parte dos assentados, além do que os

---

[646] - Id., ibid. p. 146. Ver também GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 145-146.

"individuais" constituíam a maioria da base. O sistema deveria ter caráter político (ser instrumento de organização política dos assentados) e caráter de empresa econômica (buscar a eficiência econômica, visando à resistência do assentado no campo e à melhoria da qualidade de vida). O SCA, a partir de então, passou a ser um setor do movimento. [648]

Todavia, uma certa padronização das formas, situadas dentro de uma hierarquia, que vai do individual e das formas simples de cooperação às formas mais complexas, dentre as quais a CPA, considerada a forma superior, permanece. Não sendo possível de imediato implantar a produção coletiva, esperava-se partir de formas simples de ajuda mútua e trabalho em conjunto e avançar, com o tempo, para formas mais complexas de produção cooperada. Na prática, ocorreu um reducionismo das formas, conteúdos e possibilidades, de realizar a cooperação. A afirmação de uma única forma cooperativa (CPA) suplantou na prática cotidiana a opção de incentivar a pluralidade das formas. Com efeito, como modo de organizar a vida cotidiana, as formas cooperativas, sobretudo a CPA, foram impostas na cotidianidade. Neste sentido tornaram-se expressões repressivas dos sujeitos sociais em suas ambiências ao buscarem um certo conteúdo.[649] A implantação do modelo de cooperativa nos assentamentos rurais pelo MST vem marcada, como se verá nas páginas que se seguem, por uma *práxis* permeada pelo desrespeito à cultura campesina e por determinadas práticas autoritárias.

2.5. A "Imposição" do Coletivo: Práticas e Representações

"Os seres humanos são extremamente individualistas", assevera Delfino Nunes de Almeida, jovem técnico em administração de cooperativas do MST, que atua no Assentamento Terra Livre e é da coordenação regional sudoeste do movimento. Tal premissa é ponto de partida na sua explicação para a resistência dos assentados à cooperação agrícola. Com ela, o narrador de antemão naturaliza as concepções, as alternativas, o modo de vida, dos sujeitos. Todavia, as concepções, as opções e modos de vida, engendram-se nas experiências. Elas são mediação necessária entre o ser social e a consciência social. Ou seja, "é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de

---

647 - Cf. MST. *Setor de Educação*. In: www.mst.org.Br, em 20 janeiro de 2002.

648 - Ver CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit.; *Caderno de cooperação agrícola n. 5*. Doc. cit.

649 - LEFEBVRE, *A vida cotidiana no mundo moderno*. Op. cit., p. 198-199.

produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida."[650] Nestes termos, a história não está dada, os sujeitos, como individualidade e como classe, tecem-se nas relações que estabelecem na vida cotidiana. A premissa inicial do narrador tem implicações sérias, pois acaba naturalizando a própria cultura camponesa na explicação do porquê do individualismo.

> ... Por quê? Porque nós fomos criados, isso é uma coisa muito cultural, em uma sociedade extremamente capitalista, onde sempre nós fomos explorados. E aí nós viemos pro nosso meio, depois de conquistar a terra, tentando construir uma proposta diferente. A primeira coisa é que as pessoas já são traumatizadas pelo nome cooperativa. Outra coisa, ele sempre foi explorado, mas se ele tiver a oportunidade de explorar o próximo ele vai fazer isso, porque essa é a lógica neoliberal que nós estamos vivendo hoje no Brasil. Esta dificuldade reflete de cara, mesmo, sempre. Desde a necessidade das pessoas de tomar decisões e se acomodar, de pensar primeiro o meu depois o nosso. O coletivo só vai dar certo no dia em que a maioria, porque todos são muito difíceis de conseguir, pense primeiro o nosso e depois o meu. Existem três lados, o meu, o teu e o correto. (...) Da onde que a gente têm que criar uma consciência pra que a gente discuta e as coisas sejam feitas pro lado correto.[651]

Como se vê, na fala, o narrador elabora uma explicação a respeito das dificuldades que os assentados encontram para organizarem a produção e comercialização cooperativa do MST. Isto está explícito em seus cadernos de formação[652]. Nos cadernos, o sistema capitalista é apontado como responsável pela mentalidade individualista dos pequenos produtores. A crítica do MST à mentalidade individual não é só o ponto de partida para a discussão e implementação de projetos cooperativos, mas também é nela que se fundamenta a intervenção do MST junto aos assentados para que criem consciência política e mantenham viva a utopia de uma sociedade transformada (nova) construída pela prática política dos próprios trabalhadores.

Representações, práticas e valores, designados como tradicionais ou como modernos, estão presentes a todo instante nesse processo. Esta simbiose explicita-se também na tessitura do produtivo. Como se viu no Capítulo II, estão presentes na formação política dos sem-terra no fazer-se do MST, nas marchas, ocupações de terra, acampamentos, nos encontros de formação. Na observação direta na pesquisa de campo, constatei a existência de bandeiras do movimento na entrada dos acampamentos e assentamentos, na varanda ou no interior das casas, na cooperativa, na fábrica de ração

---

650 - THOMPSON, *A miséria da teoria ...*, op. cit., p. 112.

651 - ALMEIDA, *Entrevista*. Citada.

652 - Entre outros documentos que tratam do assunto: MST. Caderno de formação n. 10. Doc. cit.; *A luta continua*. Doc. cit; *Caderno de formação* n. 11. Doc. cit.; *Caderno de cooperação agrícola*, n. 1. Doc. cit.

e no laticínio, entre outros lugares. Durante o encontro regional do MST no Oeste do Paraná, em janeiro de 1999, em Ramilândia, ao mesmo tempo em que se estudou um texto acerca dos novos valores a serem assumidos pelos sem-terra acampados e assentados, decidiu-se pelo *marketing* social (produtos da reforma agrária, vendidos com o símbolo do MST; distribuição de alimentos na periferia das cidades, mutirões para a limpeza da escola e pátios de prédios públicos na cidade). Definição que todos os presentes assumiram como uma das tarefas a realizar. Os produtos da reforma agrária (leite longa vida, erva-mate, conservas de picles e pepinos, etc.) lançados no mercado são exemplos do MST para mostrar a viabilidade da proposta de cooperação.

Nesta direção, Regina Novaes chama atenção de que, ao lado da mística religiosa e símbolos da cultura popular religiosa, há cartazes de Lênin. Uma certa leitura do seu pensamento "também está presente na formação teórica, em um certo tipo de centralismo e militarismo na formação e direção, tem bandeira vermelha. Tem lumpen" [653]. Esta representação foi utilizada pelo MST para designar aquele que não adere às suas propostas de cooperação agrícola como uma espécie de "lumpesinato" político. Em outros termos, no processo de formação da cooperação nos assentamentos, as formas produtivas individuais e a escolha individual acerca da organização da terra e do trabalho foram desqualificadas pelo MST. À produção familiar em unidades individuais, interpretada como "vício" e atrasada, foi contraposta a representação do coletivo, aos grupos coletivos e as cooperativas de produção agropecuária (CPAs). Estas últimas foram propostas, a partir de 1989, como forma superior de organização da produção agrícola, porque o trabalho, a terra e o capital, nelas são coletivos.

O referencial político-ideológico que informa esta forma organizacional para os assentamentos rurais encontra-se na "Teoria da Organização no Campo", formulada por Clodomir Santos de Moraes, publicada pelo movimento no Caderno de Formação n. 11, em 1986[654]. Esta teoria apóia-se numa concepção de socialismo,

---

653 - NOVAES, *A trajetória de uma bandeira de luta*. Op. cit., p. 169-180.

654 - Clodomir Santos de Morais nasceu em Santa Maria da Vitória, Bahia. Graduado em Ciências Jurídicas, em Recife, Pernambuco, colaborou na organização e atuou como assessor das Ligas Camponesas. Eleito deputado federal foi cassado, em 1964, e exilado. Na condição de funcionário da Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU), prestou assessoria em questões da agricultura no Chile, México, Nicarágua, entre outros países. Nos anos 80, após convite do governo da República Democrática Alemã, cursou doutorado na Universidade de Rostock. Para a obtenção do título de doutor defendeu, em 1987, a tese: "*Condiciones objetivas y fatores subjetivos de la incorporacion de las massas rurales em el processo de desarrollo progressista de la agricultura de Centro América*". A partir dos pressupostos da tese escreveu o artigo "*Teoria da Organização no Campo*", publicado pelo MST no ano de 1986. Atualmente exerce a docência na Universidade Federal de Rondônia e professor visitante na Universidade Autônoma de Chapingo, no México (Cf. MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. MST. *Caderno de formação n. 11*. Doc. cit). Sobre o autor e sua proposta de formação de

formulada a partir de uma leitura dogmática ou vulgar do marxismo-leninismo. Tal concepção fundamenta todo o processo de discussão da necessidade de cooperação agrícola e sua implementação, a partir da realização de "Laboratórios Experimentais", como alternativa econômica nos assentamentos a partir de 1989.

Os "Laboratórios Experimentais" são propostos em quatro formas: "Laboratório de Centro" (para a formação de quadros de empresas coletivas e de futuros laboratoristas); "Laboratório de Empresa" (para "elevar o nível organizativo de uma empresa coletiva mediante a redução das formas artesanais de trabalho."); "Laboratório de Terreno ou de Base" (para "acelerar a consciência organizativa do grupo social para se criar as bases de empresas de serviço e produção"); "Laboratório de Curso" (para formar "a consciência organizativa do grupo de alunos integrados em uma empresa de serviços destinada à auto-capacitação.")[655]. Famílias de um assentamento ou parte delas, ou famílias de vários assentamentos foram reunidas de 15 a 45 dias para experimentarem na prática o trabalho coletivo. Como se pode depreender, o objetivo central dos laboratórios consistia em "introduzir a consciência organizativa" em um grupo social, notadamente dos agricultores assentados.

Uma leitura dos documentos mais recentes do MST/SCA[656] confirma a incorporação de premissas e proposições da supracitada formulação teórica. Embora os laboratórios tenham sido utilizados bem mais até por volta de 1994, a recorrência a eles ainda permanece. No Assentamento Vitória, a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná (Coara), no ano de 1996, de 29 de abril de 1996 a 11 de maio de 1996, desenvolveu o "laboratório organizacional de empresa", com 91 participantes.[657] O "laboratório" foi desenvolvido pelo setor de formação do MST. Nas semanas que o antecederam, as lideranças intensificaram o convite à participação aos assentados e providenciaram a organização infra-estrutural do evento.

Entre os assentados havia muita expectativa em torno da possibilidade de iniciar um novo tempo. Com esta perspectiva muitos resolveram participar da proposta do MST de experimentar o coletivo como forma de trabalhar

---

camponeses, através da realização de Laboratórios Experimentais, ver: BRENNEISEN, *Relações de poder, ...*, op. cit., HOFFMANN, *Da cruz à bandeira*. Op. cit.).

655 - MORAIS. *Elementos sobre a teori*a ..., op. cit., p. 55.

656 - Entre outros, MST/*SCA, uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil*. Doc. cit.; CONCRAB. *Caderno de Cooperação Agrícola,* n. 4. Doc. cit.; CONCRAB. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. *Caderno de cooperação agrícola* n. 7. São Paulo, novembro de 1998.

no assentamento. No primeiro dia do evento, os laboratoristas que atuaram no processo pedagógico, para a realização das atividades práticas, formaram cinco grupos de trabalho (reestruturação da Coara, núcleos de produção, linhas de produção, formação e comunicação). Os grupos deveriam planejar ações voltadas à formação da cooperativa, para serem colocadas em prática imediatamente, durante a realização do laboratório, e posteriormente. As assembléias, realizadas com freqüência, constituíram a forma de partilhar os resultados alcançados e avaliar os pontos positivos e as dificuldades encontradas pelos grupos. As atividades práticas foram precedidas de quatro aulas teóricas: "as origens da organização do trabalho", "economia natural", "teoria da organização" e "teoria da organização do trabalho".

Os conteúdos dos temas abordados foram extraídos do caderno de formação do MST que reproduz o artigo de Clodomir Santos de Morais. Desse modo, convém apresentar o texto do autor para, em seguida, tecer uma análise dos limites e implicações dessa teoria na vida cotidiana dos assentados. O conteúdo do artigo encontra-se estruturado em cinco partes: (i) origens da organização do trabalho, (ii) comportamento ideológico de estratos emergentes, (iii) vícios (ou desvios ideológicos) determinados pelas formas artesanais de trabalho, (iv) "mecanismos ou instrumentos" para combater os vícios das formas artesanais de trabalho, (v) o laboratório experimental.

Na primeira parte, o autor recorre a uma premissa marxista, da relação entre existência material e consciência do indivíduo, elaborando uma visão determinista da relação e do próprio sentido da história. Para o autor, o comportamento ideológico do indivíduo consiste em "... um complexo de valores culturais, morais e políticos, determinado pelo papel que desempenha dentro de um determinado processo produtivo"[658]. O autor procura fundamentar esta premissa na história da organização do trabalho. Esta incursão mostra-se fundamental, pois a partir dela o autor vai argumentar a necessidade da teoria organizacional e a prática do laboratório. Orientando-se por um modelo lógico, racionalizado, mecanicista, do processo histórico, inicia pelo modo de produção comunal primitivo, descreve o processo que engendrou a divisão social do trabalho e da propriedade privada, originando a economia mercantil simples, e finaliza considerando acerca da economia mercantil capitalista com o surgimento da divisão técnica do trabalho.

---

657 - COARA. *Laboratório Organizacional de Empresa.* Lindoeste, abr./maio 1996 (mimeo).

658 - MORAIS, *Elementos sobre a teoria ...,* doc., cit., p. 12

Tendo contextualizado a formação econômico-social da sociedade industrial, situa os produtores em diferentes extratos, descrevendo seus comportamentos ideológicos: os artesãos, os assalariados, os semi-assalariados e o lumpesinato. O camponês é identificado como artesão (trabalhador que executa integralmente o processo produtivo de determinado artigo). Como o artesão, o camponês não incorpora a divisão técnica do trabalho. A atitude dos camponeses de não se submeter às regras impostas por uma organização coletiva é representada como evidência de uma mentalidade tradicional, própria do artesão:

> O artesão da agricultura é o camponês parceleiro que começa e termina inteiramente o processo produtivo; para produzir faz várias limpas ou capinas e finalmente colhe e vende no mercado ou come o cacho de banana, por exemplo. Ele não divide o processo produtivo com ninguém, ele faz tudo.[659]

Em função do papel que o camponês desempenha no processo produtivo, o autor determina seu comportamento ideológico. Mais adiante, o mesmo documento especifica o modo de vida do artesão da agricultura, (des)qualificando-o com representações que, na ótica do autor, constituem "vícios": "oportunistas" e "subjetivistas":

> Os camponeses são produtores simples que trabalham a terra como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes, posseiros, etc. utilizando para isso seus próprios meios de produção e decidindo sobre o consumo e a distribuição dos produtos. Sua produção é familiar e algumas vezes utilizam também diaristas para realizá-la. É o empresário da produção familiar. Dentro do caráter familiar da produção camponesa se observa uma *mínima divisão social do processo produtivo*. Isto significa que o processo produtivo do camponês apresenta o caráter orgânico do processo produtivo artesanal na qual o indivíduo começa e termina o mesmo produto. (...). A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu *comportamento ideológico* no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação (sindical, cooperativa, etc.) não é conseqüência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais.[660]

Na acepção do autor, o comportamento dos camponeses ideologicamente se assenta no isolacionismo, personalismo e individualismo. E, por isso, o considera *incapaz* de tomar iniciativas de organização sindical ou cooperativa. As formas organizacionais não tardariam a apresentar problemas no seu funcionamento, na divisão social do processo produtivo, gerando a concentração das tarefas na presidência ou alguns diretores. Também o semi-assalariado (camponeses pobres, atuam como

---

659 - MORAIS, *Elementos sobre a teoria ...,* doc., cit., p. 11.

660 - Id., ibid., p. 12-13.

diaristas em algumas épocas do ano para outros proprietários rurais) por manifestar comportamento e "traços ideológicos semelhantes aos do camponês", bem como o *lumpesinato* (indivíduo que não se ajusta a nenhum processo produtivo, pois não vê o trabalho como necessidade, "subsiste às custas do esforço alheio"), são avaliados como incapazes para o empreendimento coletivo.[661] Esta representação social permeia outras publicações e documentos do MST, sendo utilizada para justificar as dificuldades enfrentadas para implantar a cooperação nos assentamentos rurais. No documento "Enfrentar os Desafios na Organização dos Assentamentos" lê-se:

> ... a cultura camponesa produzida através das relações, mais com a natureza do que com as pessoas, vem assumir características muito particulares que estão vinculadas ao mito, à superstição, à tradição, à contemplação e ao raciocínio associativo, caracterizando assim a formação do caráter do camponês através de aspectos espontâneos. Ao contrário do operário que estabelece relações de produção através da programação do trabalho.[662]

Em outro documento "A Experiência do MST na Cooperação Agrícola" afirma-se:

> Os trabalhadores que ocupam terra e facilmente optam pelo trabalho coletivo, na maioria dos casos já passaram pelo trabalho coletivo nas fazendas ou fábricas nas cidades e já aprenderam na prática o que é o trabalho coletivo, onde cada um faz uma parte do produto. Por outro lado, muitos ocupam terra e não querem nem ouvir falar do trabalho coletivo, preferem o trabalho individual, a propriedade individual, porque sua origem está na pequena produção artesanal, são filhos de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários etc., ou seja, o modelo de desenvolvimento do qual fizeram parte foi baseado no trabalho individual.[663]

Como se pode ver, nos excertos acima, assim como no artigo de Clodomir de Moraes, o sujeito social capaz de organização social é o assalariado agrícola em decorrência de sua inserção no processo produtivo já ser socialmente organizada. Segundo Morais, a tendência "*natural*" à organicidade dos assalariados é um dos traços fundamentais que os distingue dos camponeses.

> Ao contrário dos camponeses, os assalariados tendem naturalmente à organização social porque, além de trabalharem socialmente organizados, operam dentro da complexa divisão social do processo produtivo, característica da grande empresa capitalista. Esta, desde o momento que contrata o operário agrícola, lhe imprime uma consciência da

---

661 - Ibid., p. 19 e 20.

662 - CONCRAB. *Enfrentar os desafios da organização ...*, doc., cit., p. 11,12.

663 - MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. p. 157. In: GÖRGEN & STÉDILLE, *Assentamentos*. Op. cit.

> eficiência da ação coletiva na elaboração de um produto ou na realização de uma atividade ou ação.[664]

Destarte, ao tornar o agricultor assentado objeto de representações sociais (o "*artesão*", o "*lumpen*", o "*semi-assalariado*", cujo conteúdo atribuído remete a adjetivações desqualificadoras, entre as quais "*isolacionista*", "*personalista*", "*individualista*", designou-o como arcaico em oposição ao moderno (o assalariado agrícola) que, pela sua inserção na produção, já estaria socialmente predisposto a filiar-se ao sindicato e a participar de empreendimentos coletivos de produção, pautados na divisão de tarefas. Desse modo, reproduz-se, discursivamente e em práticas, no interior de um movimento social, o MST, esteriótipos similares às representações repressoras do camponês, elaboradas e disseminadas em diferentes momentos pelas elites de nosso País, a exemplo do que se assinalou na introdução deste trabalho: o camponês é representado como *atrasado*, *indolente* e *incapaz*.

Em outros termos, como bem mostra em seu trabalho Eliane Brenneisen o MST, um movimento que surgiu em reação às práticas, relações e estruturas de dominação da sociedade brasileira, rearticula e reproduz representações dessa mesma ordem social.[665] Recorde-se, a título de exemplo, o popular livreto do laboratório Fontoura que conta a história de Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato no início do século XX. Os adjetivos desqualificadores do modo de vida do personagem atribuídos pelo autor, na medida em que o livreto foi disseminado pela teia social, levou à indentificação do Jeca Tatu como a própria representação do caipira brasileiro: morador em casebre de sapé, barro e chão batido, contentava-se com o plantio de mandioca, indolente, sem ambição e muitas vezes doente, sem recursos técnicos para aprimorar sua produção, convivia com a miséria, lutava contra as formigas e o mato, que não parava de crescer. Não será possível acabar com esse discurso acerca do camponês, como resíduo do passado a ser superado, enquanto não se eliminar essas representações desqualificadoras do vivido camponês.

Para o MST, os assentados que "facilmente optam pelo trabalho coletivo", ao seu modelo de cooperação, são os que experimentaram o trabalho coletivo no assalariamento agrícola ou urbano, pois "há uma tendência muito forte entre os camponeses de se apropriarem individualmente da terra" e "estabelece seu próprio

---

664 - MORAIS, *Elementos sobre a teoria ...,* doc., cit., p. 14.
665 - Cf. BRENNEISEN, *Relações de poder, Dominação ...,* op. cit., p. 205.

governo, com leis, planos de produção, relações de trabalho, controle financeiro, relação com o mercado e ninguém poderá intervir, a não ser nos aspectos em que ele decide contribuir. (...). Essa relação individualizada com a propriedade determinará o modo de agir e de pensar do camponês"[666]: concepções e práticas individualizantes. Esta representação do camponês confere com o entendimento de Morais. Para ele, diferentemente dos camponeses, os operários agrícolas são mais eficientes em suas ações, possuem uma autonomia relativa em relação aos seus líderes na execução de tarefas, e, por isso, entre eles se encontram as maiores possibilidades de organizar uma greve.[667]

À medida que um conjunto de representações é tecido pelo autor acerca do campesinato e da agricultura familiar, constitui-se o argumento em favor da necessidade de introduzir junto a esse sujeito social a "consciência social organizativa" através do "laboratório experimental". Esteriótipos vão compondo este quadro: o camponês não consegue "ver globalmente, nem planejar", "vícios herdados do processo produtivo simples" lhe impedem de fazê-lo.[668] Afirma, ainda, que o camponês se encontra ao nível da consciência ingênua. A propositura do "laboratório experimental" vem no sentido de suplantar essas "deficiências". Além da consciência ingênua, o autor situa dois outros níveis, a crítica e a organizativa. A crítica possibilita o desvendamento interpretativo das contradições das relações sociais e a tomada de posição política frente a elas. A organizativa, considerada um grau superior a ser atingido, implica na divisão técnica do trabalho, consubstanciando a "racionalização metodológica" e "a eficiência das ações".[669]

Há um claro reducionismo da cultura camponesa na formulação de Clodomir de Moraes. Todo um modo de vida é enquadrado em uma meia dúzia de costumes, atribuídos ao camponês, designados como "vícios". Todavia, constituem representações desqualificadoras dos sujeitos sociais e de seu modo de vida. As experiências e a cultura dos camponeses são completamente ignoradas, eles são vistos como sujeitos indiferenciados e inadequados para determinados fins e funções sociais: não têm condições de organizar-se no empreendimento cooperativista e de ser direção. O camponês é visto como incapaz de mudança de atitude por si só. Assim, a partir da

666 - CONCRAB. *Enfrentar os desafios da organização ...*, doc., cit., p. 13.
667 - MORAIS, *Elementos sobre a teoria ...,* doc., cit., p. 15-17.
668 - Ibid., p. 18.
669 - Ibid., p. 25-26.

manipulação do vivido através das representações[670], arma-se uma estrutura e práticas repressoras de intervenção na vida cotidiana do camponês: o "laboratório experimental" para "*eliminar os vícios*", introduzir no grupo "*a consciência organizativa*", "*formar quadros de organizações de estruturas complexas.*"[671], garantindo assim o sucesso do empreendimento cooperativista.

Neste sentido, observa-se na teorização de Morais aquilo que chamou atenção Margarida Maria Moura sobre uma certa produção acadêmica e uma análise política que têm como objeto o modo de vida camponês:

> Pelas mesmas razões por que o camponês foi considerado marginal e residual na produção, a avaliação de suas representações e ações na análise política sempre foi minimizada. A minoridade conferida à ação política do camponês está presente em diversas tendências de interpretação sobre o meio rural brasileiro. É ilustrativo relembrar as análises que explicavam o comportamento político do camponês como patológico ou certas concepções de esquerda que julgam o camponês um indivíduo preso a ficções alienantes, cabendo aos ativistas a tarefa magistral de "ensina-lo"[672]

Nesta direção, para a consecução do objetivo proposto, segundo Morais, à organização de um novo grupo social, deve-se escolher sempre uma forma organizacional que corresponda ao universo cultural do grupo. Citando exemplos de experiências cooperativas camponesas de reforma agrária centro-americanas, argumenta que o insucesso dessas deu-se porque propunham estruturas com base na divisão social do trabalho própria dos assalariados, incompatíveis com o comportamento ideológico artesanal dos camponeses. Além disso, diz, é preciso estar atento às *"anomalias" e* "*controlar facções e tendências, garantindo a harmonia do grupo"*. Neste sentido, o autor propõe que o "laboratorista" organize uma equipe de três a quatro pessoas (estrutura primária), para exercer a "*vigilância"*, detectar *"vícios*, controlar *anomalias"* e corrigir distorções durante o "laboratório". Para exercer tal vigilância é preciso ter elementos para detectar aqueles que se contrapõem à *unidade* e a *disciplina* na empresa associativa e na empresa política. Na verdade, os elementos já estão dados: Os "*vícios das formas artesanais de trabalho*, que se manifestam minando pouco a pouco a *unidade e disciplina.*" [673] (Itálico meu).

---

670 - Ver LEFEBVRE, *La presencia y la ausencia*. Op. cit.

671 - Ibid., p. 41.

672 - MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. p. 52.

673 - Ibid., p. 27.

A necessidade de mudar a mentalidade que permeia o modo de vida "artesanal" é central nos encontros de formação sobre como implantar a cooperação agrícola. Esta é apresentada como instrumento capaz de melhorar os resultados da produção e da comercialização dos produtos agropecuários e, ao mesmo tempo, permite avanços na formação da consciência política do associado. Neste âmbito, a noção de cooperação agrícola articula a proposta do trabalho coletivo e a socialização dos resultados (a cooperativa de produção agropecuária – CPA). Entre as vantagens do ponto de vista econômico estaria: (i) o aumento da área cultivada e da produção, (ii) o plantio na época certa, (iii) o melhor aproveitamento da terra, (iv) o aumento da produtividade do trabalho, (v) a diversificação das lavouras comerciais, (vi) a ampliação e maior conhecimento das técnicas agropecuárias, (vi) a economia do tempo, (vii) a obtenção de preços mais baixos na compra de insumos e preços melhores na venda da produção, (viii) ampliação das possibilidades de aquisição de implementos agrícolas e construção de benfeitorias, como galpões, e (ix) possibilita maior divisão social do trabalho[674].

Em contraposição, seguindo as formulações de Clodomir de Morais, a opção pelo lote individual, fundamentada no desejo de autonomia e liberdade, é analisada como decorrente da forma artesanal de trabalho dos camponeses, na qual predomina o individualismo. O individualista é definido como o "sujeito que acredita apenas no indivíduo e sempre o coloca em plano superior à organização".[675] Também o espontaneísmo (próprio daquele que vive o momento imediato e não planeja nada), comodismo, imobilismo, o personalismo (próprio daquele que "está sempre defendendo ou cuidando dos interesses pessoais"), sectarismo ou radicalismo, liquidacionismo, aventureirismo, seriam supostas características do camponês artesão. Estas características constituiriam "reflexo de uma sub-ideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção". Com efeito, são considerados vícios ou "desvios ideológicos", pois, tratar-se-ia de um comportamento ideológico que é obstáculo ao trabalho coletivo e que estaria superado pelo trabalho assalariado, inclusive no campo.[676] Essa tessitura implica numa categorização política subalterna, em face da afirmação de que não são confiáveis por causa de sua "passividade" e fácil cooptação pelas forças externas opositoras ao assentamento.[677]

---

674 - MST. *Caderno de formação n. 10*. Doc. cit., p. 19-21.

675 - MORAIS, *Elementos sobre a teoria ...,* doc. cit., p. 11.

676 - Id., ibid., p. 37-38.

677 - Paráfrase de ZIMMERMANN, Neusa de C. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural.* p.215. In: et. al. (Org.). *Assentamento rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 205-236.

No combate a esses vícios, que subjugam o interesse coletivo e minam a unidade e disciplina necessária ao bom desempenho da empresa, é preciso utilizar determinados mecanismos para mostrar, ao associado inconsciente ("inimigo ideológico"), os prejuízos provocados à organização produtiva da empresa. Se há reincidência, mesmo após a advertência, o associado converte-se em "inimigo político". "O inimigo político deve ser afastado imediatamente da empresa".[678]

Em suma, a "Teoria da Organização no Campo", desenvolvida por Morais, como bem observa Brenneisen, tem como substrato uma concepção de socialismo advinda do marxismo-leninismo. Essa referência teórica vê no campesinato o novo elemento a ser incorporado no processo revolucionário. Surge, em função disto, a necessidade de transformá-lo, qualificando-o à disciplina através da divisão técnica do trabalho, com rigidez no horário e organização hierárquica. Nestes termos, "trata-se, em essência, de uma visão instrumental da política, à medida que objetiva transformar camponeses em operários, criando assim, as condições subjetivas necessárias para a revolução socialista."[679] A análise do seu conteúdo desnuda as representações esteriotipadas acerca do camponês e do seu trabalho familiar: arcaico, individualista, apegado à propriedade privada, e, não raras vezes, indolente. A partir destas representações configura-se uma dualidade: ao camponês, considerado um resquício do passado, se opõe a lógica do moderno (de um outro tempo de relações coletivas). Assim, o campesinato deve ser "eliminado" para que se construa a sociedade socialista. Na avaliação das experiências tecidas nos assentamentos, Antônio Ribas, ex-liderança, mostra que incorporou a crítica à mentalidade individual, informado pela leitura dos cadernos de formação do MST.

> O pessoal não tem aquela mesma união, aquela mesmo garra que tinha no acampamento. Se chegasse alguém batesse numa pessoa que estava acampada tinha que brigar com todos que estavam acampados. Hoje já não tem essa mesma garra, o pessoal volta de novo pros afazeres, cuida da casa, disso e daquilo, e acaba esquecendo da organização. Nós perdemos muito com isso, podíamos ter avançado muito mais. O pequeno burguês se acostuma muito fácil com o que tem, e nós também nos acostumamos muito, acaba ficando no cantinho da gente, tocando nosso pedacinho de terra. Às vezes nem vai ajudar o outro, nem na roda de chimarrão acaba indo.[680]

Na percepção do narrador, práticas costumeiras de solidariedade, de ajuda mútua, vão deixando de existir em decorrência de uma mentalidade que vai se formando face ao sem-terra agir como "proprietário" (*tocando nosso* (seu) *pedacinho de*

---

678 - MORAIS, *Elementos sobre a teoria ...,* doc. cit., p. 37-38.

679 - BRENNEISEN, *Relações de poder, dominação ...,* op. cit. p. 90.

terra). Convêm, neste sentido, algumas considerações. Essa mentalidade individualista foi se incorporando ao modo de vida das famílias mesmo antes do assentamento. E, pode tornar-se uma arma de auto-exclusão social. Como chama atenção Paul Singer, o comportamento individual assim como estruturas sociais e econômicas e as instituições são fatores importantes de exclusão social. Numa economia capitalista, "a causa maior da debilidade (...) do autônomo é o seu isolamento" e suas condições limitadas de acesso a tecnologias que exigem mais investimento e mais produção, e "o jogo competitivo tem um claro viés a favor do grande capital". A economia solidária pode se constituir uma alternativa ao espaço livre de experimentação organizacional do capitalismo, e gerar emprego e renda através de formas cooperativas.[681]

Nas trajetórias das famílias anteriores ao assentamento, a *solidariedade* familiar e de vizinhança eram expressões importantes, mas não desapareceram como sugere o fragmento da fala do entrevistado. A falta de engajamento na *organização* (no MST) observada pelo narrador dá-se face ao trabalho exercer um peso considerável na vida cotidiana dos assentados: suas vidas estão sujeitas à faina diária numa rotina anual e à programação do ano seguinte. Mas, igualmente, resulta das escolhas que os assentados fazem a partir de suas referências culturais. Nesse sentido, o excerto é exemplar. Uma vez conquistado o assentamento se estabelece o reencontro do trabalhador com terra. Neste momento, que também é o de organização do assentamento, uma contradição impõe-se aos assentados, nem sempre de forma clara ou perceptível: transformar a situação excepcional (a *comunidade de iguais*, com suas formas de solidariedade, práticas de reciprocidade horizontal, de organização do trabalho, das relações interpessoais) vivida no tempo de acampamento em sua vida cotidiana no assentamento, ou recriar o seu modo de vida camponês anterior ou ao que alimentava como utopia na memória. Trata-se de um conflito intenso que o parcelamento da terra conquistada não soluciona.

A experiência de acampamento, embora para alguns tenha sido durante curto período, marcou profundamente a todos. As recorrências, nas entrevistas, há esse tempo, apontam tanto para os valores vividos (para a solidariedade, a união), como para as duras condições de vida, para as situações de medo e perigo no enfrentamento com pistoleiros e a polícia, como as questões que mais os marcaram. Mesmo depois de alguns anos assentados, a vida no acampamento é memória viva. No Assentamento Vitória, de

---

680 - RIBAS, *Entrevista*. Citada.

681 - SINGER, *Globalização e desemprego*. Op. cit., p. 82; 124-125.

um lado, quando os entrevistados foram indagados se enfrentariam um novo acampamento caso necessário fosse, responderam que não, devido às dificuldades vividas naquele tempo, de outro lado, todos, indistintamente, afirmaram que no tempo de acampamento a solidariedade era maior. Os comentários, que se seguiam a esse respeito, eram de nostalgia. Falavam de algo bom e, por ser intenso, não é facilmente esquecido. No Assentamento Terra Livre não se observou resposta diferente quanto à primeira questão. Mas, quanto à segunda, as afirmações vão no sentido de que a coesão era mais forte no acampamento, tendo em vista as dificuldades e perigos, mas, ao mesmo tempo, que a solidariedade, embora tenha diminuído, ainda é bastante forte no assentamento. "Todos se conhecem e ajudam."

No que se refere ao trabalho, o desejo manifesto é majoritariamente de que ele deve ser um trabalho livre, o oposto ao realizado nos tempos de cativeiro, quando trabalhavam para o fazendeiro, que determinava o quê, quando e onde plantar, ou quando pagavam renda para o dono da terra. Uma vez liberto, na terra conquistada, o agricultor pretende-se colono: realizar o "seu" trabalho, na "sua" terra, autodeterminando "seu" processo produtivo. Portanto, o tempo histórico (temporalidade) do assentado (do colono/agricultor familiar) é diverso da temporalidade do MST que pretende estabelecer a superação do modo de produzir do camponês e das relações de produção capitalista pela reconciliação entre igualdade jurídica e igualdade social, através das CPAs, onde o trabalho e os meios de produção são coletivos e a renda é partilhada segundo horas trabalhadas.

O MST projetou na coletivização dos assentamentos, a possibilidade de viabiliza-los economicamente. E, para além disso, o que estava em jogo era a perspectiva de construir o socialismo. Para Kleba, a ênfase do MST na cooperação coletiva levou-o discursivamente a equiparar a propriedade privada familiar do colono à propriedade capitalista. Para ele, essa interpretação "sofre por confundir socialismo com coletivismo e por reduzir o princípio das liberdades individuais (...) a um comportamento típico burguês-capitalista de egoísmo e mesquinhez. Assim, acaba por contrapor, paradoxalmente, os ideais socialistas aos ideais democráticos"[682]. Martins aponta outro desencontro entre a visão da CPT e MST e os valores do modo de vida dos trabalhadores rurais:

---

682 - KLEBA, *Cooperação agrícola e coletivismo ...*, op. cit., p. 135.

> ... na prática e na consciência populares não há apenas um modo de vida que ganha sentido histórico na tradição conservadora e numa consciência social conservadora. Há também contradições, em que pese a experiência popular, enraizada em valores do conservadorismo, propõe uma compreensão do possível histórico sob a forma de utopia. A utopia fala da necessidade histórica do novo, mas não do modo eficaz de alcançá-lo. Há aí um desencontro entre CPT e MST, de um lado, e os próprios trabalhadores rurais, de outro. No compreensível esforço de trazer as lutas camponesas para sua concepção do mundo moderno, essas agências de mediação reduzem a utopia camponesa (e seus ricos elementos conservadores de referência, ricos justamente porque são fecunda referência crítica à alienação na sociedade moderna) a uma ideologia mais partidária do que política. Mutilam, portanto, o que há de propriamente histórico e criativo na utopia de superação, supondo que a História só é possível na perspectiva de uma ideologia de contestação. [683]

Observo que, se no ponto de partida (no que se refere ao desencontro entre mediadores e os trabalhadores rurais), concordo com o referido autor, de uma de suas conclusões, discordo. De fato, há um diálogo senão impossível, difícil, entre MST e o governo federal, e ele não ocorre devido à intransigência do MST e da CPT, consubstanciada numa "ideologia da contestação como caminho único", como diz o autor. E, sim, porque é antagônico o modelo de desenvolvimento do campo em execução pelo governo federal ao projeto proposto pelo MST. Como se assinalou no segundo capítulo, o Movimento é contrário à proposta de reforma agrária do governo federal consubstanciada no programa Novo Mundo Rural.

As críticas do MST aos "individuais" repercutiram sobremaneira no processo de organização interna e nos relacionamentos interpessoais nos assentamentos, gerando a maior parte das tensões e conflitos. Na vida cotidiana, a ênfase das lideranças no trabalho coletivo levou à desqualificação dos assentados "individuais", considerados produtores de baixa qualificação técnica, isolados, arcaicos. Os próprios assentados que vivenciaram o "laboratório experimental", a seu modo, reconhecem limitações: faltou "abrir a porteira". Com esta expressão, Sirlene Andrade avalia que o "laboratório" deveria ter iniciado pela situação vivida pela base: de como estava funcionando o lote, como o assentado organizava o lote e seu trabalho, quais os seus gostos e costumes, como entende que deveria ser administrado o lote. A explicitação destas questões poderia levar os assentados a identificar, entre si, situações e projetos. Então, pergunta a entrevistada, "por que não abrir a porteira, já que quatro, cinco, oito, famílias pensam e organizam o seu lote e têm projetos semelhantes?" E, conclui,

---

683 - MARTINS, José de S. *Reforma agrária*. O diálogo impossível. São Paulo: Edusp, 2000. p. 28.

> ... o processo começou ao contrário, primeiro vamos juntar as coisas e depois avaliar o que nós vamos fazer. Se fosse discutido antes da ocupação pra que tipo de produção a área é viável, se fossem estudadas as propostas de como organizar a propriedade sem impor que as famílias têm que trabalhar coletivo, mas discutidas com elas as formas de produção, amadurecer a idéia, tenho certeza de que a idéia do coletivo vai partir deles.[684]

O "laboratório experimental" não partia da realidade concreta dos assentados e dos valores que afirmam. Na própria concepção norteadora da formulação do "laboratório experimental", detectam-se sérios limites de tal ação educativa para a organização coletiva. O laboratório é definido como um ensaio prático temporário de uma empresa.

> A consciência organizativa é introduzida no grupo social por intermédio de uma aceleração preconcebida da "práxis" de organização através da análise teórico-prática dos fenômenos quer sejam os que dão forma ou os que buscam desintegrar o "todo-orgânico" programado, ou seja, a empresa.[685]

Como se pode depreender do excerto, a consciência organizativa é estimulada por agentes externos ao grupo social, os quais, de forma preconcebida, supõem um único caminho e ritmo da *práxis* de sujeitos sociais heterogêneos. Ora, não há como ditar um único ritmo e forma de aprendizagem. As experiências não seguem a simetria, não sendo, pois, possível inventar à força uma identidade coletiva. Zander Navarro, há alguns anos, vem tecendo críticas a organização dos assentamentos do MST, pautada "por uma visão militarizada da estrutura social das novas áreas reformadas". Para ele, a ação do MST é "quase nada democrática e pouco tolerante às vontades e histórias familiares dos trabalhadores rurais". E, conclui: "Trata-se de uma forma fadada a criar conflitos e dissensões em grande número, impedindo a sólida construção de formas solidárias e de cooperação entre assentados, requisito essencial ao sucesso dos assentamentos."[686]

Ao justificar a necessidade da organização social coletiva, de antemão, o "laboratório experimental" desqualifica o modo de vida, a tradição da produção em unidades familiares individuais dos colonos, não obstante a maioria dos trabalhadores sem-terra, quando conquistam o assentamento, procurem reproduzir o modo conhecido de vida no lote. Atentando para o significado que a pequena propriedade individual

---

684 - ANDRADE, Sirlene. Entrevista. Citada.

685 - MST. *Caderno de formação n. 11*. Doc. cit., p. 40.

686 - NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. p. 126-127. In.: STÉDILE, João Pedro (Org.). A reforma agrária e as lutas do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

(colônia) assume para o colono do Sul do País, na descrição de Giralda Seyferth, pode-se dizer que o lote é concebido pelo assentado "como um microcosmo auto-suficiente". O que está em jogo não é a falta de capacidade empresarial do assentado ou seu desprezo pelo lucro, mas um *ethos* camponês específico do colono que determina suas escolhas e ações. Um *ethos* que tem como base o lote como um microcosmo que deve ser, na medida do possível, auto-suficiente.[687] Esta tradição, explicitada nas descrições das experiências dos assentados no capítulo anterior, defronta-se com a forma coletiva da terra e do trabalho proposta nos "laboratórios experimentais" do MST. A coletivização é vista pela maioria dos assentados como limite à realização da liberdade e autonomia. Entre as múltiplas razões aventadas para explicar a não-aceitação do trabalho e da terra coletiva na fala dos assentados, via de regra, elas vêm articuladas à tradição.

> Porque é acostumado, e de geração isso. Você trabalha, na casa do pai, acostumado, assim, individualmente, todo esse pessoal que trabalhavam que nem nosso caso. O pai mesmo era arrendatário, trabalhava individual, é questão de geração. Então, é difícil chegar e mudar totalmente o trabalho assim.[688]

Todavia, outras questões agregam-se à tradição da produção familiar individual como razão para a resistência às formas de cooperação, mesmo àquelas não coletivas, como a questão da subordinação x autonomia, a hierarquização das atividades produtivas e de representação política, a exemplo do que Zimmermann observou em outro assentamento.

> No projeto de reconstrução do "ser colono", a expectativa de autonomia e auto-suficiência se depara com as normas do grupo e a divisão do trabalho. Vêem a impossibilidade de condução e acesso a todo o processo produtivo e, em face de tarefas específicas assumidas, percebem a falta de oportunidade para realizar outras importantes à reprodução da família. A especialização que o trabalho em grupo estabelece leva não só ao sentimento de desvalorização da capacidade individual e de "ser colono", mas também a uma hierarquia interna que acirra o antagonismo.[689]

Ao mesmo tempo, a dificuldade na consecução entre força de trabalho empregada e a remuneração recebida pelos membros das famílias em atividade é apontada como uma das razões do abandono do coletivo. Como vimos, tanto na experiência do grupo coletivo no Assentamento Vitória como na Coopcal, do Assentamento Terra Livre, o ritmo e estilo de trabalho e a produtividade dos assentados não são iguais. Há queixas de que, nos grupos coletivos da Vitória, alguns dedicavam mais horas de trabalho do que outros e se esforçavam mais. Alguns se percebiam mais

---

687 - SEYFERTH, *Imigração e cultura ....,* op. cit. p. 26.

688 - GODOI, Celso. *Entrevista.* Citada.

produtivos. Como frisou um entrevistado: “Ficava tudo nas costas de um e se repartia o lucro igual”.[690]

Os conflitos vivenciados nas experiências das associações, nos semicoletivos e nos grupos coletivos, no Assentamento Vitória, refletiram no processo de organização da Coara. De um lado, a centralização do poder nas mãos do presidente fez emergir acusação de que o exercício de tal função levou a confundir coordenação e chefia. Assim, um grupo de assentados organizou-se e disputou a direção da cooperativa implantando a “direção coletiva”. De outro lado, “a direção coletiva” foi acusada de confundir administração empresarial com a luta política desenvolvida pelo MST. A cooperativa deveria ser administrada de forma empresarial para gerar renda para os assentados e não se envolver na luta dos sem-terra acampados. Parte dos assentados vêem na proposta da cooperativa uma nova forma de exploração dos “individuais”. Na narrativa de Neuri Speroto, assentado do Projeto Vitória, os conflitos entre individuais e coletivos são explicados como decorrentes da atuação nada democrática (autoritária e clientelista) das lideranças que trabalharam na formação de núcleos de produção (coletivos e semicoletivos) a serem integrados na Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná (Coara).

> Por causa das lideranças do Movimento exploravam demais os assentados. Desde através da Coara, explorava. *Tinha que trabalhar tipo escravo deles*. E, daí, começou a coisa a não andar. Eu acho que nós estamos num país livre, não na escravidão. Eles tentaram fazer tipo Cuba. Foram lá se treinaram e quiseram aplicar em cima do povo aqui. *E daí gerou conflito*. Comigo mesmo deu, tinha grupo rachado aqui dentro, uma parte estava comigo e outra parte não, eram os coletivos e os individuais. Daí depois que eu vi que a coisa começou desandar, que aquele jeito que eles estavam tocando não dava certo, eu como tinha experiência, que trouxe o pessoal pra cá, me senti na obrigação de agir. E fui buscar recursos e trabalhar pro meu grupo. E daí rachou. Quem estava na linha de frente era o Movimento. O Movimento, `Deus o livre´, *quem não era do grupo não ganhava dinheiro, trancavam recursos via cooperativa e via banco. O individual não pegava recurso*. Você sabe, o dinheiro é liberado pelo banco, lá em Curitiba, direto pro Movimento. O recurso vinha no nome de todos os assentados. Só que daí jogavam pros grupos. Já pra nós, era briga em cima, tinha que ir lá em Curitiba, pro povo pegar. Sempre pegamos, mas sempre depois. Eles pegavam primeiro e depois eu corria atrás, dois, três messes depois, depois nós pegávamos, porque era de direito nosso. Então teve muita briga, até teve tiroteio. Começou nos grupos. Era o que eles faziam, *faziam na marra, se era do grupo ganhava, se não era não ganhava*. Era assim. E tinha mais uma taxa que eles descontavam.[691] (Itálico meu).

No fragmento, o coletivo surge como exterior à cultura dos assentados. Este fato, amalgamado ao controle e à pressão exercida sobre as famílias para que adotassem o coletivo consubstanciou uma imposição das lideranças do MST. Uma das

---

689 - ZIMMERMANN, *Os desafios da organização interna ...*, op. cit., p.219.

690 - SPEROTO, *Entrevista*. Citada.

premissas que está presente nos documentos do MST sobre a cooperação é a de que "*a adesão deve ser livre*". Mas, como se vê, na prática, a ação das lideranças não se mostrou nada democrática. A disputa se instalou entre assentados "individuais" e assentados coletivos/lideranças do MST. Trata-se de um conflito acerca de valores e de direitos, de garantir o direito à liberdade de tecer escolhas (entre outras, de aderir a uma nova proposta de organização da terra e do trabalho ou de recriar em novas bases o modo conhecido de vida). Nessa ambiência, a livre escolha é um falso problema. Sujeitados pelas práticas de domínio, de coação, repressão e clientelistas, não há margem para muita escolha. Certo é que a cada prática de subordinação, outra de insubordinação se faz, muitas vezes silenciosa, nas pequenas coisas, em geral, não de imediato, mas nem por isso menos radical.

Percebe-se, na avaliação do entrevistado, a prioridade do MST de privilegiar a destinação dos recursos conquistados às associações e núcleos de produção semicoletivos e coletivos, através da cooperativa. Trata-se de um mecanismo que força os assentados a se organizarem em associações e núcleos de produção, como forma de se associarem na cooperativa e, assim, terem acesso aos recursos governamentais. Ao mesmo tempo, o MST consegue agregar recursos para o funcionamento da cooperativa através da contribuição de 3% dos assentados dos créditos alcançados. Não é sem razão que as dificuldades financeiras da Coara ampliaram-se com a extinção do Procera em 1999. Atualmente, ela dedica-se apenas a recolher e transportar, em caminhão pipa, o leite do assentamento até a empresa local com a qual têm contrato de venda do produto. A contribuição financeira, aliada à referência de experiências anteriores de cooperativas que fracassaram, bem como em função do desconhecimento de como iria funcionar a nova cooperativa, levou muitos assentados a não se associarem. Na avaliação de Getúlio, "era muito rolo de dinheiro":

> Nós não fizemos isso [associar-se], porque eles cobravam demais. Eles descontavam no dinheiro que vinha de fora. Daí nós ficamos com medo, não é medo do outro, é medo das dívidas. Se o cara nunca teve uma terra e ele assina pra Coara tirar um dinheiro, daqui a pouco vem a cobrança em cima dele e ele não tem dinheiro pra pagar. É medo das dívidas, porque quem tem um pouquinho e nunca teve, como já viu coisa errada pra trás, cooperativa, frigorífico falirem, quantos colonos faliram, tem medo de perder o pouquinho. Não sei da onde vem esta idéia de cooperativa, se vem da colônia ou da cidade, mas eu já ajudei a enricar patrão e ajudei a me empobrecer. Então nós ficamos com medo e resolvemos viver da terra, se vem recurso, veio, senão não. O plano deles está errado, mas falar pra justiça pega mal. [692]

---

691 - Id., ibid.

692 - SENGEL, *Entrevista*. Citada.

O esforço das lideranças em torno do projeto de organização coletiva no Assentamento Vitória consubstanciou-se também no controle de quem entra e sai do assentamento. Um dos critérios utilizados na definição do ingresso de uma nova família era seu apoio à organização proposta pelo movimento.

> O movimento botava quem ele queria. Se era do movimento, colocava, se não era, não colocava. E o Incra apoiava. Se não fazia parte da organização não entrava. Isso ocorreu bastante tempo, uns oito anos. Quando eu digo o movimento, são as lideranças. Se fazia parte com eles, então entrava.[693]

Se o controle social exercido pelas lideranças do MST, para a construção da ação coletiva, tem sido uma prática que busca a continuidade do movimento, a proposta de coletivização, entretanto, não tem alcançado grande receptividade entre os assentados. Na vida cotidiana nos assentamento impõe-se a produção, a busca de recursos, a faina diária. Entretanto, ao mesmo tempo em que se percebe, nas representações dos assentados do Projeto Vitória, um desencantamento, a preocupação em articular alguma forma de organização para se manter no campo ainda se mantêm viva. A persistência com que algumas lideranças do assentamento se empenharam no tempo de acampamento, ocupação e nos anos iniciais da organização do assentamento, faz com que não desistam da possibilidade de realizar alguma atividade econômica em conjunto.

> Eu acho que a gente não vai conseguir mais voltar trabalhar no coletivo, porque foi muito desgastante a proposta anterior. Mas eu acho que ainda temos força para ter algumas coisas pelo menos em conjunto, condomínio de porco, gado de leite e, enfim, até de uma máquina, um trator, que a gente possa ter isso em conjunto. Estava discutindo nesses dias com o pessoal do grupo pra gente ter um carro, uma caminhoneta, porque aqui, como é perto de Cascavel, Foz do Iguaçu, é fácil comercializar mel, queijo, verdura. Isso é uma coisa que dá sustentação, dá retorno pro pequeno agricultor hoje em dia. Então a gente estava pensando no nosso grupo pra ver se uma hora pelo menos três ou quatro pessoas compram um carro pra fazer esse tipo de comercialização pra dar sustentação em cima da terra.[694]

Assim, parece plausível que, se os limites e as possibilidades de cada forma de produção só podem ser vistas em seu contexto histórico, não necessariamente há uma gradação da produção individual para uma produção coletiva superior. A meu ver, a concepção norteadora dualista do MST, do coletivismo *versus* individualismo, é reducionista das memórias plurais, das múltiplas experiências de cooperação vivenciadas nos assentamentos e em tempos anteriores, das possibilidades que a forma

693 - SPEROTO, *Entrevista.*. Citada.

694 - RIBAS, *Entrevista.* Citada.

cooperativa pode assumir, bem como da diferentes combinações que os interesses individuais e a busca da socialização no coletivo podem engendrar. É um equívoco designar os assentados, que desenvolvem no lote o trabalho familiar, de "individuais". A esse respeito, Tavares dos Santos[695], há bastante tempo, mostrou que a família camponesa é um trabalhador coletivo. Todos os membros tendem a inserir-se no processo de trabalho, inclusive os mais jovens, em geral a partir dos nove anos. Algumas atividades produtivas, como o trabalho na roça, envolvem a todos, já para outras há divisão entre os membros. Além disso, como já se mostrou, ao longo do presente estudo, as famílias assentadas recorrem a múltiplas formas de solidariedade fundadas em relações de reciprocidade (a ajuda mútua, o mutirão, troca de dia de serviço), bem como a relações comunitárias e de parentesco. Além disso, não há porque opor de forma excludente a produção coletiva à individual. A exemplo do grupo semicoletivo, há possibilidade de articular formas de produção que evolvem ao mesmo tempo atividades coletivas e atividades individuais. A experiência nunca está dada, pronta. Sua construção não é linear. É preciso, então, recusar os absolutos, falar em experiências e não no singular.

Conclui-se, em síntese, o que tem ocorrido por parte das lideranças e do MST, enquanto mediadores da luta pela terra, ao tecer a escolha da coletivização como caminho único, é que a lógica positiva da modernidade permeia a sua concepção político-ideológica. Informado pela ideologia do moderno como um tempo novo, de relações sociais coletivas, o MST considerou parte dos assentados ("os individuais") incapazes de tomar iniciativas e fazer frutificar formas organizacionais cooperativas e, assim, orientando-os no fazer-se da política para um modelo de organização social e produtiva, externo à cultura dos assentados. O que, por conseguinte, engendrou, segundo Eliane Brenneisen a partir de reflexões de Scherer-Warren, a não-distinção entre mito e utopia. A utopia, enquanto projeto libertário, transformou-se em ideologia. Ou seja, "o mito reproduz uma crença de transformação social a qual prescinde de uma avaliação em termos de possibilidades políticas e de estratégias válidas para a mudança, restringindo-se a uma incorporação ideológica de programas políticos monolíticos"[696].

O mito tem a vocação de totalizar as experiências. E, o MST apresentou aos assentados um modelo fechado/totalizante de organização da terra e do trabalho cujas representações sociais distanciam-se e manipulam o vivido, interferindo nas

---

695 - SANTOS, *Colonos do vinho*. Op. cit.

práticas e relações sociais, normatizando a vida cotidiana[697]. Todavia, a utopia constitui componente inarredável às ações dos sujeitos coletivos, mas ao "... se transformar em mito, as possibilidades de transformação social, autônomas e democráticas, tornam-se extremamente limitadas".[698] Diante desta conjuntura, a meu ver, é necessário que o MST considere as experiências e a cultura dos assentados como centrais no processo de discussão e formação da cooperação nos assentamentos rurais, para transformá-lo, efetivamente, em um projeto coletivo.

3. A Inserção Econômica dos Assentados

O desenvolvimento do capitalismo no campo engendrou (nas últimas décadas) uma configuração na qual a posse da terra não assegura a reprodução das unidades produtivas familiares. A dinâmica simples, assentada no equilíbrio trabalho-produção-consumo, não garante as condições materiais para a vida e permanência dos trabalhadores da terra no campo[699]. Nesta direção, os assentamentos rurais evidenciam uma contradição significativa: se, de um lado, representam uma conquista, permitindo a fixação de famílias que demandam terra para trabalhar e viver, e, de outro lado, não garantem por si só a reprodução social dos assentados. O módulo mínimo demarcado pelo Incra é definido em função da subsistência da família. O tamanho da área não permite a rotação de culturas. A situação agrava-se quando o número de famílias é superior ao previsto inicialmente no projeto, como ocorreu no Assentamento Vitória. Neste assentamento, o tamanho dos lotes não permite agregar uma nova família de um filho que venha a casar. Este fato tem levado os filhos dos assentados a migrar para a cidade ou a ingressar em um novo acampamento. Constitui-se aí uma nova demanda a

---

696 - SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *ANPOCS*, out. 1997. p. 7. Apud: BRENNEISEN, *Relações de poder, dominação ...*, op. cit. p. 128.

697 - Sobre representações sociais e o vivido ver LEFEBRVE, Henri. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura, 1983.

698 - BRENNEISEN, *Relações de poder, dominação ...*, op. cit. p. 128.

699 - Cf. WILKISON, John. *O estado, a agroindustria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 47-50. Apud: LAZZARETTI, Miguel. *Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais*: o caso do assentamento Massangana III – Cruz do Espírito Santo/PB. Campina Grande/Pernambuco: UFPB, 2000. p. 21.

ser atendida pelo Estado, como reconhece o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann:

> Para os novos proprietários, a reforma agrária parece não ter fim. Como a renda nos lotes é muito baixa – felizes são os que tiram mais de 100 reais por mês – o dinheiro não é suficiente para manter famílias grandes. Quando os filhos chegam a idade adulta e se casam, precisam sair em busca de novas terras. Resultado: entram na fila do MST outra vez. Trata-se de um efeito não previsto inicialmente. 'O surgimento da segunda geração dos sem-terra é o fenômeno social mais importante desde a criação do MST, no começo da década de 80', diz o ministro Jungmann.[700]

Além desta, uma outra situação observou-se no Assentamento Terra Livre e no Ressentamento São Francisco de Assis. O projeto, do primeiro, previa o assentamento de 30, mas estão assentadas 22 famílias e 4 solteiros. Os assentados aguardam o assentamento de outras famílias que venham a ser constituídas pelos seus filhos. No Reassentamento São Francisco de Assis a agregação de novas famílias nos lotes, de filhos que casaram ou a de parentes, é significativa. Oitenta famílias já vivem nos lotes junto com os titulares. Essa situação torna-se possível, porque o tamanho dos lotes é maior do que os módulos rurais que definem o tamanho dos lotes nos assentamentos de reforma agrária. Além disso, a Crabi, na negociação com a Copel, garantiu que as famílias com mais de dois membros, além dos sete alqueires correspondentes ao casal, receberiam mais um alqueire por força de trabalho (pessoa acima de catorze anos). Agrega-se, a isso, o fato de as terras dos reassentamentos serem mecanizadas e de boa qualidade. Como dizem os reassentados, com uma ponta de orgulho, "escolhidas a dedo".

Todavia, a perspectiva de fixar nova moradia em lote de um reassentado, na maioria dos casos já não é possível nesta geração. Alguns dos filhos, ainda jovens, que não optaram ir para a cidade, decidiram ir à luta em acampamentos do MST. Provavelmente, o desejo de continuar na terra, a falta de recursos para adquirir novas propriedades, bem como, o intercâmbio e a vivência com os sem-terra do Acampamento Cajati, vizinho de um dos reassentamentos, tenha estimulado esta decisão. E, não menos, a própria experiência de luta pela conquista de um pedaço de chão no campo dos pais, diante da eminência da expropriação pela UHE de Salto Caxias.

Há, sem dúvida, outras relações e mecanismos tornando a reprodução social dos assentados difícil. Os assentados vêem-se cada vez mais subordinados à lógica do mercado. A relação com o mercado alterou-se bastante em qualquer um dos casos

estudados. A maioria das famílias do Projeto São Francisco de Assis, nas comunidades de origem, antes do assentamento, mantinham uma relação mais restrita ao comércio local, com o cerealista, a bodega, o armazém. Na nova situação, ele é obrigado a lidar com uma instituição bancária ou essa relação é intensificada, levando-os a discutir os assuntos na associação e questões que não faziam parte de seu cotidiano de vida. Logo que chegaram ao assentamento, as famílias passaram a ser visitadas por comerciantes que lhes ofereciam produtos diversos. Algumas famílias adquiriam produtos no "fiado", gerando uma situação de dependência ao comerciante. Esse adianta os produtos, maquinários, roupa, produtos alimentícios, eletrodomésticos. A facilidade de adquiri-los sem simultâneo pagamento levou parte delas a assumirem dívidas nem sempre compatíveis com sua renda. Ou seja, o resultado do trabalho do assentado está de antemão comprometido através da venda da produção antes mesmo da colheita, para saldar a dívida contraída.

Getúlio, do Assentamento Vitória, observa a subordinação ao mercado na aquisição dos produtos alimentares na urbe.

> Hoje o colono quase não vive sem ir no mercado [supermercado]. Na época que me criei, meu pai tinha um pedacinho de terra, ele vendeu a terra. Naquela época nós não íamos pro mercado. Hoje não, hoje nós vivemos de mercado. Uma parte tem na roça, mas uma parte tem que ir lá no mercado. O colono não vive mais da roça, ele tem que vender aqui pra dar o dobro lá.[701]

Alguns anos atrás, Octavio Ianni[702] já observava a enorme mudança processada pela "modernização" na agricultura no plano dos hábitos camponeses. Tal mudança alterou substancialmente seu padrão de consumo, inserindo-os nos planos de ampliação do mercado interno, o que os tornou mais dependentes dele. Não obstante a isso, o mito da auto-suficiência camponesa permanece. Esta constatação do autor verificou-se entre uma parte considerável dos assentados entrevistados. Nesta direção, a paráfrase possível do autor é que os assentados manifestem a visão de serem autônomos, independentes de trabalhar na hora em que desejam, mas estão obrigados desde logo ao trabalho. Isto se deve, não apenas por estarem articulados com grandes empresas de implementos agrícolas, laticínios, frigoríficos, mas em razão de que, se quiserem comprar gêneros de primeira necessidade (como o sal, o açúcar, a farinha), precisam de dinheiro. Mas, a mercantilização das formas de produção e de subordinação

---

700 - Revista Veja, ano 33, n. 17. São Paulo, 26 de abril de 2000. p. 38-39.

701 - SENGEL, *Entrevista.* Lindoeste, 10 de março de 1999.

702 - IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro.* São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 148.

da força de trabalho à agroindústria não elimina de todo as formas tradicionais e antigas de produção. Elas são sempre recriadas de distintos modos.

Nos assentamentos estudados, observaram-se práticas de modernização tecnológica e econômica (o trator, a colheitadeira, a ordenhadeira, substituindo, respectivamente, o arado e a semeadura manual, a ceifa manual e a ordenha manual, e, ao mesmo tempo, a manutenção da tradição camponesa de produção em unidades familiares individuais. Não se trata, pois, aqui, de uma economia de subsistência. O auto-consumo não ajuda a absorver as novas gerações, mas o domínio do circuito do ramo sim. Ou seja, da matéria-prima ao produto e deste ao mercado: criação e realização do valor. Os assentados não vivem no limite dos recursos naturais como viviam os caboclos na frente de expansão na região em foco neste estudo, como se descreveu no Capítulo I, ou como os caipiras, estudados por Antônio Cândido. O fogão não é o de tijolos alimentado com lenha, mas o fogão a gás. A energia não é a lamparina, é elétrica. Há ainda a geladeira, a TV, o rádio, a máquina de lavar roupa, entre outros eletrodomésticos. Também a faina diária tornou-se "mais leve" com a introdução de recursos tecnológicos modernos. Trata-se de produtos adquiridos no mercado, como também a energia que lhes permite o funcionamento.

Se, no primeiro e segundo ano de assentamento, foi comum as famílias recorreram às formas de solidariedade, próprias da cultura camponesa, e, uma vez estruturados, passaram a desenvolver uma agricultura familiar. Como bem observa Veiga, existem diferenças entre a agricultura familiar e a camponesa. "Os camponeses freqüentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses. Os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos."[703]. Atualmente, a maioria dos assentados desenvolve uma agricultura familiar com inserção parcial no mercado em diferentes graus e formas. De modo geral, a produção é planejada em função da reprodução social da família. Parte da produção é destinada para consumo próprio, não sendo comercializada, a não ser que a necessidade assim exija, e, uma outra parte, é para a troca comercial.[704] Todavia, mesmo a produção

---

703 - VEIGA, *O desenvolvimento agrícola*. Op. cit., 1991. p. 191.

704 - A produção planejada de antemão pelo camponês, com parte a ser destinada para consumo familiar e outra para a troca comercial, na frente de expansão, foi chamada por Martins de economia de excedentes, diferenciando-a da economia de subsistência. "*O excedente não é o resto ou a sobra. Não se trata de que o agricultor assegure para si e sua casa a subsistência e só depois venda o que sobrou. Trata-se de uma economia de excedentes por que o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até o que plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio.*" (MARTINS, *Fronteira....*, op. cit., p. 190.).

para o mercado tem em vista a manutenção da família. A renda gerada permite a aquisição de meios de vida não produzidos pelas famílias, mas também novos investimentos no lote e na produção. Em qualquer um dos casos estudados, as culturas destinadas ao mercado ocupam a maior parte das terras agricultáveis. A soja e o milho têm sido as culturas mais praticadas pelos assentados. Melhores preços e a facilidade de manejo ajudam a definir pelo seu cultivo.

O cultivo do lote constituiu a principal fonte de manutenção. Os assentados reclamam de dificuldades como as de aquisição de créditos para a produção, preços altos na compra dos insumos e preços baixos para os produtos cultivados, sobretudo para os que não são de exportação. Para manterem-se no campo, combinam a produção para a subsistência com a produção para o mercado. O que é para consumo da família e o que é produção para o mercado, desde logo está planejado. Assim, a cultura da soja, produzida pelos reassentados, é integralmente para o mercado. O milho, cultivado nos três casos estudados, parte, quando não integralmente, é para a manutenção da criação (dos animais) e parte para o mercado. O aipim (mandioca), a batata-doce, a pipoca, as hortaliças, o feijão e o arroz, via de regra, são produzidos apenas para consumo das famílias (re)assentadas. A avicultura pode ser destinada integralmente para o consumo, mas dificilmente integralmente para o mercado. Mesmo aquelas famílias (nos Assentamentos São Francisco e Vitória) que possuem aviários, integrados a frigoríficos, reservam pequena parte do lote para consumo. Da mesma forma ocorre com a criação de suínos e com a produção do leite.

Ao estruturarem o assentamento, as famílias precisam lidar com as regras capitalistas, com as políticas agrícola e agrária do Estado, com as imposições do mercado financeiro, com a falta de créditos, entre outras mediações e entraves presentes no desenvolvimento da agricultura familiar. Neste contexto, entendendo as unidades recriadas nos assentamentos como sendo unidades que se caracterizam pela produção e consumo, moradia e trabalho familiar, pode-se dizer que elas estão "sujeita(s) em grande medida às poderosas forças da natureza, do mercado e do Estado"[705]. Os recursos destinados à agricultura familiar são escassos e chegam, não raras vezes, com atraso, prejudicando a semeadura e os resultados da produção. Isso mostra a necessidade não só de criar mecanismos que possibilitem o acesso ao fundo público com rapidez, mas também de uma política

---

705 - SHANIN, Teodor. *La clase incómoda*. Sociologia política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 161.

agrícola voltada para a produção familiar. Essa necessidade, via de regra, surge na fala dos trabalhadores quando avaliam as condições da produção no campo.

> O colono, hoje, se você não tiver um galinheiro (granja avícola integrada a alguma indústria de carnes), umas vaquinhas de leite, pra sobreviver, de milho, soja, arroz, você não vive mais. Isso é só pros grandes fazendeiros, porque pra nós pequenos não tem mais sobrevivência em cima disso. Pro colono, hoje, nós estamos investindo mais em vaca de leite. O leite nós entregamos no laticínio. Não tem outra saída. Você veja, vender o milho a sete contos (sete reais a saca de milho de 50 Kg). Não sobra 50 centavos por saco. Então com o que se manter? Não tem possibilidade. E o nosso forte aqui é o milho. Então, hoje, a colônia está falida. Não tem incentivo nenhum. E não só os assentamentos, a colônia em geral. No município de Lindoeste os colonos estão falidos. Não têm incentivos nenhuns, os preços caindo cada vez mais, o insumo aumentando. (...). A saída é o governo mudar esse plano, fazer um plano mais agrícola, porque não adianta fazer ocupação, acampamento, fazer reforma agrária, dar terra pro povo, com esse plano pra agricultura. Não adianta, porque os colonos que estão assentados e os pequenos colonos não estão agüentando mais.[706]

A percepção do entrevistado é a de que o modo de vida do colono está ameaçado. A própria recorrência ao tema da viabilidade econômica dos assentamentos tem sido motivo de controvérsias entre estudiosos, evidenciando interesses e compromissos estabelecidos em torno de projetos políticos que afirmam ou que desqualificam a reforma agrária como estratégia política e econômica de desenvolvimento do campo.[707] Importa para este estudo, como se explicitou até aqui, ressaltar que o assentamento marca uma reiserção social dos sem-terra, repercutindo diretamente nas condições socioeconômicas das famílias que ali passam a viver.

Todavia, como chamam atenção Bergamasco e Ferrante, os indicadores econômicos não devem ser absolutizados. Para além destes, existem sujeitos reais, com experiências e trajetórias sociais.

> Se redes de sociabilidade, códigos de reconhecimento social apresentam um alargamento de oportunidades alimentado por estratégias familiares, não há razão para ser minimizada sua possível importância na vida dos agentes na gestão de suas vidas, assim como estudos têm demonstrado que a solidariedade no trabalho na terra e a interação de grupos de parentesco conseguem, por meio da extensão da renda familiar, ter papel decisivo na consolidação de projetos de assentamento.[708]

---

706 - SPEROTO, *Entrevista.* Citada.

707 - A Folha de São Paulo, em matéria publicada em janeiro de 1999, apontou que, da totalidade dos assentamentos, 15% estão falidos, 15% são bem sucedidos e 70 estão numa zona intermediária. (Jornal Folha de São Paulo, 03/01/99. p. 1-11.).

708 - BERGAMASCO, Sonia M. P. P. & FERRANTE, Vera L. Botta. *No reino da modernização: o que os números do Censo da Reforma Agrária (não) revelam*. p. 171-204. In: SCHMIDT, Benício Viero et. all (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: UnB, 1998. p. 198.

Nos casos estudados observou-se uma certa diferenciação econômico-social entre os assentados. Porém, no Assentamento Terra Livre o nível de diferenciação entre as famílias é bastante baixo. Embora não seja uma questão central desta pesquisa, e outros fatores devam ser considerados para fazer uma análise de tal natureza, como tamanho da família e a relação dos que trabalham e não trabalham, consumo familiar e exploração da força de trabalho como propõe Chayanov[709], limito-me a destacar algumas questões detectadas nas entrevistas circunstanciadas pela observação direta. No que se refere às famílias reassentadas da Crabi, a diferenciação deve-se, entre outras questões: (i) Às condições materiais de cada uma das famílias anteriores ao assentamento. As famílias estavam instaladas em uma área quer como pequenas proprietárias, ou como arrendatárias e como posseiras. Elas possuíam rebanhos, sementes e ferramentas de trabalho como a carroça, a enxada, foice, o arado e alguns até trator. Puderam colher o que haviam plantado, deslocar animais e retirar a infra-estrutura existente (casas, galpões estrebarias). Quem era proprietário, em geral, estava em melhores condições. Além disso, recebeu indenização pelas benfeitorias e pomares existentes. (ii) Ao modo de vida anterior e tradição cultural produtiva (experiências produtivas anteriores e diferenciação no nível técnico). (iii) Experiência administrativa anterior em propriedade rural. Parte das famílias não havia tido qualquer experiência administrativa de propriedade rural, haja vista que não possuíam terra própria, trabalhavam como peões de fazenda, eram arrendatários, posseiros. Neste sentido, o excerto a seguir, da entrevista de Lucindo, apresenta ricos elementos.

> Aquele que era acostumado a trabalhar, ou tinha sua propriedade e trabalhava bem, ou arrendava e trabalhava, está tocando seu lote. Aquele que era empregado, que não tinha essa vocação, essa vontade de administrar, ele preferia ter todo o mês o salário dele pra comprar uma coisinha ou outra, do que viver plantando, produzir, para depois ter dinheiro. Hoje, nós temos famílias que não tinham terra e estão bem melhor dos que receberam oitenta, cem mil de indenização lá. O nível de vida dele está melhor. O que levou as pessoas confundir o trabalho da agricultura familiar é a terra plaina. Eles trabalhavam em terra dobrada, era tudo com animais, arado, enxada, hoje, vai uma máquina planta, outra passa veneno, outra limpa. Então vem um momento de acomodação. Eles não fazem a conta que se comprei tudo e não pisei na minha roça, a minha margem de lucro é muito pequena e o ano tem que correr bem. Se vem uma intempérie, chuva demais ou seca, dá prejuízo. Nós temos todas as raças quase, descendentes de europeus e de caboclos. Nos assentamentos de Três Barras, Nova Prata e Boa Esperança, onde você pega essas colônias onde tem bastante *caboclo*, aquele que veio desbravando, que só sabia desbastar com a foice, *nem enxada ele pegava*, fazia aquela safra de porco, porco solto pra engordar na roça, vivia de extrativismo, pescando, caçando, vendendo madeira, as dificuldades são maiores. Eles venderam madeira, e depois a terra, e ficaram vivendo assim, de posseiros. *Eles não têm a cultura de trabalhar e administrar*. Eles têm a cultura do extrativismo e eles pegaram uma área que não dá pra fazer isso. *Já o colono é ganancioso, no sentido de ambicioso. Mas, nem todos os caboclos são assim.*[710] (Itálico meu).

---

709 - CHAYANOV, *La organizacion de la unidade ...*, op. cit.
710 - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

O entrevistado enfatiza tradições culturais, situações e modos de vida diversos. Ele próprio se auto-representa como de origem cabocla ("filho de pai descendente de poloneses e mãe é cabocla, mestiça com índio"). Mas, na fala dá destaque à sua tradição de colono polonês e acrescenta "que nem todos os caboclos são assim", provavelmente em razão da carga pejorativa que se nutre contra o caboclo, inclusive entre assentados chamados de "origem" e os com práticas agrícolas ou modo de vida designado como do caboclo. Como se pode depreender do fragmento, o preconceito reproduz-se na classificação das etnias mesmo entre aqueles que lutam para o estabelecimento de novas relações sociais no campo. Para além desta questão, a fala evidencia temporalidades diversas num mesmo espaço social e produção. Na situação anterior tem-se o trabalho realizado, em geral, no "muque", na enxada, no arado, tem o tempo do peão da fazenda, do pequeno agricultor, do colono e do caboclo. No assentamento, as famílias procuram reproduzir seu modo de vida, mas também têm a terra mecanizada, o uso do trator, então já é um outro tempo da modernidade que passa a ser incorporado. Mas há ainda um outro tempo do moderno proposto pela Crabi (agricultura orgânica) como forma de se contrapor ao modelo da agricultura existente (agroquímica). De certo modo, também se contrapõe ao sistema do camponês de produzir para a subsistência.

> Aí vem a grande dificuldade. Como vou chegar num cara que passa veneno com o trator, outro plantando, outro vindo colhendo com colheitadeira, e não é preciso pôr mão lá. Então vem o cara e diz que eu estou trabalhando errado. É difícil aceitar. Agora, a partir do momento em que ele entender o processo, vai ser mais fácil. Então nós estamos num trabalho de mudança ideológica, se contrapondo a dois sistemas. Lá em baixo [no antigo local de moradia, próximo ao Rio Iguaçu] ele conhecia um, chegou outro e chegamos com outro, terceiro: "Olha com veneno você tem que trabalhar orgânico porque você não vai contaminar a água, vai conservar o meio que você vive, vai dar saúde na família.". Como ele vai aceitar se ele nunca ouviu falar nisso, se ele aprendeu só depredar, roça o mato e pôr fogo, se tinha mato atrapalhando ele colocava fogo de novo, ele nunca se preocupou com o veneno, com a erosão. Ele não entende que isso é um processo destruidor, pra ele está normal. Então a gente está buscando fazer o pessoal ir entendendo isso.[711]

Há neste caso um conflito ao nível do saber técnico e do saber tradicional do camponês. Em todos os casos estudados, observou-se essa divergência entre assentados associados e agrônomos/técnicos agrícolas técnica das cooperativas. Trata-se da questão da legitimação do saber técnico, não raras vezes, em detrimento do saber engendrado na experiência vivida e da tradição de diversas gerações de agricultores. Ou, seja há a necessidade alterar um saber/tradição que não amplia a produção, além de ser nociva ao meio ambiente. Essa questão explicitou-se na resistência à produção orgânica, neste caso entre os reassentados. É importante anotar

que o referido conflito remete ao processo produtivo como uma mediação não apenas técnica, mas igualmente, senão fundamentalmente, social e cultural, como se pode depreender do seguinte excerto:

> Eu me criei plantando feijão, agora vem um cara aí me ensinar plantar feijão. Às vezes não sabe, nunca estudou, se criou jogando feijão na terra e produzindo porque a terra produzia, era boa. Hoje, a terra está com carência, ela enfraqueceu, e ele não aceita que o outro venha dizer o que fazer.[712]

Tem-se aí, portanto, uma dimensão antropológica. O saber tradicional do agricultor quer trabalhe de forma individual, como ocorre no Assentamento Vitória e São Francisco, quer de forma coletiva, como no Assentamento Terra Livre, passa por um processo de legitimação, que opera num sentido tanto técnico quanto social.[713] Se antes, na forma individual, as pessoas legitimavam e vivenciavam o conhecimento no âmbito familiar, com inter-relações ao nível da sociedade local e regional, nos (re)assentamentos surge uma série de interpenetrações culturais que complexificam esse processo. Nos assentamentos, a diversidade étnica e as distintas lógicas, que perpassam as culturas caboclas e européias, são fatos comuns. Para além disto, na vida cotidiana de um coletivo (como no Assentamento Terra Livre), o conhecimento, que antes era suficiente para explicar e responder aos desafios colocados à sobrevivência familiar, agora é submetido a uma mediação que coloca em pauta a sua ressignificação, não mais apenas ao nível da unidade familiar, mas no coletivo. Essa ressignificação, além do plano subjetivo e cultural, também é permeada objetivamente pela crítica econômica, se de determinadas culturas têm viabilidade econômica e demanda no mercado.

Não obstante a existência de diferenciações internas, as condições socioeconômicas da maioria das famílias reassentadas são bem superiores às demais famílias dos assentamentos estudados. Do total das famílias reassentadas, 240 famílias tinham uma renda mensal bruta anterior ao reassentamento de um salário mínimo, enquanto que as demais famílias não chegavam a meio salário mínimo mensal. Atualmente têm uma renda mensal, advinda das transações mercantis, de R$ 625,00 (R$ 7.500,00 ao ano)[714]. Este dado indica uma renda bem superior à constatada pela pesquisa da FAO, em 1994. A renda familiar média nacional dos assentados de reforma agrária foi calculada em 3,7 salários mínimos por mês. Todavia, 37% daquela renda foi

---

711 - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

712 - Id., ibid.

713 - Ver WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra*. Brasília: UnB, 1997.

714 - Dados fornecidos pela Crabi. Cascavel, novembro de 2001.

definida como "renda de autoconsumo", enquanto outros 26% representavam rendimento de atividades "não agrícolas". Portanto a renda monetária advinda da venda de produtos agropecuários representava 47%.[715] Também é superior à renda monetária das famílias assentadas de reforma agrária, segundo o I Censo da Reforma Agrária do Brasil (1996/97): "somando-se todos os itens, pode-se perceber que há famílias de assentados (...) que chegam a auferir perto de 30 salários mínimos por ano, extraídos de diferentes fontes de renda".[716] Ora, a renda média dos assentados é de 41 salários mínimos ao ano.

Um outro fator que precisa ser levado em conta é a localização dos reassentamentos da Crabi. A exemplo dos outros assentamentos estudados, sua localização favorece a inserção da produção agropecuária no mercado. Todos se localizam em regiões de tradição agrícola e próximo a centros consumidores. Os atingidos pela UHE de Salto Caxias foram reassentados em 10 áreas adquiridas pela Copel, após seleção por parte dos próprios atingidos. A escolha foi estratégica para estruturar os atingidos em grandes áreas, próximas umas das outras e próximas aos centros urbanos, de sete municípios, um dos quais a cidade de Cascavel, uma das maiores cidades do estado. Ao proceder assim, as lideranças tinham claro que isto facilitaria (i) a mobilização das famílias em torno de novas necessidades, (ii) o desenvolvimento de um sistema integrado de produção e comercialização entre as famílias, (ii) a inserção da produção no mercado local.

Nos assentamentos da Crabi, também contribuem, para o relativo equilíbrio entre renda gerada e necessidades das famílias, o tamanho e melhor qualidade da terra, maior quantidade de recursos obtidos e investidos. Esses fatores contribuem para a elevada média de produção verificada. A título de exemplo, se os produtores comerciais de milho de São Paulo e Paraná colhem uma média de 5.000 Kg/ha, na Crabi são comuns produtividades maiores, que chegam até 8.000 Kg/ha na região em foco neste estudo, e se, por outro lado, milhares de pequenos agricultores, que normalmente produzem para consumo próprio, colhem milho ao redor de 2.500 kg/ha, os reassentados que plantam milho para consumo próprio e para venda, obtêm a média de 6.000 kg/ha., soja: 2.300 kg/ha., mandioca: 2.000 kg/ha, feijão: 1.700 kg/ha, arroz: 5.000 kg/ha. Além disso, constata-se uma bom planejamento e estruturação da

---

715 - FAO. *Principais indicadores socioeconômicos dos assentamentos de reforma agrária.* Rio de Janeiro: FAO/PNUD/MARA, 1992. Apud: NETO, Francisco Graziano. A (difícil) interpretação da realidade agrária. pp. 153-169. In: SCHMIDT, *Os assentamentos ...*, op. cit., p. 167.

716 - SCHMIDT, id., ibid., p. 36.

produção. Isso se deve ao acompanhamento da equipe técnica da Crabi. Ela foi estruturada graças a um acordo firmado com a Copel de financiar profissionais, de diversas áreas, na fase de estruturação dos projetos.[717]

O acompanhamento técnico estimulou as famílias a priorizar a diversificação da produção com o objetivo de melhorar a inserção no mercado. Ao mesmo tempo, a mecanização da produção permite a existência de mais "tempo livre", empregado em outras atividades, como no trabalho externo de um ou mais membros da família. Ao lado do cultivo de produtos e atividades tradicionais da região (soja, milho e trigo; criação de suínos, produção de leite, avicultura), tem-se investido esforços em novas culturas e atividades (hortaliças, frutas, sericultura; criação de galinhas caipiras, entre outras). Estimuladas pela equipe técnica da Crabi, algumas famílias iniciaram um processo de substituição da produção agroquímica pela agricultura orgânica. É projeto, nos próximos oito anos, tornar a agricultura orgânica prática de todos os integrados a Copcaf. Os resultados iniciais confirmam a tendência de aumento de renda com a produção orgânica. A tabela, a seguir, mostra o redimento maior auferido na produção orgânica ao ser comparada à agroquímica.

---

717 - Dados fornecidos pela Crabi, novembro de 2001. A equipe técnica iniciou com 15 técnicos agrícolas, 2 engenheiros agrícolas, 1 veterinário, 1 engenheiro agrônomo, 2 assistentes sociais, 1 pedagoga, 1 psicóloga, 1 enfermeira, 1 secretária, 1 telefonista, 1 digitadora, 1 contador, além de assessorias pontuais. Hoje conta com: 1 engenheiro agrícola, 5 técnicos agrícolas, 1 assistente social, 1 psicóloga, 1 secretária, 1 telefonista, 1 contador e assessorias pontuais. A equipe deverá ser reduzida ainda mais no ano de 2002, com o término do acordo com a Copel.

Tabela 11 - Renda Gerada por Hectare

	Produção Orgânica	Produção Agroquímica
Soja	R$ 1.100,00/ha	R$ 560,00/ha
Milho	R$ 924,00/ha	R$ 730,00/ha
Mandioca	R$ 1.200,00/ha	R$ 1.000,00/ha

Fonte: Crabi, novembro de 2001.

Os rendimentos maiores da produção orgânica estão relacionados, entre outros fatores, aos custos de produção e aos melhores preços dos produtos orgânicos, haja vista serem de melhor qualidade.

Tabela 12 - Custos da Produção Agroquímica e da Orgânica

	Produção Orgânica	Produção Agroquímica
Soja	R$ 436,00/ha	R$ 540,00/ha
Milho	R$ 338,00/ha	R$ 380,00/ha
Mandioca	R$ 516,00/ha	-

Fonte: Crabi, novembro de 2001.

No que se refere ao Assentamento Vitória, como se assinalou no capítulo anterior, há uma diferenciação econômica entre os assentados. Há lotes mais estruturados, com parte da terra mecanizada, com chiqueirões, galpões e residências de melhor qualidade, casas de alvenaria, outros com uma infra-estrutura bem mais modesta. Ressalta-se que alguns assentados investem na produção em detrimento da melhoria de suas moradias. Portanto, são várias as questões que contribuem para essa diferenciação, como alguma condição financeira anterior, ainda que mínima, e outros já se encontrarem totalmente descapitalizados, lotes inadequados para a agricultura (não obstante o Incra procure compensar o parceleiro que recebeu terra de pior qualidade com lote de maior tamanho, isso constitui um importante fator de diferenciação social interna nos assentamentos). Mesmo assim, com a racionalização e aplicação adequada dos recursos obtidos; melhor planejamento e estruturação da produção; a formação agrícola adquirida em processos associativos, nas discussões e formação técnica promovida pela Coara, e o desenvolvimento de outras atividades, por um ou mais membros, fora da unidade de produção, conseguem atender às necessidades das famílias em nível bastante satisfatório. A participação dos assentados em alguma

experiência associativa também reflete na organização e cultivo de seu lote e no apoio ao MST: "são as propriedades que estão dando certo, que o pessoal não saiu, (...),não trocou, que não é fácil de sair."[718]

Adotando uma tecnologia auto-sustentável, a exemplo de parte do que ocorre no Assentamento Terra Livre, três famílias desenvolvem a suinocultura ao ar livre, no sistema *Plain Near*. Embora os três semicoletivos tenham sido desfeitos, a infra-estrutura ficou para as famílias que administravam em seu lote a atividade. Trata-se de uma forma recriada do modo de criação desenvolvido pelo caboclo. Mas observa-se um contraste entre parte das famílias que desenvolvem uma agricultura moderna (com parte da propriedade mecanizada, planejamento da produção e uso de técnicas agrícolas mais avançadas), e procuram diversificar a produção com novas atividades (uma das famílias está instalando um pesque-pague), e, outras que praticam uma agricultura limitada do ponto de vista técnico, não possuem infra-estrutura adequada e não planejam adequadamente a produção. Um exemplo neste sentido nos é dado na descrição da assentada Sirlene Andrade:

> ... enche o lote de milho e, quando colhe, vende tudo. Daí como ele vai tratar uma galinha, como vai ter um porco? Ele diz que não vale a pena, porque o preço do porco é muito baixo, pra comprar é mais barato, a galinha, o ovo, são mais baratos. Quando ele vai pro mercado compra o frango, banha, sabão, ovos, queijo. Na hora da venda, dá um dinheiro bom, ele tem dinheiro. Daí, no resto do ano tem que comprar tudo de novo, e o dinheiro às vezes não dá. O cara só planta milho e aí não colhe, vai passar o ano como? Agora se ele tem um pedacinho de mandioca plantada, de batata doce, de arroz, tem uma vaquinha de leite, uns porquinhos, galinhas, por mais que dê frustração de safra pra sustentar a família durante o ano ele vai tirar.[719]

Como se vê, a unidade não apresenta um nível de estruturação satisfatório e a renda familiar não é suficiente para atender às necessidades materiais e depende do trabalho externo. Em suma, não apresentam uma forma de organização e estrutura produtiva mais organizada. Além disso, observou-se, entre tais assentados, uma maior resistência à associação e a cooperativa e que a incidência de venda e troca de lotes é bem maior do que entre os outros assentados em melhores condições. Há que se observar, ainda, que a direção da Coara, alinhada às diretrizes políticas do MST, privilegiou, nos anos iniciais de sua existência, a assistência técnica e conquista de recursos para os grupos semicoletivos e o grupo coletivo. Revela-se, aí, em nome da afirmação ideológica, uma prática de discriminação e clientelismo. Com o abandono das

---

718 - ANDRADE, Sirlene. *Entrevista*. Citada.

719 - Id., ibid.

iniciativas (semi)coletivas, ao que parece, a diferenciação das famílias acentuou-se mesmo entre os que participavam dos grupos.

> Teve gente do coletivo, a maioria, dava 100%, dava tudo. E daí acabou e tem uns que estão sofridos por causa disso. Quem levou vantagem nos coletivos é quem tinha o coletivo em cima da propriedade. O próprio Dalmiro tinha um grupo, o chiqueirão era na terra dele. Trabalhavam, plantavam, tudo o que faziam era em torno do chiqueirão. É certo que eles repartiram quando vendiam as coisas, mas no fim ficou tudo pra ele e os caras ficaram na mão dele.[720]

Independentemente de como se procedeu a partilha, o fato é que o fragmento acima, circunstanciado pela observação direta, permite afirmar a existência de uma clara diferenciação econômica entre os assentados do Projeto Vitória. A Coara não se viabilizou ainda. Aliás, houve uma redução de suas atividades, limitando-se, atualmente, a comercializar o leite produzido nos lotes pelos assentados. Nelson Reisner, presidente da cooperativa, avalia que o problema não se deve à falta de possibilidade de a cooperativa dar respostas econômicas positivas, mas ao fato de que, imbuídos de mentalidade capitalista, os assentados esperam retorno imediato, enquanto que, dadas às condições socioeconômicas e pressões do mercado, o retorno nem sempre é imediato.

> Isso é uma coisa bastante complicada. O nosso povo foi criado numa mentalidade capitalista. O nosso povo tem aquela visão de que tem que dar retorno imediato. A nossa cooperativa foi criada pelos assentados. O objetivo da cooperativa é agregar valor na tua venda, na tua produção de milho, feijão, leite, suíno. Através da cooperativa você consegue juntar maior quantidade de produtos e comercializar por preço melhor. Nós temos a linha do leite, o nosso caminhão da cooperativa pega o leite do produtor e repassa para a Sudecop.[721]

No que se refere às famílias do Assentamento Terra Livre, o grau de diferenciação econômica é bastante baixo. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que as condições socioeconômicas das famílias, quando ingressaram na luta pela terra, eram semelhantes e em razão de que a renda gerada na Cooperativa (Coopcal) é distribuída segundo horas trabalhadas. A exemplo da Coopcal, através de cooperativas autogestionárias, o MST pretende criar um cooperativismo alternativo, diferente do cooperativismo tradicional. Em um dos cadernos de cooperação agrícola[722] são apontadas 22 diferenças em relação ao cooperativismo tradicional, entre as quais, destaco: (i) base social: enquanto os sócios da cooperativa tradicional são os empresários rurais e os pequenos agricultores, nas cooperativas do MST são sócios

---

721 - REISNER, *Entrevista*. Citada.

722 - CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 5*. Op. cit. p. 57-58.

pequenos produtores familiares ou assentados. Revelam-se aí classes diversas: a primeira aglutina capitalistas e agricultores familiares, a segunda reúne somente agricultores assentados ou agricultores familiares com pouca terra; (ii) direção: na cooperativa tradicional, segue-se o caráter legal (direção executiva), enquanto nas do MST se pretende a direção coletiva com responsabilidade pessoal. A direção legal, embora exista, fica em segundo plano; (iii) a tradicional incentiva à produção familiar, já a do MST organiza a produção familiar cooperativada, visa desenvolver a cooperação desde a produção até a comercialização.

Não obstante as dificuldades pelas quais passam as cooperativas, há uma expectativa de que elas possam constituir-se em alternativa. Christoffoli estudou quatro cooperativas de produção coletiva e concluiu que, de modo geral (80,4% entrevistados), permanecem nos coletivos porque têm a convicção de que a experiência social e econômica que estão desenvolvendo dará certo, pois "as pessoas que entram no coletivo não fazem por diletantismo ou como 'experiência passageira' . Querem e acreditam seriamente que dará certo, caso contrário tendem a abandoná-lo."[723] Embora a renda auferida no coletivo seja insuficiente, entendem que a situação externa ao assentamento, para os pequenos proprietários rurais, está pior. Esse fato se explica, em parte, porque a CPA garante renda mesmo em períodos difíceis, observa o autor.

Todavia, na Coopcal, isto criou um problema. Durante vários anos a cooperativa distribuiu mensalmente "sobras" entre os assentados segundo horas trabalhadas sem que, necessariamente, houvesse produção excedente para cobrir os gastos. Com isso, o consumo alimentar e de outros produtos pelas famílias foi bancado pela cooperativa, criando dívidas ou utilizando-se de subsídios embutidos no crédito. A CPA ainda não conseguiu um nível de produção suficiente para gerar excedentes que tornem possível uma situação geral boa de consumo, excetuado a moradia e a alimentação, satisfatória para os assentados. Mesmo no ano de 1999, em que há o maior faturamento bruto anual por família (R$ 3.642,75), ele representa um faturamento bruto médio de R$ 305,00 mensais por família, ou seja, um patamar ainda muito baixo para propiciar sobras líquidas significativas para distribuir aos

---

723 - O autor aplicou 46 questionários para uma população cooperativada de 234 pessoas, em quatro cooperativas, situadas uma no Rio Grande do Sul, uma em Santa Catarina e duas no Paraná, uma das quais a Coopcal (CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo*. Curitiba: UFPR, 2000. p. 55).

associados.[724] Este valor foi distribuído parte na forma de dinheiro e parte na forma de gêneros (alimentícios e outros) adquiridos fora do assentamento.

4. A Cooperação em Movimento

Durante uma década e meia, as experiências vividas no interior dos assentamentos foram mostrando ao MST a necessidade de os ver não apenas como unidades de produção (sob o aspecto econômico) e de (re)educação política para formar revolucionários da utopia socialista, mas como realmente são, isto é, espaços sociais onde se processam práticas políticas de resistência e relações comunitárias perpassadas pelas filigranas da cultura camponesa. São espaços sociais em movimento. Não obstante a fragmentação da solidariedade construída nos acampamentos e ocupações, os assentados passam a construir comunidades de interesses múltiplos, convergentes e divergentes.

O debate sobre a organização da terra e do trabalho nos assentamentos, como se indicou nas páginas anteriores, esteve presente na própria trajetória de formação do MST. No percurso, deu reiteradamente ênfase à coletivização nos assentamentos, na forma das CPAs, como principal instrumento de luta política contra o capitalismo e de enfrentar os problemas da produção e comercialização que se impunham: superar a agricultura familiar camponesa de subsistência e de desenvolver economicamente os assentados, vinculando-os ao projeto estratégico de transformações sociais para a construção de uma sociedade socialista.[725]

Mas, nos assentamentos, o grupo de famílias que coesa e solidária cooperou na luta, começa a fragmentar e desmobilizar-se. O MST já não possui mais o controle do espaço, não alcança o nível de disciplinamento das ações das famílias, como no tempo de acampamento. No acampamento, evidenciam as entrevistas orais, prevaleciam as práticas da democracia das CEBs e havia uma maior identidade entre interesses comunitários e interesses individuais. O consenso e a coesão do grupo eram

---

724 - Cf. id., ibid.

725 - MST. Caderno de formação n. 20. Doc. cit.

fortes. Na conquista da terra estrutura-se o assentamento "contraditoriamente como lugar de libertação e uma nova forma de "aprisionamento"[726].

Ou seja, de um lado, o assentamento representa a realização da utopia da "terra prometida" e, portanto, da libertação da expropriação e exploração. Neste sentido, a tendência geral verificada é a de que cada família toma posse de um lote para cultivar. De outro lado, a tradição do colono de produção familiar individual e a orientação do Incra, privilegiando esta forma de organização e uso da terra, combinam-se promovendo uma configuração próxima às regras do Estado. Por tratar-se de uma área em reforma pelo Estado, este interfere desde a vistoria, desapropriação da área, estruturação e organização interna e uso da terra, até a titulação dos parceleiros. Mas, também, como se viu, sempre (ou quase sempre) o interesse do MST de transformar o assentamento em uma nova experiência coletiva faz-se presente. Assim, impõe-se, na vida cotidiana dos agricultores, o enquadramento de sua cultura a formas estranhas ao seu modo de vida.

Deve-se compreender que o consenso e a coesão do grupo que lutou em conjunto pela terra fragmentou e os conflitos explicitam-se na vida cotidiana, sobretudo na organização da apropriação da terra e formas de trabalho. O MST constatou o desencontro entre suas propostas de cooperação e a utopia dos assentados. Diante do fracasso das primeiras experiências, o movimento criou e incorporou outras formas organizacionais. Algumas CPAs foram rearticuladas como cooperativas de prestação de serviços (CPS). Surgiram, também, como já se assinalou, diversas outras (CPPS, CRED, CPSR, Cooperativa de Trabalho). O SCA deveria envolver, além dos grupos coletivos, semicoletivos, associações de produção, comercialização e máquinas, os "individuais". Contudo, na trajetória de formulação da política de cooperação e no trabalho de base nos assentamentos, como demonstrou a pesquisa no Assentamento Vitória, os assentados que aderiram às propostas do MST foram estimulados e apoiados, enquanto que os "individuais" não cooperativados sofreram pressões e retaliações por parte das lideranças.

A concepção que norteia as diferentes formas de cooperação nos assentamentos rurais evidencia que elas passaram a ser vistas como alternativa concreta de inserção no mercado, de resultados econômicos e financeiros. Ao mesmo tempo, afirma-se serem instrumento político de enfrentamento ao grande capital. Nesta

---

726 - MARQUES, *De sem-terra a "posseiros"*. Op. cit., p. 215.

direção, a cooperação vem amalgamada à própria concepção de reforma agrária. No argumento de uma das lideranças da coordenação nacional do MST, a reforma agrária,

> ... necessariamente ela vai ter que organizar a propriedade coletiva dos meios de produção, porque a agricultura já está organizada de uma maneira capitalista. Hoje não adianta mais só terra. É preciso ter a propriedade dos tratores, dos armazéns, dos trens que conduzem a produção. Não adianta mais o cara pegar só um pedacinho de terra e dizer: "tá feita a reforma agrária". Necessariamente, com esse desenvolvimento que o capitalismo teve no campo, uma reforma agrária tem que abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura. E, por isso, ela adquire um caráter anticapitalista. Não é só a propriedade da terra que está em questão, mas está em questão a propriedade de vários meios de produção.[727]

Esta visão permeia a concepção de cooperação agrícola norteadora do Sistema Cooperativista dos Assentados durante os anos 90. E, como se pode extrair do próprio excerto, a CPA continua a ser considerada a mais complexa e avançada entre as formas de cooperação, a que mais se aproxima de uma forma socialista de produção. Com a desistência em grande número dos associados das CPAs e o fracasso de boa parte delas, como bem observa Ricardo Abramovay, a utopia construída no processo da luta, no mundo da igualdade, desaba e "estabelece-se o desencantamento do mundo, a realidade da sociedade capitalista, onde tem mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações econômicas"[728]. Essa situação levou a Concrab à realização de um seminário interno em 1994, com o objetivo de discutir os rumos da cooperação agrícola para os assentamentos. Nos debates, fica claro que a propositura da coletivização deveria ser repensada. A sua não reformulação, possivelmente, a inviabilizaria como forma de organização da produção dos assentados. Esta avaliação pode ser dimensionada na seguinte percepção:

> A maioria de nossas CPAS e grupos coletivos vem enfrentando, especialmente a partir do último ano, crises que põem em risco a sua existência e, por conseqüência, parte importante da proposta de cooperação agrícola do MST-SCA.
> A origem dessas dificuldades não está claramente determinada. Em alguns casos, aparenta ser a falta de viabilidade econômica daquele coletivo, em outros, ocorre o contrário, o sucesso econômico da CPA traz conseqüências que levam o coletivo até um impasse. (...).
> - Qual ou quais as causas levaram a essa situação?

---

727 - STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. p. 318-319. In: _____ (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 306-322.

728 - ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. p.316. In: MEDEIROS, *Assentamentos rurais*. Op. cit.

> - Há causas comuns aos problemas que afetam as CPAs? Ou são problemas localizados e que só estão aparecendo juntos nesse momento por coincidência?[729]

Do excerto depreende-se que as experiências coletivas e semicoletivas de produção enfrentavam dificuldades que, embora não precisadas, punham-nas em risco. O debate destas questões levou à elaboração de um caderno de orientação de "Como Organizar os Assentados Individuais", superando a prática de apenas atuar na organização das cooperativas de produção agropecuária. No debate desenvolvido, a partir de então, percebe-se uma reinvenção da concepção de cooperação agrícola ao se recuperar a dimensão política articulado-a à dimensão econômica, e lhe conferir um caráter amplo ao considerar todos os assentados como base do MST. Como estratégia política, "a cooperação deve ser vista como forma de organizar os assentados para a luta. (...). Portanto, a cooperação no capitalismo, além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores em torno da produção cumpre um papel educativo."[730]. Todavia, do ponto de vista da organicidade, o SCA tornou-se com o tempo "num sistema técnico-burocrático ideologicamente centralizado, necessário em função da complexidade das lutas e das organizações econômicas conjunturais em situações adversas", mas limitado do ponto de vista da organicidade política-ideológica do MST, "cujos objetivos, desde o Plano Nacional do MST de 1989-1993, eram, entre outros, a construção de uma sociedade socialista"[731]. A crítica à política de cooperação também perpassa o documento "Limites e Desafios do SCA", de autoria de Ademar Bogo, elaborado em 1995.

> De forma um pouco mais crítica e menos oportunista, estamos repetindo a prática das ONGs tanto a nível de estado quanto a nível nacional, tudo passa a ser visto pela ótica administrativa e menos política. Isto a médio prazo trará enormes prejuízos em termos de desenvolvimento da consciência social, pois no momento em que faltarem créditos, os culpados não serão mais os bancos e os governos, mas sim as centrais e o MST que não traz mais nada para os assentamentos.[732]

O SCA é definido como *setor de produção e comercialização* do MST. Tem a função de tratar "da produção, da comercialização, da tecnologia, da agroindústria, do crédito rural e da organização de base nos assentamentos". Deve estimular "as diferentes formas de cooperação, integrando os assentados familiares, seja na cooperação ao nível da produção, ou da comercialização, ou ainda, na obtenção de crédito ou de melhorias

---

729 - CONCRAB. A crise das cooperativas de produção. São Paulo, 1994. (mimeo).

730 - BOGO, Ademar. *Perspectivas da cooperação agrícola no MST*. Setembro de 1994. Apud: CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit., p. 18.

731 - CARVALHO, In: CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. Doc. cit., p. 34.

732 - BOGO, Ademar. Limites e desafios do SCA. Apud: CONCRAB. *A evolução da ...,* doc. cit.

de infraestrutura".[733] O MST tem enfatizado que "não interessa se a produção é individual ou coletiva, pois a forma da cooperação é secundária. O fundamental é o ato de cooperar."[734] Até a mais simples cooperação, como a troca de dias de serviço, é valorizada. Este fato marca uma estratégia pedagógica: a cooperação simples deve levar à consciência de que cooperar é vantajoso economicamente e permite uma afirmação política mais consistente e eficaz. *Então, por que não adotar formas mais complexas?*

Diante da forte resistência das bases à coletivização, na reformulação do modelo de cooperação, os valores centrais do modo de vida dos assentados, como a família e a autonomia, passam a ser considerados na organização da cooperação pelo MST. Ao mesmo tempo, verifica-se uma maior ênfase à meta de inserção no mercado. Todavia, os objetivos centrais orgânicos e políticos do Movimento não são alterados. A cooperação deve possibilitar, ao mesmo tempo,

> ... desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise à mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistência ao capitalismo. (...). Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política.[735]

Os documentos do MST enfatizam, ainda, a proposta de construir um modelo próprio de cooperativismo, alternativo e popular, por incluir social e politicamente os trabalhadores rurais sem-terra e ser de oposição ao cooperativismo tradicional e ao modelo econômico capitalista. O que implicaria, por conseguinte, superar tanto o modo de ser do camponês como o do capitalista.

> Estamos criando um sistema misto. Não no sentido de que é misturado, mas superior aos dois. O nosso objetivo, que está no programa agrário, é uma etapa superior aos modos camponês típico e capitalista. O que assimilamos do capitalismo é a divisão do trabalho, não com objetivos capitalistas. O capitalismo se utiliza da divisão do trabalho para explorar as pessoas. A divisão do trabalho foi nascendo com o processo de desenvolvimento das forças produtivas.[736]

Para tal, propõe a apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores (autonomia de organização e gestão) e afirma a necessidade de não mais se aceitar a exploração do mercado. Atuar sem preocupação com o mercado e seus

---

733 - www.mst.org.br, 06/05/2001.

734 - CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 5.* Doc. cit.

735 - Id., ibid.

736 - STÉDILE, *Brava gente.* Op. cit., p. 109.

mecanismos de funcionamento significa subordinar-se inteiramente a sua lógica. Todavia, produzir para o mercado não implica, necessariamente, estar integrado a ele. Desse modo, a cooperação deve consubstanciar uma inserção mais autônoma em relação ao mercado, mas com modernização técnica e divisão do trabalho na produção e agroindustrialização. Trata-se, pois, de buscar alternativas de organizar a produção agrícola, agroindustrialização e comercialização.

Desse modo, propõe, a superação tanto da produção familiar individual para a subsistência como a inserção individual no mercado. Nestes termos, a cooperação agrícola constitui uma prática política coletiva e econômica no processo de luta pela reforma agrária e transformação social. Ela ganha conteúdo nas formas cooperativas vistas pelo MST como uma alternativa que incorpora a modernização da agricultura, mas que também ressignifica a modernidade ao questionar as formas de produção da riqueza social e de seu mecanismo de distribuição (o mercado) e afirmar a supremacia do trabalho e da vida sobre a lógica econômica capitalista[737]. Nestes termos, os documentos apontam a necessidade de se criar um mercado popular articulado entre o campo e a cidade. Há, por certo, filigranas na proposta de cooperação do MST que podem ser inseridas naquilo que propõe Haddad, acerca do projeto socialista:

> ... numa primeira fase do projeto socialista conviveriam propriedade socializada e mercado. Mas, para que este não pusesse a perder a funcionalidade do mercado – o que implica a autonomia das unidades produtivas e a concorrência entre elas -, far-se-ia necessário garantir que a propriedade dos meios de produção pública não-estatal: **público** por ser vedado aos trabalhadores cooperativados reprivatizar tais meios de produção; **não-estatal** por ser vedado à autoridade do Estado ferir a autonomia da sua gestão, que traria consigo ainda todos os vícios burgueses: maximização do "lucro", poderes ilimitados aos gerentes – ainda que pudessem ser escolhidos pelo coletivo dos trabalhadores -, divisão autoritária do trabalho, etc. Numa segunda fase do projeto socialista, caso todos nós aprendêssemos, tal como os artistas, a inovar ou criar sem a necessidade de estímulos pecuniários extraordinários, poder-se-ia conceber a hipótese de superação do mercado, não pelo planejamento burocrático, seu oposto, mas por uma decorrência até certo ponto natural do processo: sob o comando dos não-proprietários, as cooperativas, progressivamente, passariam a cooperar entre si, (...) concorrendo para a (...) do sistema produtor de mercadorias em escala global.[738]

Todavia, como o próprio autor observa, historicamente o Estado brasileiro não apóia esse tipo de iniciativas. As cooperativas colocam no horizonte a perspectiva mesma de superação das relações capitalistas e a construção de novas relações sociais. Paul Singer, por sua vez, enfatiza a necessidade de se criar estratégia não-capitalistas para o desemprego e a exclusão social. Para ele, a reforma agrária, não

---

737 - Cf. Ver CALDART, *Pedagogia do movimento sem terra...*, op. cit., p. 125-127.

738 - HADDAD, Fernando. *Em defesa do socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 45-49.

obstante seja um importante meio de incluir trabalhadores sem-terra através do assentamento, "isso não é suficiente par resolver o problema de milhões de pessoas que não têm possibilidade de se inserir na divisão do trabalho". As empresas cooperativas de pequeno porte, formadas por ex-desempregados e trabalhadores por conta própria, que tenham "um mercado protegido da competição externa para os seus produtos", constituem, na visão do autor, a possibilidade real de uma economia solidária de geração de renda e alternativa ao liberalismo.

> A questão do mercado é quase sempre crucial para os novos produtores autônomos, pois não são conhecidos e em geral não dispõem de clientela formada. Atuando em mercados já saturados, a concorrência avilta os preços tornando muito difícil sua sobrevivência. Dadas as dificuldades, a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos.[739]

Mas, além do mercado protegido, o apoio do poder público, garantindo crédito, entre outros fatores, mostra-se fundamental na criação da economia solidária. Se forem encontradas as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor e a economia solidária "atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados." E, assim, "haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção"[740].

Todavia, as cooperativas do MST vêm enfrentando sérias dificuldades para viabilizar-se. Entre os vários problemas detectados estão: (i) a inexistência de linhas de crédito específicas que possibilitem a formação de capital de giro. As cooperativas dependem de empréstimos externos. Soma-se a isto, (ii) a extinção do Procera, que limitou ainda mais os recursos destinados ao funcionamento das cooperativas, uma vez que, dos recursos captados através da cooperativa, os assentados contribuíam voluntariamente de 2 a 3% do valor recebido; (iii) subsumidas pela lógica do mercado, estão sujeitas às oscilações dos preços dos produtos que vendem (em geral, em queda) e dos produtos que compram (maquinários, sementes, etc.), em alta crescente, sobretudo com a crise econômica dos três últimos anos; (iv) algumas agroindústrias foram construídas sem planejamento adequado. Em conseqüência surgiram alguns "elefantes brancos", como o Frigorífico da Coara, que inicialmente foi projetado com um determinado porte e, depois, com a obtenção de recursos do exterior, foi aumentado.

---

739 - SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. p. 122; 132.

740 - Id., ibid., 125, 139

Hoje, depois de quatro anos pronto, buscam-se alternativas para colocá-lo em operação. Não há produção de suínos suficiente nos assentamentos vinculados à Coara. Poder-se-ia comprar de outros produtores, porém não há capital de giro e o preço da carne de suíno decaiu sobremaneira. Uma alternativa seria industrializar a carne (embutidos, como a mortandela e o salcichão), mas faltam máquinas já que o previsto foi apenas o abate e corte de carnes. Faltaria também mão-de-obra especializada, o que poderia ser resolvido com o intercâmbio com outros frigoríficos da Concrab. Esse tipo de experiência levou o MST a repensar as agroindústrias. Ao que parece, entende, atualmente, ser alternativa, não as agroindústrias de grande porte, mas as de pequeno porte. E, (v) em relação à análise econômica das CPAs, estudos têm verificado que, de forma geral, as cooperativas não têm conseguido alcançar resultados econômicos expressivos. Para Christoffoli[741], diante desta situação, está claro que há necessidade de desenvolver iniciativas de formação político e de propiciar assessoramento técnico-científico e creditício às experiências de cooperação coletiva.

Não obstante a esses problemas, não se deve descartar o associativismo e a cooperação agrícola. Pesquisas[742] mostram que, nos assentamentos onde formas de cooperação foram implantadas, a renda dos assentados, na maioria das vezes, aumentou. Mostram que a renda é maior nas famílias que estão organizadas em associações, em grupos semicoletivos e grupos coletivos. Segundo a maioria dos relatos dos assentados, quando assumiram formas de cooperação (coletivo, semicoletivos, associações) conseguiram aumentar sua renda. Contribuem, para tal, a eliminação de intermediários na compra de produtos e insumos, a compra de sementes, implementos agrícolas, e a venda da produção agropecuária, em conjunto, auferindo preços mais baixos na compra e mais elevados na venda, do que se esta ação fosse individual.

Somam-se a isso que são mantidos/reforçados valores como a solidariedade, que há contribuição financeira à ação política do MST, que caminhões das cooperativas são utilizados nas ocupações, que lideranças são liberadas e sustentadas pelas cooperativas para desenvolver o trabalho de base. A cooperação em si é um instrumento de luta, pois contribui para a organização dos assentados na produção das condições materiais da existência, para a reivindicação de recursos do governo, para a discussão de problemas comuns e elaboração de estratégias e práticas

741 - Id., ibid., p. 292.

742 - Cf. FAO. *Principais indicadores sócio-econômicos ...*, op. cit., p. 32.

que conduzam à sua superação. As cooperativas assumem uma dimensão política na organização dos trabalhadores.

> As cooperativas têm esse duplo caráter: econômico e político, e a conjunção deles é sempre tensa. Mas temos conseguido atrelar as duas coisas. Quando ocupamos a Fazenda Giacometti, no Paraná, toda a estrutura da cooperativa da região foi disponibilizada para a nossa ação de massa. Ou seja, é possível combinar empresa econômica com as lutas políticas, com a mobilização social.[743]

Também os estatutos das cooperativas contêm definições que colocam uma perspectiva de transformação social. No estatuto da Coopcal, afirma-se que:

> ... a sociedade objetiva congregar trabalhadores rurais em sua área de ação para desenvolver a produção agropecuária bem como promover a luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores rurais tendo como perspectiva uma sociedade sem exploração de classes, onde impere a democracia política, social e econômica (...).
>
> Para consecução de seus objetivos, a cooperativa deverá: (...) letra i: solidarizar-se com todos os movimentos da classe trabalhadora, de todos os povos que caminham na busca de uma sociedade livre e igualitária orientando sua atuação no sentido de fortalecer a luta e as organizações dos trabalhadores que buscam a promoção e a realização da reforma agrária.[744]

De modo geral, pode-se afirmar tratar-se de iniciativas que buscam incorporar inovações tecnológicas e ressemantizam a modernidade ao questionar as formas de produção da riqueza social e do mercado, ao afirmar a supremacia do trabalho e de um modo vida, com relações comunitárias e associativas, sobre a lógica econômica capitalista. O MST enfatizou, com redobrada força, no seu IV Congresso Nacional, ocorrido em Brasília do dia 07 a 11 de agosto de 2000, com a participação de 11.000 participantes, provenientes de 23 estados da federação, a necessidade de práticas agroecológicas nos assentamentos. Trata-se de produzir agropecuária e agroindustrialização e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, as reservas florestais e de lutar contra a importação ou produção de alimentos geneticamente modificados.

Ainda do ponto de vista econômico, há que se acrescentar que as diversas experiências de cooperação nos assentamentos rurais estão subsumidas pela lógica do capital. Embora, através da produção agropecuária e da agroindustrialização, se procure ocupar brechas existentes no mercado, com vistas ao atendimento da população de baixa renda (mercado de massas, segundo o MST), a produção dos

---

743 - MARTINS, Adalberto. Uma tensão entre política e economia. (Entrevista). In: *Revista sem terra*, n. 01. São Paulo, junho/agosto/setembro de 1997. p. 19.

744 - COPCAL. *Estatuto* (Artigo 2º). Doc. cit.

assentados está subsumida pela lógica do mercado. A maior parte da produção é destinada para a venda. Também são adquiridos os modernos instrumentos de produção como tratores, ordenhadeiras, etc., e alguns gêneros de primeira necessidade. Mesmo nas CPAs, não obstante, no plano das relações de trabalho internas, como se viu em um dos casos estudados (na Coopcal), a contradição entre igualdade formal e desigualdade real reduz-se sobremaneira.

O desenvolvimento dos processos de agroindustrialização nos assentamentos rurais de reforma agrária foi a principal prioridade do Sistema Cooperativista dos Assentados nos anos de 1990. A agroindustrialização foi vista como alternativa para a sobrevivência dos agricultores assentados no campo, pois, além de geradora de renda e emprego, ela promove a qualificação da mão-de-obra rural, contribuindo com isso para a fixação dos jovens no campo. As principais unidades agroindustriais instaladas no País e suas respectivas atividades produtivas são: laticínios (leite resfriado, pasteurizado e ou longa vida): Cocamp (SP), Copavi (PR), Coagri (PR), Cooperoeste (SC); Fecularia: Cocamp (SP), Fábrica de doces e conservas: Copavi (PR) e Coagri (PR); Despolpa de Frutas: Cocamp (SP); abatedouros, defumados e ou embutidos: Coanol (RS); Cooperunião (SC); ervateira: Coanol (RS); cerealista: Coanol (RS), Cooperuniâo (SC); Fábrica de ração: Coanol (RS).

Todavia, no ano de 2001, o MST, fruto das discussões internas, nas diferentes instâncias, começou a reestruturar sua forma organizacional, inclusive o Sistema Cooperativista dos Assentados. As discussões apontam no sentido de transformar o SCA no Setor de Cooperação, Produção e Meio Ambiente do MST. O objetivo é ampliar a cooperação, para além das cooperativas e da produção agroindustrial, para as diferentes dimensões da vida cotidiana nos assentamentos, estimular práticas agroecológicas e o respeito ao meio ambiente, a exemplo do que vem ocorrendo na Coopcal, no Assentamento Terra Livre.

Na mesma direção tem atuado as lideranças e assentados da Crabi. Novas práticas agrícolas vêm sendo experimentadas amalgamadas à luta pela reforma agrária como estratégia e ação articulada a outros movimentos sociais. Com a cooperativa (Copcaf), recentemente criada, a Crabi pretende o desenvolvimento de uma agricultura orgânica, cuja concepção remete à necessidade de se ressemantizar e recriar a própria noção de agricultura familiar. Não apenas designando trabalho dos membros de uma família numa fração de terra com inserção em mercados de produtos e fatores

completamente desenvolvidos.[745] Mas, (re)inventando práticas agrícolas, formas de solidariedade baseadas em relações de vizinhança e formas de cooperação mais complexas, bem como o próprio modo de produzir. A cooperação entre os agricultores familiares, como mostram os casos estudados, aumenta o seu poder de barganha e renda familiar. Assim, à noção de agricultura familiar deve ser incorporada uma mudança de hábito: uma agricultura familiar que busca a inserção no mercado e, ao mesmo tempo, pratica o respeito à ecologia, produz sementes e adubos, e controla suas culturas organicamente.

745 - Cf. VEIGA, José Eli. *O desenvolvimento agrícola.* Uma visão histórica. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1991. p. 191.

RUMO AO DEVIR

O Vivido e os Possíveis

Militantes e intérpretes dos novos movimentos sociais têm destacado a sua importância, sobretudo do MST, como agentes de transformação social e democratização da sociedade brasileira. De fato, a realização de (re)assentamentos rurais consubstancia um processo de democratização do acesso à terra e, por conseguinte, do poder, engendrado na concentração da terra e da renda. A pesquisa de campo realizada mostra que a situação de (re)assentado rural marca uma situação bem diversa daquela vivida, até então, pela maioria dos sem-terra sob mando dos fazendeiros, e que não participavam efetivamente de espaços de discussão e tomada de decisões. Embora a maioria, antes da conquista do assentamento, freqüentasse a igreja, ou parte deles estivesse filiada ao STR e, alguns poucos, a alguma cooperativa, sua participação, via de regra, era restringida a relações de poder hierarquizadas nestes espaços. A forma de decidir coletivamente nos acampamentos e assentamentos marca uma mudança substancial com tal situação.

Na vida cotidiana dos acampamentos, as assembléias marcam um espaço de exercício da democracia do processo decisório. Na fase da luta pela terra, homens e mulheres participaram ativamente das decisões das mais importantes da vida cotidiana e dividiam entre si as tarefas a serem realizadas. Na medida em que todos são valorizados, espraia-se entre os acampados o sentimento de igualdade, fortalecendo a união e a solidariedade do grupo. As ocupações de terra implicam rupturas com as relações de poder no interior das fazendas, com a relação de arrendamento da terra, com as relações de assalariamento e com a própria estrutura de dominação política dos grandes proprietários rurais. O fundamento do poder político destes é a propriedade da terra. Ao mesmo tempo, mexe em diferentes dimensões da estrutura social, já que banqueiros, donos de redes de televisão, industriais, são também proprietários de terra. Portanto, a reforma agrária não se esgota em si mesma, mas é uma das ações necessárias num processo amplo de transformações das relações sociais capitalistas.

Para tal, é necessário desencadear um conjunto de medidas que levem à consecução de múltiplos objetivos como definiu o MST, em seu Programa Agrário, em 1995[746].

Mas, não obstante todas essas experiências transformadoras, ainda persistem práticas e formas de antigas idéias e valores da cultura política brasileira nas relações de lideranças do MST e Crabi/MAB no trabalho de base. De fato, no interior dos assentamentos vem se processando, no cotidiano vivido, a democratização das relações de poder e da renda, mas não sem conflitos e tensões. Ou seja, nestes movimentos, engendrados no processo de insubordinação e luta contra as relações autoritárias e excludentes, historicamente presentes no campo, como também permeando a cultura política brasileira, detecta-se, em reação, uma cultura de movimento em formação, e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, permanências (práticas e representações de longa duração da cultura política brasileira) reproduzem-se na vida cotidiana, nas relações das lideranças e dirigentes com os acampados e assentados. Assim, ao mesmo tempo em que, na vida cotidiana, se processa a produção do ser humano, de seu próprio modo de ser e existir, também são tecidas práticas de dominação e mecanismos de controle. Não será possível acabar com esse discurso acerca do camponês, como resíduo do passado, enquanto não se eliminarem as representações desqualificadoras e práticas repressivas de seu modo de vida no interior dos movimentos sociais, neste caso do MST, e para além destes. Para além desta questão, outras precisam ser agregadas sobre as experiências de cooperação vividas nos assentamentos e sobre as mudanças possíveis.

As entrevistas orais, circunstanciadas pela observação direta nos acampamentos e assentamentos, mostram-nos aprendizados na participação e organização coletiva, constituindo avanços políticos que não podem ser desprezados. A própria recorrência dos acampados do MST à expressão “os de fora” marca uma clara demarcação do acampamento como território dos sem-terra. Mas, esta oposição, ao longo dos anos, começou a ser superada, tendo em vistas as interações e redes sociais que os assentados estendem para além do assentamento (no comércio, na igreja, na escola, na participação em festas fora de suas comunidades, nos bancos). Há evidências

---

746 - No programa de reforma agrária o MST aponta, entre outros: garantir trabalho para todos, combinado com distribuição de renda; produzir alimentação farta, barata e de qualidade para toda população brasileira, em especial nas cidades; garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida, de forma igualitária para todos os brasileiros; buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; difundir a prática dos valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero; contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais; preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas, etc., de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável; implementar a agroindústria e a indústria no interior do país (MST. *Programa de reforma agrária*, 1995.).

neste sentido nas representações de reconhecimento dos que não vivem no assentamento. Tal situação ganha sentido na narrativa de Dalmiro ao rememorar que foram fazer uma luta na Prefeitura de Lindoeste e lá "um homem falou":

> Só de lá que o pessoal vai, porque os de fora pra reunir cinco homens pra ir lá [Prefeitura], não vão. Agora vocês sim, se dizem que vão 50, 200, vão". Daí a diferença do assentado e do pequeno de fora. O pequeno lá de fora ele não sabe como funciona isso. A Emater enrola e ele não vai lá em comitiva, ele não vai na Secretaria da Agricultura bater o pé. O assentado não, já tem o técnico dele, faz o projeto e nós mesmos levamos lá e se fica trancado nós levamos 50, 100, pessoas lá e vamos mexer, vamos ocupar.[747].

No excerto, na contraposição das representações "os de dentro da organização" com "os de fora", registra-se o reconhecimento da organização e das lutas dos assentados pelos "de fora", marcando, ao nível do discurso, o esforço de superação da desconfiança e discriminação sofrida, na fase inicial do assentamento, quando representações como "vagabundos", "bandidos", lhes eram impingidas. Os assentados, por sua vez, não obstante o arrefecimento da mobilização com a conquista da terra, acumulam o aprendizado de que estão de volta à terra porque se organizaram na identificação de um mesmo objetivo e por ele lutaram coletivamente. Em movimento, articulam a noção de que têm direitos, o que os move para e na luta. Suas experiências vão formando uma cultura política, substrato de novas práticas políticas coletivas. Fátima exprime essa dimensão,

> ... essa luta vale a pena porque você luta e adquire experiência. Hoje, *esse pessoal de fora,* eles *não têm muita experiência.* Têm muita coisa que é lei do Município, que o município tem que fazer que eles não sabem. Então eles não cobram. Os prefeitos, os governadores, estão na deles enquanto não ir lá e cobrar. *Dentro da organização, do Assentamento, a pessoa começa ver que tem direito. A mulher tem direito*, mas não sabiam disso. Ficamos sabendo agora, com essa luta, que cada prefeitura recebe uma verba pra manter óleo pros ônibus fazer transporte dos alunos.[748] (Grifo meu).

Nos três casos estudados, percebeu-se uma nova qualidade nos relacionamentos no seio familiar. O modo de decidir na família passou a ser questionado em decorrência da experiência partilhada no processo de luta pela terra (tempo durante o qual homens e mulheres vivenciaram cotidianamente a cooperação na luta), da organização de formas associativas e formação política desenvolvida pelo MST. Fátima explica que, na Coara, o homem é sócio bem como a mulher é sócia, e ambos têm direitos iguais:

---

747 - KELLMER, Dalmiro. *Entrevista.* Citada.

748 - KELLMER, Fátima. *Entrevista.* Citada.

> ... *desde a assinatura, não é mais só do homem, é do casal*, porque criava muitos problemas. Por exemplo, quando fazia projeto, a maioria das mulheres nem sabiam que projeto era, pra quê era e lá (projeto) o homem aplica o recurso. No dia da vistoria chega o técnico e daí: "Ah! Mas eu não sei o que foi aplicado.". Se a mulher está junta e assina, no dia de fazer um projeto ela também é responsável e está por dentro no dia em que o técnico chega pra fazer a vistoria. *Isso é um meio de chamar a mulher pra participar também.*[749] (Grifos meus).

Dalmiro, esposo de Fátima, vê na participação da mulher um elemento de superação do cooperativismo tradicional. Assevera ele, "por exemplo, se eu quero me associar na Coara tem que ser o casal. Só o homem, isso tem na cooperativa tradicional, a tradicional é só o homem e pronto."[750]. Também na Coopcal homem e mulher são igualmente sócios e têm os mesmos direitos. As mudanças no modo de vida das famílias resultam numa nova concepção dos papéis que adultos, jovens e crianças desempenham e que já não estão mais em função apenas do projeto familiar, mas no engajamento da família na comunidade e na luta mais ampla. Não obstante o cotidiano vivido seja regulado por normas constantes no regimento interno, discutidas e aprovadas por todos os sócios da cooperativa, essas normas são rediscutidas constantemente face às novas necessidades e avanços, podendo ser alteradas desde que todos assim o decidam. Porém, na medida em que as decisões são tomadas por maioria de votos, quando alguma proposição é aprovada sem haver unanimidade há possibilidade de resistências no processo de execução. Este fato evidencia-se no exercício da crítica que, não raras vezes, ocorre nas rodas de chimarão da agrovila, ao entardecer.

É certo, porém, que a constituição de formas cooperativas dos assentamentos implica a ruptura com certos valores e a criação/recriação de outros. A propósito, a afirmação da cooperação com a propriedade e a terra coletiva impõe a ruptura com a idéia da propriedade privada, profundamente enraizada na sociedade capitalista como valor superior a qualquer outro, e promove a distribuição mais eqüitativa da renda para todos os que participam do coletivo. No Assentamento Terra Livre, essa organização do produtivo dissemina-se pelas relações cotidianas, sobrepondo o trabalho e a vida à apropriação privada e individual da terra. O assentado vive o exercício de reconhecer-se nos resultados do trabalho, não mais individualmente, mas, ao mesmo tempo, como sujeito individual e sujeito coletivo. As discussões e as decisões acerca do quê, por quê, como, quem e quando, permitem ao assentado a redescoberta do sentido criador e humanizador do trabalho. Na dinâmica das relações cotidianas, na relação com os outros assentados e com a natureza, o trabalho (re)liga produtor e

---

[749] - Id., ibid.

produto. O poder de gestão tece-se no exercício das práticas coletivas. A hierarquia é do coletivo sobre o individual. As decisões são consensuais ou tiradas no voto, numa discussão com a participação dos sócios, o que marca uma substancial diferença com as cooperativas tradicionais na região em foco neste estudo.

Nessas cooperativas tradicionais, uma minoria detém o maior capital e controla a direção e toma as decisões. O planejamento é feito de cima para baixo. As assembléias são anuais. Somente há assembléia para prestação de contas e eleger uma nova diretoria. Faz-se uma grande festa, como um churrasco regado à farta bebida. Em geral, antes do almoço ocorre a assembléia na qual se relata uma sucinta prestação de contas e se elege a diretoria. O cooperado não tem como questionar as contas e os resultados pelas poucas informações que lhe foram repassadas. Na dos assentados, as assembléias são freqüentes. A base da autoridade concentra-se na coletividade formada pelos sócios acima de 16 anos. Isso não significa imediatamente domínio completo de como se processa a gestão e do controle das contas, nem de participação efetiva nas assembléias, mas o domínio é possível.

Vários entrevistados disseram que não conseguem ou sentem dificuldade de entender os números apresentados e que se manifestam pouco em relação aos assuntos internos da Coopcal. Possivelmente, como suas falas indicam, isso se deve ao medo de apresentar propostas e depois ter de arcar a responsabilidade "se as coisas derem errado". Deve-se ao baixo nível de escolaridade, amalgamado ao fato de essas pessoas historicamente terem tido pouca vivência com discussões públicas. Deve-se, também, à dificuldade em visualizar o coletivo na sua totalidade, dificuldade de refletir e planejar. Isso aparece, nas entrevistas, na observação de que "a participação das pessoas deixa muito a desejar. A maioria só levanta a mão nas votações, têm medo de fazer propostas, fazer questionamentos, tirar dúvidas. Às vezes aprovam coisas que são contra"[751]. Outro entrevistado, técnico em administração da Coopcal, assevera que gestão coletiva não é um aprendizado fácil, romper com um modo de vida anterior requer um longo tempo:

> Na cooperativa de produção agropecuária, você tem que pensar em administração coletiva. E, este entendimento é muito difícil, porque as pessoas sempre foram mandadas, exploradas. A partir deste momento precisam decidir, dizer isto está certo ou errado, qual é o caminho, e isto deixa as pessoas inseguras. Isto faz com que muitos, nos departamentos, ainda vejam o coordenador como um chefe, pensam que tem que ter um patrão pra mandar e aí muitas esperam que a pessoa venha e diga você tem que fazer

750 - KELLMER, Dalmiro. *Entrevista*. Citada.

751 - FEREIRA, *Entrevista*. Citada.

> isto, fechar a estufa tal hora. E aí é um problema interno sério que nós enfrentamos. Daí nós sempre discutimos que a *administração tem que ser coletiva, as responsabilidades individuais mas a ação tem que ser coletiva*. Essa é uma meta a ser atingida. (...).*É uma das principais dificuldades: as pessoas assumirem o coletivo como nosso*. Eu, pra mim, grande parte destes problemas eu considero normal. Eu só acho que eles não são normais quando nós deixamos de resolver.[752] (Grifos meus).

O fragmento registra que os assentados compartilham projetos, dificuldades, perspectivas quanto ao futuro, práticas culturais e políticas, mas também precisam lidar com a diferença de idéias, de gostos e costumes. Desse modo, para colocar em prática a proposta coletiva, para além da discussão e formação dos assentados, a normatização das dimensões cotidianas de trabalho e a vivência comunitária através de um regimento interno aparecem como necessárias, não só para o MST, como para os próprios assentados. Se, de um lado, as regras para todos são importantes, tendo em vista o disciplinamento e controle, de outro lado, as relações de desigualdades e os conflitos se processam mesmo dentro de um modelo de propriedade e de gestão participativa mais democrática. A falta de liberdade individual aparece na fala dos entrevistados como um dos conflitos vividos. Os que se sentem controlados pelas normas e relações de trabalho no coletivo, via de regra, também declararam não quererem entrar em outro coletivo caso a atual experiência viesse a não dar certo ou tivessem que sair da agrovila por outros motivos.

Certamente está em formação um processo participativo amalgamado à noção de democracia de base em um sentido amplo (uma espécie de democracia direta, em que todos participem da tomada de todas ou da maioria das decisões) e outros mais específicos e ligados à experiência concreta dos membros do coletivo. As pessoas têm a possibilidade de apresentar suas propostas via reuniões de núcleos de base onde, uma vez discutidas e aprovadas, obrigatoriamente as instâncias têm de levar em consideração aquilo que os associados têm para propor. As assembléias são mensais, e o planejamento das atividades e quais os investimentos a serem feitos, são decididos por todos.

Ou seja, os departamentos representam um espaço de contrabalanço ao poder da direção e coordenadores. Na democracia coletiva, o grupo de trabalho (setor) pode autodeterminar-se parcialmente, desde que mantida a relação de coordenação/subordinação com o coletivo maior do qual faz parte. Com isso, também reforça a tese de que os trabalhadores possuem alto grau de autonomia sobre o planejamento e a concepção do seu trabalho. Os departamentos têm atuação

---

752 - ALMEIDA, *Entrevista*. Citada.

significativa tanto em discussões de matérias econômicas (planejamento, investimentos, entre outras) como sociais e políticas sobre o funcionamento da cooperativa e do MST. Para funcionar, essa dinâmica democrática de base pressupõe reuniões freqüentes (no início semanais e, posteriormente, no máximo, quinzenais). Além disso, ela possibilita a rotatividade dos dirigentes e o estímulo para que todos os associados possam exercer funções de coordenação e direção com constituir-se em uma condição para o crescimento destas. Tal processo pode levar a um distanciamento no que se refere ao acesso às informações, à formação e aos espaços decisórios entre dirigentes e a base da Copcal. O regimento da cooperativa prevê mecanismos democráticos para a eleição e destituição de coordenadores de setor. Mas, não obstante a função de coordenador de departamento e ou de direção já tenha sido exercida por cerca de 50% dos membros, nas funções chaves que envolvem a gestão econômica verifica-se uma dependência em relação a um grupo reduzido de associados, que vão acumulando experiência e melhor preparo técnico, com o risco de permanecerem, reiteradamente, nos cargos diretivos.[753]

A participação de todos os trabalhadores da terra é estimulada pela própria estrutura organizativa e pelas diretrizes do MST, bem como da Crabi/MAB. Atualmente, a estrutura do MST compõe-se de instâncias de representação ou deliberativas e formas de organização das atividades. Fazem parte das instâncias deliberativas os fóruns de discussão e decisão política, articulados entre si do âmbito local ao nacional: a Coordenação de Acampamentos, a Coordenação de Assentamentos, a Coordenação Regional, a Direção Estadual, a Coordenação Estadual, o Encontro Estadual, a Direção Nacional, o Encontro Nacional e o Congresso Nacional[754]. Já as formas de organização das atividades apresentam diferentes dimensões (de formação, educação, saúde, frente de massa, finanças, projetos, relações internacionais) e também estão articuladas em diversos níveis, do âmbito local até o nacional (núcleos de base nos acampamentos e assentamentos, Sistema Cooperativista dos Assentados, e articulações nacionais de gênero, dos pesquisadores, dos músicos, entre outras). São formas que possibilitam o desenvolvimento de atividades junto aos sem-terra para se engajarem na luta. Estão presentes nos acampamentos e assentamentos e para além destes espaços,

---

753 - Cf. CHRISTOFFOLI, *O desenvolvimento de ...*, op. cit.

754 - A coordenação nacional do MST é composta por 21 membros da Direção Nacional, eleitos no Encontro Nacional, um representante eleito em cada Central de Cooperativas Estaduais, dois membros de cada estado em que o movimento está organizado, totalizando aproximadamente 90 pessoas. A coordenação estadual é composta em torno de 7 a 15 membros, eleitos no Encontro Estadual. A coordenação regional é formada por membros eleitos nos Encontros Regionais. Os membros da coordenação dos assentamentos e acampamentos são escolhidos por meio de assembléias e pertencem aos diversos setores encarregados de atividades específicas do Movimento.[754]

num esforço de (re)criar relações, estratégias e condições, para a permanência dos assentados no campo e ampliar a luta pela reforma agrária. Porém, não sem sérios conflitos como já o vimos.

Não obstante seja o MST o principal mediador dos assentados, não engloba sua totalidade. Suas posições ideológicas nem sempre encontram receptividade entre os agricultores, ou condizem com a heterogeneidade cultural da população assentada. Trata-se de uma organização que luta pela reforma agrária e pela transformação social do País. Possui jornal, revista, um corpo de funcionários. Suas lideranças não se restringem aos sem-terra formados na luta. Nele atuam militantes de esquerda originados da Igreja, agrônomos, técnicos, assistentes sociais, professores, entre outros, de origem urbana ou rural. Trata-se de um movimento social heterogêneo, que tem uma coordenação nacional e coordenações estaduais, que não definem todas as regras da ação política. Os sujeitos dessa ação são múltiplos, têm escolhas e interesses diversos. Os próprios assentamentos têm origens diversas, sobretudo em função da pluralidade de movimentos sociais que lutam pela terra.

É importante fazer quatro observações acerca da estrutura organizativa do MST: (a) ela possui uma dinâmica mais horizontal, articulando não só a interação das formas de atividades entre si, mas estas com as instâncias representativas nos diferentes níveis, pois nestas últimas participam membros das coordenações, dos coletivos, secretarias e do sistema cooperativista dos assentados; (b) ela foi sendo criada a partir da *práxis* dos trabalhadores, dos intercâmbios que estes estabeleceram com os seus mediadores e do aprendizado obtido com as experiências de outros movimentos sociais, de diferentes espaços e momentos históricos; (c) com sua consolidação nos anos 90, transformou o MST em uma organização social ampla, que não deixou de ser recriada diante das novas necessidades; (d) embora a forma da estrutura seja vertical, isto não significa a homogeneização de práticas e perda de autonomia das diferentes instâncias do MST. Assim, por exemplo, o Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos, consolida as diretrizes políticas gerais do movimento, debatidas nas bases e nas diversas instâncias. A linha política deve ser observada por todos, mas as formas de implementá-la ficam condicionadas às decisões das instâncias de cada estado face à realidade sociopolítica.[755]

---

[755] - MST. *Normas gerais*. Texto para discussão nas instâncias, acampamentos e assentamentos. São Paulo, agosto de 2001.; STÉDILE & FERNANDES. *Brava gente.* Op. cit.; MST. Ações de massa. Doc. cit.

No que se refere a Crabi/MAB, tem-se uma estrutura orgânica hierarquizada, mas com dinâmica também mais horizontal. Formada a partir de representantes das associações, permite uma maior participação da base. Os presidentes e vice-presidentes das associações formam o Conselho da Crabi. Este conselho reúne-se mensalmente e anualmente realiza uma assembléia para definir as diretrizes e o planejamento anual. O conselho elege, entre seus pares, a direção executiva da Crabi: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, mais conselho fiscal (4 pessoas). A assembléia não é realizada com a participação de todas as famílias. Nas falas das lideranças, a justificativa para tal é o número elevado de famílias distribuídas em sete municípios, o que inviabilizaria a realização da assembléia. Assim, a dinâmica adotada é a da representação verticalizada articulada à dinâmica horizontal, através da qual se deve realizar uma rede de informações e discussões da base para as reuniões da coordenação e vice-versa, e, também assim, encaminhar os trabalhos.

A exemplo do MST, a Crabi organiza-se em setores, chamados de eixos: produção, transformação, comercialização, educação, saúde, desenvolvimento comunitário, cultura e lazer. Os setores desenvolvem atividades e discussões junto aos assentados, bem como procuram dinamizar a produção. Cada setor possui um coordenador geral e um coordenador por comunidade. Na pesquisa de campo, observei que esse fluxo nem sempre se realiza satisfatoriamente. As informações nem sempre chegam às famílias. Há coordenadores e presidentes de associação mais dinâmicos, participativos e com formação política maior do que outros. As discussões e articulação para atividades conjuntas das famílias, via de regra, tendem a ser melhores nas comunidades onde os coordenadores dos setores e a diretoria das associações é mais atuante.

Ao nível das associações constatou-se uma diminuição da participação dos reassentados. E, a assembléia que deve ser mensal, em várias associações, é realizada num tempo mais dilatado. Isso se explica pelo fato de que, recorde-se, as associações foram criadas para atender a uma exigência legal (mediação para repasse e gestão dos recursos recebidos da Copel na construção da infra-estrutura dos assentamentos). As famílias formaram associação devido a uma pressão externa. Atendidas as demandas imediatas e fundamentais, a associação deixa de ser vista como essencial, e a participação diminui. Desse modo, a exemplo do que se observou nos assentamentos do MST, entre os reassentados também há uma certa “acomodação” depois da conquista da terra e a participação nas questões do movimento diminui.

Lucindo diz que a participação também diminuiu entre os membros do Conselho da Crabi:

> Nós já tivemos duas fases. A primeira coordenação, que foi da construção do movimento, do enfrentamento com a Copel, nela todos discutiam de igual pra igual. A participação era maior devido ao momento que se passava. No segundo momento, a coordenação foi trocando, entraram pessoas que não são lideranças, foram colocados como administradores. Então, quando chega na discussão política, eles preferem ficar quietos. Quando chega em assunto administrativo, de finanças, daí todo mundo fala. Então existe essa diferença. *Quando é político, precisa mobilizar, então retrai, fica quieto*. Uma das coisas que diminui, hoje, a participação das famílias é a diversificação da produção. Uma família produz leite, ovos, tem aviário, ela não tem mais tempo para participar. Quanto mais diversifica as atividades, diminui o tempo para participar.[756] (Grifo meu).

Como o excerto indica, a diminuição da participação dá-se quando das discussões políticas. Provavelmente há uma dificuldade de discutir questões políticas devido ser uma novidade tal tipo de participação em assuntos que, via de regra, os agricultores não estavam habituados a discutir. Mas, para além disso, a questão de fundo, da participação diferenciada dos membros do Conselho da Crabi, também parece estar relacionada à concepção de como deve funcionar a Crabi e qual linha política deve assumir. O próprio entrevistado fornece evidências neste sentido.

> Algumas pessoas pensam que a Crabi deve ser fechada, não deve ser aberta à discussão com outras entidades. A Crabi tem que administrar porque conseguiu uma grande conquista, hoje ela tem dinheiro, convênios. Então ela tem que se fechar dentro dos próprios assentamentos. Se você tem dez pessoas na coordenação, as dez não pensam igual. Tem aquelas que pensam que tem que ir mais pro administrativo, e aquelas que evoluem, que querem buscar coisas novas todo dia. A gente pensa que a coordenação, toda entidade, organização, que se fechou acabou. Ela está se eliminando por si própria. Alguns não têm essa visão política.[757]

Parte dos reassentados (cerca de 30% segundo o entrevistado) e parte das lideranças entendem que a Crabi deve seguir apenas com a luta corporativa, já parte dos reassentados e a maior parte das lideranças entende que, além da luta corporativa, é necessária a articulação com outros movimentos sociais tanto no que se refere à luta pela reforma agrária e transformações na sociedade brasileira como no desenvolvimento, para tal, de ações conjuntas. Há uma esperança de que os jovens que estão sendo incorporados aos eixos venham a constituir-se nas novas lideranças. Cursos e encontros de formação política estão sendo realizados neste sentido. Também o estímulo à participação da mulher em encontros de formação e em todos os momentos de discussão e tomada de decisão, além dos cursos acerca das relações de gênero e atuação da equipe

---

[756] - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

de formação social da Crabi/MAB, levou a um questionamento das relações familiares de subordinação das mulheres por elas próprias. Este questionamento gerou tensões no seio da família, uma vez que o homem encara como "natural" que ele seja chefe, cabendo-lhe a direção e administração da unidade produtiva familiar (a terra, a produção, a casa, a família).[758]

Há que se observar que, mesmo com a incorporação de novas lideranças, parte das lideranças do tempo da luta contra a Copel se mantém na direção da Crabi. Até o momento não houve disputa interna pela direção. Possivelmente, isto se deve à estrutura de representação e à forma como se dá o encaminhamento do processo eletivo. Primeiro são eleitos os presidentes das associações. Antecedendo a eleição, a direção da Crabi desenvolve um trabalho de discussão e articula chapas. Mas, há disputa bem acirrada. Famílias contrárias à direção da Crabi e defensoras de que a Comissão deva ter uma postura apenas corporativa (defender apenas os interesses dos reassentados e a agricultura familiar), e não se envolver na luta pela reforma agrária com outros movimentos sociais, notadamente o MST, articulam chapas próprias. Muitas famílias, como mostram as entrevistas, "não aceitam a luta do MST. Então também não querem ser chamados de sem-terra, nem de assentados. Querem ser chamados de reassentados, reassentado não tem nada a ver com assentado."[759]

Mas há, ainda, uma outra tensão entre lideranças e base, observada em todos os casos estudados. No fazer-se da luta do MST, a militância abre novas oportunidades aos camponeses, não propriamente materiais e ou financeiras, mas de formação política. Algumas pessoas que são destacadas para assumir a coordenação do acampamento, ou coordenação das comissões internas, começam a participar das discussões da coordenação regional e a nível estadual, participam de cursos, e passam a deter informações sobre os problemas do campo e da política nacional, distinguindo-se dos demais sem-terra. Isto fica mais claro quando a liderança deixa o assentamento para atuar na coordenação estadual ou nacional do movimento. Para tal, em geral, desloca-se para Curitiba ou São Paulo. Não deixa de "companheiro", militante na luta dos sem-terra, mas é também "de fora" do acampamento ou do assentamento. A saída de várias lideranças e seu descolamento da base é apontada pelos assentados do Projeto Vitória

---

757 - Id., ibid.

758 - MASSOLO, Carin. *Depoimento colhido em conversa informal.* Cascavel, Sede da Crabi, 12 julho de 2001. A pesquisadora Dulcinéia observou uma nova qualidade no relacionamento entre homens e mulheres nos assentamentos. Ver PAVAN, Dulcinéia. *As marias sem-terras.* Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão - SP (1985-1996). São Paulo: PUC, 1998. Dissertação.).

como um problema. Sem algumas das principais lideranças[760], as dificuldades na gestão da cooperativa teriam contribuído para aumentar os problemas que enfrenta.

Um outro limite à democratização das relações sociais reside nos mecanismos de dominação e clientelismo que se reproduzem para além das orientações do Movimento e da vontade política de buscar direitos iguais. As lideranças da Crabi, preocupadas com a manutenção inicial dos assentados na nova terra, lutaram para a conquista junto a Copel de um (01) salário mínimo mensal a ser repassado pela companhia para cada uma das famílias. Embora não fosse intenção, esta conquista consubstanciou-se numa prática política paternalista e populista.

> Na avaliação do Conselho da Crabi, no ano de 1999, quando terminou a verba de manutenção temporária, entendeu-se que embora a coordenação quisesse ajudar, isso foi um erro, porque criou comodismo de muitas famílias. Todo mês eu tenho meu dinheiro, eu vou no mercado e compro, não preciso plantar, produzir, me tornei um empregado, com salário. Isso acomodou muitas as famílias.[761]

A percepção de práticas equivocadas por parte das lideranças leva-as a repensar a sua ação junto à base social do movimento. O clientelismo, o autoritarismo e o mandonismo, historicamente presentes não só no campo mas perpassando a cultura política em nosso País, recorrem, em algum grau, de forma diversa e em múltiplos modos. Segundo Martins,[762] essas práticas, fortes suportes nas relações políticas ainda hoje, têm sua origem em nosso passado colonial, e estão imbricadas com a configuração da propriedade da terra e das relações de poder que lhe dão fundamento. As relações entre os vassalos e rei estavam assentadas na troca de favores: a lealdade política dos súditos fazia-se mediante benefícios materiais, como também através de títulos e privilégios. Oliveira Viana diz que agregados ou foreiros, a plebe rural, para usar uma expressão do autor, vivia sob dependência econômica, cultural e política do patronato colonial. Subjacente às relações do grande domínio, nas quais se tece o "mandonismo" e a "subserviência", não há espaço para a solidariedade senão para a "solidariedade forçada, defensiva, imposta pelo instinto de preservação"[763].

---

759 - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

760 - Do Assentamento surgiram várias lideranças, entre as quais: Gilmar Mauro (Coordenação Nacional), Rogério Mauro (Coordenação Estadual), Celso Barbosa (Coordenação Estadual, atualmente atua no Setor Frente de Massa na Paraíba).

761 - SVIFTALSKI, *Entrevista*. Citada.

762 - MARTINS, *O poder do atraso*. Op. cit., p. 23.

763 - VIANNA, *Populações Meridionais do Brasil*. Op. cit., p. 154.

Tais relações sóciopolíticas se re-engendram, dando substrato à República, institucionalizando o sistema oligárquico a partir da reapropriação do tradicional localismo, como bem demonstrou Victor Nunes Leal,[764] em sua obra "Coronelismo, enxada e voto", de 1949, ao estudar o sistema, a estrutura e a maneira como se desenvolvem as relações de poder no município a partir da Primeira República. Com o advento da República, as diversas oligarquias, através de mecanismos do poder econômico e do prestígio conferido pelo latifúndio, apossaram-se das instituições político-administrativas e judiciárias. Todavia, a "a essência do compromisso coronelista entre o poder estatal (necessitado de votos) e o poder privado dos donos da terra decorreu, muitas vezes, da própria situação decadente destes últimos, (...), freqüentemente descapitalizados e aferrados a formas tradicionais de exploração da grande propriedade"[765]. Dessa relação, um controle estendeu-se à vida social de homens e mulheres do rural ao urbano, do local ao nacional, através de mecanismos de apadrinhamento e de repressão física e simbólica. As práticas autoritárias e as relações de compromisso e troca de favores marcam o sistema coronelista, base que sustentava a ordem agrário-conservadora.

Nunes avaliou que o coronelismo estava em decadência em função da urbanização, o desenvolvimento do transporte e a maior presença dos meios de comunicação no meio rural. Certamente, aquela forma de poder político não subsiste mais, mas práticas do clientelismo e autoritarismo, que lhe deram fundamento, ainda dão suporte, em maior ou menor grau, entre o poder local e o Estado, populações rurais e poder local. A própria Constituição de 1888, no que se refere à reforma agrária, é uma evidência. Não obstante intensos debates neste último meio século, pouco avançou nos mecanismos efetivos para a realização da reforma agrária. Assim, "persiste o processo de concentração de terras, renda e poder, envolvendo agora burocracias, chefes políticos regionais e nacionais, empresários, forças armadas, meios de comunicação, mantendo fechados e coesos os núcleos de decisão, próprios do poder oligárquico".[766]

Não obstante as diretrizes norteadoras do MST afirmem o caráter democrático de suas ações junto à base, na vida cotidiana, não raras vezes, o que se verificou na pesquisa foi à reprodução de relações de dominação. Gestão democrática,

---

764 - LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 6. ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1986.

765 - LEAL apud: MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. P. 254. In: MENDONÇA, et al. *História Geral do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1990. p. 253-266.

766 - IOKOI, *Violência e barbárie...*, op. cit., p. 596.

direção coletiva, divisão de tarefas e funções, centralismo democrático, disciplina, planejamento, crítica e autocrítica, entre outros princípios de direção do sistema cooperativista do MST[767], nem sempre na prática ocorrem. Além disso, o MST não considerou a heterogeneidade cultural dos assentados, o que tornou suas propostas de cooperação redutoras do modo de vida, dos valores e da utopia, dos camponeses.

A direção da Concrab reconheceu a reprodução de práticas de subordinação política nos assentamentos, sobretudo no que se refere à atuação autoritária de lideranças e dirigentes na gestão das cooperativas. Em documento recente, "Enfrentar os Desafios da Organização nos Assentamentos", chama atenção para a existência de tais práticas no trabalho dos militantes com a base. Tal reconhecimento leva à convicção de uma mudança, necessária e possível, relacionados à concepção e a prática das lideranças e dos dirigentes. Segundo o documento é preciso:

> *Romper com o clientelismo político*. Muitos dirigentes, ao assumirem a titulação de presidentes de associação, cooperativas, do assentamento, transformam-se e passam a ter práticas políticas conservadoras, repetem os mesmos métodos dos chefes, caciques, coronéis, patrões, com os demais assentados. E alimentam na base essa dependência e essa relação.[768]

Este problema evidenciou-se, claramente, no Assentamento Vitória, no momento da proposição de grupos semicoletivos e coletivos como forma de organizar a cooperativa (Coara). Vimos, em páginas anteriores, que o coletivo, exterior à cultura dos assentados, foi imposto. Isto marca um confronto com a diretriz norteadora do MST de exercício da democracia em todas as instâncias, a começar pela organização da base. No referido assentamento, a própria escolha das lideranças no processo de organização da cooperativa, no início dos anos 90, marca um desencontro entre o concebido e a ação prática na vida cotidiana.

> *Se fosse discutido aqui dentro com todo o povo e deixado todo o povo escolher seus representante tinha dado certo*. Os recursos que vieram, que tinham na mão, só no frigorífico, dois milhões e seiscentos, na fábrica de ração mais trezentos e poucos mil e foi mais que entrou no Assentamento, se deixassem o povo escolher os seus próprios representantes e `vamos caminhar juntos´, tinha dado certo. Não se escolhia. *Eles chegavam de goela a baixo*: é fulano e ciclano e beltrano, e acabou a história. Começou pelo Roberto Baggio, de Curitiba, e o Carlinhos. O Carlinhos depois desistiu. Então chegava aqui, o Movimento era ele. Eu, pra mim, o Movimento é o povo, o povo reunido, organizado. E ele não, era o chefe. É o fulano, ciclano, beltrano, e um abraço. Se quisesse fazer, tudo bem, se não, lá em Curitiba tinha bastante força em cima dos recursos,

---

767 - Ver CONCRAB. *Caderno de cooperação agrícola n. 5*. Doc. cit., p. 47-56.

768 - CONCRAB. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. *Caderno de formação n. 07*. São Paulo, nov. 1998. p. 26.

> bloqueava os recursos. Deitavam e rolavam em cima do povo. *Foi na marra, na pressão.*[769] (Itálico meu).

Neste caso, como se vê, contraditoriamente, a direção que se propõe "gestão coletiva" exerceu práticas de exclusão das famílias consideradas individuais, que não queriam se integrar na cooperativa. Há um claro privilégio dado aos que se integram nas organizações do MST, denotando uma situação de clientelismo. É certo que esta prática representou um reducionismo para a ação política e presença do MST nos assentamentos. Essa divergência atingiu o conjunto das famílias do assentamento. A percepção deste desencontro levou o movimento, reiteradamente, a afirmar, na sua política organizativa da cooperação, a necessidade de envolver também os "individuais". Um documento recente, "Pedagogia do Trabalho com os Assentamentos", elaborado pelo Grupo de Estudos de São Paulo do MST e discutido nos encontros regionais do MST no Paraná, no mês de novembro de 2001, e no encontro regional em dezembro do mesmo ano, parte da percepção da ocorrência de mecanismos autoritários e de exclusão social nos processos de organização da vida cotidiana e da produção nos assentamentos rurais.

> Muitos militantes, cheios de vontade mas carentes de pedagogia e método, acabaram por *transformar metas políticas, em regras imutáveis* para serem aplicadas a qualquer custo, cometendo graves erros que custaram muito à organização interna das áreas. Vejamos: *Quem não contribui com o MST está fora; quem não estiver na cooperativa não está com o MST; quem não tem núcleos organizados não serve ao projeto*; e, geralmente, rotulamos as pessoas que não concordam conosco de vários apelidos: **lumpem**, *oportunistas*, etc. Desta forma, é mais fácil expurgar alguém do assentamento, ou do MST, que trabalhar com as diferenças, já que as diferenças nos obrigam a ter paciência, a ser menos autoritários e mais pedagogos, nos obrigam a pensar e elaborar estratégias de tempo prolongado e não resolver no imediato.[770] (Itálico meu).

O documento evidência que o MST tornou-se uma organização social dos dirigentes, o que provocou a redução da participação das bases. Práticas de "imposição e não do convencimento e politização" permeiam o trabalho de base nos acampamentos e assentamentos. O que se vê são relações de favor, de mando, obediência e controle.

> Nós viciamos o povo quando acampados. Quando tem problemas internos, somos chamados a resolver; vamos e 'resolvemos'. Resolvemos entre aspas, porque em grande medida, os problemas não são resolvidos, são adiados. *Por medo de serem expulsos*

769 - SPEROTO, *Entrevista.* Citada.

770 - MST. *Pedagogia do trabalho com os assentamentos.* São Paulo, 2001. Mimeo. p. 1.

> *muitos se calam quando acampados* e, depois de assentados, aí é que o bicho pega, pois ele já não tem mais obrigações conosco e pode fazer o que quiser.[771] (Grifo meu).

Já no assentamento,

> O(a) militante vira não um(a) organizador(a) de taxas e regras que se estabelece, sem muita discussão com a base. E o MST é dele(a) ou no máximo de um pequeno grupo interno, que sempre recebe o militante na casa, e aplica internamente as decisões. Quando o povo não quer cumprir, chama-se o militante para enquadrar os "lumpens". É por isso que quando ele/ela chega o povo fala: "tá chegando o MST". (...). O MST é do povo e não só das cooperativas e dos militantes.[772]

Além disso, chama atenção para a necessidade de o MST constituir-se uma organização do povo e não dos dirigentes. Neste sentido, a primeira tarefa seria fazer com que as pessoas se identificassem com o MST ao compreender o MST como seu. Em segundo lugar, valorizar todas as experiências organizativas existentes nos assentamentos. Para isso, como o documento reconhece, há necessidade de militantes menos autoritários e desenvolver um trabalho também com os assentados "individuais" tendo em vista o projeto de transformação social.

> Embora tenhamos cometido alguns em estimular o cooperativismo a partir da base puramente econômica, estimulando a aquisição de "alta tecnologia", gerando um grande endividamento com resultados, em alguns casos, catastróficos, é preciso fazer a autocrítica, não significa que devemos parar de estimular, cada vez mais, a cooperação em geral a partir do convencimento e não como pacote. Bem como respeitar e trabalhar com todas as famílias dos assentamentos, mesmo os individuais. Existem outras formas de cooperação, não só da produção, que podem ser desenvolvidas nos assentamentos, e efetivamente já acontecem, como por exemplo, com o projeto de transformação, que é bem maior do que a cooperação agrícola. A idéia de que todas as famílias estejam num núcleo ou grupo do MST, é uma meta a ser alcançada, não uma regra de enquadramento.[773]

Como se vê, há uma mudança de perspectiva surgida da percepção do confronto entre as propostas trazidas pelas lideranças e as opções dos próprios assentados. O fragmento indica a percepção de que outras formas sociais têm possibilidade histórica de se realizarem. O estímulo deixa de ser dado apenas ao modelo cooperativo do MST e passa-se a valorizar diferentes formas organizativas. O que se propõe é que os assentados estejam organizados em algum grupo ou núcleo para, ao menos, discutir problemas comuns e tecer algum nível de discussão política. A meu ver, o MST recupera a idéia das CEBs. No Projeto de Assentamento Vitória, a direção da Coara (uma CPS regional) passou a estimular a organização de núcleos de base (grupos

---

771 - Id., ibid., p. 2.

772 - Id., ibid., p. 3.

773 - Id., ibid., p. 3.

de famílias ou núcleos de produção) para a discussão de problemas comuns aos assentados e ou para planejamento e desenvolvimento integrado da produção no assentamento. Tão importante quanto o recurso para a produção é o processo de ressocialização com aprendizado de como se organizar e participar.

> A Coara está fazendo um trabalho nos grupos, o Movimento está trabalhando com os núcleos de formação. Quer dizer, não forçando o cara organizar um núcleo pra conseguir recursos e tudo mais, mas fazendo o cara entender que dentro de um núcleo ele está sempre informado, está por dentro das coisas, participa, pode dar opinião, pode ajudar no trabalho, e que se ele estiver sozinho, individual, é difícil. Digamos assim: "você tem um assunto pra discutir com os outros, então se reúne".[774]

A preocupação com a organização da vida cotidiana nos assentamentos (da vida comunitária, do lazer, formação política, ideológica, educação sexual, arte e cultura) também adquire redobrada força. Uma outra importante mudança refere-se a reencontro do MST como movimento social. Com a criação do SCA e da Concrab formou-se uma estrutura burocrática, atribuindo-lhe o papel de instrumento político. Para além deste equívoco, tal fato, na prática, representou um limite para o próprio movimento. Esse equívoco é identificado primeiro pelos assentados que, como vimos, criticam a confusão que se estabelece entre administração das cooperativas e as ações políticas do MST na continuidade da luta pela terra e reforma agrária. Ao que parece, tais críticas ganham espaço nos próprios documentos do movimento.

> A Concrab, como o próprio nome diz, é das cooperativas ou associações; é a expressão legal, nacional que as cooperativas tem. E deve ser assim. Nós estamos dentro da legalidade burguesa estabelecida e reivindicamos, no imediato das nossas lutas, a legalidade. Senão vejamos: Nós fazemos as ocupações, atos justos, porém ilegais frente à lógica burguesa e reivindicamos o assentamento das famílias e o reconhecimento legal por parte do Estado. Na hora de lutar pelos créditos também, ocupa-se prédios ou outros, para se obter créditos legais correspondentes às famílias. Então, ter a Concrab como instrumento legal das cooperativas, associações e grupos, está correto. O que está errado é querer enquadrar todos os assentamentos dentro das políticas da Concrab e, pior, é querer que a Concrab elabore política e dê direção aos assentamentos e ao Movimento. *Quem deve traçar as políticas para os assentamentos, que é bem maior que a Concrab e as cooperativas, é o MST*, através, mas não somente, do setor de assentamentos. Inclusive a Concrab, deve estar subordinada a isso. Transformar a Concrab num instrumento político dos assentados, é um equívoco, ela deve ser o instrumento legal. O instrumento político organizativo é o MST.[775] (Itálico meu).

Nesse sentido, as discussões internas, no início de 2002, apontam no sentido de transformar o SCA no Setor de Cooperação, Produção e Meio Ambiente do

---

774 - ANDRADE, Sirlene. *Entrevista*. Citada.

775 - MST. *Pedagogia do trabalho com os assentamentos*. Doc. cit., p. 5.

MST. A cooperação deve envolver as diferentes dimensões da vida cotidiana nos assentamentos, estimular práticas agro-ecológicas e o respeito ao meio ambiente.

De fato, como defende o documento citado, não obstante as cooperativas se enquadrem na categoria de sociedade civil sem fins lucrativos, elas têm por finalidade jurídica prestar serviços aos seus cooperados auferindo-lhes maiores rendas. A obtenção de resultados cada vez maiores é, pois, um dos seus objetivos centrais. Por conseguinte, sua gestão deve dar-se como um empreendimento capitalista baseado na racionalidade administrativa e na impessoalidade. Isso gera um problema, como bem observa Maria Elena Miranda. O camponês opera com uma racionalidade diferente e suas relações fundam-se na pessoalidade e não estão habituados ao horário rígido e a uma cota de produção. No que se refere à pessoalidade, o camponês insere-se nas redes de parentesco e vizinhança como pessoa, com suas práticas e valores de reciprocidade.[776] Uma atitude contra um parente ou amigo é considerada como uma ação também contra si próprio. Essa situação pode ser matizada com dois exemplos. O primeiro ocorreu na Coopcal, quando uma família foi expulsa, outra também decidiu deixar o Assentamento. Ambas, eram parentes (os pais eram irmãos). O segundo, ocorreu no Assentamento Vitória. Recorde-se que a insistente ação das lideranças para implantar grupos coletivos engendrou tensões entre individuais e coletivos. A tensão transformou-se em um conflito aberto, brigas em festa da comunidade, levando à propositura de expulsão de duas famílias. Esse fato gerou uma solidariedade entre vizinhos de ambas as partes de tal sorte que na "Assembléia de Expulsão" havia dois grupos bem definidos: os que se colocaram do lado das lideranças do MST, a favor da expulsão, e os que não aceitavam as regras impostas pelo movimento, os contra a expulsão. Como vimos, no capítulo anterior, os primeiros saíram vitoriosos.

No seu conjunto, pode-se dizer que as experiências tecidas nos assentamentos consubstanciam resistências à reinclusão residual capitalista e são formas que buscam a inserção social e política efetiva dos sem-terra e dos com pouca terra. Não obstante as dificuldades encontradas, todos os entrevistados manifestaram que se encontram em situação melhor do que quando optaram pelo acampamento e lutar pela terra. "Hoje, se vive uma vida melhor. Apesar dos planos da agricultura se vive bem mais confortável. Hoje, capital você não consegue fazer mais, pequenos colonos não fazem mais capital, mas pra se manter dá pra fazer. Vale a pena lutar. O que tenho hoje

776 - Cf. MIRANDA, Maria Elena. *Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST*. São Paulo: USP, 1999. Dissertação. p. 111-112.

devo tudo à nossa organização. Não dá pra parar."[777]. Todavia, as indefinições da política agrária, a ausência de mecanismos mais estáveis e de alocação de recursos para dotar os assentamentos de infra-estrutura e prover condições para a produção agrícola e a agroindustrialização, podem reduzir as perspectivas dos assentamentos a uma forma de reinserção excludente. Como se pode ler em artigo recente no qual se faz um balança da política de reforma agrária do governo FHC, o crédito rural para a agricultura familiar diminuiu a tal ponto que, se os cerca de 5 milhões de agricultores familiares existentes no País, incluindo as famílias assentadas, recebessem um crédito rural anual, receberiam em média apenas 200 dólares.[778]

Finalmente, cabe observar que a percepção de equívocos no trabalho de base abriu caminho para um debate político interno sobre a própria estrutura, diretrizes e ações do MST. Essa idéia se fortalece e se materializa na atualidade na proposta de (i) repensar a estrutura do MST para adaptar-se às novas exigências e de (ii) repensar o trabalho de base. Um outro texto, "O Furo é Mais em Cima", aponta alguns limites enfrentados pelo movimento. A inserção no sistema capitalista é o limite primeiro donde outros decorrem. Diz-se que, não obstante o esforço de se construir os assentamentos como "espaços livres'", a propriedade privada e a legalidade dos assentamentos são limites à formação de uma consciência revolucionária. Recorrendo à teoria leninista, afirma que, após a luta econômica e política, ocorre a "reprivatização" parcial da classe, volta ao assentamento, à cooperativa, para a vida privada. O que produz "a interiorização e aceitação cotidiana das relações capitalistas". Ou seja, "as massas, aprendem com as ações, adquirem experiência e consciência, no entanto ainda é uma consciência elementar. O caráter corporativista, em geral, das lutas resulta numa consciência limitada e por isso com aspectos até contraditórios com uma luta de classes no sentido amplo."[779].

Defende, por conseguinte, citando "O que fazer?" de Lênin, que a consciência socialista deva ser introduzida de fora para acelerar a consciência de classe e, para isso, haveria necessidade de uma vanguarda. Nesta direção, o maior limite do MST não seria transformá-lo de um movimento de massa a uma organização de massa. Isso já teria ocorrido. Mas, sim, transformá-lo numa organização política. Esta necessidade seria premente uma vez que o movimento estaria sofrendo uma "crise de

---

777 - SPEROTO, *Entrevista*. Citada.

778 - MST. *Jornal dos trabalhadores rurais sem terra*, ano XX, n. 215. São Paulo, outubro de 2001. p. 9.

779 - MST. *O furo é mais em cima*. São Paulo: Grupo de Estudos, 2001. Mimeo. p. 6.

definição e identidade política": "Nem transformamos o MST numa força política, nem fortalecemos/disputamos o PT, nem fortalecemos a Consulta."[780]. Os limites internos viriam ainda da debilidade de formação dos quadros e da burocratização. E,

> O perigo da burocratização não está só na visão pequeno burguesa ou no economicismo, de horizontes limitados, mas ao próprio aparelho que se cria para fazer as lutas a princípio. Esse aparelho, entendido não só como estrutura física, mas também os dirigentes, podem encostar-se no movimento de massa e fazer a sua 'transformação', e adotar uma prática de aceitar as migalhas da 'democracia burguesa' e manter o *status quo,* racionalizado na sua necessidade de defenderas conquistas feitas. O revisionismo e o reformismo encontram aí as suas raízes materiais, sociais e ideológicas. E é por isso que muitos instrumentos criados para impulsionar as mudanças sociais se transformam em instrumentos para si, na defesa do *status quo* social. (...). Olhemos para algumas das nossas cooperativas mas também para a forma de organização do próprio MST. À medida que não se estimula novos quadros, novos militantes, novas lutas, a tendência é estagnar e fortalecer só aquilo que se tem. Aí, também, é que mora o perigo.[781]

Reconhecer a existência da burocratização, de práticas autoritárias, clientelistas, repressivas, no interior do próprio movimento social, e submeter a organicidade do MST, sua dinâmica interna, bem como a *práxis* de dirigentes e militantes, à autocrítica, isto abre novas possibilidades de produzir algo radicalmente diferente. A democracia não está dada, mas começa a ser vivida nos assentamentos como gestão num exercício constante. As experiências vividas nos assentamentos mostram que é possível recriar relações de solidariedade horizontais cujo conteúdo difere totalmente da solidariedade vertical dos grandes domínios agrícolas do senhor de engenho, ou das fazendas, descrita por Oliveira Viana, das práticas do coronelismo tematizadas por Victor Nunes Leal[782], ou do grande proprietário rural e dos usineiros do tempo presente. Os assentados reiventam um modo de vida, próprio de uma formação econômico-social que tem na sua base uma agricultura familiar, que se afirma mediante o desejo da autonomia e da liberdade enquanto colono, proprietário. Ao mesmo tempo, estimulados pela necessidade da tomada de decisões, pelo confronto de idéias, diante das decisões individuais e coletivas da vida cotidiana de luta e resistência, os acampados e assentados criam novas formas de luta e organicidade. Trata-se de um processo que não exclui modernidade. Ele implica na revisão e confronto de valores, costumes e hábitos, próprios de uma cultura tradicional, e incorporação/criação de novos valores políticos, de organização técnica e modernos meios de produção.

---

780 - Id.., ibid.

781 - Id., ibid., p. 7.

782 - VIANNA, *Populações Meridionais ...*, op. cit.; LEAL, *Coronelismo, enxada ...*, op., cit.

Importa ressaltar, pois, como experiência vivida, a gestão democrática não está dada. Ela processa-se na tensão e no conflito, em meio a tentativas de subordinação e das resistências, de uma cultura política em formação. É nessa politização do social, do cultural e mesmo no campo do pessoal, que se abrem espaços de exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que se revelam limites da democracia liberal. Trata-se, como afirma Boaventura Sousa Santos, de não postergar as conquistas da cidadania social, como pretende o liberalismo. "A idéia da obrigação horizontal, entre cidadãos, e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas susceptíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil"[783]. Só, assim, as novas formas de exclusão social poderão ser combatidas.

Nesta direção, as múltiplas experiências desenvolvidas nos assentamentos rurais centram-se na percepção de uma revalorização da prática política, para além do espaço local. São Sujeitos Individuais e, ao mesmo tempo, Sujeitos Coletivos que desenvolvem ações, articuladas à perspectiva do global, como um espaço alternativo e diferenciado do *fazer-se* política, eticamente possível, pois buscam construir em espaços sociais relações de uma sociedade nova sociedade. Um exemplo recente foi a mobilização nacional conjunta do MST, MAB, MPA, entre outros movimentos sociais, contra o descaso do governo federal em relação à reforma agrária, realizada no período de 3 a 7 de setembro de 2001, em 23 estados da federação. Nos dias que se seguiram, representantes dos movimentos acamparam em Brasília, em frente ao Ginásio Nilson Nelson, onde foi realizado o IV Congresso Nacional. Um dos objetivos do acampamento, batizado de Acampamento Eldorado dos Carajás, era marcar uma audiência com o presidente da República para tratar do assunto. Mesmo que não tenham a mesma atuação direta na luta pela terra, os assentados do MST e da Crabi/MAB sentem-se partícipes de uma luta mais ampla.

O fazer-se dos sujeitos individuais e coletivos, nos acampamentos e nas ocupações de terra, possibilita a elaboração de novas relações sociais, provocando mudanças nos referenciais culturais de todo um modo de vida no campo. O modo de vida do assentado já não é mais o modo de ser camponês anterior à luta pela terra, e

---

783 - SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice.* O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995. p. 263.

também não é um modo de ser totalmente novo, mas que, engendrado na relação entre presente e passado, recria relações, tradições e valores, dimensionando novas formas de cooperação na luta. Nestes termos, às experiências partilhadas entre trabalhadores acampados e agricultores assentados, constituem os assentamentos espaços de luta. São realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações.

Se, de um lado, nos assentamentos recriam-se relações, engendradoras de novas desigualdades, podendo se constituir em novas formas sociais excludentes, de outro lado, as formas de cooperação, elaboradas como formas de resistência a reinserção excludente do capitalismo, são instrumentos para a continuidade da luta pela reforma agrária e tendem a constituir-se num meio de inserção política e social dos assentados. Os resultados dessas iniciativas são indícios de que é possível um outro tempo de vivência comunitária e de um outro se fazer , com práticas agroecológicas, com aumento de produtividade e renda familiar. Todavia, para tal, para além das condições externas aos assentamentos, como crédito rural, necessário se faz respeitar, na relação com os assentados, os valores, as práticas e as tradições do seu modo de vida, o que inclui a agricultura familiar, bem como superar práticas autoritárias e de subordinação política. Nenhuma forma de cooperação, formulada por referenciais político-ideológicos, quaisquer que sejam, sem levar em consideração a cultura e a trajetória de vida dos assentados, pode constituir-se em alternativa viável. Trata-se, pois, como diz Raymond Willians, de criar uma mentalidade coletiva "capaz de ver não apenas os indivíduos mas também os relacionamentos entre eles, alterados e em processo de alteração, e de, ao ver os relacionamentos e suas causas sociais, encontrar meios de transformação"[784].

---

[784] - WILLIANS, *O Campo e a cidade.* Op. cit. p. 333.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____ . *Transformações na vida camponesa*: o sudoeste paranaense. São Paulo: USP, 1981. Tese.

ALVES, José Luiz. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.

ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de índio*. Terras de uso comum e resistência camponesa. São Paulo: USP, 1990. Tese.

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira & FERRANTE, Vera L. S. Botta. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. p. 187. In: FAO. *Principais indicadores socioeconômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Rio de Janeiro: FAO/PNUD/MARA, 1992.

_____ et. al. Assentamentos de trabalhadores rurais em são Paulo: a roda-viva de seu passado/presente. In: ANPOCS. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

BONETI, Lindomar Wessler.A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: _____ (et. al.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 81-120.

BONIM, Anamaria Aimoré (et. al.). *Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida*. Curitiba: UFPR/SEAG, 1986. Mimeo.

BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira*. Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BRENNEISEN, Eliane. *Lutas pela terra no oeste paranaense.* Do movimento ao assentamento. São Paulo: PUC, 1994. Dissertação.

_____ . *Relações de poder, dominação e resistência*. São Paulo: PUC, 2000.

BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura*. Ijuí: FIDENE, 1985.

BURKE, Peter. *A arte da conversação.* Trad. Álvaro Hattneer. São Paulo: Unesp, 1995.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem terra*: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ . *Educação em movimento*. Formação de educadoras e educadores no MST. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CÂNDIDO, Geraldo. *Situação e perspectivas da agricultura brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins. Banco da Terra: o banco para os donos da terra. In: *Revista Sem Terra*, fev./mar., n. 34. São Paulo: ANCA, 1999.

_____ . *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.* Curitiba: IICA/MEPF, 1998.

CHACON, Vamireh. *Cooperativismo e comunitarismo*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na "belle epoque"*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAYANOV, Alexander V. *La organizacion de la unidade econômica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTA, Luiz F. C. & SANTOS, Raimundo (Org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo*. Curitiba: UFPR, 2000.

COLNAGHI, Maria C. *Colonos e poder:* a luta pela terra no sudoeste do Paraná. Curitiba: UFPR, 1984. Dissertação.

_____ . O processo político de ocupação do Sudoeste. In: PAZ, Francisco. (Org.). *Cenários de economia política*. Curitiba: Prephacio, 1991. p. 7-24.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina da & GASQUES, José Garcia. A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 2000. p. 85-109.

COSTA, Emília Viotti. *Coroas de glória, lágrimas de sangue.* A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CPT – dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. *Nós, cidadãos aprendendo e ensinando democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Movimentos sociais e participação no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços. Direitos humanos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Élio G. *Do mutirão à ocupação de terras:* manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. São Paulo: USP, 1998. Tese.

DUARTE, Valdir P. (org.). *Construindo escola na roça*. Escolas Comunitárias de Agricultores; no Rebrotar da Esperança. 2ª ed. Francisco Beltrão: ADMR - Artes Gráficas, 1997.

ESTERCI, Neide (et. al.). Assentamentos rurais: um convite para o debate. In: *Revista Reforma Agrária* (ABRA), n. 03 vol. 22. Campinas, set./dez. de 1992.

_____ . *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil*. Cadernos do ISER n. 16. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada.* São Paulo: Malheiros, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro.* Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST. São Paulo: USP, 1999.

FLORES, Maria Bernardete Ramos (et. al.) Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade. In.: *Revista Brasileira de História*, n. 31 e 32. São Paulo: Anpuh/Contexto, 1996.

FOWERAKER, Joseph Wallace. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUCHS, Werner. *Organizar o imprevisível?* Metodologia da luta popular contra a Itaipu. Revista Proposta, n. 46, setembro de 1990.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída. p. 123. In.: _____ (et. al.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 1998.

_____ & MÉLO, José Luiz Bica de. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, n. 2, v. 11. São Paulo: SEADE, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio & STÉDILLE, João Pedro. *Assentamento*. A resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

GERMER, Claus Magno. Reforma agrária no Paraná (entre a versão e o fato na aldeia dos expropriados). In: *Reforma Agrária*. Revista da ABRA Vol. 16, nº 2. Campinas, ago/nov. de 1986. p. 24-33.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Reforma agrária. Análise do plano do governo Sarney*, IBASE, nov/1985.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

HADDAD, Fernando. *Em defesa do socialismo*.Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____ . *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFFMANN, Leandro Nunes. *Da cruz à bandeira*: a construção do imaginário do movimento sem terra. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

IOKOI, Zilda G. O reconhecimento das articulações entre o rural e o urbano. In.: PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho.* Maringá: Eduem, 1996.

_____ .Violência e barbárie na era da globalização. p. 596. In: *Simpósio Nacional de História* (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999. p. 591-608.

_____ . Descaminhos da modernidade. Identidade e movimentos sociais no Brasil. In: *Revista Catarinense de História*, nº 3 – pp. 41-63. Florianópolis, 1995.

_____ . *Igreja e camponeses. Teologia da libertação e movimentos sociais no campo - Brasil e Peru,* 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.

IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.

_____ . *Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná.* Curitiba, 1976.

KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. In.: *Reforma agrária*, 24 (3). p. 132-153., Campinas, set/dez. de 1994.

LAINO. Domingo. *Paraguai*: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979.

LAZZARETTI, Miguel. *Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais*: o caso do assentamento Massangana III – Cruz do Espírito Santo/PB. Campina Grande/Pernambuco: UFPB, 2000. Dissertação.

LAZIER, Hermógenes. Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LEAL, Laurindo (Org.). *Reforma agrária da nova república*. São Paulo: Cortez/Educ, 1986.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 6. ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria H. R. Ramos & Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____ . *De lo rural a lo urbano.* 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____ . *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura, 1983.

_____ . *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____ . *Espacio y Política*. Barcelona: Península, 1976.

LEITE, José Sérgio. Padrões de desenvolvimento e agricultura do Brasil: Estatuto da Terra, dinâmica e modernização conservadora. In: ABRA. *Reforma agrária*. Campinas, 1, v. 25 (1995), pp. 137-152.

_____ . Impactos regionais da reforma agrária no Brasil.In: MDA. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: 2000. p. 37-54.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida*. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

LORENA, Carlos. A campanha nacional pela reforma agrária. In: ABRA. *Reforma agrária*. Campinas, 1993. pp. 52-58.

_____ . As áreas de ação no PRRAs. In.: *Reforma Agrária* . Revista da ABRA, vol. 16 - nº 2, pp. 11-21. Campinas, ago/nov de 1986.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paranaense*. Curitiba, 1951.

_____ . Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. In.*: Boletim UFPR*, n. 3. Curitiba, 1963.

MAGALHÃES, Marionilde Brespohl de (et. al.). Organização e reivindicações camponesas. In: PAZ, Francisco (Org.). *Cenários de economia e política*. Curitiba: Prephacio, 1991.

MARCON, Telmo. *Acampamento natalino*. História da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: EDUPF, 1997.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *De sem-terra a "posseiros"*. A luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velha (GO). São Paulo: Usp, 2000. Tese.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1998.

_____ . (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ . Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, vol. 11 – nº 2: 97-128. São Paulo, fev. 2000.

_____ . *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____ . *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____ .*O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____ . Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

_____ . *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____ . *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ .*Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____ . *A caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____ . *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1985.

MARX, Karl. *O capital*, Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAYER, D. Antonio de Castro (et. al.). *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

MAZZAROLLO, Juvêncio (et. al.). A migração brasileira no Paraguai. In: *Migração: o caminho da miséria*. Curitiba: CPJP, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. CONTAG: um balanço. In: ABRA. *Reforma agrária*. Campinas, 1981. pp. 9-16.

_____ et. al. (Org.). *Assentamento rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

_____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro : Fase, 1989.

_____ & LEITE, Sérgio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. p. 151-176. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (et. al.) Orgs. *Mundo rural e política*.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: MENDONÇA, et al. *História Geral do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1990. p. 253-266.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In: *Revista de Estudos Brasileiros.*, n. 34: 9-24. São Paulo, 1992.

MESQUITA, Zilá et. al. (Org.*). Territórios do cotidiano.* Porto Alegre Editora da UFRGS & UNISC, 1995.

MICELI, Sérgio. *Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1992. p. 21-29.

MINC, Carlos. *A reconquista da terra. Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de janeiro: Zahar, 1985.

MIRANDA, Maria Elena. *Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST*. São Paulo: USP, 1998. Dissertação.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD; UFRRJ, 1999.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

_____ . *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____ . *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NAVARRO, Zander. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 22 a 26 out.1996.

NETO, Francisco Graziano. *A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/UNESP, 1990.

NETO, Francisco Graziano. *Entrevista*. In.: Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 5 de janeiro de 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____ . *Agricultra camponesa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____ . *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 1995.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAZ, Francisco. (Org.). *Cenários de economia política*. Curitiba: Prephacio, 1991.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. Rio de Janeiro: Loyola, 1985.

PAVAN, Dulcinéia. *As marias sem-terras. Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão – SP (1985-1996).* São Paulo: PUC, 1998. Dissertação.

PESSOA, Jadir de Morais. *Cotidiano e história: para falar de camponeses ocupantes*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

PETERSEN, Silvia R. Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira. MESQUITA, Zilá et. al. (Org.*). Territórios do cotidiano.* Porto Alegre UFRGS & UNISC, 1995. p. 57-73.

PEIXER, Zilma Isabel. *Utopias de progresso*. Ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidrelétrica. Florianópolis: UFSC, 1993. Dissertação.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP*, nº 14. 1997.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ . *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. A guerra sertaneja do Contestado – 1912/1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

_____ . *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____ . D. Sebastião no Brasil. O imaginário em movimentos messiânicos nacionais. Revista USP, s/n..

REGO, Murilo. *Terra e violência*. Estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. São Paulo: Usp, 1980. Dissertação.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

ROMEIRO, Adhemar et. al. (Orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. As lições do penúltimo tango. In: Folha de São Paulo. *Tendências/debates*. São Paulo, 06 de fevereiro de 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo : Hucitec, 1978.

_____ . Depois da Constituinte a colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira? In: Reforma Agrária. *Revista da ABRA*, ano 18, n. 2. Campinas, ago/nov. 1988. p. 36-51.

_____ . A política de colonização no Brasil contemporâneo. In. *Reforma agrária*. Revista da ABRA. Campinas, jan./abr. de 1985. pp. 19-29.

SANTOS, Raimundo. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In. SILVA, Francisco C. Teixeira da. *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.36-58.

SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. pp. 219-243.

SAUER, Sérgio. Inserção e prática pastoral da igreja: acampamentos e assentamentos desafios da CPT. CPT. *Caderno de Estudo nº 6*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____ . *Síntese do Relatório de Avaliação Preliminar Programa Cédula da Terra*. Brasília, fevereiro de 2000. Mimeo.

_____ . *The land issue as a theological problem: the roman catholic and lutheran churches'social and political commitment to the struggle for lan in Brazil*. Stavanger, 1996. Tesis.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional* - nº 52. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1985.

_____ . A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. Boletim do Museu Nacional, n.37. Rio de Janeiro, 1982.

SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro: UNESP, 1991. Tese.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e - o velho e o novo em uma discussão marxista. In.: *Trabalho e dominação*. Estudos Cebrap n. 26. São Paulo: Vozes, 1980.

_____ . *La clase incómoda*. Sociologia política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SCHERER WARREN, Ilse. *O movimento dos atingidos por barragens do Uruguai: A dinâmica de um movimento social*. Boletim de Ciências Sociais, v. 3, n.8, 1988.

_____ . Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *ANPOCS*, out. 1997.

_____ . *Cidadania sem fronteiras*. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 19899.

SCHILLING, Paulo R. & CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991.

SCHIOCHET, Valmor. *Esta terra é minha terra*: movimento dos desapropriados de Papanduva. Blumenau: Editora da FURB, 1993.

SCHMIDT, Benício Viero et. all (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: UnB, 1998.

SCHREINER, Davi F. *Cotidiano, trabalho e poder*. A formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 1997.

SIGAUD, Lygia. Congressos camponeses. In: ABRA. *Reforma agrária*. São Paulo, 1981. pp. 3-8.

_____ . A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. p 74. In.: *Novos estudos Cebrap*, n. 58, novembro 2000.

_____ . *Os clandestinos e o direito*. Livraria Duas Cidades, 1979

SILVA, Luzia Resende. *Os trabalhadores em luta pela terra no triângulo mineiro: 1989/1996*. São Paulo: PUC, 1996. Dissertação

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). *A questão agrária hoje*. Rio Grande do Sul: Editora da URGS, 1994. pp. 165-190.

_____ . Estatuto da Terra (ET), trinta anos. In: ABRA. *Reforma Agrária*, janeiro/abril, p. 7-38.

_____ . *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

_____ . Ao vencedor, as batatas. As implicações da vitória da UDR na Constituinte. In: Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ano 18, n. 2. pp. 18-20. Campinas, ago/nov. 1988. p. 19.

SILVA, José Gomes da. Reforma agrária não se negocia. Entrevista. In: *Revista reforma agrária*. Revista da ABRA. n. 1,2 e 3. Vol 26. Campinas, jan./dez. de 1996. p. 67-79.

_____ . UDR: surgimento, perfil, bandeiras e perspectivas. In: *Reforma agrária*. Revista da ABRA, n. 1, 2, 3 – vol. 26, pp. 217-230. Campinas, jan/dez. de 1996.

SIMONETTI, Mirian Lourenção. *A longa caminhada*. A (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo: USP, 1999. Tese.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____ . *Economia política da urbanização*. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SPRADEL, Marcia Anita. Conflitos em fronteiras internacionais: o caso dos chamados brasiguaios. In: *Reforma agrária*. Revista ABRA. Campinas, set./dez. de 1993. p. 17-25.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____ . *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____ . O projeto das classes dominantes para a agricultura. In: CÂNDIDO, Geraldo. *Situação e perspectivas da agricultura brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 51-52.

_____ & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____ & GORGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

STROZAKE, Juvelino José (Org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

TARELHO, Luiz Carlos. *O movimento sem-terra de Sumaré*: espaço de conscientização e de luta pela posse. Terra Livre. São Paulo, n. 6, agosto de 1989.

TEIXEIRA, Gerson. O censo agropecuário de 1996: uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro. In: SENADO FEDERAL. *Situação e perspectivas da agricultura brasileira*. Brasília, 200. p. 17-24.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ . *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____ . *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984.

_____ . *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ . Folclore, antropologia e história social. In.: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (orgs.). *As pecularied*ades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TORRENS, J.C.S. *Alianças e conflitos na mediação da luta pela terra no Paraná: o movimento dos trabalhadores rurais sem terra 1979/1990*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Dissertação

VELHO, Otávio Guilherme. A propósito da terra e Igreja. *Encontros com a civilização brasileira*. N. 22, ab. 1980.

VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Cooperativismo*: uma revolução pacífica em ação. Série economia solidária. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

VEIGA, José Eli. *O desenvolvimento agrícola*. Uma visão histórica. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1991.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Niterói, Belo Horizonte: UFF : Itatiaia, 1987. 2. Vol.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mesus e colonos*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria. (et. al.). Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim do Departamento de História - UFPR*, v. 7, p. 1-52, 1968.

WILKISON, John. *O estado, a agroindustria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

WILLIANS, Raymond. *O Campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____ . *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguceia.* O campesinato como ordem moral. Série Antropologia n. 69. Brasília: UNB, 1990. Mimeo.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. In: *Anuário Antropológico* n. 81. Rio de Janeiro, 1983.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra*. Brasília: UnB, 1997.

YU, Chang Man. *Sistema faxinal*: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. IAPAR. Boletim Técnico, n. 22. Londrina: IAPAR, 1988.

ZARTH, Paulo Afonso. Os esquecidos da história. In: _____ (et. al.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 1998.

ZIMMERMANN, Neusa de C. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural.* p.215. In: et. al. (Org.). *Assentamento rurais. Uma visão multidisciplinar.* São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 205-236.

FONTES

Entrevistas Orais

ANGHINONI, Moisés. Curitiba, 13/07/1999.

ALVES, Osvaldina Aparecida Zanelatto. Cascavel, Reassentamento São Francisco, 12/01/1999.

ALMEIDA, Delfino Nunes. Nova Laranjeiras, Assentamento Terra Livre, 04/03/ 2000.

ANDRADE, Sirlene. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05/04/1999.

ANDRADE, Maria. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05/04/1999.

BONETTI, Wellington. Lindoeste, Assentamento Vitória, 08/03/1999.

BUCONELI, Giuvam. Cascavel, Reassentamento São Francisco, 13/01/1999.

CASAGRANDE, Estêvão. Lindoeste, Assentamento Vitória, 21/06/1999.

CHABAT, Luiz. Lindoeste, Assentamento Vitória, 08/03/1999.

CHAVES, Darci José. Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 07/08/2001.

COLPANI, Ivanir. Reassentamento São Francisco de Assis, 11/01/1999.

DALLA GIACOMAN, Adolfo. Cascavel, Reassentamento São Francisco de Assis, 13/01/1999.

DE CONTO, Darci. Curitiba, 13/07/1999.

DELLA LIBEERA, Severino. Cascavel, Reassentamento São Francisco de Assis, 12/01/1999.

DINIZ, Silvino. Curitiba, 13/07/1999.

DUARTE, Eraídes. Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 07/08/2001.

FARIAS, Ari. Nova Laranjeiras, Assentamento Terra Livre, 04/03/2000.

FEREIRA, Silvio. Nova Laranjeiras, Assentamento Terra Livre, 03/03/ 2000.

FRANZ, Orli. Lindoeste, Assentamento Vitória, 23/11/2000.

FRANZ, Cleuza. Lindoeste, Assentamento Vitória, 23/11/2000.

FERRAZO, Sérgio José. Cascavel, Sede da Crabi, 19/02/1999.

GODOI, Celso. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05/04/1999.

GODOI, Santo. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05/04/1999.

LIMA, Olga Garcia. Cascavel, Reassentamento São Francsico, 03/02/1999.

LIMA, Teresinha. Cascavel, Reassentamento São Francisco, 12/01/1999.

LIMA, Rubens. Cascavel, Reassentamento São Francisco, 12/01/1999.

KELLMER, Dalmiro. Lindoeste, Assentamento Vitória, 08/03/1999.

KELLMER, Fátima. Lindoeste, Assentamento Vitória, 08/03/1999

MACIEL, Manoel Tomé. Cascavel, Reassentamento São Francisco, 13/01/1999.

MAURO, Nilza. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05/04/1999.

MASSOLO, Carin. *Depoimento informal.* Cascavel, Sede da Crabi, 12 julho de 2001.

MEGIATTO, Pe. Zenildo. Cascavel, 10/03/2000.

MENDES, Elza Paulino Oliveira. Cascavel, Reassentamento São Francisco de Assis, 12/01/1999.

MENDES, Júlio Lopes. Cascavel, Reassentamento São Francisco de Assis, 12/01/1999.

MORAES, Miro. Lindoeste, Assentamento Vitória, 10/03/1999.

NUNES, Margaret Maran. Cascavel, Reassentamento São Francisco de Assis, 26/02/2000.

PAIXÃO, Vitório S. Nova Laranjeiras, Assentamento Estrela, 04 de março de 2000.

PANIZON, Gesy. Nova Laranjeiras, Assentamento Estrela, 04/03/2000.

PANIZON, Vendelino. Nova Laranjeiras, Assentamento Estrela, 04/03/2000.

PASCHOALE, Aloir. Cascavel, Reassentamento São Francisco, 03/03/1999.

PÉRICO, Sebastião. Lindoeste, Assentamento Vitória, 21/06/1999.

PRIGOL, Moacir. Lindoeste, Assentamento Vitória, 01/06/1999.

PRIGOL, Delazir. Lindoeste, Assentamento Vitória, 01/06/1999.

REISNER, Nelson. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05/09/2000.

RIBAS, Antônio. Lindoeste, 20/02/1999.

RIBEIRO, Leopoldo. Lindoeste, Assentamento Vitória, 20/03/1999.

ROCHA, Cirineu. Reassentamento São Francisco de Assis, 04/02/1999.

RODRIGUES, Ondina Castanha. Lindoeste, Assentamento Vitória, 21/06/1999.

SÁVIO, Miguel Isloar. São Miguel do Iguaçu, 15/10/1996.

SAUER, Sérgio. Cascavel, 10/03/2000.

SENGEL, Getúlio. Lindoeste, Assentamento Vitória, 10/03/1999.

SILVA, Adão Soares da. Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 06/08/2001.

SILVA, Derval Pedro da. Cascavel, Reassentamento São Francisco de Assis, 03/02/1999.

SILVA, Élio. Reassentamento São Francisco de Assis, 12/02/1999.

SILVA, Olídio Noé. Nova Laranjeiras, Assentamento Terra Livre, 03/03/2000.

SOUZA, Adelmo de Souza. Reassentamento São Francisco de Assis, 11/01/1999.

SOUZA, Verônica de. Lindoeste, Reassentamento São Francisco de Assis, 11/01/1999.

SOUZA, Jesus Batista de. Nova Laranjeiras, Assentamento Estrela, 04/03/2000.

SOUZA, Juracema de. Nova Laranjeiras, Assentamento Estrela, 04/03/2000.

SPEROTO, Neuri. Lindoeste, Assentamento Vitória, 20/05/2001.

SUSIN, Miguel Gregolan. Lindoeste, Assentamento Vitória, 8/03/1999.

STAAST, Breno. Lindoeste, Assentamento Vitória, 10/03/1999.

SVIFTALSKI, Lucindo. Cascavel, Sede da Crabi, 21/09/2000.

TABORDA, Ivani. Lindoeste, Assentamento Vitória, 10/03/1999.

TABORDA, Osmar. Lindoeste, Assentamento Vitória, 10/03/1999.

TURCATEL, Teolide. Medianeira, 28/03/1997.

VANHANDEL, Valdemar. Nova Laranjeiras, Assentamento Terra Livre, 04/03/ 2000.

Relatos em Outras Fontes

BORDIGNON, Valdecir. *Relato*. MST/PR, maio de 1999.

SANTOS, Geraldo José dos. *Relato*. MST/PR, maio de 1999.

NUNES, Adelina Ventura. *Depoimento* (em audiência com o Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori). Curitiba, 06 de junho de 1999. Mimeo.

Cadernos de Formação e Cooperação Agrícola

ASSESSOAR. *Concretizando nossa luta*. Francisco Beltrão, setembro de 1985.

CPT. *Os direitos de terra que o trabalhador rural tem*. Francisco Beltrão: Assessoar, 1981.

CPT. *Realidade agrária*. Foz do Iguaçu, 1981.

CPT/ASSESSOAR. *Os direitos de terra que o trabalhador rural tem*. Francisco Beltrão, 1981.

CPT/PR. *"Pequenos unidos, cidadãos da terra e do reino"*. Curitiba, 1987.

CONCRAB. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola,* n. 4, dez. 1995.

CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola*, n. 5, 2. ed. São Paulo, jul. 1998.

CONCRAB. A emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter. *Caderno de Cooperação Agrícola* n. 6. São Paulo, mar. 1998.

CONCRAB. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. Caderno de Cooperação Agrícola n. 07. São Paulo, novembro de 1998.

CONCRAB. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). *Caderno de cooperação agrícola n. 08*. São Paulo, agosto de 1999.

MASTES. *A terra é de todos disse Deus a Adão*. Francisco Beltrão: Assessoar, 1981.

_____ . *Nós conquistaremos a terra*. Roteiro para reuniões. Francisco Beltrão: Assesoar, 1986.

MASTRO. *Queremos terra*. Caderno de Reuniões para Grupos de Base. São Miguel do Iguaçu, 1981.

MST. *Conquistar a terra. Relatório do encontro nacional dos sem-terra*. Cascavel, 20 a 22 de janeiro de 1984.

_____ . O plano nacional de reforma agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. *Caderno de Formação n. 4*. São Paulo, junho de 1985.

_____ . Ações de massa. *Caderno de Formação n. 7*. São Paulo: Secretaria Nacional, 1985

_____ . Como se organiza o MST. *Caderno de Formação n. 5*. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional, 1986.

_____ . *Plano Nacional do MST (1989-1993).* São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989.

_____. A luta continua. *Caderno de formação n. 10. Como se organizam os assentados.* São Paulo, junho de 1986.

_____ . Reforma agrária com os pés no chão. *Caderno de Formação,* número especial. São Paulo, 1986.

_____. Terra não se ganha, se conquista! *Caderno de formação n. 9*. São Paulo: Secretaria Nacional.

_____ .MST. *Caderno de formação* n. 11, por MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização do campo. São Paulo, agosto de 1986.

_____ . *Normas gerais do movimento sem terra*. São Paulo: Secretaria Nacional, 1988.

_____ . Plano nacional. *Caderno de Formação n. 17*. São Paulo: Secretaria Nacional, junho de 1989.

_____ . *Sistema cooperativista dos assentados – SCA*. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil. São Paulo, abril de 1991.

_____ . *Como organizar a massa*. São Paulo, Secretaria Nacional, 1991.

_____ . Uma concepção de desenvolvimento rural. *Caderno de Cooperação Agrícola, n. 1.* São Paulo, 1993.

_____ . A cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Ccoperação n. 20*. São Paulo, 1993.

_____ . Programa de reforma agrária, 1995. *Caderno de Formação n. 23*. 3. ed. São Paulo: Secretaria Nacional, 1998.

_____ . Direção nacional. In: *Elementos gerais para analisar a conjuntura agrária*. Abril de 1997. Mimeo.

_____ . Mística. *Caderno de Formação n. 27*. São Paulo: Secretaria Nacional, mar. 1998.

_____ . *Normas gerais*. Texto para discussão nas instância, acampamentos e assentamentos. São Paulo, agosto de 2001.

MST. *Pedagogia do trabalho com os assentamentos*. São Paulo, 2001. Mimeo.

MST. *O furo é mais em cima*. São Paulo: Grupo de Estudos, 2001. Mimeo.

Projetos e Regimentos

MST/COOPCAL. *Projeto da cooperativa de produção agropecuária do Assentamento Terra Livre*. Nova Laranjeiras, março de 2000. Mimeo.

MST. COOPICAL. Cooperativa de produção agropecuária do Assentamento Terra Livre. *Regimento interno*. Nova Laranjeira, 2000. Mimeo.

Cartas

IECLB. *Carta ao Governador José Richa*. Pastores luteranos ao lado dos sem terra. Cascavel, 12 de setembro de 1985.).

MST/Pr. Comissão dos acampados. *Carta às autoridades e à população*. Curitiba, 05 de novembro de 1985

_____ . *Ofício enviado ao Secretário da Reforma Agrária, Walter Pécoits*. Curitiba, 25 de julho de 1986.

MST/ Egídio Bruneto - Coordenação Nacional. *A violência no campo de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 04 de junho de 1992.

MST. Direção Nacional. *Resposta ao ministro da agricultura*. São Paulo, 17 de julho de 1990.

_____. *Carta aberta. Governo Collor vai fazer apenas colonização e afetar ainda mais a ecologia brasileira*. São Paulo, 13 de julho de 1990.

Atas e Relatórios

Ata da ª ssembléia do Movimento dos Agricultores Sem Terra do oeste do Paraná - MASTRO. Medianeira, 25 de maio de 1982.

Ata da reunião das comunidades. Lindoeste, Assentamento Vitória, outubro de 1987.

COARA. *Laboratório organizacional deeEmpresa*. Lindoeste, abr./maio 1996. (mimeo).

CPT/PR. *Documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaipu*. Ata da Assembléia de 16 de outubro de 1978. Santa Helena, Paraná.

CPT/RS. *Declaração sobre a colonização*. Porto Alegre, 7 de junho de 1983.

CPT/CEM. *Relatório do encontro sobre colonizadoras*. São Paulo, 16 a 19 de janeiro de 1984.

CRABI. *Proposta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias*. Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, Capitão Leônidas Marques, 18 de setembro de 1993. Mimeo.

MST. *Conquistar a terra. Relatório do encontro nacional dos sem-terra*. Cascavel, 20 a 22 de janeiro de 1984.

MST. *Relatório do V Encontro Estadual dos Assentados do Paraná,* 15 de novembro de 1985.

MST. *Documento final do 1º congresso nacional dos trabalhadores rurais sem-terra*. Curitiba, 29-31 de Janeiro de 1985.

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. *Reforma agrária para democratizar o acesso à terra*, 1999. Mimeo.

Boletins e Dossiês

CEDI. *Boletim Aconteceu* - Atingidos realizam seu I congresso. CEDI, Rio de Janeiro, Suplemento do n. 563, abril de 1991.

CPT/PR. *Boletim Poeira* – ano 1, n. 05. Curitiba, outubro de 1978.

_____ . *Boletim Poeira*, ano II, n. 8, abril de 1979.

_____ . *Boletim Poeira*, ano VII, nº 41 – setembro-outubro/85. Curitiba, 15 de novembro de 1985.

_____ . *Documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaipu*. Ata da Assembléia de 16 de outubro de 1978. Santa Helena, Paraná.

_____ . Dossiê. *Pelo fim da violência e da impunidade no campo, contra a pena de morte - "Vida, Trabalho e Dignidade para Todos"*. Comissão Pastoral da Terra/PR. Curitiba, 02 de maio de 1991.

CPT. *Conflitos no campo - Brasil/90*. Goiânia, 1991.

_____ . *Conflitos no campo - Brasil/96*. Goiânia, 1997.

_____ . *Conflitos no campo - Brasil/98*. Goiânia, 1999.

_____ . Dossiê. *A postura anticristã da UDR*. Goiânia, novembro de 1987.

CRABI. *Cheiro de terra*. Informativo da CRABI, 1998-2000.

FÓRUM Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. 6 anos de governo Lerner. Mimeo.

MST/ Egídio Bruneto - Coordenação Nacional. *A violência no campo de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 04 de junho de 1992.

Documentos Oficiais e Eclesiásticos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____ .Presidência da República. *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND) – 1972/74. Brasília, 1971.

_____ . *II Plano Nacional de Desenvolvimento* – 1975/79. Brasília, 1974.

CNBB. *Igreja e Problemas da Terra-* 18ª Assembléia da CNBB, em 14/02/80. São Paulo: Paulinas, 1980.

COPEL. Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. *Princípio, diretrizes e critérios para o remanejamento da população atingida*. Três Barras, 20 de agosto de 1993. Mimeo.

_____ . *Termo de compromisso firmado entre a Copel e a Comissão Parlamentar, COSACA, CRABI, SRO, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida*. Cascavel, 07 de outubro de 1993. Mimeo.

_____ . Companhia Paranaense de Energia. *Relatório de impacto ambiental da usina hidrelétrica de Salto Caxias*, novembro de 1993.

IBGE. *Censo Agropecuário – 1995/96* (Brasil n. 01 e Paraná, n. 20.) Rio de Janeiro, 1998.

_____ .*Censo Agropecuário – 1985.* Rio de Janeiro, 1986.

_____ . *Estatísticas Históricas do Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro, 1987.

_____ . *Anuário Estatístico do Brasil*. Vol 56. Rio de Janeiro, 1996.

_____ . *Contagem da População 1996*. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1997.

_____ . *I Censo da Reforma Agrária do Brasil* . Brasília : INCRA/CRUB/UnB, 1997.

_____ . *Projeto de Assentamento Vitória*, Cadastros individuais, jun.1987.

_____ . Superintendência de Cascavel/PR. Relatório apresentado à Comissão Especial de Estudo da Faixa de Fronteira do Paraná e Santa Catarina, pelo General Gaspar Peixoto Costa, diretor do D.G.T.C, representante do Estado do Paraná junto ao IBRA. Curitiba, novembro de 1966.

_____ . Relatório anexo ao *Projeto de Assentamento Vitória.* Cascavel, 2001.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná.* Curitiba, 1976.

MIRAD/INCRA. Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA. Brasília, maio de 1985. In: ABRAMOVAY, Ricardo et. al (Org.) *Reforma agrária da nova república*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986. p. 77-120.

Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar. *Banco da terra*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, setembro de 1999.

_____ . *Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, outubro de 1999.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural.* Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado." Site Dataterra (www.dataterra.org.br) , maio de 1999.

_____ . *Novo retrato da agricultura familiar*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2000.

_____ . *O livro branco da grilagem de terras no Brasil*. Brasília, 2000.

MPFAF/INCRA. *O livro branco das superindenizações*. Brasília, 1999.

PNRA. 1º Plano Nacional de reforma Agrária - PNRA. Anexo ao Decreto n. 911.766, de 10 de out. 1985. In: *Coletânea de legislação e jurisprudência* (out./dez. 1985). São Paulo: Lex, 1985. p. 793-833.

Jornais

Folha de São Paulo. São Paulo, 30 de junho1996, (Caderno Especial Sem-Terra.).

Folha de São Paulo. São Paulo, 20 abril 1998.

Folha de São Paulo. São Paulo, 14 de agosto de 1999.

Folha de São Paulo. *Justiça é cega*. São Paulo, 14 de maio de 1999

Folha de São Paulo. São Paulo, 30 de agosto de 1998.

Folha de São Paulo. São Paulo, 14 de maio de 1999.

Jornal Folha de Londrina. Londrina, 05 de agosto de 1983.

Folha de Londrina. Londrina, 10 de agosto de 1983.

Folha de Londrina. Londrina, 11 de agosto de 1983.

Folha de Londrina. Londrina, 18 de agosto de 1983.

Folha de Londrina. Londrina, 26 de agosto de 1983.

Folha de Londrina. Londrina, 27 de agosto de 1983.

Jornal O Alento. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de maio de 1981.

Jornal O Estado do Paraná. Curitiba, 26 de agosto de 1997.
Jornal O Estado do Paraná. Curitiba, 12 de setembro de 1997.
Jornal O Estado do Paraná. Curitiba, 3 julho de 1998.
Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 5 de janeiro de 1997.
Jornal Folha de Londrina. Londrina, 01 de julho de 1983.
Jornal O Paraná. Cascavel, 04 de setembro de 1983.
Jornal Sem Terra (Vários números).

Revistas

COOREVISTA. Revista da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras. Medianeira, agosto de 1981.
CONCRAB. *Revista "Concrab: quatro anos organizando a cooperação"*. São Paulo, 1996.
Revista do IPARDES. *Assentamentos Rurais no Paraná*. Curitiba: Ipardes, 1992.
Revista Caros amigos, nº 27 e nº 39.
Revista Sem Terra, fev./mar., n. 34. São Paulo: ANCA, 1999.
Revista Veja n. 1492, 23 de abril de 1997.
Revista Época. Brasiguaios. São Paulo, 13 de setembro de 1999.
Revista IstoÉ, n. 1438, 23 de abril de 1997.
_____ . *Mutilados de Carajás*. 14/05/2.000.;
ISTOÉ. Massacre de Eldorado dos Carajás.*O fim da farsa,* n. 1617, 27 de setembro de 2000. p. 38-43
Revista sem terra – MST (nºs. 06, 07, 08, 10, 11, 12).

Outras Fontes

INCRA. Abaixo-assinado, out.1987. Anexo: *Projeto de Assentamento Vitória*.
MARIPÁ. *Plano de colonização*. Toledo (PR), 1955.
MST. *CD arte em movimento*. Discograf Gravações, 1998.
www.Assessoar.com.br
www. incra.gov.br
www. Ibge.gov.br
www.mst.org.br concrab/html

ANEXO

Assentamentos Rurais no Paraná

Tabela 13 - Projetos de Colonização

Projetos/ Denominação	Município	Área (ha)	Nº de Famílias	Data de Criação
1. Poty I	Arapoti	3.835,98	414	03.08.81
2. Poty II	Toledo	140,02	21	03.08.81
3. Serrano (Paiol Grande)	Clevelândia	631,43	43	19.11.84
4. Serrano /Volta do Matungo	Clevelândia	931,22	83	19.11.84
5. Ilhéus	Candói	1.172,00	79	19.11.84
6. Passo Fundo	Cel. Domingos Soares	654,61	43	19.11.84
7. Butiá	Clevelândia	935,69	82	19.11.84

Obs.: Nos projetos 1 e 2 foram reassentadas famílias expropriadas pela usina hidrelétrica de Itaipu.

Fonte: INCRA. Superintendência Regional no Paraná. Curitiba, julho de 2000.

Tabela 14 - Projetos de Reassentamentos da Eletrosul – COPEL

Projetos	Localização	Área em Ha.* / alq.	Nº famílias	Data de Criação
1. Nova Concórdia	Honório Serpa	*807,87	38	12.11.96
2. Marmeleiro	Marmeleiro	*840,61	32	21.11.90
3. Chopinzinho	Chopinzinho	*1.838,36	74	12.12.96
4. Itá	Mangueirinha	*2.252,90	81	12.12.96
5. Novo Horizonte	Três Barras do Paraná	410	27	1997
6. Boa Esperança	Boa Esperança do Iguaçu	297	26	1997
7. Nova Prata	Nova Prata do Iguaçu	500	32	1997
8. São Francisco de Assis	Cascavel	2.731	244	1997
9. Agroibema	Cascavel/Campo Bonito / Ibema	824	54	1997
10. Santa Bárbara	Cascavel	1.087	92	1997
11. São Marcos	Cascavel/Campo Bonito	340	26	1997
12. Centenário	Cascavel/Campo Bonito	604	43	1997
13. Varguinhas	Catanduvas	579	44	1997
14. Navegantes	Cascavel	309	28	1997

Obs.: *Os projetos de 5 a14 são da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e os demais de outras usinas.*

Fonte: INCRA. Curitiba, julho de 2000.; CRABI. Cascavel, fevereiro de 1999.

Tabela 15 - Projetos de Assentamentos do Governo do Estado

Projetos	Município	Área (ha)	Nº de Famílias	Data de Criação
1. Colônia João XXIII	Tunas do Paraná	830,00	30	14.04.86
2. Colônia Penal Tormenta	Cascavel	290,00	13	22.05.87
3. Abapan	Castro	1.457,00	42	26.03.85
4. Colônia Penal Agrícola	Tamarana	21,00	10	10.04.88
5. Nove de Julho	Pitanga	1.319,75	49	27.03.95
6. Novo Paraíso	Pitanga	976,16	42	27.03.95
7. Nova Esperança	Pitanga	672,23	40	27.03.95

Fonte: INCRA. Superintendência Regional no Paraná. Curitiba, julho de 2000.

Tabela 16 - Projetos de Assentamentos do Governo Federal

Projetos de e Assentamentos	Município	Área (ha)	Nº De Famílias	Data De Criação
1. Água da Prata	Tamarana	1.651,60	93	10.04.86
2. Nova Conquista	Chopinzinho	531,55	31	24.06.86
3. Nhundiaquara	Morretes	1.542,76	77	28.08.86
4. 3ª Conquista da União	Nova Laranjeiras	2.425,96	164	16.09.86
5. Col.São João Batista	Candói	396,88	34	23.09.86
6. Três Capões	Mangueirinha	848,99	33	05.11.86
7. Covozinho	Mangueirinha	365,37	13	17.12.86
8. Vitória da União do Paraná	Mangueirinha/Honório Serpa	10.060,76	373	17.12.86
9. Gleba 3 Can/Can/Col.Cantu	Roncador	343,56	18	15.01.87
10. Araguaí	Santa Maria do Oeste	4.485,50	217	15.01.87
11. Imbauzinho	Ortigueira	802,94	27	06.02.87
12. Jaciretã	Renascença	1.495,19	73	10.01.87
13. Vitória	Lindoeste	2.372,26	152	18.02.87
14. Sávio Dois Vizinhos	Medianeira/São M. do Iguaçu	649,25	41	18.02.87
15. Fazenda Lagoa	Honório Serpa	684,05	32	18.02.88
16. Três Pinheiros	Castro	857,19	35	18.02.87
17. Vasto Horizonte	Tibagi	651,44	26	31.03.87
18. Passo Liso/Quinhão 12	Laranjeiras do Sul	583,59	36	12.05.87
19. Fazenda Perseverança	Marmeleiro	674,35	34	12.05.87
20. Fio de Ouro	Reserva	321,66	11	02.06.87
21. Santa Helena	Reserva	680,14	23	02.06.87
22. Rio da Areia	Teixeira Soares	508,68	18	02.06.87
23. Santa Madalena	Wenceslau Braz	534,05	20	02.06.97
24. Fazenda Cavaco	Cantagalo	713,41	26	08.04.87
25. Bugre Morto	Laranjeiras do Sul	216,00	5	09.06.87
26. Juquiá de Cima	Cantagalo	542,88	20	03.06.87
27. Chopim	Honório Serpa	896,36	27	01.07.87
28. Pari Paró	Londrina/Tamarana	326,70	23	18.08.87
29. Fazenda Bebedouro	Santana do Itararé	99,22	6	17.06.87
30. Chopim I	Honório Serpa	1.865,93	74	25.04.88
31. Fazenda Marrecas	Turvo	540,26	20	27.04.88
32. Serro Verde	Guarapuava	260,61	14	27.10.88
33. Colônia Piquiri	Goioxim	269,52	11	27.10.88
34. Santo Rei	Nova Cantu	1.281,05	70	27.10.88
35. Rio Perdido	Quedas do Iguaçu	1.205,23	58	27.10.88
36. Faxinal dos Araras	Campina do Simão	394,29	20	27.10.88
37. Barra Grande	Palmital	554,86	23	27.02.89
38. São Francisco	Ribeirão do Pinhal	834,40	48	27.02.89
39. São Luiz II	Sapopema	3.981,49	137	27.02.89
40. Ouro Verde	Marquinho	1.225,99	49	27.02.89
41.São Carlos	Palmital	333,10	4	27.02.89
42. Faxinal dos Ribeiro (Q.1-A)	Pinhão	1.486,87	46	27.02.89
43. São Bráz	Salgado Filho	319,25	9	08.03.89
44. São João	Palmital	344,06	10	29.08.89
45. São José	Palmital	321,55	13	29.08.89
46. Fazenda Cielito	Lindoeste	368,65	17	12.09.89
47. Criciuma	Reserva	2.472,61	54	20.10.89

48. Volta Grande/Estrela	Ortigueira	76,29	3	20.10.89
49. Chopim II	Honório Serpa	2.028,95	70	27.12.89
50. Fazenda Machado	Mangueirinha	415,83	12	27.12.89
51. Serraria	Tamarana	381,10	20	02.04.91
52. Etiene	Bituruna	1.052,61	24	13.05.91
53. Rondon III	Bituruna	4.240,39	80	13.05.91
54. Jarau	Cantagalo	1.467,16	51	03.09.91
55. Chopim III	Honório Serpa	302,42	11	03.09.91
56. Faxinal dos Ribeiros 1-C	Pinhão	872,31	25	18.05.92
57. Bom Retiro	Inácio Martins	277,67	11	10.06.92
58. Faxinal dos Silvérios	Pinhão	1.212,97	42	10.06.92
59. Chopim IV	Honório Serpa	580,80	22	10.06.92
60. Nova Esperança do Piquiri	Goioxim	202,38	9	10.06.92
61. Bom Retiro/Butiá	Cel.Domingos Soares	1.730,38	61	10.06.92
62. Tunas/Tuninhas	Cantagalo	263,05	9	10.06.92
63. Volta Grande	Cantagalo	266,85	10	10.06.92
64. São Pedro	Guarapuava	912,47	38	02.09.92
65. Água Fria	Goioxim	368,80	15	02.09.92
66. Ribeirão Bonito	Carlópolis	145,19	12	21.10.92
67. Fazenda Retiro	Tibagi	254,50	8	21.10.92
68. Fazenda Guampara	Marquinho	176,00	7	21.10.92
69. Santa Maria	Paranacity	256,52	20	12.11.92
70. Jacarezinho	Jacarezinho	241,53	9	24.11.92
71. Campo Bonito	Campo Bonito	946,79	47	20.10.93
72. Água Quente	Palmital	484,80	14	30.12.93
73. Modelo	Ibaiti	2.248,00	102	07.03.94
74. 1ª Conquista da Bracatinga	Quedas do Iguaçu	403,52	23	30.06.94
75. Matilda	Jundiaí do Sul	1.969,31	82	23.02.95
76. Santo Antônio	Goioxim	1.003,28	44	23.02.95
77. Núcleo Agrícola Vitória	Espigão Alto do Iguaçu	642,49	-	23.02.95
78. Santa Catarina	Honório Serpa	440,70	24	23.02.95
79. Santa Clara	Goioxim	296,00	12	16.06.95
80. Jabuticabal	Goioxim	1.110,65	47	16.06.95
81. 29 de Agosto	Goioxim	2.381,00	82	16.06.95
82. Ararai	Campina do Simão	601,61	19	18.10.95
83. Nova Terra	Honório Serpa	1.300,00	72	23.11.95
84. Cruzeiro do Sul	Palmas	601,57	30	23.11.95
85. Verdum	Lindoeste	308,94	19	23.11.95
86. Guanabara	Imbaú	1.183,38	35	30.11.95
87. Rec. Estrela/19 Outubro	Nova Laranjeiras	611,16	26	30.11.95
88. Três Lagoas	Castro	455,99	17	30.11.95
89. Bela Vista	Ventania	759,77	35	30.11.95
90. Santa Ruthe	Presidente Castelo Branco	197,23	9	30.11.95
91. Fazenda Chapadão	Laranjal	3.613,80	210	30.11.95
92. Caiçara	Reserva	434,39	23	30.11.95
93. Santa Luzia	Cantagalo	454,23	20	30.11.95
94. Sinhá Ana	Reserva	726,00	33	30.11.95
95. Pontal do Tigre	Querência do Norte	8.096,10	336	19.12.95
96. Chico Mendes	Querência do Norte	2.296,50	81	19.12.95
97. Faxinal dos Rodrigues	Inácio Martins	485,36	32	19.12.95
98. Mascote	Itaguajé	362,80	20	19.12.95

99. Fazenda Estrela	Ortigueira	496,10	23	14.08.96
100. Mandaçaia	Tamarana	485,92	25	14.08.96
101. José Dias	Inácio Martins/Guarapuava	1.975,40	105	14.08.96
102. Pó de Serra	Londrina	154,15	14	17.09.96
103. Marimbondo	Ibaiti/Japira	1.126,51	76	16.12.96
104. Jacutinga	Honório Serpa	179,14	9	26.12.96
105. Libertação Camponesa	Ortigueira	11.602,63	368	26.12.96
106. Mundo Novo	Tamarana	810,50	27	19.06.97
107. Sol Nascente	São Jerônimo da Serra	227,97	12	10.07.97
108. União Camponesa	Tamarana	546,00	27	20.08.97
109. São Jorge	Marmeleiro	300,00	17	20.08.97
110. Nova Aliança	Palmital	740,80	25	17.09.97
111. Nossa Senhora das Vitórias	Goioxim/Cantagalo	3.448,75	132	17.09.97
112. Ireno Alves dos Santos	Rio Bonito do Iguaçu	16.983,00	900	30.09.97
113. Che Guevara	Querência do Norte	2.453,20	70	14.10.97
114. Colina Verde	General Carneiro	1.784,60	60	14.10.97
115. Santa Rita	Peabiru	1.713,50	85	14.10.97
116. Anjo da Guarda	Marmeleiro	358,52	19	24.10.97
117. Quebra Braço	Renascença	383,41	22	29.10.97
118. Terra Boa	Coronel Domingos	458,46	20	17.11.97
119. Boa Vista	Tibagi	411,81	18	17.11.97
120. Vale Verde	Ibaiti	1.488,98	76	17.11.97
121. Terra Livre	Nova Laranjeiras	400,00	30	26.11.97
122. Tesouro	Tamarana	581,64	24	26.11.97
123. Margarida Alves	Querência do Norte	556,60	20	04.12.97
124. Bela Manhã	Palmital	3.515,88	160	04.12.97
125. Capão Verde	Lindoeste	516,29	12	04.12.97
126. Fazenda Carolina	Guarapuava	580,80	27	19.12.97
127. Oziel Alves Pereira	Santa Cruz de Monte Castelo	498,50	13	19.12.97
128. Antônio Conselheiro	Amaporã	968,00	36	19.12.97
129. Avencal	Fernandes Pinheiro	241,27	11	19.12.97
130. Ernesto Che Guevara	Teixeira Soares	1.572,70	110	19.12.97
131. Nova Fartura	Saudades do Iguaçu	3.516,77	168	19.12.97
132. Missões	Francisco Beltrão	1.983,43	117	19.12.97
133. Santa Teresinha	Cascavel	786,36	60	19.12.97
134. Coletivo da Fronteira	Barracão	229,65	12	20.05.98
135. Menino Jesus	Tibagi	637,79	30	20.05.98
136. Salete Strozake	Itaguajé	1.142,58	60	20.05.98
137. 17 de Abril	Santa Cruz de Monte Castelo	2.033,86	74	08.06.98
138. Pedra Branca	Laranjal	1.621,61	60	27.07.98
139. Três Barras	Faxinal	685,12	36	24.08.98
140. Paulo Freire	São Jerônimo da Serra	1.746,03	72	25.08.98
141. Sebastião Camargo Filho	Marilena	937,45	40	04.09.98
142. Zumbi dos Palmares	Querência do Norte	801,80	22	17.09.98
143. União Santa Adélia	Santa Inês	268,64	13	17.09.98
144. Norte Sul	Santo Inácio	375,90	15	24.09.98
145. Florestan Fernandes	Florestópolis	529,60	29	18.09.98
146. Santo Ângelo	Marilena	872,89	36	05.10.98
147. Estrela do Meio	Coronel Domingos	405,25	20	05.10.98
148. Barra Bonita	Primeiro de Maio	224,60	13	05.10.98
149. Novo Horizonte	Santo Inácio	1.176,03	51	06.11.98

150. São Joaquim	Teixeira Soares	1.592,42	96	07.10.98
151. Santa Bárbara	Bituruna	1.669,34	47	16.11.98
152. Paiol de Telha	Guarapuava	1.051,90	64	16.11.98
153. 27 de Outubro	Palmas/Bituruna	7.260,00	166	16.11.98
154. Recanto Feliz	Santa Maria do Oeste	357,00	16	16.11.98
155. Cruz de Malta	Tamarana	407,18	14	07.12.98
156. 12 de Abril	Bituruna	5.800,00	207	25.11.98
157. Criciuminha	Bituruna	829,28	25	24.11.98
158. Marcos Freire	Rio Bonito do Iguaçu	10.095,43	604	01.12.98
159. Rola Pedra	Guamiranga	201,29	10	01.12.98
160. Pedra Preta	Guamiranga	193,60	10	11.12.98
161. Pinheiral	Palmeira	270,30	14	08.12.98
162. Águas de Jurema	Iretama	427,44	40	08.12.98
163. Renascença	Reserva	240,50	10	08.12.98
164. Amélia	São Jerônimo da Serra	751,71	35	08.12.98
165. Boa Esperança	Sapopema	348,62	14	08.12.98
166. Rincão	Tibagi	747,10	30	02.12.98
167. Jangadinha	Cascavel	705,83	31	02.12.98
168. Paraná	Santa Cruz de Monte Castelo	834,90	26	24.11.98
169. Eduardo Raduam	Marmeleiro	3.946,00	436	15.12.98
170. Monte Alto	Peabiru	378,81	17	22.12.98
171. Monte Azul	Mirador	617,79	29	23.12.98
172. Brizanta	Nova Londrina	685,19	27	31.12.98
173. Nossa Senhora da Penha	Terra Rica	916,10	35	03.08.98
174. Stº Antº das Águas do Corvo	Terra Rica	1.326,16	54	25.05.98
175. Arixiguana	São Jerônimo da Serra	607,23	26	03.02.99
176. Mãe de Deus	Jardim Olinda	1.258,45	53	11.01.99
177. Cacique	Tamarana	162,04	14	20.01.99
178. Padre Josino	Ortigueira	385,70	8	20.01.99
179. São Paulo	Terra Rica	394,46	16	31.12.98
180. Palmares	São Jerônimo da Serra	350,78	17	03.02.99
181. Águas de Santa Clara	Candói	365,22	33	30.06.99
182. Rodeio	Reserva do Iguaçú	363,00	19	30.06.99
183. Palmares II	Palmeira	178,79	10	07.12.99
184. Taperivá	São João do Caiuá	726,00	34	10.11.99
185. Recanto Bonito	General Carneiro	1.300,63	70	08.10.99
186. Faxinal dos Ribeiros/Q. 1g	Pinhão	2.395,30	85	22.12.99
187. Rancho Alegre	Tibagi	294,64	15	12.05.99
188. Rosa	Guarapuava	563,39	46	26.02.99
189. José Arnaldo dos Santos	Nova Cantu	1.265,16	80	25.02.00
190. Faxinal dos Mineiros	Fernandes Pinheiro	121,22	7	10.02.99
191. Santa Teresa	Renascença	312,00	20	30.06.99
192. Cerro Azul	Lindoeste	449,47	19	21.10.99
193. Ildo Luiz Perruzo	Santa Mônica	1.256,00	50	30.06.99
194. Ilha das Flores	Cândido de Abreu	487,15	30	22.12.99
195. Jerusalém	Nova Cantu	670,06	28	07.12.99
196. José Maria	São João do Triunfo	376,52	19	07.12.99
197. Tupy	Honório Serpa	370,40	24	07.02.00
198. Farol	Farol	100,00	8	30.06.99
199. Nova União	São Pedro do Iguaçu	726,15	42	08.10.99
200. Vida Nova	Terra Rica	622,45	28	25.11.99

201. Luiz Carlos Prestes	Querência do Norte	1.256,00	46	25.02.99
202. Missões	Francisco Beltrão		19	
203. Fazenda Bananas	Guarapuava	1.096,44	62	16.11.99
204. União Centro Sul	Manoel Ribas	783,23	36	03.12.99
205. José Gomes da Silva	Fernandes Pinheiro	297,00	16	10.03.99
206. Retiro I	Coronel Domingos Soares	258,08	18	22.12.99
207. Sumatra	Amaporã	780,54	45	22.12.99
208. Quatro Irmãos	Marilena	719,64	28	22.12.99
209. Chapadão	Laranjal	-	3	03.08.99
210. Nova Itaúna	Manoel Ribas	1.427,31	115	22.12.99
211. Mata do Cavernoso	Candói	1.177,30	45	22.12.99
212. Barreiros	Reserva do Iguaçu	1.614,40	100	25.02.00
213. Recanto da Amizade	Reserva	643,07	28	07.12.99
214. Jucapé	São Jerônimo da Serra	139,22	9	03.02.99
215. Cretam	São Jerônimo da Serra	287,97	18	30.06.99
216. Sítio São Jõao	Farol	81,60	6	08.10.99
217. Pingo de Ouro	Altamira do Paraná	873,23	34	10.02.99
218. Iraci Salete	Bela Vista do Paraíso	460,31	28	30.08.99
219. Natal da Esperança	Mangueirinha	517,77	25	16.11.99
220. Dona Tonia	Tibagi	1.093,26	33	16.11.99
221. Novo Mundo	Mauá da Serra	321,28	60	08.10.99
222. Colméia	Barracão	107,30	25	07.02.00
223. Europa	Guarapuava	496,19	26	30.06.99
224. Luz	Luiziana	455,55	24	30.06.99
225. Roseli Nunes	São Jerônimo da Serra	339,57	18	30.06.99

Fonte: INCRA. Superintendência Regional no Paraná. Curitiba, julho de 2000.